UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO - PROURB

LEITURAS DE UM PASSADO | DESENHOS DE UM FUTURO:

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO



CAMELÓDROMO DA URUGUAIANA E AV. PRESIDENTE VARGAS, 2016. CORREDOR CULTURAL (1984).

TESE DE DOUTORADO

GUILHERME MEIRELLES MESQUITA DE MATTOS

ORIENTADORA: PROF.ª DR.ª ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE

RIO DE JANEIRO
2018

GUILHERME MEIRELLES MESQUITA DE MATTOS

LEITURAS DE UM PASSADO, DESENHOS DE UM FUTURO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutor em Urbanismo.

Orientadora: Prof.ª. Dr. ª ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE

Rio de Janeiro
2018

CIP - Catalogação na Publicação

M435l

Mattos, Guilherme Meirelles Mesquita de
Leituras de um Passado, Desenhos de um Futuro: A preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Área Central do Rio de Janeiro / Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos. -- Rio de Janeiro, 2018.
578 f.

Orientadora: Andréa de Lacerda Pessôa Borde.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2018.

1. patrimônio cultural. 2. morfologia urbana. 3. Rio de Janeiro. I. Borde, Andréa de Lacerda Pessôa, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

GUILHERME MEIRELLES MESQUITA DE MATTOS

LEITURAS DE UM PASSADO, DESENHOS DE UM FUTURO:
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO
NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutor em Urbanismo.

Aprovada em 28 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª ANDRÉA DE LACERDA PESSÔA BORDE - Orientadora
PROURB/FAU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. CRISTÓVÃO FERNANDES DUARTE
PROURB/FAU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.ª Dr.ª ANDRÉA DA ROSA SAMPAIO
PPGAU/EAU/Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. JOSÉ SIMÕES DE BELMONT PESSÔA
PPGAU/EAU/Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. RENATO DA GAMA-ROSA COSTA
PPGPAT/COC/Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha musa orientadora, Andréa Borde. Desde nosso primeiro contato em meu trabalho final de graduação, pudemos realizar inúmeros trabalhos juntos. Este é mais um destes, que se entrelaça de maneira indissociável à sua pesquisa da Av. Presidente Vargas. Obrigado por todas as contribuições e palavras de encorajamento!

Ao professor José Pessôa, que foi parte fundamental da minha formação como profissional e pesquisador. Se hoje vejo a cidade através dos olhos da morfologia urbana foi porque ele me apresentou autores como Kostof e Caniggia, imprescindíveis para esta tese. Obrigado pela orientação contínua ao longo de uma década de estudos.

À professora Andréa Sampaio, com quem compartilho interesses de pesquisa desde meus primeiros passos na iniciação científica. Desde então, trocamos mapas, imagens, dados e figurinhas sobre o patrimônio da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.

Ao professor Cristóvão Duarte, que participou não só da minha qualificação, como também da minha defesa. Obrigado pelas suas recomendações, em particular no campo da morfologia urbana.

Agradeço ao professor Renato Gama-Rosa, por se dispor a ler o trabalho e dar suas contribuições.

À professora Eliane Bessa, com quem tive oportunidade de ser tutor e ampliar minha experiência docente. Obrigado pelos apontamentos na leitura do projeto que deu origem a esta tese.

À professora Margareth Pereira, que participou da minha qualificação. Obrigado pelas sugestões. Parte do artigo desenvolvido em sua disciplina no PROURB encontra-se nas páginas desta tese.

Agradeço ao contínuo apoio da professora Maria Fernanda Bicalho, com quem desenvolvo estudos acerca do Rio de Janeiro oitocentista desde 2008. E que esta parceria continue por muitos anos mais!

Esse trabalho não seria um pingo do que é hoje sem a contribuição da graduanda Mayara Mendonça, pesquisadora de IC que me acompanhou nas pesquisas de arquivo e nos periculosos levantamentos de campo. Mapas e planilhas que ilustram esta tese tem em parte o seu esforço e interesse na minha pesquisa. Obrigado por toda a ajuda!

Agradeço, também, aos órgãos de fomento que financiaram estes estudos: a CAPES e FAPERJ.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários dos órgãos públicos que me atenderam ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Especial menção merece ser feita à Gerência de Cadastro e Pesquisa do IRPH, coordenada pelo gerente Henrique Fonseca, e ao seu corpo técnico composto pelos arquitetos Juliana Oakim, Luiz Paulo Leal, Rafael Koury, e Iva Coppede. Obrigado por se disporem a contribuir com este trabalho, conferindo-me acesso ao riquíssimo acervo da biblioteca do IRPH, que por si só já constitui um patrimônio cultural.

E nenhum processo de tombamento municipal seria consultado nesta tese, não fosse a gentileza e dedicação da arquiteta Marcia Niskier, que à época do levantamento atuava no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - CMPC-RJ. Obrigado pelo interesse nesta pesquisa, e por se dispor a ceder parte da sua mesa de trabalho para que eu pudesse transcrever valiosos documentos que em muito excedem a capacidade de armazenamento do setor.

Agradeço também às amizades que conquistei nesses meus anos de doutorado no PROURB-UFRJ: Daniela Bissoli, Flávia Maia, Gustavo Racca, Jacira Saavedra, Marcela Giraldo, Oscar Perez e Priscilla Peixoto. Obrigado por ouvirem minhas frustrações, da mesma forma que ouvi a de vocês! E assim segue a corrente...

E nos momentos de não-tese, tenho a colaboração de Paula Donegá, com quem compartilho um apreço particular por felinos e *memes*. A lista de ex-amigos só aumenta, mas a nossa amizade segue firme, baseada no que há de mais forte nesta terra: o desgosto comum às mesmas pessoas.

Obrigado a minha família, pelo apoio nesta minha empreitada acadêmica.

E por fim, agradeço a quem amo mais que tudo neste mundo: minhas séries. Obrigado por estarem lá por mim quando mais precisei de vocês. Encerrando mais esta etapa, não vejo a hora de retomá-las.

RESUMO

A tese investiga os embates e diálogos no processo de reconhecimento oficial do patrimônio cultural edificado na Cidade do Rio de Janeiro. Estes referem-se a visões conflitantes e convergentes na construção da noção de patrimônio de caráter edificado no contexto urbano e contemporâneo. A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro destaca-se pela sobreposição de instrumentos de salvaguarda patrimonial em múltiplas esferas de atuação do Estado (municipal, estadual, federal), com tombamentos e áreas de preservação. O entorno da Av. Presidente Vargas é exemplar no estudo desses conflitos, tanto pela incidência dos instrumentos de preservação, quanto pelo seu processo de formação, paralelo à construção do patrimônio na cidade. Esse patrimônio cultural edificado compreende os bens imóveis que adquiriram uma significação cultural ao longo do tempo, cujos valores são reconhecidos pelo Estado, através de uma proteção legal. Reconhecendo que estes valores se modificam com os processos que incidem na dinâmica urbana, cabem questionamentos no confronto entre este patrimônio edificado e a cidade contemporânea. Casos específicos na Área Central do Rio evidenciam problemas que emergem desse confronto entre a preservação e as transformações urbanas. Entre eles: instrumentos de proteção defasados; edificações sem reconhecimento patrimonial que possuiriam valor cultural; bens patrimoniais que se encontram em deterioração; e políticas públicas que não contribuiriam para uma efetiva preservação. Essas são situações que justificam um maior estudo acerca do tema, que poderia subsidiar revisões na prática da preservação patrimonial na cidade. Nesta tese, esse processo de reconhecimento do patrimônio segue uma abordagem metodológica centrada na morfologia urbana, que compreende que as decisões do acerca do patrimônio moldam a forma urbana, imprimindo suas marcas através dos vestígios de tempos passados que se preservam para o futuro. Realiza-se, portanto, uma análise do processo patrimonial – uma leitura do passado – para compreender sua configuração atual na cidade, com objetivo de estabelecer um aporte referencial para intervenções – um desenho de um futuro.

Palavras-chave: patrimônio cultural; morfologia urbana; história urbana; Rio de Janeiro; Av. Presidente Vargas.

ABSTRACT

The thesis investigates the disputes and conversations in the process of official recognition of built cultural heritage in the city of Rio de Janeiro. These allude to the conflicting and converging ideas in the construction of the notion of built heritage in the urban and contemporary context. The city of Rio de Janeiro's Central Area stands out for its overlap of heritage safekeeping apparatuses in multiple branches of the State (municipal, statewide and federal), with its *tombamentos* (listings) and conservation areas. Presidente Vargas Avenue, and its surroundings, is exemplary in the study of these conflicts, both by the incidence of these preservation apparatuses, and by its development process, contemporary to the creation and structuring of heritage safekeeping in the city. This built cultural heritage is constituted by real estate that has acquired some cultural significance over time, and whose values are recognized by the State, by means of legal protection. Acknowledging that these values modify along with the processes that interfere in urban dynamics, some questions arise when confronting built heritage and the contemporary city. Specific cases in Rio de Janeiro's Central Area highlight the problems that emerge from this encounter between preservation and urban transformation. Among them: outdated protection apparatuses; buildings without heritage recognition that nonetheless possess cultural value; heritage assets in state of deterioration; and public policies that no longer contribute to an effective preservation. These are situations that justify a greater study on this particular subject, which could eventually subsidize revisions in the city's practices on heritage preservation. In this thesis, this process of heritage recognition complies with a methodological approach centered in urban morphology, which acknowledges that the decisions concerning heritage protection shape urban form, printing its markings through the remnants of the past times that preserved themselves in the future. Therefore, this thesis carries out an analysis of the heritage process – a reading of the past – to further understand the city's current configuration, aiming to establish a referential input for interventions – a design of the future.

keywords: cultural heritage; urban morphology; urban history; Rio de Janeiro; Av. Presidente Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Esquema do processo de preservação do patrimônio cultural edificado.....37

Figura 2: Avenida Presidente Vargas, em 2014.....39

Figura 3: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro. Recortes Espacial Abrangente e Recorte Espacial Intermediário.....40

Figura 4: Perspectiva do Projeto da Av. 10 de Novembro.....43

Figura 5: Plano Agache, com indicação do traçado da Avenida do Mangue.....43

Figura 6: Vista lateral da construção da Av. Pres. Vargas, 1943.....43

Figura 7: Igreja de São Pedro dos Clérigos sendo demolida, 1943.....43

Figura 8: Fotografia aérea da Av. Presidente Vargas, na década de 1950.....44

Figura 9: Centro Histórico de Bolonha.....46

Figura 10: Detalhe do PAA nº 10.600 e o PAL nº 41.632 de 1987.....48

Figura 11: Mapa de Bens Tombados na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.....49

Figura 12: Mapa de Áreas de Preservação Vigentes na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.....50

Figura 13: Loja "A Guitarra de Prata", na Rua da Carioca.....52

Figura 14: Projeto para um Hostel em imóvel preservado na APA Sagas (Rua Senador Pompeu, 122), com financiamento de R$ 400,000,00.....54

Figura 15: Edifício João Úrsulo Ribeiro Coutinho, antiga sede do Banco Aliança, em 2016.....55

Figura 16: Igreja da Candelária e Av. Presidente Vargas, em 1965.....55

Figura 17: Imóvel preservado na APA Sagas, com fachada parcialmente descaracterizada, e mal conservada, em 2011.....56

Figura 18: Imóvel preservado na APA Sagas, em processo de reconstrução do imóvel, em 2014.....56

Figura 19: Imóvel preservado na APA Sagas, reconstruído sem aval do órgão de tutela, em 2014.....56

Figura 20: Palácio Capanema.....108

Figura 23: Reconstrução esquemática do desenvolvimento diacrônico das edificações de base em Roma.....151

Figura 22: Mapa de Bolonha, 1582. A cidade envolta pela muralha renascentista de 1390.....153

Figura 23: Mapa do Plano Diretor de Bolonha, 1889.....153

Figura 24: Plano para o Centro Histórico de Bolonha, 1969. Mapa de Intervenções.....155

Figura 25: Plano para o Centro Histórico de Bolonha, 1969. Mapa de Tipologias.....156

Figura 26: Bolonha. Plano de Construção Econômica e Popular (PEEP). Restauração de quarteirão na zona morfológica San Leonardo.....157

Figura 27: Via San Leonardo, em Bolonha.....158

Figura 28: Via San Leonardo, em Bolonha.....158

Figura 29: Via Clavature, em Bolonha. 158

Figura 30: Via San Vitale, em Bolonha 158

Figura 36: Imóvel caracterizado: Rua Barão de São Félix, 40 170

Figura 37: Imóvel descaracterizado recuperável: Rua Barão de São Félix, 60 170

Figura 38: Imóvel descaracterizado irrecuperável: Rua Barão de São Félix, 88. 170

Figura 39: Imóvel em ruínas: Rua Barão de São Félix, 52 170

Figura 40: Imóvel em estado de conservação excelente: Rua Néri Pinheiro, 299. 171

Figura 41: Imóvel em estado de conservação bom: Rua Correia Vasques, 31. 171

Figura 42: Imóvel em estado de conservação regular: Av. Salvador de Sá, 222 171

Figura 43: Imóvel em estado de conservação ruim: Av. Salvador de Sá, 176 171

Figura 44: Integrado Excecpional para o Corredor Cultural: Av. Passos, 36-38. 173

Figura 45: Integrado Principal para o Corredor Cultural: Rua Luís de Camões, 22. 173

Figura 46: Integrado Referencial para o Corredor Cultural: Av. Passos, 34. 173

Figura 47: Conflitante recuperável para o Corredor Cultural: Rua Senhor dos Passos, 55. 173

Figura 48: Conflitante irrecuperável para o Corredor Cultural: Rua Buenos Aires, 183 173

Figura 49: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1713. Atribuída a João Massé. 194

Figura 50: Vista do Largo do Paço, no Rio de Janeiro. (1816-1830) 194

Figura 51: Vista da Rua Direita, 1817 194

Figura 52: Vista do Campo de Santana, 1817 194

Figura 53: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1812. 195

Figura 54: Praça do Comércio. Projeto de Grandjean de Montigny 195

Figura 55: Casa da Moeda, no Campo de Santana. 195

Figura 56: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, em 1866. 197

Figura 57: Perspectiva do Ajardinamento do Canal do Mangue, 1875. 197

Figura 58: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, em 1915. 199

Figura 59: Avenida Central, 1910. 199

Figura 60: Theatro Municipal, 1910 199

Figura 61: Estalagem na Rua Visconde do Rio Branco, 1906 200

Figura 62: Quarteirão Serrador, 1927 200

Figura 63: Morro do Castelo, 1920 200

Figura 64: Desmonte do Castelo, 1922. 200

Figura 65: Plano Agache: Perspectiva Aérea do Centro Monumental e dos Bairros de Intercâmbio e Negócios 201

Figura 66: Plano Agache: Plano esquemático de um edifício de negócios, 1930. 203

Figura 67: Organização Provisória do Centro Bancário, 1930. 203

Figura 68: Plano Agache: Planta de Remodelação, 1930. 203

Figura 69: Maquete do Projeto de Reidy para a Esplanada do Castelo e Av. Perimetral, 1938. 203

Figura 70: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 205

Figura 72: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 206

Figura 73: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 207

Figura 74: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 208

Figura 74: Igreja da Candelária, no início do século XX. 209

Figura 75: Igreja da Santa Cruz dos Militares, no início do século XX 209

Figura 76: Igreja de Nosa Senhora da Conceição e Boa Morte, no início do século XX 209

Figura 77: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, no início do século XX. 209

Figura 78: Igreja de São Francisco de Paula 209

Figura 79: Palácio do Itamarati, 1905. 209

Figura 80: Jardim do Valongo, 1906. 210

Figura 81: Campo de Santana, 1885. 210

Figura 82: Estudo da Av. Presidente Vargas. 212

Figura 83: Maquete da Av. Presidente Vargas. 213

Figura 84: Igreja de São Pedro dos Clérigos. 213

Figura 85: Igreja do Bom Jesus do Calvário. 213

Figura 86: Palácio da Prefeitura 213

Figura 87: Escola Benjamin Constant, na Praça Onze. 213

Figura 88: Construção dos edifícios da Estação Pedro II e do Palácio Duque de Caxias, em fins da década de 1930. 214

Figura 89: Perspectiva da Avenida Presidente Vargas. 214

Figura 90: PAA nº 3022 de 1938. Projeto de Urbanização da Avenida do Mangue. 215

Figura 91: PAA nº 3481 de 1940. Avenida Presidente Vargas. Planta Geral - Prolongamento da Avenida do Mangue. Projeto de Reloteamento 215

Figura 92: PAA nº 3653/PAL nº 6980 de 1941. Avenida Presidente Vargas. Quadras 21-23-D-E-F. 216

Figura 93: Gabarito proposto no entorno da Igreja da Candelária, 1940 216

Figura 94: PAA nº 4041 /PAL nº 9813 de 1945. Loteamento das Quadras 1 e 3. Projeto de Urbanização nº 3481 217

Figura 95: PAA nº 4041 /PAL nº 9816 de 1945. Loteamento das Quadras 7A e 7B. Projeto de Urbanização nº 3481 217

Figura 96: Mapa registrando o desvio do eixo da Avenida Presidente Vargas, proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade à PDF em 1940 218

Figura 97: Propostas de Agache para preservação das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário 220

Figura 98: A construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940. 220

Figura 99: Solenidade de Inauguração da Av. Presidente Vargas, em 1944. 220

Figura 100: Parte do PAA nº 6489 de 1955 221

Figura 101: Praça Onze de Junho, antes da abertura da Av. Presidente Vargas. 222

Figura 102: Rua Visconde de Itaúna, antes da abertura da Av. Presidente Vargas 222

Figura 103: Praça Pio X, em 1965. 223

Figura 104: Edifício do Banco Boa Vista, em 1950. 223

Figura 105: Detalhe do PAA nº 3653/PAL nº 6980 de 1941. Avenida Presidente Vargas. Quadra 17. 224

Figura 106: Complexo de Edifícios Balança-Mas-Não-Cai, década de 1970 224

Figura 107: Parte do PAA nº 7215/PAL nº 21892 de 1957 224

Figura 108: Parte do PAA nº 8052/PAL nº 24410 de 1963. 226

Figura 109: Parte do PAA nº 8052/PAL nº 24410 de 1963. 226

Figura 110: Maquete da Av. Presidente Vargas e da Av. Diagonal. 227

Figura 111: Projeto de Urbanização da Esplanada de Santo Antônio e Av. Norte-Sul. 227

Figura 112: Parte do PAA nº 5029/PAL nº 13989 de 1949 228

Figura 113: PAA nº 7214/PAL nº 21097 de 1957. Esplanada de Santo Antônio 228

Figura 114: Parte do PAA nº 7494/PAL nº 22632 de 1959. 228

Figura 115: Ruínas da Sé Nova, em 1817. 230

Figura 116: A Escola de Engenharia, em 1895 230

Figura 117: Escola de Engenharia e Largo de São Francisco, no início do século XX 230

Figura 118: Parte do PAA nº 5407/PAL nº 15312 de 1950. Av. Norte-Sul. 231

Figura 119: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 232

Figura 120: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 233

Figura 121: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 234

Figura 122: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 235

Figura 123: Plano Doxiadis: Master Plan para o Ano de 2000. 236

Figura 124: Plano Doxiadis: Mangue, Mapa de Estado de Conservação. 237

Figura 125: Plano Doxiadis: Mangue, Mapa de Uso do Solo 237

Figura 126: Parte do PAA nº 8419 de 1967. Plano de Reurbanização da Cidade Nova. 238

(esquerda) Figura 127: Ladeira da Misericórdia, em 1922 240

(direita) Figura 128: Real Gabinete Português de Leitura, 1887. 240

Figura 129: Detalha do PAA nº 8944/ PAL nº 29137 de 1970. Avenida Norte-Sul. 241

Figura 130: Caixa de Amortização, 1906 . 242

Figura 131: Edifício da Cia. Docas de Santos, 1910 242

Figura 132: Croquis de Lúcio Costa para a Casa na Rua Mayrink Veiga, 1972. 244

Figura 133: Conjunto Arquitetônico da Rua Gonçalves Ledo, década de 1970 244

Figura 134: Cinema Íris, em 2018. 244

Figura 135: Confeitaria Colombo, em 2018. 244

Figura 136: Quartel Central de Corpo de Bombeiros, em 2017 244

Figura 137: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 245

Figura 138: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 246

Figura 139: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 247

Figura 140: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 248

Figura 141: Rua da Carioca, em 2018. 250

Figura 142: Rua da Carioca, em 2018. 250

Figura 143: Rua da Carioca, em 2018. 250

Figura 144: Projeto do Corredor Cultural: Mapa Geral. 1979 252

Figura 145: Detalhe do nº PAA nº 10.290/PAL nº 38.871de 1983. Corredor Cultural 253

Figura 146: Subzonas de atuação do Corredor Cultural. 254

Figura 147: Parte do nº PAA nº 10.290/PAL nº 38.871de 1983. Corredor Cultural 255

Figura 148: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua da Uruguaiana, 82. 256

Figura 149: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua do Rosário, 30. 256

Figura 150: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua da Alfândega, 194 256

Figura 151: Projeto Sagas: Subáreas de Preservação do Morro da Conceição e Barão de São Félix... 258

Figura 152: Cortiço na Rua Costa Ferreira, em 1985... 259

Figura 153: Solar na Rua Barão de São Félix, em 1985... 259

Figura 154: Avenida Caruso, em 1985... 259

Figura 155: Vila na Rua General Caldwell, em 1985... 260

Figura 156: Palácio da Saúde, em 1985. ... 260

Figura 157: Faculdade de Direito da UFRJ, em 2016... 260

Figura 158: Hospital Moncorvo Filho, em 2016... 260

Figura 159: Maquete do Plano de Renovação Urbana da Cidade Nova. ... 261

Figura 160: Hospital São Francisco de Assis, em 2016. ... 262

Figura 161: Fábrica de Gás do Aterrado, em 2017. ... 262

Figura 162: Detalhe do PAA nº 10025/PAL nº 36840 de 1980. Cidade Nova - Projeto de Urbanização e Alinhamento. ... 263

Figura 163: Vila Operária da Cidade Nova, em 2016. ... 263

Figura 164: Vila Operária da Cidade Nova, em 2016. ... 263

Figura 165: Morro da Conceição e Largo de São Francisco da Prainha, década de 1980. ... 265

Figura 166: Casario nas imediações da Praça XV, década de 1980... 266

Figura 167: Casario nas imediações da Praça XV, década de 1980... 266

Figura 168: Escola Municipal Campos Salles, em 2017... 267

Figura 169: Escola Municipal República da Colômbia, em 2016... 267

Figura 170: Escola Rivadavia Correa, em 2016. ... 267

Figura 171: Escola Municipal Tiradentes, em 2017. ... 267

Figura 172: Estação D. Pedro II, em 2016. ... 269

Figura 173: Galpão Pagani, em 2017... 269

Figura 174: Passarela do Samba Darcy Ribeiro, em 2017. ... 269

Figura 175: Perspectiva do Palácio do Comércio, e sua praça não executada. ... 269

Figura 176: Palácio Duque de Caxias, em 2016. ... 270

Figura 177: Edifício Alm. Tamandaré, em 2018... 270

Figura 178: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. ... 271

Figura 179: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. ... 272

Figura 180: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. ... 273

Figura 181: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 274

Figura 182: Hotel São Bento, em 2018. 275

Figura 183: Edifício "A Noite", em 2018. 275

Figura 184: Campo de Santana, em 2017. 277

Figura 185: Edifício original da Av. Central., em 2018. 277

Figura 186: Igreja de Nossa Senhora do Terço, em 2017. 278

Figura 187: Igreja de Santa Efigênia e Santo Elesbão, em 2017. 278

Figura 188: Casa colonial na Rua Leandro Martins, em 2016. 278

Figura 189: Casa Colonial na Rua Regente Feijó, em 2017. 278

Figura 190: Sobrado na Rua da Candelária, nº 2, em 2016. 279

Figura 191: Beco das Cancelas, em 2016. 279

Figura 192: Cais do Valongo e da Imperatriz. 282

Figura 193: Quadra do GRES Estácio de Sá, em 2016. 282

Figura 194: Centro Estudantina, em 2017. 282

Figura 195: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 283

Figura 196: Mapa do Valor Aferido do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 284

Figura 197: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 285

Figura 198: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 286

Figura 199: Mapa de Contexto de Valoração do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 287

Figura 200: Mapa de Dimensão do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 288

Figura 201: Mapa de Impacto no espaço urbano da proteção do bem tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 289

Figura 202: Mapa dos Proponentes do Tombamento [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 290

Figura 203: Mapa de Usos Contemporâneos do Bem Tombado - Pavimento Térreo [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 291

Figura 204: Mapa de Usos Contemporâneos do Bem Tombado - Pavimentos Superiores [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais 292

Figura 205: Mapa de Compatibilidade do Uso Contemporâneo do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 293

Figura 206: Mapa de Grau de Caracterização Arquitetônica do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 294

Figura 207: Mapa de Estado de Conservação do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais. 295

Figura 208: Mapa Geral de Áreas de Análise. Recortes Espaciais Aprofundados da Tese 297

Figura 209: Detalhe do PAA nº 2585 de 1936 300

Figura 210: Centro Cultural do Branco do Brasil, em 2016. 301

Figura 211: Antiga Sede dos Correios e Telégrafos, em 2016. 301

Figura 212: Antiga Sede do Supremo Tribunal Federal, em 2016 301

Figura 213: Edifício Galeria, em 2016. 301

Figura 214: Parte do PAA nº 3021 de 1938. 301

Figura 215: Igreja da Candelária e Av. Presidente Vargas. 302

Figura 216: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Graus e Esferas de Proteção. 302

Figura 217: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Número de Pavimentos 303

Figura 218: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 303

Figura 219: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Contexto de Produção. 304

Figura 220: Análise nº 1 - Candelária. Mapa Linguagem Área de Arquitetônica 304

Figura 221: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo. 305

Figura 222: Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Usos Contemporâneos - Pav. Superiores 305

Figura 223: Conjunto da Av. Presidente Vargas 306

Figura 224: Conjunto da APAC Mosteiro de São Bento 306

Figura 225: Conjunto do Corredor Cultural 306

Figura 226: Conjunto da Candelária 306

Figura 227: Rua da Alfândega, nº 45. 308

Figura 228: Rua da Alfândega, nº 42-48 308

Figura 229: Rua da Quitanda, nº 129. 308

Figura 230: Rua da Candelária, nº 06 308

Figura 231: Mapa indicando os imóveis de interesse de preservação pelos estudos realizados na década de 1990 no DGPC para criação de uma APAC do Entorno da Candelária. 308

Figura 232: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Graus e Esferas de Proteção. 312

Figura 233: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Número de Pavimentos. 313

Figura 234: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 313

Figura 235: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Contexto de Produção. 314

Figura 236: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Ling. Arquitetônica 314

Figura 237: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Usos Contemporâneos. Pavimento Térreo 315

Figura 238: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores 315

Figura 239: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Grau de Caracterização 316

Figura 240: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Estado de Conservação 316

Figura 241: Integrado Excepcional, Área 1: Edifício Sulacap 318

Figura 242: Integrado Principal, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 30. 318

Figura 243: Integrado Principal, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 29. 318

Figura 244: Integrado Referencial, Área 1: Rua da Alfândega, nº 47 318

Figura 245: Integrado Referencial, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 41 318

Figura 246: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 47. 318

Figura 247: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 49. 318

Figura 248: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 55. 318

Figura 249: Edifício do antigo IPEG: Av. Presidente Vargas, nº 670. 320

Figura 250: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Graus e Esferas de Proteção. 321

Figura 251: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Número de Pavimentos 322

Figura 252: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 323

Figura 253: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Contexto de Produção. 324

Figura 254: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Linguagem Arquitetônica 325

Figura 255: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo. 326

Figura 256: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores 327

Figura 257: Rua Sete de Setembro, nº 186. 328

Figura 258: Rua Sete de Setembro, nº 184. 328

Figura 259: Rua Sete de Setembro, nº 182. 328

Figura 260: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Graus e Esferas de Proteção 330

Figura 261: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Número de Pavimentos. 331

Figura 262: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Linguagem Arquitetônica. 331

Figura 263: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Contexto de Produção. 332

Figura 264: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Linguagem Arquitetônica. 332

Figura 265: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.. 333

Figura 266: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores 333

Figura 267: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco. Quadra 03. Mapa de Grau de Caracterização. 334

Figura 268: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco. Quadra 03. Mapa de Estado de Conservação. 334

Figura 269: Integrado Principal, Área 2: Rua de Setembro, nº 192. 335

Figura 270: Integrado Excepcional, Área 2: Igreja de São Francisco de Paula. 335

Figura 271: Integrado Referencial, Área 2: Rua de Setembro, nº 162. 335

Figura 272: Integrado Referencial, Área 2: Rua de Setembro, nº 168. 335

Figura 273: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua do Teatro, nº 11-13-15. 336

Figura 274: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua do Teatro, nº 17 336

Figura 275: Casos Particulares, Área 2: Largo de São Francisco de Paula,, nº 19. 336

Figura 276: Casos Particulares, Área 2: Largo de São Francisco de Paula, nº 21-23. 336

Figura 277: Rua dos Andradas, nº 147, em 2016. 338

Figura 278: Rua dos Andradas, nº 101 no "Mappa Architectural" de 1874 338

Figura 279: Rua dos Andradas, nº 147, na década de 1980. 338

Figura 280: Rua Júlia Lopes de Almeida, nº 13 340

Figura 281: Integrado Principal, Área 2: Rua dos Andradas, nº 161. 340

Figura 282: Integrado Principal, Área 2: Rua dos Andradas, nº 163. 340

Figura 283: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Graus e Esferas de Proteção 341

Figura 284: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Número de Pavimentos. 342

Figura 285: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Linguagem Arquitetônica. 342

Figura 286: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Contexto de Produção. 343

Figura 287: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Linguagem Arquitetônica. 343

Figura 288: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.. 344

Figura 289: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Usos Contemporâneos - Pav. Superiores 344

Figura 290: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Grau de Caracterização. 345

Figura 291: Área de Análise nº 2. Quadra 037. Mapa de Estado de Conservação. 345

Figura 292: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua Júlia Lopes de Almeida, nº 17 346

Figura 293: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua dos Andradas, nº 171. 346

Figura 294: Vazios Subutilizados: Rua Leandro Martins, nº 50-52 346

Figura 295: Edifícios Garagem, Área 2: Rua dos Andradas, nº 128. 346

Figura 296: Edifícios Garagem, Área 2: Rua da Conceição, nº 165. 346

Figura 297: Edifícios Garagem, Área 2: Rua Sem. Pompeu, nº 14. 346

Figura 298: Centro Cultural Light 348

Figura 299: Ocupação Chiquinha Gonzaga. 348

Figura 300: Detalhe do PAL nº 26224 de 1968 348

Figura 301: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Graus e Esferas de Proteção 349

Figura 302: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Número de Pavimentos. 350

Figura 303: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 351

Figura 304: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Contexto de Produção 352

Figura 305: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Linguagem Arquitetônica 353

Figura 306: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo. 354

Figura 307: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Usos Contemporâneos - Pav. Superiores. 355

Figura 308: Interior da Gare da Estação D. Pedro II, em 2002 356

Figura 309: Interior da Gare da Estação D. Pedro II, em 2002 356

Figura 310: Área de Análise nº 3 - Central. Graus e Esferas de Proteção 359

Figura 311: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 08. Mapa de Número de Pavimentos 360

Figura 312: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 08. Mapa de Valor de Integração p/ o Conjunto. 360

Figura 313: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Contexto de Produção 361

Figura 314: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Linguagem Arquitetônica 361

Figura 315: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo. 362

Figura 316: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores 362

Figura 317: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Grau de Caracterização. 363

Figura 318: Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Estado de Conservação. 363

Figura 319: Integrado Excepcional, Área 3: Avenida Caruso 365

Figura 320: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 83 365

Figura 321: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 85 365

Figura 322: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 87 365

Figura 323: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 95 365

Figura 324: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 198. 365

Figura 325: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 206. 365

Figura 326: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 208. 365

Figura 327: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 232. 365

Figura 328: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 224-226..... 365

Figura 329: Integrado Referencial, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 222. 365

Figura 330: Caso Particular, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 196..... 365

Figura 331: Detalhe do PAA nº 3059 de 1938..... 366

Figura 332: Detalhe do PAA nº 4463/PAL nº 12065 de 1946. 367

Figura 333: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Graus e Esferas de Proteção..... 368

Figura 334: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Número de Pavimentos. 369

Figura 335: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto..... 370

Figura 336: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Contexto de Produção..... 371

Figura 337: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Linguagem Arquitetônica..... 372

Figura 338: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo..... 373

Figura 339: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Sup.. 374

Figura 340: Casa de Deodoro..... 375

Figura 341: Balança-Mas-Não-Cai 375

Figura 342: Hospital Souza Aguiar..... 375

Figura 343: Policlínica Militar..... 375

Figura 344: Área de Estudo do Sul do Corredor Cultural: Quadras de Preservação Ambiental..... 377

Figura 345: Subáreas dos Estudos da APAC Cruz Vermelha. 379

Figura 346: Integrado Principal, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 210. 380

Figura 347: Integrado Principal, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 204. 380

Figura 350: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Graus e Esferas de Proteção..... 381

Figura 351: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Número de Pavimentos. 382

Figura 352: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Valor de Integração p/ o Conjunto.. 383

Figura 353: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Contexto de Produção..... 384

Figura 354: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Linguagem Arquitetônica..... 385

Figura 355: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo. 386

Figura 356: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores. 387

Figura 357: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Grau de Caracterização. 388

Figura 358: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Estado de Conservação. 389

Figura 359: Integrado Referencial, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 218. 390

Figura 360: Integrado Referencial, Área 4: Rua de Santana, nº 213 390

Figura 364: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Graus e Esferas de Proteção 392

Figura 365: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Número de Pavimentos. 393

Figura 366: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 394

Figura 367: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Contexto de Produção 395

Figura 368: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Linguagem Arquitetônica 396

Figura 369: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Usos Contemporâneos - Pav. Térreo. 397

Figura 370: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores. 398

Figura 373: Rua Néri Pinheiro, nº 327. 400

Figura 374: Rua Correia Vasques, nº 33 400

Figura 375: Croquis do Projeto de Niemeyer para o Sambódromo. 401

Figura 376: Construção do Sambódromo, 1984. 401

Figura 377: Fábrica da Brahma e Sambódromo, antes das reformas de 2011 404

Figura 378: Projeto da reforma, com a lâmina da Eco Sapucaí 404

Figura 379: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Graus e Esferas de Proteção 406

Figura 380: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Número de Pavimentos. 407

Figura 381: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto 407

Figura 382: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Cont. de Produção 408

Figura 383: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Ling. Arquitetônica 408

Figura 384: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo 409

Figura 385: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores 409

Figura 386: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Grau de Caracterização.. 410

Figura 387: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Estado de Conservação.. 410

Figura 390: Integrado Referencial, Área 5: Rua São Martinho, nº 21 411

Figura 391: Integrado Referencial, Área 5: Rua São Martinho, nº 23 411

Figura 392: Integrado Referencial, Área 5: Rua Laura de Araújo, nº 103 411

Figura 393: Integrado Referencial, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 124 411

Figura 394: Conflitante Recuperável, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 197. 411

Figura 395: Conflitante Recuperável, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 242 B. 411

Figura 397: Croquis de Lúcio Costa para o revestimento cerâmico do Banco Aliança 414

Figura 398: Casa na Ladeira do Valongo, nº 21 416

Figura 399: Mapa de novas APACs propostas para a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro 418

Figura 400: Esquema de proposição de categorias classificatórias para APACs 422

LISTA DE ABREVIATURAS

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS:

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

ÓRGÃOS DE TUTELA PATRIMONIAL FEDERAL:

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1938-1946]

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1946-1970]

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1970-1979]

SPHAN/FNpM - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1979-1990]

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural [1990-1994]

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [1994-]

ÓRGÃOS DE TUTELA PATRIMONIAL ESTADUAL:

DPHA - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara [1964-1975]

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro [1975-]

ÓRGÃOS DE TUTELA PATRIMONIAL MUNICIPAL:

DPC/DC -RJ - Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico do Departamento-Geral de Cultura [1984-1986]

DGPC-RJ - Departamento Geral de Patrimônio Cultural [1986-2006]

SEDREPAHC - Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro [2006-2009]

SUBPC - Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Rio de Janeiro [2009-2012]

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade [2012-]

ÓRGÂOS PÚBLICOS MUNICIPAIS:

IPP-RJ – Instituto Pereira Passos – Rio de Janeiro

RIOARTE - Instituto Municipal de Arte e Cultura

SMC-PCRJ - Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro

SMH-PCRJ - Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro

SMO-PCRJ - Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro

SMP-PCRJ - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral Rio de Janeiro

SMU-PCRJ – Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro

CONSELHOS DE TUTELA PATRIMONIAL:

CET - Conselho Estadual de Tombamento

CMPC-RJ - Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

DIÁRIOS OFICIAIS:

DOERJ – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro

DOGB - Diário Oficial do Estado da Guanabara

DORJ – Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

DOU – Diário Oficial da União

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÂO PATRIMONIAL:

AEBT - Área de Entorno de Bem Tombado

APA – Área de Proteção Ambiental

APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural

ARQUIVOS PÚBLICOS:

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

DEMAIS ABREVIATURAS:

BT - Bem Tombado

LAPA-PROURB-UFRJ - Laboratório de Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAA – Projeto Aprovado de Alinhamento

PAL – Projeto Aprovado de Loteamento

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PDF - Prefeitura do Distrito Federal

RME - Revista Municipal de Engenharia

SAARA - Sociedade de Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências

SARCA - Sociedade de Amigos da Rua da Carioca

SEC-RJ - Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 5

RESUMO 7

ABSTRACT 9

LISTA DE ILUSTRAÇÕES 11

LISTA DE ABREVIATURAS 25

INTRODUÇÃO **35**

A) APRESENTAÇÃO 35

B) RECORTE TEMÁTICO E CONCEITUAL DA TESE 37

C) RECORTES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA TESE 38

D) BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO 41

E) PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS 51

F) HIPÓTESES 57

G) OBJETIVOS DA TESE 57

H) ABORDAGEM METODOLÓGICA: 58

I) A ESTRUTURA DA TESE 60

I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO **63**

CAPÍTULO 1:

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO **65**

1.1. Noções Gerais de Patrimônio Cultural Edificado e sua Preservação 66

1.2. Os primórdios da Preservação na Europa, do Renascimento ao início do Século XX: A valorização das antiguidades e dos monumentos históricos 71

1.2.1. As experiências iniciais: o culto das antiguidades e dos antiquários 71

1.2.2. A Revolução Industrial e seus impactos na preservação no Século XIX 73

1.2.3. A experiência inglesa: das Sociedades de Antiquários ao Ato de Proteção de Monumentos Antigos 74

1.2.4. A experiência francesa: da Revolução à Legislação de Monumentos Históricos 79

1.2.5. As contribuições dos países germânicos 84

1.2.6. Repercussões na Itália: de Boito e a tutela dos monumentos à Giovannoni e escala urbana 92

1.3. Os discursos internacionais no período entre guerras (1918-1939): Das cartas preservacionistas às diretrizes da cidade funcional 101

1.4. Preservação e Modernidade na experiência patrimonial brasileira na década de 1930: O início da atuação do SPHAN 105

1.5. A emergência do patrimônio cultural: Os discursos internacionais no pós-guerra.... 113

1.6. Debates contemporâneos do patrimônio cultural edificado 129

CAPÍTULO 2:

POR UMA ABORDAGEM MORFOLÓGICA DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO 137

2.1. Morfologia Urbana: Um campo em transformação..... 137

2.2. Morfologia Urbana e Processos Tipológicos 145

2.2.1. O tipo e os estudos tipológicos..... 145

2.2.2. Gianfranco Caniggia, e a leitura da edificação de base 148

2.3. Morfologia Urbana e Patrimônio Cultural: o Caso de Bolonha (1969)..... 152

2.3.1. Antecedentes do "Plano para o Centro Histórico" de 1969..... 153

2.3.2. "Plano para o Centro Histórico" de 1969: Metodologia de Intervenção..... 154

2.3.3. Desdobramentos do Plano de 1969..... 157

2.4. Uma abordagem morfológica do patrimônio cultural edificado 158

2.4.1. A abordagem morfológica como instrumento de compreensão da noção de patrimônio..... 159

2.4.2. A abordagem morfológica como instrumento de apreensão da forma urbana..... 161

2.4.3. A abordagem morfológica como instrumento de análise do patrimônio cultural edificado..... 162

2.5. Procedimentos de Leitura Tipo-Morfológica do Patrimônio Cultural Edificado 164

2.5.1. A materialidade do bem patrimonial..... 166

2.5.2. Os valores do bem patrimonial:..... 174

2.5.3. A apropriação do bem patrimonial:..... 178

2.5.4. A abrangência do bem patrimonial:..... 180

2.5.5. Análises das tipologias patrimoniais:..... 183

II – LEITURAS MORFOLÓGICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL 187

CAPÍTULO 3:

EMBATES E DIÁLOGOS NOS PROCESSOS PATRIMONIAIS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E / OU RENOVAÇÃO..... 189

3.1. Os Antecedentes da Preservação na Cidade do Rio de Janeiro 191

3.2. Um paradoxo nas proposições urbanas (1938-1964): A atuação do SPHAN vs. a abertura da Av. Presidente Vargas 204

3.3. Dos Excepcionais Tombamentos às Áreas de Preservação (1964-2000): a atuação patrimonial no Rio de Janeiro nas três esferas de proteção 236

3.4. Os novos rumos da preservação carioca (2000 – em diante)..... 275

CAPÍTULO 4:

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA COMPREENSÃO MORFOLÓGICA 297

4.1. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 1, Candelária 300

4.1.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Candelária..... 300

4.1.2. Caso para Estudo: Propostas de Tombamento e Preservação do Entorno da Candelária 307

4.1.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Candelária (Quadras-Detalhe 15 a 20)..... 312

4.2. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 2, Largo de São Francisco e Rua da Conceição 319

4.2.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área do Largo de São Francisco e Rua da Conceição..... 319

4.2.2. Caso para Estudo: Tombamento dos Sobrados da Rua Sete de Setembro..... 328

4.2.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área do Largo de São Francisco (Quadra-Detalhe 03)..... 330

4.2.4. Caso para Estudo: Tombamento da Casa de Machado de Assis na Rua dos Andradas..... 336

4.2.5. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Rua da Conceição (Quadra-Detalhe 37)..... 340

4.3. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 3, Central..... 347

4.3.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Central..... 347

4.3.2. Caso para Estudo: O tombamento pelo IPHAN da Estação D. Pedro II..... 356

4.3.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Central (Quadra - Detalhe 08)..... 359

4.4. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 4, Santana 367
4.4.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área de Santana 367
4.4.2. Caso para Estudo: A Preservação da APAC Cruz Vermelha 376
4.4.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área de Santana (Quadra - Detalhe 08) 380
4.5. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 5, Cidade Nova 391
4.5.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Cidade Nova 391
4.5.2. Caso para Estudo: O tombamento pelo INEPAC da Passarela do Samba 400
4.5.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Cidade Nova (Quadras-Detalhe 14 e 15) 405
4.6. Vulnerabilidades e Vislumbres para o Patrimônio Cultural Edificado na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro 413
4.6.1. Propostas e Revisões para Tombamentos 413
4.6.2. Propostas e Revisões para Áreas de Preservação 417

CONCLUSÃO 423

REFERÊNCIAS 429

A) BIBLIOGRAFIA E ICONOGRAFIA 429
B) CARTAS PATRIMONAIS E DOCUMENTAÇÕES AFINS 441
C) LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS 442
D) LEGISLAÇÕES NACIONAIS (BRASIL) 443
E) LEGISLAÇÕES ESTADUAIS (ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ANTIGO ESTADO DA GUANABARA) 444
F) LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS (CIDADE DO RIO DE JANEIRO E ANTIGO DISTRITO FEDERAL) 445
G) PROCESSOS CONSULTADOS NO IPHAN 452
H) PROCESSOS CONSULTADOS NO INEPAC 455
I) PROCESSOS CONSULTADOS NO CMPC-RJ 456
J) DOCUMENTOS CONSULTADOS NO IRPH 458
K) BASES CARTOGRÁFICAS 459
L) PROJETOS APROVADOS DE ALINHAMENTO E LOTEAMENTO CONSULTADOS NA SMU-PCRJ 460

APÊNDICE A:

INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS TOMBADOS NO RECORTE ESPACIAL INTERMEDIÁRIO DA TESE 467

APÊNDICE B:

MAPAS COMPLEMENTARES: GRAU DE CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS BENS EDIFICADOS NAS ÁREAS DE ANÁLISE..... 519

APÊNDICE C:

INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS ANALISADOS NAS QUADRAS-DETALHE DO RECORTE ESPACIAL DA TESE..... 531

VERSÃO DIGITAL [CÓDIGO QR]:

ARQUIVOS EM PDF (300, 200 ou 100 dpi)

ARQUITVOS EM JPG (300 dpi)



INTRODUÇÃO

A) APRESENTAÇÃO

A tese investiga os embates e diálogos presentes no processo de reconhecimento do patrimônio cultural edificado nas cidades contemporâneas, a partir de análises das políticas de preservação patrimonial e das práticas cotidianas de proteção do espaço urbano. Esta pesquisa se insere, assim, no quadro mais amplo do projeto de futuro do patrimônio cultural edificado nas cidades, ao buscar identificar as visões conflitantes e/ou convergentes na temática patrimonial.

Numa dimensão urbana e contemporânea, compreende-se o patrimônio cultural edificado como sendo os bens arquitetônicos que adquirem *significação cultural*[1] ao longo de sua apropriação na cidade, imbuídos de múltiplos valores, tais como o valor *histórico* (como um registro documental da história urbana), o *artístico* (presente na arquitetura como representação das expressões artísticas de uma sociedade), o da *cultura popular* (como apoio à memória das vivências e tradições de um povo), e de *uso* (como bem patrimonial que cumpre função social na cidade contemporânea).

Outro ponto que caracteriza estes bens em seu papel patrimonial é a ação do Estado em seu reconhecimento legal. Como afirma Fonseca (1997, p. 38), estes são selecionados por uma instituição estatal que considera seus valores simbólicos como parte fundamental "de uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município) ". Logo, para a fruição destes bens enquanto patrimônios, "é preciso que se aceite uma convenção", na qual estes "conotam determinadas significações", atribuídas pelos agentes estatais nesse processo de reconhecimento, a partir de definições estabelecidas *a priori.* Estas definições seriam os valores excepcionais que se encontram no bem cultural, e que garantem sua aferição como um patrimônio para todos.

Já o termo "contemporâneo" pode designar duas acepções distintas. A primeira, como uma adjetivação genérica, que relaciona dois ou mais elementos como partícipes de um mesmo momento no tempo. A segunda é mais específica e age como um instrumento de datação, conferindo a determinado elemento uma dimensão temporal que corresponde ao nosso

[1] A significação cultural designa o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras. Ela está incorporada no sítio cultural em si, no seu tecido, ambiência, uso, associações, registros, e nos sítios e objetos relacionados. Sítios culturais podem ter um conjunto de valores para diferentes grupos ou indivíduos. (CARTA DE BURRA, 2013)

momento atual. É esta última concepção, a empregada por Secchi (2006 [2000], p. 88), ao definir a cidade contemporânea como portadora de uma "firme resistência a descrição", que para muitos é tida como "um confuso amálgama de fragmentos heterogêneos". Esta pode pode-se resumir como:

> "[...] um lugar privilegiado da mescla de pessoas e diversificação de atividades, e da simultaneidade de casas e oficinas, de escritórios e lojas, de equipamentos públicos e privados, de linguagens arquitetônicas de culturas, figuras sociais, técnicas produtivas, produtos. Partes da cidade, materiais urbanos e formas espaciais pertencentes a diversos períodos da história [...] mesclam-se a materiais, formas, figuras e técnicas que anunciam aspectos do futuro [...]" (SECCHI, 2006 [2000], p. 90)

O patrimônio cultural edificado pode ser compreendido nestes *fragmentos heterogêneos*, nos quais se evidencia a convivência cotidiana entre diversos períodos da história, como edificações que resistem na contemporaneidade. O reconhecimento destes bens, no entanto, passou por transformações importantes. Até a segunda metade do século XX, estes eram identificados, segundo Choay (2001 [1992], p. 25), com a noção de monumento histórico, conceituada por Alois Riegl (2013 [1903]) como "uma constituição *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e dos amantes de arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes".

Essa visão restrita de patrimônio, como o monumento individual de valor histórico-artístico, rompe-se na década de 1960, acompanhando um processo de ressignificação da cultura, que passava a abranger também aquelas de origem popular, tradicional e cotidiana. A "Carta de Veneza"[2], documento paradigmático de 1964, é representativa deste momento, incorporando as arquiteturas menores e obras modestas que tenham adquirido significação cultural como elementos dignos de proteção no espaço urbano.

Apesar da abrangência na compreensão do que se configura como um bem digno de preservação, a sua designação como patrimônio, persiste como uma seleção – um juízo de valor. Para David Charles Harvey[3] (2008), o patrimônio é um produto da contemporaneidade

[2] Maiores detalhes acerca desta importante contribuição para o patrimônio será abordada no primeiro capítulo desta tese.

[3] O autor David C. Harvey faz parte da escola de estudos críticos de patrimônio (*critical heritage studies*) que compreende uma rede de acadêmicos e pesquisadores que trabalham no campo ampliado e interdisciplinar dos estudos de preservação patrimonial cultural. Reunidos na ACHS (*Association of Critical Heritage Studies),* o objetivo principal do grupo é promover o estudo patrimonial como uma

moldado a partir da história, imbuído de subjetividades, que se configura como um processo baseado no presente. Ele é uma construção do presente, que reconhece nos elementos no passado, aquilo a ser salvaguardado para o futuro. Em um mundo no qual a experiência cotidiana contemporânea está associada à vida urbana, definir o que se reconhece como patrimônio, é portanto, um modo de orientar a produção das cidades - um projeto de futuro.

Choay (2013 [2009]) aborda essa relação entre patrimônio e a contemporaneidade quando advoga pela reconquista da "competência de edificar e habitar um patrimônio contemporâneo e inovador na continuidade do antigo", dotando-os "de novos usos adaptador à demanda social contemporânea", e sendo respeitoso no ato de "proceder às suas transformações necessárias".

B) RECORTE TEMÁTICO E CONCEITUAL DA TESE

Definiu-se como recorte temático e conceitual da tese, o processo de reconhecimento do patrimônio cultural edificado e sua proteção legal pelo Estado, compreendendo sua revisão como essencial, uma vez que ela seria o ponto de partida do amplo processo de ações compõem a preservação patrimonial. Esse processo de preservação compreenderia as múltiplas atividades articuladas que concernem o bem cultural., que podem ser agrupadas em três etapas.



Figura 1: Esquema do processo de preservação do patrimônio cultural edificado.

A primeira etapa incorporaria, portanto, o reconhecimento e proteção do bem, com objetivo de que seus valores sejam transmitidos para gerações futuras. A segunda etapa deste processo seria a atividade da conservação, que corresponde a uma ação no bem patrimonial com

área de questionamento crítico. Este autor não se trata, portanto, do geógrafo David W. Harvey, famoso pela sua obra seminal "A Condição Pós-Moderna", de 1975.

intuito de garantir que seus valores sejam efetivamente preservados. A terceira etapa no processo de atuação patrimonial seria a intervenção restauradora, que busca resgatar os valores perdidos frente a ineficácia ou inexistência de uma ação prévia conservadora.

No contexto do patrimônio cultural edificado presente no espaço urbano, a proteção é uma ação vinculada a discussões conceituais dos valores reconhecíveis nesses bens culturais. Nessa etapa do processo, preocupa-se, em um determinado presente, em debater quais edificações produzidas no passado devem ser garantidas para o futuro: o que se configura como um patrimônio na dimensão urbana? Já a conservação traz como questionamentos o modo de garantir essa proteção – ela é uma ação associada à gestão desses bens patrimoniais: quais ações devem ser tomadas a fim de manter os valores presentes nesse patrimônio edificado sujeito às transformações e processos urbanos. Nesta tese, a preservação patrimonial será discutida no âmbito desta primeira etapa de atuação – a proteção e reconhecimento dos bens culturais edificados. Questões referentes à gestão patrimonial, como os modos de conservação destas edificações reconhecidas como patrimônio serão abordadas apenas de maneira complementar.

C) RECORTES ESPACIAIS E TEMPORAIS DA TESE

O campo de disputas entre a preservação e a renovação tem na Cidade do Rio de Janeiro um excepcional laboratório de estudos. Capital nacional entre os anos de 1763 e 1960, sua Área Urbana Central comporta além do seu núcleo histórico, um centro de negócios que foi alvo, ao longo dos últimos dois séculos, dos anseios transformadores compartilhados pelos grupos políticos em posição de poder e dos empreendedores imobiliários. Seu tecido urbano, por sua vez, destaca-se pela sobreposição de instrumentos de proteção patrimonial pelo Estado – tombamentos de bens edificados em múltiplas esferas de atuação (municipal, estadual e federal) e áreas de preservação municipais. Definiu-se esta Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro como sendo o recorte espacial mais abrangente para análise nesta tese, com rico tecido urbano constituído a partir de *fragmentos heterogêneos* de diversas propostas urbanísticas ao longo da história.

Dentre estes fragmentos destaca-se o entorno da Avenida Presidente Vargas. Em meio às inúmeras áreas de preservação patrimonial e bens edificados protegidos desta Área Urbana Central, a formação do seu tecido desta Avenida foi concomitante ao processo de construção do patrimônio cultural edificado na Cidade do Rio de Janeiro. Definida como o recorte espacial intermediário de análise, compreende-se a Avenida Presidente Vargas pelo seu eixo viário,

edifícios lindeiros, e o tecido urbano que compõe o seu *conjunto projetual*[4] (BORDE, 2006). Nas franjas desse conjunto, onde tencionam-se as forças que incidem nos processos urbanos, destacam-se os embates e diálogos da preservação patrimonial e o desenvolvimento da cidade. Os vestígios do processo de formação da cidade, cristalizados no processo de sua construção patrimonial (o reconhecimento do valor dos bens edificados e sua proteção por parte do Estado), podem ser observados conjuntos históricos preservados que em partes se interpolam – integrando-se ou dissociando-se - ao *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas.

Em meio a este conjunto projetual e suas franjas de preservação patrimonial, estabeleceram-se cinco recortes espaciais menores, definidos como áreas de análise. Estas áreas representam justamente os pontos de tensão entre a Av. Presidente Vargas e os conjuntos preservados, sendo passíveis de uma leitura mais aprofundada da situação geral do patrimônio na Área Urbana Central da Cidade. Por fim, no interior de cada área de análise, foram elegidas quadras para detalhamento, ou quadras-detalhe, que promovem leituras específicas ao nível da edificação de interesse patrimonial, e que permitiriam subsidiar revisões nos instrumentos de proteção[5].



Figura 2: Avenida Presidente Vargas, em 2014.

Fonte: Adriana Lorete - Agência O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/a-presidente-vargas-na-atualidade-13840655>

[4] A noção de "conjunto projetual" da Avenida Presidente Vargas é adotada por Borde (2006, p. 216), para se referir, em contraposição à noção de conjunto urbano, à área formada por "intervenções urbanas seminais" e os "tecidos lindeiros desestabilizados".

[5] Estes recortes espaciais menores, de nível aprofundado e detalhado, serão apresentados no quarto capítulo da tese.

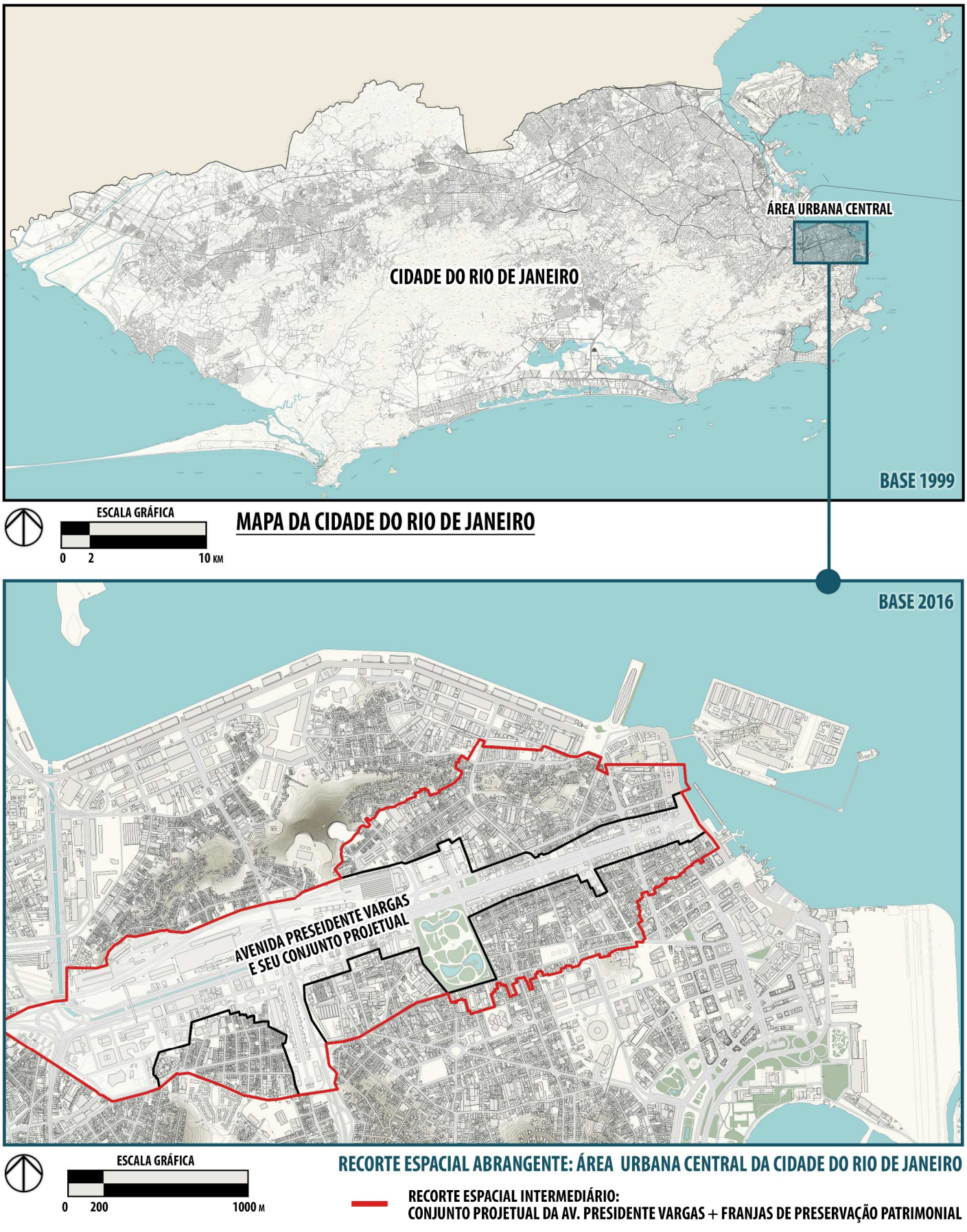


Figura 3: Mapa da Cidade do Rio de Janeiro. Recortes Espacial Abrangente e Recorte Espacial Intermediário.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

No referente aos recortes temporais, definiram-se datas chave[6] para estudo dos processos de preservação na cidade, tendo como referência: a história urbana da cidade, seus planos e propostas urbanísticas; sua produção cartográfica e cadastral; e as ações de proteção patrimonial que nela incidem ao longo da história.

O processo de preservação analisado a partir dos recortes espaciais na escala abrangente (Área Urbana Central) e intermediária (Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas, e suas franjas de preservação patrimonial) tem como ponto de partida o início da atuação de proteção de bens edificados na década de 1930, estendendo-se até a contemporaneidade. Com relação às leituras mais aprofundadas e detalhadas, referente aos recortes espaciais das áreas de análise e quadras-detalhe, prioriza-se a compreensão do panorama contemporâneo, identificando as práticas cotidianas de proteção do patrimônio cultural edificado.

D) BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Como mencionado anteriormente, a preservação patrimonial de bens edificados na Cidade do Rio de Janeiro, capital nacional por dois séculos (1763-1960), tem início na década de 1930, com a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN[7]. A criação do órgão insere-se no contexto de duas importantes circunstâncias no cenário brasileiro da época: o movimento modernista e o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945). Reunia-se, neste momento, o desejo dos modernos em reconhecer as autênticas expressões culturais brasileiras, e o do governo autoritário em se posicionar como o *"representante legítimo dos interesses na nação"* (FONSECA, 1997, p. 90) na construção de uma identidade nacional.

Através da aplicação do instrumento do tombamento, instituída pelo Decreto Lei Nº 25 de 1937, o mesmo que regulamentou o SPHAN, foram selecionados como patrimônio histórico e artístico nacional:

> "(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. " (DECRETO-LEI nº 25 de 1937)

[6] São estas: 1938, 1964, 1980, 2000 e 2018. As escolhas por estas datas estão apresentadas no terceiro capítulo da tese, que aborda o histórico processo de preservação do patrimônio cultural edificado na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro.

[7] O SPHAN foi criado em abril de 1936, por iniciativa do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a partir de ideias apresentadas num anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade, no mesmo ano, e oficializado pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.

A década de 1930 é também significativa para a discussão do patrimônio edificado articulado ao espaço urbano no contexto internacional. O arquiteto italiano Gustavo Giovannoni publica, em 1931, o livro "*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*[8]. O mesmo é a figura proeminente por trás do primeiro documento internacional de salvaguarda patrimonial, a "Carta de Atenas de Restauro". Nela já surge uma preocupação com a paisagem urbana, recomendando que na construção de novos edifícios tenha-se respeito ao "caráter e a fisionomia das cidades" (CARTA DE ATENAS DE RESTAURO, 1931). Choay (2001 [1992], pp 200-201), credita a Giovannoni, a criação do termo "patrimônio urbano" em suas afirmações de que "a cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo. "

Poucos anos mais tarde, em 1933, é produzida no "IV CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna", a "Carta de Atenas". Este documento clássico publicado apenas em 1941, se contrapõe ao anterior ao considerar os monumentos históricos como obstáculos ao desenvolvimento urbano. Somente aqueles de real valor arquitetônico, histórico ou espiritual seriam salvaguardados.

Ou, nem estes, como se observa no Rio de Janeiro, no projeto de urbanização da Avenida Presidente Vargas, um caso exemplar do patrimônio como obstáculo à transformação urbana. Em 1938, o SPHAN inicia os primeiros temperamentos: igrejas e grandes edificações civis representativas do período colonial e imperial do Brasil, com o Centro da Cidade do Rio de Janeiro concentrando um expressivo número destes bens. No mesmo ano, é exposta na "XI Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro", a maquete da Avenida 10 de Novembro (Figura 4), em alusão à data do golpe do Estado Novo. Estre projeto consistiu numa revisão do Serviço Técnico do Plano da Cidade de um prolongamento da Avenida do Mangue (Figura 5), proposta por Alfred Agache, em seu "Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade" (1930). A Avenida do Mangue arrasaria todos os quarteirões contidos entre as antigas ruas General Câmara e São Pedro, desde o Cais dos Mineiros até o a Praça da Bandeira. No eixo da grande avenida, é preservada a Igreja da Candelária, incorporando sua grandiosidade à monumental a obra viária.

O projeto começa a se concretizar a partir de 1941, alterando a forma urbana da cidade. São demolidos os imóveis ocupavam o trecho destinado a faixa de rolamento da avenida (Figura

[8] Nesta obra, Giovannoni retoma temática já desenvolvida em dois artigos anteriores para a Revista "*Nuova Antologia*" voltados para a importância da preservação de conjuntos urbanos antigos. Publicados originalmente em 1913, estes artigos foram recentemente traduzidos para o português, com os títulos: "Velhas Cidades e Nova Construção Urbana" e "O desbastamento de construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma". Estes integram o livro "Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos" (KUHL, 2013).

6). Contudo, entre essas edificações a serem removidas estavam algumas das arquiteturas monumentais salvaguardadas pelo SPHAN poucos anos antes, que compunham o primitivo núcleo urbano do Rio de Janeiro, tais como: a Igreja de São Pedro dos Clérigos (Figura 7), a Igreja de São Domingos, a Igreja do Bom Jesus do Calvário. Destruiu-se também uma faixa do Campo de Santana, igualmente protegido com tombamento.

No embate entre a preservação patrimonial e a produção da cidade contemporânea, o novo prevalece, e as igrejas são deslombadas[9] e demolidas em 1943. Em 1944, é inaugurada a avenida rebatizada de Presidente Vargas. O casario colonial e eclética ainda pontuavam as margens da nova avenida e seu característico conjunto urbano composto por uma cortina de fachadas atravessada por uma galeria de pedestres ao longo da via (Figura 8).

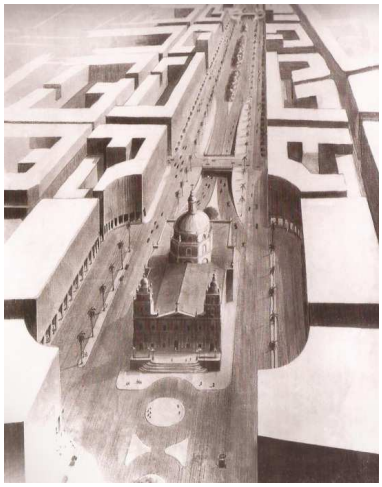


Figura 4: Perspectiva do Projeto da Av. 10 de Novembro.
Fonte: RME, 1938.

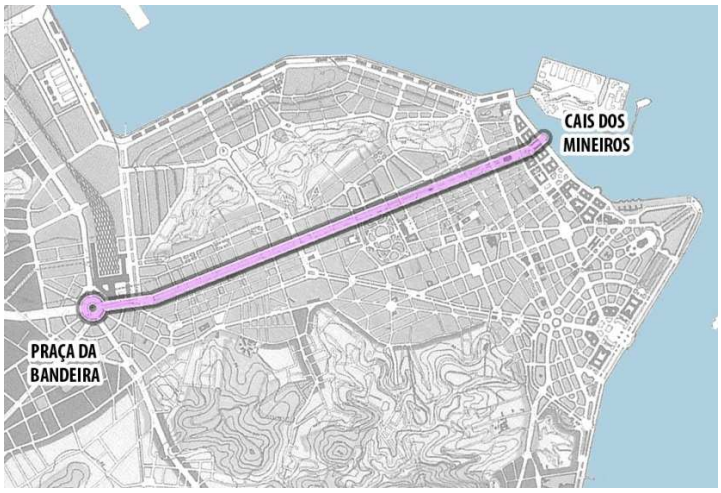


Figura 5: Plano Agache, com indicação do traçado da Avenida do Mangue.
Base: AGACHE, 1930.



Figura 6: Vista lateral da construção da Av. Pres. Vargas, 1943.
Fotografia de Aristógiton Malta. Fonte: ERMAKOFF, 2008.



Figura 7: Igreja de São Pedro dos Clérigos sendo demolida, 1943.
Fotografia de Gilberto Ferrez. Fonte: ERMAKOFF, 2008.

[9] A prática do destombamento foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 3866 de 1941, que possibilitou cancelar o tombamento de bens previamente protegidos pelo SPHAN.



Figura 8: Fotografia aérea da Av. Presidente Vargas, na década de 1950.
Fonte: BUENO & TAIBTELBAUM, 2010.

Esse embate entre a preservação e o desenvolvimento integra, segundo Gonçalves (1996, p. 89), o discurso de salvaguarda nacional, pois:

> "(...) é tão somente na medida em que existe um patrimônio cultural objetificado e apropriado em nome da nação, ou de qualquer outra categoria sócio-política, que se pode experimentar o medo de que ele possa ser perdido para sempre". (GONÇALVES, 1996, p. 89)

A escolha pela preservação de um determinado bem, é ao mesmo tempo indicativa do medo de perdê-lo, e de uma decisão que permite destruir outros, visando o futuro. Para Lowenthal (2000, p. 21), "patrimônio cultural envolve substituição e retenção". Neste sentido, pode-se afirmar que a destruição é um de seus componentes.

> "A destruição não é simplesmente um traço hereditário ou um comportamento patológico excepcional a ser superado: ela está profundamente encrustada na natureza humana e na sociedade, parte essencial da vida econômica e criativa. " (LOWENTHAL, 2000, p. 21, Tradução Nossa)

No Brasil, desde a promulgação do Decreto Lei nº 25, a salvaguarda dos bens nacionais articula-se ao termo patrimônio, compreendido em 1937 como um legado para gerações futuras. Logo, torna-se compreensível, o tombamento de bens edificados contemporâneos pela DPHAN[10] na década de 1940, como a Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte, e o Palácio Gustavo Capanema, no Centro do Rio de Janeiro – ambas obras expoentes da arquitetura moderna que vinha sendo produzida naquele momento. Estas eram paradigmas daquilo que se desejava que as cidades se tornassem, com valor reconhecido para

[10] Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão sucessor do SPHAN.

o amanhã, não somente como produção histórica e artística a ser rememorada, mas como projeto de futuro ainda a ser erigido.

Na década de 1960, este cenário ganha novos contornos. A Cidade do Rio de Janeiro perde sua condição de capital federal sendo reconfigurada administrativamente como o Estado da Guanabara, sendo a salvaguarda do seu patrimônio regulamentado também pelo primeiro órgão de preservação patrimonial de atuação estadual do Brasil[11], a "DPHA – Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Guanabara", que desde 1975 passa a se denominar "INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro". Seguindo a proposta desenvolvida pelo SPHAN nas décadas anteriores, a DPHA também utiliza do instrumento do tombamento como meio de proteção dos bens valorizados. Entre as primeiras ações de tombamento na área Central, está a proteção da área remanescente do Campo de Santana, que desde o destombamento pelo SPHAN em 1943 não contava mais com proteção patrimonial. O mesmo só veio a ser protegido novamente pelo órgão federal de proteção em 2015, mais de 70 anos após seu destombamento.

A década de 1960 constitui-se em um marco nos embates e diálogos entre preservação e desenvolvimento, não apenas no Rio de Janeiro, como também no contexto europeu, principal referência para o patrimônio brasileiro. Na Europa, a década é marcada pelos encontros realizados no âmbito da UNESCO, pela importância de salvaguardar conjuntos urbanos, e portanto, pela incorporação das noções de planejamento urbano e conservação às políticas de preservação. Transformações podem ser lidas: na edição da Lei Malraux, em 1962, na França, que entre outras disposições institui os "*secteurs salvaguardés*" - ou setores de salvaguarda; na publicação da Carta de Veneza (1964), na qual valoriza-se não somente o imóvel isolado como um bem a ser protegido, mas também o conjunto edificado que compõe a vida nas cidades; na criação do "ICOMOS – o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios"; e por fim, em 1969, na experiência precursora do "Plano para o Centro Histórico de Bolonha" (Figura 9), concebido por Pier Luigi Cervellati.

[11] A DPHA foi o primeiro órgão em esfera estadual no Brasil que efetivamente protegeu o patrimônio histórico e artístico no âmbito de seu território. Contudo, iniciativas estaduais de proteção dos monumentos nacionais antecedem a criação do órgão federal, o SPHAN, já na década de 1920. Em 1927, o Estado da Bahia cria a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. No ano seguinte, o Estado de Pernambuco também cria sua própria Inspetoria. Estas não foram eficientes na proteção dos seus monumentos, e extinguiram-se com a criação do SPHAN em 1937. Estes estados só teriam seus próprios órgãos de proteção, respectivamente, em 1967, com a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, e em 1973, com a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.



Figura 9: Centro Histórico de Bolonha.

Fonte: http://asviajantes.com/wpcontent/uploads/2010/09 /Bologna -SanPetronioPiazzaMaggiore1.jpg>

As cartas patrimoniais dão sequência a esta nova visão[12], tornando mais específicos conceitos e diretrizes relacionados à preservação patrimonial. Em 1975, o conceito de "conservação integrada" proposto na "Declaração de Amsterdã" parte dessa abordagem atualizada ao definir que "a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial. " (DECLARAÇÂO DE AMSTERDÃ, 1975)

No ano seguinte, a "Recomendação de Nairóbi" (1976), amplia o conceito de significado patrimonial para além do monumento isolado, compreendendo os sítios urbanos ou rurais, monumentais ou modestos, ao definir o que se configura um conjunto histórico:

> "(...) todo agrupamento de construções e de espaços (...) que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural"

E estabelece o conceito de ambiência destes conjuntos históricos como:

> "(...) o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976).

Esse processo de ampliação do valor patrimonial verificado no campo internacional nos anos 1970 também se observa no contexto brasileiro. Nesta década, o "IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", sucessor da DPHAN, agrega os bens edificados monumentais representativos do início do século XX de linguagem arquitetônica eclética,

[12] Segundo Castriota (2009, pp. 160-161), neste momento, a visão patrimonial passa a agregar a noção de conservação, que considera "a inevitabilidade da mudança", e emerge junto à consolidação da ideia de patrimônio urbano, "objeto não estático por excelência".

outrora considerados exemplares de uma cultura sem identidade brasileira, aos seus "livros do tombo"[13].

Na atuação estadual, o "INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro"[14] que se destacava por uma posição mais abrangente que o IPHAN em relação ao patrimônio, propõe em 1982 o tombamento do conjunto edificado da Rua da Carioca, composto por um pequeno e modesto casario de edificações neoclássicas e ecléticas representativas da virada do século XIX para o XX.

No final dos anos 1970, é elaborado ao nível municipal, o primeiro projeto de preservação e recuperação do conjunto urbano do Centro da Cidade do Rio de Janeiro: o Projeto Corredor Cultural (1979). O conceito de preservação privilegiado pela equipe do projeto ia além da proteção do monumento excepcional, e incorporava o "conjunto formado por imóveis que não tinham interesse histórico ou arquitetônico isoladamente, (...), mas que em consonância com as atividades tradicionais ajudavam a compor a ambiência e identidade da área". (MACEDO, 2004, p. 90) Essa preservação seria articulada ao desenvolvimento da cidade, buscando o equilíbrio entre os processos de proteção patrimonial e renovação, tal como apontado na "Declaração de Amsterdã".

O projeto só seria posto em prática na década seguinte, com a publicação da Lei Municipal nº 506 de 1984, que criou a Zona Especial do Corredor Cultural, e dispõe sobre a proteção de bens imóveis em uma área delimitada no ano anterior. Este projeto tinha como objetivo: a preservação dos imóveis ainda íntegros, a recuperação daqueles descaracterizados, e a inserção de novos edifícios nos lotes vazios. Os parâmetros iniciais seriam revistos em 1987, com a produção do PAA nº 10.600 e do PAL nº 41.632 (Figura 10), ainda em vigor na estruturação urbana da área Central da Cidade do Rio de Janeiro.

Ao final dos anos 1980, as "APAs - Áreas de Proteção Ambiental"[15] são definidas pelo Decreto nº 7.612 de 1988 como um instrumento municipal de preservação. Na década seguinte, as APAs são regulamentadas como "APACs - Áreas de Proteção do Ambiente Cultural" [16]., pelo

[13] Na Cidade do Rio de Janeiro, as grandes arquiteturas *da Belle Époque* carioca como o Theatro Municipal (tombado pela DPHA, em esfera estadual, em 1972) e a Biblioteca Nacional, foram conferidas tombamento pelo IPHAN em virtude do seu valor artístico.

[14] Com fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a antiga DPHA da Guanabara passa se constituir no INEPAC.

[15] Na década de 1980 são delimitadas Áreas de Proteção Ambiental nos bairros de Santa Teresa (1984), da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (Projeto SAGAS, 1985-1987), e da Urca (1988),

[16]Área de Proteção do Ambiente Cultural, definida como instrumento municipal de preservação do ambiente urbano, no "Plano Diretor Decenal" de 1992 (Lei Complementar nº 16 1992), e revisada no

"Plano Diretor Decenal de 1992" (Lei Complementar nº 16 de 1992). A partir de então, outras APACs foram estabelecidas na Área Central da Cidade, como: a Cruz Vermelha (1992), Arcos da Lapa (2001) e Mosteiro de São Bento (2004, incorporando a APAC Teófilo Otoni de 1997).

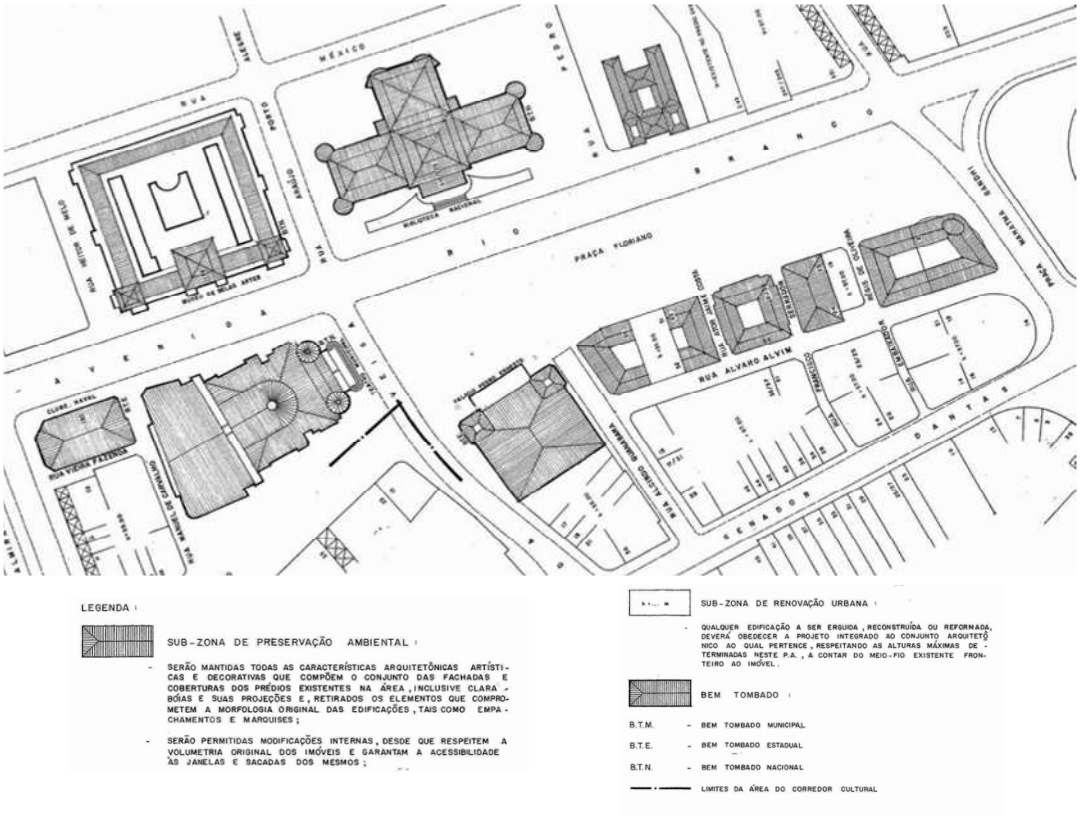
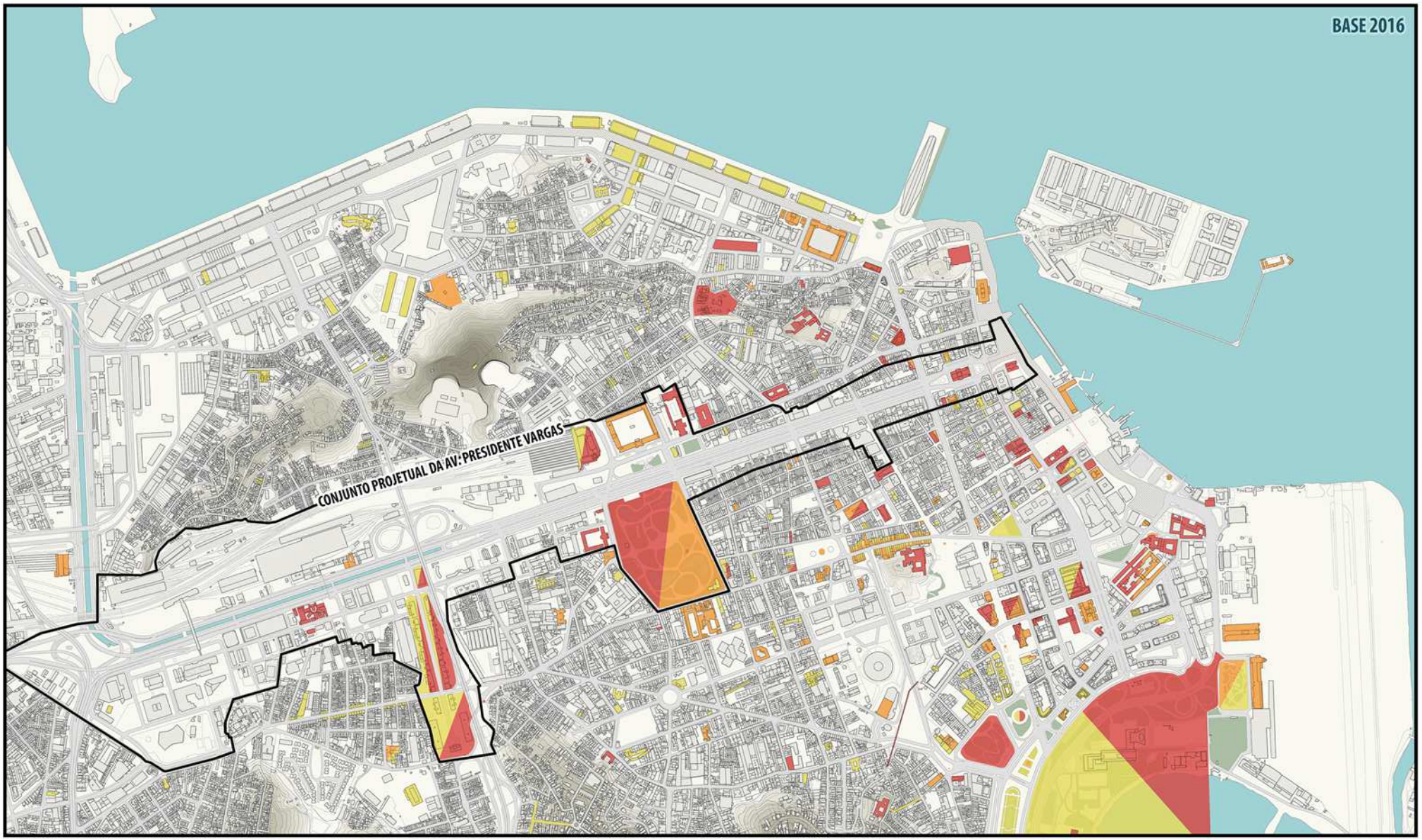


Figura 10: Detalhe do PAA nº 10.600 e o PAL nº 41.632 de 1987.
Fonte: SMU-PCRJ

A cidade contabiliza hoje a existência de pelo menos 35 APACs e Áreas de Entorno de Bem Tombado (AEBT)[17], além dos tombamentos de bens edificados individuais pelas esferas municipal, estadual e federal, como meios de rememorar e ler o passado, proteger o presente, e desenhar o futuro da cidade.

"Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município" de 2011 (Lei Complementar nº 111 de 2011). Nesta lei, todos os imóveis e espaços públicos situados dentro dos limites das APACs são considerados bens tutelados, e são classificados como: preservados (compõem o conjunto urbano de interesse patrimonial, e devem manter intactas suas características tipológicas) e passíveis de renovação (integram a ambiência da área, podendo ser substituídos por novas construções seguindo parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação específica de cada área de preservação).

[17] Na área urbana central, o órgão de tutela municipal estabeleceu as seguintes "Áreas de Entorno de Bem Tombado": AEBT Ministério da Fazenda (1997), AEBT Igreja do Divino Espírito Santo no Estácio (2000), AEBT Rua da Candelária nº 02 (2007), e a AEBT Capela de Nossa Senhora das Dores (2014). O IPHAN com Portaria nº 02 de 1986 estabeleceu uma área de entorno para seus bens tombados nas proximidades do Morro da Conceição, fixando gabarito para novas construções no seu perímetro de proteção. Esta mesma foi revogada, e substituída pela Portaria nº 135 de 2013, que incluiu parte da Av. Presidente Vargas no seu perímetro, devido ao tombamento da Estação Pedro II, em 2008.



ÁREA URBANA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Figura 11: Mapa de Bens Tombados na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

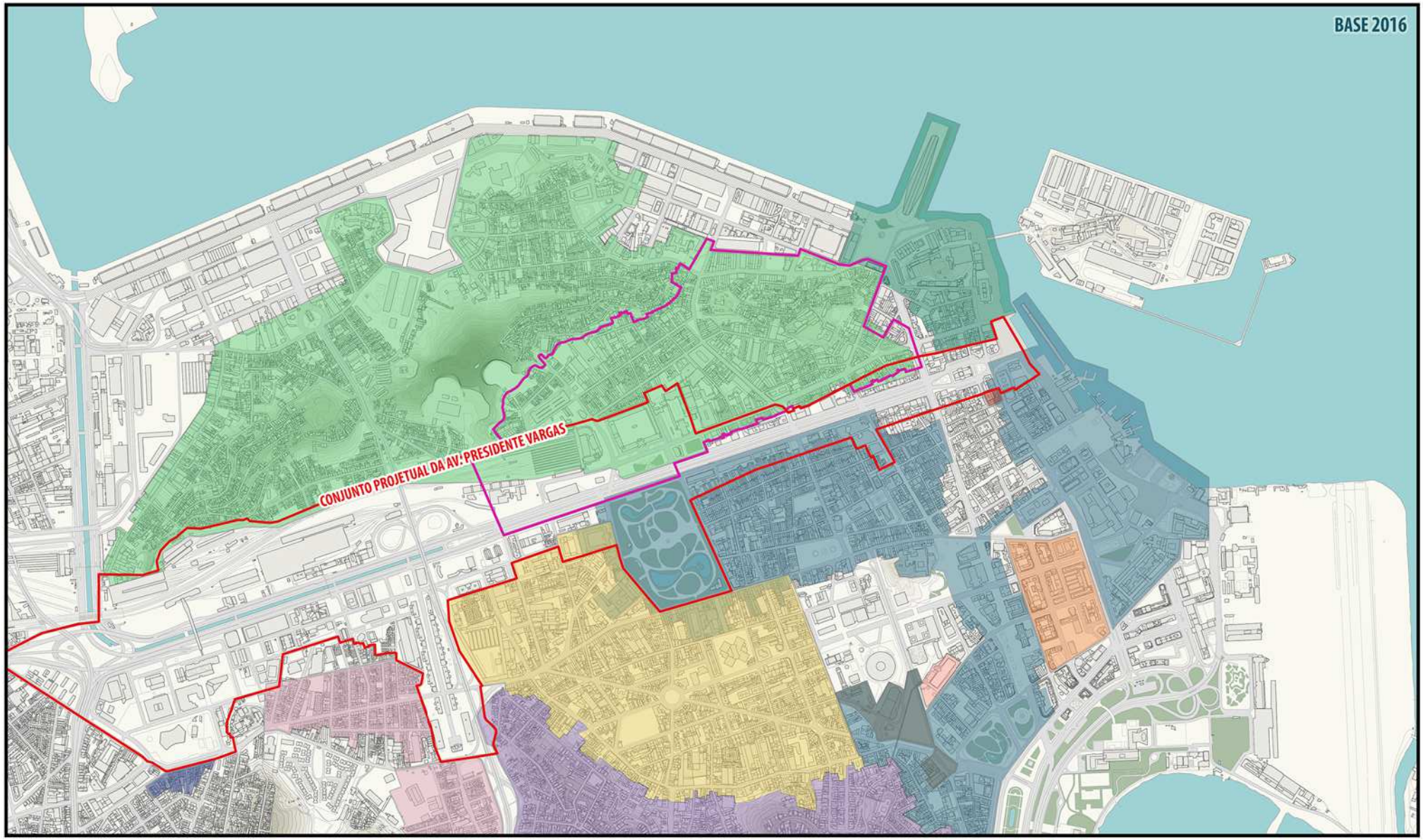


Figura 12: Mapa de Áreas de Preservação Vigentes na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

E) PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS

A cidade do Rio de Janeiro possui uma bagagem de quase 80 anos de proteção do seu patrimônio cultural edificado. No entanto, pode-se avaliar a partir deste panorama algumas problemáticas fundamentais para discussão.

Se o patrimônio é uma noção intrinsecamente ligada ao presente, e, portanto, um fenômeno contemporâneo, no contexto urbano ele é indissociável das transformações por quais passam as cidades em quaisquer das suas temporalidades. Junto ao projeto de futuro que se deseja para a cidade do Rio de Janeiro, está o projeto daquilo que deve ser preservado para o amanhã. As discussões acerca do patrimônio edificado, contudo, na perspectiva dos órgãos de salvaguarda atuantes na cidade, ainda possuem visões presas aos debates realizados num tempo passado, em particular da década de 1980. Parte dessa defasagem conceitual está diretamente ligada à produção dos documentos de salvaguarda internacional, que desde a década de 1990 vem discutindo outros temas como o patrimônio imaterial e o das paisagens naturais. Os conjuntos edificados das cidades em constante transformação, alvo das cartas patrimoniais produzidas nas décadas de 1970 e 1980, contudo não deixaram de ser discutidos, mantendo-se acesas nas práticas preservacionistas e no âmbito da discussão acadêmica. Novos conceitos e noções emergem destas práticas e discussões, e que deveriam ser base da revisão dos instrumentos vigentes de proteção patrimonial na cidade.

A articulação do patrimônio cultural com o espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro já foi iniciada por estudos anteriores como os de Sampaio (2006; 2010), Macedo (2004), Carlos (2008) e Borde & Sampaio (2012). Sampaio (2010), com base em estudos na Área Central, destaca o "papel fundamental exercido pelo patrimônio cultural no planejamento urbano. Já Macedo (2004) direciona seus estudos para as transformações observadas no Projeto do Corredor Cultural, desde sua concepção, em 1979, e sua implementação ao longo da década de 1980. A presente tese visa estender a análise desses processos para outras áreas de preservação na cidade. Para Carlos (2008), o instrumento das APACs estaria sendo utilizados utilizado recentemente como meio de controle de verticalização ao invés efetivamente proteger o patrimônio cultural. A sua recorrente aplicação teria contribuído para a banalização do patrimônio cultural.

Essa interface entre as dinâmicas urbanas atuais (como a especulação imobiliária e as crescentes verticalizações) e as políticas públicas preservacionistas, em particular na Área Central da Cidade, sublinham a participação do patrimônio cultural nas transformações urbanas contemporâneas, como destacam Borde & Sampaio (2012):

> "[...} o patrimônio não é nem obstáculo ao desenvolvimento, como advogam aqueles que privilegiam o capital imobiliário em novas propostas de intervenção em detrimento do patrimônio construído, nem tampouco algo intocável, como defendem aqueles que hasteiam a bandeira de uma preservação irrestrita e historicista. ***Uma definição contemporânea de patrimônio cultural se aproxima mais de uma concepção de legado para o futuro***. " (BORDE & SAMPAIO, 2012, grifo nosso)

Na área do Corredor Cultural, um recente caso explicita a defasagem do aporte conceitual que embasa os instrumentos de preservação vigentes frente à dinâmica urbana contemporânea do Rio de Janeiro: a venda do casario do lado ímpar da Rua da Carioca para o Banco Opportunity, em 2012. Os 19 imóveis de propriedade da Venerável Ordem Terceira de São Francisco foram vendidos em bloco para o Banco, sem preferência de compra por parte dos seus inquilinos, lojistas e membros da SARCA[18], que tiveram forte presença na época do estabelecimento do Corredor Cultural na década de 1980, e cujo trabalho, o comércio varejista, compõe o cotidiano, a tradição e a memória da área.



Figura 13: Loja "A Guitarra de Prata", na Rua da Carioca.

Fonte: < http://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,a-loja-guitarra-de-prata-fechou-as-portas-apos-121-anos-de-funcionamento-no-rio,12334,308413>

Na época da transação, o banco garantiu que os inquilinos não seriam despejados, aos quais caberiam a manutenção das características originais dos imóveis e eventuais reformas. Contudo, em 2014, a tradicional loja de instrumentos "A Guitarra de Prata" (Figura 13), cujo imóvel fora tombado tanto como parte do conjunto da Rua da Carioca pelo o INEPAC, em 1982, quanto como integrante do "Sítio Cultural da Rua da Carioca", instituído pelo Decreto Municipal nº 37.273 de 2013, fechou as portas frente a ação de despejo movida pelo Banco Opportunity. De acordo com o presidente da SARCA, o Banco duplicou o aluguel cobrado pelo imóvel, impossibilitando a permanência da loja em seu tradicional local. Meses depois, a loja

[18] SARCA – Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca, tendo como membros os locatários e proprietários dos imóveis da localidade.

pôde retornar ao seu local original, com a desapropriação do imóvel por parte da Prefeitura Municipal, junto com outros sete edifícios do "Sítio Cultural da Rua da Carioca".

No momento de criação do Corredor Cultural, a proteção física dos imóveis era suficiente na manutenção de seus usuários, uma vez que o patrimônio, ainda não tinha valor reconhecido em termos econômicos. O sucesso verificado nas intervenções urbanísticas de regeneração cultural, todavia articulou-se a um processo de "gentrificação"[19], com a valorização dos imóveis em áreas preservadas, e o reconhecimento das suas potencialidades econômicas como integrantes de um patrimônio cultural, que não mais é usufruído pela sua população, mas um produto a ser consumido.

Esse processo de "gentrificação" é indiretamente estimulado pelas próprias iniciativas públicas na recuperação destas áreas preservadas, que também sofrem problemas de ordem conceitual. O Programa Pró-APAC, criado com Decreto nº 35.879 de 2012, é um destes exemplos. Com um primeiro edital em 2013, o programa seleciona projetos de recuperação de imóveis privados, preservados ou tombados dentro das APACs do Centro da Cidade, e repassa cerca de entre 200 a 400 mil reais para obras de fachada e estrutura da edificação. As inscrições, contudo, partem de escritórios de arquitetura, ONGS, ou empresas de iniciativa cultural, e necessitam contribuir com 15% do custo da obra. Um segundo edital, priorizando a APA Sagas, foi lançado em 2014, e dentre os critérios de seleção priorizados esteve o uso residencial. Todavia, poucos foram os imóveis com uso residencial contemplados pelo programa que beneficiou estabelecimentos comerciais como bares, e empresas de indústria criativa (Figura 14). Numa área como a da APA Sagas[20], em que se verifica um forte uso residencial articulado a uma camada social de baixa renda, as especificidades do programa atendem a uma parcela da população que não corresponde aos próprios reivindicantes de sua proteção: seus moradores.

Outro ponto a ser questionado é também a eficácia do programa em relação à dimensão do conjunto urbano. O programa selecionou apenas oito edificações, neste edital de 2014, em contrapartida aos mais de 3600 imóveis preservados na área de abrangência do SAGAS. Não seria essa ação de privilegiar edificações isoladas sobre o coletivo do conjunto incoerente com

[19] Segundo VAZ (2004), a "gentrificação" é uma tendência recorrente nas propostas de revitalização de centros históricos, que resulta na expulsão da população e atividades locais, devido à valorização dos imóveis.

[20] A proposta de conservação do patrimônio cultural da APA Sagas, referente aos bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, partiu das reivindicações da "AMAS - Associação de Moradores e Amigos da Saúde", formada em 1982.

a própria proposta original destas áreas de preservação? Seriam estes 300 mil reais oferecidos a cada imóvel a única forma de combate à deterioração do conjunto urbano? Pequenas reformas num número maior de imóveis não seriam mais condizentes com a próprio conceito de ambiência que balizou estes instrumentos de preservação do conjunto urbano?



Figura 14: Projeto para um Hostel em imóvel preservado na APA Sagas (Rua Senador Pompeu, 122), com financiamento de R$ 400,000,00.

Fonte: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3843>

Essas divergências conceituais podem ter suas origens nos distintos contextos temporais que separam o estabelecimento do bem como um patrimônio e suas atividades de valorização na contemporaneidade. Fonseca aborda essa questão ao tratar, em particular, dos bens protegidos pelo instrumento do tombamento:

> "(...) por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais quanto simbólicos, a recepção dos bens tombados tem dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos – mudança que diz respeito inclusive às próprias concepções do que seja histórico, artístico etc.; segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados." (FONSECA, 1997, p. 40)

Porém, não são apenas os instrumentos e as políticas de preservação que necessitam revisões, como também o seu próprio alvo de intervenções. Se compreendemos que a cidade está em constante transformação, assim como as próprias noções de patrimônio, junto a estes também se modificam as suas representações materiais no espaço urbano – o bem cultural edificado em si. No caso da cidade do Rio de Janeiro, desde o período da consolidação do Corredor Cultural e do surgimento do instrumento das APACs, não teríamos também modificado nossa definição do que se configura como patrimônio, em nosso contexto contemporâneo?

O caso da Av. Presidente Vargas ilustra bem estes questionamentos. Embora nas últimas décadas tenham sido tombados edifícios erguidos após o surgimento da avenida, como o

Palácio Duque de Caxias e a Estação D. Pedro II, exemplares que retratam a produção arquitetônica da década de 1940, com múltiplos valores para a cidade, o conjunto edificado característico da Avenida ainda não tem valor patrimonial reconhecido em termos legais, seja através do instrumento do tombamento, ou de uma área de preservação. A Av. Presidente Vargas e edificações limítrofes, compõem, salvo em casos excepcionais, um hiato de proteção patrimonial em meio ao mar de áreas de preservação que se figuram no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Entre estas edificações que não contam com reconhecimento patrimonial está o Edifício Sede do Antigo Banco Aliança (Figura 15), projeto de Lúcio Costa da década de 1950, exemplar característico da arquitetura moderna localizado na Praça Pio X, no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (Figura 16). As intervenções realizadas no edifício moderno, no entanto, necessitam ser aprovadas pelo IPHAN, devido a sua proximidade com a igreja tombada.



Figura 15: Edifício João Úrsulo Ribeiro Coutinho, antiga sede do Banco Aliança, em 2016.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 16: Igreja da Candelária e Av. Presidente Vargas, em 1965.

Fonte: <http://eayearbooks.com/rio_images53j.htm>.

O único valor reconhecido, neste sentido é a sua volumetria, na medida em que não ameace o emolduramento da Igreja. Mas será que não poderia ser associado a este exemplar moderno um valor histórico como produto da construção de um projeto urbano? Ou um valor artístico, como representativo de uma linguagem arquitetônica que inova em sua ruptura com os cânones clássicos do academicismo?

Será que os bens reconhecidos oficialmente como patrimônio cultural, pelos juízos de valor que constituíam as ideologias dos grupos que os definiram ainda se mantém no contexto

contemporâneo? Na APA Sagas (1988) que preserva o tecido urbano localizado entre o *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas, e o *vazio estrutural* da Área Portuária (BORDE, 2006), verifica-se um caso oposto ao anterior: ao longo do ano de 2014, uma edificação preservada em situação de má conservação (Figura 17), passou por obras ilegais de reconstrução da fachada (Figura 18), e adicionaram uma nova cobertura ao edifício, alterando significativamente sua aparência (Figura 19). Ainda assim, a edificação continua sendo considerada como patrimônio, com fachada e volumetria preservada legalmente, embora esteja destituída dos elementos que a definiram como bem patrimonial. Esse caso nos leva a considerar que a preservação do patrimônio cultural não pode ser garantida apenas pela proteção legal.



Figura 17: Imóvel preservado na APA Sagas, com fachada parcialmente descaracterizada, e mal conservada, em 2011.

Fonte: Google Streetview.



Figura 18: Imóvel preservado na APA Sagas, em processo de reconstrução do imóvel, em 2014.

Fonte: Google Streetview.



Figura 19: Imóvel preservado na APA Sagas, reconstruído sem aval do órgão de tutela, em 2014.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Estes são alguns dos exemplos da problemática situação do patrimônio cultural edificado contemporâneo carioca. As novas dinâmicas urbanas, a reduzida eficácia na gestão dos bens edificados preservados e a necessidade de revisão acerca do que se reconhece como bem patrimonial, são outros fatores que contribuem para este conjunto de questões. Uma vez que tanto a dinâmica urbana quanto a própria noção de patrimônio passariam por transformações, presume-se que os instrumentos vigentes para a proteção patrimonial na cidade do Rio de Janeiro poderiam não se adequar mais ao seu contexto urbano atual. Estes poderiam estar apenas promovendo a proteção legal dos bens edificados, sem garantir a sua efetiva preservação.

F) HIPÓTESES

Considerando estes pressupostos, que associam intrinsicamente as questões patrimoniais aos processos que incidem na transformação da forma urbana, partimos da hipótese que a análise do processo de reconhecimento patrimonial e dos instrumentos de preservação poderiam ser potencializadas com uma abordagem que articule o patrimônio cultural edificado aos estudos da morfologia urbana. Esta abordagem permitiria uma leitura multi-escalar tanto da forma urbana quanto do patrimônio edificado, através de recortes espaciais e temporais previamente estabelecidos. Por sua vez, estes estudos morfológicos promoveriam uma revisão os bens patrimoniais na cidade, e dos seus instrumentos vigentes de proteção.

Estabelece-se, também, uma hipótese de ordem metodológica, na qual as diferentes noções de patrimônio, e suas atividades de proteção correlatas, produziriam formas específicas - ou tipos - de bens patrimoniais em determinados momentos da história, e que estes, por mais diferentes que sejam em suas materialidades, possuiriam um elo de ligação no seu processo de reconhecimento pelos órgãos estatais de tutela.

G) OBJETIVOS DA TESE

A fim de estudar o processo de reconhecimento do patrimônio cultural edificado e sua proteção legal na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro, optou-se por identificar os embates e diálogos entre as noções de patrimônio que nortearam essa construção, e destes com a produção da cidade em suas múltiplas temporalidades, compreendendo a conjuntura contemporânea. Parte-se, nesta tese, de uma abordagem metodológica centrada na morfologia urbana, que reconhece que as decisões acerca do que se configura como patrimônio moldam a forma da cidade, imprimindo suas marcas através dos vestígios de temporalidades passadas que se preservam para o futuro.

A primeira etapa analítica é dedicada ao processo de reconhecimento do patrimônio cultural na cidade do Rio de Janeiro, e sua proteção legal pelo Estado, tendo como recortes espaciais em nível abrangente e intermediário, a sua Área Urbana Central, e o *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas, respectivamente. Como recortes temporais, estabeleceu-se como ponto inicial as origens da atuação do SPHAN na década de 1930, culminando com o contexto contemporâneo, aqui compreendido até o ano de 2018.

Subsequentemente, analisa-se a situação atual do patrimônio cultural edificado, tendo como recorte espacial as *áreas de análise* (recorte aprofundado) e *quadras-detalhe* (recorte detalhado) em meio ao conjunto projetual da Av. Presidente Vargas. Nesta etapa busca-se identificar quais são os embates e diálogos do patrimônio com a cidade contemporânea,

através de estudos setorizados deste conjunto da avenida, e seu entorno, que tenham representatividade patrimonial. São identificadas as tipologias patrimoniais dos bens edificados presentes no recorte espacial selecionado na contemporaneidade.

Por fim são analisadas, as práticas vigentes de proteção patrimonial na cidade, nas múltiplas esferas de atuação (municipal, estadual e federal), em busca de novos meios de abordagem dos embates e diálogos apresentados na etapa anterior. Procura-se identificar elementos a serem revistos nos instrumentos vigentes de preservação, no referente aos valores reconhecidos nestes bens patrimoniais.

H) ABORDAGEM METODOLÓGICA:

A abordagem teórico-metodológica privilegiada nesta tese articula os referenciais teóricos do campo do patrimônio cultural e da morfologia urbana.

A condição urbana, contemporânea, e edificada do patrimônio cultural apoia-se nas teorias clássicas, e suas revisões bibliográficas e questionamentos contemporâneos. Destacam-se entre elas a sobras de Eugene VIOLLET-LE-DUC (2008 [1854-1868]), RUSKIN (2008 [1849]), BOITO (2008 [1884]), RIEGL (2013 [1903]), e GIOVANNONI (1995 [1931]; apud KÜHL, 2013). Estas teorias constituídas a partir de meados do século XIX, construíram as bases da discussão da salvaguarda patrimonial que produziram documentos seminais como a "Carta de Atenas de Restauro" de 1931. Estas são complementadas por revisões bibliográficas de JOKILEHTO (2005 [1986]), KÜHL (1998; 2009) e CHOAY (2001 [1992]; 2011 [2009]). Contemporaneamente, contamos com os discursos patrimoniais internacionais do século XX, e seus rebatimentos práticos no espaço urbano. Autores como VIÑAS (2003) oferecem novas visadas às noções passadas, que contemplam as especificidades do tempo corrente.

Dentre os autores que se dedicam a análise da morfologia urbana, em sua dimensão histórica, estão MOUDON (2015 [1997]), e WHITEHAND (2001), CATALDI et al. (2014), MARZOT (2002) e PANERAI (2006 [1999]). QUATREMÈRE DE QUINCY (1832 apud PEREIRA, 2008), ARGAN (1984 [1960]) e MONEO (1978) são orientadores quanto aos conceitos de tipo e tipo-morfologia. E nesta tese, destacamos especialmente, os estudos de ROSSI (2001 [1966]) e CANIGGIA & MAFFEI (1995 [1979]).

A relevância da morfológica reside na compreensão de que se constitui em uma leitura da cidade que reconhece em sua materialidade um vestígio que expressa suas diferentes ideologias e motivações. O estudo morfológico expressa, através de um produto, um projeto,

e seu processo. Ou, como sintetiza Carlos Nelson Ferreira do Santos (1986, p. 60): pensar na cidade e no que expressa a partir de suas formas e lugares é ser morfo-lógico"

O patrimônio cultural edificado, assim como a cidade a qual ele integra, é antes de tudo, uma construção ideológica – um vestígio do passado, um projeto do que se deseja preservar no presente e, um juízo daquilo que se considera digno de garantir às gerações futuras. Compreender o que se configura como um patrimônio cultural em nossas cidades contemporâneas, é reconhecer o seu processo de construção e, portanto, participa da mesma estrutura espaço-temporal de continuidades e rupturas presente no espaço urbano.

Embora as teorias clássicas da preservação e as cartas patrimoniais possuam tanto atualidades, quanto limitações, são justamente diálogos e embates nestas, que nascem contemporâneas ao seu contexto de produção como indica Vinãs (2003, p. 14), que transformam e ressignificam as noções de patrimônio ao longo do tempo.

A articulação entre patrimônio cultural e morfologia urbana é destacada em três momentos nesta tese:

a) Na apresentação das distintas noções de patrimônio que se desenvolvem ao longo da história, compreendendo que estas integram um processo abstrato de transformação conceitual, de um modo análogo aos processos verificados pelos estudiosos da morfologia urbana na materialidade do espaço urbano.

b) No estudo da Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro, em especial no conjunto projetual da Avenida Presidente Varga, na qual evidencia-se o processo de transformação do tecido urbano da cidade, através de uma análise morfológica.

c) No reconhecimento dos bens edificados patrimoniais no recortes espaciais em nível intermediário (Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas de preservação patrimonial), aprofundado (Áreas de Análise do Recorte Intermediário) e detalhado (Quadras-detalhe do Recorte Aprofundado). Este será feito através de uma leitura tipológica que emprega os conceitos desenvolvidos por autores como CANIGGIA (1995 [1979], ARGAN (1984 [1960]), ROSSI (2001 [1966]), e MONEO (1978).

A identificação das as tipologias patrimoniais que compõem o patrimônio cultural edificado nos recortes espaciais supracitados, apoia-se na compreensão de tipo de Rossi (2001 [1966], p. 27) na qual o elemento designa "a própria ideia da arquitetura", sendo uma constante que se apresenta com características de necessidade reagindo com "as funções, com o estilo, com o caráter coletivo, e o momento individual do fato arquitetônico". Para Duarte (2002, p. 90), o

tipo possui um caráter universal, e seu emprego num método analítico constitui ferramenta imprescindível para o estudo da forma urbana, uma vez que eles ajudam a:

> " (...) desfazer uma certa ilusão de descontinuidade provocada pela simples constatação das diferenças entre os arranjos formais sucessivos que constituem a estrutura das cidades, permitindo identificar, também, a conservação de determinados processos tipológicos que se desenvolvem no tempo e que vão sendo historicamente apropriados e progressivamente redefinidos. " (DUARTE, 2002, p. 90)

I) A ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em duas partes. A primeira, que aborda o referencial teórico metodológico, compreende os dois capítulos, e a segunda, dedica-se às leituras morfológicas do patrimônio cultural edificado na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro. A conclusão apresenta as reflexões acerca dos resultados da pesquisa, e os apêndices detalham os levantamentos analisados na segunda parte da tese.

O primeiro capítulo, intitulado "**Patrimônio Cultural Edificado: Um Processo Em Construção**", é voltado para a revisão bibliográfica e a trajetória do conceito c do patrimônio cultural edificado. Iniciando em uma breve explanação sobre as diversas acepções dos termos patrimônio cultural e preservação, o texto segue abordando as teorias clássicas da temática, e as primeiras atividades de proteção patrimonial em estados europeus, que emergem como pioneiras nas discussões preservacionistas do século XIX, articuladas à figura do monumento histórico. A obra teórica do italiano Gustavo Giovannoni, produzida nas primeiras décadas do século XX, ganha especial destaque neste texto, devido a sua interface entre o patrimônio edificado e o contexto urbano, uma associação até então inédita no debate em questão. A experiência brasileira nasce tardia em relação às europeias, mas procura na década de 1930, surge pontuar as discussões em âmbito internacional que visavam consolidar uma abordagem única para a prática da preservação patrimonial em escala global. Os resultados desastrosos da Segunda Guerra Mundial, por outro lado, dão forma a uma ampliação da compreensão do que se configura como um bem patrimonial, incorporando em seu rol produções arquitetônicas e urbanas antes desmerecidas e sem valor excepcional individual. A profusão das cartas patrimoniais, a partir da década de 1960, culmina por promover uma revisão das noções e práticas consolidadas ao longo dos séculos precedentes. Discute-se a questão do valor reconhecido nos bens patrimoniais, ao longo da história, e o que se configura como patrimônio em nosso contexto contemporâneo.

No segundo capítulo, intitulado "**Por uma Abordagem Morfológica da Cidade e do Patrimônio**", detalha-se a metodologia de análise da tese. As noções morfológicas, por vezes divergentes, são apresentadas de forma articulada as suas correntes de estudo - ou escolas de morfologia urbana. A escola italiana, ou processual-tipológica, que advém dos estudos de Saverio Muratori na década de 1950, é adotada como referência para tese, dando sequência a um breve panorama sobre o conceito de tipologia, e processos tipológicos. Estes últimos, por sua vez, configuram a base dos estudos de Gianfranco Caniggia, pupilo de Muratori, cujas análises morfológicas de tipos-edificados constituem um marco teórico da tese. A associação entre a morfologia urbana e o patrimônio cultural encontra-se sua aplicação prática no "Plano para o Centro Histórico de Bolonha", de 1969, cuja experiência é brevemente analisada como uma referência para os objetivos desta tese. O capítulo, por fim, apresenta os procedimentos metodológicos concebidos para a identificação das tipologias patrimoniais que compõem o patrimônio cultural edificado da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, através da leitura por quatro categorias de análise do bem patrimonial: a sua materialidade, o seu valor, a sua apropriação e sua abrangência.

No terceiro capítulo da tese, "**Embates e Diálogos nos Processos Patrimoniais da Área Central da Cidade Do Rio De Janeiro: Instrumentos de Proteção e /ou Renovação**", inicia-se a análise do objeto empírico da tese: o patrimônio cultural edificado da área urbana central carioca, tendo como fio condutor o eixo da Av. Presidente Vargas, e seu conjunto projetual. Nele será apresentado um histórico da formação urbana desta espacialidade da cidade, associado à construção do seu arcabouço patrimonial, nas distintas esferas de proteção (federal, estadual e municipal). Discutem-se os embates e diálogos do processo de construção do patrimônio cultural edificado na cidade em uma relação dialética entre preservação e renovação urbana. O estudo do patrimônio como um meio de apresentar a história urbana da área central da cidade do Rio de Janeiro, e numa relação inversa, as transformações na área urbana central na compreensão do processo de construção do patrimônio cultural edificado da cidade. Tendo como referência o estudo de 95 bens tombados no recorte espacial da tese, procura-se identificar as tipologias patrimoniais construídas no processo de reconhecimento patrimonial da cidade, em particular, com instrumento do tombamento.

O quarto e último capítulo, intitulado "**O Patrimônio Cultural Edificado na Área Central Da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Compreensão Morfológica**", prevê uma análise detalhada deste patrimônio cultural edificado cujo processo de reconhecimento é narrado na parte antecedente da tese. Tendo como ponto de partida o contexto contemporâneo, o recorte espacial intermediário do *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas e suas franjas de

preservação dá lugar à cinco *áreas de análise* representativas da pluralidade deste conjunto, tanto em questões relativas aos seus processos urbanos, quanto àquelas relativas ao seu patrimônio edificado. São estas: Área 1 - Candelária; Área 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição; Área 3 - Central; Área 4 - Santana; e Área 5 - Cidade Nova. Para cada área desenvolvem-se breves análises morfológicas, elencam-se casos particulares de tombamento e/ou preservação para leitura aprofundada, e realiza-se um estudo em *quadras-detalhes* com objetivo de identificar as recorrências e particularidades deste patrimônio cultural edificado. Estas leituras possibilitarão vislumbrar possíveis atualizações neste conjunto de bens edificados protegidos: quais destes permanecem ainda como efetivos patrimônios, com valores reconhecíveis e desejados para a posteridade, e quais destes adquiriram novas dimensões ainda não contempladas pelos órgãos de proteção? Existiriam imóveis destacados cujo reconhecimento patrimonial ainda não fora legalmente aferido, mas que estariam também imbuídos de valores equivalentes ao dos bens protegidos? Seriam estes possíveis patrimônios do futuro?

É a partir destas indagações que se conclui a tese, e verifica-se o cumprimento dos objetivos, hipóteses e questões pontuadas no texto de Introdução, culminando com reflexões acerca do trabalho desenvolvido, e dos resultados obtidos.

O Apêndice A apresenta o inventário realizado no recorte espacial intermediário do *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas, composto por 95 bens tombados, numerados e identificados nos mapas do terceiro capítulo da tese. O Apêndice B traz o mapeamento do estado de conservação e grau de caracterização dos imóveis nas *Áreas de Análise* do recorte espacial aprofundado. E o Apêndice C é o inventário[21] dos bens edificados das quadras-detalhe analisadas no quarto capítulo da tese.

[21] O inventário de bens edificados foi produzido no âmbito do Laboratório de Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas do PROURB, coordenado pela prof.ª Dr.ª Andréa Borde.



I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1:

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO:
UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Neste capítulo, busca-se produzir uma síntese histórica a partir de uma narrativa cronológica de um dos principais eixos de análise desta tese: o patrimônio cultural edificado. O estudo da preservação patrimonial que aqui se desenvolve tem como âncora quatro autores que produziram leituras essenciais, complementares e específicas acerca da temática. Dentre estes, destacam-se Françoise Choay e Jukka Jokilehto. Choay (2001 [1992]), a partir dos diferentes termos empregados ao longo da história para se referir aos objetos de valorização (as antiguidades, os monumentos históricos e os patrimônios culturais) traça um panorama cronológico do arcabouço teórico da preservação patrimonial na Europa, com ênfase em sua país natal, a França. Jokilehto (2005 [1986]), por outro lado, constrói um discurso dialético entre as teorias da preservação em quatro grandes grupos nacionais (ingleses, franceses, italianos e germânicos) e seus rebatimentos práticos nas intervenções restauradoras de bens edificados e os instrumentos legais para sua proteção em seus respectivos contextos. Similarmente, Beatriz Kühl (1999) realiza uma revisão bibliográfica dialogando com a teoria e prática, e aproxima os debates anteriores, restritos a uma concepção eurocêntrica (e dos quais é devedora), ao corpo teórico temático brasileiro[22]. Salvador Munõz Viñas (2003) promove uma ruptura com à sequência cronológica dos anteriores. O autor busca identificar nas teorias clássicas da preservação quais as noções e conceitos, formulados em seus respectivos contextos passados, teriam validade no debate contemporâneo, a fim de atualizar as bases da discussão para as realidades do tempo presente – uma necessidade premente que se encontra em sintonia com os objetivos desta tese.

Não se pretende aqui neste capítulo exaurir o tema da proteção patrimonial de bens edificados, nem se deter na explicação minuciosa das teorias clássicas da preservação, uma vez que os autores supracitados já se empenharam nessa extensa revisão bibliográfica. Contudo, cabe a esta pesquisa apresentar os referenciais que embasam as noções passadas e presentes da preservação patrimonial para efetivamente compreender o processo que se

[22] Este é um traço que se repercute escritos subsequentes da autora (2009; 2010), e faz da sua produção uma referência imprescindível para o estudo da preservação patrimonial no Brasil.

destrinchou na proteção de bens edificados na cidade do Rio de Janeiro, desde o início da atuação do SPHAN, na década de 1930.

Admite-se que o Brasil, cujas primeiras medidas efetivas da proteção patrimonial de bens edificados remontam à década de 1930, incorporou em seu processo de preservação formulações teóricas e práticas de experiências prévias realizadas na Europa, e somente em momento posterior integrou as discussões que se estabeleciam em um âmbito internacional. Portanto, antes de compreender as especificidades da política de preservação no Brasil, e em particular as da Cidade do Rio de Janeiro, procura-se apresentar os marcos práticos e teóricos que consolidaram as experiências europeias que fundamentaram a brasileira, reconhecendo a noção atual de patrimônio como um objeto em contínua construção. As práticas de identificação e reconhecimento de valor de um determinado bem edificado, e as suas políticas de tutela por parte do aparato do Estado, em um panorama internacional que incorpora o início da atuação brasileira, são o foco deste capítulo. Portanto, serão destacadas as teorias clássicas de preservação e seus rebatimentos práticos com a produção de legislações de proteção patrimonial que antecederam a experiência brasileira, e logo as influenciaram. Assim, optou-se por não abordar as demais experiências na América Latina[23] e nos Estados Unidos[24], uma vez que estas são concomitantes ou posteriores à brasileira.

1.1. Noções Gerais de Patrimônio Cultural Edificado e sua Preservação

Para Choay (2011 [2009], p. 9), o vocábulo "patrimônio" é uma palavra-chave em nossa sociedade contemporânea e "mundializada". Seu conteúdo estrutura o "campo do patrimônio cultural" segundo Castriota (2009, p. 11), que recupera as definições de Pierre Bourdieu de "campo"[25] como sendo "o espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes". Nesse processo de globalização, que

[23] O início das experiências em países latino-americanos como México e Argentina correm em paralelo à brasileira, a partir da década de 1930. Cerávolo (2013, pp. 115-155), em sua tese de doutorado, destina um capítulo de seu trabalho a este tema.

[24] Conforme apresenta Castriota (2009, pp. 65-70), a experiência da preservação nos Estados Unidos tem uma forte presença da sociedade civil e em nível local. A atuação por parte do Estado, em escala nacional, se inicia em 1935, com a publicação do "*Historic Sites Act*" (Ato dos Sítios Históricos). Uma legislação compreensiva para proteção dos bens edificados seria promulgada apenas em 1966: o "*National Historic Preservation Act*" (Ato de Preservação Histórica Nacional).

[25] Roger Chartier (2002, p. 140) complementa este campo na concepção de Bourdieu como possuidor de "(...) suas próprias regras, princípios e hierarquias", definido "a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação", e constituído de "redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros."

supostamente geraria uma "certa padronização do mundo, com a uniformização de valores" (Castriota, 2009), verifica-se que, apesar deste contexto unificador, o "patrimônio" conforme apresentado por Choay possui um conteúdo diverso e com definições turvas, e sua larga utilização nas mais diversas instâncias nacionais e internacionais não é sinônimo de um conceito estabilizado. Peculiaridades espaço-temporais e adjetivações subsequentes conferem ao termo patrimônio uma polissemia que complexifica o campo. O vocábulo patrimônio é abordado em uma definição mais ampla em dicionários de língua portuguesa[26], associado à "herança paterna", constituindo-se "bens de família" ou, de forma mais genérica, "quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade". Esta última significação é a que aproxima mais do patrimônio objeto desta tese, aqui abordada em suas adjetivações de "cultural" e "edificado".

A dimensão cultural relaciona-se ao "patrimônio" desde a década de 1970, promovendo uma ruptura, e consequentemente, uma reestruturação de seu significado. Chauí (2008, p. 55) aponta a origem da palavra cultura no latino *colere*, no qual ela era "concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades" de algo, promovendo seu florescimento e cobrindo a de benefícios. No século XVIII, torna-se sinônimo de civilização e progresso, sendo reconhecida como o "conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) " de uma sociedade. A cultura se consolida, assim, como um padrão, um juízo de valor de base europeia e ocidental, relegando aqueles aquém do padrão estabelecido como pertencentes a culturas primitivas. Na segunda metade do século XX, a cultura passa a abranger também as práticas e o saber fazer presente na vida do homem em seus mais diversos contextos. Para Chauí (2008), a cultura torna-se o campo no qual o ser humano elabora "símbolos e signos", instituindo práticas e valores, o que permite Vaz & Jacques (2001, p. 655) afirmarem cultura como uma identidade, formada por "tudo aquilo que caracteriza um modo de vida de sociedade", tanto daquelas ditas civilizadas e de matriz europeia, como as outrora reconhecidas como primitivas, incluindo também o vernacular e o popular.

Este processo de ressignificação da noção de cultura, conduz a compreensão da patrimônio dimensão cultural do patrimônio às construções materiais do homem, entre elas as arquiteturas monumentais e as edificações populares, até os seus ritos e tradições imateriais. Patrimônio cultural é todo bem que possui uma significação cultural, um "o valor estético,

[26] Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (Online). Verbete: Patrimônio. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pa trim%F4nio> Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras" (AUSTRALIA ICOMOS, 2013).

A noção de patrimônio cultural edificado reconhece, assim tanto a dimensão cultural quanto a espacial que corresponde ao "ambiente construído das sociedades humanas" (CHOAY, 2011 [2009], p. 9), entre elas as arquiteturas, os conjuntos urbanos, e os paisagismos. O patrimônio cultural edificado é constituído, contemporaneamente, pelos os bens materiais e imóveis construídos pelo homem que ganham significação cultural com sua apropriação ao longo do tempo, e persistem no presente tanto como suportes à memória quanto legados a serem garantidos às gerações futuras de uma determinada sociedade.

Contudo, ao estudar esse termo adjetivado em um contexto urbano, no qual se exacerbam os conflitos presentes no campo de disputas de Bourdieu, verificam-se os embates e diálogos presentes entre visões distintas deste patrimônio em um processo de transformação espaço-temporal das cidades. Uma mesma cidade agrega patrimônios culturais edificados reconhecidos em momentos específicos de sua história, aferidos como objetos de valor pelos distintos grupos sociais em posição de poder. Segundo Marina Waisman (2013, p. 185), definir o que se entende por patrimônio requer determinar qual o "projeto cultural a partir do qual se valorará o conjunto de objetos que devem ser considerados [seus] integrantes", uma vez que todo valor que lhe é atribuído está indissociavelmente ligado a um determinado grupo humano.

O processo de construção de uma noção contemporânea de patrimônio, em sua dimensão cultural e edificada em um contexto temporal, incorpora também especificidades referentes a questões idiomáticas. O uso da palavra "patrimônio" no idioma português equipara-se ao francês "*patrimoine*" no qual evidencia-se a uma "dimensão econômica dominante" (Choay, 2011 [2009], p. 27) como um "bem de herança". No idioma inglês prevalece-se o uso do termo "*heritage*", que apesar de ser indiscriminadamente utilizado como tradução para "patrimônio" ou "*patrimoine*", possui uma conotação de "respeito ao passado". A dimensão econômica presente em "patrimônio", por sua vez estaria enquadrada no vocábulo inglês "*inheritance*".

Essas problemáticas agravam-se quando o foco passa do objeto – o patrimônio em suas múltiplas acepções - para as ações a ele associadas – a preservação, a conservação e a restauração. A polissemia do primeiro soma-se às traduções equivocadas das demais. Segundo Beatriz Kühl (2009, p. 59), no Brasil, a palavra preservação "possui um sentido lato, que abarca variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para tutela, educação patrimonial e políticas públicas". Além destas, ela também contempla as

intervenções realizadas em um determinado bem valorizado, no qual incluem-se sua manutenção, conservação e restauração. Neste sentido, é compreensível Castriota referir-se ao o "campo do patrimônio cultural" indistintamente do campo da "preservação do patrimônio" (Castriota, 2009, p. 65), sendo a preservação entendida como um "conceito genérico" (Rabello, 2009, p. 19), que abarca "toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação".[27]

Maiores divergências em significado se estabelecem com a palavra "restauração", que adquiriu em contextos temporais variados distintas concepções, equiparáveis às transformações do termo patrimônio, e seus antecedentes. Em um panorama contemporâneo, a Carta de Veneza, de 1964, concebe em seu nono artigo, a atividade da restauração como:

> "[...] uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. " (CARTA DE VENEZA, 1964)

Kühl (2009, p. 59) recorre a Renato Bonelli para explicitar que a restauração, além de uma intervenção, deve ser prioritariamente entendida como um ato de cultura, e reconhece a atividade como um campo disciplinar autônomo, segundo a obra de Cesare Brandi (2004 [1963]). Na teoria *brandiana* – conhecida como o restauro crítico - a restauração constitui-se *"*o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro*"* (BRANDI, 2004 [1963], p. 30), e deve visar "o restabelecimento da unidade potencial da obra

[27] Este sentido amplo da palavra preservação estende-se também para a França, cuja estrutura de proteção patrimonial influenciou de sobremaneira o estabelecimento da política de salvaguarda de bens de valor artísticos-nacionais do Brasil. Na Inglaterra, contudo, evidencia-se o uso da palavra *"conservation"* para designar esse amplo de campo de ações voltadas ao patrimônio. Segundo Kühl (2009, p. 73), esse mesmo termo quando apropriado nos Estados Unidos refere-se preferencialmente às ações voltadas aos bens móveis, sendo adotada a "*preservation"* para designar o conjunto de atividades voltadas à proteção de bens imóveis, ou seja, a preservação do patrimônio cultural edificado.

de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo" (BRANDI, 2004 [1963], p. 33)

Deve-se atentar para a abrangência de Brandi em suas definições com relação ao seu objeto – as obras de arte, tais como pinturas, esculturas, e obras arquitetônicas. Para o italiano, a obra de arte possui uma "singularíssima unidade, pela qual não pode ser considerada como composta de partes" (BRANDI, 2004 [1963], 46), o que problematiza sua extrapolação para o reconhecimento do patrimônio no contexto urbano, no qual a dialética entre os componentes históricos e estéticos de um determinado monumento é subjacente aos embates e diálogos entre a preservação e o desenvolvimento da cidade. As pressões que incidem na cidade, e por conseguinte, no seu patrimônio edificado, induzem à sua periódica transformação material frente às demandas das cambiantes dinâmicas urbanas. Para Argan (1992 [1984], p. 76), a cidade é uma amálgama de contribuições artísticas, "com suas diversidades de categorias, de procedimentos e níveis quantitativos e qualitativos". É uma obra de arte de construção estratificada, e ao mesmo tempo inacabada, da qual claramente se identificam partes componentes dos mais variados contextos de produção.

Em oposição ao "restauro crítico", também no contexto italiano emerge a "*conservazione totale*" – ou conservação integral, defendida pelo arquiteto Marco Dezzi Bardeschi, que segundo Giovanni Carbonara (2006) reconhece em Brandi, "um dos mais autorizados responsáveis históricos da recente desenvolta prática destrutiva da restauração". Bardeschi, com a conservação integral, prioriza a autenticidade da obra, valorizando-se a sua perspectiva histórica ao preservar no objeto as "contribuições recebidas ao longo de sua existência" que lhe "garantem seu valor de testemunho e lhe conferem credibilidade" (ELIAS, 2010, p. 68), encontrando maior afinidade com o patrimônio de dimensão edificada.

Kühl (2010, p. 296) distingue o campo do patrimônio cultural do campo da restauração, sendo este último este "necessariamente multidisciplinar" contudo dotado de referenciais teóricos-metodológicos formulados desde o século XIX, e instrumentos técnicos que lhe são próprios, e que, por sua vez, ao guiar o modo de intervenção nos bens culturais estão diretamente associados aos anseios que motivam a sua preservação.

Nesta concepção da restauração como um campo disciplinar, Salvador Muñoz Vinãs (2003) em procura elucidar as diferentes acepções dos termos *preservacíon, conservacíon, e restauracíon* no idioma espanhol. O primeiro pode ser definido como a atividade que "consiste em adequar as condições ambientais em que se encontra um bem para que este se mantenha em seu

estado presente". A *conservacíon* seria "a atividade que consiste em preparar um determinado bem para que este experimente a menor quantidade possível de alterações intervindo diretamente sobre ele", enquanto a *restauracíon* "aspira a devolver a um estado anterior os traços perceptíveis de um determinado bem" (VIÑAS, 2003, pp 23-24, Tradução Nossa.). Essas três atividades configuram-se como próprias da disciplina da *Restauracíon* - definida em letra maiúscula - e realizadas por um profissional próprio – o restaurador, tendo como objeto de incidência os bens culturais ou o patrimônio cultural.

Nesta tese, adota-se, daqui por diante, o termo **preservação**, em seu sentido mais amplo, para designar todas as ações associadas à salvaguarda de um bem patrimonial edificado, que se estruturam em um campo de práticas e disputas no cenário das cidades, e suas dinâmicas de transformação.

1.2. Os primórdios da Preservação na Europa, do Renascimento ao início do Século XX: A valorização das antiguidades e dos monumentos históricos

1.2.1. As experiências iniciais: o culto das antiguidades e dos antiquários

Um notável interesse pelas construções da antiguidade marca o Renascimento, no século XV, como o ponto de partida da discussão da preservação patrimonial. As construções da antiguidade que progressivamente perderam seu uso original tinham principalmente dois destinos: ser mutilado e transformado em pedreiras, fornecendo material para novas construções; ou passar por recuperações que desvirtuavam suas formas originais. Mas em meio às mutilações, também se protegiam algumas destas arquiteturas antigas, em especial às apropriadas pela Igreja Católica na conversão dos templos da antiguidade romana. Embora esta reutilização tivesse, prioritariamente, uma motivação prática e econômica, com o findar da Idade Média verificam-se interesses nas obras e objetos da antiguidade, em particular nos de Roma.

Até o século XV, esse interesse carecia de um distanciamento histórico – o mundo antigo ainda era imediatamente próximo, suas construções recauchutadas e assimiladas na vida cotidiana do mundo medieval, sem um apropriado reconhecimento da importância simbólica destes em seus contextos originais. O apreço distanciado emerge nas obras dos humanistas do *Quattrocento*, eruditos literários que encontraram nas ruínas da antiguidade uma legitimidade aos escritos que os remontavam aos tempos antigos. Os textos sobre o passado, contudo, são os objetos de valor, e os monumentos são apenas os testemunhos deste

momento irrecuperável, e ao mesmo tempo, consumido. Um reconhecimento paralelo ao dos humanistas vinha sendo realizado pelos artistas, tais como escultores e arquitetos, na valorização dos monumentos das antiguidades por suas qualidades formais.

Um diálogo entre essas duas abordagens para as antiguidades romanas – dos humanistas, com sua perspectiva histórica; e dos artistas, com seu apreço formal pela arte do período clássico – encontra uma síntese nos tratados de arquitetura do século XV, nos quais destacam-se os escritos de Leon Battista Alberti. Em seu tratado de 1452, "*De Re Aedificatoria*", ou "Da Arte de Construir", denunciava as mutilações a esses edifícios do passado, muitos dos quais eram demolidos durante obras de construção de novas edificações, cujos trabalhos de escavação mal realizados conduziam a uma obliteração de valiosos vestígios da antiguidade. Na década seguinte ao tratado de Alberti, que só viria a ser publicado anos mais tarde (1489), o poeta e humanista Piccolomini, Papa Pio II, promulga a bula papal "*Cum Almam Nostram Urbem*", de 1462, que aborda a preservação dos edifícios religiosos na cidade de Roma, dentre eles os provenientes da antiguidade. Este seria o primeiro dos atos de proteção aos monumentos da antiguidade com caráter legal e punitivo na cidade de Roma, embora sua eficácia na prática não tenha sido concretizada.

O anseio pela proteção dos restos do mundo antigo continuaria, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a ser uma questão exclusiva de artistas e letrados da Europa. A identificação dos vestígios do mundo greco-romano, com a produção de inventários detalhados dos restos da antiguidade foi resultado das pesquisas empreendidas pela nova geração de eruditos conhecidos como antiquários, que se configuram como "especialista[s] no conhecimento de objetos de arte antiga" (CHOAY, 2001 [1992], pp. 61-62).

Os bens de caráter edificado seriam apenas uma parte do corpo de objetos da antiguidade no qual debruçavam-se os antiquários. Medalhas, moedas, esculturas e inúmeros objetos móveis eram minuciosamente descritos e inventariados em compilações escritas, que acrescidas de ilustrações, eram impressas e compartilhadas pelo mundo europeu. Estes mesmos produtos materiais, eram por sua vez, colecionados e preservados nos gabinetes destes antiquários. O mesmo tipo de proteção era impossível para os monumentos de dimensão arquitetônica, sendo estes inventários apenas testemunhos figurados e visuais - uma conservação meramente iconográfica.

O reconhecimento de valor também obras produzidas em um momento posterior ao do domínio greco-romano na Europa. Imbuídas de particularidades locais inexistentes no universalismo formal dos monumentos do mundo clássico, as chamadas "antiguidades

nacionais" passam a compor o quadro de objetos registrados pelos antiquários europeus. Contudo, se nos monumentos do período clássico, reconheciam-se duplamente os valores artísticos e históricos desde a síntese empreendida pelos artistas e humanistas italianos no século XV, as antiguidades nacionais expressavam, por enquanto, um valor exclusivamente histórico (CHOAY, 2001 [1992], p. 69). Entre estas antiguidades nacionais, estariam as edificações religiosas do mundo cristão, reconhecidas através do termo "gótico". Com exceção da Itália, as arquiteturas góticas constituíram-se como símbolo desta nova categoria de antiguidades, cujo valor alicerçava-se na construção de uma identidade nacional avessa à generalização do mundo greco-romano, e ao culto do paganismo. Países como França e Inglaterra seriam precursores na consolidação de uma estrutura de preservação dessas novas antiguidades arquitetônicas, que culminariam no estabelecimento de um novo vocábulo, de amplo uso no século XIX e fortemente associado à dimensão edificada: o monumento histórico.

1.2.2. A Revolução Industrial e seus impactos na preservação no Século XIX

No século XIX, o processo de industrialização das cidades na Europa contribui para sua rápida transformação, e a consequente destruição de inúmeros vestígios do passado em nome de um progresso científico e desenvolvimento econômico. A preservação de "papel" das arquiteturas, desenvolvida nos inventários produzidos pelos antiquários nos séculos anteriores, apresentava-se insuficiente frente às novas dinâmicas do mundo urbanizado europeu do início do século XIX. Foi sobretudo em países como França e Inglaterra, que despontaram na Revolução Industrial que foram empreendidos os primeiros esforços para uma proteção efetiva dos bens edificados que representassem a história da sua construção como Estado-Nação. Ao findar deste século, no entanto, são países como a Áustria e a Itália, os que trazem mais contribuições para o da preservação.

A Revolução Industrial significou um corte entre dois momentos de produção humana: uma ruptura com o "modelo tradicional" (CHOAY, 2001 [1992], p. 127) e a emergência da modernidade. Tal como os humanistas do século XV estabeleceram um distanciamento histórico com as antiguidades que lhe permitiram reconhecer seus valores históricos e artísticos, a inevitabilidade da transformação com a industrialização das cidades e a impossibilidade de um retorno aos meios de produção anteriores fizeram com que se estabelecesse, no século XIX, uma nova separação, muito mais próxima temporalmente, mas ao mesmo tempo muito mais distante em termos de sua condição irremediável. Não haveria mais a necessidade de distinguir as antiguidades do mundo clássico daquelas de origem

nacional – tudo aquilo que veio antes desta revolução é um produto de um mundo nunca mais recuperável, cujos vestígios materiais ainda permaneciam de pé nas cidades, embora em constante ameaça da sua perda. Estes, tais como muitas das antiguidades, foram erguidos para atender às condições humanas, em suas múltiplas facetas – recorrendo a Alberti, falar-se-ia em necessidade, comodidade e beleza – e não necessariamente construídos para perdurar pelos séculos, e muito menos, intencionalmente funcionar como um elemento de rememoração. È justamente a sua condição inatingível de um passado nunca mais alcançável que os torna, ao longo do tempo, um objeto de culto pela história que eles revelam ao seu observador, tanto pela do povo que os construiu e que os viu resistir aos anos, quanto pela das manifestações artísticas que eles contêm.

A arquitetura, enquanto construção que cumpre uma função social no cenário urbano, é uma propriedade, seja do Estado ou domínio privado, e, portanto, para efetivar sua proteção foi preciso estabelecer instrumentos jurídicos que garantissem a sua preservação, ao mesmo tempo em que possibilitassem a sua fruição pelo seu proprietário – a legislação de salvaguarda. Por outro lado, a arquitetura enquanto um produto cultural com uma dupla dimensão histórica e artística, a fim de garantir a permanência destas suas duas instâncias, necessitava ter um aporte técnico de práticas de intervenção ancoradas por um corpo teórico consolidado em uma disciplina autônoma – a restauração.

A seguir, destaca-se em algumas nações europeias, esse processo de proteção legal do monumento histórico, e as bases teóricas que fundamentaram as intervenções práticas sobre sua materialidade.

1.2.3. A experiência inglesa: das Sociedades de Antiquários ao Ato de Proteção de Monumentos Antigos

A Inglaterra estabelece no século XIX uma relação diferenciada com relação às suas antiguidades nacionais, em particular àquelas de caráter edificado. Ainda nos fins do século XVI, formava-se a Sociedade Elizabetana de Antiquários (*Elizabethan Society of Antiquaries*), composta por um pequeno grupo de letrados que "aplicavam-se no estudo da antiguidade e história desse reino [inglês], que à época, era um gosto prevalecente" (HEARNE, 1771, p. *IV). Sua criação era um dos sintomas de uma valorização pelas particularidades da história do reino inglês, em oposição ao modismo europeu de vangloriar os objetos do mundo antigo greco-romano. A instituição da Igreja Anglicana em substituição à Igreja Católica como a religião oficial da nação, em 1535, seria a motivação mais danosa a destruição dessas velhas arquiteturas do mundo cristão.

A ambiguidade entre a valorização das estruturas góticas por parte dos antiquários, e a sua destruição, em parte decorrente de uma retomada pelos ideais clássicos de construção, caracterizam esse embate entre desenvolvimento e patrimônio no contexto inglês dos séculos XVII e XVIII. Logo no início do século XVI, estabelece-se a Sociedade de Antiquários de Londres (*Society of Antiquaries of London*) - tendo como antecedentes a primitiva Sociedade Elizabetana - que visava "o encorajamento, avanço e promoção do estudo e conhecimento das antiguidades e história da Inglaterra e de outros países" (SOCIETY OF ANTIQUARIES OF LONDON, 1800, p. 7). Além das antiguidades nacionais, a Sociedade também valorizava os vestígios da antiguidade greco-romana em decorrência do classicismo que se instaurava na Inglaterra.

Dois modos de produção arquitetônica - a gótica e clássica - coexistiam nesse período, por um lado, com a substituição de antigas estruturas por novas arquiteturas clássicas, e por outro, com as obras de intervenção nas velhas igrejas góticas, ora reconstituindo-as seguindo suas características originais, ora mutilando-as e conferindo-as os aspectos de uniformidade e beleza das construções do mundo antigo. Em contrapartida, nos fins do século XVIII, o modismo clássico dá lugar a um revivalismo gótico (*gothic revival*) na produção arquitetônica inglesa, recuperando elementos do estilo medieval na construção de edifícios sem fins religiosos. Arquitetos com formação clássica eram contratados para reformar residências de campo, e convertê-las em edificações de estilo neogótico (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 291). Esses mesmos também iriam ocupar-se de reformas nas antigas estruturas eclesiásticas, dando início uma série de intervenções cunhadas como um procedimento de restauração, embora, em alguns casos, tão mutiladoras quanto o vandalismo religioso dos séculos anteriores ao tentar adequá-las a um ideal de beleza clássico.

Esses procedimentos de restauração se consolidariam na produção do arquiteto Sir George Gilbert Scott, e uma das principais figuras na discussão patrimonial inglês de meados do século XIX. Com um vasto trabalho de intervenção nas históricas igrejas medievais da Inglaterra, Scott colocava-se em um ponto extremo de um debate que se formava entre os que advogavam por uma suposta "restauração fiel" (*faithful restoration*) das velhas estruturas góticas, eliminando as marcas do tempo nas edificações, e àqueles que lutavam por uma conservação que se opunha às intervenções restauradoras, e preservavam as múltiplas historicidades do edifício. Scott alinhava-se ao primeiro grupo, enquanto o segundo era representado por nomes como John Ruskin e William Morris, líderes do *Anti-Scrape Movement* – o movimento "anti-restauração" inglês, que condenava a demolição, intervenção e a raspagem (*scraping*) das pinturas das paredes dos antigos edifícios religiosos.

No outro lado do debate, John Ruskin coloca-se "radicalmente contra restauração [defendida por Scott], advogando em contrapartida o cuidado e manutenção constantes aos monumentos" (PINHEIRO in RUSKIN, 2008, p. 18). Suas considerações acerca da arquitetura e sua preservação encontram-se em sua obra "*The Seven Lamps of Architecture*" (As Sete Lâmpadas da Arquitetura), de 1848, e em particular, no seu sexto capítulo "*The Lamp of Memory*" (A Lâmpada da Memória), no qual estabelece aforismos - axiomas consolidados em suas sete lâmpadas[28] como "regras fundamentais a serem observadas e obedecidas por qualquer arquiteto ou construtor consciencioso" (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 308).

Ruskin prezava pela autenticidade histórica da arquitetura inglesa, reconhecendo-a como um legado nacional, ameaçado pelas intervenções restauradoras do seu tempo. Encontra-se em seus escritos, o reconhecimento desta como um "monumento histórico", que extrapola os limites impostos pelo termo "antiguidades" ao considerar que a produção contemporânea um dia fará parte desse grupo de elementos valorizados. Para Ruskin (2008 [1849], p. 55) a "arquitetura deve ser feita histórica e preservada como tal", e é ao se tornarem "memoriais ou monumentais que os edifícios civis e domésticos atingem uma perfeição verdadeira".

Verifica-se na obra de Ruskin, uma noção ampliada para o monumento histórico, que contempla não apenas os grandes monumentos da arquitetura cristã inglesa, objeto das intervenções de Scott, mas também toda uma produção arquitetônica civil e doméstica da Inglaterra, até então desvalorizadas. Com relação à essas produções domésticas, ele almeja que "as casas de moradia usuais fossem construídas para durar e construídas para serem belas; tão ricas e cheias de atrativo quanto possível, por dentro e por fora; (...) e expressem o caráter e ocupação de cada homem, e parte de sua história" (RUSKIN, 2008 [1849], p. 61), para que estas um dia elevem-se a categoria de monumentos.

A dimensão histórica da arquitetura, é portanto, superior a um suposta unidade estilística. A grandeza da arquitetura estaria em seu "testemunho duradouro diante dos homens", representado na "mancha dourada do tempo" na qual se encontra "sua verdadeira luz, cor e valor" (RUSKIN, 2008 [1849], p. 68), e esta, portanto deve ser preservada, em detrimento dos

[28] Ruskin refere-se ao termo "lâmpada" como mandamentos fundamentais a serem adotados, recorrendo ao Salmo 119 da Bíblia: "105. Lâmpada para os meus pés é tua palavra, e luz para o meu caminho. 106. Jurei e confirmei o juramento de guardar os teus retos juízos. (...)110 Armam ciladas contra mim os ímpios; contudo, não me desvio dos teus preceitos. 111. Os teus testemunhos, recebi-os por legado perpétuo, porque me constituem o prazer do coração. 112. Induzo o coração a guardar os teus decretos, para sempre, até ao fim." As sete lâmpadas de Ruskin seriam: a do sacrifício [*sacrifice*], da verdade [*truth*], do poder [*power*], da beleza [*beauty*], da vida [*life*], da memória [*memory*] e da obediência [obedience])

procedimentos de *scraping* que eliminam a pátina do tempo, e conferem aos vestígios materiais um falso senso de contemporaneidade. No referente à essas intervenções restauradoras, Ruskin estabelece em seu 31º aforismo que estas são "a pior forma de destruição":

> "Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. (RUSKIN, 2008 [1849], p. 79-81)

Em oposição à essa atitude restauradora, Ruskin advoga pela manutenção das velhas estruturas, mas reconhece a inevitabilidade de sua ruína. Para Kühl (1998, p. 191), o inglês preconizava, "uma atitude passiva, de não atuação", mesmo que esta levasse a invariável "perda do edifício".

Interlocutor de Ruskin no movimento anti-restauração, o arquiteto William Morris atribui à Revolução Industrial a decadência da arte e da arquitetura de seu tempo, no qual perdeu-se a associação entre o homem e o produto de seu trabalho. Ambos valorizavam a arquitetura doméstica, e o papel do homem em transformá-la em um recinto sagrado e produto de sua história. Com relação à preservação, a contribuição de Morris encontra-se na criação da *Society for The Protection of Ancient Buildings* – SPAB (Sociedade para Proteção de Edifícios Antigos), em 1877. Ainda em vigor, suas bases são expressas em seu manifesto, igualmente escrito por Morris, denunciando o procedimento da restauração, e sugerindo que esta seja substituída pela sua proteção. A SPAB teve atuação efetiva na proteção de antigas estruturas medievais, tais como os edifícios religiosos, com a produção de relatórios daqueles que estavam ameaçados por intervenções de restauração e destruição, e buscando interceder nas obras, informando os seus responsáveis dos objetivos da associação, em busca de uma solução conciliatória que preservasse tanto a integridade histórica do edifício quanto a de caráter físico.

Será em meio às atividades civis de preservação de fins do século XIX, que Estado britânico inicia sua atuação na garantia de proteção legal aos monumentos históricos, cujas propostas de legislação que advinham da década de 1870 vinham sendo recebidas com oposições pelo Parlamento Britânico devido a sua "interferência com os direitos de propriedade privada" (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 321). Somente em 1882 é que se estabelece a primeira legislação de proteção a remanescentes edificados do passado, a "*Ancient Monuments Protection Act*" (Ato de Proteção de Monumentos Antigos). Esta, contudo, estaria limitada à proteção de túmulos, dólmens (monumentos megalíticos), e círculos de pedra, reconhecendo valor em 86

monumentos pré-históricos. Com base na legislação, esses monumentos arcaicos estariam indicados no programa *(schedule)* anexo do documento legal, dando origem ao termo *"scheduled monument"* (ou monumentos programados) ainda vigente na prática patrimonial britânica ao referir-se à proteção de monumentos arqueológicos.

Como uma emenda à lei de 1882, o "*Ancient Monuments Protecion Act"* de 1900 define o termo "monumento" como "qualquer estrutura [ou] construção [...] de interesse arquitetônico e histórico" (ANCIENT MONUMENTS ACT, 1900 apud MYNORS, 2006, p. 9), com uma noção mais ampla que o "monumento antigo" pré-histórico da legislação anterior. Estes dois documentos seriam revogados em favor do *"Ancient Monuments Consolidation and Amendment Act"* de 1913, que criou um conselho, em esfera nacional, para auxiliar no gerenciamento da proteção dos monumentos: o *Ancient Monuments Board*. Com relação à tipologia desse objeto de valor patrimonial, prevalecem os monumentos arqueológicos, e define-se que os monumentos de domínio eclesiástico[29] estariam isentos da atuação do conselho. Um maior controle com relação à envoltória dos bens protegidos seria imposto com o "*Ancient Monuments Act*" de 1931, estabelecendo esquemas de preservação que controlam o crescimento e ocupação nas vizinhanças de um determinado monumento, e anunciam a futura integração da discussão patrimonial às políticas de desenvolvimento urbano. Em 1944, a proteção de edifícios de relevância histórica é contemplada nessa articulação, com a publicação "*Town and Country Planning Act*".

A estrutura atual de proteção destes bens edificados em sua dupla dimensão histórica e arquitetônica consolida-se em território britânico com o "*Town and Country Planning Act*" de 1968, que traz a figura do "*listed building*" (edifício listado). O ato do *listing* consiste em inscrever os bens edificados em uma listagem que os protege legalmente contra possíveis danos futuros, sendo necessário o consentimento da autoridade pública para empreender modificações no imóvel. No contexto da Inglaterra, a legislação de proteção patrimonial de bens edificados em vigor é a "*Planning Act (Listed Buildings e Conservation Areas*) " de 1990, que reconhece o patrimônio por seu interesse arquitetônico, sua relevância histórica para a nação, sua associação com eventos históricos importantes, e seu valor de conjunto (grupo de edificações). Os imóveis imbuídos destes valores são, por sua vez, classificados em graus[30],

[29] Entre estes bens eclesiásticos, estariam os imóveis da Igreja Católica e da Igreja Anglicana, cujos respectivos órgãos, até a contemporaneidade, estabelecem suas próprias medidas para manutenção de suas edificações.

[30] Segundo levantamento realizado em 2012, os imóveis de grau I, que correspondem a 2,5% dos edifícios listados na Inglaterra designam os bens edificados de interesse excepcional para a nação, tais como o Palácio de Buckingham (listado desde 1970) e o recente Lloyd's Building (projeto de Richard

(*grades*), de acordo com sua relevância para a nação. Todavia, esta classificação não tem relação com o nível de restrição às modificações dos edifícios, estando todos sujeitos às mesmas medidas de proteção em relação ao bem edificado.

1.2.4. A experiência francesa: da Revolução à Legislação de Monumentos Históricos

A atuação francesa de preservação patrimonial de bens edificados contrapõe-se a experiência inglesa, tanto em sua extensão temporal quanto nos meios alcançados para empreendê-la. Enquanto a Inglaterra já demonstrava o interesse na proteção dos monumentos de sua antiguidade desde o século XVI através da participação ativa dos antiquários nas associações civis, a França no intervalo de um século (1789-1887) estabelece os instrumentos jurídicos que efetivam essa preservação em seu território estruturada pelo Estado em um regime centralizado. Ambas a nações, contudo, compartilham o reconhecimento do estilo gótico das edificações cristãs da Idade Média como seus objetos de valoração, para o qual se voltam os estudiosos da arquitetura no desenvolvimento de uma base teórica que ora legitima – como será visto na obra de Viollet-Le-Duc - ora condena - como já apresentado nos textos de Ruskin e Morris - as intervenções práticas articuladas à sua preservação.

A Revolução Francesa, em fins do século XVIII, marca o início de uma preocupação, por parte do Estado, com relação aos monumentos de seu passado e sua efetiva conservação, que até então era restrita aos estudiosos e antiquários que se centravam na conservação iconográfica em inventários ou coleções privadas de artefatos móveis da antiguidade. Entre 1789 e 1792, em decorrência da revolução, nacionalizam-se os bens privados, do clero (1789), dos emigrados (1791) e da Coroa Francesa (1791), que passam a constituir, em sua dimensão econômica, um patrimônio a ser disseminado entre o povo. Entre este patrimônio formado por bens móveis e imóveis, encontravam-se os monumentos edificados do mundo romano e as antiguidades nacionais – reconhecidas em seu valor de troca como "bens materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, será preciso preservar e manter" (CHOAY, 2001 [1992], p. 98). O Estado seria o responsável por esta manutenção e proteção, sendo necessária a contabilização dessas novas propriedades nacionais, como os manuscritos, livros, medalhas, e bens edificados – todos encapsulados no vocábulo abrangente do "monumento". Este era o

Rogers da década de 1980, e listado em 2011). Os edifícios de Grau II*, que representam 5,5% do patrimônio edificado inglês, são os imóveis de particular importância para a nação, cujo interesse de preservação é mais que especial. Já os listados no Grau II, correspondem à 92% dos edifícios protegidos nacionalmente, e representam aqueles cuja preservação é de especial interesse para o país. Fonte: <https://historicengland.org.uk/advice/hpg/ has/listed-buildings/> (Acesso em: 31/01/2016).

objeto do qual se ocupava a "*Comission des Monuments*" (Comissão de Monumentos) criada em 1790 com o propósito de empreender a árdua tarefa de "inventariar, classificar e gerir" (CHOAY, 2011 [2009], p. 89), o patrimônio da Nação.

Neste mesmo ano, após a nacionalização dos bens do clero, o antiquário Aubin-Louis Milin apresenta à Assembleia Nacional Constituinte, o primeiro dos cinco volumes de sua obra "*Antiquités nationales ou recueil de monuments*" (Antiguidades Nacionais ou Coletânea de Monumentos", no qual supostamente usa-se pela primeira vez o termo *"monuments historiques"* (monumentos históricos) para se referir aos objetos da antiguidade. No prospecto deste volume, ele discorre acerca da destinação deste patrimônio conquistado, e os possíveis danos que estes podem sofrer em termos de sua materialidade e sua contribuição para a Nação:

> " (...) não se pode contestar que essa venda precipitada [dos bens eclesiásticos], seja, agora, muito funesta; às artes e às ciências, destruindo produtos do gênio e dos ***monumentos históricos*** que seria interessante de conservar" (MILIN, 1790 apud CHOAY, 2011 [2009], p. 91, Grifo nosso)

Dentre a ampla abrangência dos "*monuments historiques*" de Milin, os bens móveis tiveram mais sorte em sua proteção do que os de caráter edificado. Os bens imóveis traziam problemas que ainda se revelam insuperáveis no contexto atual: como proteger um imóvel do passado, cujas funções originais possivelmente não sejam mais relevantes, e cuja adaptação para as utilidades do presente são, por vezes, tão danosas quanto o seu o abandono, e eventual ruína?

Em 1825, Victor Hugo, um dos precursores da valorização das edificações góticas neste país, e denuncia as destruições realizadas às igrejas e castelos medievais que constituiriam os monumentos nacionais da França, e alerta para a necessidade de:

> "(...) fazer parar o martelo que mutila a face do país, Uma lei seria o bastante; que a façam. Quaisquer que sejam os direitos da propriedade, a destruição de um edifício histórico e monumental não deve ser permitida (...). Seu uso pertence ao proprietário, sua beleza a o todo mundo; portanto, é melhor suplantar seu direito que destruir o edifício. " (HUGO, 1825 apud CHOAY, 2011 [2009], pp. 111-113)

As preocupações de Victor Hugo com relação a conservação das arquiteturas medievais, e sua sugestão da elaboração de uma legislação de proteção desses monumentos, anunciam o

envolvimento ativo do Estado nessa empreitada de preservação. Em 1830, François Guizot, Ministro do Interiorno contexto político da Monarquia de Julho, solicita ao Rei Luís Felipe a criação do cargo de "Inspetor Geral dos Monumentos Históricos" (*inspecteur général des monuments historiques*), face às ações incipientes de conservação que se realizavam no âmbito das províncias francesas.

Destaca-se na solicitação de Guizot, o uso do termo "monumento histórico", que apesar de já presente nos escritos de Milin em fins do século XVIII ganha pela primeira vez uma posição oficial como objetos que "não pertencem apenas a uma determinada época da História, mas forma uma série completa e sem lacunas (...) Tal é o espetáculo que nos oferece esse maravilhoso encadeamento das antiguidades nacionais" (GUIZOT, 1830 apud CHOAY, 2001 [1992]., pp. 259-260). Nota-se também, uma estreita associação entre o bem imóvel edificado e o "monumento histórico", que será característico desse último vocábulo em contraponto às pluralidades tipológicas que definiam o culto das antiguidades que o precedeu. Segundo as proposições de Guizot, caberia àquele que ocupasse esse cargo de inspetor geral, percorrer o território francês em uma viagem de inspeção, e preparar:

> "(...) um catálogo preciso e completo dos edifícios ou monumentos isolados que mereçam série atenção do governo; (...) acompanhado de desenhos e de plantas, e (...) [enviados] ao Ministério do Interior, onde serão classificados e consultados, quando necessário. " (GUIZOT, 1830 apud CHOAY, 2001 [1992]., p. 261)

O pedido de Guizot foi aceito, e no mesmo ano o cargo tem seu primeiro ocupante com o historiador e crítico de arte Ludovic Vitet. Em 1831, em sua primeira viagem pelos departamentos franceses o Inspetor observou as dificuldades da preservação de bens patrimoniais privados, devido à pela inexistência de uma legislação de proteção tal como a sugerida por Victor Hugo, que colocasse o interesse público da conservação de um bem edificado, por seus valores artísticos e históricos para a nação, acima dos direitos individuais do seu proprietário.

Mas é na gestão do escritor e arqueólogo Prosper Mérimée como Inspetor Geral dos Monumentos Históricos (1834-1960) que se consolidam as bases teóricas e práticas[31] da preservação dos monumentos históricos na França.

[31] Um dos seus arquitetos de confiança Mérimée foi Eugene Viollet-Le-Duc, cujas intervenções nos edifícios religiosos medievais conformariam uma doutrina de restauração que se disseminaria pela Europa na segunda metade do século XIX.

A partir de 1837, Mérrimée, no cargo de Inspetor Geral, passa a ser assessorado pela "Comissão de Monumentos Históricos" *(Comission des Monuments Historiques),* formada por arquitetos, como Viollet Le-Duc, que tinham por objetivo auxiliá-lo "na avaliação e classificação dos monumentos históricos, e decidir quais seriam as restaurações prioritárias" a serem empreendidas (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 269). Em 1840 é publicada a primeira listagem[32] dos monumentos históricos franceses, que estariam legalmente protegidos da destruição, através da ação do *classement*[33], que corresponde ao ato de classificar o bem em questão em relação às suas prioridades de intervenção.

Com relação às intervenções nesses monumentos, Mérimée recomendava que as inovações fossem evitadas, e onde não existissem mais os "vestígios do original", o restaurador deveria seguir, através de pesquisas e estudos, as "mesmas circunstâncias e proporções" dos "monumentos do mesmo período, do mesmo estilo, e do mesmo país" (MÉRIMÈE, 1842 apud JOKILEHTO, 2005 [1986], pp. 271-272, Tradução Nossa).

Na década de 1840, essa posição de intervenção mínima dá lugar a uma nova compreensão do que seria empreender uma restauração. O monumento passaria a ser reconhecido como "um documento que ilustrava um período específico da História, e as modificações feitas em épocas subsequentes à sua construção não (seriam) levadas em conta" (KÜHL, 1998, p. 188), refletindo uma posição que é característica da prática de Eugene Viollet-Le-Duc, membro da "Comissão de Artes e Edifícios Religiosos" *(Comission des Arts et Edifices Religieux)* - órgão articulado à "Comissão de Monumentos Históricos" que desde 1848 estaria encarregado de intervir nos bens eclesiásticos. Para Viollet-Le-Duc, tanto a palavra restauração, quanto o seu assunto são modernos:

> "(...) Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento. Foi somente a partir do segundo quartel de nosso século que se pretendeu restaurar edifícios de uma

[32] Dentre os pouco mais de 1000 monumentos indicados para *proteção,* 934 inscrições correspondiam a bens edificados, em sua maioria construções religiosas e civis medievais, e em menor escala, remanescentes galo-romanos (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 270). Estes também eram imóveis de propriedade do Estado, restando à Comissão apenas a ação de incentivar a manutenção dos bens de valor histórico que fossem de posse privada. Em 1849, uma nova listagem foi publicada pela Comissão, ampliando sua abrangência ao classificar como monumentos históricos um total de quase 3000 edificações.

[33] O termo *classement* seria posteriormente empregado como sinônimo de instituir proteção legal a um determinado bem valorizado, em equivalência ao instrumento do tombamento que se instituiu no Brasil: tombar e *classer* tornam-se verbos correntes na discussão patrimonial, com significados próprios no campo da preservação que diferem da acepção generalizada.

> outra época, sem que se tivesse definido precisamente a restauração arquitetônica. (...)
>
> Dissemos que a palavra e o assunto são modernos, e com efeito, nenhuma civilização, nenhum povo, em tempos passados, teve a intenção de fazer restaurações como nós as compreendemos hoje." (VIOLLET-LE-DUC, 2013 [1866], pp. 29-30)

Em sua doutrina que ficou conhecida como a "restauração estilística", "cada edifício ou cada parte de um edifício devem ser restaurados no estilo que lhes pertence, não somente como aparência, mas como estrutura". Suas ideias, portanto, estariam em total oposição à valorização da autenticidade histórica do monumento prezada na Inglaterra por Ruskin e Morris. Para Viollet-Le-Duc, a ruína cultuada por Ruskin deveria ser evitada, sendo a restauração o procedimento ideal para garantir à retomada das funcionalidades de um edifício antigo:

> "(...) o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não há modo de fazer modificações" (VIOLLET-LE-DUC, 2013 [1866], p. 65).

O primeiro ato normativo oficial acerca da proteção de monumentos históricos, no entanto, só seria promulgado em 1887, definindo em seu primeiro artigo que os imóveis cuja conservação seja de interesse nacional do "ponto de vista da história ou da arte" seriam "tombados *(classés*) em totalidade ou em parte para os cuidados do Ministério de Instrução Pública e das Belas-Artes" (LOI DU 30 MARS 1887 SUR LA CONSERVATION DES MONUMENTS HISTORIQUES apud CHALLAMEL, 1888, p. 27, Tradução Nossa)

Estes bens seriam categorizados conforme sua propriedade, sendo os de posse do Estado e da administração pública (pertencentes às comunas e aos departamentos), tombados[34] por decretos do Ministério de Instrução Pública. Já os de propriedade privada, só poderiam ser tombados com o consentimento do seu proprietário. De acordo com seu Artigo nº 4, o imóvel tombado "não poderá ser destruído, mesmo em parte, nem ser objeto de um trabalho de restauração, de reparação ou de modificação qualquer, sem que o ministro de Instrução Pública e das Belas Artes tenha dado seu consentimento" (FRANÇA. LOI DU 30 MARS 1887... apud CHALLAMEL, 1888, p. 28). A mesma lei também contempla a possibilidade do

[34] Optou-se por utilizar os termos em língua portuguesa "*tombar, tombado e tombamento"*, para se referir ao seu equivalente em idioma francês, *"classer, classé, e classement".*

déclassement - ou destombamento - de um bem já protegido caso seja de interesse para o ministro, assim como a expropriação de um bem de propriedade privada cuja solicitação de tombamento tenha sido negada pelo seu proprietário.

Em 1913, uma nova legislação revoga a anterior, e coloca o interesse público acima do direito de propriedade privada. Na ausência do consentimento do proprietário, o tombamento é pronunciado por um decreto do Conselho de Estado, que pode resultar no pagamento de uma "indenização representativa do prejuízo que possa incorrer ao proprietário com a ação instituída de proteção" (FRANÇA. LOI SUR LES MONUMENTS HISTORIQUES PROMULGUÉE LE 31 DÉCEMBRE 1913, p. 7). Uma segunda categoria de proteção também é instituída nesta lei, com o ato da *inscription* – ou inscrição – de imóveis em um inventário suplementar à lista de tombamento, com proteção menos rigorosa. Neste seriam listados:

> "(...) todos os edifícios ou partes de edifícios públicos ou privados que, sem justificar uma demanda de tombamento imediato, apresentam, entretanto, um interesse arqueológico suficiente para que seja desejável a sua preservação" (FRANÇA. LOI SUR LES MONUMENTS HISTORIQUES PROMULGUÉE LE 31 DÉCEMBRE 1913, p. 6).

Estes dois critérios de proteção – o tombamento e a inscrição, e a legislação de 1913 como um todo, consistem, ainda, como as bases da preservação patrimonial contemporânea na França. Seu interesse, no estudo desenvolvido nesta tese, é particularmente especial, uma vez que são estes atos normativos franceses que servem de inspiração para a formação da política de proteção patrimonial no Brasil ao longo da década de 1920, e sua instituição na década seguinte.

1.2.5. As contribuições dos países germânicos

Paralelos podem ser traçados entre a experiência francesa de preservação de monumentos históricos no século XIX, e aquela desenvolvida nos países germânicos à mesma época. Na Alemanha pré-unificação, o antigo Reino da Prússia inicia uma política de proteção à edifícios históricos de propriedade do Estado seguindo as sugestões do arquiteto, urbanista e pintor Karl Friedrich Schinkel, integrante do corpo de profissionais da "Oberbaudeputation" (Departamento de Construções Públicas) - órgão estatal que aprovava e fiscalizava a construção de novas edificações públicas, com direito de inspeção a reformas empreendidas em edifícios existentes. Em 1815, o departamento solicita ao Rei Frederico Guilherme III a criação de uma organização estatal específica para a identificação e manutenção de

monumentos históricos. (JOKILEHTO (2005 [1986], p. 248). Criada a organização, esta experiência culminaria, em 1843, com estabelecimento do cargo de "Curador de Monumentos da Arte" (*Konservator der Kunst Denkmäler),* assumido pelo arquiteto e historiador Ferdinand Von Quast (JOKILEHTO (2005 [1986], p. 255)

A ação do "Curador dos Monumentos de Arte" na Prússia, equivalente à do "Inspetor Geral de Monumentos Históricos" na França*,* tinha como objetivo de proteger, manter e orientar futuras intervenções em imóveis do poder público. Para os imóveis privados que teriam relevância histórica ou artística, assim como na experiência francesa, restaria ao Curador estabelecer um diálogo com seus proprietários, educando-os sobre seus valores, e estimulando, portanto, a sua efetiva proteção.

Já no Império Austríaco, as políticas de preservação pelo Estado só começariam, em efetivo, a partir da segunda metade do século XIX, com a criação da "Comissão Central para o Estudo e Conservação de Monumentos" (*Central-Commission zur Erforschung und Erhaltung der Baudenkmale*) pelo Imperador Francisco José I em 1853. Meio século mais tarde, em 1902, o historiador e crítico de arte Alois Riegl é indicado ao cargo de "Curador Geral da Comissão Central" (*Generalkonservator der Zentralkommission*), e se encarrega de empreender um inventário dos monumentos austríacos e de produzir para estes uma nova legislação de proteção de âmbito nacional (KÜHL, 1998, p. 196). Dos seus esforços nessa empreitada, Riegl produz o sucinto, porém denso texto intitulado "*Der moderne Denmalkultus*", ou "O Culto Moderno dos Monumentos", de 1903. Nele Riegl, uma distinção clara entre a figura dos monumentos e a dos monumentos históricos, e desenvolve uma teoria acerca dos múltiplos valores que estes comportam, ora complementares, ora contraditórios, consolidando um arcabouço conceitual centrado em uma posição distanciada, em contraponto aos escritos predecessores na Europa sobre o tema da preservação, imbuídos de imparcialidades e convicções pessoais.

Riegl compreende o "monumento", em seu "sentido mais antigo e originário", como um produto humano que visa "conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares". (RIEGL, 2013 [1903], p. 9). Estes seriam os monumentos "intencionais", erigidos com uma finalidade memorial, e cuja existência, e portanto seu culto, remonta à antiguidade. Entretanto, ao falar de um culto moderno, pouco se pensa neste objeto intencional, sendo privilegiada a figura do "monumento artístico e histórico", conceito para se referir tanto a obras de arte, que corresponderiam "a toda obra humana tangível, visível ou audível, que apresenta valor artístico", quanto a monumentos

históricos, que corresponderiam a tais categorias de obras que possuiriam um valor histórico. Esse segundo valor, por sua vez, refere-se a:

> "(...) tudo o que existiu e já não existe no presente, (...) que (...) forma um elo insubstituível e irrevogável de uma cadeia evolutiva" (e portanto) "é condicionado por aquilo que lhe é anterior, e que não teria podido suceder como realmente veio a suceder se aquele elo anterior não tivesse existido" (RIEGL, 2013 [1903], p. 10)

À essa noção de evolução, da qual Riegl admite que é "o centro de toda a concepção histórica moderna", presente no monumento histórico, ele articula à figura do monumento artístico, e afirma que estes são categorias simultâneas em um mesmo objeto. Todo monumento artístico seria também um monumento histórico, uma vez que ele "representa um determinado grau evolutivo das artes plásticas, para o qual, a rigor não se pode encontrar um substituído absolutamente equivalente". Porém, deste elemento artístico do objeto, ele toma interesse, em primeiro lugar, de "seu ponto de vista histórico", configurando-se como um "monumento histórico-artístico", cujo valor principal é aquele presente na "cadeia evolutiva da história da arte" (RIEGL, 2013 [1903], p. 11). Para Argan:

> "(...) Não se faz história sem crítica, e o julgamento crítico não estabelece a "qualidade artística de uma obra a não ser na medida em que reconhece que ela se situa, através de um conjunto de relações, numa determinada situação histórica e, em última análise, no contexto da história da arte em geral" (ARGAN, 1992 {1984], p. 15)

Esta distinção, contudo, não elimina o valor estritamente artístico do objeto, que independe da posição da obra de arte na cadeia de evolução histórica. Mas este não seria alvo de uma valoração objetiva, e sim daria a margens a um aferimento de "valor subjetivo, inventado pelo moderno sujeito contemplativo, sujeito a seu bel-prazer, e com ele cambiando" (RIEGL, 2013 [1903], p. 12), logo, incabível no conceito de monumento como uma obra com "valor de memória" (*Erinnerungswerte*). Estes teriam, por outro lado, um valor contemporâneo ou de atualidade (*Gegenwartswerte*), e sua apreciação estaria ancorada em uma "vontade artística" (*Kunstwollen)* condicionada pela "visão de mundo" (*Weltanschauung*) do sujeito em questão. Riegl, portanto, rompe neste "valor de atualidade" com "as noções de desenvolvimento linear da produção artística" (KÜHL, p. 196), negando o valor absoluto que durante séculos vinha sendo conferido aos cânones clássicos como base de julgamento de qualidade de uma obra de arte:

> "Segundo a opinião mais antiga, uma obra de arte possui valor artístico, na medida em que corresponde ás exigências de uma estética putativamente objetiva, cuja formulação nunca esteve, até o presente, isenta de objeções. Segundo a opinião mais recente, o valor artístico de um monumento mede-se pelo grau em que vai ao encontro das exigências da vontade artística moderna (*moderne Kunstwollen*), exigências essas que, claro está, são formulado de modo ainda menos claro e que, a rigor, nunca poderão ser, uma vez que cambiam de sujeito para sujeito e de momento para momento." (RIEGL, 2013 [1903], p. 13)

Uma vez que não existe um "valor artístico eterno, mas apenas um valor relativo, moderno" (RIEGL, 2013 [1903], p. 13), esse mesmo fica restrito a sua categoria como um valor de atualidade, e portanto, incapaz de servir como instrumento de rememoração. Face à essa incompatibilidade, Riegl segue sua explanação utilizando da figura do "monumento histórico", e distanciando-se do conceito de "monumento histórico e artístico". Esse "monumento histórico" é contraposto ao "monumento intencional" pelo momento em que se afere o seu valor de memória. No último, sua capacidade memorial é conferida no momento de sua criação, pelo seu próprio autor. No "monumento histórico", construído para atender uma determinada demanda de seu tempo, será sua impregnação no modo de vida da sociedade, em um tempo posterior, o momento em que ele adquire seu posto como um instrumento de rememoração do passado – sua presença no contexto contemporâneo é um testemunho tangível de um tempo que não retorna mais.

Dentre estes valores de memória, Riegl contempla três categorias, sendo duas destas compatíveis e exclusivas ao "monumento histórico": o valor de antiguidade (*Alterswert*) e o valor histórico (*historischer Wert*). O valor de antiguidade, é decididamente moderno, surgido a partir da segunda metade do século XIX, e referente "à idade do monumento e às marcas que o tempo não para de lhe imprimir" (CHOAY, 2011 [2009], p. 168), ou seja, a pátina cultuada por Ruskin em sua "Lâmpada de Memória". As marcas da passagem do tempo que ficam visíveis ao observador produziria neste um "efeito afetivo", que independe de "conhecimentos adquiridos através da cultura histórica para sua satisfação", e portanto, "nada o obriga a confinar-se à classe letrada, (...) mas julga ter o direito a estender-se às massas, a todos os homens sem distinção de educação intelectual" (RIEGL, 2013 [1903], p. 16). Este valor de antiguidade seria encontrado, inclusive, em objetos desprovidos de valor histórico, tal como "um castelo em ruínas, (...) cuja muralha esboroada transmita informações demasiado escassas sobre a forma, técnica (...) para satisfazer um interesse da história da arte ou da cultura" (RIEGL,

2013 [1903], p. 15). Seus vestígios remanescentes, contudo, podem vir a sensibilizar o observador em suas condições estéticas pitorescas. Acerca deste valor e sua relação com a passagem do tempo, Riegl comenta:

> "Conhece-se pelas marcas desta atividade que um monumento não foi produzido no presente mais chegado, mas sim em um tempo mais ou menos recuado, assentando o valor de antiguidade de um monumento (...). As ruínas (...) oferecerem o exemplo mais drástico disto, dado que se geram a partir de um modo outrora coeso de um castelo através do gradual desmoronar de grandes partes tangíveis (...)
>
> (...) exigimos da mão humana a produção de obras coesas (...), da natureza atuante no tempo, pelo contrário exigimos a dissolução do coeso como problema de um não menos necessário e regular perecer. " (RIEGL, 2013 [1903], p. 29)

Esse culto à inevitabilidade da ação da natureza, faz com que o valor de antiguidade condene não só "toda destruição violenta do monumento" pelo homem, considerada como um ato criminoso, como também, "pelo menos em princípio, qualquer atividade conservadora, qualquer restauro, por ser uma intervenção não menos ilegítima no reinado das leis da natureza". As ruínas tornam-se mais pitorescas quanto mais suas partes de deterioram, contudo, esse processo "tem também seus limites (...) um mero amontoado informe de pedras já não é suficiente para oferecer ao espectador o valor de antiguidade", torna-se necessário, portanto, a existência de um "traço ainda perceptível da forma original da obra humana de outrora, tal como produzida na sua época" (RIEGL, 2013 [1903], p. 31), para que se reconheça nela o valor de antiguidade.

Já o valor histórico centra-se na capacidade do objeto em representar "um grau totalmente determinado (...) da evolução de uma dada área da criação humana". As marcas do tempo, prezadas no valor de antiguidade, são nele substituídas pela sua coesão, pois quanto mais fiel ao seu estado original, mais ele cumpre seu papel como um registro de um determinado momento da história do homem, visto que "a desfiguração e dissolução parciais, são, para o valor histórico, uma intervenção perturbadora" (RIEGL, 2013 [1903], p. 34). Se no valor de antiguidade encontram-se pontos em comum com Ruskin, no valor histórico revelam-se nuances da doutrina de Viollet-Le-Duc no potencial da recuperação do monumento em sua dimensão instrutiva para a história da arte. Riegl contrapõe esses dois valores de memória, e afirma com relação às intervenções realizadas nos monumentos históricos que:

> "O valor histórico considera o monumento original fundamentalmente como intocável, mas por um motivo totalmente diferente daquele do valor de antiguidade. Para o valor histórico, não se trata de conservar as marcas da idade, as modificações provocadas pelos influxos da natureza ao longo tempo transcorrido desde a gênese, tais marcas são-lhe no mínimo indiferentes, quando não incômodas: trata-se antes de preservar apenas um documento falsificado o menos possível para uma atividade de aperfeiçoamento por parte da investigação histórica-artística." (RIEGL, 2013 [1903], pp. 36-37)

Essas posições conflitantes verificadas nos valores de memória, tornam-se mais complexas quando articuladas aos valores de atualidade, que estão assentados na capacidade dos monumentos em satisfazer necessidades "sensíveis ou intelectuais das pessoas para cuja saciação as novas formas modernas tão bem se prestam", em detrimento de uma valorização que preza "a gênese no passado e o valor de memória que nela se escora" (RIEGL, 2013 [1903], p. 43) Riegl identifica dois grupos de valores de distintos nessa categoria contemporânea: o valor de uso (*Gegbrauchswert*) e o valor artístico (*Kunstwert*).

No valor de uso, reconhece-se o seu usufruto pela sociedade, presente tanto no monumento intencional (enquanto utilização como instrumento memorial), quanto no monumento histórico, tal como edificações antigas que ainda cumprem funções práticas, devendo mantê-los em "boas condições relativamente às pessoas que o utilizam", evitando ameaças "à segurança de suas vidas ou a sua saúde" (RIEGL, 2013 [1903], p. 44). Este entra em conflito com o valor de antiguidade, uma vez que a dissolução natural - cultuada com a não conservação de um monumento - põe em risco não só a integridade da edificação como também de quem a utiliza. Com relação aos conflitos da utilização contemporânea com o valor histórico, Riegl opta por não discorrer sobre o assunto, embora afirme que este último, "por ser bem mais sólido" que o de antiguidade, "conseguirá adaptar-se mais facilmente às exigências do valor de uso" (RIEGL, 2013 [1903], p. 48).

Sobre o valor artístico de atualidade que existe nos monumentos apenas em sua capacidade de atender às exigências da *Kunstwollen* moderna, Riegl divide-os em duas espécies: o valor de novidade (*Neuheitswert*) e o valor artístico relativo (*relativer Kunstwert*). Com relação ao primeiro, o austríaco define que este:

> "(...) partilha o valor artístico moderno com o dos períodos artísticos anteriores, na medida em qualquer obra de arte moderna, acabando

> de ser executada (...) não pode mostrar que está já sujeita a dissolução (...). Por outras palavras, toda a obra nova possui já, só em função desta novidade, um valor artístico que se pode designar como valor artístico elementar, ou abreviadamente, o valor de novidade. " (RIEGL, 2013 [1903], p. 48)

Ele encontra-se em total contradição com o valor de antiguidade, sendo este seu maior adversário. No valor de novidade, contempla-se a "coesão do novo, da fresca feitura" de algo recém-produzido em sua pureza e completude, enquanto no culto da antiguidade, glorifica-se a fragmentação e o desbotamento do objeto concebido no passado, situando estas duas categorias em pontos opostos um espectro de valorização dos monumentos. Por outro lado, o culto da novidade dialoga com o valor histórico, uma vez que nas intervenções restauradoras que objetivam retornar um determinado monumento a suas condições originais, remove-se à pátina do tempo que denota a antiguidade, substituindo-a por uma aparência jovial, tal como este teria no momento de sua construção original.

Com relação ao valor artístico relativo, reconhece-se a "possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas (...) a respeito da concepção, forma e cor que são especificamente as delas" (RIEGL, 2013 [1903], p. 58), em um contexto atual e "acessível à sensibilidade moderna" (CHOAY, 2011 [2009], p. 168). Essa acessibilidade, contudo, não tem a mesma abrangência que a do valor de novidade ou de antiguidade, sendo necessário um mínimo de conhecimento específico tanto da arte do passado, quanto da arte moderna, que permita estabelecer uma relação entre dois ideários distintos: a *Kunstwollen* do autor do monumento e a *Kunstwollen* do observador.

Segundo Jokilehto (2005 [1986], p. 381), "*Der moderne Denmalkultus*" teve grande influência nos países germânicos à sua época, embora sua difusão tenha sido limitada no resto da Europa, com exceção da Itália, possivelmente devido à sua difícil interpretação. Em contrapartida, a obra de Camillo Sitte, arquiteto austríaco contemporâneo a Riegl, teve amplo reconhecimento no campo do urbanismo, e trouxe importantes contribuições na articulação desta nascente disciplina com a valorização dos monumentos históricos.

Em "*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*" – ou "A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos", publicado em 1889, Sitte tece uma crítica à racionalidade técnica que caracteriza a produção urbanística da segunda metade do século XIX, em especial a verificada na expansão de Viena, com a malha reticulada do anel viário da *Ringstrasse* substituindo a antiga muralha medieval da cidade. Os primeiros passos da consolidação do urbanismo como uma disciplina, alicerçada em uma base teórica e prática elevada à categoria

de ciência, relegou a segundo plano questões plásticas e artísticas que outrora regeram a produção das cidades. Para Sitte, a ato de projetar cidades deveria ser igualmente uma "investida artística", tal como "era na Antiguidade, e na Idade Média, e no Renascimento, de fato, em qualquer lugar onde as artes eram favorecidas". (SITTE, 1889 in COLLINS & CRASEMANN COLLINS, 2006, pp. 141-142, Tradução Nossa)

Tal posição o fez ser considerado como passadista pelos urbanistas de períodos posteriores, contudo. Verifica-se nesse texto, contudo, mais um apreço pelas qualidades artísticas da composição urbana das cidades do passado, do que uma negação pelo progresso científico de sua época. Ele mostra-se consciente das necessidades da vida moderna, e concorda que a cidade deva se transformar seguindo as demandas de infraestrutura, que por sua vez, incorrem em limitações em seu planejamento artístico. Ele contesta, contudo, é o porquê desta limitação dar margens a um completo abandono da composição artística no desenho urbano, advogando por um equilíbrio entre esses dois procedimentos.

Embora saudosista, Sitte destoa-se da posição de Ruskin da aversão ao modo de vida contemporâneo e de sua atitude radical perante o novo mundo da sociedade industrial e suas rápidas transformações. Esta seria uma condição inevitável do seu tempo, mas para o austríaco o mesmo não seria válido para o planejamento urbano: se as mudanças não podem ser evitadas, o melhor a se fazer é participar delas, moldando-as em seu benefício. Com relação às antigas cidades europeias, cujo tecido urbano é uma mistura de conjugações artísticas dos mais variados períodos da história, ambos defendiam sua preservação, embora por motivos diversos. Para Ruskin, que condenava qualquer tipo de intervenção aos monumentos, inclusive aos conjuntos urbanos que emolduravam sua histórica paisagem, à cidade antiga em sua autenticidade restaria apenas a sua manutenção, e a certeza que um dia esta tornar-se-á insuficiente para garantir sua integridade material. Para Sitte, o tecido urbano encontra seu valor nas distintas composições em que ele se estrutura em suas articulações com os espaços livres e os monumentos históricos e/ou intencionais. Estes devem ser preservados, não por seu papel de rememoração ou como instrumentos de escape da vida moderna, mas sim como exemplos de tipologias de composição urbana das quais o homem moderno pode se inspirar na produção de uma cidade, que embora contemporânea e dotada de novas técnicas construtivas, guarda em sua estrutura uma qualidade artística equiparável à do passado.

Com base em estudos dos traçados dos espaços públicos abertos, e do posicionamento nestes dos seus monumentos, Sitte reconhece os padrões de forma urbana das cidades antigas, e os contrapõe à simetria e à rigidez geométrica das produções urbanísticas de seu tempo. Nessas oposições entre as regras do passado e os procedimentos do presente, ele condenava as

intervenções aos monumentos históricos, em especial aos edifícios religiosos encrustados na malha da arquitetura doméstica, questionando a tendência moderna de isolá-los do tecido urbano, como estruturas independentes e desconexas das envoltórias que originalmente os abraçavam.

Sitte conclui "*Der Städtebau*" afirmando que é um dever de todos os planejadores urbanos considerar juntamente com as atividades mais banais de parcelamento do solo moderno, o valor que se agrega a este procedimento quando se contempla aspectos artísticos, por ora abandonados. Contudo, ao advogar pelo abandono da monotonia da malha reticulada em voga em seu tempo, e pelo apreço das potencialidades artísticas que as cidades antigas oferecem à produção contemporânea, ele torna-se, três décadas após sua morte, um forte inimigo dos urbanistas modernos da década de 1930, que o declaram "uma encarnação do passadismo mais retrógrado" (CHOAY, 2001 [1992], p. 183), embora seja evidente em sua obra uma posição equilibrada, e sobretudo, consciente da necessidade de progresso.

1.2.6. Repercussões na Itália: de Boito e a tutela dos monumentos à Giovannoni e escala urbana.

Desde o *Quattrocento,* a Itália encontra-se ativamente envolvida com a valorização e proteção de monumentos da antiguidade clássica, tendo na Roma Papal o seu epicentro de discussões, e para onde a Europa, durante os séculos subsequentes, prestava-lhe a máxima atenção. Todavia, a emergência do potencial das estruturas medievais, desloca temporariamente o debate patrimonial para a França e Inglaterra, que dotadas de uma coesão político-administrativa reconhecem nestes vestígios do passado suas respectivas identidades nacionais. O interesse pela proteção dos monumentos da Idade Média nos Reinos Italianos só ganharia forças na segunda metade do século XIX, extraindo das experiências inglesas e francesas que o precederam posicionamentos conciliadores acerca de doutrinas de preservação divergentes (JOKILEHTO (2005 [1986], p. 329).

Camillo Boito – arquiteto, engenheiro, e historiador da arte – é a figura proeminente nesse reacendido debate de preservação patrimonial no contexto político de unificação dos reinos e de consolidação de uma identidade nacional. Com um repertório prioritariamente teórico, ele lança suas concepções acerca da restauração: o "restauro filológico", calcado no valor documental do monumento como um registro material da história humana. Tal posição é verificada em seu artigo de 1883 para o "Terceiro Congresso de Engenheiros e Arquitetos" ("*III Congresso degli Ingegneri e Architetti italiani"),* cujo texto compôs a "Primeira Carta de

Restauro Italiana" ("*La Prima Carta Italiana del Restauro*"). Neste documento, Boito considera que:

> "Os monumentos arquitetônicos do passado não são apenas valiosos para o estudo da arquitetura, como também contribuem como documentos essenciais no esclarecimento e ilustração das facetas da história de diversos povos através do tempo. Eles devem, portanto, ser escrupulosamente respeitados como documentos nos quais quaisquer alterações, o quão pequenas forem, caso confundidas com as originais geram enganos, e gradualmente levam a conclusões equivocadas" (BOITO, 1883 apud JOKILEHTO (2005 [1986], p. 336, Tradução Nossa)

No sano seguinte, na conferência para a "Exposição de Turim", intitulada *"I Restauratori*" (Os Restauradores), Boito aprofunda seus conceitos relativos aos meios de intervenção em três categorias de objetos: a escultura, a pintura e arquitetura. Ele refere-se à conservação em oposição à restauração: a primeira, sendo uma obrigação de toda a sociedade, e a última, foco de sua explanação, uma atividade por vezes arriscada:

> "(...) conservação, (...) é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas par a admiração do mundo. Mas, uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor com muita frequência uma é contrário da outra; E meu discurso é dirigido, não aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas, sim, aos restauradores homens quase sempre supérfluos e perigosos." (BOITO, 2008 [1884], p. 37)

Neste documento, ao abordar a restauração arquitetônica, Boito remete-se às contraditórias ideologias de Viollet-Le-Duc e John Ruskin (sem menção direta), sendo critico às suas posições radicais, e ao mesmo tempo extraindo de suas respectivas teorias as contribuições relevantes para conceber sua própria doutrina de intervenção nos monumentos históricos, como uma síntese das experiências prévias da França e da Inglaterra. Com relação à posição anti-restauradora da prática inglesa, ele reconhece o valor presente no monumento em sua autenticidade histórica na qual evidenciam-se as estratificações do tempo (CHOAY, 2001 [1992], p. 183), mas condena a posição passiva em relação à deterioração da materialidade, a qual ele considera uma "lógica impiedosa":

> "Não pretendo conservar incólume o monumento, destruí-lo ou deixá-lo, sem reforços e sem as inevitáveis renovações, morrer de sua morta natural em paz. A arte do restaurador, volto a dizê-lo é como a do cirurgião. Seria melhor (quem não o vê?) que o frágil corpo humano não precisasse dos auxílios cirúrgicos; mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputador um dedo ou que usem uma perna de pau." (BOITO, 2008 [1884], p. 57)

Para Boito a prática "restauro estilístico" de Viollet-Le-Duc, é uma "teoria cheia de perigos", como a "falsificação do antigo". Para o italiano, "quanto mais bem for conduzida a restauração, mais a mentira vence insidiosa e o engano, [é] triunfal" (BOITO, 2008 [1884], p. 58). Ele mostra-se muito mais receptivo às formulações de Merimée no referente à sua preconização da restauração não-inovadora, cujas atitudes moderadas alinhavam-se mais aos seus ideários que as fantasiosas restaurações de Viollet-Le-Duc.

No "restauro filológico" de Boito, as intervenções seriam mínimas, e as adições, quando necessárias, deveriam ser identificadas como elementos não-originais e contemporâneos, com emprego de materiais distintos ao do objeto autêntico. As intervenções seriam suportadas por evidências históricas fidedignas, e seriam extensamente documentadas e fotografadas (KÜHL, 1998, p. 193). O valor documental do monumento, portanto, estende-se para a atividade restauradora – ela é em si uma nova etapa de estratificação do objeto em questão. Boito conclui sua exposição sobre a restauração arquitetônica estabelecendo duas recomendações a seus colegas restauradores, que estes tentem o impossível, "para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco, e que as adições, caso indispensáveis, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje" (BOITO, 2008 [1884], pp. 60-61).

As contribuições de Boito não se limitaram ao estabelecimento de uma base teórica contemporânea para restauração de monumentos históricos na Itália. Desde a unificação italiana, em 1870, o governo nacional buscava estruturar um órgão administrativo relativo ao gerenciamento de monumentos históricos, e em paralelo, preparar a primeira legislação de salvaguarda patrimonial válida em todo território italiano, da qual o arquiteto teve participação. Somente após três décadas de tentativas é que se instituiu o primeiro ato normativo que visava a "Tutela do Patrimônio Monumental" do Reino da Itália: a Lei nº 185 de 1902, conhecida como Lei Nasi (*Legge Nasi*). Os objetos alvo da legislação foram os

monumentos, edifícios e objetos móveis com valores de "antiguidade ou de arte", que tivessem pelo menos 50 anos de existência.

A Lei Nasi seria substituída pela Lei nº 364 de 1909, a Lei Rosadi (*Legge Rosadi*), que ampliou a abrangência do objeto de tutela para qualquer "objeto imóvel ou móvel que possua interesse histórico, arqueológico, (...) paleontológico ou artístico" (ITÁLIA. LEGGE nº 364 DEL 20 GIUGNO, 1909). Um dos trunfos da nova legislação foi o da notificação de tutela, inexistente no documento anterior. Com a Lei Rosadi, a tutela tornou-se independente de sua inscrição catálogo de monumentos a ser produzido com todos os bens nacionais. A proteção legal do monumento ficou condicionada apenas à sua notificação ao proprietário por parte da administração pública (LENTINI, 2006). [35]

Um dos dispositivos estabelecidos na primeira lei foi o da "tutela indireta" (LENTINI, 2006), que possibilitava que imóveis vizinhos à monumentos protegidos recebessem uma compensação financeira a fim de conter possíveis modificações que seriam indesejáveis à visualização do bem salvaguardado. Destaca-se o uso dos termos "luz" e "perspectiva" nestas três legislações para se referir à essa apreciação do bem. A Lei Nasi propunha que fossem definidos parâmetros construtivos "no caso de novas construções ou elevações de edifícios" no entorno destes bens protegidos, estabelecendo as "distâncias e medidas necessárias" para que estas inserções contemporâneas "não danifiquem a perspectiva ou a luz exigida pelo perímetro dos próprios monumentos" (LEGGE nº 185 DEL 12 GIUGNO, 1902 apud CABRAL, 2013, p. 51). Segundo Cabral (2013, p. 52), esta preocupação, contudo, limita-se ao monumento, "que deveria ser apreciado sem obstruções na linha de visada entre o observador", e nem ser "privado de luz", sem reportar-se uma valorização do seu entorno pelas qualidades que elas conferem ao bem protegido enquanto componentes de uma forma urbana característica. Na "luz" e na "perspectiva" indicadas nestes documentos, encontram-se os antecedentes do termo "ambiente", que segundo Choay (2001 [1992], p. 200) designa as consequências benéficas sobre a percepção da articulação da malha urbana. Este termo seria cunhado e defendido pelo arquiteto e engenheiro Gustavo Giovannoni, profissional com destacada atuação teórica e prática no campo da restauração nas primeiras décadas do século XIX, e cuja relevância para articulação entre a preservação patrimonial e as intervenções urbanísticas fazem deste uma personagem de especial interesse no desenvolvimento desta tese.

[35] Em 1912, uma pequena legislação é produzida como uma emenda ao documento de 1909, a lei nº 688 referentes às "vilas, parques e jardins" (*ville, parchi e giardini*) que incorpora essa categoria de objetos aos bens já protegidos pelo decreto anterior.

Gustavo Giovannoni deu continuidade às ideias de Camillo Boito para a restauração arquitetônica, mas sem dúvidas, sua maior contribuição neste campo seria na formulação de uma doutrina para o "restauro urbano" a partir de suas propostas de intervenção em núcleos antigos das históricas cidades italianas. Choay (2001 [1992], p. p. 200-201) credita a Giovannoni a criação do termo "patrimônio urbano" quando este afirma que "a cidade histórica constitui em si um monumento, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo". [36]

No âmbito da restauração dos monumentos arquitetônicos, sua doutrina conhecida como o "Restauro Científico", apresentada em 1912 no texto "*Il Restauro dei Monumenti*", ou "O Restauro dos Monumentos", conferia grande importância aos valores históricos e documentais do monumento arquitetônico, em concordância com o "restauro filológico" de Boito. Em 1936, Giovannoni reafirma[37] a sua doutrina como uma teoria intermediária entre os "conceitos antitéticos" de Ruskin e Viollet-Le-Duc.

Mas é o seu entrelaçamento com o urbanismo - o restauro urbano - que Pane (2013, p. 39) afirma ser a contribuição "decididamente mais atual e estimulante" de Giovannoni, ao ampliar a concepção do monumento, de um fato isolado, para uma dimensão urbana, pois "[...] isolar ou destacar um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial" (CHOAY, 2001 [1992], p. 200-201).

Acerca do restauro, conservação e intervenção nos centros antigos das cidades, Giovannoni produz dois artigos publicados na Revista "*Nuova Antologia*" em 1913. Nestes textos, o autor aborda dissociação entre as novas áreas da cidade e os seus setores antigos. Com relação a esses núcleos de valor histórico, ele propõe a progressiva remoção das funções invasivas que degradam estas áreas, e propõe intervenções pontuais, que por meio de pequenas demolições e alterações nos traçados viários, passavam a conferir efeitos de contraste ao tipo

[36] Choay é uma das figuras por trás do redescobrimento da obra de Giovannoni em um contexto internacional, que desde sua morte em 1947 teve suas contribuições ocultadas na Itália, em decorrência de visões conflitantes à ordem modernista que se instaurava na Itália do pós-segunda guerra. Esse tardio apreço lustra a atualidade presente nos escritos de Giovannoni, que embora fosse decididamente oposto à inserção da arquitetura moderna em conjuntos urbanos antigos, levantava questões para o desafio do projeto urbano em áreas históricas, que se revela em um panorama atual como fato ainda a ser superado.

[37] No verbete "Restauro di Monumenti", para a "Enciclopedia Italiana", Giovannoni define sua teoria como propondo " dar máxima importância às obras de manutenção e consolidação, voltadas a salvar o próprio organismo do edifício; limita os casos de reconstituição àqueles nos quais seja demonstrada a legitimidade e a utilidade, porém mais do que a com a unidade arquitetônica, preocupa-se com a salvaguarda, no monumento, de todas as obras de várias épocas que tenham caráter artístico. Nos documentos acrescentados requer que seja precisa a documentação, apontando data e siglas, e que se adote, materiais diversos dos primitivos (...) sem o engano de imitação precisa, (...)" (GIOVANNONI, 1936 apud KÜHL, 1998, p. 199).

urbano original, conservando integralmente seu caráter artístico e contextual. A este procedimento, Giovannoni deu o nome de '*diradamento*', cuja tradução para o português é "desbastamento". O mesmo também pode ser conhecido como "gestão por clareiras" ou "teoria do clareamento". Em uma antologia de textos dos autores precursores do urbanismo francês, seu organizador, Jean-Pierre Gaudin, estabelece um diálogo entre as práticas italianas e francesas de intervenção em núcleos antigos, e faz menção a Giovannoni como um "pioneiro do ensino do urbanismo na Itália", e cujo termo 'diradamento', traduzido em sua publicação como 'clareira', sugere a "prática da jardinagem e a luta contra a profusão de construções, ou seja, o adensamento" (GAUDIN, 2014, p. 153).

A consolidação do '*diradamento*' também se firma na década de 1930, com a publicação de Giovannoni, em 1931, do livro "*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*" (Velhas Cidades e Nova Construção Urbana) – reproduzindo o título de um de seus artigos de 1913 – que traz outro termo de ampla utilização em sua obra, e de divergente tradução: '*edilizia*'. Cabral & Andrade (2013, p. 58), expõem o significado do termo, recuperando trechos do artigo de Giovannoni de 1913, no qual este é conceituado como "um novo ramo do conhecimento para o qual diversas disciplinas trazem sua contribuição, e no qual a cidade é considerada uma vasta e complexa obra de arte". A tradução de Choay para o francês do livro de 1931 associa o termo italiano '*edilizia*' ao francês '*urbanisme*', porém para estes autores, esta seria uma tradução equivocada, apoiando-se em verbetes da *Enciclopedia Italiana* de 1937, para estabelecer suas distinções. A '*Edilizia*', e outros termos, tais como o *städtebau* alemão e o *townplanning* inglês, "expressariam o fato material da construção urbano – o estudo de um plano a sistematização dos espaços livres, as construções viárias e edilícias" (CABRAL & ANDRADE, 2013, p. 59). Já o '*urbanisme*', e sua equivalente italiana, a '*urbanistica*', teriam "significado mais amplo", incorporando a "higiene urbana, estatística, legislação, economia" à materialidade da '*edilizia*'. Logo, nas traduções para o português dos textos de Giovannoni presentes na publicação de 2013 organizada por Beatriz Kühl, recusa-se a associação francesa entre 'edilizia' e urbanismo da versão de Choay, sendo este substituído pelo termo "construção urbana".

Calabi (2009, p. 161-162) associa a Giovannoni ao termo 'arte urbana' – em suas distintas variações linguísticas – *civic art, art urbain, arte di construire la citta* – que englobou uma "série de ensaios acerca da estética urbana" nas primeiras décadas do século XX, devedoras dos estudos de Camillo Sitte. Para a autora, estes ensaios "insistiam principalmente na necessidade de estudar as relações entre os edifícios e seu entorno", e abriram "um novo caminho para se conceber a cidade histórica, uma nova abordagem para o planejamento urbano". Na relação entre a tradição e a modernidade, a autora afirma que na obra de Giovannoni, existe uma

prevalência da primeira, na qual os "edifícios do passado deviam ser considerados como patrimônio a se conservar, pois sua arte tem raízes na identidade da nação".

No primeiro dos seus artigos publicados em 1913 na *"Nuova Antologia",* intitulado "*Vecchie Cittá...*", apesar do foco dos seus estudos de intervenções urbanas fosse o núcleo antigo, o texto dedica-se com grande volume à "cidade nova". Para Cabral e Andrade (2013, p. 56), a busca por como conciliar a "cidade velha" e "a cidade nova" é a pergunta central deste escrito, devendo a nova desenvolver-se "aproveitando a estrutura da cidade velha ou deve [esta] crescer para além dos limites dela"? Para estes autores, Giovannoni advoga não pela sobreposição, mas sim pela ligação. Logo, o local desta cidade nova estaria às margens dos núcleos antigos.

Na proposta[38] apresentada no mesmo ano para intervenção no bairro do Renascimento, antigo núcleo de Roma, de acordo com a teoria do '*diradamento*', Giovannoni utiliza de analogias biológicas para abordar os velhos centros urbanos, ao associar suas habitações às arvores dos bosques.

> "Geminadas, por vezes, com uma disposição natural e livre, e por outras, plantadas em fileiras, ou espaçadas em áreas vastas, (...), morrem por decrepitude ou são abatidas pelo machado; mas novos brotos nascem das mesmas cepas, reproduzem os mesmos agrupamentos de sues progenitores. Do mesmo modo, as casas: renovam-se transforma-se, são reconstruídas, mas a sua configuração raramente varia em relação ao primitivo esquema de edificação." (GIOVANNONI, 1913b in KÜHL, 2013, p. 137)

Giovannoni enaltece o velho centro, porém está ciente de que muito há de ser mudado em sua situação atual. A transformação e renovação nestes núcleos deveria ser feita de maneira sensata, sem prescindir a tipologia do local, mas a acompanhando. (GIOVANNONI, 1913b in KÜHL, 2013, p. 143) Ele se opõe às obras de '*sventramento edilizio'*, nas quais se extirpe grandes parcelas urbanas dos núcleos centrais em nome da higiene e em prol da especulação privada, gerando resultados desastrosos "para o caráter histórico e artístico da cidade". Giovannoni faz crítica a prática de isolar os monumentos excepcionais do seu contexto

[38] Também publicado em 1913 na "*Nuova Antologia"*, o artigo em questão se intitulava "*Il diradamento edilizio dei vecchi centri. Il quartiere della rinascenza in Roma*" (O desbastamento de construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma).

urbano, algo que Camillo Sitte já denunciava em sua obra de 1889, e atenta para a questão da harmonia presente entre os monumentos e a arquitetura menor que os entorna.

O autor esboça, neste artigo de 1913, uma metodologia de intervenção (a ser consolidada futuramente em 1931), de inserção contemporânea em tecidos urbanos tradicionais, que respeite ao sistema de edificação das antigas habitações quando construída nova edificação em meio às preexistências. A questão da harmonia extrapola a escala volumétrica, e deve ser considerada também em senso estilístico na inserção das novas construções.

Para o Giovannoni, as obras viárias nos núcleos antigos são por vezes "uma triste necessidade" frente às exigências da higiene e do fluxo local, sendo o "desbastamento das edificações" sua única forma de conciliação com o aspecto artístico destes conjuntos. Ele destaca a demolição "aqui e acolá de uma casa ou de um grupo de casas" (GIOVANNONI, 1913b in KÜHL, 2013, p. 154), produzindo em seu lugar, não uma nova arquitetura, mas sim espaços verdes como jardins, que funcionem como pequenos pulmões para o velho bairro. Pequenas aberturas e percursos, ora estreitos, ora amplos, que conferem variedade, contraste, e iluminação ao conjunto urbano a que se deseja valorizar. Ele afirma que estas intervenções, contudo, devem ser resultado de um estudo minucioso, "feito com enorme cuidado, ponto por ponto". Que identifique "os marcos imutáveis do local", ou seja, "os edifícios de caráter histórico e artístico que devem ser conservados, as obras e os grupos para os quais deve ser respeitado o ambiente" (GIOVANNONI, 1913b in KÜHL, 2013, p. 156).

Em 1931, Giovannoni expõe sua teoria do *'diradamento'* como um manual para intervenção nos velhos centros após anos de amadurecimento profissional e resultados práticos das suas ideias originais. Observa-se um aprofundamento na questão da proporção e harmonia das propostas, uma maior atenção a questão da restauração arquitetônica do ambiente valorizado, e uma preocupação com questões de executabilidade financeira da intervenção.

Para ele, a gestão por '*diradamento*' possui três princípios centrais – a circulação local; o aspecto artístico do ambiente; e as exigências da higiene. Sua organização é caracterizada não pela uniformidade e regularidade das novas vias nos velhos centros, e sim pela sua irregularidade. Como sintetiza metodologicamente, o '*diradamento'* consiste em :

> "(...) demolir sobre pequenas parcelas separadas, deixando espaços livres, reconstruindo pouco ou nada, de modo a reduzir ao mínimo a introdução de novos elementos (...), em escolher as zonas que melhor se prestem a essas valorizações, sem os preconceitos da regularidade geométrica e das larguras constantes das vias, demolindo edifícios

> absolutamente desprovidos de interesse, e abrindo os quarteirões mais densos e sujos." (GIOVANNONI, 1931, p. 249)

As intervenções devem visar tanto uma requalificação higiênica quanto artística de todo o bairro. E as novas inserções devem ser acompanhadas de regras e disposições regendo a construção na área, como por exemplo regulações urbanísticas que consistem em limitar o número máximo de altura dos edifícios situados em determinadas ruas ou no entorno de certos monumentos, a fim de conservar a massa e o tipo das pequenas unidades construtivas (GIOVANNONI, 1931, p. 253-254)

No que concerne a execução destas obras de '*diradamento*', Giovannoni afirma que caberia à organização municipal a tarefa de se encarregar da parte urbanística da intervenção, empreendendo-a por etapas, fiscalizando o melhoramento de todos os serviços públicos, e preparando um regulamento urbanístico particular para garantir o controle dos trabalhos futuros. Com relação à requalificação das arquiteturas antigas, através de obras de restauração, ele aponta que o poder público poderia também propor ajudas financeiras aos proprietários que melhorem e restaurem seus imóveis, requalificando o valor estético do conjunto urbano. Essas ajudas podem ter formas variadas, como a isenção de impostos de caráter fundiário ou na compra de materiais de construção. Outra sugestão seria a criação de órgãos específicos com fins não lucrativos, que teriam como função estimular e ajudar os particulares, formando com estas associações com finalidade urbanística e arquitetônica, fornecendo assistência prática, projetos gratuitos ou até ajuda financeira, tendo em vista o interesse geral em determinada intervenção (GIOVANNONI, 1931, pp. 264-265).

Segundo Kühl (2013, p. 22), Giovannoni considerava mais adequadas nesses redutos históricas, uma nova arquitetura neutra, que recorresse a formas simples, porém próximas da tradição[39]. Posicionando-se contra a nascente arquitetura moderna, e convicto de que esta não tinha lugar nos núcleos antigos, suas ideias foram tidas como ultrapassadas no período de consolidação do urbanismo moderno.

[39] É em parte, desta sua relação com a tradição, que Giovannoni foi progressivamente ocultado na Itália após sua morte em 1947. Segundo Pane (2013, p. 43), com o advento do fascismo na década de 1920, Giovannoni teve que conciliar seus objetivos de preservar os núcleos antigos aos desejos do governo em arrasar quarteirões e abrir grandes artérias viárias em meio às cidades históricas, e afirma que teria sido o seu "envolvimento ambíguo com o regime" o fator que "constituirá no segundo pós-guerra uma das principais sombras sobre sua fortuna crítica".

1.3. Os discursos internacionais no período entre guerras (1918-1939): Das cartas preservacionistas às diretrizes da cidade funcional

A década de 1930 revela-se como um marco temporal, tanto no campo da preservação, quanto do urbanismo: um salto das experiências nacionais do século XIX para a consolidação de uma base teórica de dimensão internacional. Em ambos observa-se uma pretensão em estabelecer regras universais de atuação, e produzir axiomas calcados em práticas locais que extrapolem as fronteiras dos Estados Nacionais, embora ainda presos a uma visão de mundo eurocêntrica.

Em 1931, realiza-se em Atenas, uma conferência[40] com tema específico da conservação e intervenção de monumentos arquitetônicos. São discutidos os princípios gerais de proteção, as medidas legislativas e administrativas de salvaguarda tomadas nos variados estados nacionais, e questões técnicas referentes à intervenção e manutenção da matéria física dos bens edificados. As conclusões gerais compõem a "Carta de Atenas" (1931), cuja redação teve participação influente de Gustavo Giovannoni. Neste documento, constata-se que, apesar da "diversidade dos casos específicos", predominava-se nos Estados representados "uma tendência geral a abandonar as reconstituições integrais", priorizando a manutenção permanente do bem e sua subsequente conservação. Quando a intervenção se torna indispensável, advoga-se pelo respeito à "obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época" (CARTA DE ATENAS, 1931).

O posicionamento era, portanto, avesso às restaurações estilísticas que dominaram a Europa a partir da segunda metade do século XIX e duramente criticada nas décadas seguintes por como Boito e Giovannoni, prezando o respeito às diversas fases históricas e/ou artísticas de um monumento. Reconhece-se, no entanto, a importância da doutrina de Viollet-Le-Duc, ao recomendar que se mantenha uma utilização dos monumentos que assegure a continuidade de sua vida", ressalvando, contudo, que está utilização deveria cumprir as mesmas "finalidades que o seu caráter histórico ou artístico" (CARTA DE ATENAS, 1931).

[40] A conferência foi organizada pelo *Office International des Musées"* – o Escritório Internacional de Museus. O escritório foi criado no âmbito da Sociedade das Nações, órgão de cooperação internacional formado após a 1ª Guerra Mundial, e precursora da atual Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha dentre suas preocupações culturais atividades relativas à conservação de obras de arte e da museologia.

As contribuições de Giovannoni são evidentes no tópico referente à "valorização dos monumentos", no qual encontram-se claras influências das legislações italianas acerca da composição visual a ser protegida juntamente com a materialidade do bem arquitetônico, quando se recomenda a preservação de uma determinada "perspectiva".

> "A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais.
>
> ***Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.*** Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo. " (CARTA DE ATENAS, 1931, Grifo Nosso)

A valorização do tecido urbano e das arquiteturas menores que emolduram os monumentos, embora não esteja presente no documento, seria apresentada por Giovannoni na conferência ao demonstrar "uma preocupação com a dimensão urbana da conservação e sua integração nos procedimentos de planejamento urbano", algo que "termina por não figurar nas recomendações da Carta" (Cabral, 2013, p. 147):

> "Um dos princípios fundamentais que amadureceram na Itália, e sobre o qual gostaria de chamar a atenção do Congresso, foi aquele de atribuir valor de monumento e de estender as providências de estudo e de conservação não apenas às obras mais significativas e de maior prestígio mas também àquelas de importância secundária que ou pelo seu conjunto de monumento coletivo, ou pela relação com os edifícios mais grandiosos, ou pelo testemunho que nos oferecem da vida arquitetônica dos diversos períodos assumem interesse prevalentemente ambiente, seja no que diz respeito à arte ou às recordações históricas, seja um função urbanística". (GIOVANNONI, 1931 apud CABRAL, 2013, pp. 147-148)

No campo do urbanismo, o posicionamento em relação aos monumentos históricos encrustados no tecido urbano se contrapõe ao das declarações de cunho preservacionista. Assim como os profissionais da restauração, os arquitetos e urbanistas que atuavam na produção contemporânea realizavam desde o final da década de 1920, encontros periódicos para discutir a agenda para uma nova arquitetura, desvinculada da matriz *beaux-arts* que ainda se repercutia mundialmente. Os "*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*"

(Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna), popularmente conhecidos pela sigla CIAM, tinham como objetivos "formular o problema arquitetônico contemporâneo" e "apresentar a ideia da arquitetura moderna", disseminando-a "nos círculos técnicos, econômicos e sociais" (CARTA DE ATENAS DO CIAM, 1933). Dentre o total de 10 encontros ocorridos desde sua criação até o ano de 1956, O IV CIAM de 1933 configura-se como o ponto de partida para a produção urbanística moderna, rompendo definitivamente os laços com o paradigma da cidade tradicional, e estabelecendo as diretrizes para uma "cidade funcional". Realizado a bordo de um cruzeiro no Mar Mediterrâneo, vindo de Marselha e com destino à Atenas[41], as discussões empreendidas ao longo deste Congresso foram sintetizadas no ma "*Chartes d'Athenes*" (Carta de Atenas) em sua publicação por Le Corbusier no ano de 1946.

Apesar do nome em comum, a "Carta de Atenas do Restauro" (1931), e o "Carta de Atenas do IV CIAM" (1933) representam polos opostos nos embates e diálogos entre a proteção patrimonial e o desenvolvimento urbano. Ambas, abordam tema da preservação, na Carta do CIAM empregando-se o vocábulo "patrimônio histórico das cidades" (*patrimoine historique des villes)* para se referir à já cultuada figura do "monumento histórico". Para Kühl (1998, p. 200), "visando discutir uma nova arquitetura e um novo urbanismo", o documento do IV CIAM "renegava a história do passado", onde "grande parte do tecido urbano e de edifícios passados estavam condenados à demolição".

> "A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. " (CARTA DE ATENAS DO IV CIAM, 1933).

Esses testemunhos seriam salvaguardados, todavia, apenas se constituíssem "a expressão de uma cultura anterior, e correspondessem a um interesse geral", sendo a conservação

[41] Originalmente previsto para ocorrer na cidade de Moscou em 1932, imprevistos e supostas dificuldades organizacionais levaram ao seu adiamento, e em seguida, sua mudança de local, sendo finalmente realizado em 1933 a bordo do transatlântico *Patris II*.

permitida caso não acarretasse o "sacrifício de populações mantidas em condições insalubres". Acerca dos conjuntos urbanos que emolduram monumentos de valor patrimonial, o documento afirma ser "lamentável, mas inevitável", a perda da sua "ambiência secular" devido à "demolição de casas insalubres e de cortiços", e coloca em xeque o valor de antiguidade de anunciado por Riegl ao propor que "nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade" sendo necessário "escolher com sabedoria o que deve ser respeitado" (CARTA DE ATENAS DO IV CIAM, 1933).

Neste sentido, quais vestígios do passado deveriam ser reservados para a posteridade de acordo com este documento? As diretrizes genéricas da Carta de Atenas do CIAM permitem interpretações variadas, mas destaca-se o valor singular do monumento como um desses critérios de escolha. Aqueles cujas características são continuamente encontradas em outros exemplares teriam menos chances de resistir às inovações, caso fossem obstáculos ao progresso, tal como uma nova construção ou a abertura de uma via.

> "Se os interesses das cidades são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico." (CARTA DE ATENAS DO IV CIAM, 1933)

Apesar de uma posição aparentemente moderada em sua redação, o urbanismo da "cidade funcional" defendida por Le Corbusier preconizava sobretudo a nova produção arquitetônica. Poucos seriam os monumentos que se enquadrariam na categoria de um "testemunho precioso do passado" (CARTA DE ATENAS DO IV CIAM, 1933) a serem salvos dos procedimentos de renovação urbana, estes não podendo contrariar as "novas posturas em relação à higiene, salubridade e circulação" (Kühl, 1999, p. 200). Os remanescentes seriam monumentos isolados, dissociados de toda a composição visual que o caracterizou no passado, em desacordo com os preceitos defendidos por Sitte em seu "*Städtebau*" e Giovannoni em seu "*Vecchie Città*". Valorizar o seu próprio passado não constava como uma das atribuições desse novo homem moderno.

1.4. Preservação e Modernidade na experiência patrimonial brasileira na década de 1930: O início da atuação do SPHAN

No Brasil da década de 1930, discutia-se a tanto modernidade em suas qualidades arquitetônicas e urbanísticas, tal como no continente europeu, quanto se estruturavam também as bases paras ações de proteção patrimonial, em momento tardio aos desenvolvimentos dos franceses e italianos na virada do século XX.

Segundo Rocha-Peixoto (2008, p. 110), a consciência patrimonial no Brasil, e em particular a sua concepção artística e histórica, foram possíveis a partir da criação de duas instituições, a Academia Imperial de Belas-Artes, em 1826, e o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doze anos mais tarde. Com relação à dimensão artística, a noção patrimonial seria inicialmente abordada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, expoente da Academia de Belas Artes, e seu futuro diretor entre os anos de 1854 e 1857. Quanto ao âmbito histórico, as atividades da coleta, arquivamento e publicação de documentos que registrassem a história do Brasil realizadas pelo IHGB, tiveram papel fundamental na construção de sua versão oficial, de caráter civilizatório que enaltecia a figura de Imperador Dom Pedro II, seu regime e sua capital, a cidade do Rio de Janeiro (MARCELO, 2013, p. 138). Dentre os membros da fundação, encontravam-se literários como Joaquim Manoel de Macedo[42] e Moreira de Azevedo[43], que contribuiriam à essa estruturação da história nacional com seus relatos acerca de personagens, instituições e bens edificados na capital imperial. Constituíam-se, portanto, ações similares a dos humanistas e antiquários europeus, limitados a um reconhecimento de valor na materialidade sem bases para ações legais de proteção patrimonial, exceto em medidas de antivandalismo[44].

Será no período republicano brasileiro, mais precisamente na década de 1920, que os primeiros passos para uma institucionalização legal do patrimônio edificado nacional tomam forma, em paralelo às manifestações do movimento moderno como as da "Semana de Arte

[42] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

[43] AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro*. Sua história, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades. Rio de Janeiro, B.L. Garnier, 1877.

[44] No Código Criminal Brasileiro de 1830, o artigo nº 178, estabelece pena de prisão para aquele que "destruir, abater, mutilar, ou damnificar monunentos, edificios, bens publicos, ou quaesquer outros objectos destinados à utilidade, decoração, ou recreio publico" (BRASIL. Lei de 16 de Dezembro de 1830)

Moderna de 1922", que recusavam a visão europeizada de cultura da época em nome de uma expressão decididamente nacional, de uma identidade própria e brasileira.

Entre os antecedentes das bases de uma legislação patrimonial na esfera federal, e de um órgão de salvaguarda que a gerisse, está a primeira tentativa concreta[45] atribuída ao deputado federal pernambucano Luiz Cedro, que em 1923, encaminha um projeto para a "Inspetoria dos Monumentos Históricos do Estados Unidos do Brasil", com o objetivo de "conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional". (CEDRO, 1923 apud IPHAN, 1980, p. 33). O projeto demonstra clara influência na legislação patrimonial francesa, em particular no termo empregado para se referir a ação de proteção dos bens imóveis – a classificação, e a figura do inspetor, dirigente do órgão à semelhança ao cargo ocupado na França por Vitet e Mérimée. O termo patrimônio também está ausente no documento, sendo empregado a expressão "monumento histórico" ou "monumento nacional" para se referir aos objetos passíveis de proteção.

A proposta seguinte para uma lei federal de salvaguarda é a do jurista Jair Lins, no ano de 1925, e surge no âmbito da Câmara de Deputados do Estado das Minas Gerais. Seu esboço de lei é procedido por uma revisão das ações de proteção patrimonial na Europa, explicitando a relação entre as práticas que serão desenvolvidas no Brasil com as experiências internacionais precedentes. O termo "classificação" do projeto anterior é substituído pela "catalogação", e estende-se o *corpus* patrimonial para os bens móveis, além daqueles edificados.

> "Os móveis ou imóveis, por natureza ou destino, cuja conservação possa interessa à coletividade, devido a motivo de ordem histórica ou artística, serão catalogados, total ou parcialmente, na forma desta lei e, sobre eles, a União ou os Estados passarão a ter direito de preferência. " (LINS, 1925 apud IPHAN, 1980, p. 40)

A grande novidade que Lins apresenta em seu documento é referente à proposição do órgão de tutela, que não mais se alinha às inspetorias e aos monumentos nacionais, fazendo menção específica a uma agência do "patrimônio histórico e artístico da União". Esse mesmo emprego do termo "patrimônio histórico-artístico nacional" é verificado em novo projeto no Congresso Nacional, de autoria do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, no ano de 1930. Segundo este documento, constitui-se patrimônio nacional "todas as coisas imóveis e móveis" que mereçam ser alvo de preservação pelo Estado, devido " a seu valor artístico, significação

[45] Um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio seria proposto em 1920, pelo professor Alberto Childe, do Museu Nacional, que priorizaria a proteção de bens arqueológicos, e sua subsequente desapropriação.

histórico ou de sua peculiar e notável beleza" (PINHO, 1930 apud IPHAN, 1980, p. 46). Tal como no projeto de Lins, utiliza-se do instrumento de catalogação, de bens pertencentes tanto ao poder público quanto de propriedade privada. O órgão de tutela seria a "Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional", que teria sua ação estendida para além do bem catalogado propriamente dito, incorporando elementos verificados na legislação italiana de salvaguarda, como a atenção à vizinhança dos imóveis protegidos, e as necessidades mínimas de luz e perspectiva:

> "Se isso julgarem conveniente à conservação, à luz, perspectiva e moldura de um imóvel catalogado, poderão a Inspetoria, as repartições congêneres, os poderes estaduais ou municipais, desapropriar os imóveis, jardins e terrenos da vizinhança de um imóvel catalogado". (PINHO, 1930 apud IPHAN, 1980, p. 48)

Com a Revolução de 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, fechou-se o Congresso Nacional, e, por conseguinte, encerraram-se os andamentos para apreciação do projeto de lei de Wanderley Pinho, que seriam posteriormente reapresentados em 1935, quando da sua reabertura. Neste entretempo, contudo, surgiram atitudes concretas em relação à proteção patrimonial no Brasil. Em 1933, a cidade de Ouro Preto é elevada monumento nacional[46], e no ano seguinte é criada da estrutura do Museu Histórico Nacional, o primeiro órgão federal de salvaguarda, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, capitaneada por Gustavo Barroso[47]. Suas visões tradicionalistas se opunham à elite intelectual e política expoente do modernismo, articuladas na figura de Gustavo Capanema, que assume o recém-criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, também no ano de 1934. A associação entre Capanema e o ideário modernista tem seus primeiros reflexos diretamente na arquitetura, e se materializa na opção por um projeto moderno para a nova sede[48] do Ministério, em 1936 (Figura 20).

[46] Decreto nº 22.928, de 12 julho de 1933, que erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.

[47] Gustavo Barroso era membro da Ação Integralista Brasileira, que mais tarde seria extinta com o golpe de estado de Vargas que levou ao regime do Estado Novo.

[48] Com projeto dos arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira, a nova sede para Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje conhecido como Palácio Gustavo Capanema, seguia os princípios dos cinco pontos da nova arquitetura[48] propostos por Le Corbusier, em 1928, na revista L'Espirit Nouveau, da qual era editor. São estes: a planta livre, a janela em fita, a fachada livre, o terraço jardim e o uso dos pilotis. Le Corbusier também foi consultor no projeto da nova sede do Ministério. Para maiores informações sobre o prédio, ver Segre (2013).



Figura 20: Palácio Capanema.

Fonte: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/um-palacio-para-a-cultura >

Em paralelo a existência da Inspetoria, Capanema seguia com os anseios de produção de uma lei federal de proteção do patrimônio histórico-artístico nacional, a criação de um órgão específico para sua tutela. Será durante o governo de Getúlio Vargas, em particular no período do Estado Novo, que o estado passa "a ser apresentado como o representante legítimo dos interesses da nação", a expressão máxima da uma identidade coletiva, nacional e homogênea, não muito distante da visão do homem universal moderno que repercutia na Europa na mesma época. Dentre os nomes que se destacaram neste cenário, encontravam-se Mário de Andrade, um dos maiores nomes do modernismo brasileiro, e o jurista mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A pedido de Capanema, Mario de Andrade[49] elabora um anteprojeto para o órgão, previamente intitulado "Serviço do Patrimônio Artístico Nacional", ou S.P.A.N, apresentado em março de 1936. Nele figura pela primeira vez o termo tombamento[50] para se referir ao ato de conferir proteção legal a determinado objeto de valor cultural. A primazia artística da concepção patrimonial de Mário de Andrade reflete-se no nome adotado para o órgão, que omite o termo "histórico", e define como patrimônio nacional "todas as obras de arte pura ou

[49] Mário de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938. Em paralelo aos esforços em esfera federal, as propostas de Mário de Andrade também eram de interesse do deputado estadual paulista Paulo Duarte, que buscava aprovar um projeto de lei que instituísse um órgão de proteção para o estado de São Paulo. Conforme correspondências entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, datadas de 1936, os andamentos para o projeto de lei paulista foram retardados a fim de que a lei federal fosse a primeira a ser promulgada (SALA, 1990, p. 24).

[50] O termo "tombo", na língua portuguesa, refere-se a listagens e arquivos documentais. Seu mais famoso emprego está no nome da Torre do Tombo, o Arquivo Central do Estado Português, na cidade de Lisboa. O nome popular do arquivo remete-se às suas antigas instalações no período medieval, o Castelo de São Jorge.

de arte aplicada, popular ou erudita, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, [...] estrangeiras, residentes no Brasil". (ANDRADE, 1936 apud IPHAN, 1980, p. 56).

Essas obras de arte a serem tombadas deveriam pertencer a pelo menos uma das oito categorias estabelecidas por Mário de Andrade, que reconhece de forma original as produções nativas e populares brasileiras além das já cultuadas obras de matriz europeia, intituladas como eruditas. O universo de bens contemplados é extenso, e iria desde bens materiais móveis, como objetos e registros iconográficos, a bens materiais imóveis de produção humana, como os monumentos. As paisagens naturais também seriam alvo de valoração, assim como as manifestações artísticas imateriais, a exemplo do folclore. Os bens valorados seriam inscritos em um dos quatro livros do tombo[51], sendo três deles pertinentes à bens edificados.

Fonseca (1997, pp. 107-111) ressalta concepção patrimonial de Mario de Andrade, extremamente avançada para seu tempo, reunindo no conceito da arte manifestações tanto eruditas quanto populares. Sua abordagem abrangente do patrimônio, e a preocupação em valorizar o popular são pontos chaves deste seu anteprojeto. O cujo órgão estatal proposto deveria atuar na área de cultura tendo como finalidade principal "a coletivação do saber", cumprindo uma função social de comunicação com o público. Segundo Márcia Chuva (2012, p. 148) o papel fundador que é atribuído à Mario de Andrade nas práticas de preservação cultural no Brasil faz parte uma estratégia que "empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança".

Para Dalton Sala (1990, p. 25), as propostas de Mário traziam consigo "um sentido de democratização da cultura, principalmente uma cultura imaterial representativa de etnias que tinham no Brasil o seu lugar geográfico e que atrapalhavam das mais diversas formas" o projeto nacional dos articuladores do Estado Novo. Logo, as ideias de ampliação da concepção artística e cultural de Mário de Andrade não passariam de vislumbres, sendo posteriormente

[51] O primeiro, o livro do tombo Arqueológico e Etnográfico, corresponderia aos bens pertencentes a categoria de artes arqueológicas, ameríndia e popular, dentre eles a arquitetura popular e capelas. O segundo livro, do Tombo Histórico, referir-se-ia a arte histórica, como as obras arquitetônicas que "sob o ponto de vista de arte pura não são dignas de admiração", mas que "de alguma forma refletem, contam [e], comemoram o Brasil e sua evolução nacional" (ANDRADE, 1936 apud IPHAN, 1980, p. 57). Já o Livro de Tombo das Belas Artes seria destinado às obras eruditas nacionais e estrangeiras, nelas figurando também a arquitetura pela sua qualidade artística "de mérito nacional". O último livro, que não contempla bens edificados, destinar-se-ia às artes aplicadas.

apenas elementos mais convencionais de seu discurso adotados na construção de uma legislação concreta de preservação.

Em menos de um mês após a elaboração deste anteprojeto, estabeleceu--se de forma provisória o primeiro[52] órgão de salvaguarda do patrimônio nacional, o "SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o serviço foi oficialmente criado no ano seguinte, através da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937. Um novo projeto de legislação foi redigido pelo jurista mineiro, sendo aprovado e publicado por Getúlio Vargas poucos dias após a instauração do regime autoritário do Estado Novo. O novo órgão funcionaria "efetivamente como um espaço privilegiado [...] para construção de um projeto modernista" (FONSECA, 1997, p. 107) em meio à ditadura. Contrapondo-se às "ideias e atividades de vezo germanófilo e nazi-fascista dos intelectuais do DIP[53] de Vargas", a atuação de Rodrigo no SPHAN, nas décadas de 1930 e 1940, "denotava índole humanista, progressistas, de inclinação democrática ou esquerdista" (CAMPOFIORITO, 1997, p. 16).

A legislação em questão, o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, ainda hoje se constitui como o regulamento vigente para as práticas de salvaguarda patrimonial em esfera nacional. Nesta lei, "o Dr. Rodrigo do SPHAN" (GUIMARAENS, 2012) recorre ao instrumento do tombamento e os quatro livros do tombo apresentados por Mário de Andrade para estruturar as bases de reconhecimento legal de valor patrimonial para o recém-criado órgão, com especial atenção à questão da propriedade. Segundo o Decreto-Lei, o patrimônio histórico e artístico nacional seria constituído pelo:

> "(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico." (BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro 1937)

Nestes incluem-se também os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens de interesse de preservação, todos passíveis de tombamento. Estes não podem, em caso

[52] Apesar da existência da Inspetoria de Monumentos Nacionais, este órgão não possuía instrumentos que conferissem tutela do Estado a bens edificados, limitando-se na prática a preservar e restaurar elementos na cidade de Ouro Preto, elevada a monumento nacional por legislação específica. O órgão seria extinto após a criação do SPHAN.

[53] O DIP - "Departamento de Imprensa e Propaganda", criado em 1939, teve suas origens no "Departamento de Propaganda e Difusão Cultural " criado em 1934. O DIP era o órgão que veiculava as propagandas do Estado Novo, cultuando a figura de Vargas, e em paralelo, realizava a censura das visões divergentes ao governo autoritário.

nenhum ser "destruídas, demolidas ou mutiladas", incorrendo em multas caso essas ações sejam realizadas sem prévia autorização do órgão. Este instrumento, pode ser aplicado através procedência voluntária ou compulsória. O tombamento voluntário decorre ora da solicitação do próprio proprietário, após a avaliação favorável do Conselho Consultivo do órgão, ora advinda do próprio SPHAN, sendo acolhida sua proteção pelo proprietário do bem. Já o tombamento compulsório ocorre quando a inscrição do bem oriunda do SPHAN tem sua anuência recusada pelo proprietário. Essa inscrição, em ambos os casos, é por sua vez, contemplada em um dos quatro livros do tombo:

> "1) no **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, [...] **;** 2) no **Livro do Tombo Histórico**, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no **Livro do Tombo das Belas Artes**, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no **Livro do Tombo das Artes Aplicadas**, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras." (BRASIL. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro 1937, Grifo Nosso)

É fundamental compreender que o tombamento, conforme o Decreto-lei nº 25, não se aplica a bens imateriais, tal como sugerido por Mário de Andrade em seu anteprojeto que reconhecia ainda passíveis de proteção as práticas folclóricas. O instrumento, ainda vigente no âmbito nacional, incide apenas em bens materiais, logo, tomba-se apenas a matéria. Protege-se, contudo, muito mais que a esta, preservando os valores artísticos e históricos – e, portanto – elementos imateriais, que se atrelam a estes determinados bens móveis e imóveis reconhecidos como excepcionais para a nação. Salvo exceções, quando explicitamente mencionado, o tombamento incide sobre o todo da matéria do bem tombado. No referente a bens edificados, quando se tomba por exemplo uma igreja, toda a sua construção está sob tutela do órgão de salvaguarda. Será a sua inscrição[54] em determinado livro de tombo que guiará as suas futuras intervenções, por parte das ações do corpo técnico que compõe o SPHAN, e suas posteriores variações.

[54] Segundo Rabello (2009, p. 118): "A inscrição do bem em diversos Livros do Tombo tem como efeito jurídico estabelecer a diretriz e o âmbito da ação discricionária do órgão do patrimônio quando do exame técnico das modificações ou alterações a serem feitas no bem tombado. Trata-se de campo de trabalho especializado, mas que não poderá contrariar a motivação do ato do tombamento. A discricionariedade do exame técnico só se manterá dentro dos limites da legalidade e da legitimidade do ato administrativo se as exigências pertinentes à conservação do objeto forem coerentes e compatíveis com o motivo que justificou, jurídica ou tecnicamente, o próprio tombamento. "

A importância do corpo técnicodo órgão de salvaguarda residia em seu papel como agentes de valorização na manutenção das qualidades artísticas e históricas do bem tombado, tal como foram reconhecidos pelo seu conselho consultivo em um processo de valoração[55]. Todavia, essa relevância que a inscrição em livros do tombo específicos trazia para as futuras intervenções em objetos tombados, de sobremaneira importante para aqueles de caráter edificado que seguem cumprindo uma função social no contexto urbano, não foi prioritária nas ações de valoração das primeiras décadas do SPHAN.

A maioria dos bens tombados nos primeiros 30 anos de atividade do órgão foram inscritos no Livro do Tombo das Belas-Artes, com uma significativa parcela duplamente inscrita no Livro do Tombo Histórico. As inscrições limitadas ao valor histórico, por sua vez, eram pouco numerosas, servindo para "abrigar aqueles bens, que por falta de maior interesse estético [...] não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro das Belas Artes". Além disto, o rigor nas inscrições não seria posto em primeiro plano, sendo o objetivo principal nessas décadas o de "assegurar a proteção dos bens pelo ato jurídico de tombamento". Essa afirmação corrobora o que foi destacado por Gonçalves (2002, p. 90), acerca das motivações para formação do órgão na década de 1930. Para o autor, os intelectuais do patrimônio cultural da época situavam suas narrativas na "situação histórica presente, caracterizada pelo desaparecimento de valores culturais nacionais". A nação estaria ameaçada por uma progressiva perda de memória, e em decorrência desta, uma perda também da sua própria identidade.

A esse período de atuação do SPHAN, e do posterior DPHAN, recorre-se à menção de uma fase "pedra e cal", devido à ordem dos bens tombados, com forte presença de obras arquitetônicas associados ao Brasil colônia e arte barroca. Para Ítalo Campofiorito (1997, p. 13), esses intelectuais do SPHAN "atualizaram de vez a indulgência brasileira em matéria de artes visuais", combatendo a "mentalidade cultural vigente" dos "academicismo versão *beaux-arts*" que ameaçava os monumentos "sem estilizações neoclássicas ou ecléticas".

Este momento remete-se também a uma fase "heroica" da instituição, vinculada a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se manteve no cargo até sua aposentadoria em 1967, muito além do Estado Novo e das iniciativas modernistas que pautaram a formação do órgão junto ao então ministro Gustavo Capanema. O sistema então vigente de preservação nacional

[55] O corpo técnico seria formado por uma equipe prioritariamente de arquitetos, enquanto o Conselho Consultivo teria uma presença multidisciplinar, com especialistas das mais diversas áreas do conhecimento.

já mostrava seus desgastes, ancorados por transformações internas políticas e econômicas, assim como por profundas ressignificações no discurso patrimonial internacional, que começavam a reconhecer novos valores, antes ignorados no contexto da preservação, e uma ampliação do conceito de cultura, que abarcava a matriz popular anunciada precocemente por Mário de Andrade.

Contudo, há se de considerar o ineditismo da experiência brasileira, em particular em sua concepção ainda na década de 1930 do vocábulo "patrimônio histórico e artístico" em oposição à figura dos "monumentos históricos e/ou nacionais". Enquanto a premissa brasileira, com o termo patrimônio trazia consigo a marca da modernidade e o desejo de um projeto de futuro - um legado para gerações posteriores - o "monumento histórico" que ainda permeava os instrumentos de proteção no velho mundo prendia-se ao passado como um meio de rememoração em meio à destruição causada pelas guerras que marcaram a Europa na primeira metade do século XX.

1.5. A emergência do patrimônio cultural: Os discursos internacionais no pós-guerra

Na década de 1950, tanto as posições preservacionistas da Carta de 1931, quanto o urbanismo modernista preconizado no documento do 1933, seriam colocados em xeque com os desastrosos resultados da 2ª Guerra Mundial para as históricas cidades europeias. A doutrina de restauração consolidada pela Carta de Atenas de 1931, mostrava-se defasadas face ao alto grau de destruição de algumas cidades bombardeadas. A neutralidade arquitetônica proposta por Gustavo Giovannoni, geraria, em um contexto de maiores proporções, uma construção urbana "desprovida de qualidades intrínsecas e que acaba por deteriorar a qualidade do ambiente como um todo" (KÜHL, 2013, p. 222).

Na Itália, que se desposta desde a virada do século com a doutrina do "restauro filológico" de Boito como uma potência no âmbito da discussão patrimonial, esses questionamentos levaram ao desenvolvimento de uma nova posição em relação à intervenção restauradora, que prezava tanto pela qualidade histórica quanto artística de um monumento, e que a singularizava como um procedimento excepcional, cuja atuação devia ser decidida caso a caso, com base em uma ponderação crítica. Dentre as figuras que se destacam nessa corrente, estavam o arquiteto Roberto Pane e crítico de arte Cesare Brandi.

Roberto Pane definiria a doutrina do "restauro crítico" na dimensão arquitetônica a partir da concepção de que "cada monumento deve ser percebido como um caso único, pois assim ele

o é como uma obra de arte, e assim o deve ser como uma restauração" (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 416). Neste procedimento crítico, ele expressaria ressalvas ao posicionamento em preservar todas as fases de um edifício, sendo facultada ao restaurador uma escolha, pois certas adições possuiriam menor valor estético que outras, e, portanto, seriam menos indispensáveis ao conjunto. Com relação à reconstrução em caso de partes perdidas em um edifício, ele reconhece o procedimento de restauração como uma obra de arte em si e logo, dotado de potencial criativo.

Segundo Rufinoni (2010, p. 252), Cesare Brandi - cujo pensamento já fora apresentado no início dessa discussão - defendia que a restauração de um monumento histórico deveria respeitar tanto o seu valor histórico quanto estético, em contraponto à posição anterior preconizada pela "Carta de Atenas" de 1931, que privilegiava a dimensão histórica do objeto em suas variadas estratificações do tempo. A restauração para Brandi é um procedimento moderno, calcado no presente, que almeja devolver a unidade potencial da obra de arte. Considerando, portanto, sua singularidade como um objeto artístico, em caso de conflitos entre a sua dimensão histórica e sua qualidade como obra de arte, "os valores estéticos deveriam predominar" (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 418). Com uma abordagem abrangente para todas as obras de arte, ele reconhece as especificidades do objeto de caráter edificado, que possui restrições em relação a obras móveis como pinturas e esculturas. Mas estas limitações não seriam relativas à sua essência, e sim à sua espacialidade que torna o bem edificado indissociável do seu ambiente, estendendo suas considerações à uma preocupação com o sítio histórico em que este se situa, que "pode constituir, por sua vez um monumento", do qual o edifício em questão "constitui um elemento" (BRANDI, 2004 [1963], p. 133).

> " (...) Coloca-se, (...), em primeiro lugar, a inalienabilidade do monumento como exterior do sítio histórico em que foi realizado. Em segundo lugar, deve-se examinar a problemática que nasce da alteração de um sítio histórico no que concerne às modificações ou ao desparecimento parcial ou total, de um monumento que dele fazia parte". (BRANDI, 2004 [1963], pp. 132-133)

Nas discussões do urbanismo, as destruições causadas pela guerra demonstraram de modo abrupto a capacidade destrutiva das perspectivas da "cidade funcional" em sua negação à "cidade histórica". A perda de identidade no espaço urbano, no qual residiria apenas uma memória do que foi e não existe mais, deu margens à questionamentos da doutrina moderna do IV CIAM, e promoveu a busca por métodos de produção contemporânea que recuperassem

um sentimento de pertencimento que existira nas cidades de um passado até então imediato: face à ruptura, buscava-se um elo conector que a retomasse a continuidade interrompida.

No VIII CIAM realizado em 1951 na pequena cidade de Hoddesdon, na Inglaterra, a temática do encontro foi o "coração" ou núcleo das cidades - e trouxe consigo uma nova trupe de arquitetos, que discordava do posicionamento dos mestres urbanistas das décadas anteriores. Segundo Barone (2002, p. 54), as experiências das relações humanas "passava a ser uma referência fundamental para a nova geração", que prezava pela "humanização do espaço urbano e a superação da rigidez formal (...) do funcionalismo".

Em paralelo a essa discussão, na Itália emergia uma corrente de produção arquitetônica que se opunha a esses dogmas do movimento modernista, insistindo na importância social e cultural das estruturas urbanas existentes, afirmando que no vocabulário das formas urbanas históricas encontrar-se-iam ricas fontes para criações futuras contextualizadas ao seu entorno. Dentre os membros desse grupo, que foram posteriormente reconhecidos como "neorracionalistas", destacava-se a figura de Saverio Muratori, que assim como Roberto Pane, seu contemporâneo, foi também pupilo de Giovannoni. Segundo Cataldi (2003 [2014]) Muratori reconhecia uma "crise arquitetônica" que seria advinda da ideologia moderna da separação entre forma e função, e em transposição para a cidade, o planejamento urbano e a teoria de seu desenho, deixaram de ser "instrumentos culturais enraizados em uma história". Essa crise na arquitetura e no urbanismo moderno seria, por sua vez, "uma crise da civilização", cuja solução residiria na capacidade do arquiteto em "refrescar a memória das pessoas" das tipologias[56] recorrentes nas cidades do passado, formadas por sequências de contextos históricos, e fundamentados na cultura local.

No contexto do pós-guerra, essa busca por um "sentido de comunidade" e a valorização das culturas locais com seu sistema de relações e estruturas formais tradicionais, promove uma nova expansão tipológica e cronológica da figura do "monumento histórico", que por conseguinte, resulta em sua "metamorfose quantitativa" (CHOAY, 2001 [1992], p. 207) proveniente de um conjunto de processos que reforçam o seu reconhecimento a partir de uma nova dimensão cultural democratizada, que passa a englobar todos os elementos que caracterizam o modo de vida desta comunidade. A produção humana qualificada por seu papel fundamental na consolidação de uma história oficial de um grupo em posição de poder, ou como um registro da sua capacidade em atender à ideais artísticos pré-estabelecidos, cede lugar a uma pluralidade de elementos para qual uma população corre em direção quando há

[56] Este tema, dos estudos tipológicos, será revisitado com maior detalhe no segundo capítulo desta tese.

a necessidade de afirmar o seu pertencimento no mundo onde cada vez mais rompem-se a fronteiras.

Segundo Choay, no que tange os bens de caráter edificado, a expansão desse campo cronológico no qual se inscrevem os monumentos históricos ultrapassou "os limites considerados intransponíveis da era industrial", aproximando cada vez mais o passado do presente, e estendendo o direito à conservação a produções mais recentes. Como exemplo desta nova inclusão, as arquiteturas da segunda metade do século XIX e do século XX, produzidas após a consolidação da figura dos monumentos históricos, ganham o reconhecimento como tal, em particular frente às novas rupturas modernas da década de 1930. Já a expansão tipológica incorporou neste "corpus patrimonial", um conjunto formado por "edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos" (CHOAY, 2001 [1992], p. 209), que compõem o tecido das cidades, em continuidade às estruturas previamente reconhecidas como dignas de proteção. Valoriza-se, a partir de então, a arquitetura doméstica de Ruskin, ou a arquitetura menor de Giovannoni. Rufinoni (2010) sintetiza as ações de valorização do tecido urbano que caracterizam esse período, e as associa à dimensão cultural presente nestes conjuntos como lugares tanto de reconhecimento próprio quanto pelo seu amplo potencial pedagógico:

> "Nos anos que se seguiram após a Segunda Guerra Mundial, (...) a observação dos conjuntos urbanos como artefatos autônomos e não somente como entorno de monumentos excepcionais, receberia impulso decisivo. Sendo assim, as rápidas transformações da sociedade e a destruição de elementos culturais significativos – como as paisagens cotidianas e os lugares de memória nas cidades, sem que tivéssemos tempo de analisá-los e compreendê-los como tais, foram importantes pontos de partida para buscar motivações que justificassem a preservação de um conjunto cada vez maior de artefatos." (RUFINONI, 2010, pp. 225-226)

Essa abrangência de valoração requeria novas discussões acerca dos procedimentos de preservação dos monumentos históricos, desde as ações de proteção e manutenção até os casos mais excepcionais de intervenções restauradoras. Tornava-se necessária a produção de um novo postulado de dimensão internacional que superasse as limitações do documento de 1931, e considerasse as experiências locais que emergiram da devastação da guerra e os novos desenvolvimentos teóricos as legitimavam. Tal documento seria a "Carta de Veneza", de 1964, redigido no "II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos",

organizado pelo ICOM, o *"International Council of Museums"*[57]. Um primeiro encontro já havia sido realizado em Paris no ano de 1957, contudo de pouca repercussão, e com representatividade ainda limitada a um contexto europeu. O congresso de Veneza, por sua vez, contou com mais de 500 participantes, representando 61 nações da Europa, América, África, Ásia e Oceania - a pretensão em estabelecer diretrizes mundiais de conservação, portanto, adquiria uma posição mais democrática. O mesmo encontro também foi o loco da fundação do "ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*" (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), que substitui o ICOM, e incorpora em seu título a abrangência de valor aos sítios históricos. No documento resultante do encontro, associou-se a figura do monumento ao termo "patrimônio", na sua concepção como uma herança a ser passada para próximas gerações:

> "Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um ***patrimônio*** comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade." (CARTA DE VENEZA, 1964, Grifo Nosso)

O caráter da autenticidade, embora exposto no início do documento, não é elaborado posteriormente, permanecendo como um conceito turvo até maiores questionamentos na década de 1990. De modo similar, apesar de apresentar o termo "patrimônio" em suas considerações iniciais, a Carta de Veneza não se preocupa em defini-lo, persistindo com a utilização do vocábulo "monumento histórico", que ganha nova amplitude em sintonia com a recente valoração do tecido urbano e das arquiteturas menores:

> "A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham

[57] O ICOM foi o órgão que substituiu, em 1946, o "Escritório Internacional de Museus", após a dissolução da Sociedade das Nações e a formação da "ONU – Organização das Nações Unidas", e de sua agência especializada em assuntos culturais, a "UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura".

> adquirido, com o tempo, uma significação cultural." (CARTA DE VENEZA, 1964)

As contribuições do italiano Roberto Pane na redação do documento evidenciam-se no posicionamento acerca da conservação e restauração dos monumentos, que seguindo a doutrina do "restauro crítico", configuram-se como procedimentos que "visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico" (CARTA DE VENEZA, 1964). Advoga-se pela manutenção permanente do monumento, e pela conservação associada ao seu uso pela população, contanto que este não seja danoso à sua estrutura, tal como visto na Carta de Atenas de 1931.

E em sintonia com as ideias de Brandi com relação à restauração de monumentos arquitetônicos, e a indissociabilidade deste com suas condições ambientais – no caso, o sítio histórico - a Carta afirma que o "monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa", logo "o deslocamento de todo o documento ou de parte dele não pode ser tolerado" (CARTA DE VENEZA, 1964) salvo exceções. E é esse caráter, a excepcionalidade, que caracteriza a intervenção restauradora no monumento, tal como apresentado no nono artigo do documento, já explicitado no início da discussão desse capítulo. Repreende-se as restaurações conjecturais e estilísticas, e procura-se "revelar os valores estéticos e históricos do monumento", respeitando a sua "matéria original":

> "As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético e seu estado de conservação é considerado satisfatório". (CARTA DE VENEZA, 1964)

Segundo Jokilehto (2005 [1986], p. 422), apesar da participação de nações dos mais diversos continentes, a Carta de Veneza permanecia, em essência, um documento ainda eurocêntrico, ao basear seus preceitos em experiências no mundo desenvolvido, que tem difícil aplicação nos países em desenvolvimento, que embora ricos em história e monumentos históricos, como é o caso do Brasil, encontravam à época sérias dificuldades no financiamento para manutenção e intervenção de seus bens valorizados. Contudo, não se pretendia com este encontro solucionar casos específicos, e sim contribuir na divulgação de preceitos ancorados em experiências já consolidadas. A carta preocupa-se em estabelecer parâmetros gerais de

atuação na esfera internacional, mas deixa a critério de cada nação o emprego destes de acordo com suas condicionantes e particularidades locais, "no contexto de sua própria cultura e de suas tradições. " (CARTA DE VENEZA, 1964)

De fato, essa perspectiva se cumpre com a influência dos princípios e diretrizes presentes no documento na produção de "legislações nacionais", e na elaboração de "cartas regionais", que adequam os preceitos expostos em Veneza aos seus respectivos contextos nacionais (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 421). O ICOMOS tem seu papel nessa empreitada, criando comitês nacionais que presentemente atuam em mais de 100 países, estabelecendo seus próprios parâmetros com base nas discussões realizadas em âmbito mundial. Estes, por sua vez, também produzem seus próprios documentos, destacando-se nestes a "Carta de Burra" do ICOMOS Austrália, redigida originalmente em 1980, e periodicamente sendo revisada, e a "Carta de Itaipava (ou de Petrópolis) ", do ICOMOS Brasil, redigida no "1º Seminário Brasileiro sobre a Preservação e Revitalização dos Centros Históricos", em 1987. Junto a estes documentos regionais, somam-se outros que são elaborados a partir da década de 1970 fora do escopo do ICOMOS, como as recomendações da UNESCO, ou as declarações redigidas em congressos que versam sobre preservação, que evidenciam a relevância do tema nas últimas quatro décadas. Kühl (2009, pp. 25-27) discorre sobre essa série de documentos internacionais publicados desde a Carta de Veneza, e afirma que aqueles publicados pelo ICOMOS são considerados fundamentais devido "à participação de notáveis estudiosos" que trazem "efetivas contribuições" no debate da preservação. Estes, contudo, possuem caráter apenas indicativo ou prescritivo, "pois os enunciados devem ser harmonizados com as diversas realidades e legislações existentes".

A mesma autora adverte para não confundir os documentos adotados pela "Assembleia Geral do ICOMOS", com documentos realizados nos simpósios do ICOMOS, que não possuem caráter prescritivo, apenas propondo "expor uma discussão e dar subsídios a ela". Também não devem ser confundidos estes documentos do ICOMOS internacional com as Cartas produzidas pelos comitês nacionais, que "são válidas apenas para um dado país, e não são ratificadas pela Assembleia Geral" (KÜHL, 2009, pp. 26-27). Esses documentos sem valor prescritivo do ICOMOS, e outras redações internacionais, contudo, servem para ampliar o debate da preservação patrimonial, contribuindo com discussões específicas que fogem do

propósito dos encontros gerais. Um exemplo dessas discussões, por ora específicas, foi a da preservação de "Centros Históricos", tema não contemplado na "Carta de Veneza"[58].

Essa questão mostrava-se pertinente no âmbito do reconhecimento legal das parcelas históricas da cidade como objetos de proteção pelo Estado, uma vez que nações como França, Reino Unido e Itália irão nesta mesma década estabelecer instrumentos jurídicos de tutelas para conservação urbana, preservando os tecidos urbanos tradicionais e suas fachadas características.

Na França, a Lei Malraux, de 4 de agosto de 1962, cria o instrumento dos "*secteurs salvaguardés*" – ou áreas de conservação - visando proteção de áreas que "apresentem uma característica histórica, estética ou natural que justifiquem a conservação, a restauração e a valorização de todo ou parte de um conjunto de imóveis". Após a definição das áreas por decretos ministeriais, "quaisquer obras de modificações no estado dos imóveis (contidos na delimitação) são sujeitas à aprovação" (LOI DU 4 AOUT 1962 apud JOURNAL OFFICIEL DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE, 1962, p. 7813), sendo apenas autorizadas aquelas que forem compatíveis com o plano de salvaguarda e valorização elaborados pelas administrações locais. As propostas de Giovannoni em seu "*Vecchie Città*" com relação ao financiamento das operações de conservação urbana estão presentes na Lei Malraux, que garantia "redução de impostos prediais aos proprietários nos imóveis inseridos em áreas de conservação que investissem em sua manutenção" (KOWALSKI, 2007, p. 156).

No Reino Unido, será o capítulo 69 da "*Civic Amenities Act*" (Ato de Serviços Públicos) de 1967, a legislação que introduz o conceito das "*conservation áreas*" (áreas de conservação), definidas como "áreas de especial interesse arquitetônico ou histórico, cuja característica ou aparência é desejável de preservar ou valorizar" (REINO UNIDO. CIVIC AMENITIES ACT, 1967). O instrumento seria revisto nos "T*own and Country Amenities Acts*" (Ato de Planejamento de Serviços Públicos) de 1972 e de 1974, sendo estabelecido, no último, que quaisquer demolições realizadas dentro de áreas de conservação necessitariam de um consentimento (*conservation área consent*) do poder local, tal como nas intervenções em edifícios listados (MYNORS, 2006, p. 16).

[58] O documento de 1964 limitou-se a reconhecer o valor no sítio urbano, embora ao longo das atividades do Congresso o tema das cidades históricas tenha sido discutido pelos seus palestrantes que "reclamavam na iminente ameaça causada pelo desenvolvimento urbano, e da falta de sensibilidade dos planejadores em relação a conservação de centros históricos" (JOKILEHTO, 2005 [1986], p. 422).

Enquanto na França e no Reino Unido a conservação urbana é incorporada em legislações de âmbito nacional, na Itália, a cidade de Bolonha articula essas questões à sua administração local, elaborando um plano diretor municipal (*piano regolatore generale*) específico para seu centro histórico, que visava a valorização de uma paisagem tradicional associada à recuperação das arquiteturas menores danificadas com a Segunda Guerra Mundial, e à manutenção das suas componentes sociais. O "Plano para o Centro Histórico de Bolonha"[59] (*"Piano per il centro storico di Bologna")* de 1969 pôs em prática conceitos elaborados por Giovannoni a respeito da integração entre as políticas de preservação e o desenvolvimento urbano. Ecoando os conceitos da Carta de Veneza, na qual o sítio urbano é tido como um monumento histórico, o Plano de 1969 defendia o Centro Histórico de Bolonha como um monumento único, "com particular valor histórico-artístico e urbanístico-arquitetônico" constituindo um "organismo urbano unitário", decorrente da "homogeneidade de seus valores físicos e socioculturais". (CERVELLATI e SCANNAVINI, 1976, p. 17)

A grande contribuição destes documentos é a articulação que eles defendem entre as atividades de preservação e às políticas de planejamento urbano. Se nos séculos passados o discurso da preservação e valorização de monumentos históricos colocava-se em um campo alheio ao das decisões urbanas, o período pós-Carta de Veneza finca-se como uma ruptura a essa visão dissociada no qual a preservação era observada como um obstáculo ao desenvolvimento, e este último, por outro lado, tido como uma ameaça à memória das cidades e suas atividades tradicionais. Busca-se, neste momento, estabelecer um diálogo entre essas duas forças que historicamente travavam embates.

Em 1972, verifica-se a substituição do vocábulo "monumento histórico" em favor do polissêmico "patrimônio cultural" no documento redigido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) na sua 17ª "Conferência Geral" realizada em Paris. A "Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural" definiu como "patrimônio cultural", em âmbito mundial, os monumentos e conjuntos "com valor universal do ponto de vista da história, da arte ou da ciência", e os locais de interesse com "valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico". Caberia a cada Estado Nacional, a "obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras" esse patrimônio, adotando "uma política geral que vise" dar-lhe "uma função na vida da coletividade", integrando sua "proteção (...) nos programas de planejamento

[59] Os procedimentos metodológicos da intervenção do "Plano para o Centro Histórico de Bolonha" serão apresentados no segundo capítulo desta tese, articulados aos seus estudos tipo-morfológicos.

geral" (CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972). As atividades de restauração, embora mencionadas, tem menor destaque neste documento, em oposição às declarações precedentes nas quais estas eram a questão central.

Para Castriota (2009, p. 160-161), nesta década, o discurso no campo da preservação passa a priorizar a noção de conservação, que considera "a inevitabilidade da mudança", e emerge junto à consolidação da ideia de patrimônio urbano, como um "objeto não estático por excelência". Essa posição distancia-se do debate da prevalecente associação entre a valorização e a intervenção restauradora, característica do culto do "monumento histórico". Desde o século XIX, com as doutrinas antitéticas de Ruskin e Viollet-Le-Duc, até a década de 1960, com a "Carta de Veneza", a intervenção restauradora em bens edificados – com seus conceitos teóricos e princípios de atuação prática – era o fio condutor dessa discussão preservacionista, moldando as legislações nacionais de salvaguarda que se estabeleciam neste período – algo evidente no caso francês, onde o instrumento de proteção legal, o *classement,* surgiu da necessidade de classificar os monumentos nacionais conforme sua prioridade de intervenção. Na década de 1970, a expansão do campo tipológico da preservação que se verificou nos anos precedentes, incorporando tecidos urbanos e paisagens naturais[60] ao seu *corpus* de valorização, requereu uma nova frente de ação que contemplasse essa nova categoria de bens cujas problemáticas particulares iam além da afirmação pelo respeito da dupla instância histórica e artística das bases teóricas vigentes da restauração.

Recuperando a experiência bolonhesa de articulação entre as políticas de preservação e de desenvolvimento urbano, e incorporando esse emprego do termo patrimônio, como um legado a ser transmitido para gerações futuras, o "Congresso do Patrimônio Europeu", realizado em 1975, na cidade de Amsterdã, produz dois documentos pertinentes nessa discussão: a "Declaração de Amsterdã", que discorre sobre os debates realizados no evento, e o "Manifesto de Amsterdã", também conhecido como a "Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico", assinada pelos 25 países participantes no congresso, que estabelece diretrizes de atuação para o patrimônio edificado deste continente, e reconhece seu papel fundamental na dimensão do planejamento urbano. A declaração reafirma a expansão tipológica do

[60] A "Recomendação de Paris" redigida na "Conferência Geral da Unesco" de 1962 discorre sobre a beleza de paisagens e sítios naturais, afirmando que a salvaguarda destas, "por sua beleza e caráter, (...) é necessária à vida do homem", e contribuindo para a "vida artística e cultural dos povos". O documento define como salvaguarda da beleza e paisagens dos sítios, a preservação dos seus aspectos, sejam eles, "naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais". (RECOMENDAÇÕES DE PARIS, 1962)

patrimônio, que "compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno", incluindo "também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural, e advoga pela sua proteção, concebida dentro de "uma perspectiva global, tendo em conta todos os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem esquecer os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram". (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975)

> (...) Sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para, manutenção ou a criação de um modo de vi a que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade: um novo urbanismo procura reencontrar os espaços fechados, a escala humana, a interpenetração das funções e a diversidade sociocultural que caracterizam os tecidos urbanos antigos." (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975)

Segundo a Declaração, a proteção da materialidade destes conjuntos históricos – essencial na preservação na manutenção do modo de vida que permite o homem "encontrar sua identidade" - deve ser associada a um projeto de reabilitação que garanta "a composição social dos habitantes" e a "diversidade sociocultural que caracterizam [esses] tecidos urbanos antigos". Esta articulação, por sua vez, seria empreendida através de uma ação ampla de planejamento local, tal como verificado no "Plano de Bolonha", onde a preservação deixa de ser um "problema marginal" passa a ser um problema eminentemente urbano, integrando as políticas de planejamento físico territorial.

A esse procedimento articulado entre preservação e desenvolvimento foi dado o nome de conservação integrada, reconhecida na "Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico", como "o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas" que deveria ser "um dos pressupostos do planejamento urbano e regional" (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975).

> O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso em um passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tomou-se, desde então, indispensável. Os urbanistas devem reconhecer que os espaços não são equivalentes e que convém tratá-los conforme as especificidades que lhes são próprias. O

> reconhecimento dos valores estéticos e culturais do patrimônio arquitetônico deve conduzir à fixação dos objetivos e das regras particulares de organização dos conjuntos antigos. Não basta sobrepor as regras básicas de planejamento às regras especiais de proteção aos edifícios históricos, sem uma coordenação. (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975)

Segundo o Manifesto, progressivamente a materialidade dos centros históricos das cidades degradaram-se tornando-se "reservas de alojamento barato". As propostas de reabilitação destes conjuntos, contudo, não deviam vir acompanhadas do "êxodo de todos os habitantes de condição modesta", sendo defendida a sua condução "por um espírito de justiça social". Com relação à inserção de arquiteturas contemporâneas nesses conjuntos históricos a serem recuperados, sugere-se que estas novas construções tenham "na maior conta o entorno existente", respeitando "as proporções, a forma e a disposição dos volumes, assim como os materiais tradicionais" (MANIFESTO DE AMSTERDÃ, 1975).

A salvaguarda desses conjuntos históricos foi também o tema discutido na "19ª Conferência Geral da UNESCO", realizada em Nairóbi, no Quênia, em 1976, que os considerou, juntamente com os "tradicionais", como "a presença viva do passado que lhes deu forma", assegurando a "variedade necessária para responder à diversidade da sociedade". Estes seriam os "testemunhos mais tangíveis mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade" (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976). Segundo o documento, a salvaguarda destes conjuntos e sua integração na vida contemporânea seriam fundamentais no planejamento urbano, em sintonia com a conservação integrada defendida no encontro europeu de Amsterdã. Dentre as contribuições da Conferência em Nairóbi, destaca-se a sua precisa definição para "conjuntos históricos", e a sua "ambiência", que encontra similaridade com o "ambiente" cunhado por Giovannoni, embora dotada de uma carga sociocultural inexistente na concepção do arquiteto italiano, incorporando não só as construções, como também as "atividades humanas, desde as mais modestas" que possuem "em relação ao conjunto uma significação que é preciso respeitar":

> "Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios

> pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.
>
> Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais." (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976).

Um dos pontos levantados no documento foi a da crescente homogeneização das cidades, que por sua vez, denotam a relevância da preservação dos conjuntos históricos e tradicionais pelo potencial que estes possuem como "testemunhos vivos de épocas anteriores" e de afirmadores de uma identidade arraigada no seu território, em oposição à valorização de um ideal universal. O desaparecimento destes, portanto, incorreria na perda insubstituível dos valores de pertencimento da comunidade, sendo imprescindível a sua salvaguarda por parte do poder público, estabelecendo "uma política nacional, regional e local a fim de que sejam dotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades" e "adaptá-los às exigências da vida contemporânea" (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976).

O ICOMOS também teve sua parte no crescente debate sobre a preservação e intervenção em conjuntos urbanos históricos, desde sua criação com o Congresso de Veneza em 1964. Em 1986, a instituição elaborou de uma carta sobre a salvaguarda de cidades históricas, ratificada na "8ª Assembleia Geral do ICOMOS" realizada na cidade Washington, nos Estados Unidos, no ano seguinte. Com menções tanto a "Carta de Veneza", quanto a Recomendação da "Conferência Geral da UNESCO" de Nairóbi, a "Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas" dizia respeito "às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos" que além da sua carga histórica, também expressavam "valores próprios das civilizações urbanas tradicionais" que vinham sendo "ameaçados pela degradação, desestruturação ou destruição (CARTA DE WASHINGTON, 1987)" do urbanismo advindo dos tempos de industrialização.

Tal como nos documentos de Amsterdã, o documento de Washington reforçou a relação entre a população e as políticas de intervenção, sendo "a participação e o comprometimento dos habitantes indispensáveis ao êxito da salvaguarda", e que jamais se devia esquecer que "a salvaguarda de cidades e bairros históricos diz respeito primeiramente a seus habitantes". Esta salvaguarda estaria ancorada em um plano específico articulado ao planejamento urbano, que

incluiria uma extensa pesquisa e análise de dados "arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos", embasando intervenções que visavam uma "articulação harmoniosa" entre os bairros históricos e os demais conjuntos da cidade. Caberia também ao plano, determinar quais seriam os edifícios e conjuntos a serem "especialmente protegidos", assim como aqueles que seriam "conservados em certas condições", sendo permitida, em circunstâncias excepcionais, definir a demolição daqueles sem interesse patrimonial. Interessava-se preservar o "caráter histórico da cidade e o [seu] conjunto de elementos materiais e espirituais" (CARTA DE WASHINGTON, 1987), cuja ameaça comprometeria a sua autenticidade.

Este termo - a "autenticidade "- já vinha sendo empregado nas discussões internacionais desde o documento de Veneza, embora sem grande atenção aos seus possíveis significados. Segundo Kühl (1999, p. 215), a autenticidade consolida-se como "um dos pilares de toda a discussão do patrimônio histórico, mas para o qual não há definição ou postura claras". A essa situação, agrava-se o fato de que desde 1977, o Comitê formado a partir da "Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural", adotou a autenticidade como um de seus critérios para inscrição de um bem de valor excepcional à categoria de patrimônio da humanidade:

> "(...) o bem deve ser submetido a um teste de autenticidade em relação ao seu desenho, material, técnicas construtivas e entorno; autenticidade não se limita a consideração da forma e estruturas originais, mas inclui todas as modificações subsequentes e adições, ao longo do tempo, as quais possuem um valor histórico e artístico." (UNESCO, 1978 apud ZANCHETI et al., 2008, p. 4)

Somente em 1994, o tema da autenticidade passa a ser a questão central de encontro internacional, com objetivo de discutir o conceito, e "proporcionar um debate mais profundo sobre o [seu] emprego (...) quando relacionado o patrimônio histórico" (KÜHL, 1998, p. 216). Organizada pelo ICOMOS e pela UNESCO, e realizada na cidade de Nara, no Japão, a escolha pelo local do evento é extremamente relevante quando considerada a abordagem asiática de atuação no patrimônio cultural em oposição às ações ocidentais, base da discussão desse capítulo. No Japão, os materiais deteriorados em seus bens edificados são periodicamente substituídos a cada 20 anos, "reproduzindo rigorosamente os mesmos estilo e forma" (ZANCHETI et al., 2008, p. 4), em total discordância com as diretrizes de intervenção preconizadas nos documentos de matriz europeia, que defendiam adições distinguíveis com técnicas e materiais contemporâneos. Enaltecia-se, até então, pela UNESCO na "Convenção do Patrimônio Mundial", a autenticidade material do bem inexistente nos monumentos

japoneses, cujo valor autêntico encontrava-se no processo criativo e singular, que permitia a repetida reprodução da técnica original ao longo dos anos.

O documento de Nara contribui para ampliar essa visão da autenticidade, deslocando-se dessa noção da "verdade material" para contemplar uma "verdade criativa", que é variável conforme às particularidades culturais de cada comunidade, exaltando a diversidade de suas distintas tradições, cuja pluralidade é em si uma riqueza que "deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano". E no caso de abordagens conflitantes entre diferentes culturas, "o respeito à diversidade cultural impõe o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de cada uma das partes" (DOCUMENTO DE NARA SOBRE A AUTENTICIDADE, 1994) sejam estes testemunhos tangíveis ou não, reconhecendo a carga imaterial que estas tradições possuem como um patrimônio em si a ser protegido, e respeitado.

Essa ampliação de significado também esteve presente no próprio bem edificado em sua materialidade, conforme visto na "Carta do Patrimônio Construído Vernáculo" promulgada na "12ª Assembleia Geral do Icomos", realizada na cidade do México, em 1999. A arquitetura doméstica de Ruskin encontra seu reconhecimento na produção vernácula e tradicional, "criação característica e genuína da sociedade", como uma expressão indenitária da comunidade em uma resposta eficaz às suas "necessidades funcionais, sociais e ambientais". (CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO, 1999)

No século XXI, a dimensão urbana do patrimônio, neste seu caráter tanto material quanto intangível, foi tema de dois documentos ratificados em encontros internacionais do ICOMOS: a "Declaração de Xi'an" da "15ª Assembleia Geral do ICOMOS", realizada na China em 2005; e os "Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos", adotados na "17ª Assembleia Geral" realizada em Paris, no ano de 2011. No documento de Xi'an, discutiu-se a preservação do entorno edificado de monumentos, caracterizado como "meio característico (...), que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar", supondo uma "interação com o ambiente natural", no qual encontra-se um patrimônio cultural intangível composto de "práticas sócias ou espirituais presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades" que criaram e formaram o espaço em questão (DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005). Reconhece-se os múltiplos valores do entorno do patrimônio edificado, que comportam além da consolidada dimensão histórica-artística da Carta de Veneza, outros potenciais vinculados a percepções subjetivas

Os "Princípios de La Valeta", de 2011, compõem o documento de caráter prescritivo mais atualizado do ICOMOS na contemporaneidade, atualizando e expandindo "A Carta de Washington" de 1987, sem descartar a paradigmática redação de Veneza, cujos princípios genéricos continuam ainda válidos na atuação patrimonial. Segundo os preâmbulos do texto, redefiniram-se "os objetivos, atitudes e ferramentas necessárias, tendo em consideração a evolução significativa das definições e metodologias relacionadas com a salvaguarda e gestão de cidades e áreas urbanas históricas". As alterações buscaram abordar a questão patrimonial em cenário ampliado, da escala regional, destacando os seus valores intangíveis de comunidade e identidade, em meio às cidades com acelerado ritmo de crescimento, com objetivo de assegurar nestas, e em seus enquadramentos, "um desenvolvimento harmonioso". O documento definiu as "cidades e áreas urbanas históricas" como espaços compostos por elementos tangíveis e intangíveis. Os tangíveis incluem, além da estrutura urbana, os "elementos arquitetônicos, paisagens dentro e na envolvência da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas de horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos de caráter intangível, por sua vez, referem-se às "atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico. " (PRINCÍPIOS DE LA VALETA..., 2011)

As contribuições mais significativas do documento, contudo, não estão em suas definições, e sim na sua corroboração das cidades históricas e áreas urbanas "como organismos vivos (...) sujeitas a mudanças contínuas", que afetam "todos os elementos constitutivos da cidade", sejam estes "naturais, humanos, tangíveis e intangíveis". Com relação às mudanças no ambiente construído, as inserções contemporâneas devem "respeitar os valores do local, e sua configuração" contribuindo no enriquecimento da cidade em continuidade ao conjunto existente. Preza-se a valorização da "morfologia tradicional", agregando novas construções que não afetem negativamente a arquitetura existente, abraçando o "espírito do lugar".

O documento adverte também para os perigos da própria "patrimonialização" da cidade, que pode resultar no "deslocamento das comunidades", transformando áreas históricas "em zonas monofuncionais dedicadas ao turismo e lazer", que se revelam inapropriadas à vida cotidiana, exigindo esforços para manter e proteger nestes espaços tanto as práticas tradicionais, quanto seus residentes e utilizadores - um desafio preeminente nos debates contemporâneos da preservação patrimonial em contextos urbanos.

1.6. Debates contemporâneos do patrimônio cultural edificado

O extenso panorama apresentado revela o patrimônio como uma noção em constante estado de transformação. Tal como a cidade e suas inevitabilidades de mudança, a noção do que é patrimônio constrói-se ao longo do tempo, reconfigurando acepções de momentos passados como respostas aos estímulos de um momento contemporâneo. Recorrendo ao vocábulo corrente no debate atual – o patrimônio cultural – e pluralidade cronológica e tipológica de objetos – tanto materiais quanto imateriais – que o compõe, pode-se afirmar que ele é uma "construção social (...) resultante de processos específicos de um determinado tempo e lugar", e a suas atividades de preservação (desde o reconhecimento patrimonial ás intervenções restauradoras) estão "continuamente em mudanças", refletindo as transformações da sociedade, que quanto mais intensas, "mais demandam pela conservação" deste patrimônio, agindo ora como um "freio contra as mudanças indesejadas", ora como "um meio de empreendê-las" (AVRAMI et al., 2000, pp. 6). Compreender essas mudanças torna-se fundamental nessas ações de preservação, em particular as que ocorrem no espaço urbano, que precisam comportar a ideia de que, assim como qualquer outra atividade social que ocorre no âmbito da cidade, elas não são parte de um processo puramente objetivo, sendo guiadas pelos valores e perspectivas dos variados indivíduos e grupos de interesse.

Portanto, neste campo de embates e diálogos entre os atores e as forças que incidem na cidade e em sua preservação, essas ações são resultados de decisões acerca do que "constitui um patrimônio" e de "como ele é apropriado, mantido, interpretado". São escolhas fundamentadas em "contextos culturais, tendências sócias e forças políticas e econômicas" (AVRAMI et al., 2000, pp. 6-7) que, tal como o próprio patrimônio e a cidade, são fatos inevitavelmente mutáveis, ao invés de um conceito fixo tal como as noções tradicionais de valor intrínseco e de autenticidade podem sugerir.

Essas noções tradicionais que construíram a base teórica da preservação patrimonial, e que se encontram incompatíveis com o contexto contemporâneo, fundamentaram-se, segundo Viñas (2003, p. 148), a partir de dois tipos de valores - os valores históricos e os valores artísticos – nos quais Brandi (2004 [1963]) estrutura sua doutrina de restauração, advogando pelo respeito a essa "dupla instância histórica e artística da obra de arte". Essas seriam, contudo, imbuídas de contradição, pois "é essencial e absolutamente impossível restaurar algo, por exemplo a unidade potencial da obra de arte, ao mesmo tempo em que se respeita as marcas do tempo. É necessário eleger um, e de fato, se elege" (VINÃS, 2003, pp. 149-150), no caso da teoria *brandiana*, a dimensão artística. Mas as incoerências, não são apenas entre essa dupla

instância, e são observadas no próprio entendimento do que é a dimensão histórica do objeto valorizado.

Quando se fala em valor histórico de um bem patrimonial estar-se-ia falando na história como representante "da evolução real do objeto", ou da história como "um campo de conhecimento e investigação" (VINÃS, 2003, p. 149)? A primeira, estaria ligada a compreensão da temporalidade do patrimônio, como um testemunho da passagem do tempo, que "o converte no objeto que este é na atualidade". A segunda, por outro lado, informa como era o objeto em sua concepção, um registro de um passado restrito, que não admite a transformação inevitável pela ação do tempo.

Para Vinãs, essa dupla instância de valores históricos e artísticos é uma concepção limitada, procedente de um "âmbito intelectual da alta-cultura", que não se adequa aos moldes contemporâneos da cultura democratizada que se destrincha desde a década de 1960. Uma "teoria contemporânea" para a preservação se basearia justamente na adoção de "outros tipos de valores, nos quais se destacam os simbólicos", mas incluem-se também "os religiosos, identitários, econômicos, turísticos, pessoais e sentimentais" (VINÃS, 2003, p. 150), em sintonia com os recentes princípios prescritos no documento de La Valleta, em 2011.

> "Em síntese, o conceito de patrimônio não depende necessariamente de valores de alta cultura predeterminados, mas sim de valores que variam substancialmente em cada caso. (...) O patrimônio é aquilo que os grupos ou as pessoas convêm entender como tal, e seus valores não são mais algo inerente, indiscutível ou objetivo, e sim algo que as pessoas projetam sobre eles. A patrimonialidade não provém dos objetos, mas sim dos sujeitos: pode-se defini-la como uma energia imaterial que o sujeito irradia sobre um objeto, e este por consequência, a reflete." (VINÃS, 2003, pp. 151-152, Tradução Nossa)

As energias ou cargas imateriais, são portanto, os valores que são reconhecidos, e posteriormente aferidos a um objeto patrimonial, como ações que configuram o seu processo de valoração. Tanto os valores, quanto o seu processo de reconhecimento, contudo, variam conforme as diferentes culturas – sendo necessário compreender, caso a caso, "o porquê e como o patrimônio é valorado, e por quem" (AVRAMI et al., 2000, p. 7). Esse processo de valoração, embora construído por todos os envolvidos em uma comunidade, entre eles "conservadores, antropólogos, grupos étnicos e políticos", não necessariamente equivalem a um aferimento legal dos objetos valorados como um patrimônio a ser valorizado por todos.

Como visto nas experiências europeias de preservação desde o século XV, atribuiu-se valor a determinados elementos do passado, como as antiguidades do mundo greco-romano a partir de suas descrições e estudos por parte dos antiquários, embora estas só fossem ser atribuídas um valor legal, para toda a população, séculos mais tarde, com o estabelecimento de instrumentos jurídicos de tutela dentro no âmbito de cada Estado Nacional. O valor, até então, era restrito, aferido e reconhecido por um seleto grupo de intelectuais. A institucionalização da noção de patrimônio a partir do século XIX, conferiu ao Estado uma posição vantajosa: a capacidade de estender o valor atribuído por poucos ao reconhecimento de muitos.

> "Sejam obras de arte, edifícios, ou artefatos etnográficos, os produtos materiais da cultura têm diferentes significados e usos para diferentes indivíduos e comunidades. Valores conferem certas coisas, significados sobre outros, e portanto transformam alguns objetos e lugares em patrimônio". (AVRAMI et al., 2000, p 7, Tradução Nossa)

A progressiva democratização da cultura rompe com essa seleta determinação legitimada pelo Estado, considerando que o valor não é mais definido pela alta cultura, conforme a apresentada por Vinãs, mas pela própria sociedade, que reconhece nos objetos que ela passa a valorar elementos pertinentes à sua memória e identidade. Meneses (2012, p. 33), ao analisar o caso brasileiro, destaca que à "extensão do horizonte" presente na noção do patrimônio cultural vigente na Constituição Federal de 1988, associa-se algo verdadeiramente novo que é o "deslocamento da [sua] matriz", de um processo eminentemente conduzido pelo Estado que determina o valor amparado por um restrito grupo de intelectuais, para um reconhecimento daquilo "que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais", de que "os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade". O Estado passaria, então, a ter o papel de aferir valor legal a um bem já valorado pela comunidade – um "papel declaratório" - comprometendo-se a proteger, junto com as partes interessadas, um patrimônio de ampla difusão e reconhecimento. Já dizia Riegl (2013 [1903]), que os valores que prevaleceriam no culto dos monumentos seria o de antiguidade, pela sua fácil apreensão pelas massas, sem a necessidade de um conhecimento especializado para aferir a um determinado objeto a qualidade que o tonaria digno de proteção. O autor austríaco embora equivocado na categoria do valor preeminente no futuro, estava certo em sua afirmação de que seriam aqueles de maior reconhecimento por parte da sociedade que constituiriam o culto moderno dos monumentos.

Em contraponto às visões tradicionais de aferimento e reconhecimento de valor que dominaram a prática preservacionista nos últimos séculos, com destaque para as dimensões

históricas e artísticas, e as recentes inclusões dos valores simbólicos, religiosos, naturais, e imateriais, Meneses (2012, p. 34) apresenta uma postura contemporânea que advoga pela revisão desse processo de avaliação de valor, "sem excluir a perspectiva do especialista", mas deslocando-o do objeto para o observador, "privilegiando [a leitura] do usuário, do *fruidor*". Ao invés de categorizar os valores culturais do patrimônio por aquilo que os objetos apresentam - ou seja, seu valor histórico, artístico, simbólico – esta nova abordagem procura colocar em evidência o sujeito que o reconhece, e como este determinado patrimônio é capaz de ser absorvido por um determinado indivíduo ou comunidade. Seriam componentes do valor cultural: os valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos.

Os "valores cognitivos" seriam referentes à capacidade do patrimônio em compartilhar uma "oportunidade relevante de conhecimento", compreendendo uma "fruição basicamente intelectual". Em relação ao bem de caráter edificado, este valor é aquele permite ao observador "conhecer o conceito de espaço que [o] organizou (...), seus materiais e técnicas, seu padrão estilístico, (...) as condições históricas (...) de sua construção, usos e apropriações" (MENESES, 2012, p. 35), por fim, uma biografia do imóvel.

Já os "valores formais" são relativos à capacidade sensorial do patrimônio em conferir uma percepção específica ao sujeito. Considerando o bem edificado, desconsidera-se o papel documental presente nos valores cognitivos para privilegiar a "oportunidade qualificada de gratificar" o sujeito em sua capacidade de transcendência. Os bens nos quais predominam os valores formais possuíram "atributos capazes de aguçar a percepção" do indivíduo, proporcionando-o "uma apreensão mais profunda", que induziria "a produção e a transmissão mais amplas de sentidos" caráter que aproxima este valor contemporâneo proposto por Meneses às concepções de Riegl acerca do "valor artístico relativo".

Aos "valores afetivos" destaca-se a dimensão histórica do patrimônio enquanto objeto de rememoração, sem a componente pedagógica dos valores cognitivos. Estes cumprem um papel de "reforço de identidade", formados por "vinculações subjetivas" que inferem carga simbólica ao objeto valorado. Meneses afirma que essas componentes não existem isoladamente, agrupando-se "de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, (...), transformações e conflitos" (MENESES, 2012, p. 35), portanto nada impediria que um mesmo bem edificado possuísse tanto o potencial cognitivo quanto a dimensão afetiva.

Os valores pragmáticos, por sua vez, estariam associados ao "valor contemporâneo de uso" de Riegl. Segundo o autor, "valores pragmáticos são valores de uso percebidos como qualidades",

e tendo como exemplo um bem edificado, tal como uma Igreja, este valor seria aquele capaz de reconhecer que no imóvel em questão existem características benéficas para uma função específica, no caso o do culto religioso. Advoga-se, portanto, por uma apropriação contemporânea do patrimônio pertinente com sua própria estrutura. Por fim, os valores éticos não estariam diretamente associados aos bens, mas "às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro" (MENESES, 2012, p. 37). Seria portanto, oposto ao valor afetivo, pois está diretamente relacionado à capacidade do indivíduo em reconhecer valor cultural em algo que é alheio à sua própria memória.

Meneses faz menção ao valor econômico, que é comumente colocado em contradição ao valor cultural, embora ele, por sua vez, não reconheça esse suposto "antagonismo" entre as partes, pois "há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no bem econômico". De fato, a própria "cultura" passa em tempos recentes por um novo processo de ressignificação. Da posição democratizada da "cultura-étnica" (VAZ & JACQUES, 2001, p. 665) que modificou substancialmente o campo da preservação patrimonial desde a década de 1960, prevalece no contexto contemporâneo a compreensão da "cultura-econômica", transformada em instrumento da máquina capitalista, através da massificação e globalização do caráter identitário presente no momento anterior. No espaço da cidade, a cultura torna-se uma mercadoria que visa ampliar a potencialidade econômica de determinada localidade, embora seus benefícios não estejam direcionados a sua população, e sim para quem tem o seu controle, tais como proprietários de terra, especuladores imobiliários, e grupos em posição de poder.

Neste contexto, a cultura torna-se foco do que Vaz (2004) aponta como sendo os projetos de regeneração urbana que se utilizam do elemento como estratégia principal na reabilitação de ambientes históricos, que desde a década de 1970, com as políticas de conservação integrada defendidas pelos documentos produzidos em Amsterdã e Nairóbi vem sendo implementadas nos mais variados contextos mundiais, entre eles o Brasil, e a cidade do Rio de Janeiro. A esses projetos, contudo, associa-se o fenômeno da "patrimonialização", definido como uma "atribuição excessiva do status de patrimônio", que resulta "no engessamento das dinâmicas espaciais e sócio culturais" destes ambientes. O mesmo acompanha outras tendências, tais como a "musealização", com a transformação de edifícios históricos em centros culturais, e a "gentrificação", advinda da valorização dos imóveis da área, e consequente "expulsão da população e atividades locais" (VAZ, 2004, pp. 7-8). A esses fenômenos contemporâneos do patrimônio cultural no espaço urbano, Choay (2001 [1992], p. 226) os define como sendo seus "efeitos perversos", nos quais afirma que:

> "A "embalagem" que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas. Criou-se um mercado internacional dos centros e bairros antigos. (...)
>
> Além disso, em vez de contribuir para preservar as diferenças locais e conter a banalização primária do meio onde se vive, (...) a valorização dos centros antigos tende paradoxalmente a tornar-se instrumento de uma banalização secundária. Algumas cidades, assim como alguns bairros resistem a isso, ajudados por sua dimensão, sua morfologia, suas atividades, pela força de suas tradições, pela simples riqueza que possuem ou pela sabedoria de suas autoridades. Outras começam a se assemelhar tanto entre si que os turistas e empresas multinacionais nelas se sentem em casa". (CHOAY, 2001 [1992], pp. 226-227)

O patrimônio cultural, em sua dimensão econômica, potencializa um aspecto que é inerente a este desde seus antecedentes primitivos no século XV, e que teve grande destaque em sua concepção como um monumento histórico: ele é, além de um objeto de rememoração e de autoafirmação, um projeto. Um projeto daquilo que se pretende que seja o futuro, de quais partes do passado merecem ter seu lugar protegido no porvir. Quais são os valores a serem preservados, dos quais deseja-se que as gerações futuras sigam em sua construção da sociedade? O reconhecimento patrimonial de bens culturais edificados, neste sentido, é, portanto, um investimento: uma decisão calcada no presente que visa colher benefícios no futuro, tendo como fundos de aplicação o capital – os elementos edificados da cidade - acumulado no passado. As escolhas e decisões tomadas no presente acerca dos objetos selecionados para serem garantidos para o futuro são apostas daquilo que conformará a identidade de um uma geração posterior.

Para David C. Harvey (2008, p. 20), o patrimônio refere-se a "um produto contemporâneo moldado através da história", uma construção subjetiva centrada no presente, qualquer presente que este seja. Ele é uma noção fundamentada em valores, que se relacionam tanto aos de dimensão cultural (como os apresentados por Riegl, Vinãs ou Meneses), quanto aqueles de cunho econômico (conforme os indicados por Vaz ou Choay), "refletindo intrinsecamente uma relação com o passado, em qualquer forma que este seja percebido ou definido". Ele é uma construção do presente que reconhece nos elementos no passado aquilo a ser

salvaguardado para o futuro. O mesmo autor (2008, p. 23) sugere que narrar a história desse patrimônio – o seu processo, tal como buscou-se empreender neste capítulo - seria o mesmo que narrar uma história de sucessão de presentes: uma sucessão de valores cultuados no presente, de objetos valorados e valorizados de um passado, e de projetos e idealizações de um futuro. Essa tríplice associação entre passado, presente e futuro, destaca-se não só nesse processo de reconhecimento patrimonial, como também se revela fundamental nas suas atividades de preservação, que visam garantir estes bens valorados para o iminente futuro. Optou-se por concluir essa discussão com uma oportuna síntese empreendida pelo "*Getty Conservation Institute*" (AVRAMI et al., 2000) sobre os desafios da preservação no contexto contemporâneo, e o decisivo papel de atualização dos valores para sua efetiva realização. Qual o papel da geração atual na construção do patrimônio para o futuro, e como deve ser empreendida a sua preservação?

> "Para preservar de uma maneira relevante à nossa própria sociedade em nosso próprio momento, devemos compreender como valores são negociados e determinar como o processo de analisar e construir significado cultural pode ser potencializado. (...) A perspectiva de servir às gerações futuras as marcas materiais do passado, imbuídas das histórias cumulativas e significados do passado assim como os do presente, é a essência da preservação. Com um amplo reconhecimento de que a cultura é fluida, mutável, e constituída por um conjunto de processos e valores que evoluem, ao invés de um conjunto estático de coisas, a preservação do patrimônio cultural deve incorporar o fluxo inerente sem perder vista da imutável responsabilidade entre gerações." (AVRAMI et al., 2000, p. 10, Tradução Nossa)

CAPÍTULO 2:

POR UMA ABORDAGEM MORFOLÓGICA DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO

Em comparação ao plurifacetado vocábulo do patrimônio cultural e seu campo de atuação, a morfologia urbana– suas definições, objetos e desdobramentos - encontra-se ainda mais distante de uma unívoca compreensão. Os cinco séculos de transformações que se destrincharam desde as incipientes atividades de preservação até as proteções legais do estado sobre bens de valor cultural comportam um mar de teorias e práticas que transbordariam a pequena ribeira de meio século de desenvolvimento dos estudos morfológicos. Neste capítulo, mais do que apresentar as distintas posições que marcam esta "recente" abordagem da cidade, procura-se definir, para as análises que serão empreendidas ao longo desta tese, uma noção clara para um campo com ideias divergentes – o campo da morfologia urbana.

2.1. Morfologia Urbana: Um campo em transformação

Tal como no panorama da preservação, visto no capítulo anterior, o segundo pós-guerra aflora uma série de críticas acerca das bases teóricas que sustentavam não só as práticas de proteção patrimonial, como também as próprias estruturas da produção urbana, na sua figura vigente da cidade funcional. A universalidade dessas propostas urbanísticas não incorporava os distintos modos de ocupar, construir e habitar o espaço da cidade, em suas mais variadas especificidades. Contra a *tabula rasa* proposta pelo planejamento moderno, novas abordagens de análise e produção do urbano surgiam, reconhecendo o valor das pré-existências físicas da cidade – portanto, uma materialidade - como reflexos de uma determinada cultura, com seus próprios processos e meios de construção.

Essas abordagens, que emergem na década de 1950, apropriaram-se da leitura e análise da forma urbana com o objetivo de compreender o processo de transformação das cidades, sendo posteriormente agrupadas e reconhecidas como as bases dos estudos morfológicos atuais. Separadas inicialmente por condicionantes locacionais e idiomáticas, a arquiteta norte-americana Anne Moudon (2015 [1997]) traçou um elo de ligação entre estes distintos estudos, evidenciando três proeminentes correntes na Europa, que por sua vez influenciaram

pesquisas em demais territórios. Seriam estas: a escola italiana (Muratoriana, ou processual-tipológica), a escola britânica (Conzeniana, ou histórico-geográfica), e a escola francesa (Escola de Versalhes). [61]

A escola italiana de morfologia urbana partiu dos estudos realizados por Saverio Muratori, inserida num contexto de pensamento urbanístico que associou "tradição" a "inovação" (MARZOT, 2002), e na qual a nova produção estaria condicionada a um conhecimento prévio do seu contexto de inserção, e em especial, do seu processo morfológico. Muratori consolida seus estudos sobre essas pré-existências, na busca por compreender a relação de continuidade presente entre as distintas arquiteturas presentes num mesmo contexto - o que ele chamou de processo de derivação tipológica. O italiano propôs, com a leitura das cidades do seu país, reconhecer sua *tipologia edilizia*, identificando as características formais que ora se modificavam, ora se cristalizavam, em seus respectivos contextos urbanos. Com base em estudos da formação da cidade de Veneza, o arquiteto italiano desenvolveu as noções de tipo, tecido, organismo e de "história operante".

> "O método de descrição proposto por Muratori consistia em fazer uma leitura da cidade, associando momentos históricos a certas linguagens formais arquitetônicas presentes nos edifícios - estes eram entendidos como componentes fundamentais do organismo da cidade. A então chamada tipologia *edilizia* se baseava em identificar as características tectônicas que se perpetuavam ou modificavam no curso histórico nas diversas partes dos edifícios. " (NASCIMENTO, 2010)

Ele influencia uma geração seguinte de arquitetos italianos, ao conceber a cidade como um espaço de contextos históricos, fundamentados numa cultura local, estabelecendo a cidade tanto como um organismo vivo, quanto uma obra de arte. Seus estudos continuaram a ser desenvolvidos por seus discípulos (CATALDI et. al., 2002), como Gianfranco Caniggia (1995 [1979]) e seus processos tipológicos, que adotou uma abordagem estruturada em uma metodologia para análise tipológica de estruturas urbanas com foco na *edilícia de base,* ou

[61] Anne Moudon, em entrevista realizada em maio de 2008, clarifica sua opção pela terminologia "escola" para estas três correntes de abordagem morfológica: " [...] eu nomeei estes três grupos que se concentram na morfologia urbana como "escolas" porque eu não sabia como chamá-los. E em trabalhos de amplitude internacional você deve encontrar palavras que todos entendem e concordam – palavras que devem ser "internacionais o suficiente" para serem facilmente traduzidas em diferentes línguas. " (MOUDON, Anne. In: ROSANELI, Alessandro Filla; SHACH-PINSLY, Dalit. Anne Vernez Moudon. *Entrevista*, São Paulo, ano 10, n. 040.01, Vitruvius, out. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/10.040/3397/pt_BR>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.)

seja, as edificações de uso não-especializado como as habitações unifamiliares e multifamiliares. Os processos de transformação e apropriação do espaço urbano pelo homem gradualmente no tempo, o chamado *espaço antrópico*, é o tema de seu livro escrito em conjunto com seu pupilo Gian Luigi Maffei, e publicado em 1979 com o título de "*Lettura dell'edilizia di base* " (ou Leitura da Edificação de Base) cujos conceitos são detalhados mais adiante neste capítulo.

Na Inglaterra, paralelamente aos estudos de Muratori na Itália, o geógrafo alemão M.R.G Conzen desenvolve seus conceitos acerca da paisagem urbana (townscape), que para este seria uma composição tripartida formada: pelo *town plan* - ou o plano da cidade, com sua representação bidimensional cartográfica, pelo *building fabric* - tecido edificado – representado pela edificação e seu espaço aberto adjacente; e pelo *land use* - uso do solo. Para J. R. Whitehand (2001, pp. 104-105), que deu continuidade a esta abordagem no Reino Unido, Conzen buscava a relação entre a dimensão dos lotes e a estrutura dos seus conjuntos edificados. Ele atentava para o processo de progressiva ocupação dos fundos dos lotes urbanos (ou *burgages*, conforme a estrutura medieval das cidades inglesas), aumentando a densidade do conjunto edificado, atingindo um ponto máximo, a partir do qual se inicia um processo inverso, de sucessivas desconstruções, produzindo vazios urbanos até se iniciar um novo ciclo de desenvolvimento.

Moudon (2015, [1997], p. 43) apresenta a escola francesa como uma geração tardia em relação às correntes italiana e britânica, que se desponta no fim da década de 1960, por uma equipe interdisciplinar formada pelos arquitetos Phillipe Panerai e Jean Castex, e o sociólogo Jean-Charles DePaule, que vão fundar a Escola de Arquitetura de Versalhes (*École nationale supérieure d'architecture de Versailles*). Tal como os italianos preocupados com as pré-existências do tecido urbano das antigas cidades europeias, o grupo francês apresenta uma reação à dogmática do urbanismo modernista, buscando compreender os processos de transformação que dissolveu as quadras tradicionais da cidade (PANERAI et al., 2013 [1977]). Na década de 1980, Panerai publica o texto "*Éléments d'Analyse Urbaine*", que seria expandido em 1999 no livro "*Analyse Urbaine*", no qual o autor apresenta sua própria leitura dos estudos tipo-morfológicos italianos, e extrai como lição fundamental dos estudos de Muratori, a questão das reflexões históricas articulada ao estudo da estrutura urbana, sendo esta última estabelecida no tempo "por uma sucessão de reações e de crescimentos a partir de um estado anterior" (PANERAI, 2006 [1999], p. 122).

As três correntes, apesar das suas diferenças em escalas e objetos de leitura, possuem um elemento em comum, que é chave na compreensão da abordagem morfológica: a ideia de

processo. Moudon (2015, [1997], p. 41) reforça essa concepção dinâmica e processual do estudo morfológico, afirmando que seus estudiosos "analisam a evolução da cidade, desde o seu assentamento até às subsequentes transformações", sendo esta urbe o resultado "da acumulação e da integração" de indivíduos e grupos guiados por tradições e pressões socioeconômicas:

> "Os morfologistas centram-se nos resultados tangíveis das forças sociais e económicas: estudam a concretização de ideias e intenções à medida que estas tomam forma sobre o solo moldando as nossas cidades. " (MOUDON, 2015, [1997], p. 41)

A autora prossegue sua caracterização dos morfologistas, indicando que muitos destes optassem pela terminologia "morfogênese urbana" como o seu campo de estudo, ao invés do vocábulo corrente da "morfologia urbana", em virtude dessa dimensão dinâmica. Estes, portanto, opõem se a uma mera análise estática da forma urbana, que discorra apenas sobre a relação espacial dos seus diversos componentes – como os lotes, edifícios, jardins, vias, parques e monumentos – englobados na definição de elementos morfológicos. O urbanista português José Lamas (2010 [1993]) sintetiza essa relação entre os elementos e o seu processo de transformação, que configuram a abordagem morfológica, destacando a ênfase nos resultados tangíveis expostos por Moudon.

> "**A morfologia (urbana) é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos e na sua produção e transformação do tempo**. Todavia, é necessário sublinhar que um estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenômenos sociais, econômicos e outros, motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objeto de estudo. " (LAMAS, 2010 [1993], p. 38, Grifo nosso)

Para o português, os fenômenos socioeconômicos – motores da urbanização – não se enquadram no estudo morfológico. Todavia, para os britânicos Larkham & Jones (1991, p. 15 apud ROSANELI & SHACH-PINSLY, 2009), advindos de uma bagagem morfológica fundamentada na geografia histórica dos estudos de Conzen, esses atores e fatores deixam de ser meros coadjuvantes e ganham protagonismo junto à análise espacial, definindo em um glossário o termo morfologia urbana como sendo "o estudo do tecido físico (ou construído) da forma urbana, e as **pessoas e os processos** que o molda". Moudon aproxima-se a Lamas em sua compreensão da abordagem:

> "(...) a morfologia urbana aborda a cidade não como um artefato, mas como organismo, onde o mundo físico é inseparável dos processos de transformação a que está sujeito. O enfoque está no mundo físico enquanto 'resultado' de forças sociais e económicas com uma natureza dinâmica" (MOUDON, 2015, [1997], p. 47)

Apesar dessa divergência entre o peso que os processos socioeconômicos possuem na abordagem morfológica, ambas as leituras trabalham com uma concepção dinâmica do espaço urbano e seus processos de transformação. Logo, é a dupla instância espaço-temporal que determina o campo de atuação dos morfologistas, em contraponto a outras análises urbanas e/ou da forma urbana. Contudo, esta definição não impede que se aglutinem leituras como as do norte-americano Kevin Lynch e seu popular "A Imagem da Cidade" (1997 [1960]), ou do britânico Gordon Cullen (2008 [1961]) com suas visões seriais às dos autores citados anteriormente, como sendo de parte de estudos de "morfologia urbana". Independentemente das ricas contribuições destes estudos, a mescla destes com as análises dos morfologistas contribui para a desestabilização do campo, algo que Costa & Teixeira (2014) discorrem sobre em sua revisão bibliográfica sobre a abordagem no âmbito brasileiro como sendo um fenômeno internacional. Segundo as autoras, há um frequente erro de interpretação do termo "morfologia urbana" como um sinônimo de "forma urbana", recorrendo à Larkham para explicitar uma possível causa deste equívoco, que estaria relacionada um reducionismo da noção tripartida do espaço urbano como "forma, função e desenvolvimento histórico a uma visão estática e bidimensional" (LARKHAM, 2012 apud COSTA & TEIXEIRA, 2014, pp. 119-120).

Moudon (2015, [1997], p. 45) também apresenta uma noção tripartida da morfologia urbana, contudo substituindo a "função", indicada por Larkham, pela "resolução" – ou a escala de análise, afirmando que "a forma, a resolução e o tempo constituem as três componentes fundamentais da investigação". Para cada uma destas facetas da análise morfológica, a autora estabelece uma abordagem frente à forma urbana. Com relação à forma propriamente dita, em seu aspecto tangível e físico, a de caráter urbano é definida pelos edifícios e espaços abertos (os cheios e vazios da cidade), seus lotes, e as ruas. Quanto à resolução, ela identifica quatro níveis ou escalas de leitura, que correspondem ao "edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região". Por fim, o tempo está expresso na concepção de que a forma urbana só pode ser compreendida em uma dimensão histórica, visto que os seus elementos físicos (a forma em si), estão em contínuo processo de transformação.

Essa dimensão histórica é o foco da obra do historiador turco, radicado nos Estados Unidos, Spiro Kostof, que em seu livro "The City Shaped: *Urban Patterns and Meanings Through*

History" (1993 [1991]), livremente traduzido para "A cidade moldada, padrões urbanos e significados através da história", realiza uma abordagem morfológica do espaço urbano a partir de quatro categorias de configurações urbanas: o *grid pattern* (a malha reticulada), o *organic pattern* (o tecido orgânico), the *grand manner* (o grande estilo, ou estilo monumental) e o diagram (o diagrama). Seu objetivo nesta categorização está na associação entre os processos (sociais, políticos e econômicos) que incidem na transformação das cidades - e suas configurações resultantes - afirmando que estas possuem um significado que está alocado em seus contextos culturais. Sem prévio conhecimento das suas circunstâncias históricas, a análise de um determinado espaço urbano recairia em falsas leituras:

> "Quanto mais conhecermos sobre a cultura, e sobre a estrutura social em vários períodos da história nas diferentes partes do mundo, melhor seremos capazes de realizar uma leitura sobre o seu meio construído". (KOSTOF, 1993 [1991], p. 10, Tradução nossa)

Acerca dos fenômenos que incidem na cidade, Kostof reconhece duas categorias de processos urbanos. A primeira relacionada às "pessoas, forças e instituições que produzem a forma urbana", no qual incluem-se os arquitetos-urbanistas, planejadores urbanos, e o aparelho estatal que define e regula as leis de uso do solo, e seus variados planos políticos. O segundo sentido para processos urbanos que o autor identifica, refere-se à precisamente à mudança física das cidades através do tempo:

> A tendência usual é de ver a forma urbana como uma coisa finita e fechada, um objeto complexo. Quero enfatizar o que sabemos, em vez disso, ser o caso – de que a cidade, a quão perfeita em sua forma inicial, nunca está completa, nunca descansa. Milhares de ações conscientes e inconscientes todos os mudam seus traços de maneira apenas perceptível em longas passagens do tempo." (KOSTOF, 1993 [1991], p. 13, Tradução Nossa)

Para o autor, a cidade é o local estão condensadas a continuidades do tempo e lugar – a dupla instância espaço-temporal - configurando verdadeiros "amálgamas de construções e pessoas" (KOSTOF, 1993 [1991], p. 16). Ele demonstra, portanto, uma abordagem claramente morfológica quando confrontada à definição exposta por Larkham e Jones (1991). Compartilha também com Moudon, a noção da cidade como um organismo vivo, que pode "morrer" a qualquer momento caso sua população não consiga superar as limitações do espaço, sem desrespeitá-lo, ao invés de compreendê-la como um artefato finito.

Lynch (1972), embora realize uma análise essencialmente estática do espaço urbano em sua "A Imagem da Cidade", traz em uma de suas obras menos famosas, "*Which Time Is This Place?*"

- ou "De que tempo é este lugar?" – uma aproximação aos estudos morfológicos, recorrendo a a dimensão histórica do tempo e suas ações na cidade para abordar o fenômeno da transformação em seus diferentes ritmos de desenvolvimento. Segundo o autor norte-americano, "a mudança e a recorrência são o sentido do ser vivo", e no espaço urbano, que "se tranforma continuamente, e frequentemente nos deixa perplexo", cabendo aos cidadãos decidir entre o que preservar e o que renovar, sendo o planejamento um mero "gerenciamento da mudança". Assim como Kostof, Lynch faz uma associação entre os processos de transformação física e a ação dos atores que a promovem:

> "[...] Os ambientes se transformam. Um súbito desastre pode destruir uma cidade, terras trabalhadas surgem nos sítios desertos, um lugar querido é abandonado, ou uma nova povoação se assenta numa fronteira obscura. Lentos processos naturais podem transformar uma antiga paisagem, ou mudanças sociais podem causar deslocamentos bizarros. [...]
>
> Casos de transformação do ambiente são comum. Por um lado, as pessoas devem suportá-las, e nós vemos seus esforços em preservar, criar ou destruir o passado, fazer sentido da rápida transformação, ou construir uma sensação de segurança do futuro. Por outro lado, aqueles que iniciam e regulam a mudança – os empreendedores, planejadores, construtores, funcionários públicos – lutam com essa transformação de outra maneira, esforçando-se para compreendê-las e controla-las [...]." (LYNCH, 1972, pp. 2-3)

Leituras como as de Kostof e Lynch constituem abordagens paralelas e/ou devedoras das três correntes assinaladas por Moudon em seu esforço por uma sistematização das bases teóricas do campo de estudos da morfologia urbana. Inúmeras são as pesquisas e trabalhos publicados de âmbito morfológico, e apesar de uma inicial dificuldade de divulgação, seja por questões idiomáticas ou por distanciamento geográfico, estes vem sendo consolidados, desde1994, a partir da ação do "ISUF – *International Seminar on Urban Form*" (Seminário Internacional sobre Forma Urbana"). Composto por investigadores das áreas da arquitetura, urbanismo, geografia, planejamento e história, advindos de países como a "Inglaterra, França, Alemanha, Irlanda, Suíça, Japão e EUA", os encontros realizados por estes pesquisadores, "reconheceram a expansão da morfologia urbana para além dos seus limites originais [...] e a sua emergência como um campo interdisciplinar" (MOUDON, 2015, [1997], p. 42). Logo em seguida, em 1997, o grupo passa a publicar a revista "*Urban Morphology*", com dois volumes anuais desde então, consolidando-se a principal fonte de divulgação dos estudos morfológicos, para além de uma cultura eurocêntrica, tendo significativa participação de autores brasileiros.

Um grupo regional, com presença de pesquisadores brasileiros e portugueses, foi fundado em 2011 com objetivo de promover o estudo da forma urbana em países de idioma português. O PNUM – "*Portuguese-Language Network Of Urban Morphology*" (Rede Portuguesa de Morfologia Urbana") também contribui com sua própria publicação, a Revista de Morfologia Urbana, que conta com traduções para o português de textos fundamentais da "*Urban Morphology*", como a retrospectiva produzida por Moudon, assim como novas compreensões acerca deste campo em transformação.

Vitor Oliveira (2016), atual presidente do PNUM, atualiza o debate de Moudon ao apresentar novas abordagens para o estudo da forma urbana que emergiram desde a formação do ISUF na década de 1990. Em particular, o autor destaca análises que vem ganhando proeminência no debate internacional contemporâneo, entre elas a da "sintaxe espacial", de Bill Hillier, que tem suas origens na publicação da década de 1970, "*The Social Logic of Space*". Associada a uma leitura dos percursos e deslocamentos no espaço urbano e apropriando-se ferramentas tecnológicas e matemáticas, essa abordagem, contudo, não contempla certos princípios abordados por Moudon como sendo essenciais para o estudo morfológico. Persiste, portanto, ainda definições turvas acercas do que configura as pesquisas no campo em questão, tal como indicam Costa & Teixeira (2014).

Para Vinicius Netto (2013), que realiza pesquisas de sintaxe espacial, a abordagem de caráter sócio espacial é polêmica, e divisora, o que colabora para ora sua "aceitação quase religiosa", ora sua má-intepretação. Buscando desmistificar a metodologia, o autor afirma que a sintaxe espacial não configura uma "teoria da cidade", uma vez que ela não comporta a dimensão temporal da transformação urbana, mas sim uma teoria que associa o espaço físico ao aspecto social:

> "Uma teoria da cidade deveria ser capaz de explicar *o que é* a cidade e as formas de transformação urbana. Isso demandaria um modo de teorização e uma metodologia capazes de incluir a dimensão temporal dessas transformações, o processo de transformação espacial em si, e o emaranhado de forças socioeconômicas que as impulsionam. [...] precisaria capturar os processos de estruturação e desestruturação urbanas, a morfologia tridimensional da cidade, suas relações com o crescimento, adensamento e expansão, o problema da substituição da forma arquitetônica [...]. A sintaxe não atende a essas questões. [...]. Ela não é uma teoria da cidade, mas uma *teoria de relações entre espaço e sociedade*. (NETTO, 2013)

Logo, para a compreensão que se tem da morfologia urbana nesta tese, a sintaxe espacial não se enquadraria em sua concepção como uma abordagem calcada na dupla instância espacial-temporal do espaço urbano, e nos seus processos de transformação. As análises que se desenvolvem neste presente trabalho, não compartilham das recentes aproximações desse campo expandido e desestabilizado que ainda não conseguiu definir ao certo seus limites e abrangências, identificando essas novas abordagens como leituras da forma urbana, porém não como leituras morfológicas. Corrobora-se, portanto, as bases expostas por Moudon, suas correntes ou escolas, e os estudos posteriores que dialogam com os mesmos princípios básicos – da forma, resolução e tempo.

Das três correntes apresentadas por Moudon, a italiana - ou processual-tipológica - é que melhor se afina às necessidades desta tese. Esta abordagem se destaca das demais por seu caráter não só descritivo, como também prescritivo. Para a autora (MOUDON, 2015, [1997], p. 42), os estudos dessa corrente "centram-se no modo como as cidades deveriam ser construídas, [...] visando o desenvolvimento de uma teoria de desenho do edificado" pautada nas tradições históricas de sua construção. Não lhes apenas interessa reconhecer a cidade, como também o seu ato de produção. De igual maneira, a proposta desta tese em articular essa abordagem morfológica a uma compreensão dos processos de preservação tem como um de seus objetivos trazer possíveis sugestões referentes às vulnerabilidades que afetam o patrimônio cultural edificado na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Portanto, vislumbra-se a realização de uma análise que procura subsidiar ações projetuais. Tendo isto em mente, as páginas seguintes dedicam-se a apresentar noções como a de tipo e processo tipológico, em particular nas pesquisas empreendidas por Gianfranco Caniggia (1995 [1979]), expoente da corrente italiana que deu continuidade às idéias de Muratori.

2.2. Morfologia Urbana e Processos Tipológicos

2.2.1. O tipo e os estudos tipológicos

O reconhecimento da corrente de estudos desenvolvida por Muratori, e posteriormente Caniggia, como uma abordagem processual-tipológica advém do uso desse último termo, e seu radical – o tipo. Segundo Cataldi (2003), a originalidade na proposta de Muratori estava no desenvolvimento de uma abordagem arquitetônica em suas pesquisas urbanas, nas quais o ato de projetar tornou-se um meio de reconstruir os processos históricos do ambiente edificado em escalas variadas – estas últimas associadas às quatro resoluções apresentadas

por Moudon (2015, [1997]). O autor completa, que nos ensinamentos universitários de Muratori, "os projetos deviam ser baseados nestas reconstruções, definidas como leituras. Daí emergem os temos "tipologia de projeto" ou "tipologia de planejamento" (no sentido do planejamento arquitetônico) " (CATALDI, 2003, p. 20). Essas leituras produziriam um vocabulário tipológico que por sua vez seriam empregadas em novas edificações, reforçando a memória da população, e buscando conter a crise arquitetônica que Muratori identificava como fruto da dogmática moderna.

O estudo do tipo arquitetônico, por sua vez, já remontava ao século XVIII, com a obra do arqueólogo e crítico de arte francês Quatremère de Quincy, cujas ideias acerca da arquitetura gótica foram apresentadas no capítulo anterior. O vocábulo "tipo", e seu emprego na arquitetura", seria definido no terceiro volume do seu "*Dictionnaire d'Architecture*" da "*Encyclopédie Methódique"* de 1825, e mais tarde revisto em seu "*Dictionnaire historique d'architecture",* publicado em 1832.

No verbete da publicação de 1832, o autor apresenta múltiplas acepções do termo, tais como modelo, matriz ou impressão. Em um âmbito arquitetônico essa definição geral do "tipo", contudo, está equivocada, em particular na sua correspondência com a palavra "modelo". O tipo seria primeiro uma ideia, enquanto o modelo corresponde a um objeto concreto, reproduzível de forma idêntica – uma cópia. O tipo é, portanto, um padrão composto por um determinado grupo de características, das quais é possível a produção de múltiplas derivações:

> "[...] a palavra tipo apresenta menos a imagem de uma coisa a copiar ou imitar por completo que a ideia de um elemento que devia ele mesmo servir de regra ao modelo. [...] O modelo, considerado na execução prática da arte, é um objeto que deve se repetir tal qual é, o tipo, ao contrário é um objeto a partir do qual cada um pode conceber obras que não se assemelham entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no tipo." (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832, p. 629 apud PEREIRA, 2008. p. 303-305).

Acerca dessas derivações, Quatremère de Quincy (1832, p. 629 apud PEREIRA, 2008, p. 305) expõe que os modelos, por sua vez, surgem de tipos, pois "tudo precisa de um antecedente, nada em gênero algum, vêm do nada". Aldo Rossi e Giulio Carlo Argan, contemporâneos ao movimento de crítica ao moderno na Itália, assim como Muratori retomam a figura do tipo em seus estudos. Argan (2001 [1966]) em sua "*L'Architettura della Città*" (A Arquitetura da Cidade), recorre à definição de Quatremère de Quincy e acrescenta que o tipo é a essência da

arquitetura, cujas transformações são reações às suas necessidades do homem e suas aspirações de beleza:

> "O tipo é, pois, constante e se apresenta com características de necessidade; mas, mesmo determinadas, elas reagem com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico. (...) Enfim, poderemos dizer que o tipo é a própria ideia da arquitetura aquilo que está mais próximo da sua essência. " (ROSSI, 2001 [1966], p. 27)

Para Argan (1984 [1960], p. 4), o tipo é uma "concepção histórica do espaço e da forma" na qual se admite que esta muda "com o desenvolvimento histórico da cultura". Fora essa compreensão do tipo como uma ideia, o autor italiano ainda vê o tipo como uma formulação deduzida a partir de uma série de exemplares, no qual se apreende apenas seus atributos comuns, algo também abordado por Quatremère de Quincy em sua definição do termo, para designar "certas formas gerais e características do edifício que as recebe". (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832, p. 630 apud PEREIRA, 2008, p. 309). O autor italiano complementa essa noção do tipo compartilhada com crítico francês do século XVIII:

> "O nascimento de um tipo está condicionado ao fato de que já exista uma série de edifícios que tenham entre eles uma evidente analogia funcional e formal. Em outras palavras, quando um tipo se fixa na teoria ou na prática arquitetônica, ele já existe, em uma determinada condição histórico-cultural, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas. No processo de semelhança ou superposição seletiva das formas individuais para a determinação do tipo, eliminam-se suas características específicas dos edifícios singulares, e conservam-se somente os elementos que aparecem em todas as unidades da série. O tipo configura-se, assim, como um esquema deduzido mediante um processo de redução de um conjunto de variantes formais a uma forma-base ou esquema comum." (ARGAN, 1984 [1960], p. 4, Tradução Nossa)

Fora da Itália, a retomada do estudo do tipo na arquitetura aparece em textos do arquiteto espanhol Rafael Moneo, e do morfologista francês Phillipe Panerai, peça fundamental na corrente apresentada por Moudon como a escola de Versalhes. O espanhol discorre sobre tipologias em artigo da revista "*Oppositions*", afirmando que um dos "mais intensos momentos do desenvolvimento arquitetônico são aqueles nos quais surge um novo tipo" (MONEO, 1978, p. 27). Também demonstrou particular interesse nesse seu segundo papel, como um padrão formado por uma série de elementos passíveis de identificação:

> "[o tipo] pode ser simplesmente definido como um conceito que descreve um grupo de objeto caracterizados pela mesma estrutura formal. Ele não é nem um diagrama espacial, nem o elemento médio em uma série. Ele é fundamentalmente baseado na possibilidade de agrupar objetos através de certas similaridades em suas estruturas inerentes. Poder-se-ia dizer, inclusive, que o tipo significa o ato de pensar em grupo" (MONEO, 1978, p. 23, Tradução Nossa)

Panerai, em seu livro "*Analyse Urbaine*", recorre incialmente ao termo tipo em sua acepção geral, que desde o século XV exprimia "a essência de um conjunto de objetos ou de pessoas", descrevendo ao mesmo tempo em que "enuncia suas características". Ele apaga os caracteres particulares do objeto, retendo os seus traços genéricos. (PANERAI, 2006 [1999], p. 109-110). É portanto, "um objeto abstrato", fruto de análises que buscam identificar as "propriedades essenciais" de "objetos reais". (p. 127), através de uma econômica descrição.

Essa dualidade do tipo, como uma ideia e como uma descrição de objetos reais, é base para os estudos empreendidos por Caniggia em sua leitura das edificações não especializadas. Suas conceituações para o termo tipo, e seus processos tipológicos, assim como as suas noções de consciência crítica e espontânea, merecem uma abordagem dedicada nesta tese, como referencial teórico-metodológico imprescindível para as análises a serem desenvolvidas mais a frente neste trabalho.

2.2.2. Gianfranco Caniggia, e a leitura da edificação de base

Em sua publicação de 1979, "*Lettura dell'edilizia di base",* redigida em conjunto com seu pupilo Gian Luigi Maffei, Caniggia apresenta seus conceitos primordiais sobre tipo e processo tipológico, e demonstra sua metodologia de análise do espaço urbano. No texto que é uma coletânea do ciclo de lições do seu curso de Composição Arquitetônica na Faculdade de Arquitetura de Florença, seus métodos de leitura tipológica são aplicados às antigas cidades italianas identificando pré-existências dos tecidos antigos e medievais nas estruturas urbanas de do século XX.

Em seus estudos, uma das conceituações fundamentais que o autor expõe é a diferenciação entre a consciência espontânea e a consciência crítica. A consciência espontânea é tida como a "capacidade de um sujeito atuante em se adaptar, a uma essência cultural herdada, sem necessidades nem obrigatoriedades de mediações ou decisões" (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979] p. 24). Ela é, portanto, a capacidade de realizar uma ação sem que "pense" nela, sem ter que decidir se o ato deve ser feito de um modo ou de outro. Na arquitetura, essa

consciência espontânea traduz-se na compreensão imediata e sintética do que é conveniente para formar um produto edificado. Por sua vez, a consciência crítica é aquela que faz o indivíduo eleger como realizar determinada ação – uma decisão tomada por dúvidas, onde não se sabe qual o caminho certo, ou errado. A consciência crítica, logo, é desprovida da cultura transmitida através das gerações por consciência espontânea.

Com relação ao termo "tipo", o Caniggia recorre a essa diferenciação, e aponta que ambas essas consciências estão presentes na concepção de uma determinada tipologia. Como fruto de uma consciência espontânea, o tipo é determinado pelas experiências anteriores realizadas em um determinado ambiente, um "substrato inconsciente da cultura herdada, transmitida e evolucionada do momento temporal correspondente ao de sua atuação" (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979], p. 28). No referente à edificação, o tipo é uma pré-projeção do objeto arquitetônico a ser construído e, consequentemente, anterior ao objeto físico realizado.

Contudo, o tipo é assimilado pelo homem posteriormente à sua existência por uma consciência crítica. No âmbito da arquitetura, o autor aponta que o termo "tipo-edificado", foi usado no passado, e ainda hoje, para designar um certo reagrupamento de edifícios com alguma característica, ou série de características, em comum" (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979], p. 28). É a consciência crítica que permite identificar e classificar variadas edificações em determinados tipos-edificados. O tipo é, portanto, fruto tanto de uma síntese *a priori*, na mente de quem o produz, quanto de uma síntese *a posteriori*, na mente de quem o analisa.

> "(...) o tipo existe e não é uma ficção lógica; o tipo existe é produto de consciência espontânea. Antes e agora. Mas também é verdade que falar de tipo, descobrir o tipo, é fruto de uma consciência crítica". (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979], p. 30, Tradução Nossa)

As diferenças graduais que separam os tipos, ou seja, as classificações realizadas pelo homem posterior à existência dos objetos são, para Caniggia, os resultados de um processo tipológico. No exame de tipos-edificados de produção não-contemporânea entre si, e existentes em um mesmo ambiente, é verificável uma progressiva diferenciação tipológica, mais detectável quanto maior for o intervalo temporal entre os objetos. Para exemplificar, supõe-se um determinado tipo 1, com produção anterior aos demais, este pode, ao longo do tempo, sofrer uma série de transformações até culminar em um tipo 2, que por sua vez continua a se modificar gerando um tipo 3, de produção posterior ao segundo, e parte de uma mesma família – ou tronco – tipológico do primeiro.

Para o autor, essas gradações lidas no tempo, também podem ser verificadas no espaço, ao compararmos tipologias de áreas culturais distintas, produzidas em um determinado período temporal específico. Os processos tipológicos, nada mais são do que transformações morfológicas resultantes de sucessões temporais e distinções espaciais.

Nas suas análises de processos tipológicos, Caniggia propõe que sejam adotados quatro níveis graduais de leitura do espaço urbano: a escala das edificações, a escala dos agregados (tecidos urbanos), a escala dos organismos urbanos, e a escala dos organismos territoriais. Essas, por sua vez, coincidem com as quatro resoluções expostas por Moudon (2015, [1997], p. 45): o "edifício/parcela", a "rua/quarteirão", a "cidade", e "região". Os elementos de análise de cada escala são possíveis de comparação análoga. Por exemplo: o conceito do tipo edificado da escala das edificações pode ser comparado ao conceito de tecido urbano da escala dos aglomerados. Isto indica que a leitura, portanto, segue uma lógica única, que pode ser aplicada e ajustada para escalas variadas.

No primeiro dos níveis de leitura, a escala da edificação, Caniggia estabelece uma relação entre o tipo e o que ele chama de *edificação de base*, que resulta no termo *tipo-edificado,* empregado para "designar certo reagrupamento de edifícios com alguma característica, ou uma série de características em comum" (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979], p. 28). Esses tipos-edificados são resultados de processos tipológicos, nos quais pode se passar de um produto atual até chegar a uma matriz elementar. Dessa afirmação, tem-se o conceito de "derivação", no qual se aceita que exista uma relação evolutiva entre objetos não contemporâneos de uma mesma natureza. Caniggia atribui a essa derivação, uma espécie de "relação de causa-efeito", e estabelece esta como uma "correlação temporal". Outra relação entre os tipos-edificados no espaço urbano é o da chamada "co-presença". Para Caniggia, esta ocorre quando dois objetos edificados encontram-se num mesmo tempo presente, e num mesmo âmbito espacial. Esta relação é essencial na análise do espaço urbano a ser desenvolvida neste trabalho, uma vez que a estruturação que esta acaba por determinar é configuradora da forma urbana que se busca compreender. Ela é uma "correlação espacial", que para Caniggia se apresenta em duplo modelo entre objetos de escala idêntica, e entre objetos de escalas distintas.

> "Co-presença e derivação são produtos da historicidade. (...) um objeto existe enquanto pertence a um determinado ponto do processo duplo resumido em um único conceito de história. " (CANIGGIA & MAFFEI, 1995 [1979], p. 36, Tradução Nossa)

Do fenômeno da "co-presença", pode-se recorrer ao estudo das "variantes sintópicas" que corresponderiam ao "total de modificações ocorridas em um tipo-edificado no mesmo

contexto espacial e temporal, em virtude de diferentes demandas sociais e culturais" (CANIGGIA & MAFFEI, 2001 [1995], p. 246). Do fenômeno da "derivação", emergem os *desenvolvimentos diacrônicos* que nada mais são do que as relações derivativas das edificações de base num mesmo âmbito espacial, no qual se consegue estabelecer um elo de antecedência e posterioridade.

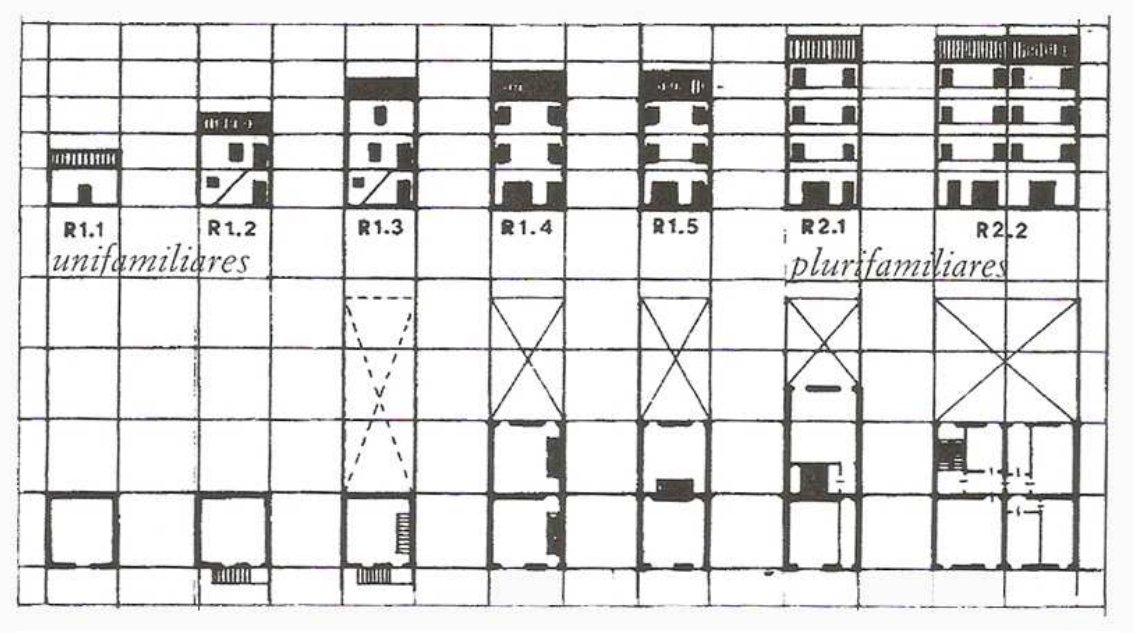


Figura 21: Reconstrução esquemática do desenvolvimento diacrônico das edificações de base em Roma.
Fonte: CANNIGIA & MAFFEI, 1995.

Essa análise dos desenvolvimentos diacrônicos recorre a um "flashback progressivo que se inicia na leitura de um estrato sincrônico atual dos edifícios" que permite "remontar-se ao chamado *tipo-base"* (CANIGGIA & MAFFEI, 1979 [1995], p. 60.) Ele é a *matriz elementar* de onde se originam os tipos derivados, sendo o elemento mais primário do conceito de casa.

Outro conceito de extrema relevância em seus estudos é o "*nível de tipicidade*". Para Caniggia, este nível é a intensidade com que se investigam as estruturas tipológicas segundo um aprofundamento progressivo. Este processo de decodificação pode ser feito até atingir um nível tido como máximo:

> "O nível de tipicidade máximo, se obtém, em teoria, quando conseguimos identificar um e somente um objeto com todas as atribuições que podemos conferi-los, com todos os traços que os determinam, que o fazem de algum modo totalmente oposto aos demais objetos, incluindo aqueles muito similares. Só nesse ponto encontraremos a coincidência entre um tipo edificado e um edifício, e só então teremos entendido, por meios críticos, a totalidade do tipo

> presente como consciência espontânea na mente do construtor, e obtido por sua vez a compreensão total de todos os traços característicos desse edifício. " (CANIGGIA & MAFFEI, 2001 [1995], p. 70, Tradução Nossa).

Caniggia esclarece que o nível de tipicidade máximo é, na prática, impossível de se obter, devido às imperfeições dos instrumentos críticos. Contudo, esse obstáculo não impede a obtenção de uma "compreensão total", na qual se contenta com uma aproximação progressiva desta totalidade. O mais importante nessa leitura é atingir o nível de tipicidade que seja útil para o objeto a qual se propõe.

Estes critérios e estudos tipo-morfológicos, embora tenham sido publicados apenas em 1979, guiaram os ensinamentos de Caniggia, inicialmente em Roma na década de 1960, e posteriormente em Florença na década de 1970. Eles foram postos em prática em projetos urbanos, como o do Centro Histórico de Isernia (1968)[62], do qual ele foi encarregado, e na famosa recuperação do Centro Histórico de Bolonha (1969), no qual ele foi consultor[63]. A equipe do projeto bolonhês, liderada pelos arquitetos Pier Luigi Cervelatti e Roberto Scannavini, munidos da leitura tipológica e da reflexão histórica como instrumento de análise, classificou as edificações existentes no centro histórico da cidade italiana em tipos-edificados. Buscando manter a homogeneidade do conjunto urbano, as intervenções de recuperação tinham como diretrizes contextuais um vocabulário tipológico. Foi essa experiência precursora, vista em seguida neste trabalho, que deu o pontapé inicial nos diálogos entre a preservação e o desenvolvimento urbano, até então tidos como posições conflitantes.

2.3. Morfologia Urbana e Patrimônio Cultural: o Caso de Bolonha (1969)

O "Plano para o Centro Histórico" da cidade de Bolonha, de 1969, conforme adiantado nesta tese, foi um caso paradigmático de articulação entre preservação patrimonial e desenvolvimento urbano, incorporando ao plano diretor municipal instrumentos de proteção ao seu característico tecido urbano e à comunidade tradicional que dele se apropriava. Mas além da sua importância como experiência precursora na inclusão proteção patrimonial como um problema central de discussão no planejamento urbano, ela também tem especial

[62] MAFFEI (ed.), 2003, p. 232.

[63] MOUDON, 2015 [1997], p. 44.

pertinência no desenvolvimento desta tese ao incorporar os estudos tipo-morfológicos empreendidos pela escola processual-tipológica como seu instrumento de análise no reconhecimento da cidade. A partir de uma leitura tipológica dos bens edificados no seu Centro Histórico, estabeleceram-se as diretrizes de intervenção e recuperação dos imóveis e quarteirões degradados. A seguir, apresenta-se um breve panorama desta experiência.

2.3.1. Antecedentes do "Plano para o Centro Histórico" de 1969

Até fins do século XIX, a cidade de Bolonha, que fora em tempos medievais uma próspera comuna livre no território do Sacro Império Romano-Germânico, tem seu crescimento estagnado. Durante séculos, ela compunha um núcleo urbano homogêneo formado por modesto casario com fachadas em tons terrosos confinado à uma muralha renascentista datada de 1390 (Figura 22). Com o fortalecimento econômico resultante da unificação italiana em 1870, e o seu consequente crescimento demográfico, tornou-se necessário expandir seu território urbano para além dos muros que a continha em sua aparência medieval. Nesse contexto, produz-se o "Plano Diretor e de Expansão" da cidade de Bolonha, em 1885. Aprovado em 1889, e com prazo de execução previsto para 40 anos, o plano demoliu as antigas muralhas da cidade, substituindo-as por alargamento de um anel viário já existente (Figura 23). A cidade iria se expandir a partir de uma malha viária em quadrícula conectada às vias do tecido urbano medieval intramuros, estendendo-se até um segundo anel viário proposto, definindo um novo limite para a Bolonha de fins do século XIX.



Figura 22: Mapa de Bolonha, 1582. A cidade envolta pela muralha renascentista de 1390.
Fonte: <http://historiccities.huji.ac.il/italy/bologna/ maps/ braun_hogenberg_IV_49.html>

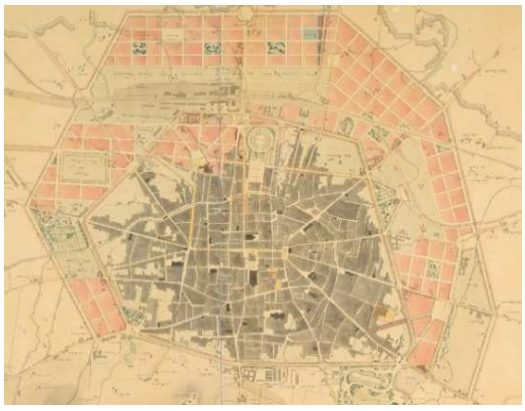


Figura 23: Mapa do Plano Diretor de Bolonha, 1889.
Fonte: <http://www.rapu.it/ricerca/jpg/Bologna 001.jpg>

Na década de 1940, em meio a Segunda Guerra Mundial e o regime fascista, a cidade de Bolonha ainda não havia atingido o grau de ocupação previsto no "Plano de Expansão" de

1889. Meio século havia se passado, contudo a expansão ainda se encontrava incompleta, com seu segundo anel viário não concluído e áreas verdes previstas não executadas. Neste cenário, a cidade de Bolonha foi intensamente bombardeada pelas Forças Aliadas durante a guerra[64], e como resultado da destruição, foi elaborado o" Plano de Reconstrução" (*Il Piani di Ricostruzione*) de Bolonha, em 1948. A orientação deste plano de caráter emergencial era a reconstrução dos edifícios destruídos pelos bombardeios dos anos anteriores que equivaliam a 44% da cidade.

Na década seguinte, apenas 50% do "Plano de Reconstrução" de 1948 havia sido executado. Em 1955, é elaborado um novo plano diretor para cidade, aprovado em 1958. Dentre as suas diretrizes, para o antigo núcleo histórico da cidade, constavam propostas de recuperação dos quarteirões em condições anti-higiênicas, que seriam posteriormente reformuladas com um novo plano específico para esta zona da cidade: o "Plano para o Centro Histórico de Bolonha" (1969).

2.3.2. "Plano para o Centro Histórico" de 1969: Metodologia de Intervenção

Por conta das alterações sofridas no conjunto urbano histórico com o Plano Diretor de 1889, a área delimitada pelo Plano de 1969 foi dividida em duas zonas. A primeira zona (zona A) corresponde a área onde o tecido histórico ainda conserva suas características e integridade, e que representa aproximadamente 75% do conjunto. A segunda zona (zona B) é justamente a área cujas modificações realizadas nos planos anteriores descaracterizaram a malha original.

O plano tinha como princípio uma preservação do centro histórico que não condenasse o seu uso no presente. Cervellati propunha "criar uma cidade antiga para uma nova sociedade moderna", e realizou pesquisas sociológicas buscando identificar padrões dentro do contexto urbano capazes de comunicar suas funções para as pessoas. O resultado dessa pesquisa revelou que o Centro Histórico de Bolonha era vivenciado pela sua população como um espaço multifuncional, repleto de expressividade e valores culturais. (BRAVO, 2009)

A metodologia operacional empregada por Cervellati e sua equipe constituiu na produção de uma classificação das edificações por grau de intervenção desejado, e na realização de um inventário tipológico do conjunto urbano do Centro Histórico. Logo, as intervenções

[64] Embora ocupada por tropas nazistas, a cidade concentrava um foco de resistência ao regime fascista (*Resistenza*), com participação do Partido Comunista Italiano (PCI), que desde o fim da Guerra (em 1945) até a década de 1990, manteve-se em poder através de eleições democráticas.

realizadas nas edificações teriam como diretrizes contextuais esse vocabulário tipológico, mantendo a homogeneidade que agrega valor ao conjunto urbano.

O grau de intervenção proposto nas edificações pelo Plano Diretor ia desde a restauração até a demolição, divididas em 6 categorias (Figura 24). As duas primeiras categorias, 1A e 1B, são das edificações cuja intervenção realizada deve ser a restauração. A categoria 1A é tida como uma restauração de vínculo absoluto, enquanto a 1B, de vínculo parcial, ou seja, a segunda permite um uso diferenciado do original. A categoria 2A recorre ao termo italiano *risanamento* – higienização, e propõe conservar características externas da edificação, assim como elementos estruturais que interferem em seu interior. A próxima categoria, a 2B, é chamada de reestruturação com vínculo parcial, onde o uso pode ser alterado, e certos elementos externos podem ser reestruturados contanto que atendam à linguagem tipológica do entorno. As últimas categorias são destinadas aos edifícios cuja falta de integridade levam à necessidade de demolição: 3A, demolição com reconstrução (condicionadas a inserção de novas construções que se integrem ao conjunto urbano homogêneo); e 3B, demolição sem possibilidade de reconstrução (para as edificações situadas em espaços onde é de interesse a presença de um vazio urbano com destinação pública, como áreas livres verdes ou pavimentadas). (CERVELLATI e SCANNAVINI, 1976, p. 31-36)

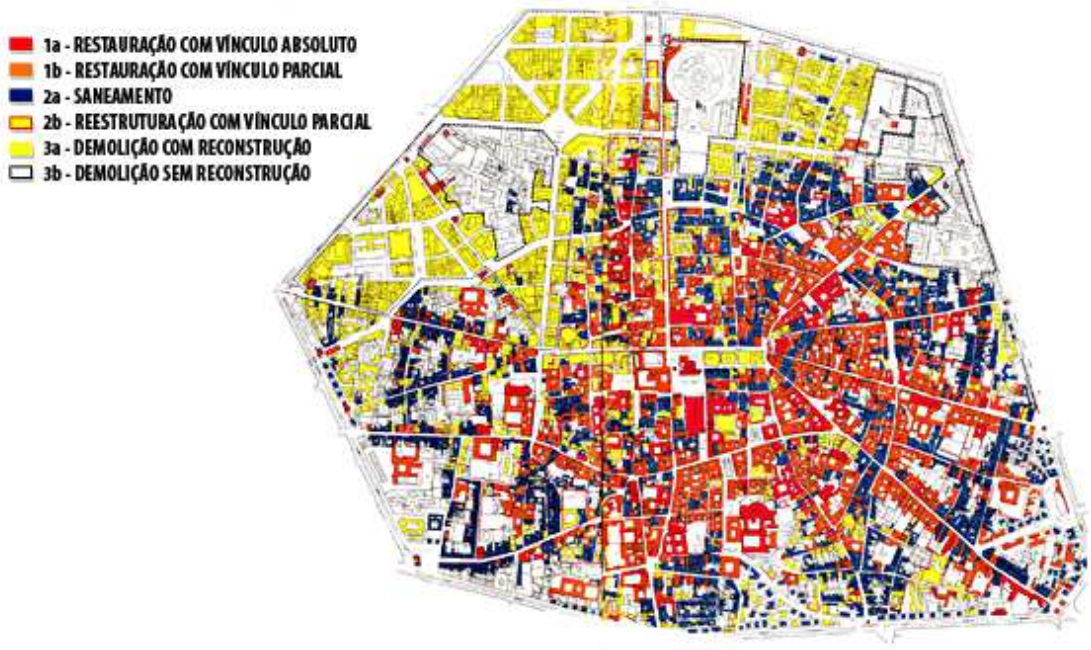


Figura 24: Plano para o Centro Histórico de Bolonha, 1969. Mapa de Intervenções.

Fonte: BRAVO, 2009.

Já o inventário tipológico foi dividido em quatro categorias no processo de classificação dos edifícios históricos do conjunto urbano de Bolonha (Figura 25). A primeira categoria (A), refere-

se ao que a equipe chamou de grandes contentores (ou containers), que representam grandes volumes edificados de uso público e especializado, como igrejas, palácios e conventos. A segunda categoria (B), é a dos pequenos contentores, que são edificações que apresentam pátios internos. A terceira categoria (C) é a dos edifícios de uso privado com característica tipológica particular: fachadas estreitas e extensa profundidade. A última categoria (D) é dos edifícios de uso privado com características tipológicas tradicionais derivadas por variação de escala da categoria anterior, ou sem características particulares. (BRAVO, 2009)

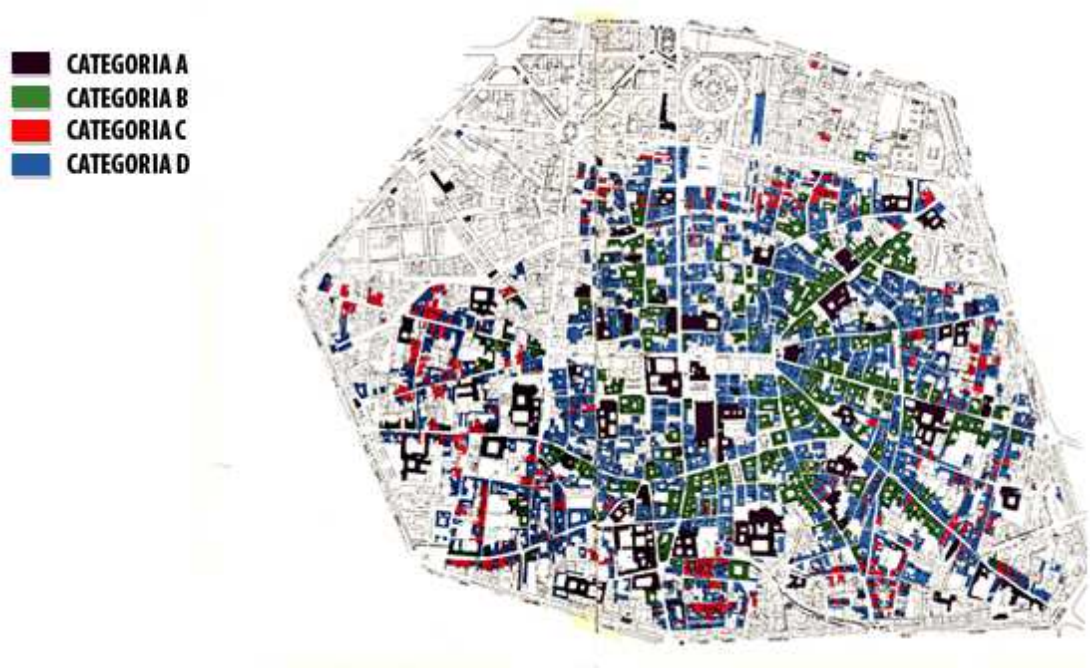


Figura 25: Plano para o Centro Histórico de Bolonha, 1969. Mapa de Tipologias.
Fonte: BRAVO, 2009.

O Plano de 1969, dividiu o Centro Histórico em trezes conjuntos urbanos homogêneos, de um ponto de vista morfológico, funcional e socioeconômico. Essa homogeneidade devia ser mantida nas intervenções realizadas, preservando o ambiente físico, e ao mesmo tempo os aspectos sociais agregados ao Centro Histórico, que se associavam a um grupo de residentes de baixa camada de renda e por atividades artesanais. A necessidade de manter essa característica sócio funcional do conjunto levou ao estabelecimento de políticas que integrassem a produção de habitação social com a recuperação física das edificações de interesse patrimonial. Em 1973, adotou-se o "*PEEP - Piano di edilizia economico-popolare*" (Plano de Construção Econômica e Popular) no Centro Histórico de Bolonha, onde recuperaram-se quarteirões de cinco dos treze conjuntos urbanos homogêneos (estes cinco em maior deterioração e em pior condição higiênica que os demais), com um destino residencial (Figura 26).



Figura 26: Bolonha. Plano de Construção Econômica e Popular (PEEP). Restauração de quarteirão na zona morfológica San Leonardo.
Fonte: BRAVO, 2009.

2.3.3. Desdobramentos do Plano de 1969

Dos resultados positivos dessa experiência, emergiu o conceito da "conservação integrada", definidos pelos documentos redigidos no "Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu" realizado em Amsterdã, no ano de 1975. Novos planos diretores foram produzidos para a cidade, como o "Plano Diretor Geral" (*Piano Regolatore Generale di Comune di Bologna*) de 1985. No referente a preservação patrimonial, ele estende as propostas de recuperação do conjunto urbano do Plano de 1969 (como as classificações tipológicas e as diretrizes de intervenções) às áreas circundantes ao centro histórico (periferia imediata), resultantes da expansão planejada de 1889.

Segundo Zancheti (2000), o sucesso da implantação do "Plano para o Centro Histórico de Bolonha" em seus primeiros anos, foi indiscutível. Mas a partir da década de 1990, as propostas de manutenção das componentes sociais confrontam-se com o considerável aumento no preço dos imóveis. Sampaio (2017) observa atualmente (Figuras 27 a 30) processos de "gentrificação" que seriam:

> "(...) impulsionados pelo turismo e pela Universidade de Bolonha, que vem sendo desencadeados por mudanças político-administrativas e na revisão dos marcos legais que protegiam o aluguel de interesse social." (SAMPAIO, 2017, p. 52).

Em contraponto à administração municipal de esquerda que capitaneou, nas décadas precedentes, ações de recuperação do centro histórico articulados a políticas habitacionais, o contexto contemporâneo é da competitividade global. Um novo plano diretor para a cidade foi desenvolvido em 2008, o "Plano Estrutural Municipal", tendo como estratégia a afirmação de Bolonha como uma "cidade europeia", metropolitana de caráter multifuncional, internacional e multicultural. Portanto, os novos rumos urbanísticos de Bolonha distanciam-se tanto das renovações higienistas que perduraram até meados do século XX, quanto das propostas de recuperação dos conjuntos urbanos históricos que permearam o Plano de 1969.



Figura 27: Via San Leonardo, em Bolonha.

Fonte: SAMPAIO, 2017.



Figura 28: Via San Leonardo, em Bolonha..

Fonte: https://www.flickr.com/photos/nebbiadilondra/8015379054/in/album-72157621894800018/



Figura 29: Via Clavature, em Bolonha.

Fonte: https://www.flickr.com/photos/bat21bat21/albums/72157627683625498



Figura 30: Via San Vitale, em Bolonha.

Fonte: https://www.flickr.com/photos/32165283@N03/4367900658/

2.4. Uma abordagem morfológica do patrimônio cultural edificado

Com base no referencial teórico apresentando sobre morfologia urbana e leituras tipo-morfológicas, apresenta-se os procedimentos metodológicos concebidos para estruturar os estudos a serem empreendidos nesta tese. Adotou-se uma abordagem morfológica para estes

procedimentos, centrada na compreensão dos processos de transformação que resultam na configuração atual do objeto contemplado, e no estudo da relação deste com seu contexto imediato. No percurso da tese, essa abordagem é verificada em três capacidades diferenciadas:

- Como um instrumento de compreensão da noção de patrimônio;
- Como um instrumento de apreensão da forma urbana;
- Como um instrumento de análise do patrimônio cultural edificado.

2.4.1. A abordagem morfológica como instrumento de compreensão da noção de patrimônio

Como demonstrado no primeiro capítulo desta tese, a noção de "patrimônio" é um produto em periódica ressignificação. Desde a emergência do culto das antiguidades, no século XV, até as compreensões mais contemporâneas do "patrimônio cultural", decorreu-se ao longo de 600 anos um complexo processo de transformação em seus conteúdos, verificando-se uma progressiva diferenciação tipológica. Neste percurso, encontram-se noções consolidadas e preeminentes, com características próprias, e diferenciáveis das que as antecederam e lhe foram sucessoras. Essas concepções de fácil reconhecimento podem ser consideradas tipologias da noção de patrimônio, ao transpor os estudos da análise da forma física presentes nas escolas de morfologia urbana para um campo de investigação abstrato. A noção de patrimônio seria, portanto, essa concepção abstrata cuja idealização possui uma forma imaterial – uma estrutura – que lhe é característica, e passível de transformação ao longo do tempo - tal como o tipo - para atender as demandas do contexto em que se insere. Essa afirmação constitui a base da hipótese de ordem metodológica desta tese.

No primeiro capítulo, discorreu-se, sobre três fases do processo de preservação patrimonial no mundo ocidental – particularmente da Europa – que se vinculavam a terminologias específicas para cada noção de patrimônio nestes três respectivos momentos. Estas terminologias, com seus conteúdos próprios, seriam equivalentes a "tipologias da noção de patrimônio": cada uma representaria um tipo específico, determinado por características que o diferenciaria dos demais.

A noção de patrimônio equivalente às antiguidades seria o tipo-base nesse processo de sucessivas transformações. Esta tipologia seria caracterizada por reconhecer uma pluralidade de objetos como dignos de valor, desde os monumentos arquitetônicos até os instrumentos e artefatos móveis de pequena dimensão. Com relação à cronologia deste conteúdo, estes

eram limitados às produções do mundo clássico greco-romano, revelando sua associação com a sua nomenclatura usual de "antiguidades". Este tipo também pode ser identificado pelas ações de proteção patrimonial que ele estrutura. No caso em questão, com relação às antiguidades de caráter edificado, esta proteção era restrita, salvo exceções, a uma "preservação de papel " através dos registros nos inventários elaborados pelos antiquários.

O segundo tipo seria aquele da fase do "monumento histórico", partindo do tipo-base das antiguidades. Caracterizado por uma associação ao objeto de caráter edificado, ele em teoria compreende todos os bens anteriores à revolução industrial. Na prática, contudo, priorizou a valorização de bens edificados medievais, com particular atenção aos de função religiosa. Com relação às ações de proteção, o "monumento histórico" esteve atrelado a intervenções restauradoras, e marcou o surgimento dos instrumentos jurídicos que possibilitaram a tutela dos bens edificados aos cuidados do Estado, tal como o tombamento, *o listing e o classement*.

O último, e mais recente, tipo das noções de patrimônio seria o da fase dos "patrimônios culturais". Derivando da tipologia anterior, ele é caracterizado pela ampliação de suas fronteiras, incorporando uma pluralidade de bens materiais (monumentos arquitetônicos, conjuntos urbanos, sítios históricos e paisagens naturais) e imateriais (tradições e costumes), e um corte cronológico cada vez mais próximo da contemporaneidade. No referente às ações de proteção patrimonial, os instrumentos jurídicos presentes na tipologia precedente são aprimorados, agregando novas categorias de proteção, tais como as *conservation areas* e os *secteurs salvaguardés*.

Na leitura empreendida evidenciam-se com os três tipos apresentados, características em seus conteúdos que permitem diferenciá-los entre si. Tais características são respostas à critérios pré-estabelecidos de análise, configurando um guia de questionamentos no processo de compreensão do objeto estudado. Os três critérios adotados foram:

- A tipologia edificada que a noção valoriza,
- O campo cronológico que a noção comporta,
- E as ações de proteção patrimonial que elas engendram.

Considerando os conceitos desenvolvidos por Caniggia (1995 [1979]), essa transposição da leitura dos processos de transformação das edificações de base, em suas componentes físicas, para um procedimento análogo que procura compreender o processo de construção da noção de patrimônio, também incorre em uma decisão acerca do "nível de tipicidade" a ser adotado. Limitando a leitura nestes critérios de análise, obteve-se apenas estes três tipos de

noção, contudo um maior aprofundamento nos questionamentos resultaria em outras tipologias, intermediárias aos tipos apresentados.

Essas tipologias intermediárias seriam derivações no *continuum* do processo de transformação das noções de patrimônio em seu percurso cronológico. Entre a fase das "antiguidades" e do "monumento histórico", destaca-se a emergência das "antiguidades nacionais" que parte do tipo-base em uma derivação do critério do seu campo cronológico, ampliado para incorporar os bens da idade medieval. Da mesma forma, entre a fase do "monumento histórico" e do "patrimônio cultural", verifica-se uma derivação no critério das tipologias construtivas valorizadas. Embora os conjuntos urbanos só passem a ser valorizados nesta última fase, em meio ao processo de transformação inicia-se uma preocupação com as perspectivas dos monumentos edificados, estendendo a tutela destes ao seu entorno imediato.

As noções contemporâneas de patrimônio, portanto, são um resultado desse percurso de transformação, de meio milênio, no qual se evidenciam as tensões entre os diversos posicionamentos acerca do que se se revelaria como digno à proteção para gerações futuras. Os inventários dos antiquários, as doutrinas antitéticas de Ruskin e Viollet Le-Duc, as sínteses de suas contribuições, e entre outras discussões empreendidas no primeiro capítulo, apesar de sua distância temporal com as noções contemporâneas, são essenciais na sua efetiva compreensão, pois estas são partes integrais de sua composição. São as superações aos limites que cada tipo se depara em seu contexto espaço-temporal, as condicionantes para sua transformação, e conseguinte configuração em seu conteúdo atual.

2.4.2. A abordagem morfológica como instrumento de apreensão da forma urbana

Este procedimento encontra-se melhor associado ao terceiro capítulo da tese, que visa apresentar o processo de reconhecimento patrimonial na cidade do Rio de Janeiro, articulado às transformações em sua forma urbana. Em contraponto ao anterior, ele é uma aplicação direta dos estudos de morfologia urbana, que articula as duas categorias de processos urbanos apresentadas por Kostof (1993 [1991]): o das forças que configuram a forma urbana, agindo no campo de discussão das políticas patrimoniais e das decisões urbanísticas; e o das transformações físicas por qual a cidade passa a partir das ações dos primeiros. Verifica-se neste segundo processo, tanto a permanência de bens edificados no tecido urbano quanto as destruições e renovações urbanísticas em nome do desenvolvimento.

Se no procedimento anterior, destacavam-se as tensões presentes na construção da noção de patrimônio, agora são essas noções e suas ações de preservação de bens edificados que são colocadas em discussão junto à perspectiva do desenvolvimento urbano. Procura-se refletir sobre a dialética entre os processos de preservação patrimonial e as transformações urbanas na Área Central da cidade do Rio de Janeiro. O tombamento de bens edificados em uma área em que se prevê renovação urbana interfere na execução de propostas urbanísticas prévias ao reconhecimento patrimonial. Por outro lado, a ameaça da renovação instiga uma possível proteção de um bem de interesse patrimonial. Os embates e diálogos entre as forças da preservação e do desenvolvimento transformam o tecido da cidade e, logo, deixam vestígios em sua forma urbana. Contudo, nem todos os vestígios do passado que se verificam na cidade são frutos de uma atuação patrimonial. Procura-se apreender, com base nessas ações por vezes conflitantes, a situação atual da cidade da Área Central da cidade do Rio de Janeiro em suas características formais, e o quanto da forma existente é, portanto, resultado desses processos de preservação patrimonial.

2.4.3. A abordagem morfológica como instrumento de análise do patrimônio cultural edificado

O último procedimento metodológico consiste em incorporar elementos da leitura dos tipos-edificados, na análise do patrimônio cultural edificado da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, em sua situação atual. Ele é a transposição de um arcabouço teórico da morfologia urbana, para o estudo do patrimônio de dimensão edificada. Nos estudos empreendidos por Caniggia (1995 [1979]), a edificação, objeto singular no espaço urbano, pode ser reconhecida como um tipo-edificado, um elemento abstrato designado por suas características gerais, coincidentes com outras edificações no mesmo contexto espaço-temporal. Propõe-se, nesta tese, recuperar essa concepção para o estudo do patrimônio cultural edificado, que equiparado à edificação singular, pode ser reconhecido também por suas características gerais, configurando tipologias patrimoniais.

O patrimônio cultural edificado – ou o bem patrimonial - assim como a edificação, é um elemento singular na cidade. Ele é distinto da edificação, embora encontre-se articulado a ele no contexto urbano. Uma mesma edificação pode possuir mais de um bem patrimonial, e em capacidade inversa, um único bem patrimonial pode-se referir a mais de uma edificação no espaço urbano. Para melhor explicitar essa diferenciação, apresenta-se o caso do edifício do "Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ", localizado no Largo de São Francisco,

incluído no recorte de estudos da tese. A DPHAN, então órgão de tutela patrimonial federal, tomba, por suas qualidades históricas, o adro e as escadarias do imóvel, no ano de 1962. Configura-se, então, um bem patrimonial articulado a uma edificação. O restante do imóvel só teria proteção em 1983, com a tutela do INEPAC, o órgão de atuação estadual. O bem protegido pelo INEPAC, não era o mesmo tutelado pela esfera federal: possuíam valores e contextos de valoração diferentes, e abrangências distintas, embora associados a um único imóvel. Logo, configuram-se bens patrimoniais diferentes, que incidem sobre uma mesma edificação.

Já as tipologias patrimoniais seriam uma abstração que sintetiza as características gerais desse bem patrimonial singular. Contudo, não se propõe nessa análise criar classificações tipológicas gerais para estes bens patrimoniais. Estudos anteriores (MATTOS, 2013) revelaram que a contribuição dessa leitura tipológica não está em um produto finalizado, que descreve sinteticamente um determinado grupo de objetos, mas sim no processo de aplicação do procedimento metodológico. As análises que resultam dos questionamentos que o método propõe são mais relevantes na compreensão do objeto estudado, do que as sínteses que elas podem proporcionar. Logo, a tese não pretende apresentar um inventário de tipologias patrimoniais, e sim utilizar de instrumentos da leitura tipo-morfológica como guia de questionamentos para compreensão do processo de preservação. De igual maneira, não se pretende realizar nesta tese uma demonstração da aplicação do método, valendo-se dos instrumentos previstos na metodologia para explicitar determinadas análises, quando necessário.

Além disto, tendo como referência o papel prescritivo anunciado por Moudon (2015 [1997]) como sendo característico da abordagem morfológica tipológica-processual, as análises que serão empreendidas nesta tese têm como um de seus objetivos o vislumbre de possíveis revisões na situação patrimonial atual da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Portanto, serão feitos questionamentos que não necessariamente colaborem para a compreensão do processo de preservação dos bens edificados, em seu ato de identificação e reconhecimento como um patrimônio perante o Estado – ou seja, o momento de aplicação de instrumentos como o tombamento ou de instituição de áreas de preservação: sua valoração. Certos critérios de análise terão como foco uma apreensão da situação atual desse patrimônio, posterior ao seu reconhecimento legal pelo Estado. Estes relacionam-se com a sua valorização como um bem patrimonial, e indicam o sucesso da ação de preservação, ou seu fracasso, expondo as vulnerabilidades do sistema vigente de proteção, e por conseguinte subsidiam materiais para revisões.

2.5. Procedimentos de Leitura Tipo-Morfológica do Patrimônio Cultural Edificado

As leituras tipo-morfológicas propostas a seguir irão permear os terceiro e quarto capítulos desta tese. No terceiro, focando os bens que já receberam reconhecimento patrimonial, através do instrumento de tombamento, as análises visam contribuir no estudo do processo de preservação na Área Urbana Central da Cidade do rio de Janeiro. Já no quarto capítulo, as leituras tipológicas são empregadas com objetivo de compreender a presente situação dos bens edificados nos recortes espaciais aprofundados (áreas de análise) e detalhados (quadras-detalhe), incluindo-se nestes os imóveis que já obtiveram reconhecimento patrimonial, assim como aqueles sem proteção – sejam estes passíveis, ou não, de uma valoração por parte dos órgãos de preservação.

É importante salientar as divergências entre os objetos de estudo dos morfologistas italianos, e aqueles analisados nesta tese. No caso das leituras empreendidas por Caniggia, seus objetos de análise eram históricas cidades italianas de sedimentação milenar no território, cujas edificações não-especializadas passam por processos tipológicos de longa duração, frutos de consciência espontânea por parte da população que as constroem frente às necessidades de seu tempo.

Tendo a Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro como recorte espacial mais abrangente nesta tese, reconhece-se sua curta história em comparação às italianas, assim como a sua rápida velocidade de transformação nos últimos dois séculos. Além disso, não os processos tipológicos materiais das construções são de interesse para o trabalho, e sim as transformações sofridas nas concepções patrimoniais, que comportam questões imateriais, como o valor do bem protegido. Não se pretende, aqui, fazer uma replicação dos procedimentos metodológicos das consagradas escolas morfológicas, e sim extrair destas algumas possibilidades de aproximação entre as análises dos morfologistas com o tema do patrimônio cultural edificado> Junto a esta aproximação, articulam-se contribuições metodológicas de estudos anteriores (MATTOS, 2013) de leituras tipo-morfológicas na cidade do Rio de Janeiro.

Nesta tese, optou-se por investigar tipologias patrimoniais com um nível de tipicidade que comporta quatro categorias tipológicas, cada uma imbuída de critérios – ou questionamentos – que tem como respostas determinadas características do objeto contemplado. São estas:

- A materialidade do bem patrimonial;
- Os valores do bem patrimonial;
- A apropriação do bem patrimonial;
- E a abrangência do bem patrimonial.

Tendo como referência o recorte espacial intermediário do *conjunto projetual* da Avenida Presidente Vargas, convencionou-se alguns grupos classificatórios como respostas aos questionamentos, a partir de análises subsidiadas por visitas de campo[65], levantamentos cartográficos e iconográficos, e pesquisas em arquivos[66]. A pesquisa contemplou uma variedade de bens edificados (cerca de 2000 imóveis), desde os tombados até aqueles sem nenhuma proteção ou interesse patrimonial. O material coletado, por sua vez, foi analisado e subsidiou a produção de um inventário do patrimônio cultural edificado nos cinco recortes espaciais aprofundados da tese: as áreas de análise. O inventário[67] contém informações, como: o endereço do imóvel, o número de pavimentos, seus usos originais e atuais, seu grau de proteção, a sua inclusão em área tutelada, seu tipo edificado e sua data de construção aproximada. Estes dados foram agregados também a análises específicas de estudo patrimonial, tais como: a linguagem arquitetônica da fachada, o valor arquitetônico que o imóvel agrega ao conjunto, seu grau de caracterização arquitetônica e seu estado de conservação – elementos que integram as categorias estabelecidas nos procedimentos metodológicos a serem detalhados a seguir.

[65] Nos meses de agosto de 2016 e fevereiro de 2017, foram realizadas visitas de campo aos recorte espaciais de estudos da tese, no qual foram feitos registros fotográficos, e coletadas informações de uso e gabarito de mais de 2000 imóveis. Estas visitas tiveram apoio de bolsistas de iniciação científica do LAPA – Laboratório de Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas, do PROURB-UFRJ, sob orientação da prof.ª Drª. Andréa Borde.

[66] Nos meses de maio a julho de 2016, e no mês de julho de 2017, foram realizadas visitas aos seguintes arquivos e órgãos patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro com objetivo de registrar processos de tombamento, e fichas de inventário: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade).

[67] O inventário de bens edificados oi produzido, em parte, com apoio de bolsistas de iniciação científica do LAPA - Laboratório Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas, coordenado pela prof. ª Drª. Andréa Borde. Parte deste banco de dados, referente às quadras-detalhe do recorte espacial da pesquisa, é apresentado no Apêndice C da tese.

2.5.1. A materialidade do bem patrimonial

A primeira categoria tipológica refere-se à materialidade do bem patrimonial. Das quatro apresentadas neste procedimento, é aquela cujas análises encontram-se mais próximas dos estudos morfológicos empreendidos pela escola tipológica-processual, com foco na dimensão física e material do objeto protegido. Dentre os critérios de questionamento desta categoria, encontram-se:

- A dimensão do bem patrimonial;
- O contexto de produção do bem patrimonial;
- A linguagem arquitetônica do bem patrimonial;
- O grau de caracterização arquitetônica atual do bem patrimonial;
- O estado de conservação atual do bem patrimonial;
- O valor de integração atual do bem patrimonial para o conjunto urbano no qual se insere;

a) A dimensão do bem patrimonial:

O primeiro critério que se apresenta é a que se intitula de dimensão do bem patrimonial. Refere-se à questão de como o patrimônio encontra articulado aos elementos físicos do espaço urbano. Estes podem ser:

- uma parte específica de uma edificação;
- um imóvel em sua totalidade;
- um conjunto edificado (agrupamento de edificações);
- um conjunto urbano (um agrupamento de conjuntos edificados);
- um monumento intencional, ou um mobiliário urbano (como chafarizes);
- uma obra paisagística, como uma praça ou um parque;

Neste caso, ocorrem sobreposições de bens patrimoniais que incidem em uma mesma materialidade. Um exemplo na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, é o edifício do Paço Imperial. O imóvel em sua totalidade foi tombado pelo SPHAN em 1938, constituindo-se por si só, um bem patrimonial com valores próprios. Em 1992, o órgão, com a designação de IBPC, tombou o conjunto urbano formado pela "Área central da Praça Quinze de Novembro e imediações", incorporando o edifício do Paço Imperial em seu perímetro de proteção. Este último, portanto, é também um bem patrimonial, com valores e contextos distintos ao primeiro, embora ambos compartilhem em partes uma mesma materialidade.

b) O contexto de produção do bem patrimonial:

O contexto de produção do bem patrimonial, distingue-se do seu contexto de valoração. Ele refere-se ao momento de construção do bem, e à sua existência no ambiente urbano analisado. Ele colabora na compreensão do processo de preservação, uma vez que auxilia a determinar os campos cronológicos comportados pelas distintas noções de patrimônio que fazem parte deste percurso. Os resultados foram classificados nos seguintes grupos[68]:

- De produção anterior à década de 1870: estes representam seletos imóveis no objeto de estudo, em particular, bens monumentais tombados como igrejas, edificações civis, e palácios.
- Com produção entre os anos de 1870-1920: estes representam uma significativa parcela dos bens tombados e preservados no recorte espacial intermediário de análise, particularmente associados à pequenas edificações como sobrados.
- Com produção entre os anos de 1920-1935: estes representam os bens edificados referentes ao início da verticalização da cidade.
- Com produção entre os anos de 1935-1965: esta classificação comporta a parte mais significativa dos bens edificados que compõem o eixo da Av. Presidente Vargas.
- Com produção entre os anos de 1965-1980: representam exemplares pontuais, em maior parte verticalizados.
- Com produção entre os anos de 1980-2000: assim como a classificação anterior, referem-se a alguns poucos exemplares, tal como as novas arquiteturas construídas com objetivo de se integrar volumetricamente aos conjuntos urbanos preservados.
- Com produção entre os anos de 2000 em diante: refletem as inserções contemporâneas em meio às áreas de preservação patrimonial da Área Central.

c) A linguagem arquitetônica do bem patrimonial:

Junto ao critério anterior, articula-se o questionamento da linguagem arquitetônica empregada na fachada dos bens patrimoniais. Considera-se a linguagem como um vocabulário de elementos e configurações empregadas nas fachadas dos edifícios. As análises deste critério, por sua vez, contribuem na datação do bem, e na compreensão do seu contexto de produção. Os resultados foram classificados nos seguintes grupos:

[68] Para o estabelecimento destas datas, foram consideradas as históricas cartografias cadastrais e plantas-perspectivadas que abrangem a Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro. O material consultado está listado nas referências da tese.

- Com linguagem colonial: estes associam-se com produção anterior a 1870, no qual destaca-se a presença de revestimentos em pedra e cal, e vãos com verga em arco abatido (Figura 31).
- Com linguagem clássica e/ou eclética: a leitura tripartida da fachada entre embasamento, corpo e coroamento da arquitetura acadêmica está explícita nesses bens edificados, dentre eles os inúmeros sobrados (Figura 32) que compõem a massa preservada de imóveis na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.
- Com linguagem proto-moderna: representam o início da verticalização na cidade, e a redução das ornamentações. Caracterizam-se por bens edificados com fachadas de simples *motifs* geométricos (Figura 33), como os em estilo *art-déco*.
- Com linguagem moderna e/ou contemporânea: associados à produção a partir de meados do século XX, os bens edificados desta categoria destacam-se pela omissão dos adornos da arquitetura acadêmica. Caracterizam-se pelos panos envidraçados ou de janelas em fita, assim como o uso chapas metálicas como revestimento em suas fachadas (Figura 34).
- Irreconhecíveis: representam casos excepcionais (Figura 35), no qual sucessivas intervenções e/ou deteriorações na fachada dos bens imóveis impossibilita a leitura de uma linguagem predominante.



Figura 31: Linguagem Colonial: Rua Leandro Martins, 38.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 32: Linguagem Clássica e/ou Eclética: Rua da Candelária, 74.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

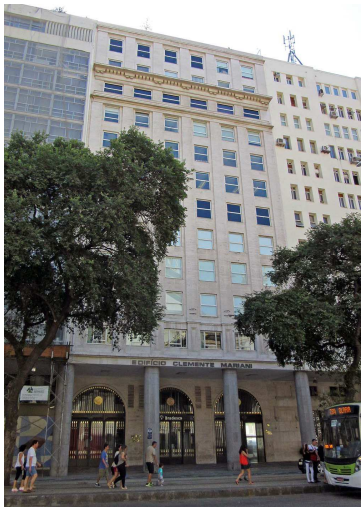
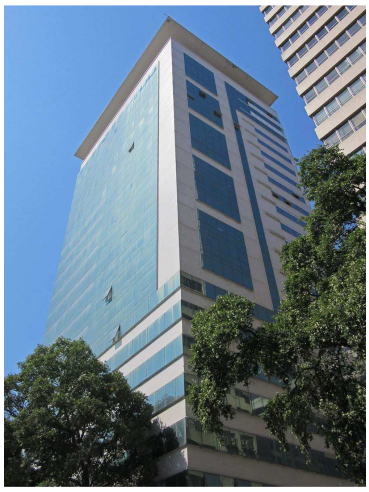


Figura 33: Linguagem Proto-moderna: Praça Pio X, 98.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.





No lado esquerdo:

Figura 34: Linguagem Contemporânea: Rua Primeiro de Março, 118.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

No lado direito:

Figura 35: Linguagem irreconhecível: Rua Visconde de Inhaúma, 55.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

d) O grau de caracterização arquitetônica atual do bem patrimonial:

Avistando a possível revisão dos bens patrimoniais analisados, incorpora-se nessa categoria questões referentes a conservação e caracterização da materialidade dos imóveis. Estes são critérios que incidem diretamente na preservação dos bens patrimoniais, e servem como indicativos da relevância do bem no momento presente, tendo em vista sua valoração no passado.

O primeiro dos critérios referentes a essa questão, é o do grau de caracterização arquitetônica atual do bem patrimonial. Neste caso, analisa-se, individualmente, o quão representativa a fachada do imóvel na contemporaneidade é da sua linguagem arquitetônica original. Portanto, ela refere-se às intervenções que o bem patrimonial sofreu ao longo do tempo – desde sua construção, passando por seu futuro momento de valoração, até a sua configuração presente.

As classificações utilizadas neste critério tiveram como referência as fichas inventariais produzidas pelos sucessivos órgãos patrimoniais da PMRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, atualmente com a designação de IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. São estas:

- Caracterizado: A fachada do bem edificado apresenta suas características originais, e as subsequentes intervenções preservaram a leitura da linguagem arquitetônica original (Figura 36).
- Descaracterizado recuperável: A fachada do bem edificado sofreu intervenções reversíveis, como o fechamento e/ou abertura de vãos, substituição de esquadrias por vedações inadequadas e desconexas à linguagem do imóvel, e inserção de elementos

que poluem visualmente a fachada, como marquises e equipamentos de ar condicionado (Figura 37).

- Descaracterizado irrecuperável: A fachada do bem edificado sofreu intervenções irreversíveis (Figura 38), como a substituição completa dos vãos, ou a demolição de pavimentos ou coroamentos originais da construção,
- Em Ruínas: Neste caso restam apenas vestígios da construção original (Figura 39).
- Não se Aplica/Não tem valor patrimonial: Como uma das propostas de empreender esse estudo é o possível reconhecimento de valores em imóveis ainda não preservados, juntamente aos bens protegidos serão analisados tanto bens sem proteção que tem qualidade para serem alvo de atuação patrimonial (enquadrando-se nas classificações anteriores) quanto aqueles que não possuem proteção, e também não fazem jus a tal prática. São estes últimos os alocados nesta classificação.



Figura 36: Imóvel caracterizado: Rua Barão de São Félix, 40

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 37: Imóvel descaracterizado recuperável: Rua Barão de São Félix, 60

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 38: Imóvel descaracterizado irrecuperável: Rua Barão de São Félix, 88.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 39: Imóvel em ruínas: Rua Barão de São Félix, 52

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

e) O estado de conservação atual do bem patrimonial:

O próximo critério de análise visando a revisão dos bens patrimoniais é o referente ao seu estado de conservação, sendo reflexo direto do processo da valorização do bem desde seu contexto de valoração. As classificações tiveram como referência as fichas inventariais do atual IRPH, tal como no critério anterior. São estas:

- Excelente: A fachada do bem edificado não apresenta elementos faltantes, e nem se encontra em deterioração (Figura 40).
- Bom: A fachada do bem edificado encontra-se em boas condições, porém podendo apresentar manchas na pintura ou leve descamação no revestimento e nas esquadrias (Figura 41)

- Regular: A fachada do bem edificado encontra-se íntegra, porém registra problemas como manchas de infiltração, descamações, e esquadrias faltantes ou danificadas. (Figura 42).
- Ruim: A fachada do bem edificado encontra-se em risco, com revestimento em partes sem reboco e expressiva danificação ou inexistência de esquadrias.



Figura 40: Imóvel em estado de conservação excelente: Rua Néri Pinheiro, 299.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 41: Imóvel em estado de conservação bom: Rua Correia Vasques, 31.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 42: Imóvel em estado de conservação regular: Av. Salvador de Sá, 222.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

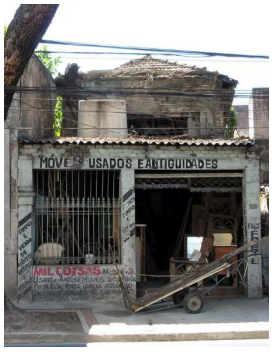


Figura 43: Imóvel em estado de conservação ruim: Av. Salvador de Sá, 176
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

f) O valor de integração atual do bem patrimonial para o conjunto urbano no qual se insere:

Reconhecendo que as análises empreendidas nos recortes espaciais desta tese encontram-se em áreas de preservação patrimonial, e que seus estabelecimentos partem da apreensão de um determinado e característico tecido urbano, optou-se por incluir nos procedimentos metodológicos um critério de questionamento que ponderasse o potencial do bem edificado em relação ao conjunto preservado – o quão integrado este imóvel está ao seu contexto, em termos do valor patrimonial da área preservada.

As classificações utilizadas neste critério tiveram como referência o documento intitulado "Estudo Arquitetônico do Largo de São Francisco", produzido pelo "Projeto Corredor Cultural" em 1985, no qual apresenta-se a metodologia empreendida pela supracitada equipe no reconhecimento patrimonial do Largo de São Francisco e suas imediações, na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. No documento em questão, as análises de valor arquitetônico estariam condicionadas à definição de um "tipo arquitetônico", portanto, incorporando as leituras tipo-morfológicas da escola italiana:

> "[...] admitimos um *"tipo arquitetônico"* mais frequente na área em estudo, onde influi não só o estilo que norteou o projeto arquitetônico, mas também o tipo de composição, a volumetria, e principalmente a linguagem de uma determinada época, que independentemente do purismo formal que determinaria o estilo permite o agrupamento de edifícios ecléticos, neo-clássicos ou art-nouveau num mesmo "tipo arquitetônico, o qual será nosso valor de referência. " (PROJETO CORREDOR CULTURAL, 1985, s.p., Grifo do autor)

Estabelecendo-se uma tipologia mais frequente para as áreas analisadas, através de uma leitura geral do contexto, a equipe do Corredor Cultural definiu este tipo recorrente como a classificação principal do conjunto, no qual os demais imóveis do entorno estariam integrados ou conflitantes.

> "Uma vez estabelecido o tipo "*arquitetônico*" considerado integrado principal, obtém-se por analogia outros dois tipos, qual seja, o integrado excepcional cujo valor excede ao *"tipo"* que nos serve de padrão, e o integrado referencial, cujo modelo de arquitetura se referencia ao *"tipo principal"*, porém de maneira muito mais modesta
>
> [...]
>
> Em oposição a esses classificamos como conflitantes os edifícios cujo valor arquitetônico rompe com o padrão de nossa área de estudo, entrando em conflito com a tipologia utilizada como referência. " (PROJETO CORREDOR CULTURAL, 1985, s.p., Grifo do Autor)

Utilizando da metodologia da equipe, as análises a serem realizadas neste trabalho incorporam essas classificações na leitura de múltiplas áreas de preservação nos recortes espaciais da tese, para além dos confins do Corredor Cultural. São estas:

- Integrado Excepcional: Tendo como referência a tipologia recorrente da área de preservação, essa classificação reflete os bens edificados com valor excepcional, seja pela sua arquitetura ou dimensão histórica (Figura 44). Comumente esses são bens tombados, cujo valores independem da existência do conjunto preservado.
- Integrado Principal: Representa os bens edificados com volumetria e linguagem arquitetônica característica da área de preservação (Figura 45).
- Integrado Referencial: Esta classificação reflete bens edificados que apesar de não pertencerem a tipologia recorrente, agregam valor ao conjunto pela sua qualidade arquitetônica, volumetria compatível ao entorno. São comumente exemplares mais

tardios à tipologia recorrente (Figura 46), ou aqueles construídos mais recentemente com explícito objetivo de se integrar ao conjunto.

- Conflitante Recuperável: Diferentemente da classificação de "descaracterização recuperável" do critério de grau de caracterização arquitetônica, que analisa o bem edificado individualmente, aqui o foco está na relação do imóvel com o conjunto. Logo, um bem descaracterizado de forma irrecuperável em termos da sua própria linguagem arquitetônica pode ser considerado conflitante recuperável para o conjunto, caso sua volumetria e elementos originais sejam condizentes com a da área preservada (Figura 47). Mediante uma intervenção, este bem edificado sairia desta classificação de conflitante e passaria à nível de integrado referencial.
- Conflitante Irrecuperável: Reflete os bens edificados cuja volumetria, ritmo dos vãos, e linguagem arquitetônica não agregam valor ao conjunto preservado (Figura 48).

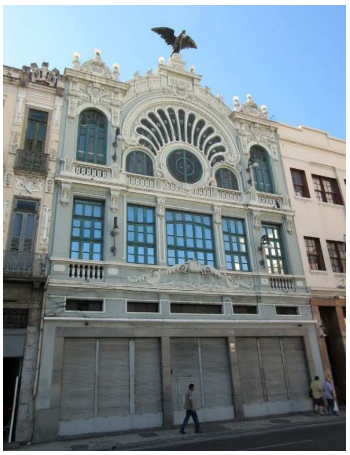


Figura 44: Integrado Excecpional para o Corredor Cultural: Av. Passos, 36-38.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 45: Integrado Principal para o Corredor Cultural: Rua Luís de Camões, 22.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 46: Integrado Referencial para o Corredor Cultural: Av. Passos, 34.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.





No lado esquerdo:

Figura 47: Conflitante recuperável para o Corredor Cultural: Rua Senhor dos Passos, 55.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

No lado direito:

Figura 48: Conflitante irrecuperável para o Corredor Cultural: Rua Buenos Aires, 183.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

2.5.2. Os valores do bem patrimonial:

O reconhecimento de valor é uma etapa essencial no processo de preservação patrimonial, conforme verificado desde as primeiras experiências do campo no século XV, e persiste como uma discussão central nos debates contemporâneos acerca do tema. Nesta categoria, os questionamentos a serem contemplados no estudo do bem patrimonial são:

- O seu valor aferido;
- O seu contexto de valoração;
- O proponente da valoração;
- E os seus valores possíveis;

a) O valor aferido ao bem patrimonial:

Com relação aos valores aferidos, elencam-se aqueles que foram atribuídos ao bem pelos órgãos de proteção que o reconheceram como um patrimônio a ser salvaguardado para a posteridade. Como visto no capítulo anterior, no caso brasileiro, o IPHAN - órgão vigente de proteção em esfera federal - inscreve seus bens tombados em quatro livros do tombo, cada um referente a uma determinada categoria de valor, segundo os preceitos descritos no Decreto-lei nº 25 de 1937, dentre eles: valores artísticos (Livro do Tombo da Belas Artes), históricos (Livro do Tombo Histórico), paisagísticos, etnográficos e arqueológicos (Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico).

Outros órgãos, como a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em seus decretos de tombamento listam os inúmeros valores e qualidades que o bem possui, como pode ser visto no caso do edifício da "Real e Benemérita Sociedade Caixa de Socorros Pedro V", tombada em 1989. Na legislação em questão, identifica-se o reconhecimento de valor histórico e arquitetônico:

> "Considerando o valor histórico do prédio sede da Igreja Evangélica Fluminense, primeira casa brasileira erigida com a finalidade de servir ao culto evangélico;
>
> Considerando tratar-se de significativo exemplar da arquitetura neoclássica do período imperial,
>
> [...] fica, tombado, [...], o prédio n.º 185 da Avenida Marechal Floriano, no Centro, onde funciona a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V." (PCRJ, Decreto nº 5.709 de 7 de março de 1986)

A fim de condensar as distintas valorações, foram estabelecidas as seguintes classificações para este critério de análise, a partir de um reconhecimento prévio dos pareceres e justificativas que determinaram o tombamento e/ou preservação dos bens patrimoniais nos recortes espaciais da tese:

- Valor Arquitetônico e/ou Artístico: Refere-se à qualidade do bem edificado em representar excepcionalmente uma determinada expressão artística e arquitetônica. Assimila-se, portanto, ao potencial da bem como exemplar de um momento específico da história da arte ou da arquitetura, como apresentado por Riegl (2013 [1903]) em sua concepção para os monumentos artísticos.
- Valor Histórico: Refere-se à qualidade do bem edificado em seu papel como registro ou lócus de acontecimentos de excepcional importância para a história da nação, do estado, ou do município.
- Valor Urbanístico: Refere-se à qualidade do bem edificado, individual ou em conjunto, no seu papel como registro excepcional de um determinado processo ou projeto de urbanização de relevante impacto na configuração da cidade.
- Valor Paisagístico-Ambiental: Refere-se à qualidade do bem edificado em seu papel como integrante de uma determinada paisagem ou ambiência urbana digna de proteção patrimonial. Nesta classificação, encontram-se os bens protegidos por áreas de preservação, que individualmente não possuem valor arquitetônico excepcional para garantir seu reconhecimento como patrimônio, embora agreguem valor como parte de um conjunto.
- Valor de antiguidade (ou ancienidade): Recorre-se às definições de Riegl (2013 [1903]), para destacar o valor que determinados bens edificados possuem simplesmente por sua condição de antigo, em relação ao contexto contemporâneo de valoração.
- Valor social: Esta última classificação está melhor associada à bens de aferimento patrimonial recente, e apontam para a necessidade de revisão dos critérios de valoração de bens edificados articulados a uma memória de um povo, e suas apropriações. Neste sentido, recupera-se o deslocamento de matriz proposto por Meneses (2012), no qual esta componente social do bem patrimonial teria um valor afetivo (para a comunidade que a utiliza), e ético (para os demais que os reconhecem como uma prática legítima, embora não participem destas).

b) O contexto de valoração do bem patrimonial:

Considerando a teoria de valores apresentada por Riegl (2013 [1903]), o ato de valoração de um determinado bem patrimonial é uma ação atrelada a "uma visão de mundo" (*Weltanschauung*), e, por conseguinte, uma "vontade artística" (*Kunstwollen*), do grupo ou do indivíduo que o atribuiu. Por exemplo, o valor artístico reconhecido em um bem na década de 1930, não seria o mesmo que o valor artístico conferido a um outro bem em meio século de diferença. Portanto, considera-se também o contexto espaço-temporal dessa valoração, sendo este o segundo critério de análise da categoria. Tendo em vista que a aplicação deste procedimento contempla apenas a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, esse contexto passa a ser estritamente temporal. É necessário enfatizar que apesar do patrimônio analisado ser eminentemente contemporâneo, uma vez que ele compõe a cidade em seu contexto presente, a sua valoração como um bem patrimonial é datada e refere-se a um passado – qualquer que este seja. A ação contemporânea que incide nesse patrimônio é a sua valorização, ou seja, o ato de reconhecer a valoração já instituída em um momento prévio.

Para estas análises partiu-se dos mesmos grupos classificatórios empregados na leitura dos contextos de produção dos bens patrimoniais. Contudo, uma vez que as atividades de proteção patrimonial na cidade do Rio de Janeiro só se iniciam a partir de 1938, algumas classificações foram omitidas e/ou alteradas:

- Com produção entre os anos de 1938-1964: representa os bens tombados exclusivamente pelo poder federal.
- Com produção entre os anos de 1964-1980: representa os bens tombados pelas esferas tanto federal, quanto estadual.
- Com produção entre os anos de 1980-2000: representa os bens tombados por uma das três esferas de atuação dos órgãos patrimoniais: federal, estadual e municipal. Incluem-se também os bens protegidos com preservação pela esfera municipal.
- Com produção entre os anos de 2000 em diante: refletem as mais recentes ações de preservação na cidade do Rio de Janeiro.

c) O proponente da valoração do bem patrimonial:

A origem de reconhecimento patrimonial não parte necessariamente do poder do Estado, a este cabe com exclusividade apenas uma aferição legal de sua proteção. A identificação de um potencial valor patrimonial tem sua proveniência possível por três vias distintas, e a estas foram estabelecidas uma classificação:

- Os órgãos de tutela patrimonial: representam a maioria dos casos de proteção de bens tombados e preservados, no qual a preservação é oriunda de estudos realizados pelas equipes de pesquisa do órgão (corpo técnico) ou das indicações de seus conselhos consultivos.
- Os proprietários: são os casos dos tombamentos ou preservações voluntárias, a pedido dos próprios proprietários dos imóveis. Cabe ao órgão de tutela patrimonial analisar a solicitação, e dar seu parecer favorável para que esta solicitação seja posta em prática.
- Terceiros: qualquer cidadão ou entidade jurídica pode solicitar o tombamento ou preservação de determinado bem edificado, independentemente de ser ou não o proprietário do imóvel em questão. Tal como na circunstância da proteção voluntária, cabe ao órgão de tutela dar uma posição referente ao pedido. Nessa classificação incluem-se: estudiosos da história urbana, usuários dos bens edificados, funcionários das entidades que ocupam os imóveis em questão, e a classe política, como os membros da Câmara Municipal.

d) Os valores possíveis do bem patrimonial:

O bem patrimonial não necessita encerrar-se em uma valoração passada. No momento presente, podem, e devem ser reconhecidos outros valores possíveis em uma edificação, um conjunto urbano ou um sítio histórico que ainda não foram objeto de proteção legal pelo estado. Este último critério de análise da categoria aponta para uma possível revisão do bem patrimonial em sua condição atual.

Utilizam-se as mesmas classificações empregadas na leitura de valor aferido, sendo possível a indicação de outras classificações complementares caso necessário:

- Valor Arquitetônico e/ou Artístico
- Valor Histórico
- Valor Urbanístico
- Valor Paisagístico-Ambiental
- Valor de Antiguidade
- Valor Social

2.5.3. A apropriação do bem patrimonial:

Na categoria da apropriação consta como questionamento a indicação dos usos contemporâneos dos bens edificados. Considera-se que no espaço urbano, a maior parte dos bens edificados - salvo exceções, como edifícios de uso religioso - possuem desde sua origem até o tempo contemporâneo, múltiplos usos e funções. Por outro lado, limitações materiais dos imóveis construídos para atender uma demanda do passado, restringem os seus usos possíveis no momento contemporâneo, sendo por vezes realizadas intervenções que mutilam o edifício para se adequar a sua nova utilização. Frente a estas afirmações, dois critérios foram definidos para análise:

- O uso contemporâneo do bem edificado;
- A compatibilidade do uso contemporâneo do bem com a edificação e seu contexto de inserção;

Os usos originais dos bens edificados não constam nesta leitura, contudo quando possível foram indicados nos levantamentos apresentados nos Apêndices desta tese.

a) O uso contemporâneo do bem edificado:

Para realizar as análises utilizou-se como referência a listagem de usos e tipos construtivos estabelecidas pelo Docomomo - *International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement* (Comitê internacional de documentação e conservação de edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno), para compor as fichas da sua Exposição Virtual (*Virtual Exhibition*).

A listagem original foi editada para melhor atender às demandas da tese, e foram empregadas na identificação dos usos de pavimentos térreos, separado dos usos dos pavimentos superiores dos bens edificados, evitando-se a identificação como uso misto. As classificações são as seguintes:

- Administrativo: Governo, Edifícios Públicos e Civis.
- Comercial: Bancos, mercados, escritórios, empresas, bares, restaurantes, cafés e lanchonetes, lojas, serviços, depósitos.
- Defesa: Fortes, Fortalezas, e Quartéis Militares.
- Educacional: Bibliotecas, Arquivos, Estabelecimentos de Ensino, Escolas, Universidades e Faculdades.

- Esportivo: Arquibancadas, Piscinas, Centros Esportivos, Ginásios, Estádios, Campos e Equipamentos de Prática Esportiva.
- Estacionamento/Garagens: Classificação adicionada à listagem devido ao recorrente uso de lotes desocupados e imóveis subutilizados sendo apropriados como estacionamentos e garagens.
- Fechado (Sem informações): Edificações com sinais de uso, porém fechadas ou indisponíveis para responder ao levantamento.
- Habitacional: Habitação Coletiva, Casas de Campo, Mansões, Villas, Hotéis, Pousadas, Residencial Multifamiliar, Residencial Unifamiliar.
- Industrial: Fábricas, Oficinas, Indústrias de Construção Civil, de Material Cerâmico, de Material Químico, de Processamento Alimentício, de Construção Naval, de Metalurgia, Têxteis e Serralherias.
- Institucional: Instituições Profissionais, Instituições Partidárias, Instituições de Caridade, Associações e Centros Comunitários, Associações Filantrópicas, Associações de Apoio e Amparo.
- Justiça: Fóruns, Instituições Penais, Edifícios Policiais.
- Memorial: Construções e monumentos com função memorial, relativa a pessoas ou eventos.
- Recreação e Lazer: Cinemas, Salas de Concerto, Museus, Galerias de Arte, Pavilhões, Clubes, Teatros, Casas Noturnas, Equipamentos de cultura e lazer urbano.
- Religioso: Catedrais, capelas, igrejas, mesquitas, sinagogas e outros templos e locais de culto. Centros religiosos. Mosteiros, Conventos, Santuários.
- Saúde: Hospitais, Centros Cirúrgicos, Postos de Saúde.
- Serviços Públicos: Equipamentos de abastecimento de energia, de gás e de água. Estações de tratamento sanitário. Estação de tratamento e depósito de resíduos. Corpo de Bombeiros.
- Transporte e Comunicações: Serviços Postais e Agências de Correio. Equipamentos de transporte rodoviário, metroviário e hidroviário.
- Vazio: segundo as identificações apresentadas por Borde (2006, p. 74) acerca dos vazios urbanos, estes podem ser desafetados (sem uso e não mais utilizados), ou desocupado (lotes sem construção e não mais ocupados).

b) A compatibilidade do uso contemporâneo do bem com a edificação e seu contexto de inserção:

Partindo da identificação de usos realizada no critério de questionamento anterior, é possível estabelecer uma relação entre a utilização contemporânea do bem e as limitações construtivas da edificação, e seu contexto de inserção urbana.

Algumas das atividades são danosas ao bem edificado, em especial ao seu papel patrimonial, como é o caso dos vazios subutilizados, que se referem ao que Borde (2006, p. 74) chama aqueles imóveis cuja apropriação está aquém do seu potencial construtivo. São exemplos destes os inúmeros sobrados da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, outrora de uso comercial no térreo e residencial nos pavimentos superiores, que na atualidade vem sendo utilizados como estabelecimentos comerciais de estacionamento, por vezes realizando intervenções que destroem por completo o interior da edificação, restando apenas a sua fachada.

Portanto, cabe neste critério estabelecer se o uso contemporâneo é compatível com bem edificado, e sua inserção no contexto urbano. Definiram-se duas classificações:

- Compatível: Os usos compatíveis são aqueles que se adequam tanto às limitações físicas da construção, sem causar danos estruturais ao imóvel, quanto a própria inserção do imóvel no contexto urbano. Certos usos industriais, por exemplo, não condizem com áreas de dimensões pedestrianas de comércio e residência, salvo oficinas e pequenas fábricas.
- Incompatível: São os usos danosos ao imóvel e ao contexto urbano, que não contribuem para a valorização do bem patrimonial. Incluem-se nestes os vazios desafetados ou subutilizados.

2.5.4. A abrangência do bem patrimonial:

A determinação da abrangência do bem patrimonial é a última categoria tipológica neste procedimento metodológico, e refere-se ao alcance deste em relação aos instrumentos que regem sua proteção legal, assim como seu impacto da sua preservação na configuração urbana do seu contexto de inserção. Esta categoria em particular é aplicável apenas a bens que já tiveram seu valor patrimonial reconhecido legalmente, portanto desconsidera os bens edificados sem proteção, independentemente de seu potencial como um futuro patrimônio.

Os questionamentos desta categoria foram definidos em:

- Grau de Proteção do Bem Patrimonial;
- Esfera de Proteção do Bem Patrimonial;
- Impacto no Espaço Urbano da Proteção do Bem Patrimonial;

Na experiência francesa, falar-se-ia em *classement* e *inscription*, como instrumentos distintos de proteção legal aos imóveis: o primeiro, em nível nacional, e com maior rigor de preservação, e o segundo, em nível regional, inclui o bem em um inventário complementar à proteção da esfera superior. No caso britânico, encontram-se os *listings*, destinados à proteção dos edifícios históricos, e os *schedules,* restritos aos monumentos arqueológicos. No Brasil, em particular na cidade do Rio de Janeiro, articula-se o grau de proteção do bem patrimonial – o tombamento, ou a tutela como bem preservado – e sua esfera da proteção – federal, estadual ou municipal.

É comum, neste caso, a sobreposição de escalas de mais de um bem edificado em uma única edificação. Como exemplo desta situação na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, o Theatro Municipal, como edificação singular, configura dois bens patrimoniais: a proteção pelo IPHAN, em esfera federal, cujo tombamento data de 1973; e o reconhecimento pelo INEPAC, em esfera estadual, em mesmo grau de proteção – o tombamento – conferido um ano antes, em 1972.

a) Grau de Proteção do Bem Patrimonial:

Como anunciado acima, na experiência de preservação da cidade do Rio de Janeiro destacam-se alguns instrumentos relativos ao grau de proteção dos bens patrimoniais. Estes configuram as seguintes classificações:

- Tombado: Refere-se aos bens edificados de valor excepcional protegidos pelo instrumento de tombamento.
- Preservado: Refere-se aos bens edificados cuja proteção está limitada a sua fachada e sua volumetria, compondo parte fundamental de uma área de preservação patrimonial.
- Tutelado: Refere-se aos bens edificados sem proteção específica, mas inseridos dentro de áreas de preservação patrimonial, e, portanto, tutelados pelo órgão que regula e fiscaliza o conjunto preservado em questão. Estes podem ser renovados, porém as novas construções devem seguir as diretrizes volumétricas de implantação da área de preservação.

b) Esfera de Proteção do Bem Patrimonial:

Além do grau de proteção, o alcance dos bens patrimoniais também se articula à esfera de poder que a preserva, e, por conseguinte, seus respectivos órgãos de tutela. São estes:

- Esfera Federal: Representada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Esfera Estadual: Representada pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro.
- Esfera Municipal: Representada pelo IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade.

c) Impacto no Espaço Urbano da Proteção do Bem Patrimonial:

Finalizando os critérios estabelecidos para análise, a leitura retoma uma preocupação com a materialidade do patrimônio, em particular seu papel na configuração física da cidade. Pretende-se com este questionamento avaliar o impacto que a atividade de preservação tem na execução de propostas urbanísticas. Como já indicado na introdução desta tese, existe uma dialética entre os processos de preservação patrimonial e de desenvolvimento urbano, verificável na cidade do Rio de Janeiro, em particular na sua Área Central. O tombamento de bens edificados em uma área em que se prevê renovação urbana interfere na realização de projetos prévios ao reconhecimento patrimonial. Por outro lado, a ameaça da renovação instiga uma possível proteção de um bem de interesse patrimonial. Com base nesta afirmação, foram definidas três classificações:

- Impacto Direto: O impacto direto do bem patrimonial no contexto urbano é verificável quando ele impede, ou altera significativamente um projeto urbanístico, suas propostas viárias e ocupação prevista. Seu ato de reconhecimento patrimonial é, algumas das vezes, uma prática que tem como objetivo barrar a renovação urbana proposta na sua área de inserção.
- Impacto Indireto: O impacto indireto do bem patrimonial é verificável quando uma proposta ocupacional prevista para a área necessita ser revista com a preservação, embora o projeto urbano siga sendo implementado.
- Sem Impacto: Refletem os casos onde a preservação ou tombamento não interferem nas propostas urbanísticas vigentes para a área de inserção. Comumente esses são imóveis que são tombados em áreas previamente reconhecidas como dignas de preservação.

2.5.5. Análises das tipologias patrimoniais:

A esse processo de caracterização dos bens patrimoniais, reconhecendo suas tipologias, prevê-se análises comparativas e as quantitativas. Estas, contudo, não serão empregadas em todas as leituras empreendidas ao longo da tese, sendo apropriadas quando relevantes para determinados estudos.

a) Análises Comparativas:

Dentre os procedimentos comparativos, observam-se aproximações com as análises empreendidas por Caniggia (1995 [1979], p. 35), como ao fenômeno da "co-presença", que segundo Caniggia ocorre quando dois objetos edificados encontram-se em um mesmo tempo presente, e em um mesmo âmbito espacial. Pretende-se, com base na "co-presença", reconhecer no período contemporâneo, em um determinado recorte espacial, quais são as valorações, as materialidades ou escalas do bem patrimonial. Por exemplo, pode-se escolher uma determinada rua ou quarteirão no recorte de estudos, e comparar as diferentes escalas de proteção dos seus bens patrimoniais.

Ainda com relação ao fenômeno da "co-presença", pode-se analisar as chamadas "variantes sintópicas", que seriam as variações de um tipo em um mesmo contexto espacial e temporal. Este procedimento seria mais específico, não focando no contexto contemporâneo, e sim fixando um determinado contexto de valoração dos bens patrimoniais, e comparando outros critérios variáveis – como a sua materialidade ou suas escalas. Logo, pode-se analisar, em um recorte mais amplo do que o caso anterior, quais são as características relativas à materialidade dos bens reconhecidos como patrimônio em um contexto temporal específico. Existiria alguma tipologia material predominante para os bens patrimoniais de um determinado período?

Um outro procedimento de comparação é o da "derivação", no qual se aceita que exista uma relação evolutiva entre objetos não contemporâneos de uma mesma natureza. Uma vez que a noção de patrimônio se transforma em um percurso temporal, admite-se que seus conteúdos – os objetos que são reconhecidos como dignos de proteção – também perpassem por estas mesmas modificações. Logo, as tipologias patrimoniais reconhecidas em um determinado contexto temporal passado, dificilmente seriam as mesmas de um tempo posterior, embora estas incorporem elementos derivados das primeiras. Como exemplo, o SPHAN ao iniciar suas atividades de proteção patrimonial no Brasil, na década de 1930, reconheceu valor, histórico e artístico, apenas em materialidades oriundas do período colonial

ou imperial. Na cidade do Rio de Janeiro, apenas na década de 1970, é que este mesmo órgão, com nome de IPHAN, passa a reconhecer como dignas de proteção, as edificações referentes à virada do século XIX para o século XX, embora não deixe de tombar outras provenientes dos períodos anteriores. Portanto, pode-se considerar que nestas quatro décadas que separaram estas diferentes atitudes, a tipologia patrimonial reconhecida pelo órgão em questão, passa por uma transformação, derivativa: ela parte de uma tipologia existente, e agrega novos conteúdos, atendendo às demandas de um novo contexto temporal.

Forma-se neste procedimento de comparação entre as tipologias patrimoniais, um elo de antecedência ou posteridade que se assimila o que Caniggia (1995 [1979], p. 57) chama de "desenvolvimentos diacrônicos", ou seja, as relações derivativas das edificações construídas em tempos distintos, embora presentes em um mesmo âmbito espacial no contexto contemporâneo. Transpondo esses "desenvolvimentos diacrônicos" para o estudo das tipologias patrimoniais, pode-se fixar um critério de abrangência, para identificar as suas variáveis de contexto de valoração. No caso da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, este procedimento poderia ser uma análise dos bens tombados por um único órgão de tutela em um determinado recorte espacial, avaliando seus distintos momentos de valoração, seja por ano ou década.

b) Análises Quantitativas:

Dentre as análises também se encontram a identificação das recorrências e particularidades tipológicas. As recorrências tipológicas seriam aquelas características formais que prevalecem na leitura empreendida, formada pelo grupo de bens patrimoniais que guardam similaridades entre si, em relação a categorias pré-estabelecidas de análise – tal como os seus valores, a sua abrangência ou sua materialidade. As particularidades seriam os casos isolados, no qual o "nível de tipicidade" estabelecido para a análise coincide um tipo (uma ideia) a um único bem patrimonial (um fato concreto), que se dissociam da tipologia recorrente, em virtude de sua singularidade.

Dentre as indagações possíveis, com relação as recorrências de categorias tipológicas na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, elencam-se questionamentos como: quantos bens são tombados pelo IPHAN no recorte estudado? E quantos seriam tombados pelo INEPAC? Quais destes seriam predominantes? Existiria uma predominância tipológica de bens protegidos em um determinado contexto de valoração ou oriundos de um determinado contexto de proteção? E em relação às particularidades tipológicas, quais bens patrimoniais destacar-se-iam pela sua singularidade no recorte analisado? E estes casos isolados, poderiam eles denotar

uma ruptura com as continuidades e derivações do processo de transformação na noção de patrimônio?

Pretende-se, portanto, neste reconhecimento do patrimônio cultural edificado em um contexto contemporâneo, compreender a sua situação atual como parte de um amplo e longo processo de transformação, cuja forma presente é resultado de uma série de discussões e decisões tomadas em um momento passado. Cabe neste presente, compreender esse processo para atualizar o debate da preservação patrimonial, e vislumbrar possíveis rumos para o seu futuro.



II – LEITURAS MORFOLÓGICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CAPÍTULO 3:

EMBATES E DIÁLOGOS NOS PROCESSOS PATRIMONIAIS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E /OU RENOVAÇÃO

Enquanto as partes precedentes deste trabalho apresentaram os referenciais teóricos-metodológicos da tese, este terceiro capítulo mergulha no seu objeto empírico: a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, e seu patrimônio cultural edificado. Munindo-se da bagagem teórica das noções de patrimônio e da abordagem metodológica tipo-morfológica, nas páginas seguintes o processo de reconhecimento patrimonial na área central da cidade, com a criação dos órgãos de tutela e seus respectivos instrumentos de proteção, é articulada às variadas intervenções urbanísticas que modificaram a forma urbana do Rio de Janeiro.

Em um primeiro momento é apresentado um breve histórico do processo de formação da cidade do Rio de Janeiro, com foco em sua Área Urbana Central, até a década de 1930, momento em que se inicia a preservação patrimonial em contexto nacional, e sua atuação na proteção de bens edificados na cidade.

Em seguida são apresentados três conjuntos de análises, referentes à distintos momentos da atuação preservacionista na sua área central, tendo como fio condutor às transformações urbanas associadas ao conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, recorte espacial intermediário da tese, cujas leituras aprofundadas serão discutidas no próximo capítulo.

A primeira das análises refere-se ao início da atuação do SPHAN[69] (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1946), órgão de salvaguarda patrimonial federal, na Área Central, a partir de 1938. A associação entre a prática de tombamento instaurada pelo SPHAN, e as atividades de preservação na cidade do Rio de Janeiro demonstra sua relevância ao realizar uma leitura quantitativa da aplicação do instrumento de proteção. Dos 326 bens tombados pelo órgão no ano seguinte à sua criação oficial, 88 situavam-se na então capital

[69] A fim de evitar confusões ao se referir, através de abreviaturas, ora ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938-1946), ora à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979-1990), será utilizado o termo SPHAN para designar o primeiro, e SPHAN/FNpM, para a segunda. Com a reestruturação do órgão em 1979, o antigo IPHAN (1970-1979) foi dividido em duas entidades, a referida Secretaria, e a Fundação Nacional Pró-Memória. A Secretaria era órgão normativo, que se ocupava dos processos de tombamento. A Fundação, por sua vez, seria um braço da Secretaria, que dispunha de maior liberdade para obtenção de recursos financeiros.

federal, configurando-se como a maior concentração de bens à época. Em contraponto, a segunda maior concentração, a cidade de Salvador, registrava 56 bens tombados. Essa prática, por sua vez, é confrontada com a abertura da Av. Presidente Vargas, e seus projetos urbanos coetâneos, que paradoxalmente colocavam em xeque os mesmos bens edificados protegidos pelo SPHAN, e em seguida pelo órgão posterior de atuação federal, a DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1946-1970).

No segundo conjunto de análises, as ações da DPHAN, e posteriormente, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970-1979 e 1994 em diante), o SPHAN/FNpM (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, 1979-1990) e o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1990-1994) são progressivamente associadas às dos órgãos e conselhos de tutela em esfera estadual - a DPHA no Estado da Guanabara (Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, 1964-1975) e o INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 1975-em diante) no Estado do Rio de Janeiro, com seu conselho consultivo o CET (Conselho Estadual de Tombamento, 1969-em diante) - e de tutela municipal - o DPC/DC (Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico, 1984-1986) e o DGPC (Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 1986-2006), e do conselho consultivo, o CMPC-RJ (Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, 1980-em diante). Nesse momento, projetos de urbanização como o da Cidade Nova e de abertura de eixos viários como a Av. Norte-Sul contrapõem-se a uma ampliação do corpus patrimonial na cidade do Rio de Janeiro, com o surgimento das áreas de preservação no âmbito municipal, como as APAs e as APACs.

O terceiro momento analisado discute as posições recentes da prática patrimonial na cidade nas três esferas de poder, incluindo a atuação dos recentes órgãos municipais – a SEDREPAHC (2006-2009), a SUBPC (Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, 2009-2012) e o atual IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, 2012-em diante). Estas são articuladas a transformações decorrentes da dinâmica urbana contemporânea, e os grandes projetos urbanísticos visando a mundialização do Rio frente à sequência de megaeventos que esta sediou nas últimas duas décadas. Este culmina com a situação atual do patrimônio cultural edificado, cuja compreensão é alvo de estudos no capítulo seguinte.

Ao longo deste capítulo são apresentadas pranchas cartográficas articuladas aos procedimentos tipo-morfológicos adotados como abordagem metodológica da tese. Registrando os bens tombados no conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, e suas franjas de preservação patrimonial, as pranchas agem como instrumentos de análise tipológica.

Ilustrando as variantes sincrônicas em categorias de identificação do bem patrimonial como a sua materialidade (expressa através do contexto de produção e da linguagem arquitetônica do imóvel), seus valores (expressos através dos valores aferidos pelos órgãos de tutela), e a sua abrangência (expressa através da esfera de proteção), fixaram-se os contextos de valoração em quatro conjuntos de mapas, representando os períodos de 1938, 1964, 1980 e 2000.

Em uma leitura transversal, esses mapas ilustram os desenvolvimentos diacrônicos para cada categoria - e seus questionamentos - de identificação do bem tombado, permitindo reconhecer as ampliações de conteúdo da noção de patrimônio ao longo da história da preservação na cidade. Essa leitura contribui na compreensão do processo de derivação presente nos entretempos definidos pelos quatro períodos mencionados acima, e suas motivações estão expressas ao longo do texto, com base na análise das documentações de tombamento dos órgãos de tutela.

Por fim, são expostas pranchas que registram a situação atual destes imóveis tombados, incluindo categorias como a apropriação do bem tombado (expressa através dos seus usos contemporâneos, e compatibilidade destes com sua materialidade), e questionamentos acerca da materialidade que objetivam a sua revisão, como as leituras de grau de caracterização arquitetônica e seu estado de conservação. Essas bases atuais que expressam a pluralidade do patrimônio cultural edificado contemporâneo associam-se ao fenômeno da co-presença tipológica, no qual as continuidades e rupturas do processo de preservação na cidade apresentam-se de modo articulado na sua estruturação urbana como fragmentos de propostas de futuro. Nesta interface entre a preservação e o desenvolvimento urbano, os embates e diálogos desse processo são sintetizados na leitura do impacto que o tombamento tem nas propostas de urbanização vigentes para a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, representados na prancha cartográfica que encerra este capítulo.

3.1. Os Antecedentes da Preservação na Cidade do Rio de Janeiro

Falar do patrimônio cultural edificado da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, e do início da sua institucionalização pelo órgão de tutela federal, o então SPHAN na década de 1930, seria impossível sem recorrer às transformações urbanísticas e produções arquitetônicas que precederam a iniciativa. São os produtos deste passado da cidade que ganham uma posição merecedora de proteção: arquiteturas excepcionais dos séculos anteriores, que atendiam a uma concepção artística do órgão de tutela patrimonial, privilegiando a sua história como uma cidade colonial, e posteriormente, capital do império brasileiro.

A história dessa cidade, a São Sebastião do Rio de Janeiro, nasce paralela às primeiras iniciativas de preservação na Europa, no século XVI. Fundada pelos portugueses, em 1565, como um ato de defesa em meio ao combate à ocupação da França Antártica na Baía de Guanabara, o núcleo original no sopé do Morro Cara da Cão fora transferido para o alto do Morro de São Januário com a expulsão definitiva dos franceses, dois anos mais tarde. O promontório que posteriormente ganhou o nome de Morro do Castelo seria o berço de ocupação da cidade, seguindo a cultura urbanística portuguesa de implantação no alto dos montes, desenvolvendo um tecido orgânico sem traço ou desenho prévio. No Castelo, estabeleceram-se: a ordem dos jesuítas, com seu colégio e igreja (de Santo Inácio); a Casa de Câmara e Cadeia; a Sé Matriz, Igreja de São Sebastião; e a Fortaleza de São Sebastião.

Nos morros adjacentes ao Castelo também se registra, no século seguinte, a presença religiosa. No Morro de São Bento, os monges beneditos constroem seu mosteiro, enquanto os frades franciscanos edificam seu convento no Morro de Santo Antônio. Mais tardiamente, no século XVIII, instala-se a residência do bispo no Morro da Conceição: o Palácio Episcopal. Entre o quadrilátero formado pelos quatro montes, identifica-se, em planta atribuída ao Brigadeiro João Massé de 1713 (Figura 49), a ocupação da área da várzea seguindo um tecido urbano reticulado, porém irregular. De frente para a Baía de Guanabara, ligando o Castelo ao São Bento, desenvolve-se a Rua Direita (atual R. Primeiro de Março, Figura 51), e o Largo do Carmo (atual Praça XV de Novembro) com a presença do convento e da igreja dos frades carmelitas. Neste mesmo espaço, edifica-se a Casa dos Governadores, em 1743, com projeto do engenheiro-militar José Fernandes Pinto Alpoim, e ao seu lado ergue-se uma nova sede para a Casa de Câmara, transferida do alto do Castelo. O pequeno núcleo urbano, nesta época, estendia-se até a antiga Rua da Vala, atual Rua da Uruguaiana, configurando uma cidade de modestas proporções, na qual destrinchavam-se vias estreitas, com lotes de exíguas testadas ocupados por casas predominantemente térreas. Alpoim também ficaria encarregado do arruamento da praça de fronte para a Nova Sé da cidade, em terrenos além da Rua da Vala. Embora a Nova Sé não tenha sido construída, a praça de Alpoim, que tinha como centro o eixo da Rua do Ouvidor, foi executada, e nela é construída, em terreno adjacente, a Igreja de São Francisco de Paula, conferindo o nome atual do referido largo.

O último quartel do século XVIII traria significativas mudanças na aparência urbana da cidade, com sua elevação à capital do Vice-Reino do Brasil, transferida em 1763 da cidade de Salvador. A Casa dos Governadores passa a abrigar o Paço dos Vice-Reis, e durante o governo de Luís de Vasconcelos e Souza, empreende-se uma reforma na frente marítima do Largo do Carmo (ou do Paço, Figura 50), com a construção de um cais em cantaria com chafariz desenhado por

Mestre Valentim. O núcleo urbano segue em expansão, em direção à Lapa, com o aterro da Lagoa do Boqueirão e construção do Passeio Público, o primeiro parque ajardinado na Colônia. No eixo oposto à frente marítima do Largo do Carmo, a cidade cresce em direção a área do atual Campo de Santana (Figura 52), que no início do século XIX representa o limite urbano ocidental da cidade.

À época da transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, e a instalação da sua corte na cidade, o território do Rio de Janeiro (Figura 53) contava com quatro freguesias urbanas[70], além dos seus arrabaldes rurais. As freguesias de São José e da Candelária representavam a ocupação mais primitiva, que se adensava com a presença da corte, mantendo a estrutura dos lotes e construções dos séculos passados. O antigo Paço dos Vice-Reis transforma-se em Paço Real, e suas edificações adjacentes são ocupadas pelos criados do Paço e pelos aposentos da Rainha Maria I, consolidando o antigo Largo do Carmo como o espaço simbólico do governo na cidade. E após perambular por diversas igrejas na área da várzea, como a Santa Cruz dos Militares e a de Nossa Senhora do Rosário, a Sé fixa-se na Igreja dos Carmelitas, após essa ter sido elevada ao status de Capela Real. Já a freguesias de Santa Rita, e posteriormente a de Santana, ainda apresentava uma ocupação mais esparsa, com seus tecidos urbanos se concretizando seguindo a mesma lógica urbanística supracitada.

Com objetivo de aformosear a velha cidade, e imbuir de cultura sua população, Dom João VI toma medidas que interferem na sua estruturação espacial e características arquitetônicas. Com a instauração da Intendência Geral de Polícia, e a edição de posturas municipais, reforça-se um controle e fiscalização das práticas edificantes no Rio de janeiro. Em postura de junho de 1809, ordenou-se a remoção das rótulas - ou gelosias de madeira - das fachadas dos imóveis, que conferiam uma aparência mourisca à cidade, incondizentes com sua recém adquirida condição de capital do império português. Em 1811, outro edital fora publicado incentivando a construção de sobrados no caminho que vai do Mangal de São Diogo em direção à São Cristóvão, onde o Príncipe Regente mantinha residência na Quinta da Boa Vista. Isentando os seus proprietários do pagamento do imposto predial da décima urbana por um prazo de dez anos, a ordem de Dom João VI estruturava o início de um eixo viário que é de importância ímpar para esta tese: o antigo Caminho das Lanternas, prolongamento da rua de São Pedro, que daria forma futuramente à atual Av. Presidente Vargas.

[70] As quatro freguesias urbanas, em 1808, eram: Sé (originalmente de São Sebastião, criada 1565); Candelária (criada em 1600); São José (criada em 1749) e Santa Rita (1749). Em 1814, a freguesia da Sé é subdivida, originando a de Santana. Em 1826, a Sé é substituída pela Freguesia do Sacramento. Fonte: CAVALCANTI, 2004, p. 260; e BERGER, 1965, p. 8.



Figura 49: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1713. Atribuída a João Massé.
Fonte: Acervo Ultramarino de Lisboa



Figura 50: Vista do Largo do Paço, no Rio de Janeiro. (1816-1830)
À esquerda, o Paço Real. Ao fundo, o Convento do Carmo e a Capela Real. À frente, no centro, o Chafariz de Mestre Valentim. Desenho de Jean-Baptiste Debret. Fonte: BN Digital.



Figura 51: Vista da Rua Direita, 1817
Aquarela de Thomas Ender. Fonte: BANDEIRA & WAGNER, 2000.

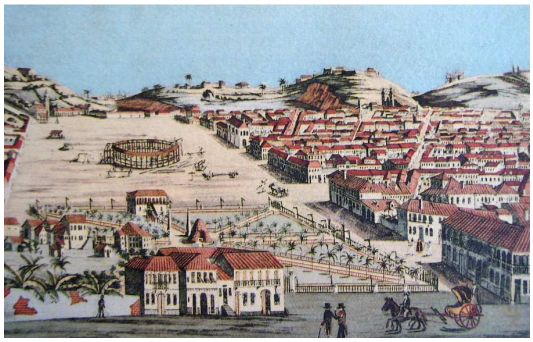


Figura 52: Vista do Campo de Santana, 1817
Desenho de Franz Josef Frübeck. Fonte: FERREZ, 1965.



Figura 53: Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1812.
Fonte da Base: BN Digital.

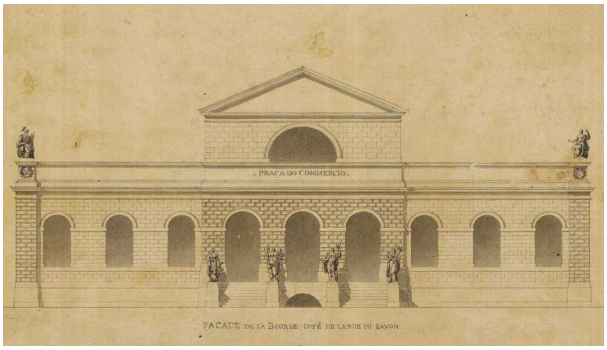


Figura 54: Praça do Comércio. Projeto de Grandjean de Montigny.
Fonte: BN Digital.



Figura 55: Casa da Moeda, no Campo de Santana.
Fotografia de Juan Gutierrez, 1893. Fonte: ERMAKOFF, 2001.

No âmbito cultural, a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, comitiva estrangeira liderada por Joachim Lebreton, trazia para a colônia os ensinamentos da ciência e da arte presentes nas cidades europeias, com a fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios precursora da Academia de Belas Artes, e considerada um marco do estabelecimento do estilo neoclássico no Brasil. Dentre os artistas da comitiva estava o arquiteto Grandjean de Montigny, que projetaria o edifício da Praça do Comércio (Figura 54), nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Candelária. Em contraponto aos arcos abatidos e coroamento em beiral das edificações civis coloniais, a arquitetura de Grandjean de Montigny incorporava a matriz de composição clássica em seu projeto para a Praça da Comércio, com uma estrutura similar às basílicas romanas e às vilas rurais palladianas, com uso de elementos típicos do classicismo como os frontões triangulares, vãos com verga em arco pleno, e cobertura em cúpula.

O neoclássico tornou-se o estilo arquitetônico da cidade após a proclamação da independência, em 1822, e a instauração do Império do Brasil. Em 1827, Grandjean faria um projeto de reforma para o Campo de Santana, transformando-o em uma praça cívica em homenagem à Pedro I, tendo como ponto focal um Fórum Imperial. O projeto não executado indicava a expansão do núcleo urbano nas proximidades do Campo de Santana. Nesta área, em 1858, construiu-se com uma imponente arquitetura neoclássica de caráter monumental às modestas construções coloniais, o imóvel da Casa da Moeda (Figura 55), hoje ocupado pelo Arquivo Nacional.

Para além do Campo de Santana, a área do Mangal de São Diogo, seria drenado por iniciativa do empreendedor Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, no ano de 1857. A proposta, contudo, já constava no Relatório de Henrique Beaurepaire-Rohan, apresentado pelo Diretor de Obras Municipais à Câmara Municipal[71] do Rio de Janeiro no ano de 1843. No documento, que abordava questões como a "salubridade pública e o aformoseamento do município", a o mangue era considerado um "foco de miasmas", e recomendava-se nele a construção de um canal de navegação que ligaria o Rocio Pequeno (futura Praça Onze de Junho) até a Bica dos Marinheiros. Em meio aos eixos dos prolongamentos da Rua do Sabão e de São Pedro surge então o Canal do Mangue, e nas décadas seguintes os terrenos outrora alagados do mangal dão forma ao Aterrado da Cidade Nova. Nesta região, as vias estreitas de 30 palmos (6,6 metros) do núcleo primitivo dão lugar a ruas mais largas, de 60 palmos (13,2 metros), embora ainda perpetuassem a estrutura dos estreitos lotes da cidade velha. Essa área de expansão tornou-se o destino da classe média carioca, enquanto as classes mais abastadas passavam a ocupar os arrabaldes sul, com chácaras e palacetes nas Laranjeiras, Flamengo e Botafogo. A cidade velha, por sua vez, concentrava as atividades comerciais e as populações menos favorecidas, como as que habitavam o antigo Morro do Castelo.

Ao longo da segunda metade do século XIX (Figura 56), durante o reinado de Dom Pedro II, as áreas do velho núcleo urbano e da Cidade Nova já se encontravam servidas de uma série de serviços modernizantes de utilidade pública, como rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação a gás. Dentre os serviços de transporte, destacavam-se: o marítimo, pela Companhia Barcas Ferry; o de bonde de tração animal, pela Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico; e o ferroviário com a Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando a atual região do Município de Queimados ao Campo de Santana.

[71] O estabelecimento de uma Câmara Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro é resultado da sua condição como Município Neutro, a partir de 1834.

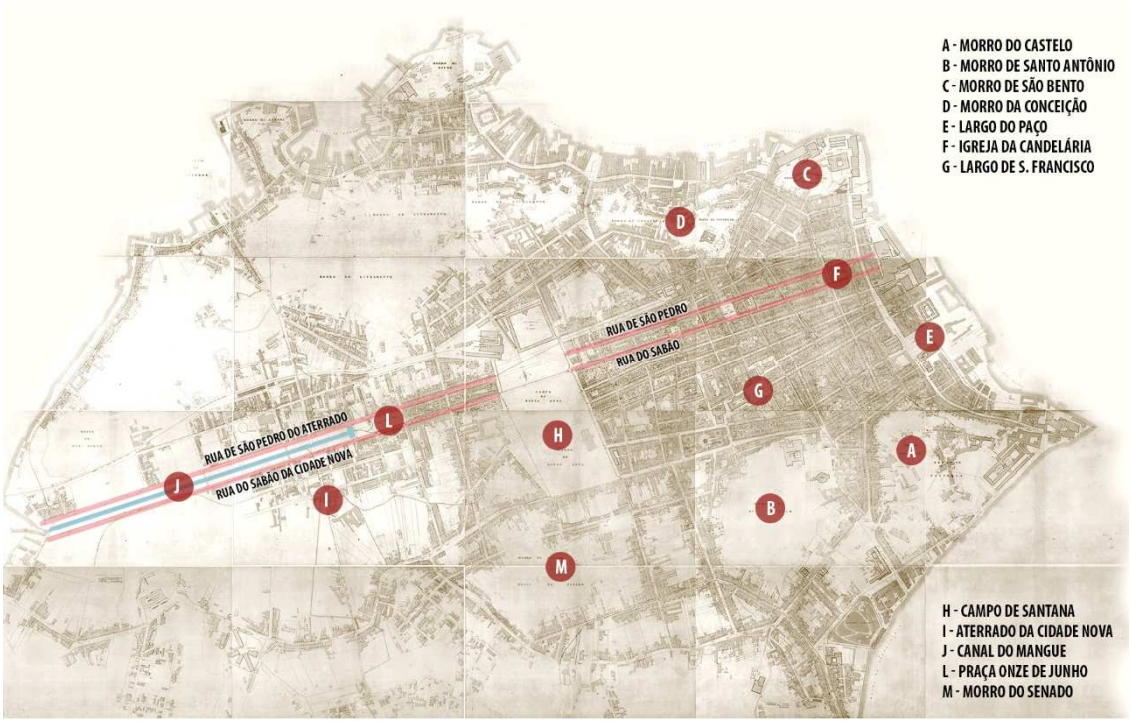


Figura 56: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, em 1866.
Fonte da Base: GOTTO, 1871. Disponível na BN Digital.

Nos anos de 1875 e 1876, dois relatórios são produzidos pela Comissão de Melhoramentos, organizada pelo Ministério do Império, com objetivo de elaborar um novo plano de intervenções urbanas para a cidade. Integrada pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, dentre as propostas expressas no relatório estava o prolongamento do Canal do Mangue, seguindo dois eixos. O primeiro, seria sua continuação até o Andaraí, e o segundo, em direção ao mar, seguindo o caminho da Praia Formosa no Saco do Alferes, que seria aterrado. As vias adjacentes ao canal, como a Sabão da Cidade Nova e São Pedro do Aterrado, seriam arborizadas (Figura 57), convertendo-se em um extenso *boulevard.* Parte dessa proposta, como o prolongamento do canal para o mar, seriam recuperadas no início do século seguinte, no contexto da Primeira República.

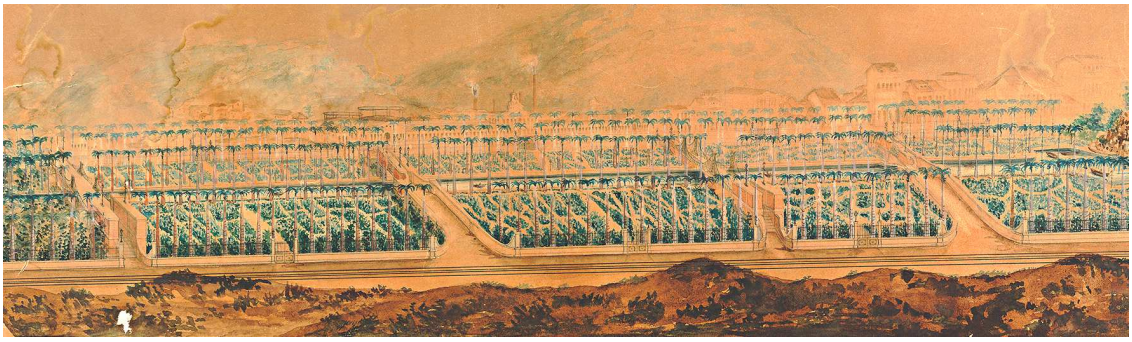


Figura 57: Perspectiva do Ajardinamento do Canal do Mangue, 1875.
Fonte: Arquivo Nacional.

Os novos ideais da República proclamada em 1889 encontram suas materializações na sua cidade capital, com o Município Neutro transformando-se no Distrito Federal, a partir do ano de 1891. Segundo a sua lei orgânica, publicada em 1892, restringia-se ao então presidente da República, o direito de nomear o prefeito da capital. A elite republicana associada à oligarquia cafeeira, que dominava a economia brasileira do período, elegeu em 1902, Rodrigues Alves à presidência da República. Este nomeou o engenheiro Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal, com mandato entre os anos de 1902 a 1906. Nestes curtos, porém produtivos quatro anos, o Governo Federal e o Distrito Federal realizaram uma série de reformas de melhoramentos urbanos (Figura 58), que incluíram dar sequência ao aterro da recortada orla portuária dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo com terras provenientes do arrasamento do Morro do Senado, iniciado no fim do século anterior. Junto a esta proposta, constava o prolongamento e embelezamento do Canal do Mangue, com eixo modificado em relação ao plano de 1875. Coube ao Governo Federal as obras do aterro, que daria lugar ao novo Porto da Cidade do Rio de Janeiro, além da abertura da suntuosa Avenida Central.

A Avenida Central (atual Av. Rio Branco, Figura 59) tornou-se o símbolo das reformas urbanísticas empreendidas durante a administração de Pereira Passos. Cortando obliquamente o estreito tecido colonial da cidade velha, o novo eixo viário continha 33 metros de largura, de fachada a fachada, equivalente a mais que cinco vezes a largura das tradicionais vias de 30 palmos do século XVIII. Os anseios da elite pelo embelezamento da cidade, e sua equiparação às capitais europeias, promoveram o arrasamento de parte do Morro do Castelo, e de mais de 500 edificações ao longo do eixo da nova avenida que ligava o Largo da Prainha (atual Praça Mauá) até as proximidades do Passeio Público. No lugar das construções de matriz colonial surgiam novas fachadas, seguindo à moda do academicismo *beaux-arts* francês com ornamentações de estilo eclético. A Avenida culminava num largo arborizado, a atual Praça Floriano, no qual concentraram-se os símbolos da nova alta cultura carioca: o edifício do Theatro Municipal (Figura 60), com fachada inspirada no *Palais Garnier*, a Ópera de Paris; e a nova sede para a Biblioteca Nacional.

Associada à Avenida Central, o Distrito Federal empreende obras de abertura, alargamento e prolongamento de vias, além da construção de escolas municipais e vilas operárias. São intervenções deste período: o prolongamento da Rua Larga de São Joaquim até o Cais do Mineiros, com o nome de Av. Marechal Floriano e Rua Visconde de Inhaúma; o alargamento da Rua Camerino, ligando o Centro à orla portuária, e a construção do Jardim do Valongo, no sopé do Morro da Conceição; o prolongamento da antiga Rua do Sacramento, transformando-se em Avenida Passos; o desenho da Esplanada do Senado e da Praça Vieira Souto (futura

Praça da Cruz Vermelha) e abertura parcial da Av. Mem de Sá; e a abertura da Av. Salvador de Sá, na Cidade Nova, juntamente com a inauguração da Vila Operária que a margeia.

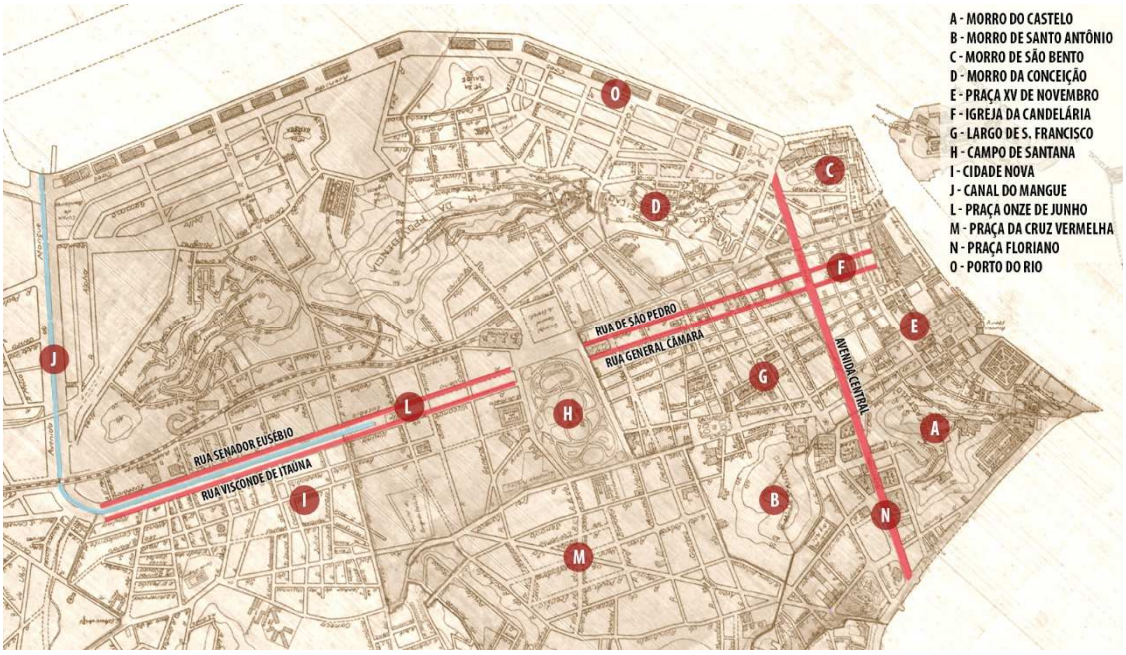


Figura 58: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, em 1915.
Fonte da Base: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

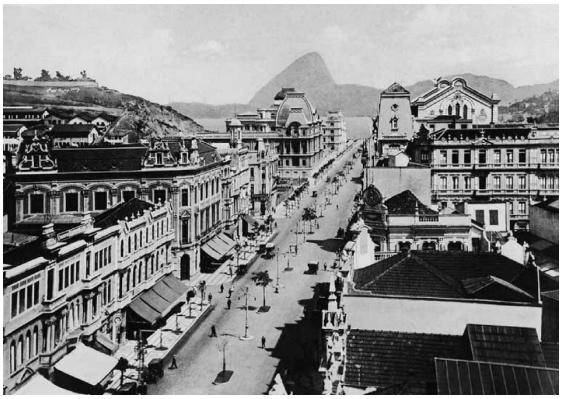


Figura 59: Avenida Central, 1910.
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: KOK, 2005.



Figura 60: Theatro Municipal, 1910
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: PDF, 1922.

O embelezamento alcançado era uma fachada que buscava mascarar as problemáticas urbanas da cidade, entre elas questões de saneamento e adensamento do velho centro. A crise habitacional se agravava, e a Cidade Nova, outrora bairro da classe média, passa a concentrar uma camada de nível aquisitivo menor, enquanto os mais pobres adensam-se em casas de cômodo e cortiços (Figura 61), ou passam a ocupar os altos dos morros próximos como a Providência, o Santo Antônio e o Castelo. Estes dois últimos seriam alvo de propostas de arrasamento, e considerados entraves à circulação dos ventos na cidade, embora as verdadeiras motivações para a sua demolição fossem de "higienização social", ou seja, a remoção dos mais pobres do novo centro embelezado. Este passaria a concentrar as

habitações multifamiliares da elite, dando forma a uma nova tipologia arquitetônica: os arranha-céus de apartamento, predominantes no entorno do Quarteirão Serrador (Figura 62), área resultante da demolição do Convento da Ajuda nas proximidades do Castelo.

Carlos Sampaio, engenheiro que detinha direitos de concessão para o arrasamento deste morro (Figura 63) desde 1890, é nomeado prefeito do Distrito Federal em 1920, e durante sua administração leva a cabo a sua demolição. Um dos pretextos para a execução da obra era a necessidade de terras para construção de um aterro para sediar a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em 1922. No mesmo ano em que assume a prefeitura, Sampaio inicia as obras de demolição do Castelo (Figura 64), e aproveita para arrasar juntamente o Bairro da Misericórdia, situado ao sopé do velho morro, e igualmente ocupado pela população mais pobre da cidade.



Figura 61: Estalagem na Rua Visconde do Rio Branco, 1906.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: PDF, 1922.



Figura 62: Quarteirão Serrador, 1927
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: Exposição Virtual do Arquivo Nacional.



Figura 63: Morro do Castelo, 1920.
No alto do Morro, a Igreja de Santo Inácio e o antigo Colégio dos Jesus.

Fotografia de Augusto Malta. Fonte: NONATO & SANTOS, 2000.



Figura 64: Desmonte do Castelo, 1922.
O vazio do desmonte, e os fundos da Biblioteca Nacional.

Fotografia de Augusto Malta. Fonte: NONATO & SANTOS, 2000.

As obras são interrompidas para a realização da Exposição que no aterro situado ao longo da antiga Praia de Santa Luzia concentrou pavilhões que ainda persistem na cidade atual, como: o do Distrito Federal (atual Museu da Imagem do Som), e o Pavilhão Francês (réplica do *Petit Trianon*, atual sede da Academia de Letras Brasileira). Com o fim do evento, as obras são retomadas e junto com elas se apagavam os marcos da ocupação primitiva da cidade do Rio de janeiro.

A destruição, apesar de apoiada pela elite republicana, não foi sem oposição. Intelectuais como Lima Barreto eram contra o desmonte do Castelo, afirmando que "arrasando os morros (...) não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra cidade que não ele" (BARRETO, 1920 apud NONATO & SANTOS, 2000, p. 228). Até o fim, ainda persistiam aqueles que buscavam preservar as arquiteturas relevantes que aos poucos desapareciam, como a Igreja de Santo Inácio e o Colégio dos Jesuítas. As iniciativas, contudo, foram infrutíferas, e do finado Castelo restou apenas um pequeno vestígio: o início da Ladeira da Misericórdia, adjacente a Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso.

As obras de Sampaio produziram dois grandes vazios urbanos na velha cidade: o vazio do antigo Morto do Castelo, e o aterro esvaziado com a demolição dos pavilhões temporários da Exposição de 1922. Coube ao urbanista francês Alfred Agache, convidado pelo então prefeito Antônio Prado Júnior, entre os anos de 1927 e 1930, realizar um novo plano urbanístico para a cidade, que contemplou em especial essas áreas esvaziadas. Agache propõe estender o aterro do Castelo usando terras do Morro de Santo Antônio, cuja demolição também era prevista. Os aterros seriam destinados a um Centro Monumental (Figura 65), dividido em três setorizações: a Entrada do Brasil, que abrigaria os edifícios governamentais federais; o Bairro das Embaixadas, com edificações de uso residencial como palacetes e apartamentos de luxo; e os Jardins do Calabouço, um grande parque à beira do mar.

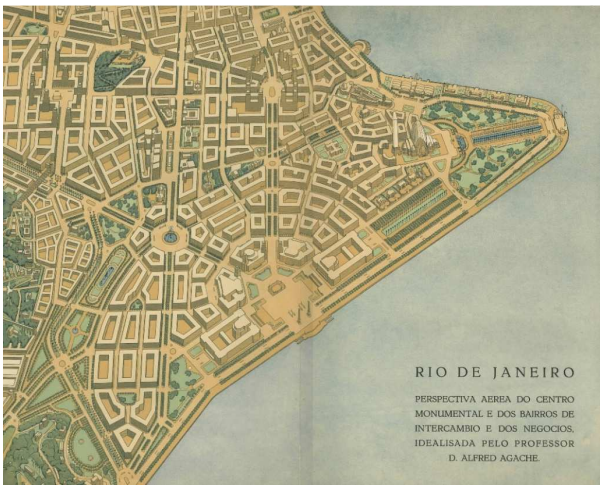


Figura 65: Plano Agache: Perspectiva Aérea do Centro Monumental e dos Bairros de Intercâmbio e Negócios.

Propostas de Agache para a Esplanada do Castelo.

Fonte: AGACHE, 1930.

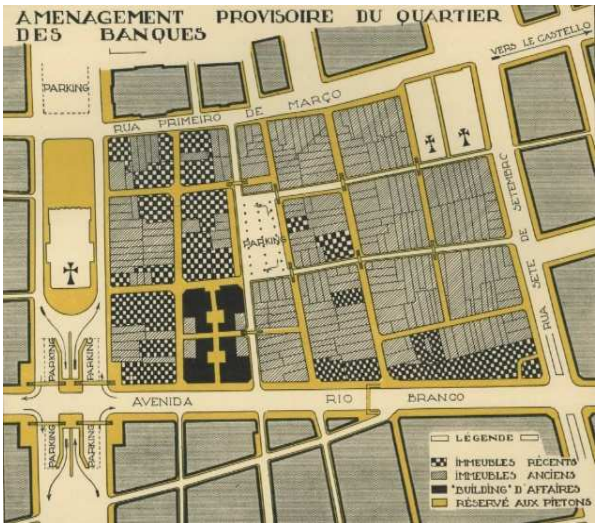
Nas proximidades da Igreja da Candelária, Agache propõe a substituição dos antigos sobrados de matriz colonial por novos quarteirões de edifícios verticalizados, destinados ao uso bancário (Figuras 66 e 67). A Igreja, que embora de dimensões monumentais estava encrustada no denso tecido de vias estreitas, ganharia posição de destaque no eixo proposto para a Avenida do Mangue (Figura 68). Esta correria pelo trajeto das ruas General Câmara (Rua do Sabão) e Rua de São Pedro, removendo a sequência de quarteirões contida entre as duas vias para dar lugar a sua caixa de rolamento. Ela consumiria também a Praça Onze de Junho, e fecharia o Canal do Mangue, no trecho que vai até o encontro do seu prolongamento pela atual Avenida Francisco Bicalho.

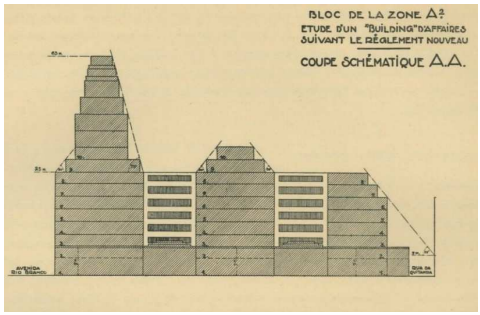
Com relação às propostas ocupacionais no Velho Centro, Agache recorre aos quarteirões fechados com vazios internos, característicos das intervenções urbanísticas de Hausmann para Paris, e de Cerdà para Barcelona, na segunda metade do século XIX. Os edifícios constituiriam cortinas de fachadas contínuas ao longo dos quarteirões, margeadas por galerias de pedestres no térreo e sobreloja das construções lindeiras a vias arteriais. Os vazios internos seriam destinados a garagens, e os edifícios teriam altura máxima da fachada de 25 metros, equivalentes a oito pavimentos.

O plano foi arquivado na administração de Pedro Ernesto, em decorrência da Revolução de 1930, que pôs fim a política da Primeira República e a influência da oligarquia cafeeira. Mas suas propostas são retomadas durante o Estado Novo, no governo autoritário de Getúlio Vargas, com a interventoria municipal de Henrique Dodsworth (1937-1943) recriando a Comissão do Plano da Cidade[72], e estabelecendo o Serviço Técnico do Plano da Cidade, formado por arquitetos e engenheiros do quadro de funcionários da prefeitura. Dentre os membros do Serviço Técnico estava Affonso Eduardo Reidy, que além de atuar como estagiário de Agache na realização do seu plano, participou também do projeto do edifício do Ministério da Educação e Saúde, o Palácio Capanema. Reidy trazia consigo os ideários modernistas, e em suas revisões das propostas do urbanista francês para o Castelo propõe que a esplanada seja ocupada com quarteirões abertos (Figura 69), com edifícios em fita, os chamados blocos em *redent* concebidos por Le Corbusier em seu plano da *Ville Radieuse*, de 1931. Outro projeto recuperado pela equipe seria o da Avenida do Mangue, que daria forma a atual Av. Presidente Vargas, cuja abertura e embates com o serviço de proteção patrimonial

[72] A Comissão do Plano da Cidade já havia sido criada na interventoria de Adolfo Bergamini, em 1930, com objetivo de avaliar as propostas do Plano Agache, mas foi extinta na administração de Pedro Ernesto.

que nascia no âmbito do Ministério da Educação e Saúde do ministro Capanema, serão abordados nas páginas seguintes.





(Acima)
Figura 66: Plano Agache: Plano esquemático de um edifício de negócios, 1930.

Fonte: AGACHE, 2010.

Figura 67: Organização Provisória do Centro Bancário, 1930.
Propostas de Agache para as imediações da Igreja da Candelária, preservada em meio ao eixo da Avenida do Mangue. Fonte: AGACHE, 1930.

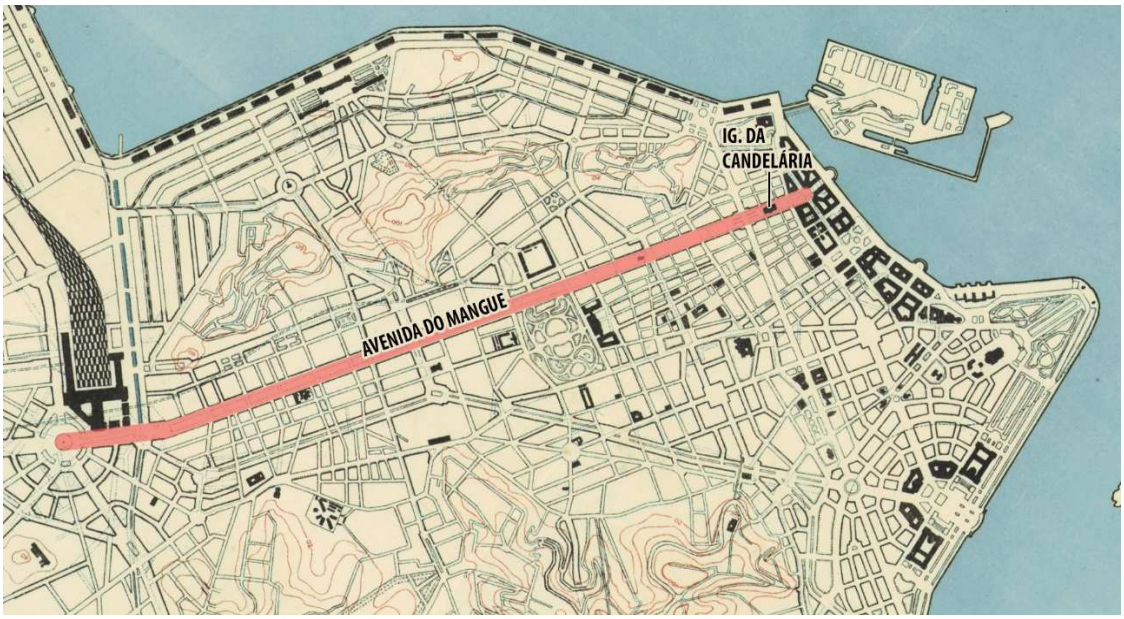


Figura 68: Plano Agache: Planta de Remodelação, 1930.
Fonte da Base: AGACHE, 1930.

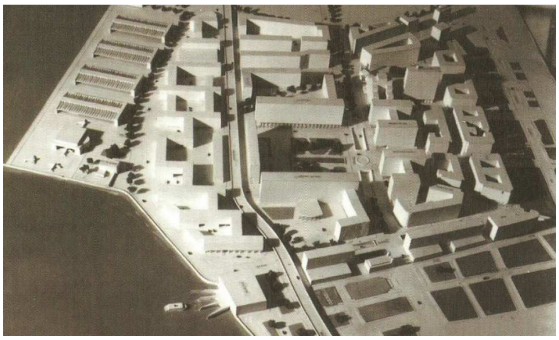


Figura 69: Maquete do Projeto de Reidy para a Esplanada do Castelo e Av. Perimetral, 1938.

À esquerda, os blocos em *redent*. À direita, as quadras fechadas de Agache. A via elevada da Perimetral, atravessando os blocos propostos.

Fonte: BONDUKI, 2000.

3.2. Um paradoxo nas proposições urbanas (1938-1964): A atuação do SPHAN vs. a abertura da Av. Presidente Vargas

O ano de 1938 representa um momento de contradições para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto propostas de renovação urbanística são retomadas pelos órgãos técnicos da Prefeitura do Distrito Federal, o serviço de salvaguarda federal - SPHAN, cujas atividades se iniciaram nos anos anteriores, finalmente atribui valor patrimonial legal a uma série de bens edificados em todo o território brasileiro, tendo na então capital federal a sua maior concentração (88 dentre a totalidade dos 293[73] bens nacionais). Munidos do instrumento do tombamento, definido pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, os agentes de tutela protegeram prioritariamente imóveis de arquitetura religiosa, com linguagem colonial e estilo barroco. Devido a condição notável da cidade como capital do Brasil, desde 1763, as inscrições dos bens edificados eram realizadas duplamente no Livro do Tombo das Belas Artes, pelas suas qualidades arquitetônicas, e no Livro Histórico, como testemunhos materiais da história da Nação.

Dos 88 bens tombados na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1938, 43 estavam localizados na sua Área Central, que corresponde aos núcleos urbanos do século XIX: a cidade colonial, que se estendia até o Campo de Santana, e a Cidade Nova, construída sobre o terreno conquistado com o aterro do Mangal de São Diogo. Dos 43 bens na Área Central, 22 imóveis representavam igrejas, conventos e mosteiros. Nessa leva de tombamentos, foram protegidas as igrejas: da Candelária (BT 11[74], Figura 74), da Lapa dos Mercadores (BT 03), das Santa Cruz dos Militares (BT 02, Figura 75), da Conceição e Boa Morte (BT 09, Figura 76), de Santa Rita (BT 04), de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (BT 05, Figura 77), e de São Francisco de Paula (BT 10, Figura 78) - todas situadas nas franjas do eixo da futura Av. Presidente Vargas, que serve como eixo condutor das nossas análises. Dentre os imóveis referentes a edificações civis nesse recorte, destacam-se obras do século XIX, de estilo neoclássico, como a Praça do Comércio (BT 14), a Casa da Moeda (BT 17), e o Palácio do Itamarati (BT 18, Figura 79).

[73] FONSECA, 1997, p. 126.

[74] Os bens tombados no recorte espacial intermediário de análise da tese (o conjunto projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas de preservação patrimonial), encontram-se indicados no texto como a sigla BT, acrescidos de um número identificador. Esta numeração está articulada às pranchas cartográficas que ilustram esse capítulo, indicando a localização dos bens tombados no mapa, e também ao Apêndice A no tomo III da tese, referente a um breve inventário desse patrimônio, contendo informações como: endereço, usos originais, usos atuais, número de pavimentos, data de tombamento, valores de tombamento, contexto de produção do bem, linguagem arquitetônica, grau de caracterização atual, e estado de conservação atual.

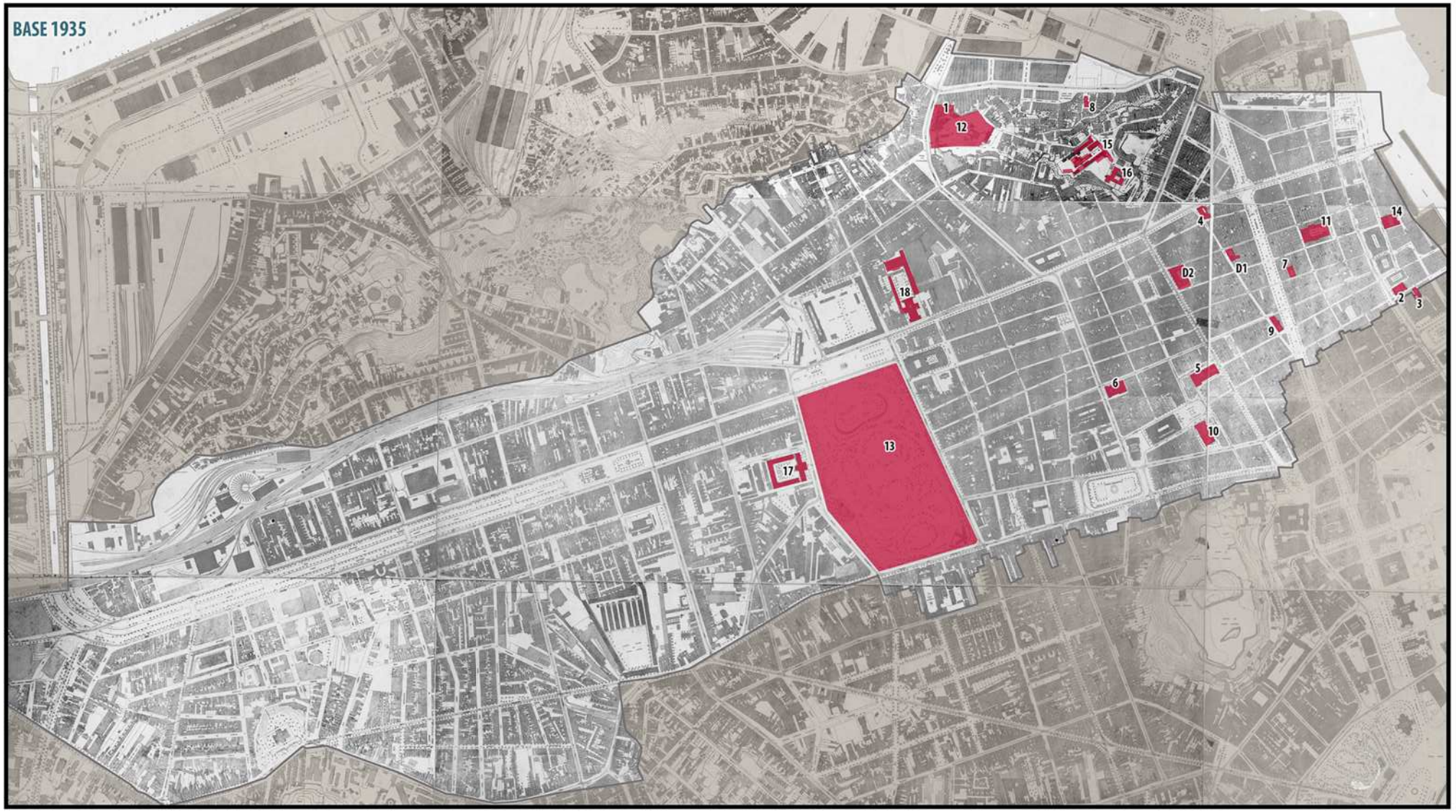
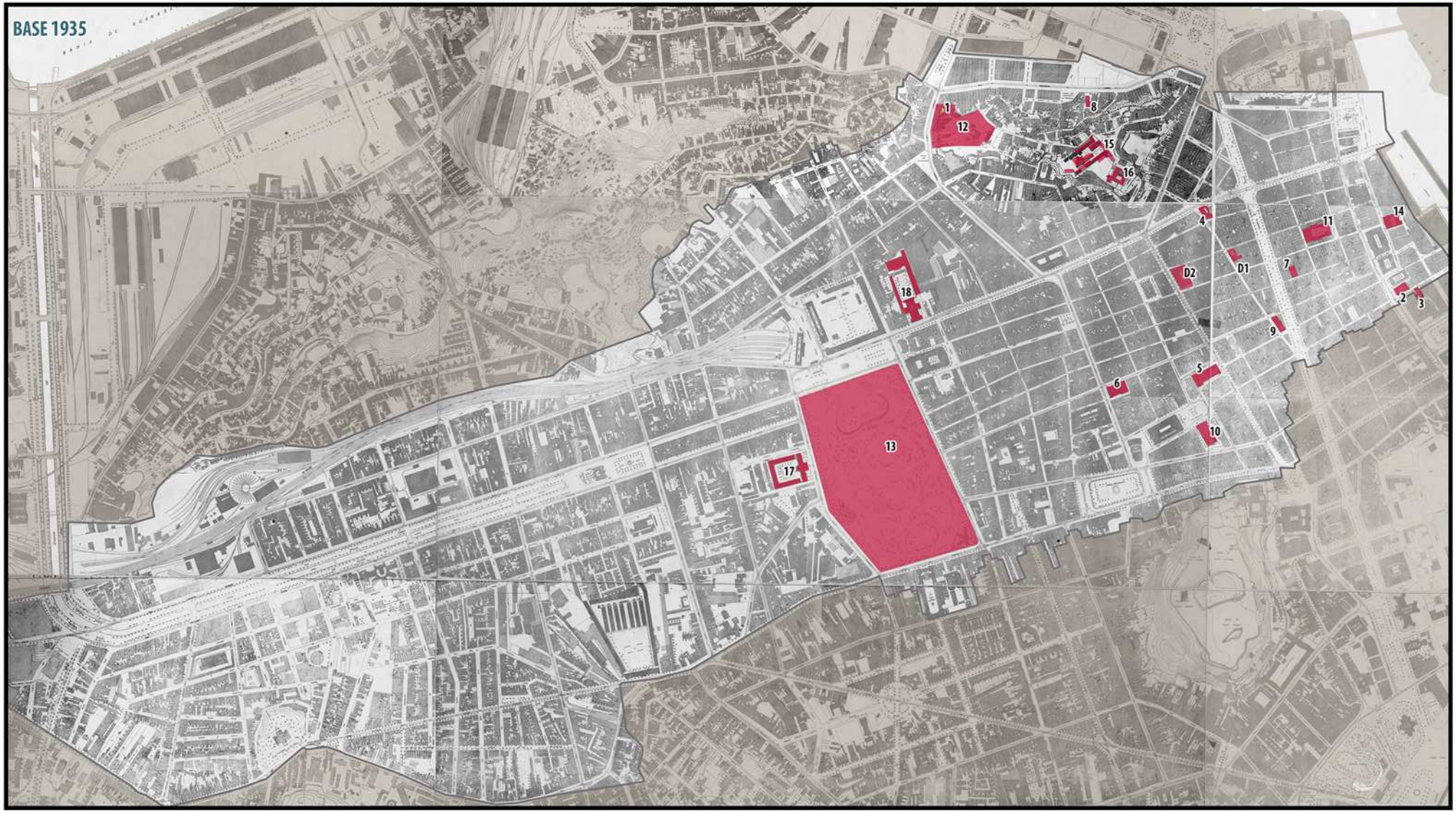


Figura 70: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1935).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 71: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1935).

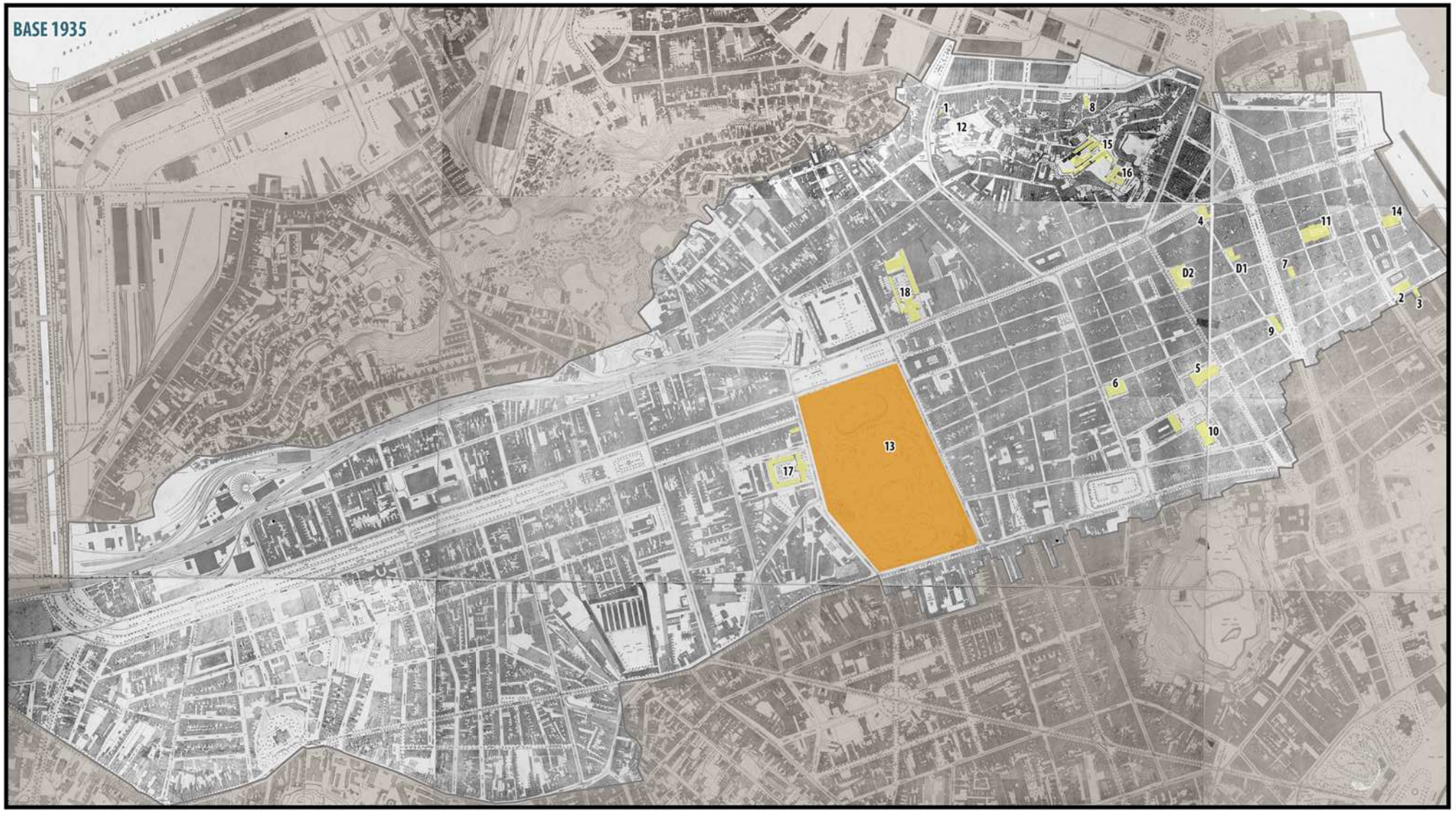
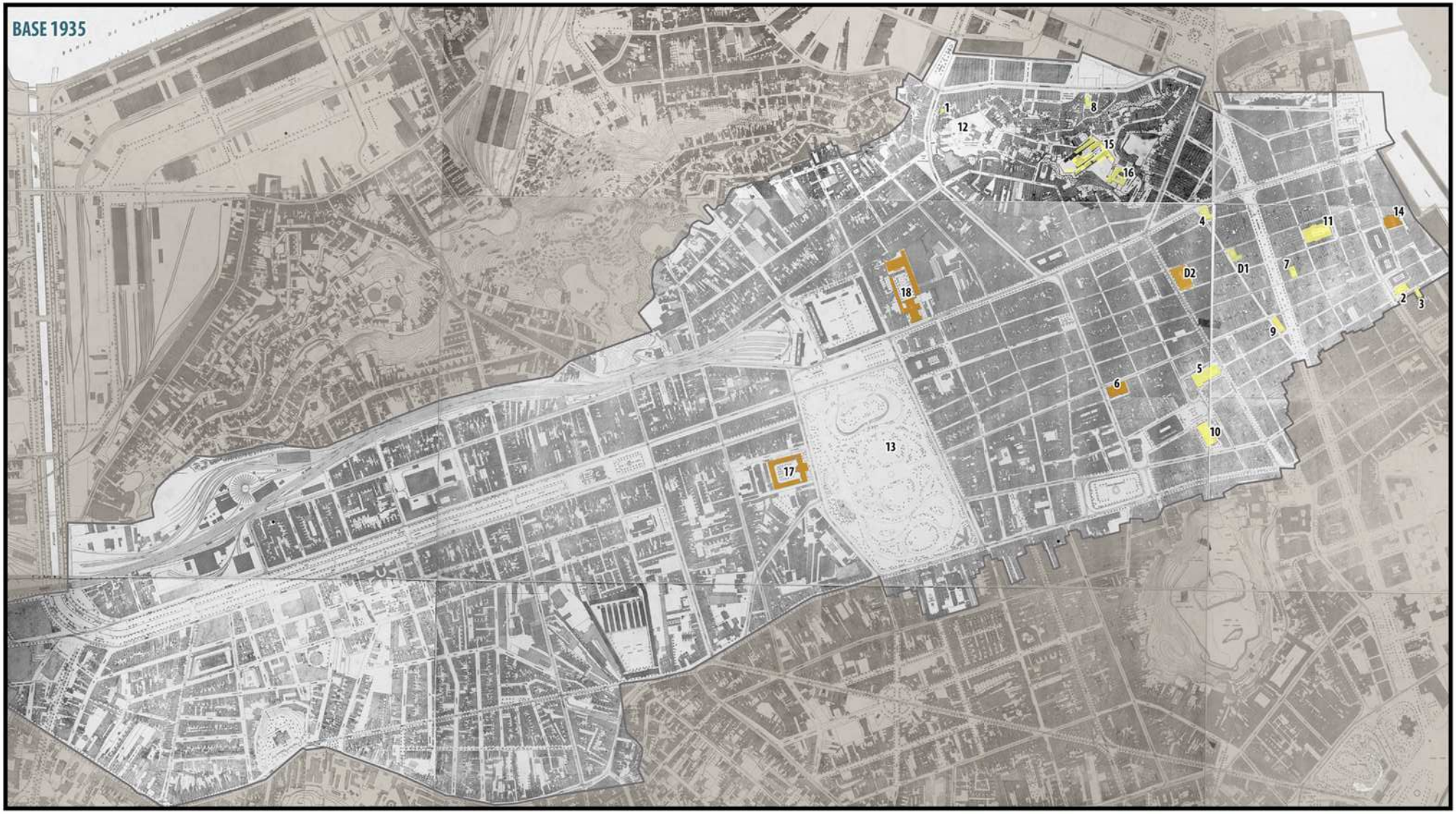


Figura 72: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1935).



ESCALA GRÁFICA

0 100 250 M

LINGUAGEM ARQUITETÔNICA DO BEM TOMBADO [1938]

COLONIAL / BARROCA

CLÁSSICA / ECLÉTICA

RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 73: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1938]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1935).

Os bens citados anteriormente são representativos dessa tipologia de seleção patrimonial do SPHAN no Rio de Janeiro, em seus nos primeiros anos de sua atuação: bens religiosos e grandes edificações civis, do período colonial e do início do Império, com linguagem arquitetônica colonial e/ou clássica, duplamente reconhecidos por seus valores arquitetônicos e históricos. Destacam-se também os conjuntos paisagísticos, como o Passeio Público; os Jardins do Valongo, e seu conjunto arquitetônico (BT 12, Figura 80); e o Campo de Santana (BT 13, Figura 81). Os Jardins do Valongo e o Campo de Santana, curiosamente, seriam tombados não pelo seu valor paisagístico, mas sim com dupla inscrição nos livros do "Tombo das Belas Artes" e "Livro do Tombo Histórico". Já uma das singelas casas que fazem parte do conjunto dos Jardins do Valongo, o imóvel de nº 21 na ladeira de mesmo nome, seria inscrito no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico", além do seu reconhecimento arquitetônico no "Livro das Belas Artes".



Figura 74: Igreja da Candelária, no início do século XX.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 75: Igreja da Santa Cruz dos Militares, no início do século XX.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 76: Igreja de Nosa Senhora da Conceição e Boa Morte, no início do século XX.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 77: Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, no início do século XX.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 78: Igreja de São Francisco de Paula.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 79: Palácio do Itamarati, 1905.
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: FERREZ, 1984.

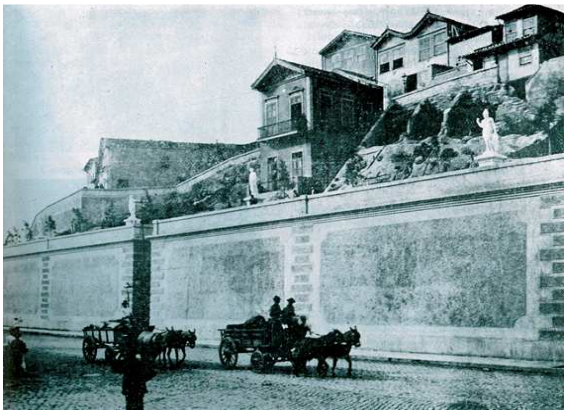


Figura 80: Jardim do Valongo, 1906.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: <http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4128>



Figura 81: Campo de Santana, 1885.
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: FERREZ, 1984.

As razões que justificam tais inscrições pelos agentes do SPHAN são turvas, e conforma aponta Fonseca (1997, p. 127), com base em depoimentos dos funcionários mais antigos da instituição, o "rigor nas inscrições" não fazia parte das preocupações nas primeiras décadas de funcionamento do órgão, levando a supor que "a decisão sobre as inscrições muitas vezes era tomada por quem propunha os tombamentos, ou pelos autores dos inventários".

Consulta aos processos de tombamento destes bens supracitados não colaboram para solucionar esses mistérios. Os documentos, em sua maior parte, não contêm informação referente aos imóveis, sua história ou arquitetura. Os inventários do qual Fonseca menciona, não fazem parte da documentação nesse primeiro momento de atuação do órgão. Os processos resumem-se a breves ofícios de notificação de tombamento por parte do SPHAN, sendo o próprio órgão o proponente da proteção, seguido de mensagem de recebimento da comunicação pelos proprietários dos imóveis tombados. Não se encontram nos documentos desses primeiros tombamentos nenhum parecer que justifique sua proteção, nem reconheça seus valores, o que futuramente pôde dificultar a tarefa dos técnicos da instituição na adoção dos procedimentos corretos para sua efetiva preservação.

Essas práticas ainda principiantes na proteção de bens edificados passariam por momentos turbulentos na cidade do Rio de Janeiro, quando confrontadas com os afãs transformadores da Prefeitura e do Governo Federal em imprimir as marcas do regime autoritário do Estado Novo na forma urbana carioca. Na XI Feira Internacional de Amostras, realizada na cidade, em dezembro de 1938, meses após as homologações dos primeiros tombamentos do SPHAN[75], as

[75] As homologações de tombamento desses primeiros bens protegidos pelo SPHAN na cidade do Rio de Janeiro foram realizadas entre os meses de março e julho de 1938, antecedendo portanto, o PAA nº 3022 e a XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro.

propostas urbanísticas apresentadas pelo "Serviço Técnico" na "Exposição Novo Brazil" desconsideravam as proteções do órgão de tutela, como pode ser visto no projeto apresentado em maquete para a Avenida 10 de Novembro (Figuras 82 e 83), que retoma as ideias de Agache da Avenida do Mangue.

Com mais de 80 metros de largura, e quatro quilômetros de extensão, a 10 de Novembro teria seu início no Cais dos Mineiros, próximo à Igreja da Candelária (BT 11), integrada ao projeto no meio da caixa de rolamento da avenida. No seu eixo seriam arrasados os quarteirões entre as ruas General Câmara e São Pedro, até a Praça Onze de Junho, que seria igualmente demolida e substituída por um grande obelisco. O Canal do Mangue, contudo, continuaria aberto, em oposição ao proposto por Agache em seu Plano de Remodelação. No cruzamento com as principais artérias viárias existentes, como a Av. Rio Branco, o trânsito segue em níveis separados, com o fluxo de automóveis da avenida passando por baixo do eixo das vias transversais através de mergulhões.

Com relação às propostas arquitetônicas, os quarteirões adjacentes à nova avenida dariam lugar a lotes urbanizados. O trecho entre o Cais do Mineiros e o Campo de Santana (BT 13), seguiria o padrão agachiano das quadras fechadas, com vazios internos, e galerias de pedestres contornado o térreo das fachadas. No trecho seguinte, até o seu fim nas proximidades da Praça da Bandeira, a implantação dos edifícios seria semelhante às propostas do urbanismo modernista, com os quarteirões em *redent*, tais como os apresentados por Reidy em seu plano para o Castelo.

O presidente Getúlio Vargas, ao ver a maquete para a avenida cujo nome era uma alusão à data do golpe do Estado Novo, supostamente teria dito ao então prefeito da cidade, Henrique Dodsworth, a seguinte frase: "Vamos fazê-la". A proposta, com nome de Avenida do Mangue, já estava desenhada no projeto de alinhamento[76] (PAA) nº 3022 (Figura 90), aprovado por Dodwsorth em setembro de 1938, representando o trecho da avenida que ia da Candelária ao Campo de Santana. Este último, um bem tombado, seria parcialmente arrasado com a abertura da avenida, mas ainda manteria a maior parte do seu desenho, fruto da reforma empreendida na década de 1880 pelo paisagista francês Auguste Marie Glaziou. O mesmo não poderia ser dito das duas igrejas tombadas nos quarteirões entre a General Câmara e Rua de

[76] O Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) é um instrumento urbanístico municipal que define o traçado dos logradouros, separando o espaço público das parcelas privadas ou de outros bens públicos. Já o Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) é o instrumento que consiste no projeto de parcelamento da terra por meio de loteamento, ou de desmembramento e/ou remembramento dos de lotes já existentes.

São Pedro: as Igrejas de São Pedro dos Clérigos (D 01, Figura 84) e Bom Jesus do Calvário (D 02, Figura 85). A primeira, um símbolo da arquitetura barroca colonial, com planta elíptica e fachada curva, seria o pomo da discórdia no embate entre o SPHAN e a PDF nos anos seguintes. Outros imóveis relevantes também seriam arruinados, como: o Palácio da Prefeitura (Figura 86), com projeto de Pereira Passos; a Igreja de São Domingos, no largo de mesmo nome; e o edifício neoclássico da Escola Benjamin Constant (Figura 87). E no rastro da destruição, também seria destruída a Praça do Comércio de Grandjean de Montigny (BT 14), para dar lugar aos canteiros ajardinados da ligação da avenida com outro eixo viário - a via elevada da Perimetral.

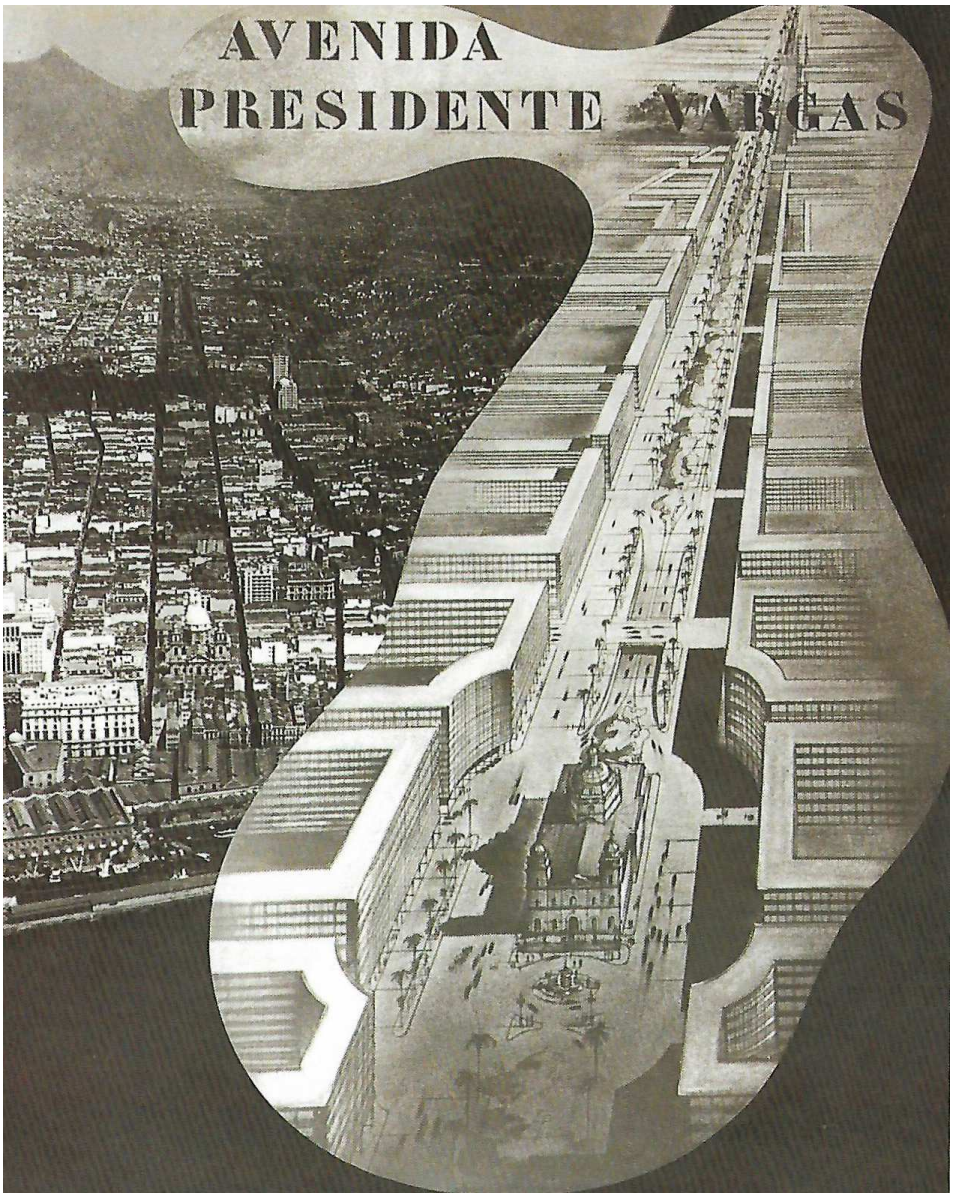


Figura 82: Estudo da Av. Presidente Vargas.
À esquerda, a sequência de quarteirões entre as Ruas General Câmara e São Pedro. À direita, a proposta da Avenida Presidente Vargas, com suas quadras fechadas com vazios internos. A Igreja da Candelária, em destaque, preservada em meio ao eixo da avenida. Fonte: BUENO & TAITELBAUM, 2010.

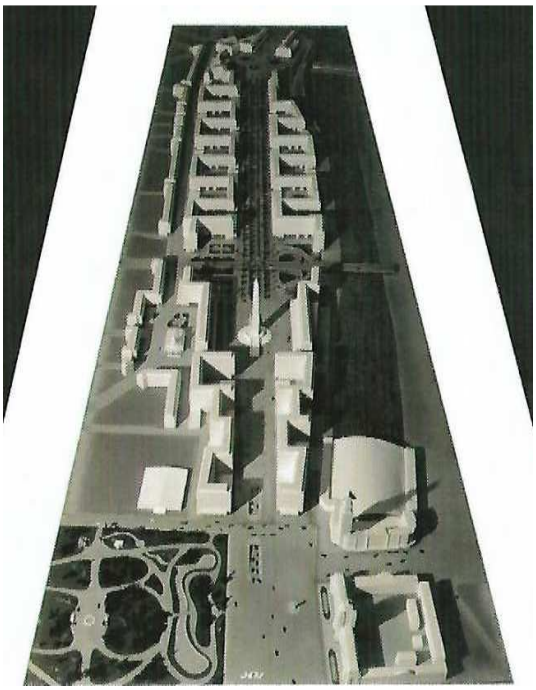


Figura 83: Maquete da Av. Presidente Vargas.
No trecho da avenida entre o Campo de Santana e a Praça da Bandeira, a manutenção do Canal do Mangue.
Fonte: BUENO & TAITELBAUM, 2010.



Figura 84: Igreja de São Pedro dos Clérigos.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.



Figura 85: Igreja do Bom Jesus do Calvário.
Fonte: <https://orioqueorionaove.com>



Figura 86: Palácio da Prefeitura.
Fotografia de Luiz Musso. Fonte: BN Digital.



Figura 87: Escola Benjamin Constant, na Praça Onze.
Fonte: Biblioteca do IRPH.

Na maquete apresentada na Feira de 1938 destacavam-se duas edificações em processo de construção, e representativas da linguagem arquitetônica adotada pelo Estado Novo em sua afirmação do poder na cidade: a racional arquitetura proto-moderna com traços do estilo *art-déco*. Eram estes: o edifício da Estação Central da Estrada de Ferro Pedro II; e o Palácio Duque de Caxias. A localização destes, de frente para o Campo de Santana, consolida as atividades previamente existentes no local - o Terminal Ferroviário e o Quartel Militar da Praça da

República, respectivamente - e substitui as arquiteturas passadas por novas edificações imponentes que marcam este ponto central da avenida (Figuras 88 e 89).

Em 1940, é publicado o PAA nº 3481/PAL nº 5972 (Figura 91), que reforça o alinhamento previsto pelo projeto de 1938, estendendo o até a Praça Onze de Junho, e apresentando as propostas de loteamento para as novas quadras urbanizadas ao longo da avenida, que ganha seu nome definitivo de Presidente Vargas. As obras de demolição dos quarteirões compreendidos entre a Praça Onze e o Campo de Santana, e da Rua Visconde de Itaboraí até a Av. Rio Branco foram iniciadas no ano de 1941, e segundo Dodsworth praticamente se autofinanciaram[77], uma vez que o retorno da venda dos lotes vagos propostos nos PAA/PAL de 1940 seria utilizado para pagar as desapropriações e custear os trabalhos de arrasamento do antigo tecido colonial. Os custos também foram reduzidos em relação à proposta original, uma vez que os mergulhões nos cruzamentos da avenida com as principais vias do tecido existente não constam no projeto de alinhamento em questão.



Figura 88: Construção dos edifícios da Estação Pedro II e do Palácio Duque de Caxias, em fins da década de 1930.

Na frente dos novos edifícios, o antigo quartel militar e a velha estação ferroviária.

Fonte: BUENO & TAITELBAUM, 2010.

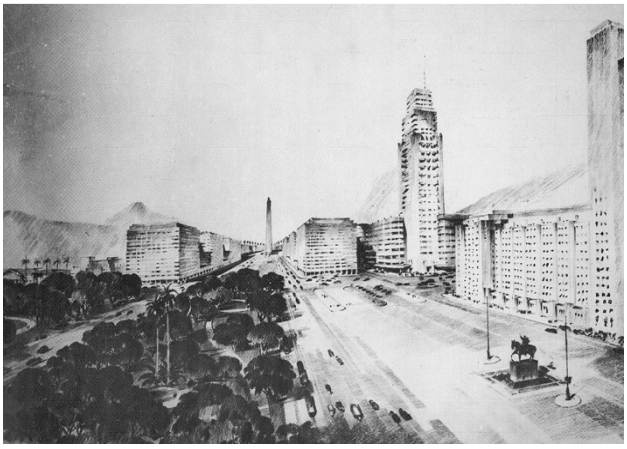


Figura 89: Perspectiva da Avenida Presidente Vargas.

Em destaque, os edifícios da Estação Pedro II e o Palácio Duque de Caxias. Ao fundo, o obelisco na Praça Onze.

Fonte: Revista Municipal de Engenharia / Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[77] BUENO & TAITELBAUM, 2010, p. 118.

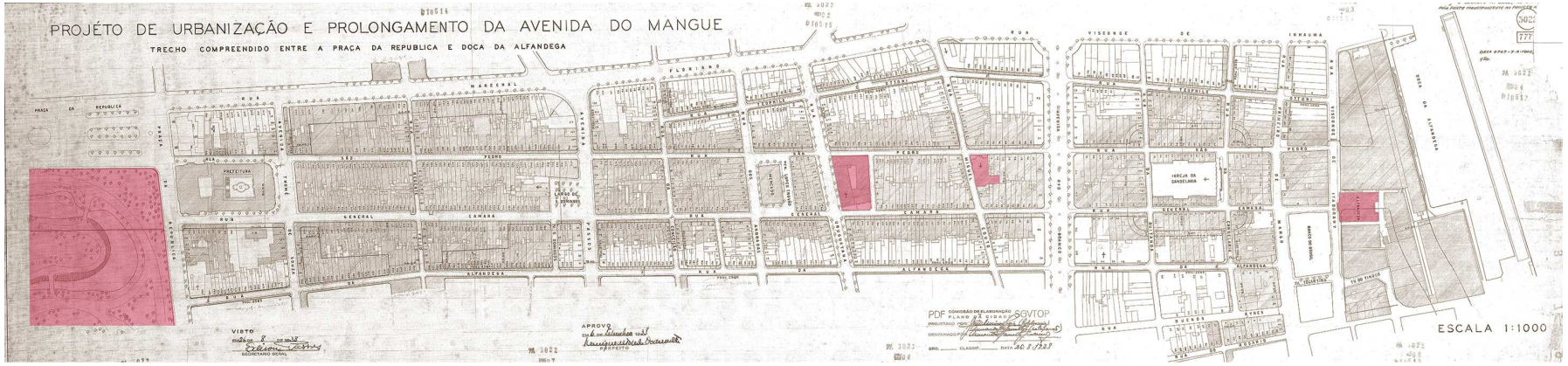


Figura 90: PAA nº 3022 de 1938. Projeto de Urbanização da Avenida do Mangue.
Em vermelho, os bens tombados pelo SPHAN que seriam destruídos com a abertura da Avenida. Fonte da Base: SMU-PCRJ.



Figura 91: PAA nº 3481 de 1940. Avenida Presidente Vargas. Planta Geral - Prolongamento da Avenida do Mangue. Projeto de Reloteamento.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Em 1941, enquanto as obras de abertura são executadas, o PAA nº 3653/PAL nº 6980 (Figura 92) detalha o loteamento do trecho final da avenida, ao longo do Canal do Mangue até as proximidades do Campo de Santana, com uma implantação similar ao dos *redents.*

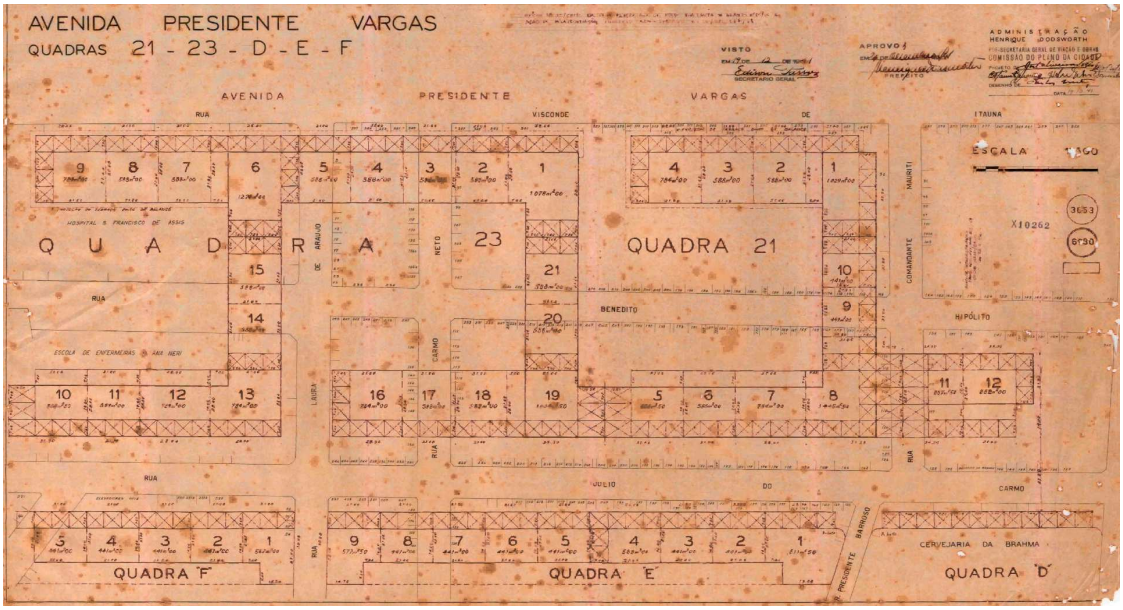


Figura 92: PAA nº 3653/PAL nº 6980 de 1941. Avenida Presidente Vargas. Quadras 21-23-D-E-F.
Fonte: SMU-PCRJ.

No outro extremo da avenida, a Igreja da Candelária, outrora rodeada por pequenos sobrados, via-se livre de interferências e circundada pela área que hoje ganha o nome de Praça Pio X, mantendo sua monumentalidade com a alteração do gabarito proposto no seu entorno. Enquanto os demais quarteirões da Presidente Vargas seriam revestidos por uma cortina de fachada com 22 pavimentos, com térreo e sobreloja ladeado por galeria de pedestres, os edifícios circundantes à igreja atingiram o limite de 15 pavimentos (acrescidos de mais dois pavimentos recuados), conforme registrado na prancha anexa ao Decreto nº 6897 de 1940, que aprovou o PAA nº 3481 (Figura 93).

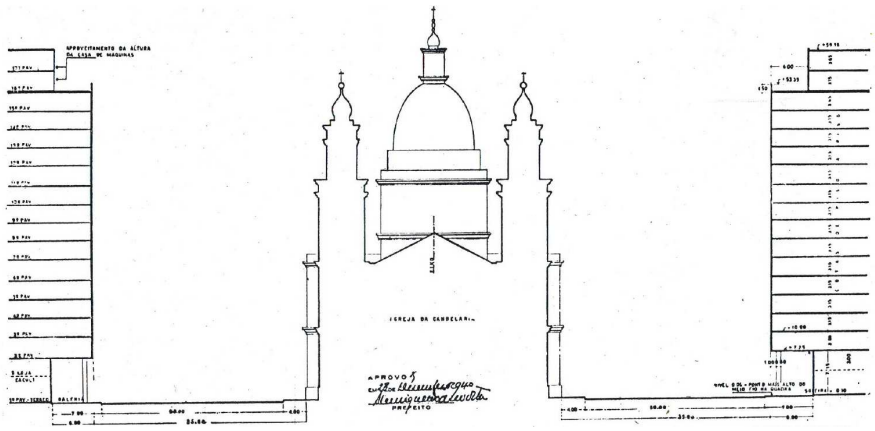


Figura 93: Gabarito proposto no entorno da Igreja da Candelária, 1940.
Prancha Anexa ao Decreto nº 6897 de 1940. Fonte: RME / Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

A proposta seria revisada, em 1944 com os PAA nº 3923/PAL nº 8837, e PAA nº 3924/ PAL nº 8838 referentes ao loteamento das quadras 5 e 6 do projeto de urbanização da avenida, limitando o gabarito no entorno da Igreja da Candelária a 12 pavimentos, e garantindo a dominância vertical do bem tombado. Os quarteirões remanescentes seguiram o PAA nº 4041 e suas nove folhas de projeto de loteamento (nº 9813 a 9821), de 1945 (Figuras 94 e 95).

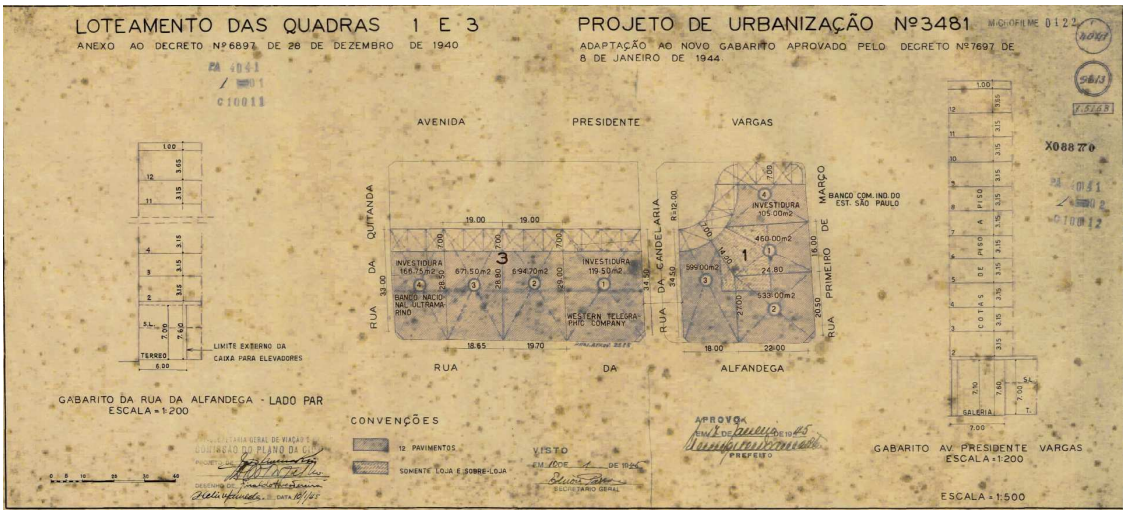


Figura 94: PAA nº 4041 /PAL nº 9813 de 1945. Loteamento das Quadras 1 e 3. Projeto de Urbanização nº 3481.
Os quarteirões no entorno da Praça Pio X, com seus edifícios de 12 pavimentos. Fonte: SMU-PCRJ.

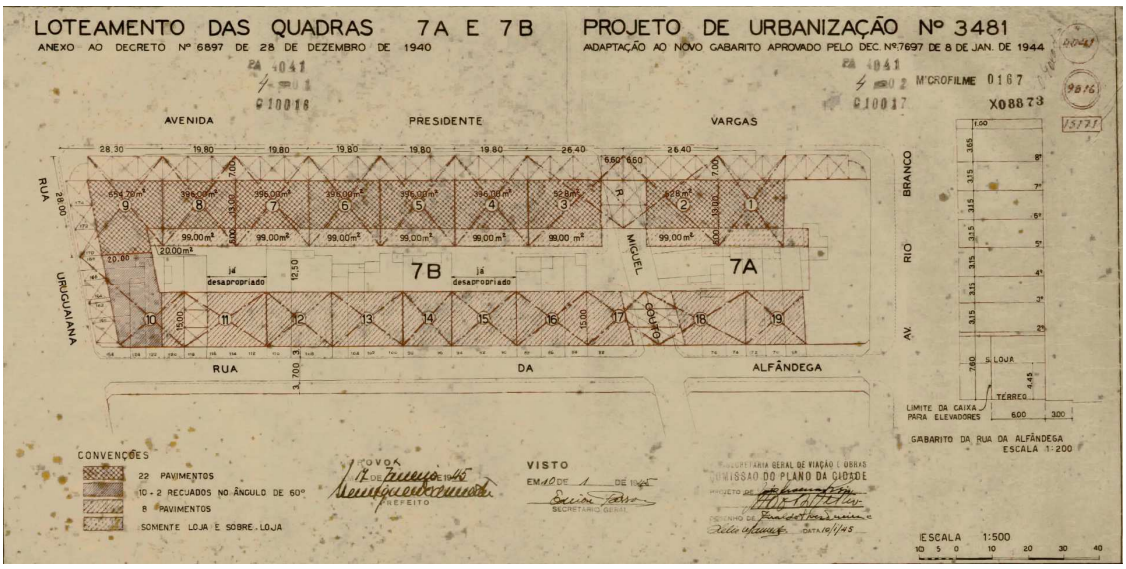


Figura 95: PAA nº 4041 /PAL nº 9816 de 1945. Loteamento das Quadras 7A e 7B. Projeto de Urbanização nº 3481.
A ocupação prevista ao longo da Avenida, com seus edifícios de 22 pavimentos. Fonte: SMU-PCRJ.

Essa sensibilidade à patrimônio, contudo, não foi rebatida para as demais igrejas tombadas localizadas no eixo da avenida. No processo instaurado para a proteção da Igreja de São Pedro dos Clérigos documenta-se o debate pela preservação desses bens tombados, sugerindo o então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a possibilidade de uma inflexão no

caminho da avenida. Em estudo submetido por intermédio do engenheiro José de Oliveira Reis, chefe da Comissão do Plano da Cidade, à Edison Passos, Secretário Geral de Viação e Obras Pública da municipalidade, o SPHAN propõe que a nova avenida siga o eixo da Av. Marechal Floriano (Figura 96). No ofício enviado por Andrade, em setembro de 1940, o diretor busca a proteção do Campo de Santana, cujo "traçado tradicional" seria alterado pela avenida, e aponta a preciosidade dos monumentos de arquitetura religiosa, cuja perda seria um atentado irreparável ao patrimônio histórico-artístico da cidade"[78], com especial atenção a Igreja de São Pedro, obra de significação para a arquitetura nacional. No mês seguinte o Dr. Rodrigo envia ofício ao Ministro Capanema, pedindo que este pleiteie pelo SPHAN ao presidente Getúlio Vargas que as obras de execução da avenida não fossem autorizadas "sem a prévia audiência desta repartição"[79].

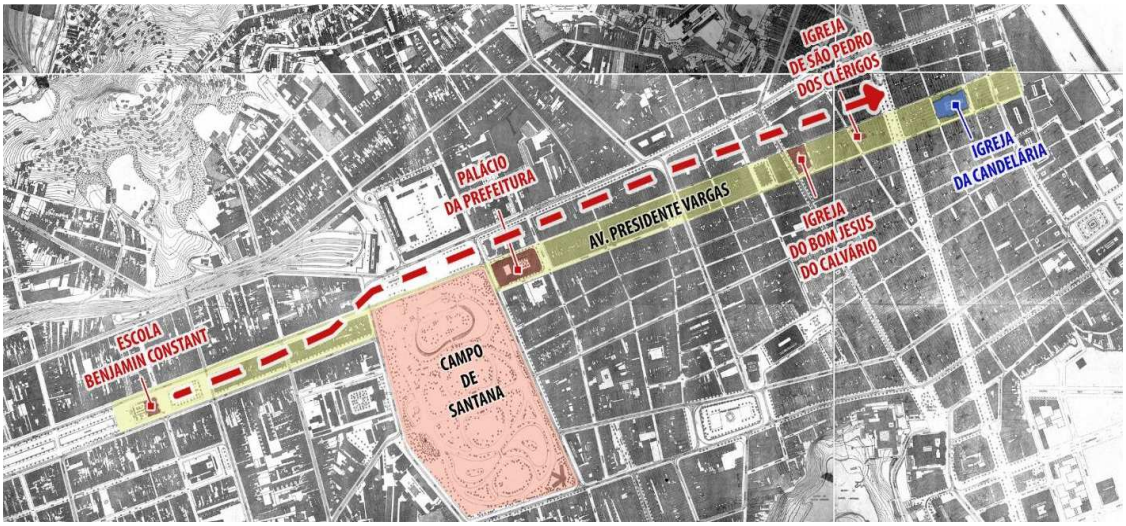


Figura 96: Mapa registrando o desvio do eixo da Avenida Presidente Vargas, proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade à PDF em 1940.
Fonte da Base: Planta da Cidade do Rio de Janeiro (1935).

Em 1941, Hermínio de Andrade e Silva, membro da Comissão do Plano da Cidade envia parecer para apreciação da Secretaria de Viação, com relação às solicitações do SPHAN. No referente às igrejas tombadas, o engenheiro indica o valor secundário da Bom Jesus do Calvário, mas sugere que a de São Pedro dos Clérigos, com sua "planta de traçado curvelínio", seja reconstruída em outro local com suas principais características, e reprodução fiel de seus ornatos internos, uma atitude que já se demonstra equivocada do ponto de vista da disciplina da restauração desde a exposições de Boito na Itália da virada do século XX, na qual previa-se a distinção entre o novo e o antigo, ao invés da cópia indiscriminada.

[78] IPHAN, Processo nº 017-T-38, 1938, fl 8.

[79] Ibid., fl 10.

A situação é menos favorável para o edifício neoclássico da Praça do Comércio, que não mereceria nem ser considerada, "por ter sido o projeto de Grandjean Montegny [sic] alterado na sua essência por um arquiteto português, e constitui hoje apenas um velho casarão imprestável"[80]. Edison Passos, em mensagem ao prefeito Dodsworth em maio de 1941, conclui que as propostas do SPHAN para reorientação do traçado da avenida, não apresentam "vantagem alguma de ordem técnica, urbanística ou econômica".

A luta de Rodrigo Melo Franco de Andrade persiste com novo ofício dirigido à Capanema, datado de setembro de 1941, condenando as soluções previstas pela prefeitura de demolição total dos imóveis tombados e sua reconstrução em outros locais, pois não há "como comparar os monumentos (...) que são exemplares originais de excepcional importância artística e histórica, com a reprodução de suas formas e linhas arquitetônicas em construções nos nossos dias"[81]. Suas tentativas, contudo, são sem sucesso, e Dodsworth encaminha à Vargas, em dezembro de 1942, um ofício solicitando cancelar do tombamento das igrejas de São Pedro e Bom Jesus, assim como do Campo de Santana, citando o exposto no Decreto-Lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941[82], que estabeleceu a prática do destombamento. Resignado à situação, o diretor do SPHAN solicita ao Ministro Capanema que o presidente, ao decretar o cancelamento da proteção dos bens tombados, estabeleça "a obrigação assumida pela Prefeitura Municipal de executar a expensas suas as obras de reconstrução dos monumentos (...) sob o projeto e orientação"[83] do órgão de tutela.

Através de despacho presidencial, em 1943, Vargas cancela o tombamento das duas igrejas e do Campo de Santana, mas as alternativas de salvaguarda persistem. Agache, em entrevista de junho de 1943 à revista literária Dom Casmurro, apresenta um projeto de "avenida parque"[84] (Figura 97) que incorpora amplos canteiros ajardinados ao eixo da Presidente Vargas, no trecho entre a Av. Rio Branco e a Rua Uruguaiana, conservando na sua integralidade a Igreja de São Pedro dos Clérigos, e preservando a fachada e torre sineira da Igreja do Bom

[80] Ibid., fls. 23-24.

[81] Ibid., fls 33-35.

[82] O Decreto-Lei nº 3866, publicado em 1941, possibilitou no mesmo ano cancelar o tombamento da cidade de São João Marcos, no atual Município de Rio Claro, no sul fluminense, que seria inundada com a construção da represa Ribeirão das Lages pela Empresa Light, com objetivo de intensificar a distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro. A cidade foi destruída, e sua população removida, apesar da área nunca ter sido inundada conforme o previsto com a construção da represa.

[83] IPHAN, Processo nº 017-T-38, 1938, fl 42.

[84] Ibid., fls. 61- 62.

Jesus do Calvário. No mês seguinte, em reportagem do Jornal Diário de Notícias[85], discute-se o deslocamento integral das duas igrejas para as margens da Avenida, que seriam possíveis através do "transporte monolítico" sugerido pela empresa "Estacas Franki Ltd". As ideias de Agache foram desconsideradas, e o alto custo do trabalho para deslocamento dos bens tombados inviabilizou a sugestão proposta pela Estacas Franki, sendo finalmente demolidas as igrejas no ano de 1944, data de inauguração da Avenida Presidente Vargas (Figuras 98 e 99).

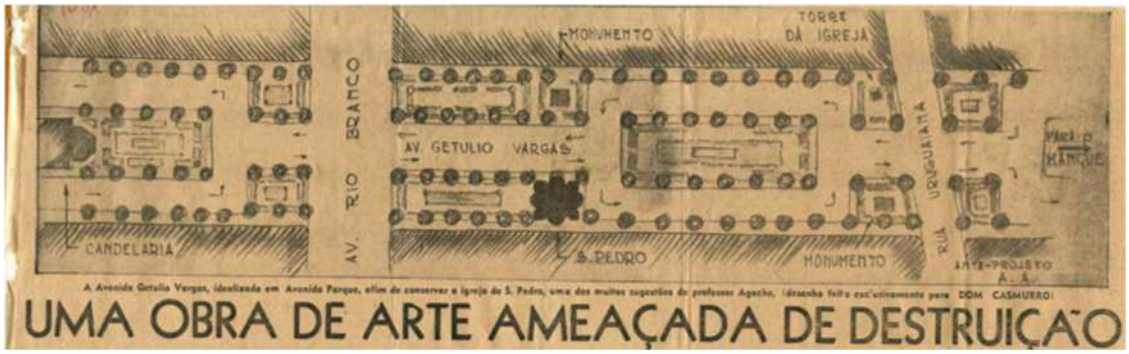


Figura 97: Propostas de Agache para preservação das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário.
Fonte: IPHAN, Processo nº 017-T-38, 1938





(acima) **Figura 98:** A construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940.
Fonte: O Globo Online.
<https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/av-presidente-vargas-central-do-brasil-9404024>

(ao lado) **Figura 99:** Solenidade de Inauguração da Av. Presidente Vargas, em 1944.

Fotografia de Uriel Malta.
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

[85] Ibid., fl. 64.

A Praça do Comércio, embora "um velho casarão imprestável", sobrevive à abertura da Presidente Vargas, mas as propostas por sua demolição persistem devido à construção da Avenida Perimetral, sendo o imóvel finalmente incorporado ao projeto de ligação entre os dois eixos viários exposto no PAA nº 6489 de 1955 (Figura 100).



Figura 100: Parte do PAA nº 6489 de 1955
O edifício da Alfândega, integrado ao projeto urbano da Presidente Vargas e da Av. Perimetral.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Antes disso, todavia, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Jayme de Barros Câmara, em virtude da realização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional a ser realizado no ano de 1995, solicitou à prefeitura que o imóvel fosse demolido, pois o mesmo atrapalharia uma procissão noturna vinda de Niterói por embarcações que desembocariam no cais do início da Presidente Vargas. No parecer do órgão de tutela federal, renomeado de DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional em 1946, Rodrigo Melo Franco de Andrade recusa o pedido do Cardeal Câmara, afirmando[86] o valor histórico do edifício, que recentemente vinha passando por obras de reparo. O mesmo insinua no documento que o Cardeal não devia estar ciente do tombamento do imóvel, pois caso estivesse "sem dúvida não teriam pleiteado de modo algum a demolição", uma vez que esta teria "o objetivo apenas de tornar mais vistoso o desembarque de uma procissão noturna", e termina seu texto reiterando que "a proteção aos bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional, não pode ser indiferente a sua Eminência, nem a Ilma. Comissão encarregada do programa do Congresso Eucarístico".

[86] IPHAN, Processo nº 101-T-38, 1938, Vol. 2, fl. 10.

Afora as demolições dos edifícios notáveis, a abertura da Presidente Vargas arrasou uma significativa parcela do tecido urbano tradicional da cidade, com particular destaque ao casario do entorno da Praça Onze de Junho (Figura 101), área conhecida como Pequena África. Após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, a área tornou-se o reduto dos outrora escravizados, e nela situava-se a casa da negra baiana alforriada Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, que veio para o Rio de Janeiro na década anterior. Na sua casa, o imóvel de nº 117 da Rua Visconde de Itaúna (antiga Rua do Sabão do Mangue, Figura 102), nasceu o primeiro samba gravado, e no seu entorno difundiu-se a cultura africana. O imóvel em questão desapareceu com as primeiras demolições da avenida de 1941, e o fim da Pequena África ilustra a situação de valoração patrimonial do período, que ainda atrelada à matriz elitizada da alta cultura europeia desconsiderou esse registro da história social, um ato inconcebível na noção plurivalente e ampliada do patrimônio cultural na contemporaneidade.



Figura 101: Praça Onze de Junho, antes da abertura da Av. Presidente Vargas.
Fotografia de Augusto Malta.
Fonte: BN Digital.



Figura 102: Rua Visconde de Itaúna, antes da abertura da Av. Presidente Vargas.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: O Globo Online <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/origens-do-samba-20494829>

Nos anos seguintes, as destruições para a abertura da avenida foram sendo substituídas pelas construções que seguiam as propostas de ocupação urbana previstas nos projetos de alinhamento e loteamento publicados anteriormente. O trecho inicial da Presidente Vargas, do Cais dos Mineiros até a Rua da Uruguaiana ganhava forma com seus edifícios verticalizados, com destaque para os circundantes à Igreja da Candelária (Figura 103). Dois imóveis dissociam-se da massa edificada pela sua linguagem arquitetônica, ambos sedes bancárias: o Edifício Sede do Banco Aliança, projeto de Lúcio Costa, e o Edifício Sede do Banco Boa-Vista (Figura 104), projeto de Oscar Niemeyer. O estilo modernista das plantas livres, janelas em fita de panos envidraçados, e fachadas com brises-soleil, característicos da arquitetura que se desenvolveu no paradigmático Palácio Capanema ganhava espaço na Presidente Vargas em meio a uma produção que ainda se atrelava a uma linguagem proto-moderna, mais próxima dos arranha-céus à moda de Agache.





(Acima) **Figura 103:** Praça Pio X, em 1965.
Fonte: Extra Online <https://extra.globo.com/noticias/rio/avenida-presidente-vargas-426524.html>

(Ao lado) **Figura 104:** Edifício do Banco Boa Vista, em 1950.
Fotografia de Kurt Hutton. Fonte: Galerie Prints <https://www.galerieprints.com/product/banco-boavista/>

Seria essa mesma característica arquitetura moderna do concreto-armado e das plantas-livres que foi reconhecida pela DPHAN, a partir de fins da década de 1940, como digna de proteção[87]. Na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, dois imóveis foram contemplados com tombamento, apesar de sua construção recente, devido a sua inovação e valor para arquitetura: o Palácio Capanema (tombado em 1948); e a Estação de Hidroaviões (tombada em 1957), projeto de Attílio Correa Lima. Segundo Pessôa (2003), esses tombamentos constituem "no contexto mundial, a primeira medida de preservação de edifício do movimento moderno que começava a viver a sua plena afirmação internacional". As ações da DPHAN atestam a definição do patrimônio como um processo centrado no presente que se orienta para o futuro. Estes edifícios seriam exemplos do se desejava para imagem da cidade do Rio de Janeiro, tendo um valor reconhecido para o amanhã, não somente como produção histórica e artística a rememorar, mas como projeto de futuro ainda a ser erigido.

Ao longo da década de 1950, o impulso pela ocupação da Av. Presidente Vargas diminui com direcionamento dos investimentos imobiliários para o bairro de Copacabana. Da Rua da Uruguaiana até a Praça da Bandeira, o grande eixo viário encontrava-se ainda ladeado pelo casario tradicional dos pequenos sobrados, pontualmente rompido por arranha-céus com galerias de pedestres nas suas fachadas térreas, como no caso do conjunto de edifícios Paulo de Frontin, Maipu e Onze de Junho, na esquina da avenida com a Rua de Santana, local onde antes situava-se a casa da Tia Ciata. O conjunto que popularmente ganhou o nome de

[87] O primeiro bem edificado modernista protegido pela DPHAN em âmbito nacional foi a Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha, em Belo Horizonte. O projeto de Oscar Niemeyer foi tombado no ano de 1947.

"Balança-Mas-Não Cai" (Figuras 105 e 106) foi um dos poucos registros concretizados para a Presidente Vargas com o uso habitacional multi-familiar, em oposição ao uso comercial e bancário do trecho inicial nas proximidades da Candelária.



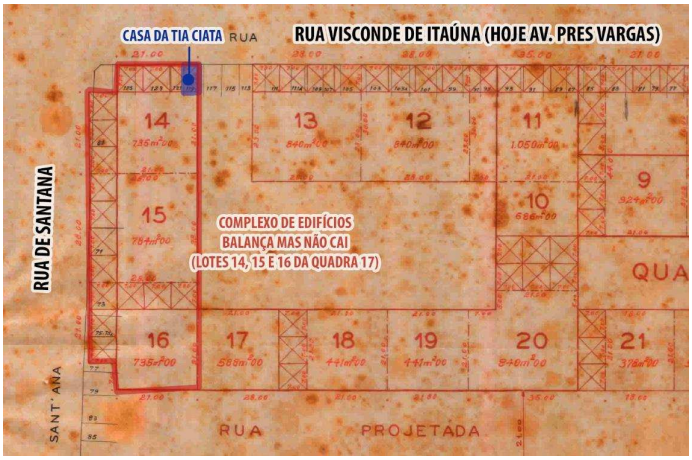


Figura 105: Detalhe do PAA nº 3653/PAL nº 6980 de 1941. Avenida Presidente Vargas. Quadra 17.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Figura 106: Complexo de Edifícios Balança-Mas-Não-Cai, década de 1970.
Fonte: BUENO & TAITELBAUM, 2010.

É nas cercanias do "Balança-Mas-Não-Cai" que nessa mesma década a DPHAN realiza o tombamento de um imóvel que sobreviveu à destruição graças ao declínio de interesse pela construção na Avenida Presidente Vargas. De frente para o Campo de Santana, e ao lado do imóvel da Casa da Moeda, a Casa de Deodoro (BT 19), sobrado colonial e histórica residência do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, estava ameaçado pela renovação prevista para a Quadra 17-A do PAA nº 7215/PAL nº 21892 de 1957 (Figura 107), que revisa as propostas dos projetos de alinhamento da década de 1940.

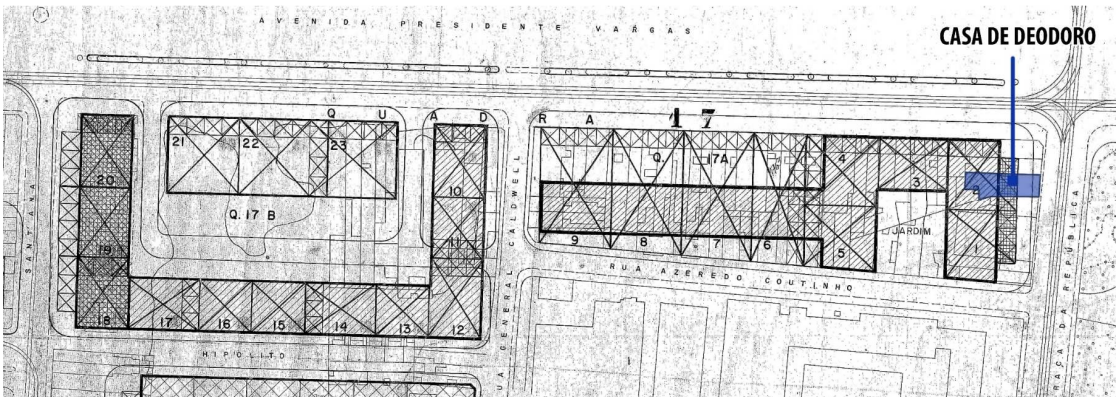


Figura 107: Parte do PAA nº 7215/PAL nº 21892 de 1957
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

O imóvel de propriedade da União, e sob jurisdição do Ministério da Guerra, vinha desde 1941 sendo alvo de um processo de cessão para a Prefeitura do Distrito Federal, para que essa

pudesse vender o lote para urbanização da área. O processo de transferência arrastou-se por mais de uma década, ganhando força em 1956, com a PDF mencionando em ofícios a necessidade da sua demolição imediata. No momento em questão, o imóvel era ocupado pela sede do "Círculo dos Oficiais Reformados do Exército e da Armada", o que dificultava a sua cessão para o Município.

Em ofício do Diretor do Patrimônio do Exército, de maio de 1957, o processo de transferência é interrompido, sendo recusada a demolição do imóvel devido ao seu valor histórico. Seria deste sobrado que o Marechal Deodoro teria saído, "e assumindo o comando da tropa, selou com à sua presença a Proclamação da República", tratando-se, portanto, de um imóvel atrelado a "fato marcante da história nacional, e mais ainda da história do Exército"[88]. Foi com esse pretexto, que no ano seguinte, o Chefe do Gabinete do Ministério da Guerra envia ofício à DPHAN, solicitando o tombamento voluntário do sobrado, unanimemente aprovado pelo Conselho Consultivo do órgão de tutela em junho de 1958.

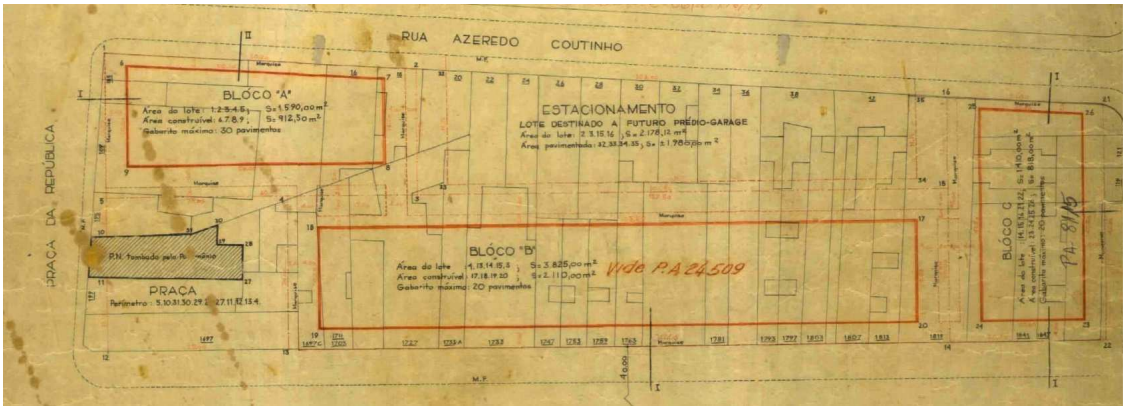
A inscrição da Casa de Deodoro no Livro do Tombo Histórico, em 1958, teve impacto indireto no processo de urbanização da Av. Presidente Vargas. Embora seu tombamento não inviabilize a proposta geral de ocupação, ela interfere pontualmente nos lotes previstos para a Quadra 17-A dos PAA e PAL vigentes para área. Estes foram modificados para incorporar o imóvel, agora protegido das renovações, conforme registrado no PAA nº 8052 de 1963/PAL nº 24410 (Figuras 108 e 109), prevendo uma praça arborizada[89] no entorno do sobrado tombado - uma solução próxima das idealizações da Carta de Atenas do CIAM, de 1933, que recomendava o isolamento dos monumentos históricos.

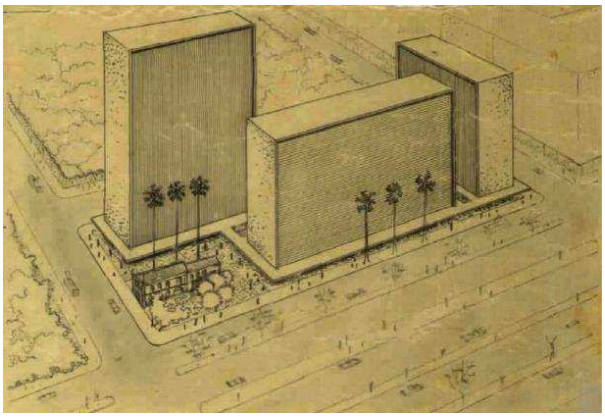
A Av. Presidente Vargas foi, contudo, apenas umas das propostas que compôs a complexa trama de projetos urbanísticos previstos pela Prefeitura do Distrito Federal para a área central da cidade na década de 1940. Sua conjuntura atual é o resultado da articulação de seu projeto original com outras propostas renovadoras que a interceptavam. Diferentemente da Presidente Vargas, cuja abertura foi completamente realizada, apesar da sua incipiente ocupação posterior, esses projetos correlatos foram sendo executados de forma fragmentária e pontual, e produzidos com distintas, e muitas vezes divergentes, idealizações de futuro para

[88] Processo nº 1.505/63-MF, fl. 61. Anexado a: IPHAN, Processo nº 572-T-58, 1958.

[89] Conforme apresentam Motta & Thompson (2010, pp. 85-90), a proposta da praça arborizada foi questionada, e o SPHAN, na década de 1980, recomendou a reconstituição da volumetria original do entorno da Casa de Deodoro, com objetivo recontextualizar historicamente o imóvel. Nenhuma das duas alternativas foi implementada, continuando o entorno do bem tombado a se configurar como um vazio urbano subutilizado de terrenos baldios apropriados por estacionamentos.

a cidade. Dentre estes, destacam-se os projetos da Av. Diagonal e da Av. Norte-Sul, que afetavam o tecido urbano da antiga freguesia do Sacramento, adjacente à Presidente Vargas, configurando uma das franjas do seu conjunto projetual.





(Acima) **Figura 108:** Parte do PAA nº 8052/PAL nº 24410 de 1963.
Proposta revisada para a Quadra 17-A.
Fonte: SMU-PCRJ.

(Ao lado) **Figura 109:** Parte do PAA nº 8052/PAL nº 24410 de 1963.
Perspectiva da Quadra 17-A.
Fonte: SMU-PCRJ.

A Av. Diagonal[90] (Figura 110), projeto de Saboya Ribeiro, apresentado no PAA nº 3612 de 1941 relativo à Urbanização da Esplanada de Santo Antônio (Figura 111), traçava a abertura de um extenso eixo viário oblíquo ao tecido existente, ligando a Lapa ao Campo de Santana, e propunha destruir uma área da cidade consolidada por uma tradicional atividade comercial articulada aos pequenos sobrados clássicos e ecléticos da virada do século XX. A ocupação proposta, em blocos, ao invés de quadras, aproxima o projeto do ideário do urbanismo modernista. Esses blocos teriam 11 pavimentos ao longo da Avenida, articulados a torres de 17 pavimentos recuadas 5 metros em relação ao alinhamento da rua.

Os planos de renovação urbana seriam mais ambiciosos com o projeto da Av. Norte-Sul[91], apresentado no PAA nº 5029/PAL nº 13989 de 1949 (Figura 112) seguindo as propostas de Affonso Eduardo Reidy de ligação da Lapa à Região Portuária. A avenida atravessaria o vazio remanescente do Morro de Santo Antônio, cuja demolição é uma retomada das propostas

[90] O projeto foi aprovado pelo Decreto da PDF nº 7.064 de 31 de julho de 1941.

[91] O projeto foi aprovado pelo Decreto da PDF nº 9.632 de 14 de março de 1949.

apresentadas por Agache no seu Plano de Remodelação para a cidade de 1930. Com dois níveis de trânsito (um subterrâneo e outro elevado), um viaduto ladeado por alças de acesso cruzaria a Av. Presidente Vargas indo de encontro ao Morro da Conceição, recortado por um túnel que conectaria a Norte-Sul a Rua Sacadura Cabral, no bairro da Saúde.

O projeto da Norte-Sul interferiu não só com a urbanização prevista para a Av. Presidente Vargas, afetando o loteamento das suas quadras de nº 9, 10 e 11, como também da Av. Diagonal. Esta última, conforme visto no PAA nº 7214/PAL nº 21097 de 1957 (Figura 113), não partiria mais da Lapa, e sim do encontro da Rua do Lavradio com a Rua Visconde do Rio Branco, mantendo o rastro de destruição no tecido da antiga freguesia do Sacramento. Seu eixo seria modificado, com fim na Av. Marechal Floriano ao invés do Campo de Santana, e atravessando por via elevada a Av. Presidente Vargas, modificando o loteamento previsto das suas quadras nº 14 e 15, tal como apresentado no PAA nº 7494/PAL nº 22632 de 1959 (Figura 114).

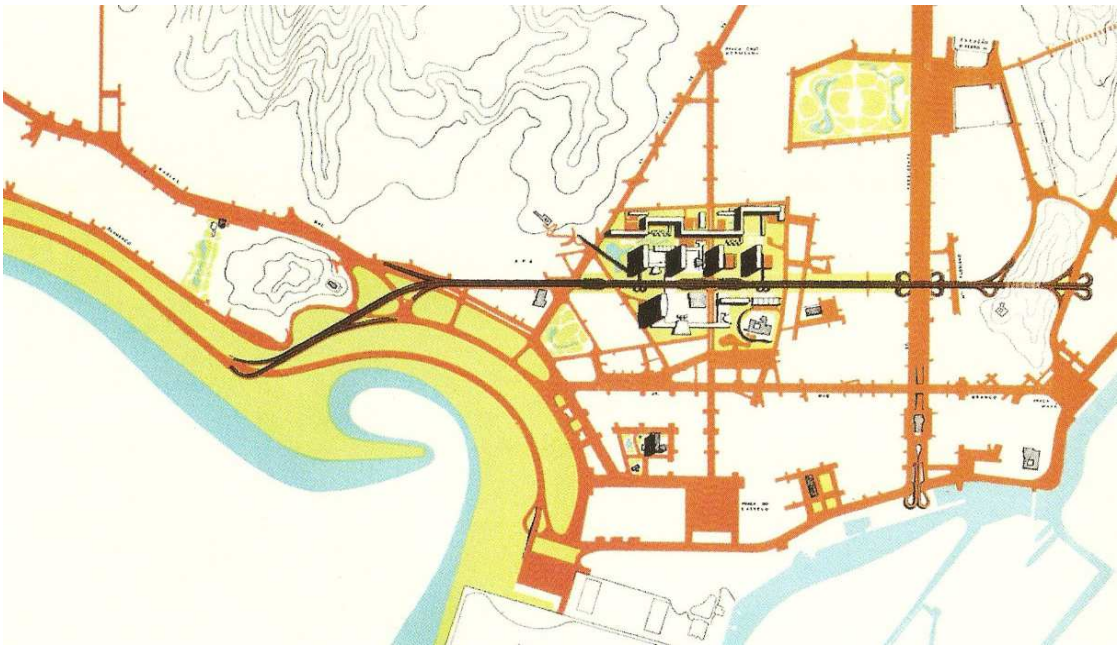


(Ao lado) **Figura 110:** Maquete da Av. Presidente Vargas e da Av. Diagonal.

General Eurico Gaspar Dutra e maquete da Av. Diagonal. Fonte: Arquivo Nacional.

(Abaixo) **Figura 111:** Projeto de Urbanização da Esplanada de Santo Antônio e Av. Norte-Sul.

Fonte: BONDUKI, 2000.



.

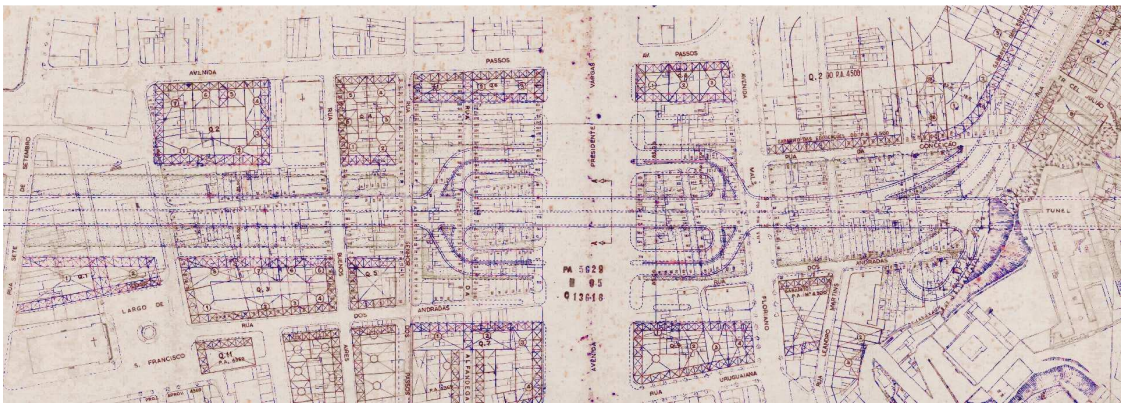


Figura 112: Parte do PAA nº 5029/PAL nº 13989 de 1949
O eixo da Av. Norte-Sul (na horizontal), cruzando a Av. Presidente Vargas. Fonte: SMU-PCRJ.

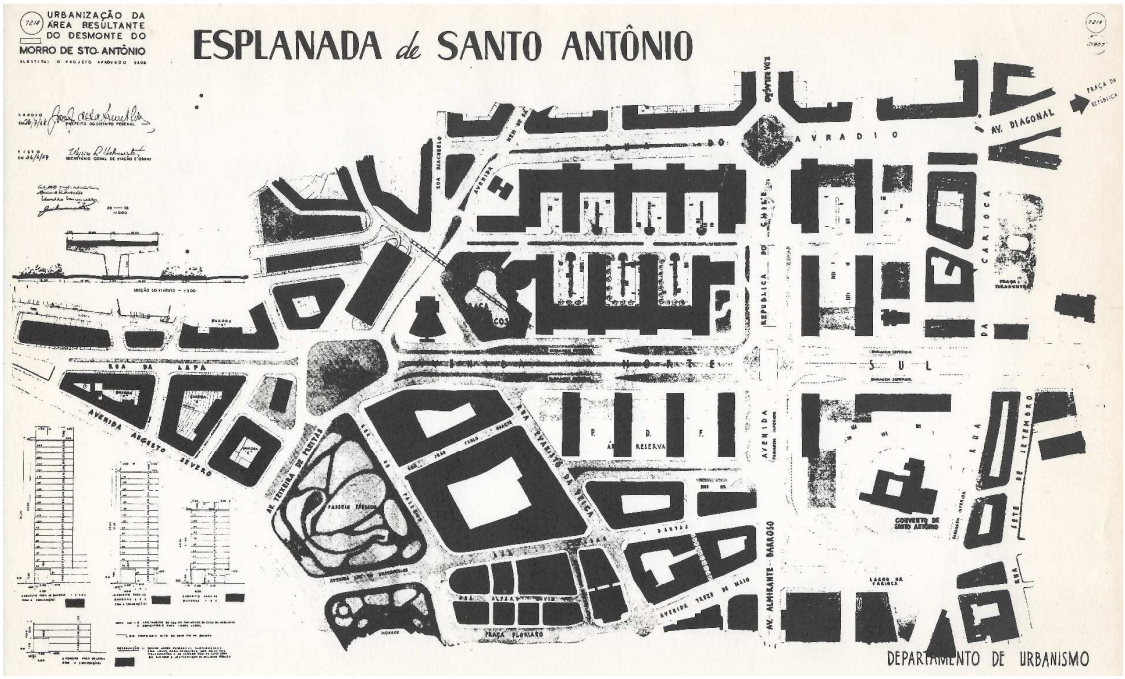


Figura 113: PAA nº 7214/PAL nº 21097 de 1957. Esplanada de Santo Antônio.
Fonte: SMU-PCRJ.

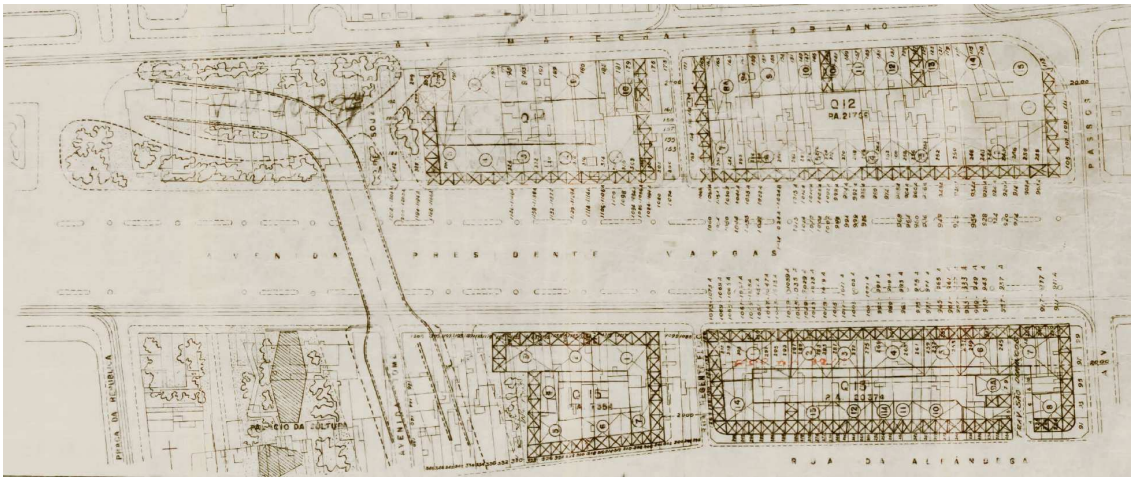


Figura 114: Parte do PAA nº 7494/PAL nº 22632 de 1959.
A Av. Diagonal, reorientada, atravessando por via elevada a Av. Presidente Vargas. Fonte: SMU-PCRJ.

A ameaça da Norte-Sul afetaria também o imóvel da Escola Politécnica da então Universidade do Brasil, a atual UFRJ. Atualmente ocupado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, o edifício (BT 20) localizado no Largo de São Francisco de Paula remonta ao projeto da Igreja da Sé Nova, de meados do século XVIII. Da construção monumental ergueram-se apenas suas fundações e algumas de suas paredes, sendo interrompidas as obras em 1759. À época da chegada da corte Portuguesa à cidade, em 1808, restava apenas a ruína de sua estrutura (Figura 115). Neste mesmo local, começa na década seguinte a construção o edifício sede da recém-criada Academia Real Militar. Seguindo a implantação da igreja inacabada a edificação de dois pavimentos (Figura 116) seria descrita por Moreira de Azevedo, como "acaçapada e sem elegância", cujas linhas simples não condiziam com o seu uso como escola de engenharia.

> "(...) collocado em uma praça central, em frente da rua mais elegante, e inteiramente isolado podia esse edifício ser um dos melhores monumentos da cidade; mas nunca seguio-se um plano, um desenho regular; aproveitarão-se as paredes do antigo templo, forão-se construindo diversos corpos sem ordem, sem simetria, e assim elevou- se essa casa que não tem elegância, nem harmonia em suas partes ; vimos que são diferentes as faces laterais; se uma tem duas janelas para a rua e as outras para o jardim, tem a outra quatorze para a rua e três para o jardim, e nem são essas janelas de prospecto semelhante!" (AZEVEDO, 1877, Vol 2., pp. 50-51)

Reformado em 1905, com acréscimo de um terceiro pavimento e um pórtico com colunata encimado por frontão reto, o imóvel (Figura 117) que manteve desde as origens sua apropriação educacional, estava na rota da colisão da Norte-Sul. O eixo da avenida atravessaria os fundos do imóvel, enquanto corpo de acesso, de frente para o Largo de São Francisco de Paula, seria substituído pelo lote nº 2 da quadra nº 1 de sua proposta de ocupação, prevendo a construção de um edifício com 10 pavimentos, com sobreloja e galeria de pedestre (Figura 118). A iniciativa de proteção, contudo, só viria acontecer em 1960, com o pedido do então reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, enviado à DPHAN.

Lúcio Costa, na condição de chefe do Departamento de Estudos e Tombamentos do órgão, apresenta um parecer negativo ao tombamento do imóvel, "devido ao caráter arbitrário e bisonho predominante nas várias etapas da construção e sucessivas adaptações que constituem o todo edificado"[92]. O arquiteto, contudo, faz menção ao pórtico da edificação como uma exceção a essa descrição, e reconhece como "legítimos e respeitáveis os

[92] IPHAN, Processo nº 615-T-60, 1960, fl. 8.

sentimentos de ordem cívico-sentimental" que motivaram o pedido, apesar de a desaconselhar. Esse parecer, todavia, não foi acolhido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que o submete à avaliação do Conselho Consultivo. Considera, para tanto, dois fundamentos para a sua proteção: a responsabilidade cultural do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, em sua solicitação pelo tombamento, e seu potencial para a ambiência da área, que já conta com a igreja de São Francisco de Paula, tombada pelo SPHAN em 1938.

O Conselho Consultivo, por sua vez, delibera, em 1961, pelo tombamento da frente do edifício. Especial atenção é conferida ao pórtico e ao vestíbulo, que segundo o relator Paulo Santos, "conservam um e outro a nobreza própria à melhor arquitetura neoclássica do período"[93]. No ano seguinte, estes elementos do imóvel são inscritos nos livros do Tombo Histórico e das Belas Artes. A parte frontal é preservada, enquanto se permitia que o corpo posterior, considerado "sem qualidades artísticas excepcionais" fosse arrasado pela avenida Norte-Sul.

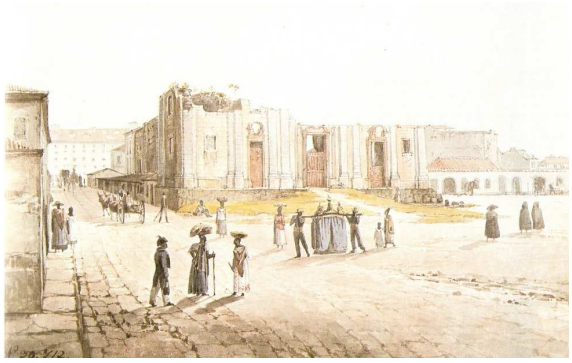


Figura 115: Ruínas da Sé Nova, em 1817.
Aquarela de Thomas Ender.
Fonte: BANDEIRA & WAGNER, 2000.



Figura 116: A Escola de Engenharia, em 1895.
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: Instituto Moreira Salles.



Figura 117: Escola de Engenharia e Largo de São Francisco, no início do século XX.
Fonte: BN Digital.

[93] Ibid., fl. 12.

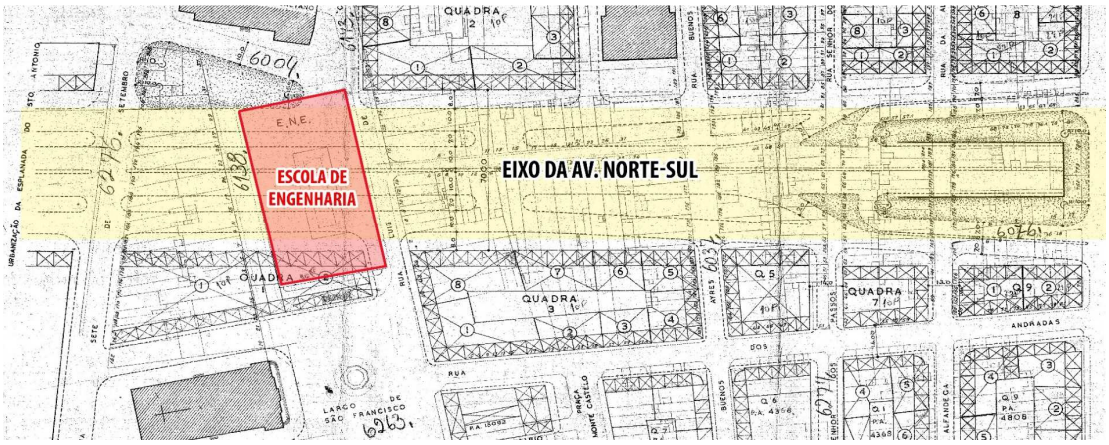


Figura 118: Parte do PAA nº 5407/PAL nº 15312 de 1950. Av. Norte-Sul.
O eixo da Av. Norte-Sul (em amarelo), e a Escola de Engenharia (em vermelho). Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Em meio a esse processo, a capital federal é transferida para a Brasília, e o Rio de Janeiro ganha sua nova condição política e administrativa como o Estado da Guanabara. Durante as sete décadas que a cidade do Rio de Janeiro esteve representada pelo Distrito Federal, todos os seus prefeitos foram nomeados pelo presidente da República. O primeiro administrador eleito para a cidade seria o governador Carlos Lacerda, com mandato entre os anos de 1960 e 1965. Será durante o seu governo que emergem as lideranças comunitárias na Área Central da Cidade, como a formada pelos comerciantes da SAARA (Sociedade de Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências) que ocupavam os tradicionais sobrados na área prevista pela renovação tanto da Av. Diagonal, quanto da Av. Norte-Sul. Estes grupos conseguiram que Lacerda revogasse os projetos em questão, através dos Decretos "E" nº 40 de 27 de julho de 1963, e nº 265 de 27 de dezembro de 1963. O primeiro destes, que revoga a Av. Norte-Sul, estipula também que "os prédios a serem construídos ou reconstruídos, situados na área abrangida pela Avenida ora revogada, não poderão ter mais de três pavimentos"[94], reduzindo o potencial para especulação imobiliária, e portanto, garantindo a permanência dos seus ocupantes, muitos deles apenas locatários dos imóveis.

Apesar da revogação, os projetos deixaram suas marcas na forma urbana da Área Central carioca. Vestígios dessas propostas são: o edifício Moraes Júnior, na esquina da rua Regente Feijó e Buenos Aires, produto da Av. Diagonal; e a sede do antigo IPEG, projeto de Affonso Eduardo Reidy, com característica linguagem moderna, no cruzamento idealizado da Av. Norte-Sul com a Av. Presidente Vargas. A Norte-Sul, todavia, ainda deixaria mais rastros na cidade contemporânea, como visto a seguir.

[94] ESTADO DA GUANABARA. Decreto "E" nº 40 de 27 de julho de 1963. Revoga o projeto que menciona (Avenida Norte-Sul). Diário Oficial do Estado da Guanabara, 30 de julho de 1963.

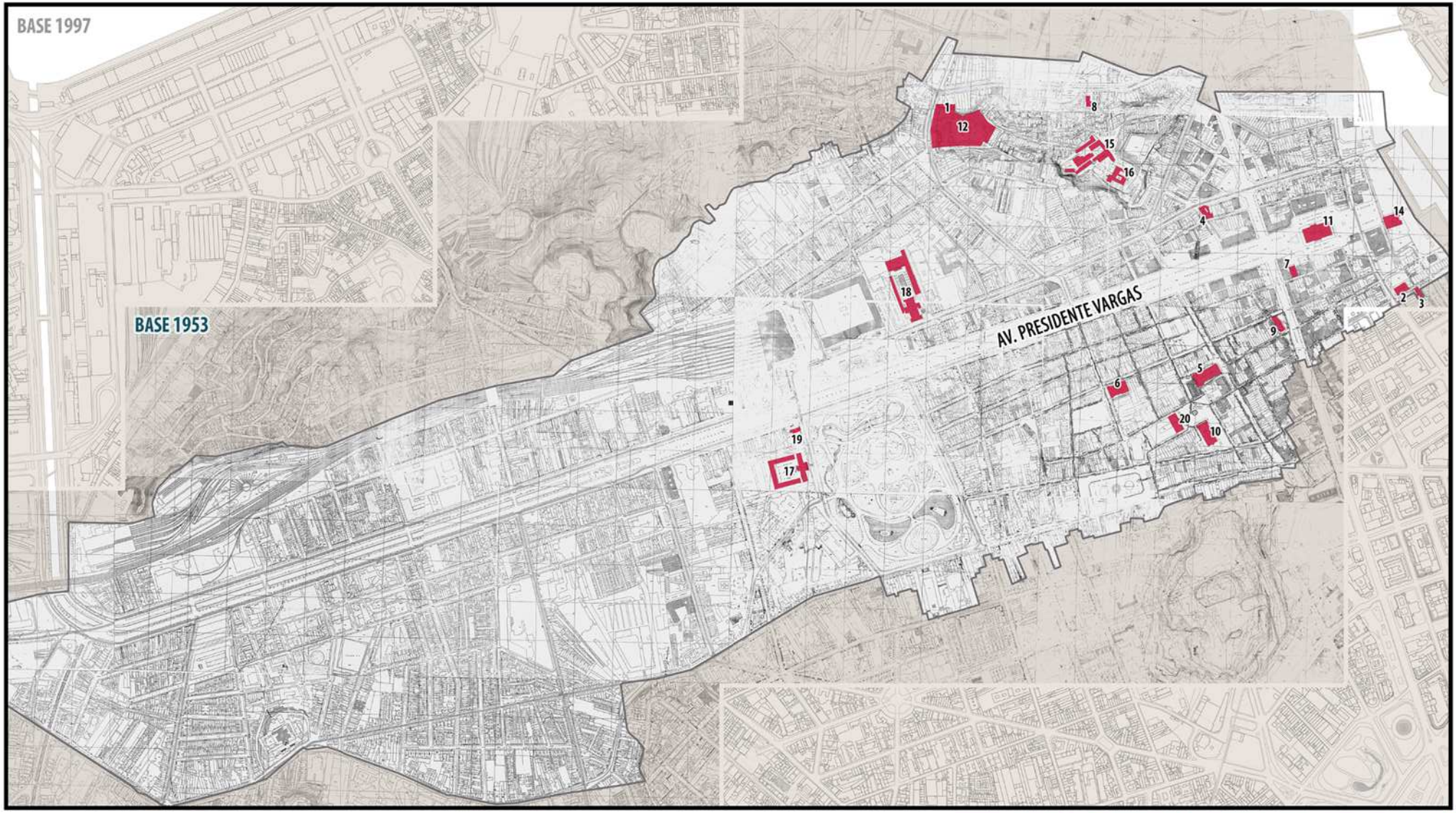


Figura 119: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral do Distrito Federal (1953).

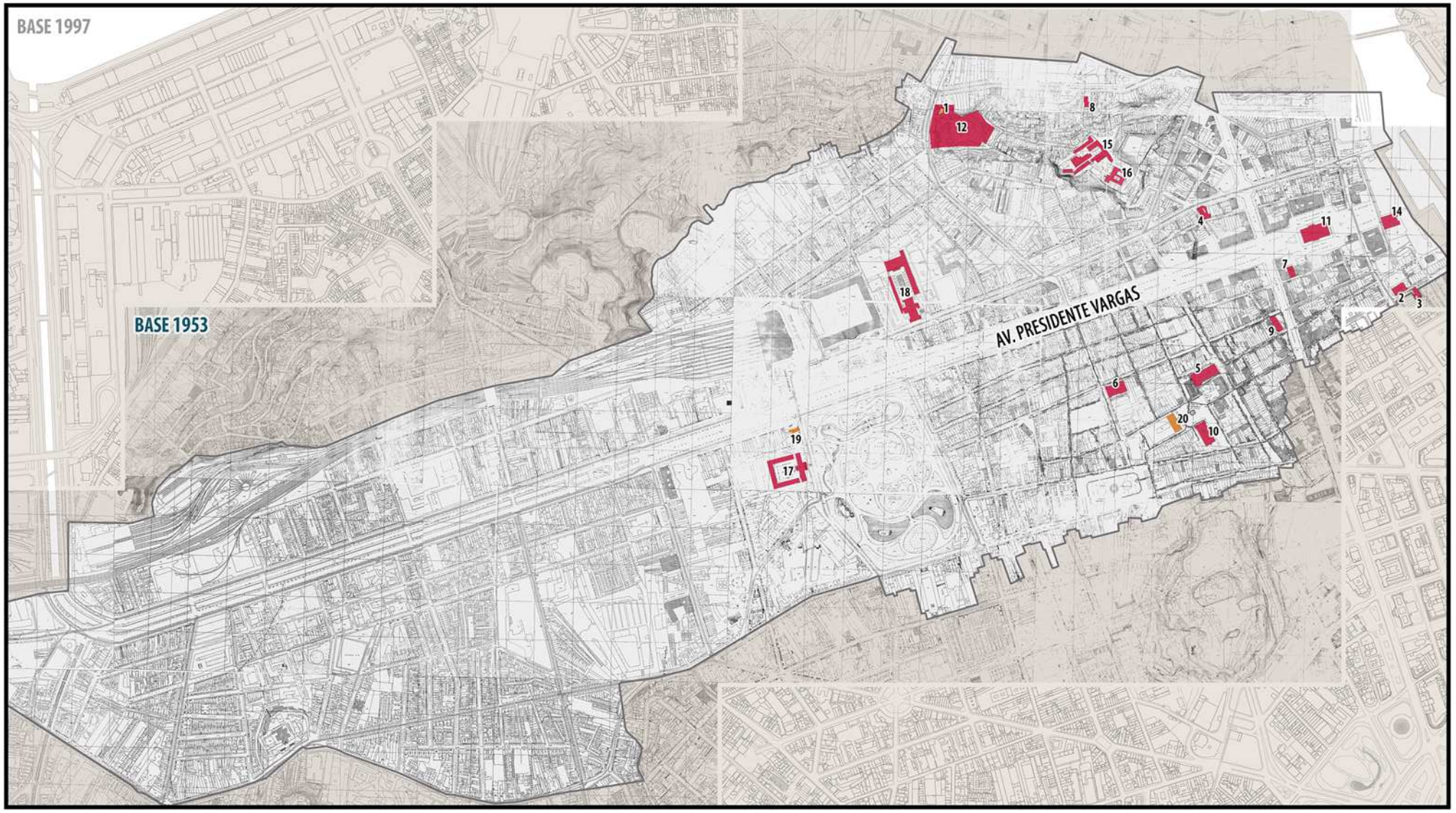


Figura 120: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral do Distrito Federal (1953).

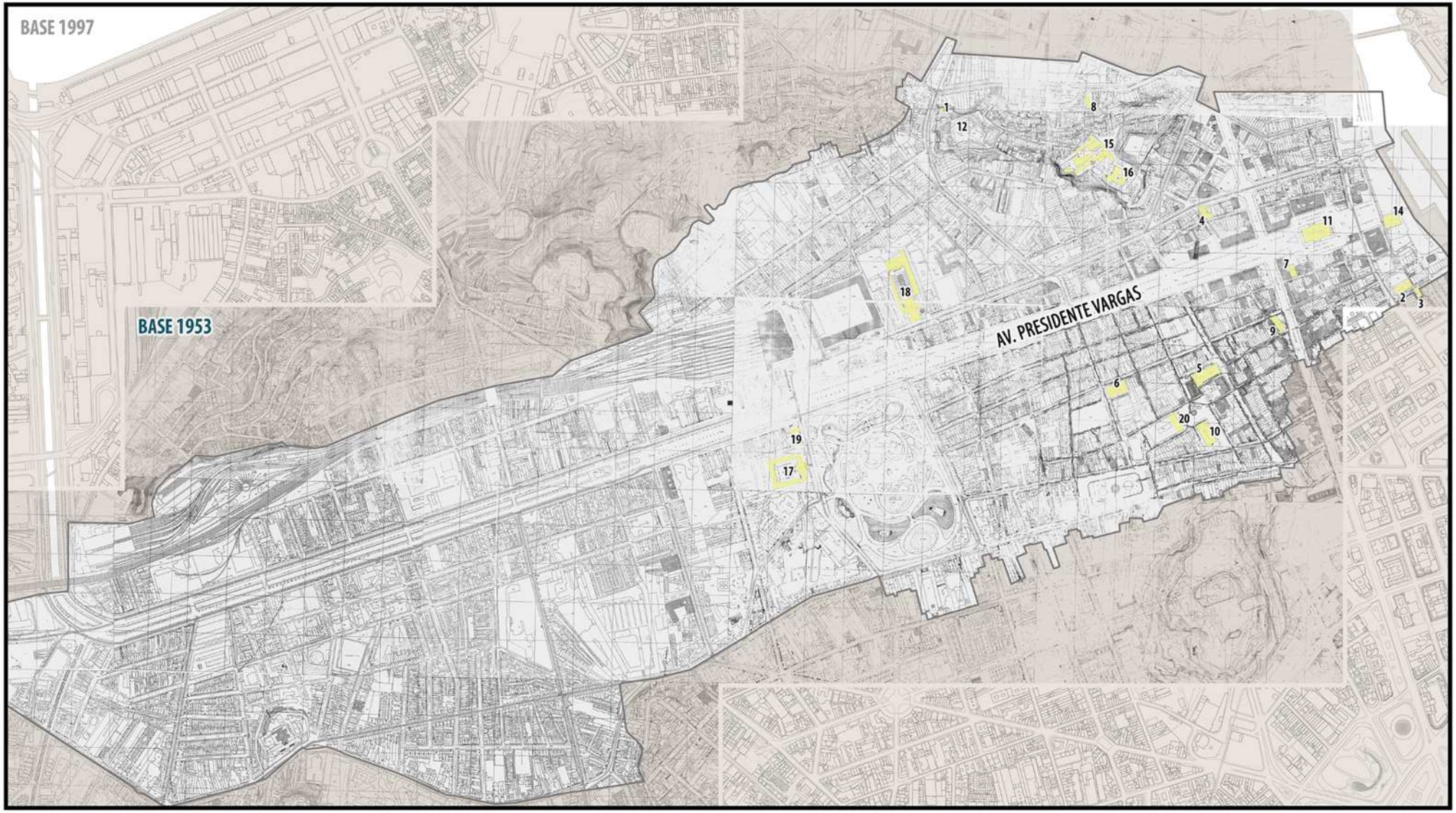


Figura 121: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral do Distrito Federal (1953).

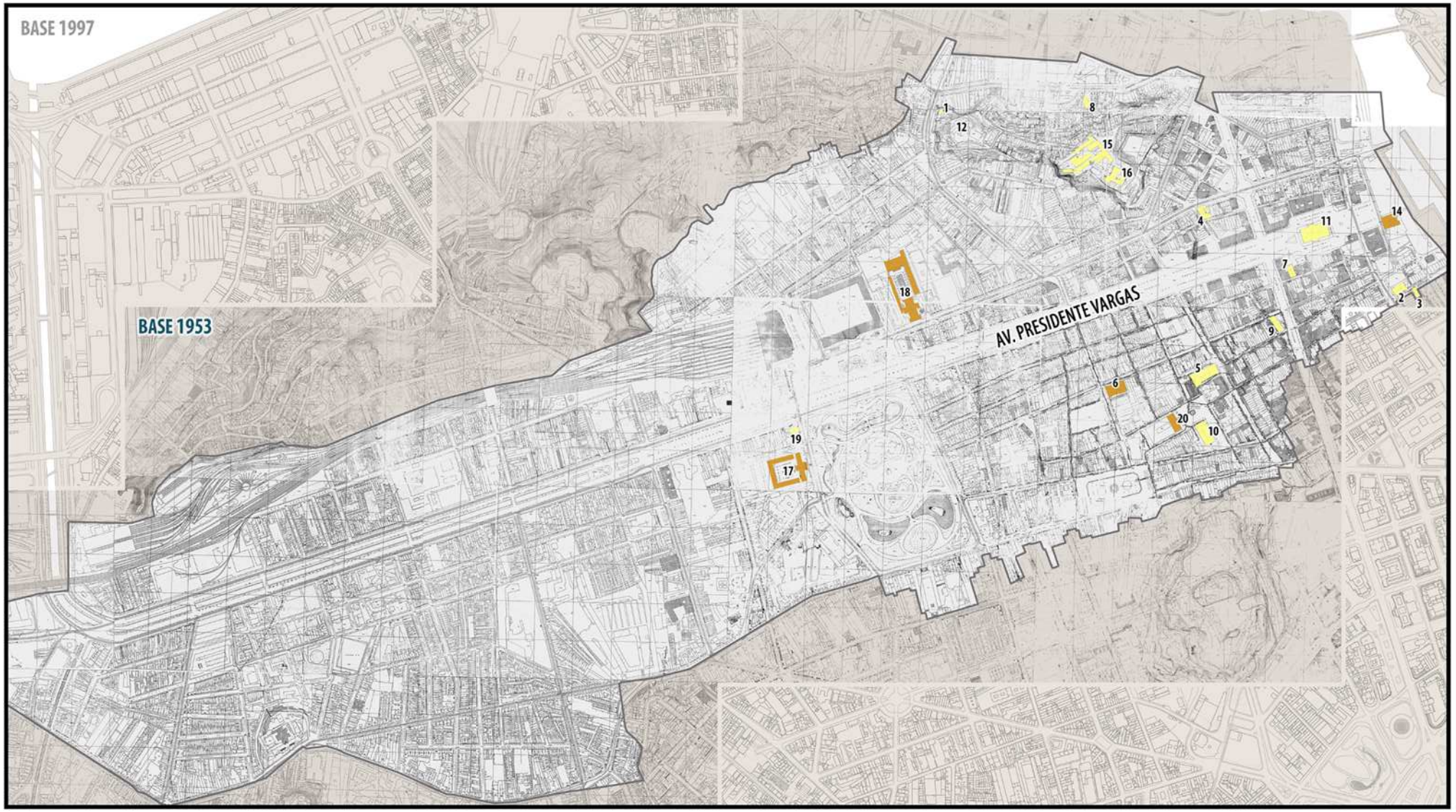


Figura 122: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1964]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral do Distrito Federal (1953).

3.3. Dos Excepcionais Tombamentos às Áreas de Preservação (1964-2000): a atuação patrimonial no Rio de Janeiro nas três esferas de proteção

Tal como 1938, o ano de 1964 seria igualmente transformador para a cidade do Rio de Janeiro. Em âmbito nacional, o ano marca o início de uma mancha na democracia brasileira, com a deflagração do golpe do dia 31 de março, que instaurou no país o regime de ditadura militar que perduraria por duas décadas. No contexto local, o governador Carlos Lacerda contrata o escritório do arquiteto grego Constantino Doxiadis para realizar um novo plano diretor o Estado da Guanabara, em substituição às revisões malsucedidas do Plano Agache pela Comissão do Plano da Cidade em fins da década de 1930.

Publicado em 1965, o ambicioso plano de Doxiadis[95] propunha um programa de longo termo para a urbanização apropriada do Estado da Guanabara até o ano de 2000 (Figura 123), destacando-se o planejamento viário que contemplava o impulso da produção automobilística com a projeção de vias expressas que atravessariam todo o território estadual. O plano incorporou uma das idealizações já em andamento na cidade desde a década anterior: uma via de ligação entre Copacabana e o Cais do Porto, através do recém-inaugurado túnel Catumbi-Laranjeiras (atual túnel Santa Bárbara), e do inexistente Viaduto da E.F.C.B. (atual Viaduto de São Sebastião), cruzando a Av. Presidente Vargas por um elevado.

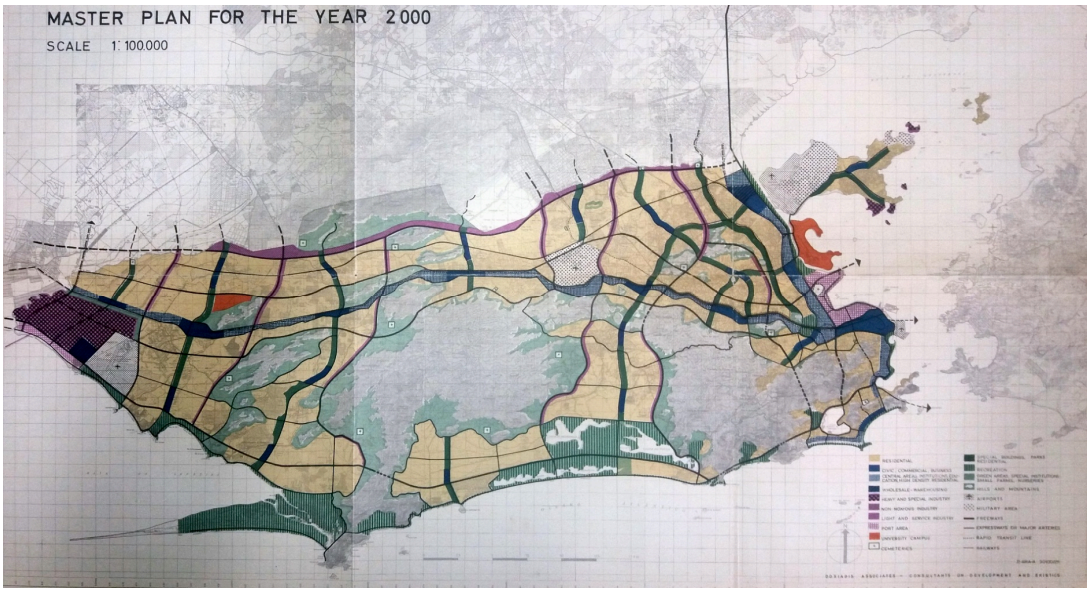


Figura 123: Plano Doxiadis: Master Plan para o Ano de 2000.
Fonte: DOXIADIS ASSOCIATES, 1965.

[95] DOXIADIS ASSOCIATES. Guanabara. A Plan for Urban Development. Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.

Apresentado em três escalas de leitura, a equipe de Doxiadis realizou uma análise pormenorizada de duas áreas em oposição na cidade: Copacabana, alvo dos investimentos imobiliários das décadas anteriores; e a abandonada região do Mangue (Figuras 124 e 125), atravessada pela Av. Presidente Vargas.



Figura 124: Plano Doxiadis: Mangue, Mapa de Estado de Conservação.
Em tons mais claros, os bens conservados. Em tons medianos, os bens em deterioração. Em tons escuros, os bens dilapidados. Em preto, os bens demolidos. Fonte: DOXIADIS ASSOCIATES, 1965.

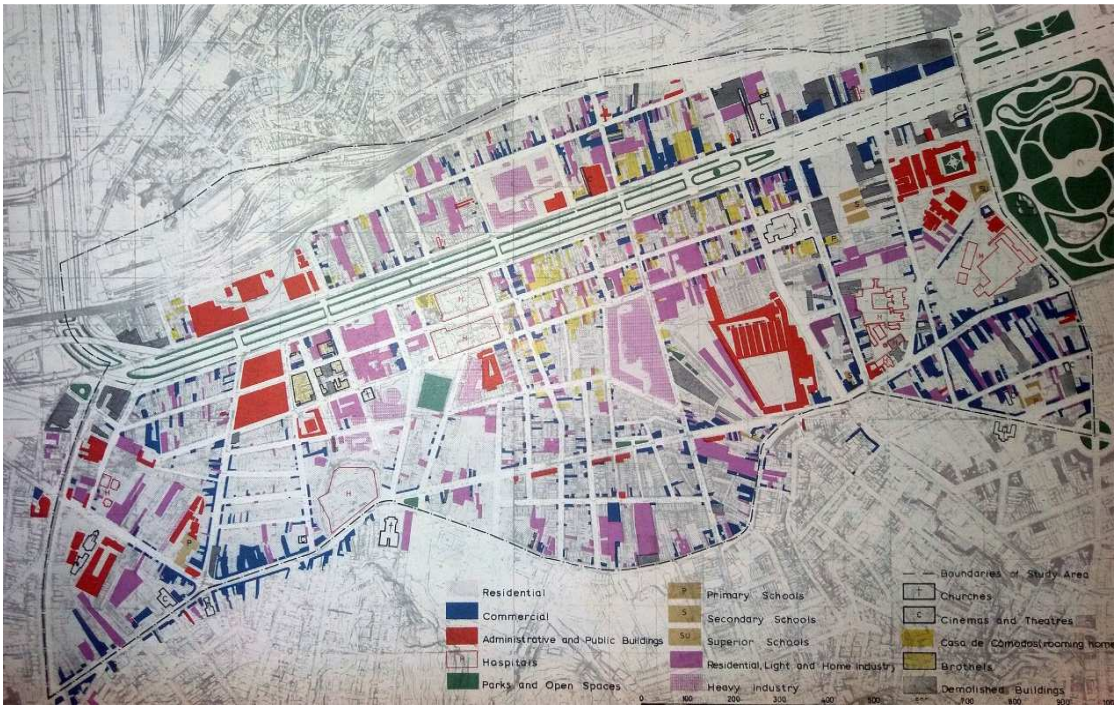


Figura 125: Plano Doxiadis: Mangue, Mapa de Uso do Solo.
Em azul, o uso comercial. Em cinza claro, o uso residencial. Em roxo, o uso misto de residências e indústrias de pequeno porte. Fonte: DOXIADIS ASSOCIATES, 1965.

No estudo da região do Mangue, que compreende na análise da equipe tanto a área de Santana, quanto a Cidade Nova, reconheceram-se três grandes conjuntos em relação ao estado de conservação dos imóveis. As edificações em melhor condição encontravam-se ao longo do Campo de Santana. A grande maioria da região, contudo, foi identificada como em deterioração, com destaque para o eixo ao longo da Rua General Caldwell e da Av. Salvador de Sá, categorizadas como dilapidadas.

Com relação à apropriação da área, destaca-se a expressiva quantidade de imóveis demolidos, em meio ao uso residencial, incluindo as casas de cômodo e as indústrias de pequeno porte, no suporte físico dos pequenos sobrados e edificações térreas. Com o objetivo de reverter a degradação, propôs para área um uso predominantemente comercial, em detrimento da comunidade que ainda resistia na localidade, mesmo após as demolições para a construção da Av. Presidente Vargas.

As ideias de Doxiadis para a ocupação do Mangue, contudo, não foram adotadas na estruturação da cidade. Conforme ilustra o "Plano de Urbanização da Cidade Nova", do PAA nº 8419 de 1967 (Figura 126), toda a área contida entre as Av. Salvador de Sá e a Av. Presidente Vargas, que seriam de uso prioritário comercial, passariam a ser destinadas a unidades habitacionais, algo que seria reforçado nos projetos subsequentes na década de 1970.

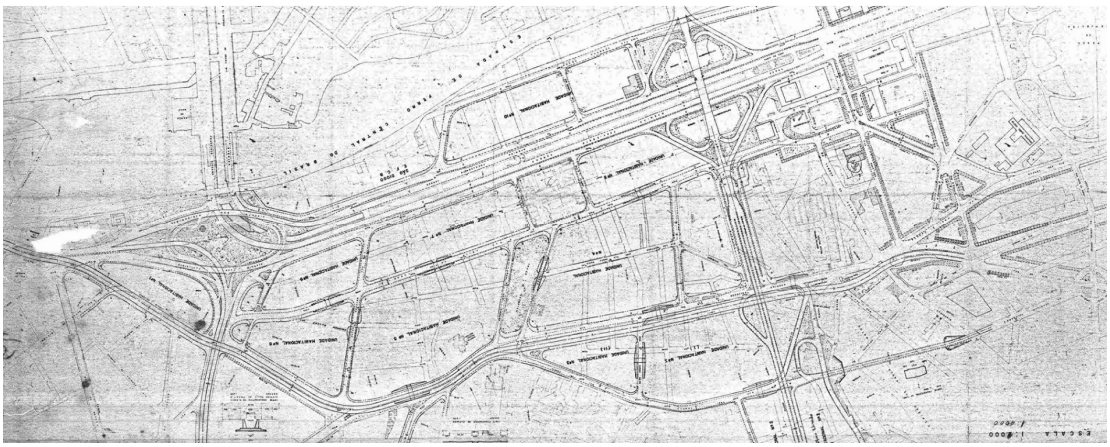


Figura 126: Parte do PAA nº 8419 de 1967. Plano de Reurbanização da Cidade Nova.
Base: SMU-PCRJ.

No debate da preservação patrimonial, 1964 também merece destaque, tanto no contexto internacional, quanto na dimensão local. Como visto no primeiro capítulo, foi neste ano que se realizou o "II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos", que produziu a "Carta de Veneza", estendendo a concepção do "monumento histórico" às "obras modestas, que tenham que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural", portanto reconhecendo o valor do tecido urbano e das arquiteturas menores, juntamente aos grandes monumentos excepcionais.

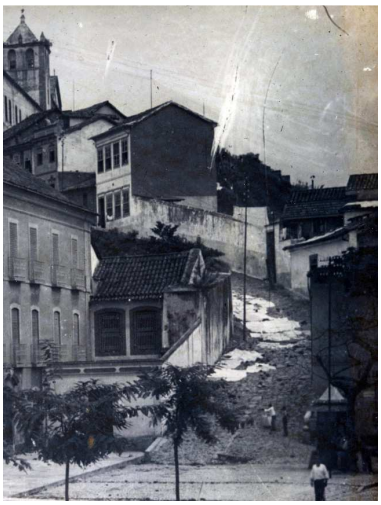
No Estado da Guanabara, o patrimônio cultural ganha um novo aliado no seu reconhecimento legal pelo aparato estatal, com o surgimento da DPHA, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Guanabara, primeiro órgão de salvaguarda em esfera estadual no país. Embora criado em 1963, a DPHA só foi regulamentada pelo Decreto "N" nº 346, de 31 de dezembro de 1964, que estabeleceu como patrimônio histórico e artístico da Guanabara:

> "(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis, públicos e particulares, existentes no Estado, inclusive os monumentos naturais, os sítios e as paisagens, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor folclórico, documental, artístico ou bibliográfico, quer pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. " (ESTADO DA GUANABARA. Decreto "N" nº 346 de 31 de dezembro de 1964)

O órgão, e seu o instrumento de proteção, o tombamento, seriam aperfeiçoados pelo Decreto-Lei nº 2 de 11 de abril de 1969, que determinou que os bens culturais só poderiam ser inscritos nos livros do tombo estadual após uma existência mínima de 20 anos, em oposição à prática da DPHAN, que protegeu a partir da década de 1940 seletos imóveis de construção recente. Com relação ao instrumento, estabeleceu-se a prática do tombamento provisório, garantindo a proteção do bem patrimonial sem a necessidade da sua homologação no Diário Oficial, ato que caracteriza o seu tombamento definitivo. Restringiu-se ao poder executivo, representado pela figura do Secretário de Estado de Educação e Cultura, a competência para efetivação do tombamento, com base em parecer emitido pelo conselho consultivo do órgão, o CET - Conselho Estadual de Tombamento, criado pela mesma legislação.

O órgão efetua seu primeiro tombamento em 1965, inscrevendo no rol do patrimônio estadual o Parque Lage, no Jardim Botânico. Na Área Central da Cidade, registram-se tombamentos que fogem à tipologia predominante que reconhecia pelo órgão federal, seja pela sua dimensão, quanto pela sua linguagem arquitetônica, no caso de bens edificados.

A Ladeira da Misericórdia (Figura 127), vestígio remanescente do Morro do Castelo, ganhou tombamento definitivo, com a sua inscrição no Livro do Tombo Histórico, pelo Decreto "E" nº 858 de 8 de outubro de 1965. No recorte espacial intermediário de tese, destacam-se dois registros: o traçado remanescente do Campo de Santana (BT 13), e o edifício do Real Gabinete de Português de Leitura (BT 21, Figura 128).





(esquerda) Figura 127: Ladeira da Misericórdia, em 1922.
Fotografia de Augusto Malta. Fonte: BN Digital.

(direita) Figura 128: Real Gabinete Português de Leitura, 1887.
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: IMS.

Com relação ao Campo de Santana, parte do próprio órgão, com ofício emitido pelo seu Serviço de Tombamento e Proteção, no ano de 1966, a iniciativa de tombamento da área remanescente do parque. Uma vez que ainda não havia sido criado o conselho consultivo, a proposta foi acolhida pelo diretor da DPHA, e submetida ao Secretário de Estado da Educação e Cultural, que no mesmo ano, repassa a solicitação ao Governador, recomendando a inscrição do parque no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico" do Estado, face "à imperiosa necessidade de preservar a referida área, com sua exuberante vegetação", como meio de amenizar a " realidade hostil" da cidade, "determinada pelo crescimento vertical de suas construções"[96]. A inscrição foi realizada apenas no ano de 1968, pelo Governador Negrão de Lima, mas encontrava-se conceitualmente à frente do tombamento realizado pelo SPHAN em 1938, que reconheceu o valor artístico do traço de Glaziou, mas não o seu potencial paisagístico.

Já o tombamento do Real Gabinete Português de Leitura, em 1970, reconhece além do valor histórico presente na instituição, atuante desde 1837, e do acervo de sua biblioteca, o potencial artístico presente na arquitetura de atual seu edifício sede, construído na década de 1880, com estilo neomanuelino, vertente do ecletismo que recupera os traços do gótico português medieval. Solicitado pela Seção de Estudos e Tombamento, o pedido foi apreciado pelo CET, que recomendou a inscrição do imóvel e de seu acervo no Livro de Tombo das Belas Artes[97]. A sua homologação pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura, em outubro do mesmo ano, inscreveu-o também no Livro do Tombo Histórico.

[96] INEPAC, Processo nº E-03/300.166/66, 1966, fl. 22.

[97] INEPAC, Processo nº E-03/300.339/70, 1970, fl. 12.

O caso do Real Gabinete ilustra o curioso o descompasso entre as proposições da DPHA, e as propostas da Secretaria de Obras Públicas - ambos órgãos da mesma esfera. Se as divergências entre as práticas do SPHAN e da PDF na década de 1930 eram compreensíveis devido às suas distintas administrações, as faltas de comunicação entre os órgãos estaduais da Guanabara indicam as falhas no direcionamento durante o governo de Negrão de Lima. O imóvel do Real Gabinete, tombado em outubro de 1970, era alvo de demolições com a retomada do projeto da Av. Norte-Sul, pelo PAA nº 8944/ PAL nº 29137 (Figura 129), aprovado pelo Decreto "E" nº 4466 de 23 de novembro do mesmo ano. Este PAA, que preserva o corpo central do imóvel tombado do atual IFCS (BT 20), desconsidera o tombamento estadual do Real Gabinete ao incorporar ao desenho o alinhamento previsto pelo PAA nº 4368 /PAL 11615 de 1946, que propõe para a quadra limitada pelas Ruas Luís de Camões, Av. Passos, Rua Buenos Aires e Rua da Conceição, uma ocupação com prédios de 10 pavimentos com galerias de pedestres. Apesar o tombamento, nenhuma modificação foi feita no PAA da Norte-Sul para a área em questão por mais de uma década, sendo finalmente revogado o projeto em 1983.

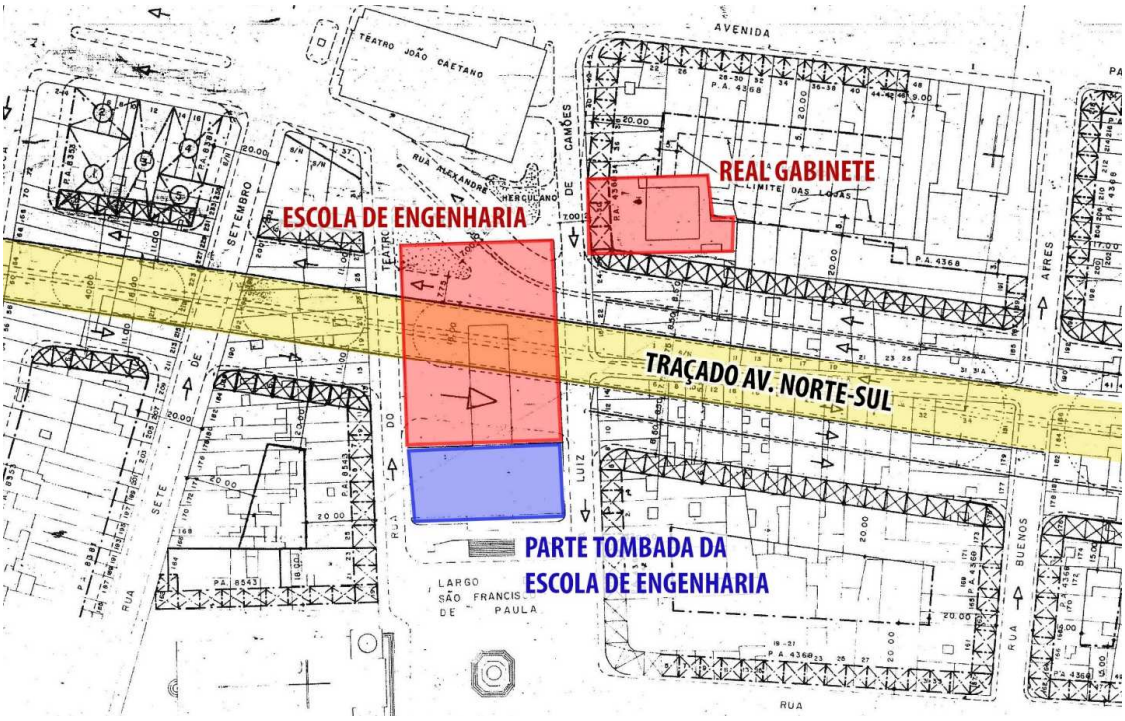


Figura 129: Detalha do PAA nº 8944/ PAL nº 29137 de 1970. Avenida Norte-Sul.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Essa expansão do valor patrimonial às edificações ecléticas da virada do século XX, antes consideradas desprovidas de qualidade artística pelos modernos que balizaram a formação do serviço de proteção federal na década de 1930, foi continuada pela DPHA em 1971, quando tomba provisoriamente o Theatro Municipal, uma das obras máximas da abertura da Avenida Central. E a nova versão do órgão de tutela federal, o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional, sua designação entre os anos de 1970 e 1979, finalmente incorpora a ampliação de significação cultural que valida como digna de proteção os bens monumentais desse período da Primeira República, até então desconsiderado na questão arquitetônica. Realiza-se, então, um processo de derivação da tipologia original predominante dos bens patrimoniais de tutela federal, incorporando na sua materialidade os bens de produção entre as décadas de 1870 a 1920, com uma linguagem clássica de ornamentação eclética, à moda da produção arquitetônica *beaux-arts*. O caso inaugural dessa derivação na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro é o processo de tombamento que inscreveu, em 1973, no Livro de Tombo de Belas Artes, uma série de imóveis erguidos na Avenida Central (atual Rio Branco), na primeira década do século XX, tais como o Theatro Municipal (ganhando proteção dupla, estadual e federal) e Biblioteca Nacional.

A iniciativa de proteção desses bens da Avenida Central, contudo, não partiu do órgão de tutela, mas sim de associações profissionais, como IAB-GB - Instituto dos Arquitetos do Brasil (Departamento da Guanabara), e do Clube de Engenharia, em ofícios enviados ao então diretor do IPHAN, Renato Soeiro, que substituiu a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, aposentado em 1967. Em parecer de Lúcio Costa, de 1972, ano em que se afasta da instituição, o arquiteto congratula a iniciativa do Clube de Engenharia em solicitar o tombamento dos bens da Avenida Central, e incorpora ao rol dos imóveis assinalados o edifício da antiga Caixa de Amortização, previamente desconsiderado pelas associações[98]. Localizado nas cercanias da Av. Presidente Vargas, no cruzamento da Av. Rio Branco com Rua Visconde de Inhaúma, o imóvel em questão (BT 23, Figura 130), era à época da solicitação de tombamento sede do Museu de Valores do Banco Central.



Figura 130: Caixa de Amortização, 1906 .
Fotografia de Marc Ferrez.
Fonte: FERREZ, 1985.



Figura 131: Edifício da Cia. Docas de Santos, 1910
Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: FERREZ, 1985.

[98] IPHAN, Processo nº 860-T-72, 1972, fl. 13.

A estas proteções, adiciona-se o pedido de Gilberto Ferrez, realizado em 1978, para o tombamento pelo IPHAN do edifício da Cia Docas de Santos (BT 27, Figura 131), projeto de Ramos de Azevedo, e construído pela firma Antônio Januzzi, Filho e Co. Em informação de Dora Alcântara, reafirma-se o valor das construções do período eclético, como "representativas de um esforço de renovação tecnológico e plástico, reflexo das transformações que, em maior profundidade, se processavam, tanto sociais, como políticas e econômicas"[99], acolhido no parecer emitido pelo conselho consultivo do IPHAN em parecer do relator Paulo Santos, que concordou com a solicitação da inscrição do bem nos Livro do Tombos Histórico, e das Belas Artes.

Além das arquiteturas monumentais, e obras de renomados arquitetos do passado, o IPHAN nesta década também atribui valor às arquiteturas menores. Dentre elas, destacam-se a Casa de nº 9 da Rua Mayrink Veiga (BT 22), e o conjunto edificado da Rua Gonçalves Ledo (BT 29), ambos exemplares dos tradicionais sobrados do século XIX.

No caso do sobrado na Rua Mayrink Veiga, a solicitação de tombamento parte do Lúcio Costa, enquanto parte do corpo de funcionários IPHAN, em 1972. Este seria o último exemplar de um conjunto projetado pelo arquiteto português Domingos Monteiro, de mais de sessenta unidades de "risco neoclássico"[100] dispostas ao longo da antiga Rua dos Beneditinos, e registrado no "Mappa Architectural" de João Fragoso de 1874. O mesmo estava ameaçado pelo PAA nº 5573/PAL nº 15791 de 1950, que previa para o quarteirão do sobrado sua substituição por edifícios de 12 pavimentos. Na década de 1970, o gabarito para a quadra passou para 28 pavimentos, e tal era a proposta da Empresa White Martins, proprietária do imóvel, que visava construir uma torre de escritórios em seu lugar. O pedido de Lúcio Costa foi deferido por Renato Soeiro e comunicada a White Martins, que buscou a impugnação do processo de tombamento. No parecer do conselho consultivo, permitiu a construção do edifício, embora por cima do sobrado original, preservando a antiga a arquitetura. Limitou-se também a altura do novo prédio a 22 pavimentos, para melhor compatibilidade ás edificações vizinhas. A proposta consta com croquis de Lúcio Costa (Figura 132), ilustrando a solução que foi acatada pela empresa proprietária, e o tombamento homologado no Livro do Tombo Histórico no mesmo ano de abertura do processo.

O mesmo arquiteto, já afastado do órgão de tutela, solicitou, em 1978, o tombamento conjunto formado por quatro prédios geminados de três pisos, característico da primeira

[99] IPHAN, Processo nº 976-T-78, 1978, fl. 9.

[100] IPHAN, Processo nº 853-T-72, 1972, fl. 2.

metade do século XIX, na quadra da Rua Gonçalves Ledo com Rua Luis de Camões (Figura 133). Com linguagem colonial, presente nos vãos com arco segmentado e beiral destacado, o pedido foi acolhido pelo conselho consultivo, e inscrito em 1980 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, devido a seu valor para ambiência da área, que se objetivava preservar, e que ainda carecia de proteção, sendo ameaçada pelo PAA nº 8172 de 1964. Cabe lembrar, que neste momento, o conceito de ambiência de conjuntos históricos já havia sido desenvolvido pela Recomendação de Nairóbi, de 1976, resultado da 19ª Conferência Geral da UNESCO.



Figura 132: Croquis de Lúcio Costa para a Casa na Rua Mayrink Veiga, 1972.
Fonte: IPHAN, Processo nº 853-T-72, 1972.



Figura 133: Conjunto Arquitetônico da Rua Gonçalves Ledo, década de 1970.
Fonte: IPHAN, Processo nº 986-T-78, 1978.

A década de 1970 marca também, no contexto local, a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, e a nova condição da cidade do Rio de Janeiro como capital do estado homônimo. No referente ao órgão de tutela do Estado da Guanabara, este torna-se o atual INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, atrelado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro. Dentre os bens tombados por esse órgão, ainda nesta década, destacam-se: o Cinema Íris (BT 24, Figura 134), a Confeitaria Colombo (BT 25, Figura 135), e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros (BT 28, Figura 136).



Figura 134: Cinema Íris, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 135: Confeitaria Colombo, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 136: Quartel Central de Corpo de Bombeiros, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

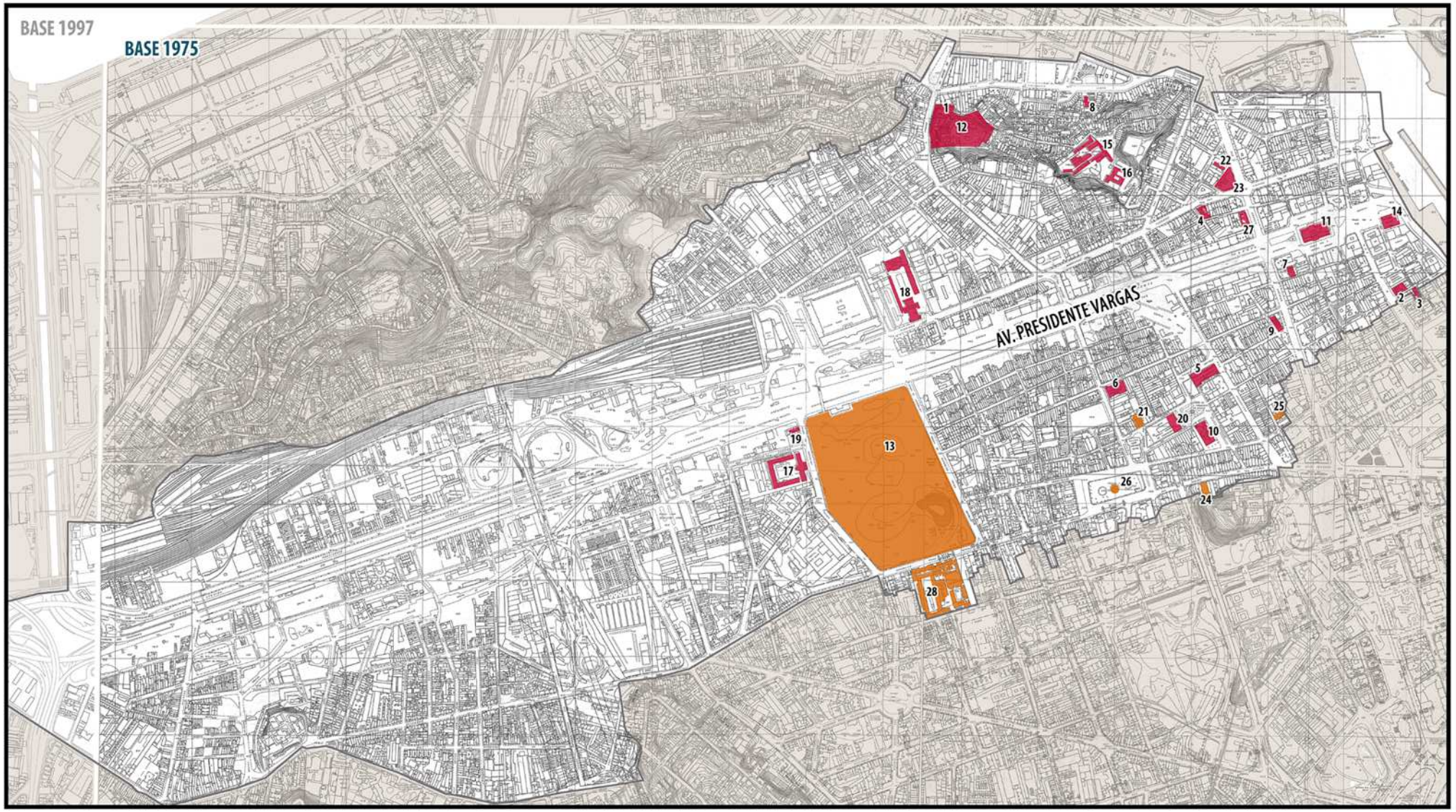
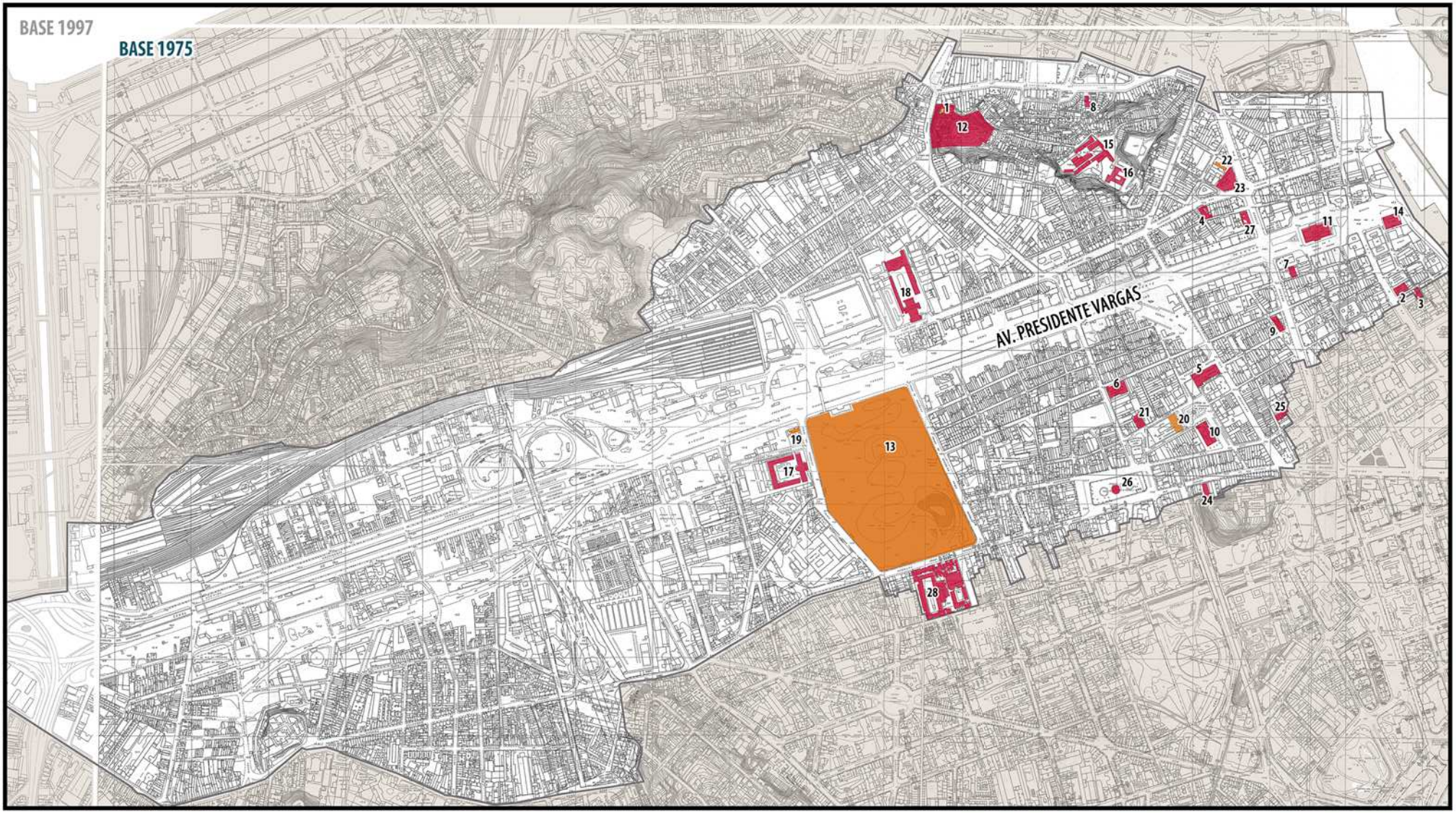


Figura 137: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Aerofotogramétrico (1975).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 138: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Aerofotogramétrico (1975).

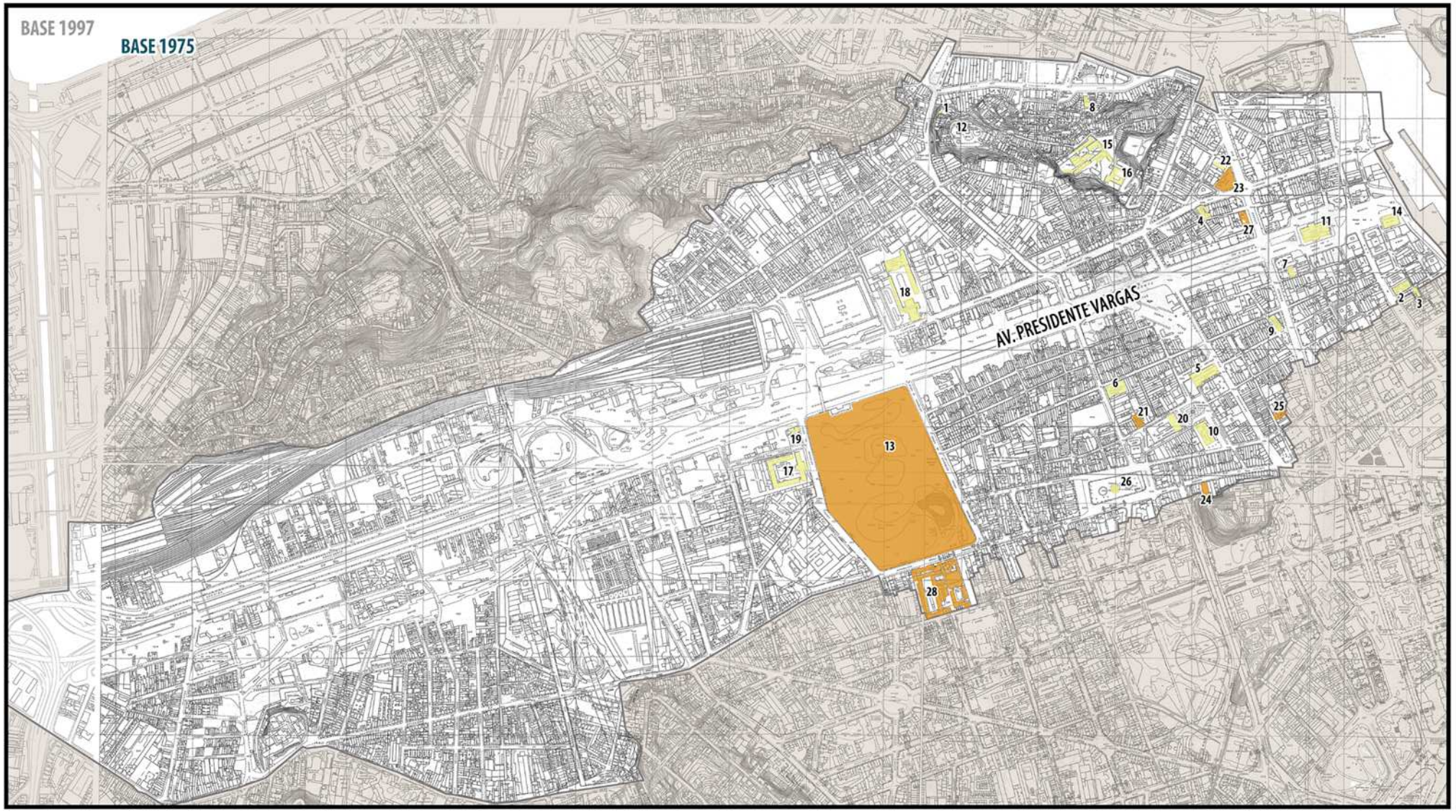
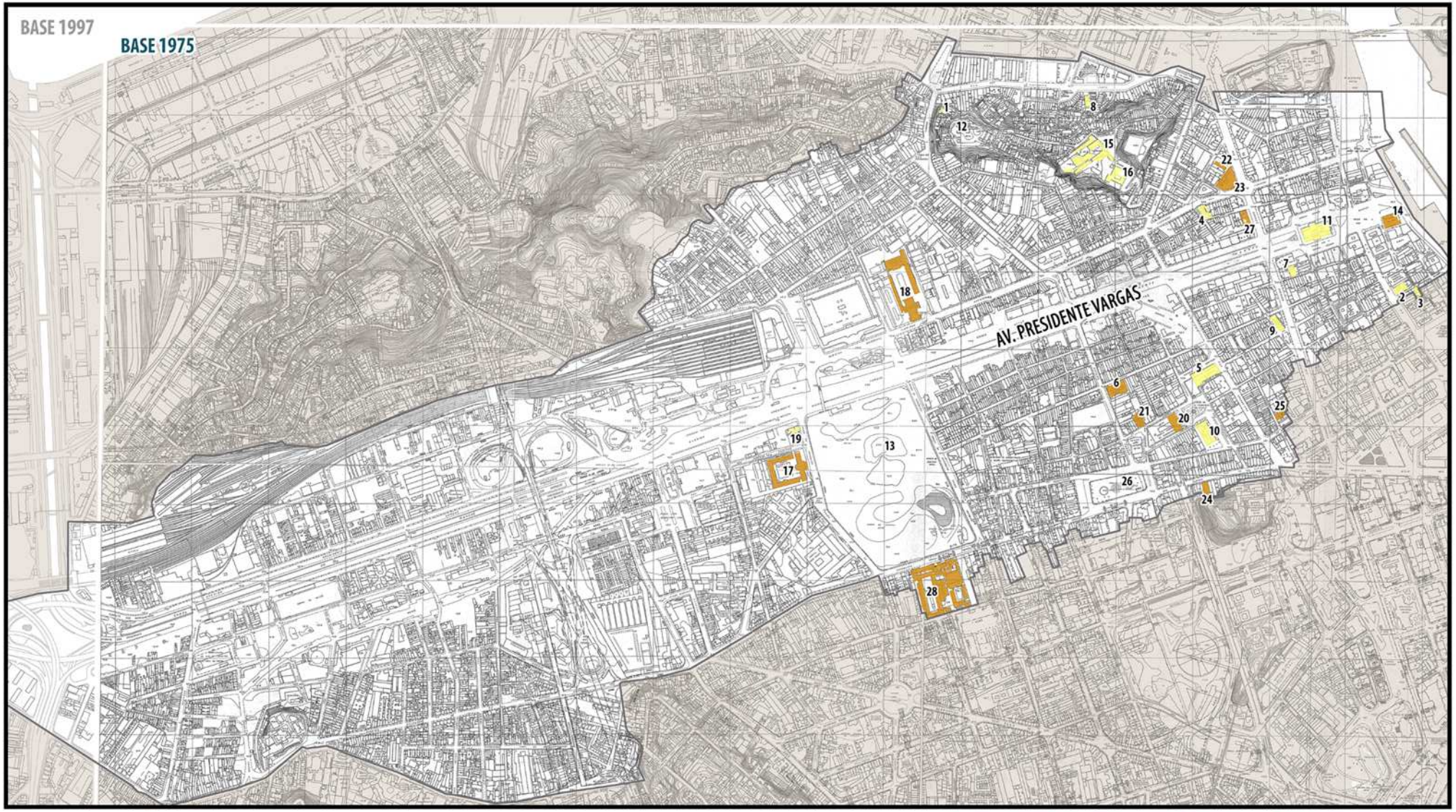


Figura 139: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Aerofotogramétrico (1975).



ESCALA GRÁFICA

0 100 250 M

LINGUAGEM ARQUITETÔNICA DO BEM TOMBADO [1980]

COLONIAL / BARROCA

CLÁSSICA / ECLÉTICA

RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 140: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [1980]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Aerofotogramétrico (1975).

Todos estes representam a ampliação do recorte temporal e arquitetônico que caracteriza a redefinição do patrimônio cultural a partir da década de 1960: são imóveis de gosto eclético, produzidos nas primeiras décadas do século XX, reconhecidos pelo seu valor duplamente histórico e arquitetônico.

Essa nova condição da cidade do Rio de Janeiro urge uma nova diretriz de planejamento, materializada no PUB-RIO (Plano Urbanístico Básico do Rio), de 1977, que tinha como objetivo "orientar e programar o desenvolvimento urbano" da nova capital estadual, destacando seu papel como polo de uma Região Metropolitana. Dentre os tópicos abordados nos estudos realizados para o plano urbanístico, constava a "preservação dos elementos naturais e culturais de interesse social", com foco nos suportes legais que permitissem a proteção do "patrimônio municipal como um todo"[101]. A partir deste plano, surgem propostas que visam a preservação ambiental e paisagística dos modestos conjuntos urbanos da cidade.

Em 1978, foi publicado o Decreto Municipal nº 1.707 que contemplava o conjunto edificado da Rua da Carioca (BT 33, Figuras 141 a 143), visando proteger sua composição ambiental. Permita-se a renovação dos imóveis, limitando altura das novas edificações a 8 m acima do meio-fio da via. O correr de sobrados, predominantemente clássicos no seu lado par, e ecléticos no seu lado ímpar, seria alvo de uma série de iniciativas de preservação nos anos seguintes. Em 1979, a deputada federal Lygia Bessa Bastos redige o Projeto de Lei nº 271, que estabeleceria o tombamento de toda a Rua da Carioca. Coube à então SPHAN/FNpM - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, designação do órgão de tutela federal entre os anos de 1979 e 1990, informar que o ato do tombamento compete exclusivamente à referida secretaria, por homologação do Ministro de Estado da Educação, após parecer do conselho consultivo da instituição[102]. A proposta não segue adiante no SPHAN/FNpM, mas a associação comunitária da SARCA (Sociedade de Amigos da Rua da Carioca), solicita o tombamento ao INEPAC no ano de 1982. O tombamento tinha como objetivo reenergizar a área e seus comerciantes, que não tinham motivo para investir na recuperação de imóveis que estavam fadados às destruições previstas pela retomada da Av. Norte-Sul, e seu projeto de urbanização. O parecer do CET acolheu favoravelmente a solicitação, reconhecendo como "indiscutível" o valor histórico e arquitetônico do conjunto, e "importantíssima a sua proteção para a preservação do centro tradicional do Rio de Janeiro, e sua qualidade de vida urbana"[103].

[101] Revista Municipal de Engenharia, Rio de Janeiro, número especial PUB-RIO, 1978, pp. 5-6.

[102] IPHAN, Processo nº 1006-T-79, 1979, fl. 7.

[103] INEPAC, Processo nº E-03/037.709/82, 1982, fl. 3.

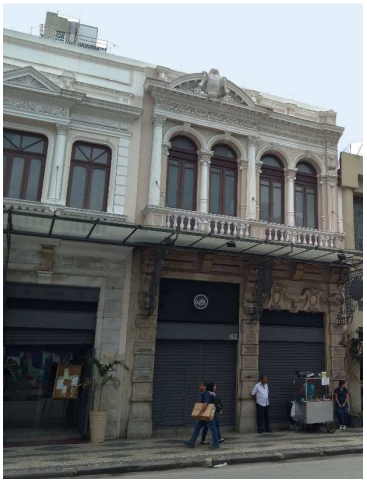


Figura 141: Rua da Carioca, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 142: Rua da Carioca, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 143: Rua da Carioca, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Destacou-se, também, o empenho da comunidade, que estaria disposta a restaurar, por conta própria, as fachadas deterioradas dos imóveis, caso o tombamento fosse garantido. O tombamento, em caráter provisório, foi realizado no ano de 1983, e inclui todos os imóveis da rua, inclusive aqueles de construção recente, incompatíveis com o conjunto e sem o menor valor para preservação. A atitude, infelizmente, foi reproduzida com o tombamento definitivo do conjunto arquitetônico, em 1989.

Em meio a proteção da Rua da Carioca, dentro da municipalidade desenvolvia-se, desde 1979, o Projeto do Corredor Cultural. Produzido no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento (SMP-RJ) este seria o primeiro projeto de revitalização para o tecido urbano tradicional de vias estreitas e pequenos sobrados que caracterizavam a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Com uma forte apropriação pela atividade comercial, através de lojas, bares e restaurantes, que mantinham viva a área fadada a destruições pelo projeto da Norte-Sul, era o próprio uso que modificava a estrutura arquitetônica original dos imóveis, reconfigurando suas fachadas com a abertura de vãos, e a instalação de toldos, marquises e letreiros.

Com objetivo de reverter a deterioração e degradação nesta área da cidade, a equipe técnica da SMP-RJ, que tinha como membro o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, em conjunto com um grupo de intelectuais, desenvolveram este projeto, compilado no documento "Corredor Cultural – SMP", de 1979. Nele, a equipe define o "corredor cultural" como "o espaço em que a função cultural se estabeleceu de maneira contínua no núcleo central", e identifica na cidade do Rio de Janeiro este corredor como uma área de notável potencial, considerando "os equipamentos existentes (cinemas, teatros, bares, restaurantes, escolas, bibliotecas e comércio atraente) e o suporte físico que condiciona sua existência".

O corredor cultural apresentaria as seguintes características funcionais: histórica, arquitetônica-ambiental, e recreativa-educacional. A característica histórica relacionar-se-ia ao "conjunto de acontecimentos que marcaram as etapas do desenvolvimento da cidade", e seriam integrantes de sua memória, e seus vestígios "incorporados aos hábitos da população". A característica arquitetônica-ambiental estaria ligada aos "marcos físicos da história" [104], portanto, representariam os vestígios remanescentes. Já a função recreativa-educacional estaria diretamente ligada a apropriação dos espaços, por vezes subutilizados, referindo-se a esse notável potencial de utilização frente à pluralidade de equipamentos culturais, de lazer e educação, já existentes na área.

Enquanto que a proteção do ambiente físico, barrando a força renovadora que paira pela cidade, conseguiria ser garantida através da produção de legislações urbanísticas e patrimoniais, o mesmo não poderia ser afirmado da política de restabelecimento da função cultural. Para o êxito da proposta, esta deveria considerar: o interesse dos órgãos de preservação patrimonial, dos órgãos de cultura, e do posicionamento das associações comunitárias.

Uma área prioritária de atuação foi delimitada, e nela propostas intervenções físicas e de combate ao esvaziamento de atividades culturais, abandonando a ideia de total renovação que pairava sobre as propostas urbanísticas anteriores, e valorizando a estrutura física e as atividades existentes na área, reconhecendo sua identidade e valor simbólico. Nesta área, eram reconhecidas concentrações de atividades homogêneas, e empregados critérios de intervenção, tais como: a preservação ambiental (focando a proteção do ambiente construído, e a vivência a ela atrelada), a reestruturação urbana (que visava modificar o traçado urbano, aumentando suas potencialidades de uso), a amenização do espaço ambiental (focando projetos paisagísticos nos espaços públicos que compõem o corredor) e a revitalização de atividades (na qual adotar-se-iam ações de regulamentação das atividades instaladas, e incentivos para o uso cultural). A área de intervenção do Corredor Cultural abrangia: o entorno da Praça XV de Novembro, antigo Largo do Paço; as cercanias da Lapa e da Cinelândia; e o tecido urbano homogêneo de vias estreitas e sobrados das imediações do Largo de São Francisco de Paula e dos imóveis ocupados pelos comerciantes da SAARA (Figura 144).

O conceito de preservação adotado pela equipe seria articulado ao desenvolvimento da cidade, buscando o equilíbrio entre os processos de preservação e renovação, em sintonia com a "conservação integrada" definida pelas diretrizes internacionais da Declaração de

[104] SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1979, pp. 17-18

Amsterdã, de 1975. Já as reivindicações das associações comunitárias como a SAARA e a SARCA, em conter a renovação urbana e manter-se na localidade, com a qual tem vínculos, possui pontos em comum com a experiência empreendida em Bolonha, em 1969. Por fim, associação entre as atividades tradicionais e o espaço urbano em suas características arquitetônico-ambientais reflete os debates presentes na Recomendação de Nairóbi, na qual a manutenção de uma ambiência – da materialidade física – torna-se instrumento de preservação de uma memória: uma carga imaterial presente no modo de vida de uma sociedade em sua apropriação do espaço físico.

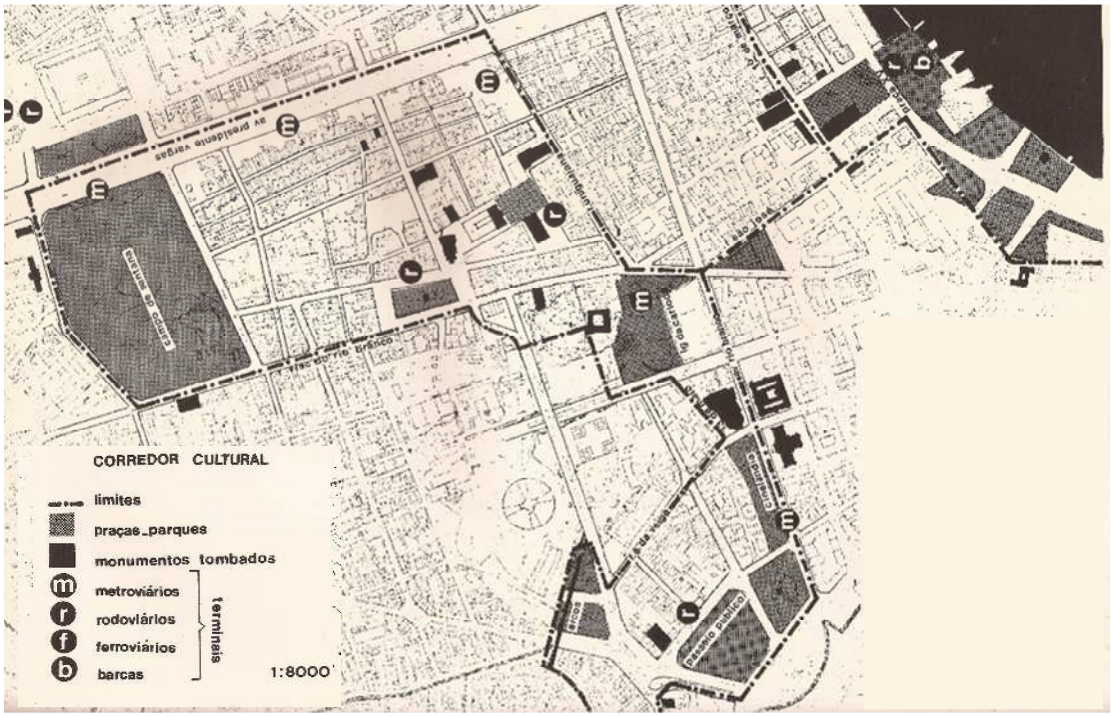


Figura 144: Projeto do Corredor Cultural: Mapa Geral. 1979.
Fonte: SMP, 1979.

Nos anos seguintes à produção do documento, são realizados estudos socioeconômicos, levantamentos fotográficos e análises arquitetônicas da área da SAARA, realizado pela municipalidade a partir de 1981. Quanto ao entorno da Praça XV de Novembro, um estudo foi desenvolvido pela SPHAN/FNpM, sob coordenação de Dora Alcântara, que produziu um inventário dos "sobrados que constituem o entorno" de bens tombados como a Igreja da Candelária, a Praça do Comércio, e as Igrejas da Santa Cruz dos Militares e da Lapa dos Mercadores, e que guardavam "aspecto das construções de princípios" do século XX. Empreendeu-se também um estudo sociológico, com questionários que tinham como objetivo nortear "uma possível intervenção conjunta com a equipe municipal atuante"[105].

[105] ALCÂNTARA, 1984, p. 114.

De fato, o inventário e o estudo sociológico da SPHAN/FNpM foram utilizados pela equipe do Corredor Cultural na compreensão histórica e morfológica da área, e na definição dos imóveis a serem protegidos a fim de manter a ambiência característica do tecido tradicional da Centro da Cidade.

O projeto originário da SMP-RJ passa a se concretizar na forma urbana do Rio a partir de julho de 1983, quando as propostas urbanísticas da Equipe Técnica são transformadas em legislação, através da publicação do Decreto Municipal nº 4.141 que aprovou o PAA nº 10.290/PAL nº 38.871 (Figura 145), fixando os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural, revogando e pondo fim ao projeto da Av. Norte-Sul.



Figura 145: Detalhe do nº PAA nº 10.290/PAL nº 38.871de 1983. Corredor Cultural.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

Meses antes da publicação do decreto, contudo, uma reportagem do Jornal de Brasil, do dia 27 de março de 1983, indicava que o imóvel do IFCS, considerado o "berço da engenharia brasileira" se achava "ameaçado a perder de 16 m"[106] devido ao projeto da Avenida. A mesma resultou em um abaixo-assinado em nome dos estudantes de graduação, de pós-graduação e professores da UFRJ, solicitando a não demolição do imóvel, com mais de 600 assinaturas.

Um processo de tombamento foi instaurado pelo INEPAC, com vistas à avaliação do pedido, e o mesmo teve um parecer favorável, conforme o texto redigido pelo relator do CET de maio do mesmo ano, incluindo toda extensão do imóvel, em contraponto à proteção parcial

[106] JORNAL DO BRASIL, 27 de março de 1983 apud INEPAC, Processo nº E-03/11357/83, 1983, fl. 35.

realizada pela DPHAN na década de 1960, "desde que esteja realmente e definitivamente revogado o PA para a construção da Av. Norte-Sul e demolida toda construção acrescida que desfigura sua originalidade"[107]. Com o tombamento provisório estadual aprovado em abril de 1983, o órgão de tutela federal só protegerá por completo o imóvel a partir de 1998.

Dispondo sobre a proteção de bens imóveis na área delimitada pelo PAA e PAL aprovados em 1983, publicou-se em 1984, a Lei Municipal nº 506, que criou a Zona Especial do Corredor Cultural, confirmando suas condições de "preservação, reconstituição, e renovação das edificações" apresentadas nos projetos supracitados. As propostas da lei para estas áreas buscavam: a preservação dos imóveis ainda íntegros, a recuperação daqueles que se encontravam descaracterizados, e a inserção de novos edifícios nos lotes que se encontravam vazios.

Dentro da zona de proteção foram estabelecidas três subzonas de atuação (Figura 146), conforme a legislação. Os edifícios em bom estado de conservação foram classificados na subzona de preservação ambiental, ao qual eram "mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas que compõem o conjunto das fachadas e dos telhados dos prédios ali situados". Preservava-se a sua volumetria e sua fachada, permitindo intervenções internas aos imóveis, uma vez que o que se deseja proteger e122ra a ambiência da área, e não o edifício em sua totalidade. Aqueles descaracterizados ou em ruínas integravam a subzona de reconstituição, na qual era "permitida a recuperação dos elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos que anteriormente compunham o conjunto das fachadas e coberturas dos prédios existentes na área". Por último, a subzona de renovação urbana era destinada à inserção de nova arquitetura no entorno preservado, obedecendo ao "projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertence", e "às alturas máximas determinadas nas notas, quadros e critérios"[108] dos projetos de alinhamento e loteamento aprovados no ano anterior.

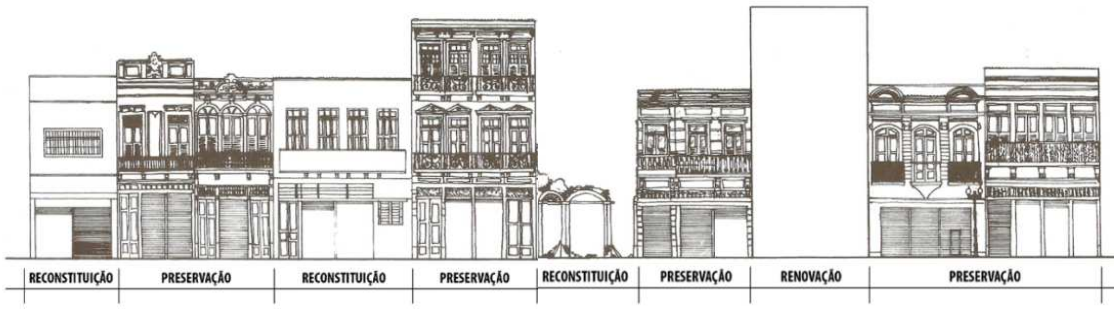


Figura 146: Subzonas de atuação do Corredor Cultural.
Fonte: RIOARTE, 2002.

[107] INEPAC, Processo nº E-03/11357/83, 1983, fls. 17-21.

[108] PCRJ. Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984.

Nas imediações do Largo de São Francisco, os levantamentos detalhados de cada imóvel ainda não haviam sido realizados quando publicados os projetos de alinhamento e loteamento, sendo produzidos apenas no ano de 1984. Portanto, nestas áreas, ao invés de uma criteriosa decisão acerca de quais edificações seriam preservadas ou renovadas, foram realizadas leituras gerais que determinaram quadras para compor, por completo, ora a subzona de preservação ambiental, ora a de renovação urbana. Essa situação seria revista em 1987, quando produzidos o PAA nº 10.600/PAL nº 41.632 (Figura 147) ainda vigentes na estruturação urbana da área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Aprovados pela Lei Municipal nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987, foram redefinidas as condições de preservação e renovação dos edifícios do Corredor Cultural em duas subzonas: a de preservação ambiental, e a de renovação urbana, eliminando a de reconstituição arquitetônica. Este processo de revisão coube ao Escritório Técnico do Corredor Cultural, cuja proposta também foi de facilitar o contato entre o poder público e a comunidade, prestando assistência aos proprietários e locatários dos imóveis, regulamentando as construções e supervisionando e fiscalizando os projetos de intervenção nos edifícios da área.

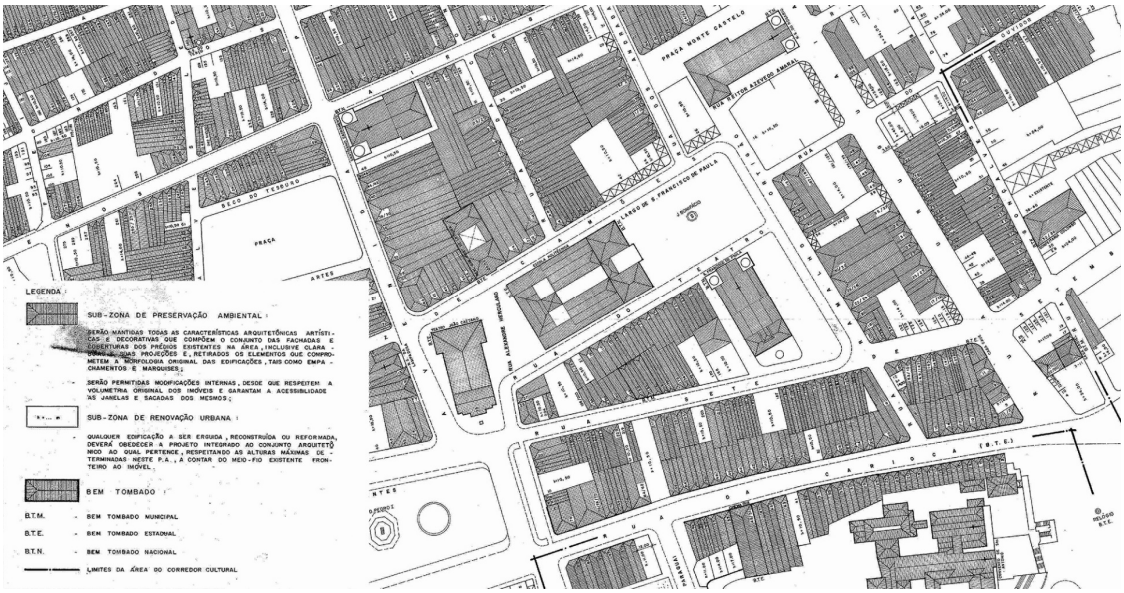


Figura 147: Parte do nº PAA nº 10.290/PAL nº 38.871de 1983. Corredor Cultural.
Fonte da Base: SMU-PCRJ.

O apoio e participação dos usuários dos imóveis dentro da área de atuação do Corredor Cultural foram essenciais no sucesso da proposta, uma vez que a municipalidade poderia apenas conferir a proteção legal, e orientar os processos de intervenção. Cabia aos seus proprietários ou locatários, a recuperação dos imóveis (Figuras 148 a 150), cuja realização, conforme as orientações do Escritório Técnico, permitia que lhe fossem conferidos incentivos fiscais, como a isenção de impostos prediais e outras taxas municipais.

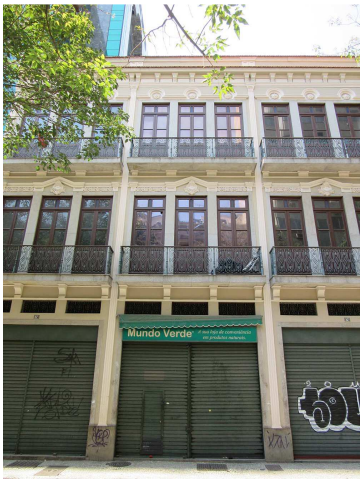


Figura 148: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua da Uruguaiana, 82.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 149: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua do Rosário, 30.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

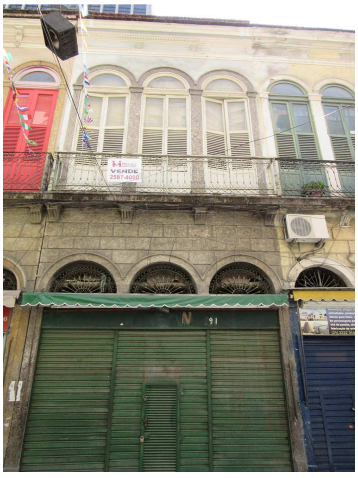


Figura 150: Imóvel Preservado no Corredor Cultural: Rua da Alfândega, 194.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

O resultado positivo, apesar de abrangente, não representa a totalidade da área de intervenção do projeto. A participação comunitária, associada às recuperações com objetivo de obter incentivos fiscais, foi intensa em trechos como a SAARA, representada por um pujante comércio varejista. Já em trechos como as cercanias da Lapa, no qual destacava-se uma apropriação residencial dos imóveis, alugados pelas camadas sociais de baixa renda, a proteção legal dos sobrados não se reverteu em ambiências urbanas recuperadas, mantendo-se o aspecto da degradação. A reabilitação nessas condições, por sua vez, só conseguiria ser alcançada através de uma "gentrificação", com alteração do estrato social da localidade. Augusto Ivan de F. Pinheiro, já em 1987, em Mesa-Redonda promovida pelo SPHAN/FNpM, que incluiu a participação de Carlos Nelson F. dos Santos, aborda essa diferença, e estabelece um paralelo com o Pelourinho em Salvador.

> "A problemática no Corredor Cultural é totalmente diferente. Lá a gente lida com comerciantes razoavelmente bem de vida, cujas posses permitem alugar ou comprar um imóvel. No particular, a gente teria a Lapa, um ligar que ficou como de moradia, o último que restava perto do centro do Rio. A problemática ali é provavelmente semelhante à do Pelourinho em Salvador, (...), onde as pessoas que ocupam aqueles imóveis não têm nenhuma possibilidade de restaurá-los ou recuperá-los, e muito menos de mantê-los. (...) Teve um proprietário que tirou a escada de um prédio que servia de casa de cômodos para expulsar as 40 pessoas que moravam ali. (...) Hoje o prédio está desocupado, e esse proprietário vai transformá-lo em escritórios. (...) eu estou preocupadíssimo com a Lapa. Acho que os moradores dali vão ter de se

> organizar de alguma forma para resistir, porque nós não temos como responder a esse tipo de questão. (...) quando o prédio não é nosso não temos a menor condição de intervir e vamos ter que ficar olhando o proprietário tirar os pobres do lugar" (PINHEIRO et al., 1987, p. 134)

Ao longo da década de 1980, a criação de áreas de preservação no âmbito da municipalidade torna-se um fenômeno recorrente, tendo como diretrizes os apontamentos do PUB-RIO de proteção do patrimônio, tanto paisagístico quanto de cultural. Em paralelo a criação da Zona Especial do Corredor Cultural, o bairro de Santa Teresa é transformado em uma APA - Área de Preservação Ambiental, através da Lei Municipal nº 495 de 9 de janeiro de 1984. Nos anos seguintes, nas franjas do conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, surgem iniciativas de preservação para: os bairros portuários da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, incluindo as proximidades do Morro da Conceição; a área de Santana e o entorno da Praça da Cruz Vermelha; e a Cidade Nova e o Catumbi.

Nos bairros portuários, com forte tradição residencial, as iniciativas de preservação partiram das reivindicações da "AMAS - Associação de Moradores e Amigos da Saúde", que promoveram, em agosto de 1983, um encontro com "diversos órgãos governamentais" no qual debateu-se a "proposta de criação de grupo de trabalho para estudar os problemas levantados pela comunidade"[109]. Seus membros estavam preocupados com as transformações que vinham ocorrendo no bairro, em particular na substituição do uso histórico residencial, por atividades comerciais e industriais. Estas articulavam-se a renovações arquitetônicas e mudanças no padrão de ocupação urbana, possibilitados pelos fantasmas dos PAA e PAL renovadores, como o da Av. Norte-Sul, que se estendia desde o sopé do Morro da Conceição até o bairro do Santo Cristo.

Desse debate, estruturou-se o "Grupo de Trabalho Comunitário e Institucional de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo", formado por representantes do SPHAN e do INEPAC, assim como de órgãos da municipalidade, como: o "CMPC-RJ - Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural", criado em 1980; e a "DPC - Diretoria de Patrimônio Cultural e Artístico do Departamento-Geral de Cultura". O grupo desenvolveu o Projeto Sagas, que tinha como objetivo "realizar o inventário dos bens culturais (...) da área de estudo, com finalidade de fornecer os elementos necessários para a elaboração de legislação de proteção"[110].

[109] GRUPO DE TRABALHO SAGAS, 1986, pp. 5-6.

[110] Ibid., p. 8.

O projeto se concretiza com a publicação do Decreto nº 5459 de 8 de novembro de 1985, que estabeleceu a proteção ambiental de parte dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, definindo altura máxima e usos permitidos para as novas edificações e reconstruções na área. O decreto também de definiu seis subáreas de proteção ambiental, nas quais encontram-se imóveis cujas fachadas, coberturas e volumetria seriam preservadas (Figura 151).

Em 1987, foi publicada a Lei Municipal nº 971, que instituiu e delimitou a APA Sagas, substituindo o decreto de 1985. A Lei delimitou a Área. A lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7351 de 14 de janeiro de 1988, que revisou os imóveis designados para preservação, assim como as diretrizes de uso e construção para novas edificações. Ao longo do conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, destacam-se as Subáreas A de Proteção Ambiental do Morro da Conceição e da Rua Barão de São Félix, caracterizadas por pequenos sobrados e casas térreas da virada do século XX.



Figura 151: Projeto Sagas: Subáreas de Preservação do Morro da Conceição e Barão de São Félix.
Indicado em preto, os imóveis para preservação.
Fonte: GRUPO DE TRABALHO SAGAS, 1986.

Além destes bens preservados que visavam manter a ambiência histórica desses tradicionais bairros residenciais da Área Central, o Projeto Sagas também identificou imóveis que possuiriam "valor excepcional do ponto de vista arquitetônico e cultural"[111], sendo estes selecionados pela equipe para serem tombados pela esfera municipal. A prática já havia sido

[111] Ibid., p. 31.

instaurada com a Lei nº 166 de 27 de maio de 1980, que estabeleceu o CMPC-RJ como o órgão competente para emitir pareceres acerca do tombamento de bens pelo Município, sendo seu prosseguimento dado pelo prefeito, através de decreto específico. A solicitação de tombamento feito pelo Grupo de Trabalho do Sagas foi avaliada pelo CMPC-RJ, em 1985, através da abertura de um processo que ratificou a seleção apresentada, recomendando a proteção dos imóveis, em caráter provisório, por 365 dias.

Uma inovação em relação aos tombamentos analisados nesta tese está na indicação dos valores identificados como dignos de preservação dos imóveis, conforme apresentados no Decreto nº 5047 de 17 de abril de 1985. A legislação aponta os aspectos "arquitetônicos, sociais, culturais, de ancienidade e urbanísticos", como sendo aqueles que lhe conferem a sua excepcionalidade. Destaca-se, deste grupo, a ancienidade, ou nos termos empregados por Riegl em seu texto de 1903, o valor de antiguidade, representado nas marcas da passagem do tempo nas construções, que sensibilizam o observador em sua aparência pitoresca, sendo desnecessária para sua fruição os conhecimentos artísticos da alta cultura. Esses tombamentos do Projeto Sagas seriam consolidados com o Decreto nº 6057 de 23 de agosto de 1986, protegendo imóveis de habitação coletiva como: os cortiços na Rua Costa Ferreira (BT 43, Figura 152) e na Rua Senador Pompeu, nº 34; (BT 44); o Solar na Rua Barão de São Félix (BT 50, Figura 153); e a Avenida Caruso (BT 51, Figura 154)).



Figura 152: Cortiço na Rua Costa Ferreira, em 1985.
Fonte: Biblioteca do IRPH.



Figura 153: Solar na Rua Barão de São Félix, em 1985.
Fonte: Biblioteca do IRPH.



Figura 154: Avenida Caruso, em 1985.
Fonte: Biblioteca do IRPH..

Procedimentos similares ao do Projeto Sagas foram realizados a partir de um relatório de 1984 desenvolvido pelo RIOARTE - Instituto Municipal de Arte e Cultura, com uma proposta de preservação para área localizada ao sul do Corredor Cultural, englobando os tecidos urbanos do entorno do Campo de Santana, e da Praça da Cruz Vermelha, efetivamente protegidos a partir de 1987. Os pormenores desse processo de preservação serão abordados no próximo

capítulo, mas dele foi igualmente instaurado uma solicitação de tombamento municipal para imóveis cuja excepcionalidade mereciam uma proteção além da preservação da sua fachada e volumetria. Ao longo do conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, destacam-se neste processo: outra habitação coletiva, a vila na Rua General Caldwell (BT 56, Figura 155); e o edifício da antiga Primeira Circunscrição do Serviço Militar, ou Palácio da Saúde, atualmente a Odontoclínica Central do Exército (BT 55, Figura 156).





(esquerda) **Figura 155:** Vila na Rua General Caldwell, em 1985
Fonte: Biblioteca do IRPH.

(direita) **Figura 156:** Palácio da Saúde, em 1985.
Fonte: Biblioteca do IRPH.

Em meio a essa preservação municipal no tecido além do Campo de Santana, o INEPAC tomba edifícios monumentais, como o palacete ocupado pela FND - Faculdade de Direito da UFRJ (BT 35, Figura 157) na Rua Moncorvo Filho, que tem suas origens no antigo Palácio do Conde dos Arcos, que viria a ser a sede do Senado Imperial a partir de 1824. A solicitação enviada ao órgão de tutela a partir de um abaixo-assinado de estudantes, professores e servidores da instituição de ensino[112], teve como inspiração direta o tombamento do edifício do IFCS de 1983, igualmente proveniente do clamor da comunidade que o usufrui, e realizado meses antes da solicitação da FND. Nas proximidades, o órgão de tutela estadual também protege o eclético pavilhão do Hospital Moncorvo Filho (BT 67, Figura 158), com tombamento instituído em 1990, a partir de solicitação originada no próprio INEPAC.





(esquerda) **Figura 157:** Faculdade de Direito da UFRJ, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

(direita) **Figura 158:** Hospital Moncorvo Filho, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[112] INEPAC, Processo nº E-03/3126783, 1983, fl. 2.

Continuando o percurso pela Av. Presidente Vargas, a Cidade Nova seria a próximo trecho da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro a ganhar uma Área de Proteção Ambiental, juntamente com o bairro do Catumbi, em 1991. Desde a proposta de renovação datada de 1967, no qual destacou-se uma proposta de uso habitacional de alta densidade, a área vem sendo alvo de inúmeras revisões urbanísticas, como a presente no PAA nº 9362/PAL nº 31591 de 1974, cuja maquete (Figura 159) ilustra as torres habitacionais dispostas obliquamente à Av. Salvador de Sá. O projeto seria novamente revisto na década de 1980, quando o eixo viário do atual Viaduto São Sebastião tem suas obras concluídas. Essa mesma década registram pontuais iniciativas de preservação, nas três esferas de atuação, nesta área da cidade, que até então não havia sido reconhecida como digna de proteção.

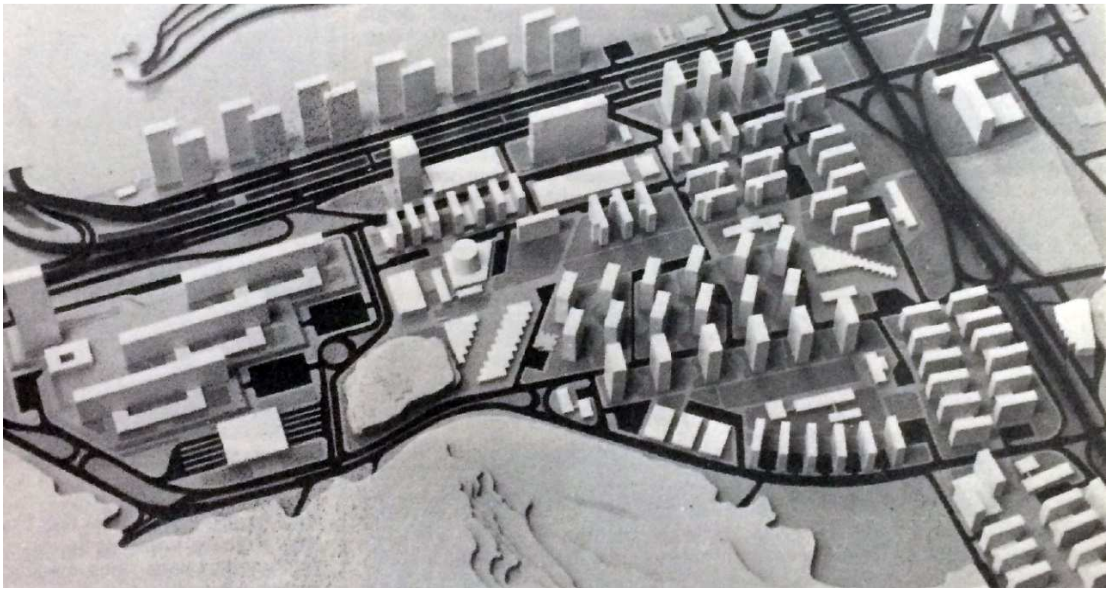


Figura 159: Maquete do Plano de Renovação Urbana da Cidade Nova.
Fonte: ADEMI, 1977.

No âmbito do órgão de tutela federal, o SPHAN tomba dois imóveis da UFRJ, ambos por solicitação de terceiros: o Hospital Escola São Francisco de Assis (BT 30, Figura 160) e o Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Anna Nery (BT 52). O Hospital, que tem suas origens no Asilo da Mendicidade, é uma construção de estilo neoclássico, com pavilhões radiais que seguem a estrutura do panóptico de Bentham. Com iniciadas em 1876, ele representa um marco histórico na ocupação da Cidade Nova, de frente para o Canal do Mangue. Contudo, a proprietária, a UFRJ, pretendia vender o imóvel na década de 1970, cuja renovação permitia a construção de altas torres em substituição ao baixo gabarito tradicional. A solicitação de tombamento, realizada em maio de 1978, partiu do Prof. Dr. Hélio Aguinaga, diretor do Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança, que funcionava nas dependências do Hospital, em virtude de uma ordem de desocupação emitida pelo então Reitor da UFRJ,

oriunda da lei nº 6120 de 15 de outubro de 1974 que força a instituição a alienar seus imóveis fora do campus da Cidade Universitária. O parecer favorável ao tombamento, redigido por Dora Alcântara, identifica, tanto o seu valor histórico pelo "lugar que ocupa na história de nossos serviços de assistência pública", quanto o seu valor arquitetônico, devido a seu partido adotado e sua "ocupação pioneira no local", como "um dos últimos documentos significativos do século passado, no Mangue"[113]. Devido aos impasses com a UFRJ, o tombamento só seria homologado no ano de 1983.

Neste mesmo ano, o órgão de tutela estadual, tombaria outro imóvel inaugural na Cidade Nova, a Fábrica de Gás do Aterrado (BT 31, Figura 161), cujo edifício de linhas clássicas remonta a 1853 com as iniciativas modernizadoras do Barão de Mauá, como o aterro do Mangal de São Diogo e o fornecimento de iluminação à gás para a cidade do Rio de Janeiro. O imóvel, contudo, não estava ameaçado pelo projeto urbanizador vigente para a Cidade Nova, apresentado pelo PAA nº 10025/PAL nº 36840 de 1980 (Figura 162).



Figura 160: Hospital São Francisco de Assis, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 161: Fábrica de Gás do Aterrado, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

O mesmo projeto trazia propostas ocupacionais divergentes em relação ao PAA/PAL de 1974, para o eixo da Av. Salvador de Sá. As torres residências previstas no projeto anterior, seriam substituídas por grandes blocos edificados de uso misto, que arrasariam todo o tecido do bairro. Um processo de tombamento foi instaurado na municipalidade, a partir das solicitações da "AMCRASS - Associação dos Moradores do Complexo Residencial da Avenida Salvador de Sá", para a proteção do conjunto da Vila Operária Salvador de Sá (BT 38, Figuras 163 e 164), construída durante a administração de Pereira Passos. O tombamento do conjunto de habitações, que corre ao longo dos dois lados da avenida, teve impacto direto no projeto de urbanização vigente da Cidade Nova, inviabilizando não só a construção dos blocos edificados propostos, como os alargamentos previstos para uma série de ruas estreitas

[113] IPHAN, Processo nº 078-T-78, 1978, fls. 17-19.

transversais à Vila Operária. Realizada por Lei Municipal[114] nº 627 de 21 de setembro de 1984, e posteriormente reafirmada pelo Decreto Municipal nº 5.304 de 02 de setembro de 1985, a proteção do conjunto foi um dos pontos de partida para a preservação da ambiência da Cidade Nova.



Figura 162: Detalhe do PAA nº 10025/PAL nº 36840 de 1980. Cidade Nova - Projeto de Urbanização e Alinhamento.
Base: SMU-PCRJ.



Figura 163: Vila Operária da Cidade Nova, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 164: Vila Operária da Cidade Nova, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[114] Apesar do tombamento municipal ser um instrumento de uso do poder executivo, conforme estabeleceu a Lei nº 166 de 27 de maio de 1980, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em seu artigo nº 44, lista o "tombamento de bens móveis ou imóveis e criação de áreas de especial interesse", como uma das atribuições da Câmara Municipal, embora necessária a sanção do Prefeito. Isso permitiu que uma série de bens tivessem tombamentos oriundos de projetos de lei, entre as décadas de 1980 e 2000. Contudo, durante a administração do prefeito Eduardo Paes (2009-2016), tombamentos originários da Câmara deixaram de ser sancionados, e declarados inconstitucionais. A prática foi retomada na administração de Marcelo Crivella (2017-).

Em 1986, cria-se um departamento próprio de tutela patrimonial no Município, o DGPC - Departamento Geral de Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Dentre uma das áreas tuteladas por esse órgão, encontrava-se o bairro do Catumbi, conforme o apresentado no Decreto Municipal nº 6151 de 23 de setembro de 1986. Embora ainda desprovido de um reconhecimento patrimonial, qualquer demolição, construção ou obras nos imóveis dos quarteirões definidos no decreto, deveriam ser chanceladas pelo DGPC. Em 1988, mantendo essa tutela do Catumbi, o Decreto Municipal nº 7353 de 15 de janeiro de 1988, que aprovou o PAA nº 10.605/PAL nº 41.699, determinou que as quadras ladeadas pela Vila Operária Salvador de Sá teriam um aproveitamento predominantemente horizontal, com altura limitada a 11 metros, garantindo ao menos a ambiência volumétrica da área. A preservação final seria empreendida a partir do Decreto nº 10.040 de 11 de março de 1991, que criou a APA da Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi.

Conforme a obrigatoriedade prevista no Artigo 182º da Constituição Federal de 1988, a cidade do Rio de Janeiro produz o seu "Plano Diretor Decenal", publicado pela Lei Complementar nº 16 de 4 de junho de 1992. A legislação definiu "as normas e procedimentos para a realização da política urbana do Município", fixando diretrizes, e prevendo instrumentos para a sua execução, prevista para o tempo de 10 anos.

No seu capítulo referente à referente à política de meio ambiente e valorização do patrimônio cultural, identifica-se os instrumentos básicos para realização da política, tais como o tombamento e a criação das Unidades de Conservação Ambiental. Dentre estas últimas: encontram-se a APA e a APAC - Área de Proteção do Ambiente Cultural. Segundo a legislação, a APA passa a designar a área dotada de "características ecológicas e paisagísticas notáveis". Já a APAC, representa uma área com "relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis", cuja ocupação deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos"

Os bens arquitetônicos existentes nas APACs estariam classificados em bens preservados ou bens tutelados. Os bens preservados seriam aqueles que deviam "manter as características que tenham sido identificadas como de importância para a ambiência e identidade cultural da área" protegida. Já os bens tutelados seriam todos aqueles situados nas APACs, que, contudo, podem ser demolidos ou modificados. Os novos edifícios ficam sujeitos "a restrições para evitar a descaracterização do conjunto preservado a critério do órgão de tutela".

Na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, a primeira área de preservação denominada como APAC foi a da Cruz Vermelha, instituída com o Decreto Municipal nº 11.883 de 1992.

Ainda nesta mesma década, criou-se nas proximidades da Igreja da Candelária, a APAC Teófilo Otoni, através do Decreto Municipal nº 16419 de 23 de dezembro de 1997.

A preocupação com a preservação da ambiência histórica e de entornos de bens tombados também seria pauta de debates para o órgão federal de tutela patrimonial, a partir de dois estudos iniciados na década de 1970[115]: o do Morro da Conceição, e o da Praça XV.

Na área que seria posteriormente preservada em esfera municipal pelo Projeto Sagas, o então IPHAN desenvolve estudos para a reabilitação da região do Morro da Conceição (Figura 165) e seus entornos, que previa inicialmente, a recuperação do conjunto arquitetônico do Valongo - tombado em 1938 - e a "renovação estética dos prédios das ruas Sacadura Cabral e Camerino". Identificava-se na pesquisa empreendida, assim como nas propostas da municipalidade, os ideais da conservação integrada, "considerando os interesses e anseios da população radicada no local", e articulando às atividades "a serem implantadas a partir de um novo zoneamento municipal[116]". A proposta foi ampliada, considerando a vizinhança de nove bens tombados pelo órgão federal, e na sua área de abrangência realizados levantamentos que registravam os gabaritos dos imóveis e sua integração à volumetria do conjunto histórico, assim como seus usos, a caracterização das suas fachadas, e o seu estado de conservação.



Figura 165: Morro da Conceição e Largo de São Francisco da Prainha, década de 1980.
Fonte: ARNAUT, 1984.

O estudo promoveu a publicação da Portaria do SPHAN de nº 02 de 14 de março de 1986, que visando a integridade, visibilidade e ambiência dos seus bens tombados no entorno do Morro da Conceição, fixou gabaritos máximos para construções, reformas e acréscimos dentro do perímetro delimitado pelo documento em questão. Essa portaria, que foi incorporada nas revisões do Projeto Sagas expostas no Decreto Municipal nº de 7351 de 1988, seria revogada no século XXI, sendo substituída pela de nº 135 de 13 de março 2013, que incorporou a Av. Presidente Vargas ao seu perímetro de tutela.

[115] MOTTA & THOMPSON, 2010, p. 56

[116] ARNAUT, 1984, p. 97.

Já o estudo da Praça XV, coordenado por Dora Alcântara, e articulado às pesquisas realizadas para criação do Corredor Cultural, daria forma ao tombamento, em 1992, do "Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça XV de Novembro e Imediações" (BT 61, Figuras 166 e 167), a partir de processo instaurado em 1986, por sugestão do Gilberto Velho, na capacidade de membro do conselho consultivo do SPHAN[117]. A perimetral de tombamento proposta pelo órgão já havia sido completamente incorporada à área de abrangência do Corredor Cultural, a volumetria e fachada dos imóveis de interesse patrimonial, devidamente preservados. O tombamento federal, por sua vez, incidiria em todos os imóveis na área, inclusive aqueles sem valor para o conjunto, sendo necessária a aprovação da 6ªa Diretoria Regional da SPHAN para a realização de quaisquer obras, tanto no perímetro tombado, quanto na área estabelecida como sua vizinhança. Na prática, esse tombamento realiza os mesmos procedimentos do Corredor Cultural, uma vez que ele foi inscrito no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico". Logo, o critério que baliza a ação dos agentes do órgão de tutela nas atividades de fiscalização e aprovação dos projetos para a área, não estaria na qualidade arquitetônica do imóvel em seu valor individual, ou nas características internas, mas sim no seu papel como integrante de um conjunto cuja ambiência desejava-se preservar.



Figura 166: Casario nas imediações da Praça XV, década de 1980.
Fonte IPHAN, Processo nº 1213-T-86, 1986.



Figura 167: Casario nas imediações da Praça XV, década de 1980.
Fonte IPHAN, Processo nº 1213-T-86, 1986.

Indo além da proteção de conjuntos coesos, tornou-se recorrente a prática de tombamentos de conjuntos fragmentários, ou seja, de bens espalhados ora pelo Município, ora pelo Estado, que se destacavam por uma apropriação e tipologia edificada específica, ou que representassem obras características de um arquiteto notável.

Partindo de um inventário das edificações na cidade com uso educacional primário, entre os anos de 1870 e 1945, realizado pela pesquisadora Rachel Sisson, o CMPC-RJ recomendou o tombamento provisório dos imóveis de 27 escolas públicas, reconhecendo que estes bens

[117] IPHAN, Processo nº 1213-T-86, 1986, fl. 1

edificados são testemunho da evolução da educação pública carioca (valor histórico), e sua materialidade representa exemplares expressivos da arquitetura da primeira metade do século (valor arquitetônico). No recorte espacial intermediário da tese, destacam-se quatro exemplares tombados: as Escolas Municipais Campos Salles (BT 63, Figura 168), República da Colômbia (BT 64, Figura 169); Rivadavia Correa (BT 65, Figura 170); e Tiradentes (BT 66, Figura 171). A primeira, localizada no interior do Campo de Santana, foi construída em 1944. Já as demais edificações, com linguagem clássica, e produzidas entre as décadas de 1870 e 1910, já haviam sido contempladas com tutela pelo Corredor Cultural, ou pela APA Sagas, sendo seus tombamentos sem impactos para as propostas urbanísticas vigentes do período.



Figura 168: Escola Municipal Campos Salles, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 169: Escola Municipal República da Colômbia, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 170: Escola Rivadavia Correa, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 171: Escola Municipal Tiradentes, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Outro tombamento de conjunto que reflete tanto um uso histórico, e quanto uma tipologia edificada característica, é o que protegeu as Estações Ferroviárias presentes no Município, oriundo de uma solicitação da ABPF - Associação Brasileira de Preservação Ferroviária em 1992. O pedido[118], que incluiu dentre os bens tombados a Estação D. Pedro II (BT 73, Figura 172), de produção concomitante à Av. Presidente Vargas, e integrada a seu projeto urbanizador, foi acolhido positivamente pelo CMPC-RJ, que reconheceu a importância

[118] PCRJ. Processo nº 12/001.463/92, 1992.

histórica das estações ferroviárias como parte da memória urbana do Rio de Janeiro. Com relação específica ao imóvel da Estação D. Pedro II[119], foi incluído no tombamento realizado em 1996, os elementos arquitetônicos e decorativos do interior do edifício, além das suas características estilísticas exteriores, de linguagem proto-moderna.

No tangente ao conjunto das obras de arquitetos notáveis, destacam-se as figuras do brasileiro Oscar Niemeyer, do francês Henri Sajous, e do italiano Antonio Virzi. Competiu ao INEPAC, em 1989[120], o tombamento das obras de Virzi nas cidades do Rio de Janeiro[121] e de Niterói, dentre eles o Galpão da Empresa Metalúrgica Pagani e Castier (BT 59, Figura 173), na Cidade Nova. Com traços *art-déco*, e influência da arquitetura do escocês Charles Rennie Mackintosh, o imóvel de 1921, e atualmente em estado de ruína, encontrava-se fora da área de abrangência da APA Cidade Nova. O imóvel seria posteriormente tombado pelo Município, em 1994, reconhecendo-o como um exemplar raro para a arquitetura carioca.

Em 1990, o órgão estadual iniciou um processo que visava o tombamento de três obras de Niemeyer localizadas na cidade do Rio de Janeiro, dentre elas o Edifício Sede do Banco Boavista (BT 62), construído em 1946 na Av. Presidente Vargas, de frente para a Igreja da Candelária, e seguindo a implantação proposta pelo PAA nº 4041/PAL nº 9814 de 1945. O tombamento estadual seria seguido pela proteção municipal, através da Lei nº 2677 de 1998, que tombou 14 bens edificados de Niemeyer na cidade do Rio de janeiro, incluindo a Passarela do Samba Darcy Ribeiro (BT 72, Figura 174), construída em 1984, ao longo da Rua Marquês de Sapucaí no Sambódromo, e objeto de um tombamento estadual de 1994[122].

Com base em processo iniciado em 1994, pela municipalidade, as obras de estilo *art-déco* de Henri Sajous foram tombadas apenas no ano de 2000. Entre elas, consta o Palácio do Comércio (BT 8, Figura 175) nas cercanias da Av. Presidente Vargas. Datado de 1937, o imóvel de alto gabarito para a estreita Rua da Candelária encontrava-se integrado ao PAA nº 3022 de 1938, do prolongamento da Av. do Mangue, e sua revisão no PAA nº 3481/PAL nº 5972, no qual previa-se que o quarteirão de frente para sua fachada principal seria demolido, e convertido numa praça que garantiria a adequada apreensão visual do edifício a partir da Rua Primeiro de Março.

---

[119] O imóvel seria tombado pelo IPHAN em 2008. Maiores detalhes sobre o tombamento em esfera federal serão abordados no quarto capítulo desta tese.

[120] INEPAC, Processo nº E-18/300.839/888, 1988.

[121] O SPHAN já havia tombado, em 1970, outra obra de Virzi, o eclético imóvel Villino Silveira, na Glória.

[122] O tombamento estadual da Passarela do Samba será abordado no quarto capítulo desta tese.



Figura 172: Estação D. Pedro II, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 173: Galpão Pagani, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 174: Passarela do Samba Darcy Ribeiro, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

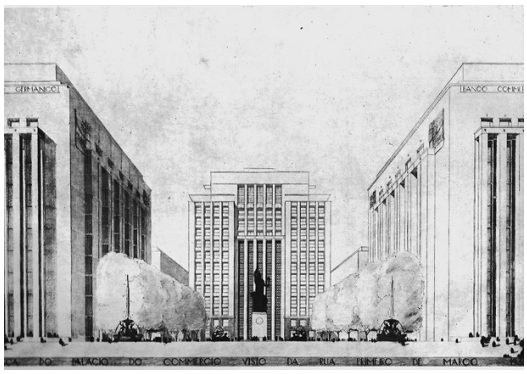


Figura 175: Perspectiva do Palácio do Comércio, e sua praça não executada.
Fonte: <https://www.sajous-henri.com/>

O processo de tombamento das obras de Sajous, cujos exemplares arquitetônicos da década de 1930, ilustravam a transição de uma linguagem acadêmica de ornamentação eclética para um vocabulário moderno de linhas geométricas como a do estilo *art-déco*, registravam mais um processo de derivação nas tipologias patrimoniais. Assim como na década de 1970, quando se expandiu o corte cronológico e estilístico das edificações contempladas com preservação, reconhecendo o valor artístico e arquitetônico presente na produção do período eclético, a década de 1990 avança com esse limite estendendo-o ás contribuições de um período de verticalização da cidade, que culminou com a abertura da Av. Presidente Vargas, durante o regime do Estado Novo.

Foi justamente essa arquitetura produzida ao longo do governo de Vargas, com linguagem proto-moderna e traços do estilo *art-déco*, incorporada à edifícios governamentais como as sedes dos ministérios da federação, objeto de proteção pelo INEPAC, em processo instaurado no ano de 1998. A solicitação partiu de um abaixo-assinado que visava a proteção, apenas, do edifício da CONAB, antigo Entreposto de Pesca na Praça XV de Novembro, que passava por uma ameaça de demolição. Quando levado ao CET para deliberação, incluiu-se em pauta

estudos desenvolvidos pela conselheira, e arquiteta do IPHAN, Lia Motta, que identificou outros bens edificados, que como o da CONAB, eram prédios públicos representativos da "imagem de nação moderna que o Estado Novo buscava construir"[123].

Segundo o próprio informe da então diretora do INEPAC, Dina Lerner, a proposta de tombamento destes imóveis, que incluíam em seu rol o Palácio Duque de Caxias (antigo Ministério da Guerra, BT 77, Figura 176) e o Edifício Almirante Tamandaré (antigo Ministério da Marinha, BT 76, Figura 177), distinguia-se dos "critérios tradicionais de valorização dos bens culturais" que vinham sendo atribuídos pelos órgãos de tutela, que priorizavam a arquitetura de matriz colonial como a "referência única de identidade nacional". Procurava-se com este tombamento, "reconhecer o valor simbólico, histórico e urbanístico de um conjunto de edificações que deve ser preservado pelo seu caráter representativo de um momento de construção do Brasil", sendo os imóveis selecionados, exemplares de uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira do período do Estado Novo.

Empreende-se, com estes tombamentos da arquitetura da década de 1930, uma valoração retroativa da produção contemporânea ao início da prática da preservação patrimonial na cidade do Rio de Janeiro, e em território nacional. Cabe diferenciar, portanto, que os tombamentos modernos realizados pela DPHAN na década de 1940, não fazem parte dessa mesma lógica de preservação, uma vez que se compreendia que essa arquitetura não estava sendo protegida por seu papel como um registro histórico da nação, mas sim como uma definição de um projeto do futuro que se esperava para o país, suas cidades e suas arquiteturas.

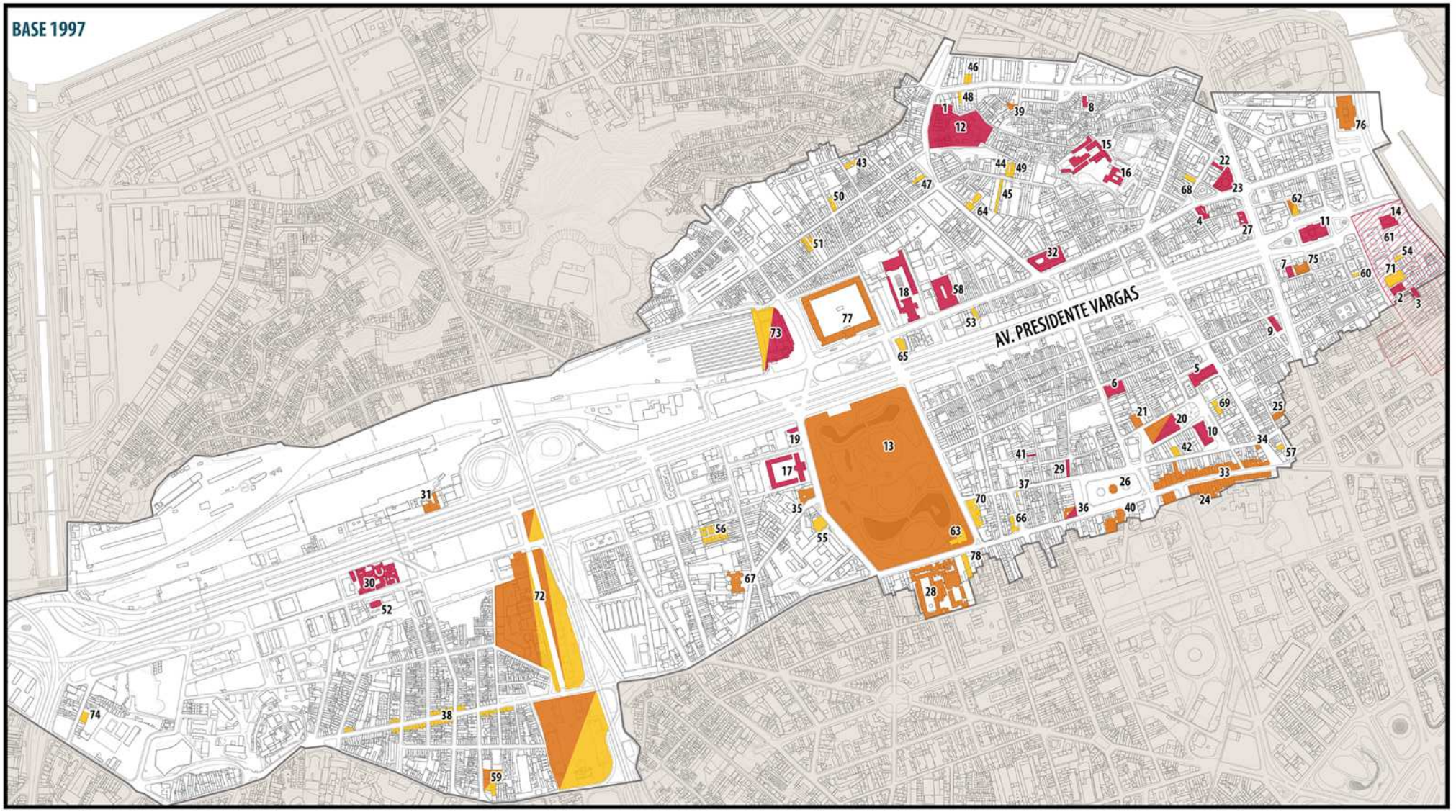


Figura 176: Palácio Duque de Caxias, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



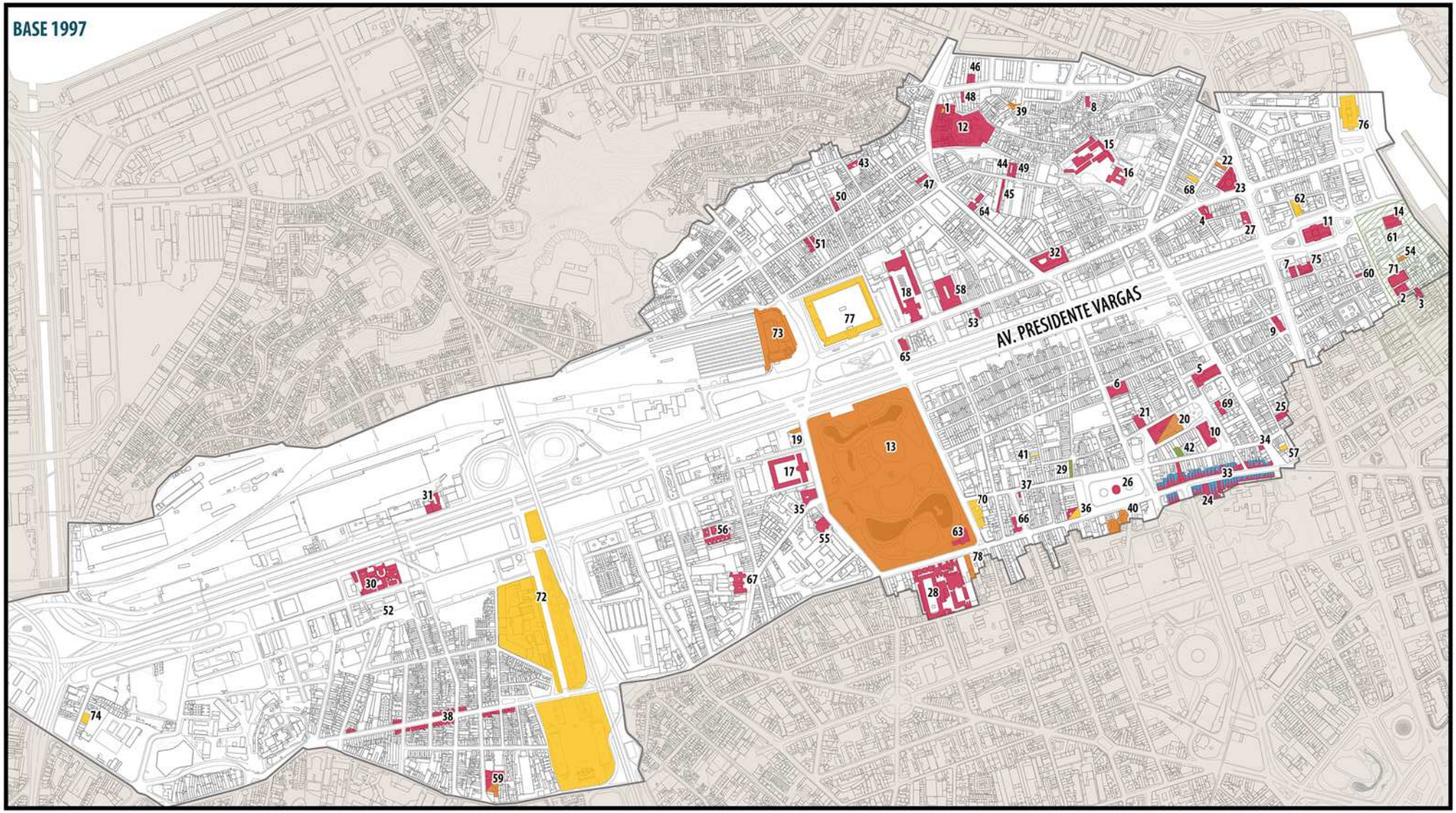
Figura 177: Edifício Alm. Tamandaré, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[123] INEPAC, Processo nº E-18/300.839/88, 1988.



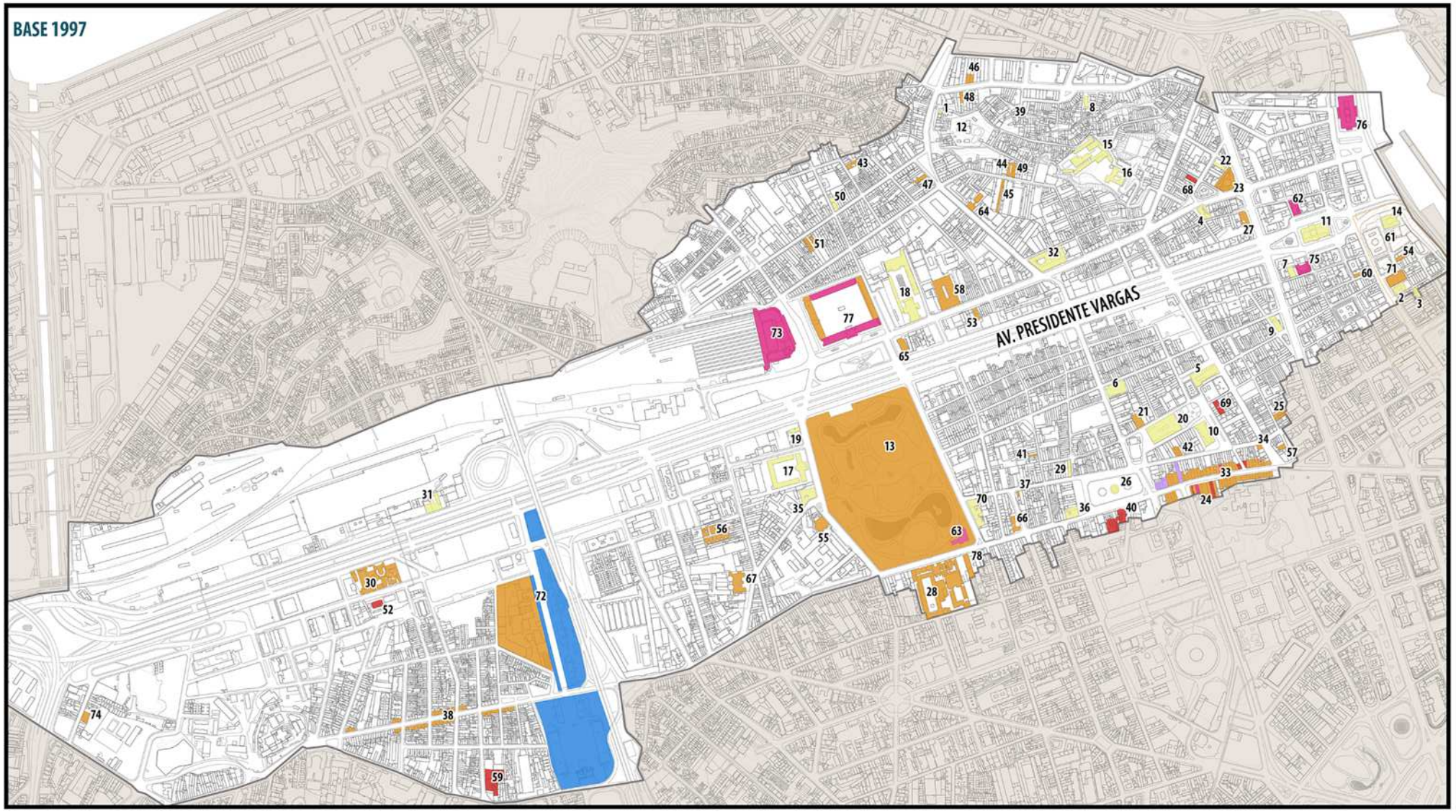
RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 178: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Fotoaerogramétrico (1997).



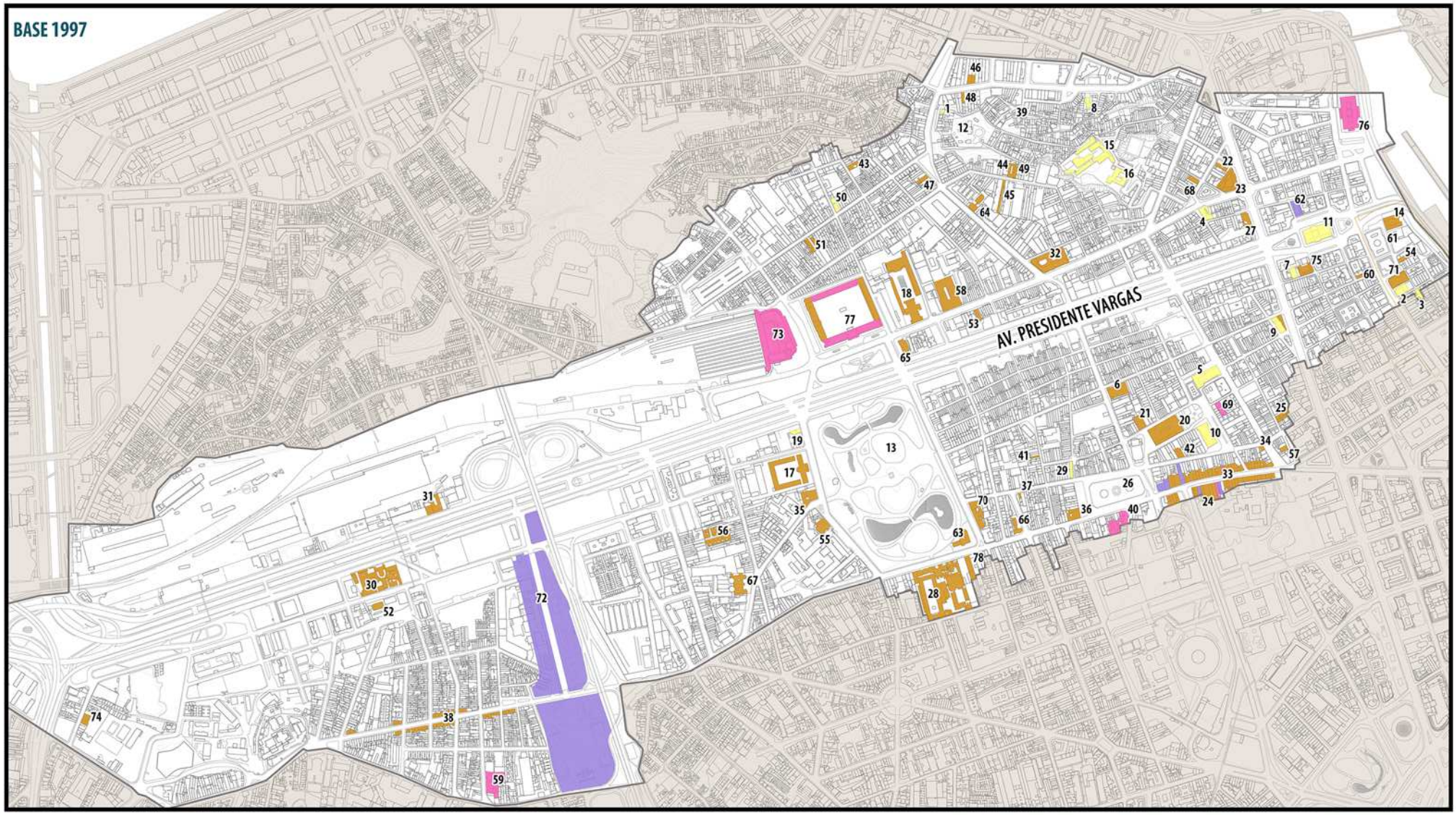
RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 179: Mapa de Valor Aferido do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Fotoaerogramétrico (1997).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 180: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Fotoaerogramétrico (1997).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 181: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Levantamento Fotoaerogramétrico (1997).

3.4. Os novos rumos da preservação carioca (2000 – em diante)

Com a virada do século XXI, a situação da preservação patrimonial[124] na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro demonstra-se bem distinta da configuração presente nas décadas precedentes Longe das ameaças dos eixos grandes viários que arrasavam o tecido tradicional da velha cidade, a Área Central constituiu-se um mar de preservações, sendo poucas as áreas que não possuem tutela municipal através dos instrumentos das APACs, e suas versões anteriores. O eixo da Av. Presidente Vargas representa um dos seus hiatos patrimoniais, sendo incluído apenas na Zona Especial do Corredor Cultural, embora como subzona de renovação urbana, em meios aos vazios produzidos com as obras da linha metroviária na década de 1970 com áreas *non aedificandi*. Suas franjas, por outro lado, continuam sendo objeto de atenção, como na ampliação da APAC Teófilo Otoni (1997), transformando-a na APAC do Entorno do Mosteiro de São Bento, através do Decreto Municipal nº 24.420 de 21 de julho de 2004. Além da revisão dos bens preservados pela legislação da década de 1990, a nova APAC tombou o imóvel ocupado pelo Hotel São Bento (BT 89, Figura 182), prédio eclético da inauguração da Av. Central, reconhecendo seu valor excepcional para a ambiência e paisagem urbana do conjunto protegido, representado pela produção arquitetônica característica da virada do século XX com seus estreitos sobrados de linguagem clássica.



(acima) **Figura 182:** Hotel São Bento, em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



(ao lado) **Figura 183:** Edifício "A Noite", em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[124] O Decreto Municipal nº 20.048 de 11 de junho de 2001 estabeleceu que a demolição e/ou alteração de todos os imóveis na cidade, construídos até o ano de 1937, somente seriam autorizadas após pronunciamento favorável do CMPC-RJ, contribuindo para proteção de possíveis patrimônios edificados em estado de ameaça.

Essa nova APAC incorporou também o Edifício "A Noite" (BT 79, Figura 183), antiga sede do jornal de mesmo nome, construído em 1929, na linguagem proto-moderna que caracterizou a verticalização da cidade nas décadas seguintes. O arranha-céu já havia sido tombado pelo município no ano de 2000, a partir de processo instaurado em 1997[125], a pedido do Clube de Engenharia, que reconhecia o valor excepcional de um conjunto de edifícios para a história e para engenharia brasileira.

O mesmo seria posteriormente reconhecido pelo órgão de tutela federal - que desde 1994 retomou sua designação como IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - devido à presença histórica no imóvel da Rádio Nacional, primeira emissora com alcance em todo o território brasileiro. Um processo aberto em 1988, e logo arquivado, havia sugerido a proposta de tombamento apenas do 22º pavimento do arranha-céu, onde localizavam-se os Estúdios da Rádio Nacional. O conselho consultivo foi contra o deferimento do tombamento, embora no próprio relato já tivessem sido mencionadas características dignas de proteção, como o fato do edifício ser um "marco do emprego do concreto armado no Brasil"[126], o que justificou sua futura proteção pelo município como uma obra de arte da engenharia, além do próprio valor arquitetônico como exemplar da obra de Joseph Gire, arquiteto francês que também edificaria outras joias cariocas como o Copacabana Palace e o Hotel Glória. O arquivamento do processo, apesar desses informes, registra a díspar consciência patrimonial do órgão de tutela com o passar das décadas. Na instauração de um novo processo, em 2012, um maior distanciamento temporal, e a cada vez crescente pluralização do patrimônio cultural, fizeram com que o imóvel em questão, distinto tanto da compreensão inicial do órgão da valorização da arquitetura colonial, quanto da sua abertura na década de 1970 aos bens do período eclético, fosse contemplado com dupla inscrição nos Livros do Tombo Histórico e das Belas-Artes, no ano de 2013.

A sobreposição de esferas de proteção, incidindo em um mesmo bem edificado, torna-se recorrente neste período, por vezes reconhecendo potenciais valores patrimoniais desconsiderados na primeira instância de tombamento, e incorporada posteriormente pelo outro órgão de tutela em virtude no processo de transformação das noções de patrimônio ao longo do tempo. Este seria o caso do tombamento estadual em 2006 do conjunto de sete imóveis da antiga Avenida Central, assim como o seu obelisco, devido ao seu "valor

[125] PCRJ. Processo nº 12/002.281/97, 1997.

[126] IPHAN, Processo nº 1648-T-12, 2012, fl. 7.

arquitetônico, histórico e cultural"[127]. Parte destes imóveis já haviam sido tombados pelo IPHAN na década de 1970, como visto anteriormente neste capítulo, contudo limitando-se a inscrever os bens no Livro do Tombo das Belas-Artes. O reconhecimento do potencial histórico, como registro da urbanização da antiga capital federal no início do século XX, ganha proeminência no tombamento estadual, que incorpora arquiteturas menores, mas igualmente representativas desse processo, como o edifício (BT 90, Figura 185) adjacente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, resultado do concurso de fachadas da Avenida Central, e preservado pelo Corredor Cultural em 1983.



(acima) **Figura 184:** Campo de Santana, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



(ao lado) **Figura 185:** Edifício original da Av. Central., em 2018.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

No processo inverso, o órgão federal decide tombar novamente o Campo de Santana (Figura 184), mais de 70 anos após o cancelamento de sua proteção em 1943 para as obras da Av. Presidente Vargas, e meio século após o tombamento estadual pela DPHA no período do Estado da Guanabara. O parecer de tombamento, de 2007, aponta que "apesar da mutilação" sofrida na década de 1940, e de intervenções posteriores, "não houve comprometimento do valor cultural do Campo de Santana, estando até hoje preservadas a unidade, a beleza e harmonia de seu conjunto monumental". Reconheceu-se, ademais dos aspectos já identificados em seu primeiro tombamento, o seu valor paisagístico, garantindo a sua inscrição em 2013, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, além de um novo registro nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes.

Essa sobreposição também ocorre em relação ao grau de proteção, com imóveis preservados pela municipalidade, enquanto integrantes de uma ambiência protegida, sendo contemplados pelo instrumento de tombamento. Na área de abrangência do Corredor

[127] INEPAC, Processo nº E-18/001919/05, 1986, fl. 49.

Cultural, em meio às franjas de patrimoniais da Av. Presidente Vargas, o INEPAC abriu, em 1999, processos[128] para tombamento das modestas igrejas de Nossa Senhora do Terço (BT 83, Figura 186) e de Santa Efigênia e Santo Elesbão (BT 84, Figura 187). Antes com suas fachadas e volumetrias preservadas por contribuírem com a ambiência da SAARA, as igrejas têm, com os tombamentos individuais em 2001, proteção estendida à totalidade do bem edificado, incluindo seus elementos internos.

Junto a estas proteções se destacam o tombamento[129], no mesmo ano, de raros exemplares do casario de linguagem colonial da Área Central da Cidade, que em sua maior parte foram sendo renovados a partir da década de 1870, com linhas clássicas. Com proporções de fachada distintas à predominante no conjunto do Corredor Cultural e da APA Sagas, reconheceu-se como excepcional a arquitetura dos imóveis de nº 38 da Rua Leandro Martins (BT 85, Figura 188), e nº 72-76 da Rua Regente Feijó (BT 86, Figura 189).





(esquerda) **Figura 186:** Igreja de Nossa Senhora do Terço, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

(direita) **Figura 187:** Igreja de Santa Efigênia e Santo Elesbão, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.





(esquerda) **Figura 188:** Casa colonial na Rua Leandro Martins, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

(direita) **Figura 189:** Casa Colonial na Rua Regente Feijó, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[128] INEPAC, Processos nº E-18/001.043/99 e E-18/001.044/99, 1999.

[129] INEPAC, Processo nº E-8/001.051/99, 1999.

Ao longo dos últimos 10 anos, o órgão municipal de tutela patrimonial passou por inúmeras configurações dentro da estrutura da Prefeitura. Durante a segunda administração do prefeito César Maia, em 2006, foi o extinto o antigo DGPC, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura, e seu corpo transformado na SEDREPAHC - Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, denotando a importância que a preservação do patrimônio cultural passou a ter na gestão municipal, à nível equiparado a outros órgãos paralelos como a da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU-RJ).

Durante essa gestão, criou-se nas cercanias da Av. Presidente Vargas, uma Área de Entorno de Bem Tombado para o sobrado de nº 2 da Rua da Candelária (BT 60, Figura 190). O referido imóvel, de linhas clássicas, havia sido tombado por solicitação dos seus proprietários em 1989, interferindo na urbanização vigente para a área que previa a sua substituição por torres de 17 pavimentos como a do Edifício Investimento, implantado ao lado do sobrado protegido. Em 2004, os mesmos proprietários, também donos do sobrado adjacente, de nº 4 da mesma rua, solicitam a proteção deste junto ao Município, instaurando um processo que deu forma à AEBT - Área de Entorno de Bem Tombado da Rua da Candelária, nº 2, estabelecida pelo Decreto nº 28.911 de 18 de dezembro de 2007. O CMPC-RJ posicionou-se contra o tombamento do sobrado, todavia reconheceu seu valor cultural, recomendando a sua preservação como integrante do entorno do bem edificado já protegido. A mesma preservação foi estendida a outros imóveis de interesse no quarteirão, como o eclético palacete da Rua da Candelária nº 6, originalmente sede do antigo Banco Francês e Italiano. Essa área seria novamente contemplada por tombamento, em 2008, com a proteção do Beco das Cancelas (BT, 93 Figura 191), estreita via remanescente do "parcelamento do núcleo inicial da cidade", devido a seu valor histórico e urbanístico. Junto à proteção da via, com sua pavimentação e calçamento, preservaram-se também as volumetrias e as fachadas dos seus sobrados circundantes.





(esquerda) **Figura 190:** Sobrado na Rua da Candelária, nº 2, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

(direita) **Figura 191:** Beco das Cancelas, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

A SEDREPAHC teria vida curta, sendo novamente reintegrada à SMC, com o nome de SUBPC - Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Rio de Janeiro, a partir da primeira administração do prefeito Eduardo Paes, em 2009. Durante esta gestão, foi instituído o "Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município", através da Lei Complementar nº 111 de 2011, revogando o "Plano Diretor Decenal" de 1992.

Acerca da proteção do patrimônio cultural, o Plano Diretor de 2011 recuperou, em seus artigos nº 135 e 136, o instrumento das APACs, contudo incorporando novas definições e nomenclaturas para a classificação dos bens imóveis incorporados em sua abrangência. Segundo o documento, as APACs constituem áreas públicas ou privadas que apresentam conjuntos edificados de interesse cultural com apropriação e renovação adequada à preservação de sua ambiência, e das "característico sócio espaciais identificadas como relevantes para a memória da cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo".[130]

Enquanto no plano de 1992 os bens tutelados eram aqueles que poderiam sofrer modificações ou serem demolidos para construção de novos edifícios, na redação do Plano de 2011 esta denominação de tutelado é válida para "todos os imóveis e espaços públicos situados em APAC". Os bens situados nas APACs passaram a ser classificados como:

- Bens preservados, tais como no Plano Decenal de 1992, referentes àqueles que "compõem os conjuntos urbanos de interesse patrimonial, com características tipológicas que conferem que conferem identidade cultural à área e não podem ser demolidos".
- E bens passíveis de renovação, antigos tutelados do Plano Decenal de 1992, referentes àqueles imóveis que integram a ambiência dos conjuntos urbanos preservados, podendo ser modificados ou demolidos, e substituídos por novas construções conforme "limitações estabelecidas em função das características do conjunto preservado do qual faz parte". Os bens tidos como tutelados antes da publicação da Lei Complementar nº 111 de 2011, foram automaticamente considerados como passíveis de renovação.

Nesta mesma época, a cidade preparava uma candidatura da sua paisagem cultural característica[131], formada por prédios, praias e morros, como um dos Patrimônios Mundiais da

[130] PCRJ. Lei Complementar nº 111 de 2011.

[131] Uma candidatura na categoria de sítio misto já havia sido submetida em 2002.

Humanidade, da UNESCO, estabelecida pela Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972. Segundo o documento de Orientações Técnicas da UNESCO, a paisagem cultural representa:

> " (...) as obras conjugadas do homem e da natureza (...) Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência de constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas". (UNESCO, 2017, p. 11)

Desconsiderando a Área Central da Cidade em seu perímetro de proteção, a candidatura da paisagem cultural carioca foi aceita pela UNESCO, em 2012, gerando nova reconfiguração administrativa no órgão de tutela patrimonial, que passou a se designar IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito. Uma nova candidatura à patrimônio mundial, iniciada em 2014, passa a ser desenvolvida para o Cais do Valongo e da Imperatriz (Figura 192), local de desembarque dos africanos escravizados durante os séculos XVIII e XIX na cidade. A aprovação da candidatura do Cais, em 2017, reforça os novos caminhos da preservação patrimonial no mundo globalizado, no qual destacam-se os valores universais dos bens culturais, não mais restritos ao reconhecimento oficial apenas dos órgãos de tutela nacionais.

Associa-se a essa ligação direta entre as escalas global e local, uma crescente interface entre o patrimônio edificado material, e as apropriações que constituem patrimônios de dimensão imaterial. No caso da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, destacam-se dois tombamentos recentes, cuja proteção material do edifício não se vincula a seu aspecto arquitetônico. Na Cidade Nova, tombou-se pelo seu valor social, através da Lei Municipal nº 4.663 de 2007, a Nova Quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá (BT 91, Figura 193). O imóvel em si, é uma construção posterior a década de 1980, sem nenhuma qualidade estética, cuja descaracterização e linguagem arquitetônica híbrida não contribui à ambiência preservada da APA da Vila Operária da Cidade Nova.

Já o imóvel ocupado pelo Centro Cultural Estudantina (BT 94, Figura 194), um sobrado preservado pelo Corredor Cultural na Praça Tiradentes, foi igualmente tombado pelo Município através do Decreto nº 36116 de 21 de agosto de 2012, sendo sua proteção justificada por representar "importante ponto de convivência e da prática da dança de salão e do samba de gafieira"[132]. Neste caso, a Estudantina veio a se situar no imóvel desde a década de 1940, portanto a associação entre seu uso e sua edificação fazem parte da história urbana

[132] PCRJ. Decreto nº 36116 de 21 de agosto de 2012.

carioca. Porém essa relação demonstra-se frágil, tal como a apresentada na introdução desta tese, quando discutido o exemplo da Loja Guitarra de Prata. Em 2017, devido à dividas com a Ordem Terceira do Carmo, proprietária do sobrado, a Estudantina teve que encerrar suas atividades, e seu imóvel permaneceu desocupado, desaparecendo inclusive a placa instalada pela prefeitura para indicar o seu tombamento[133]. Em 2018, a casa de dança retomou suas atividades, felizmente no mesmo sobrado tombado. Mas cabe o questionamento: o valor excepcional do bem material permaneceria se a Estudantina houvesse sido reaberta em outra localidade? Persistira, todavia, seu valor arquitetônico para o conjunto preservado do Corredor Cultural.



Figura 192: Cais do Valongo e da Imperatriz.
Fonte: ONU.br



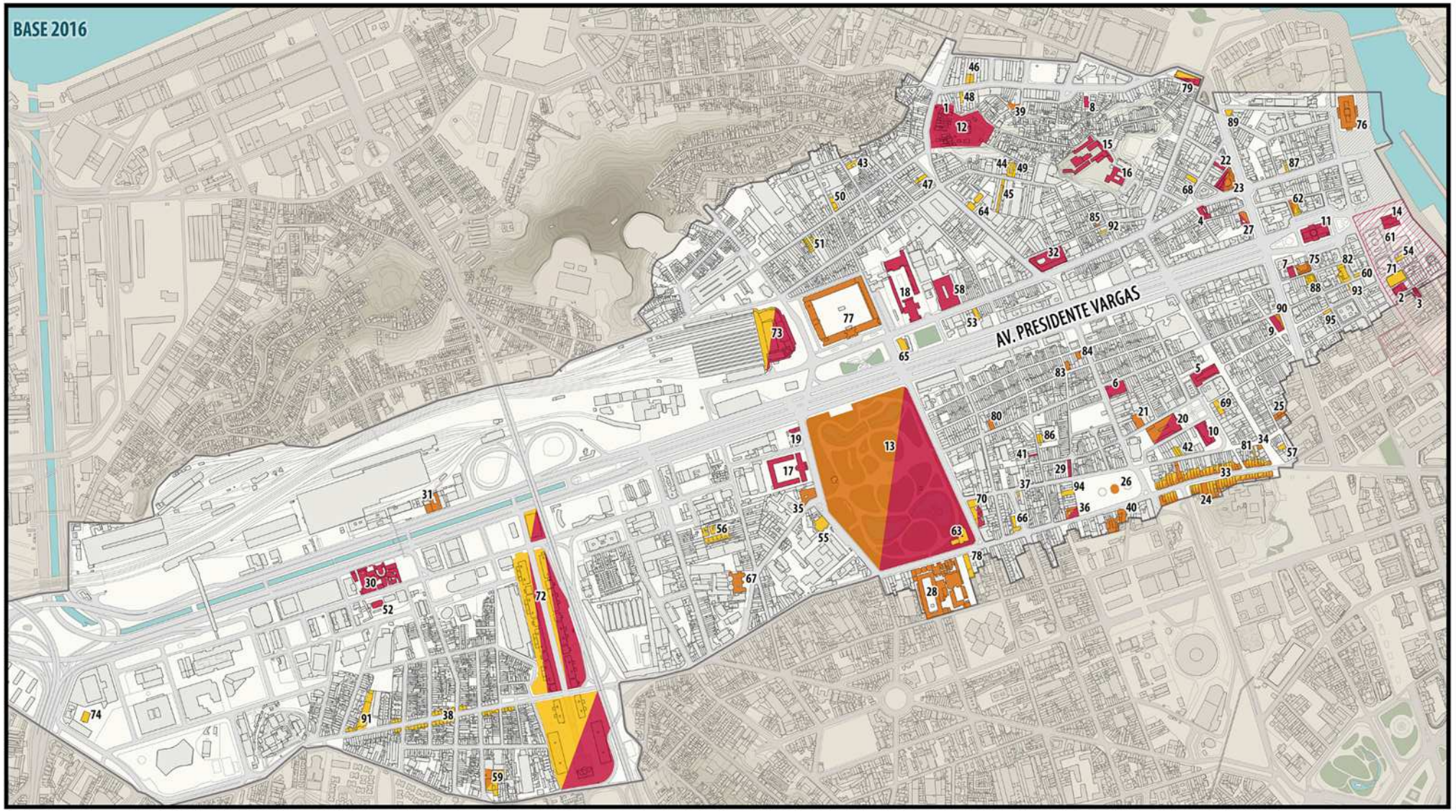
Figura 193: Quadra do GRES Estácio de Sá, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 194: Centro Estudantina, em 2017.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

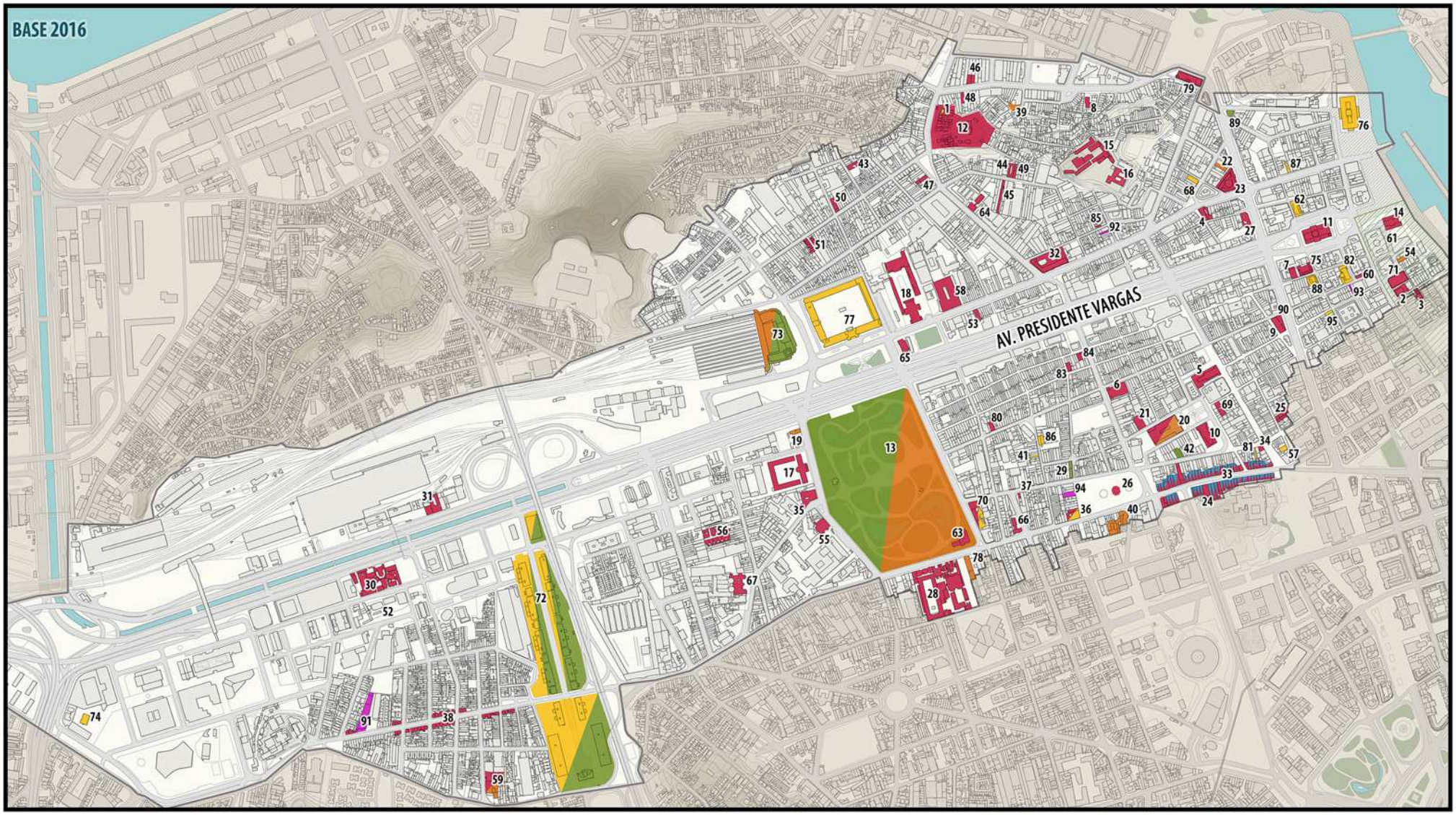
Em meio ao mar de preservações da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, a prática do tombamento que durante décadas serviu como um instrumento, não só de reconhecimento de valor, como também de barrar as renovações urbanísticas que pairavam sobre seu tecido tradicional, ganha nova dimensão. Ao longo deste conjunto projetual da Av. Presidente Vargas, que serviu como fio condutor da análise conduzida neste capítulo, a preservação patrimonial não está mais orientada pela "retórica da perda" (GONÇALVES, 1996) que motivou muitos dos tombamentos apresentados na nossa narrativa. O processo de valoração contemporânea contempla, prioritariamente, o desejo de construir um futuro da cidade que incorpore em seu desenho referências de um passado, que não necessariamente estão sob ameaça. Contudo, o bem patrimonial não se encerra nesse momento de reconhecimento de um possível futuro. Esse momento constitui apenas o início da sua história como um patrimônio. Garanti-lo, por sua vez, é objeto da sua valorização, a qual está condicionada ao periódico processo da revisão de seus valores aferidos, e dos instrumentos para efetivá-la.

[133] O GLOBO Online, 27 de abril de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/gafieira-estudantina-vai-reabrir-as-portas-em-maio-22634562>



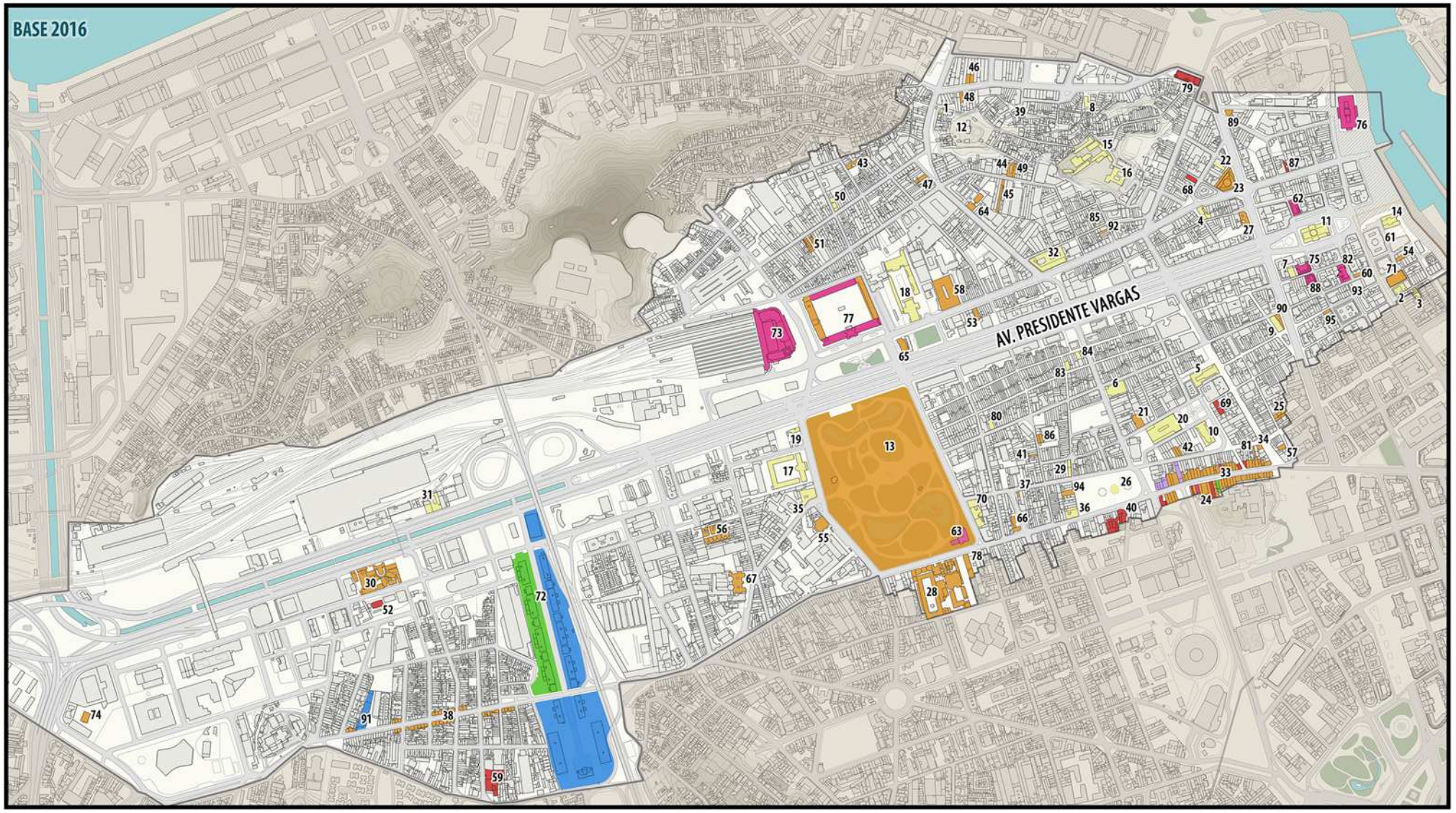
RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 195: Mapa de Esferas de Proteção do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 196: Mapa do Valor Aferido do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 197: Mapa de Contexto de Produção do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

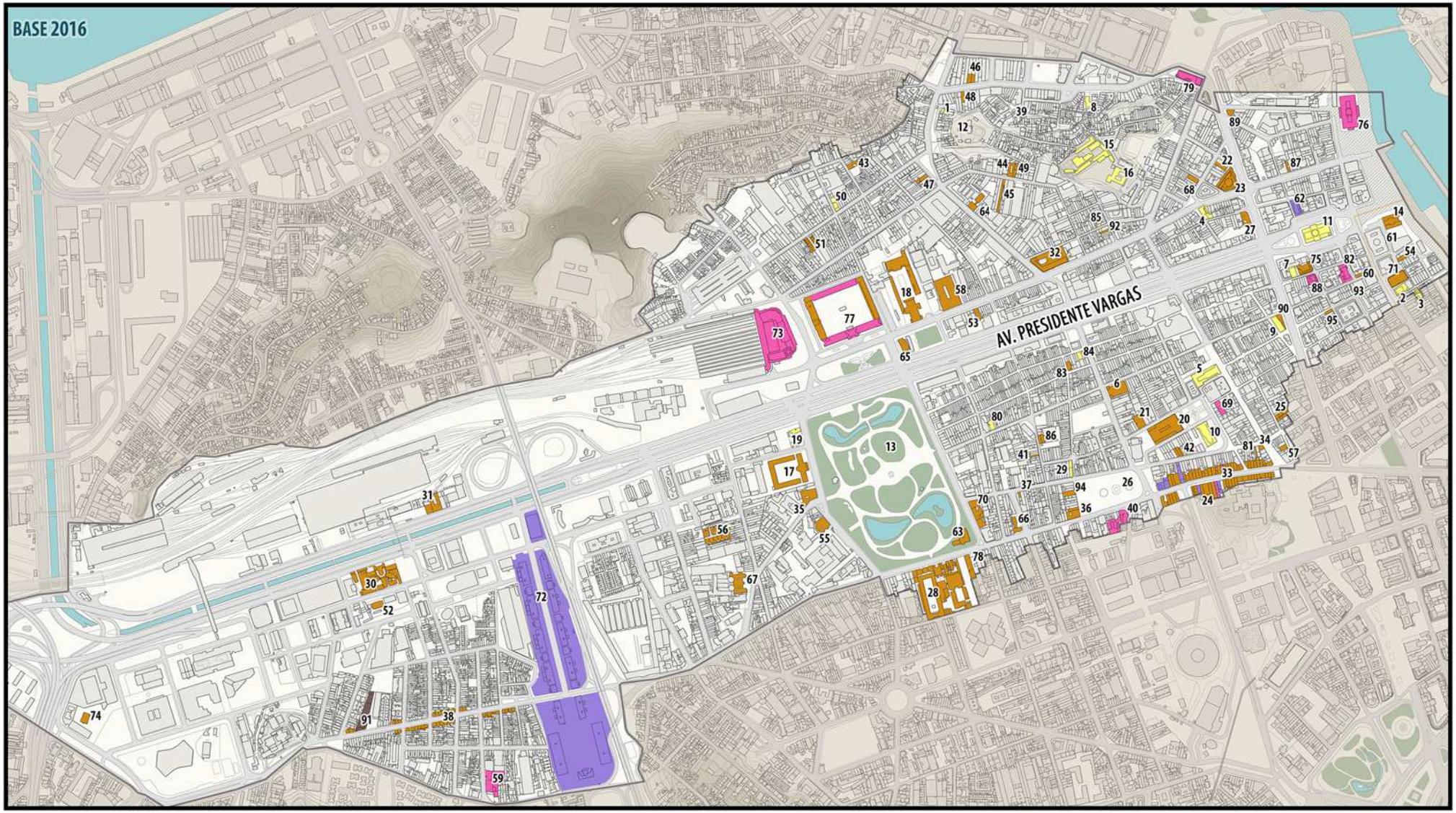


Figura 198: Mapa de Linguagem Arquitetônica do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

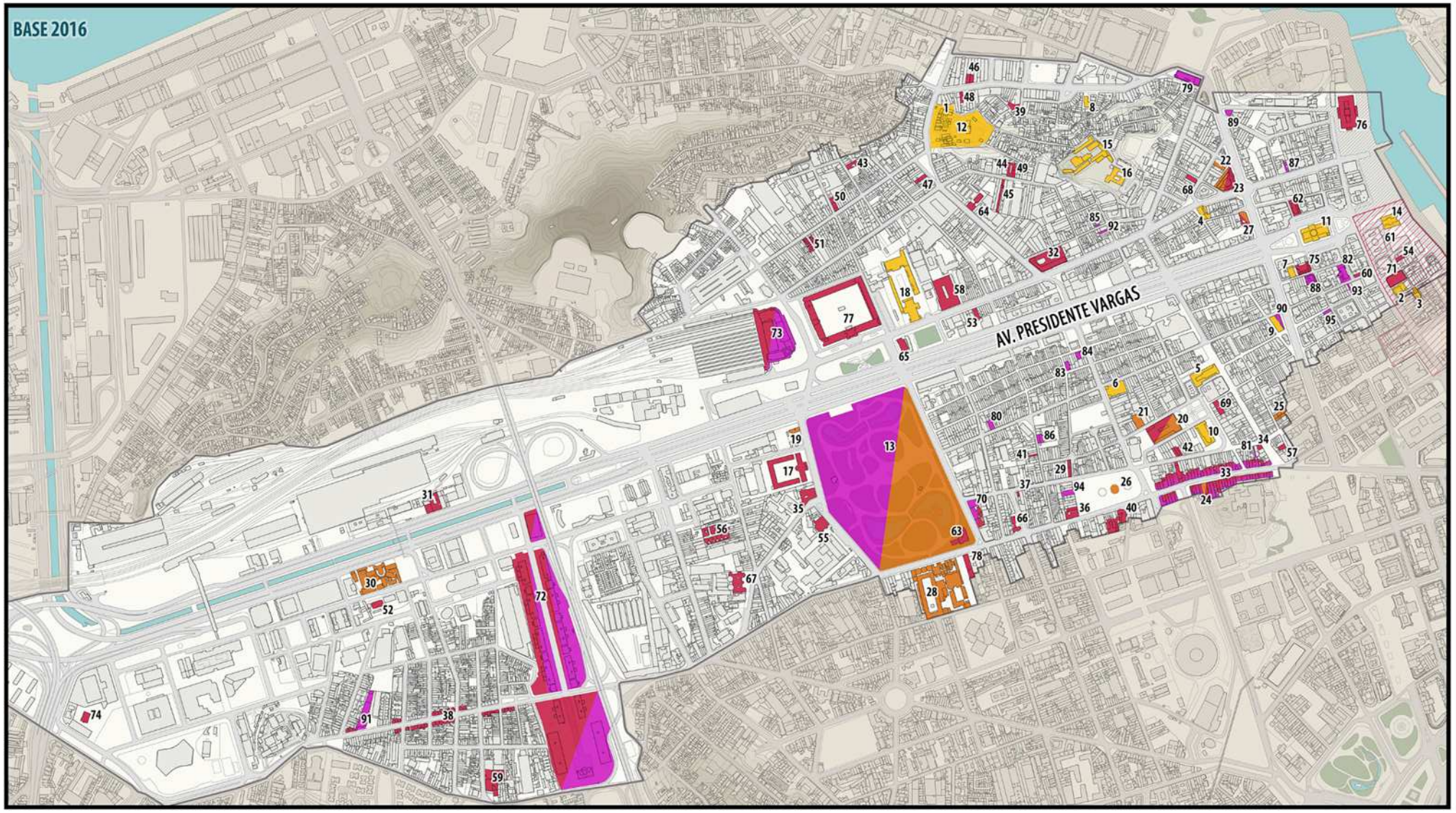
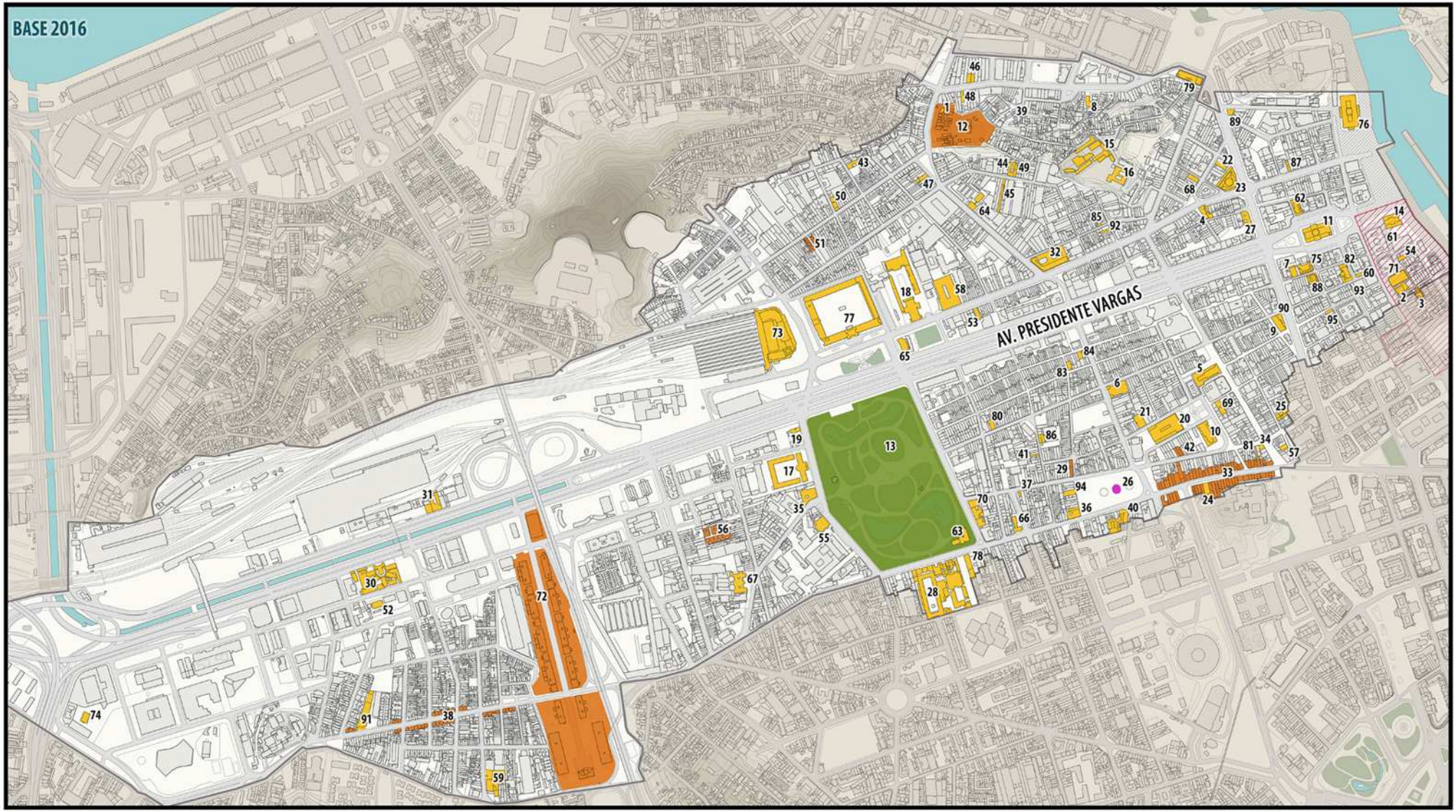


Figura 199: Mapa de Contexto de Valoração do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 200: Mapa de Dimensão do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

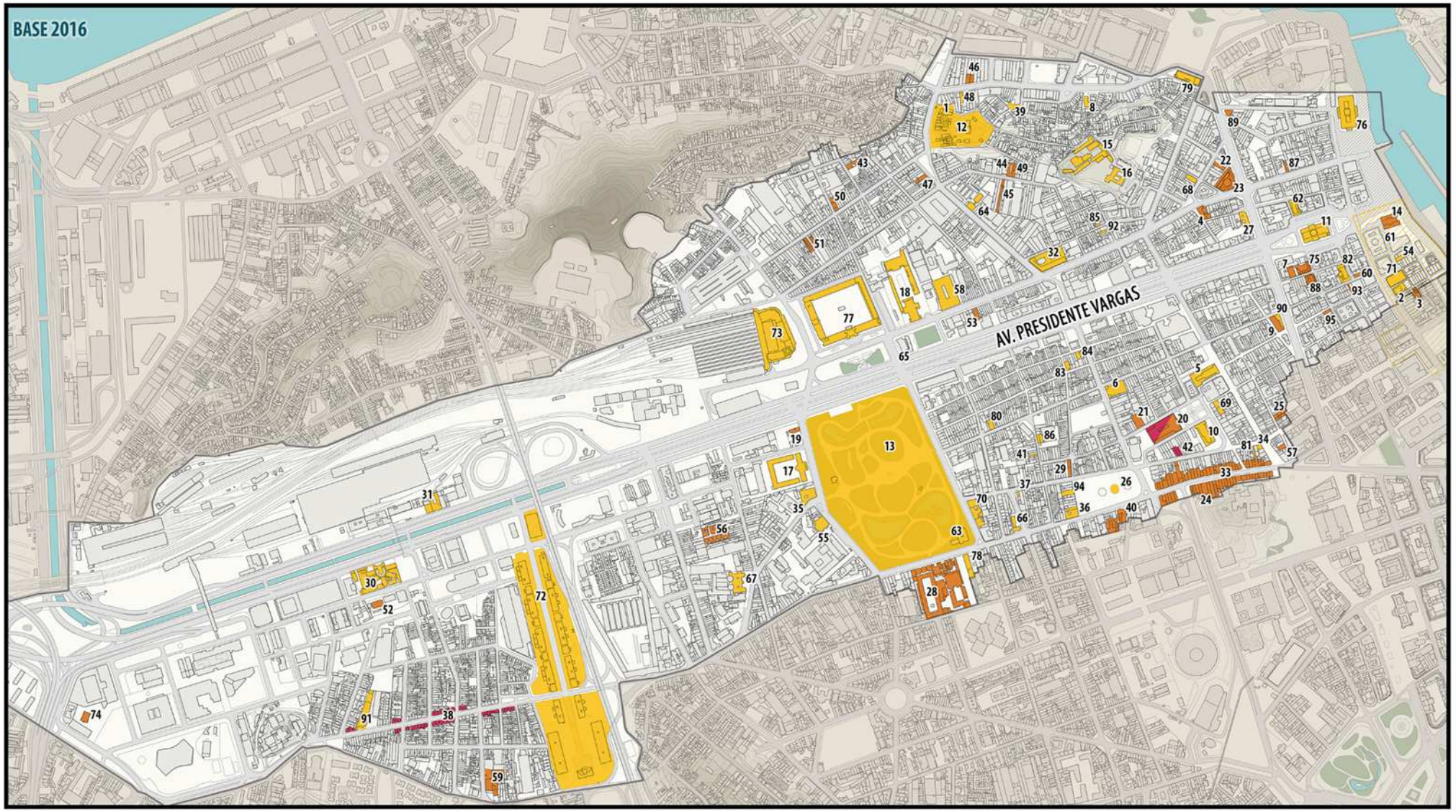
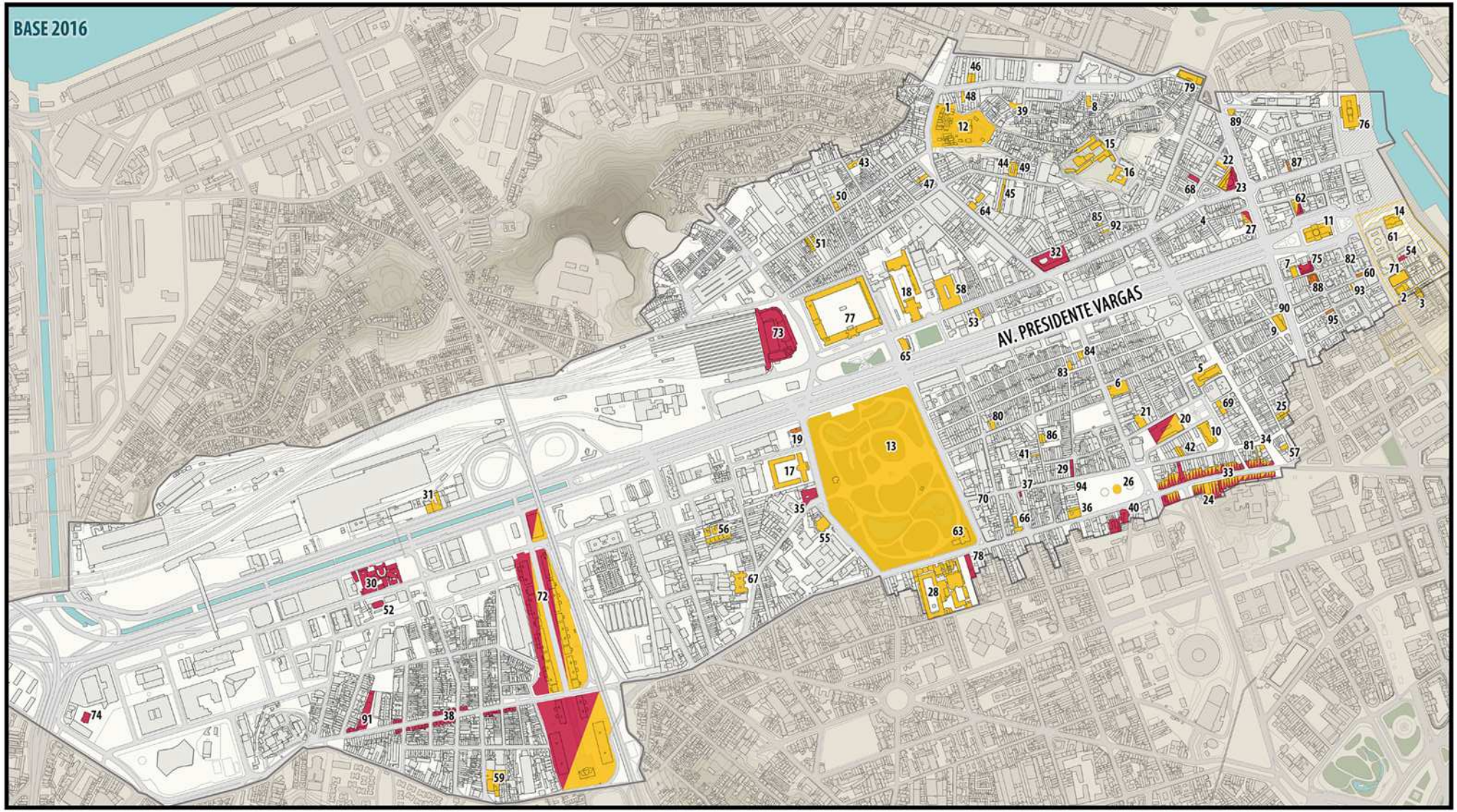


Figura 201: Mapa de Impacto no espaço urbano da proteção do bem tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 202: Mapa dos Proponentes do Tombamento [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

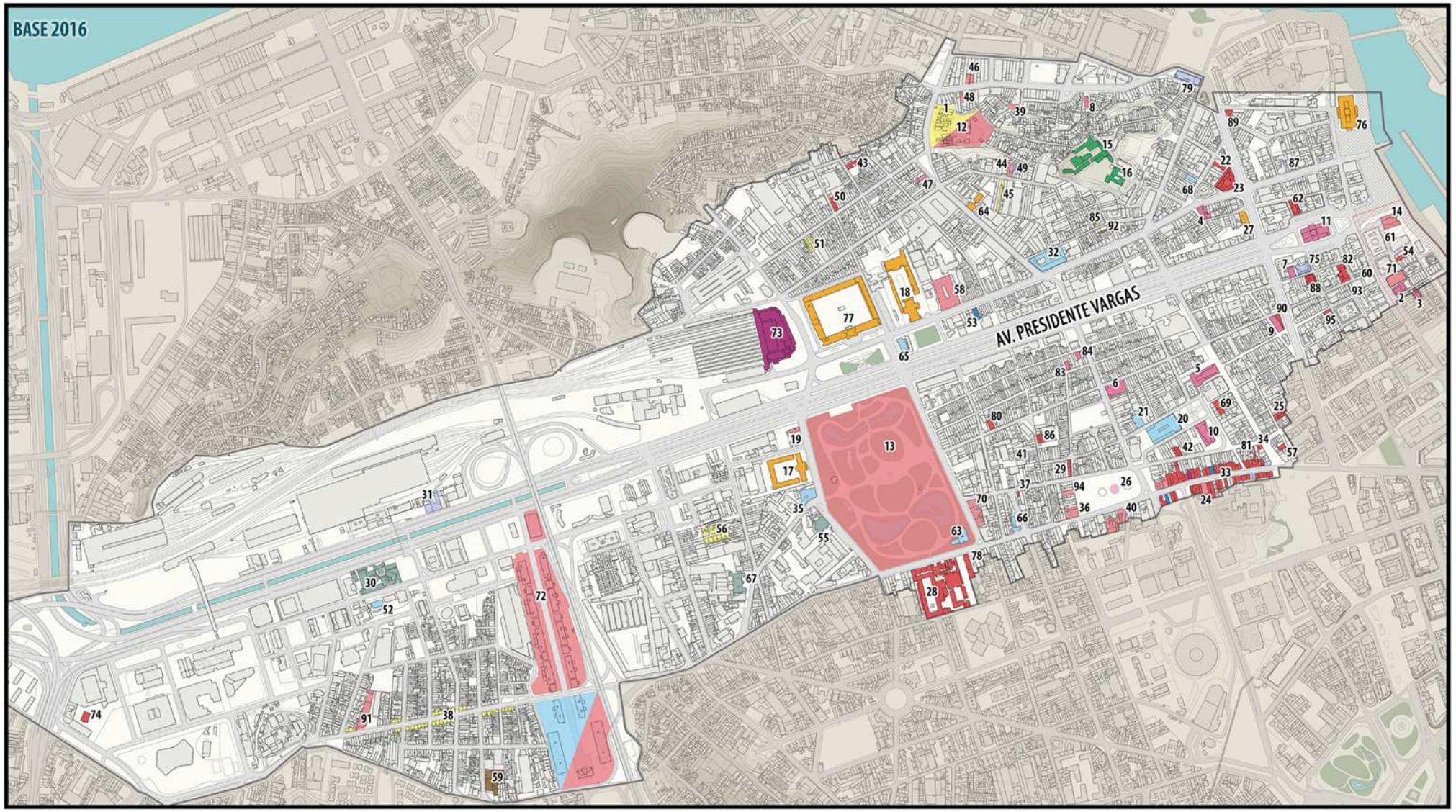
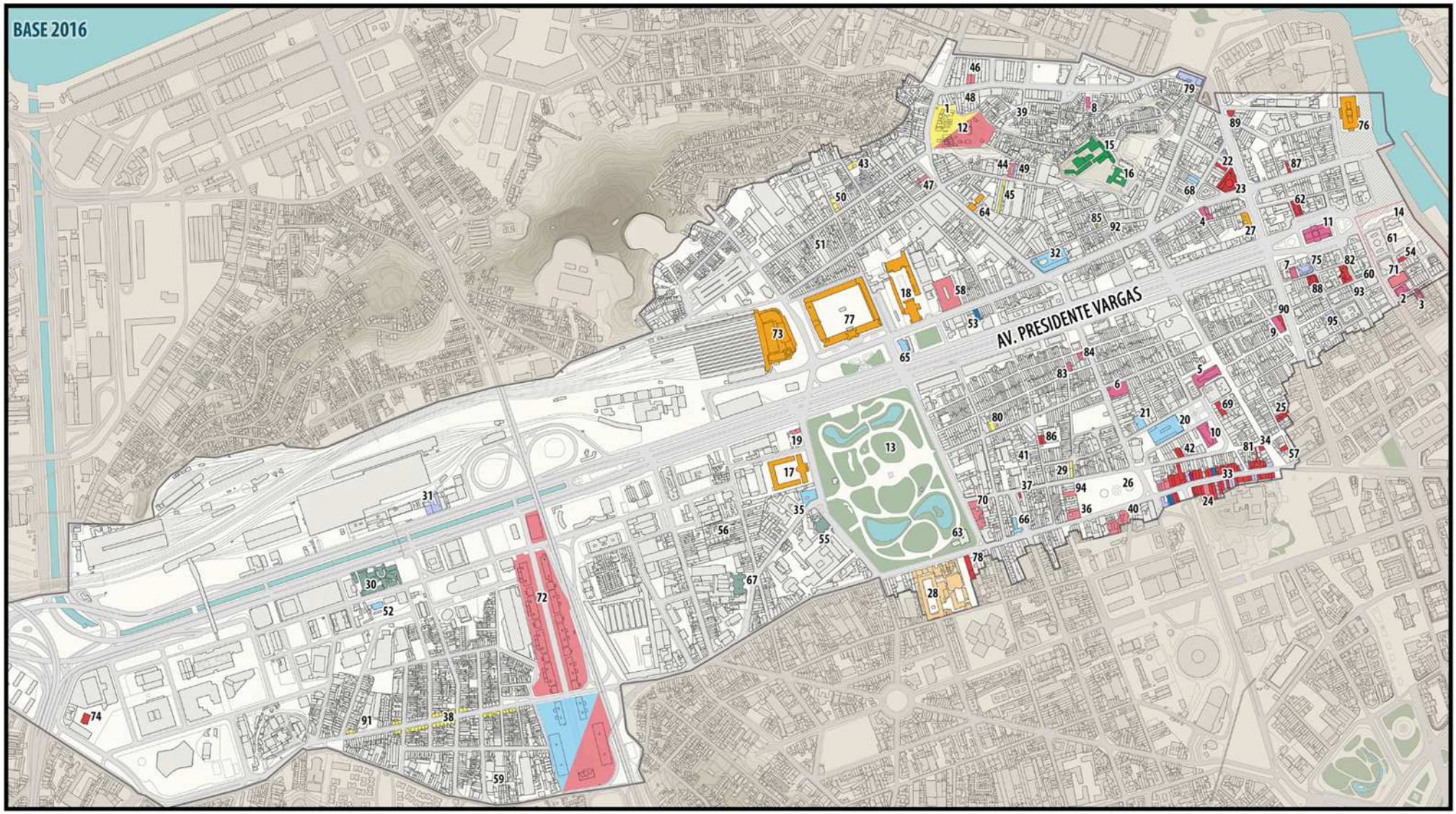
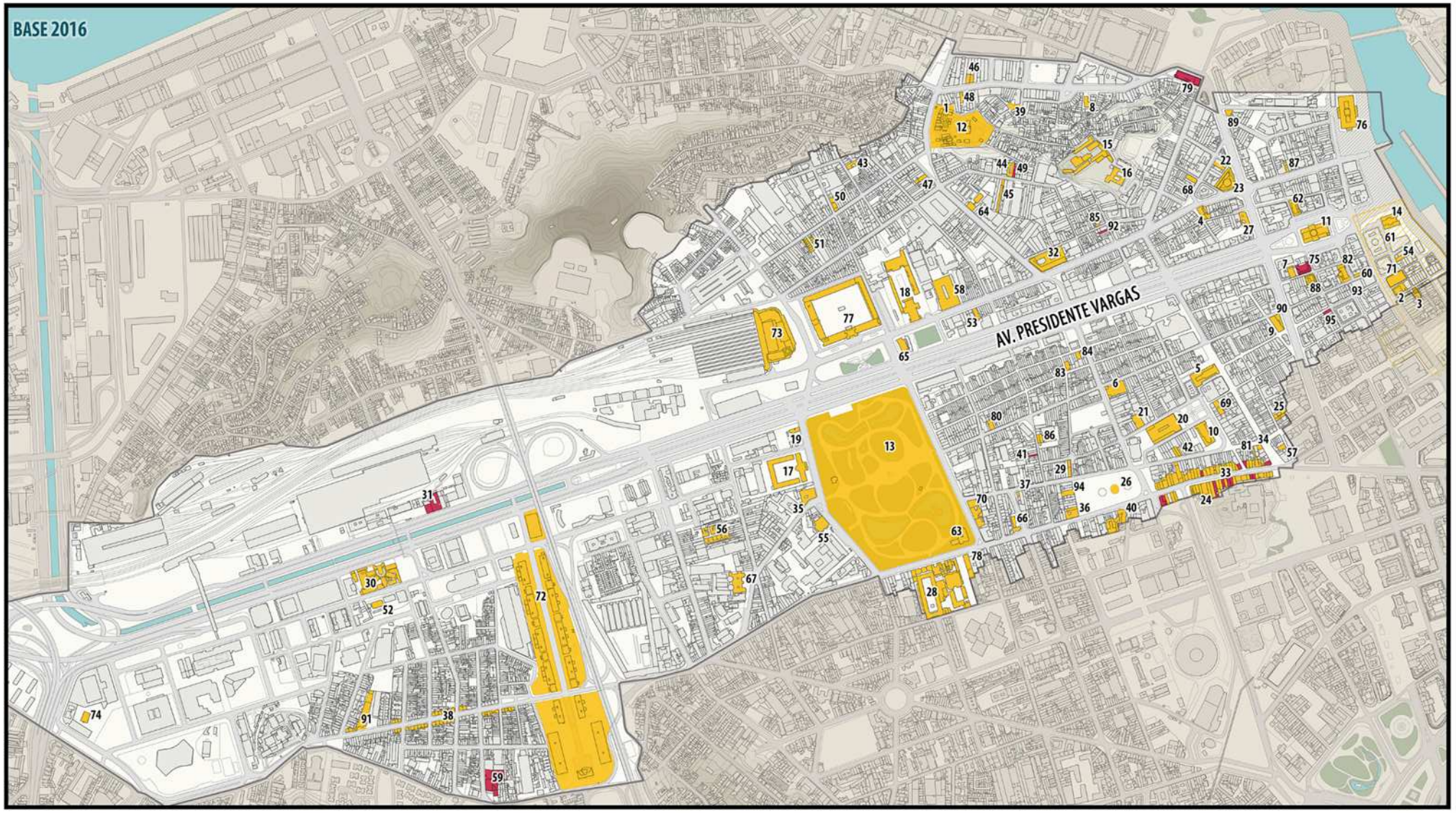


Figura 203: Mapa de Usos Contemporâneos do Bem Tombado - Pavimento Térreo [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 204: Mapa de Usos Contemporâneos do Bem Tombado - Pavimentos Superiores [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



RECORTE ESPACIAL: CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

Figura 205: Mapa de Compatibilidade do Uso Contemporâneo do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

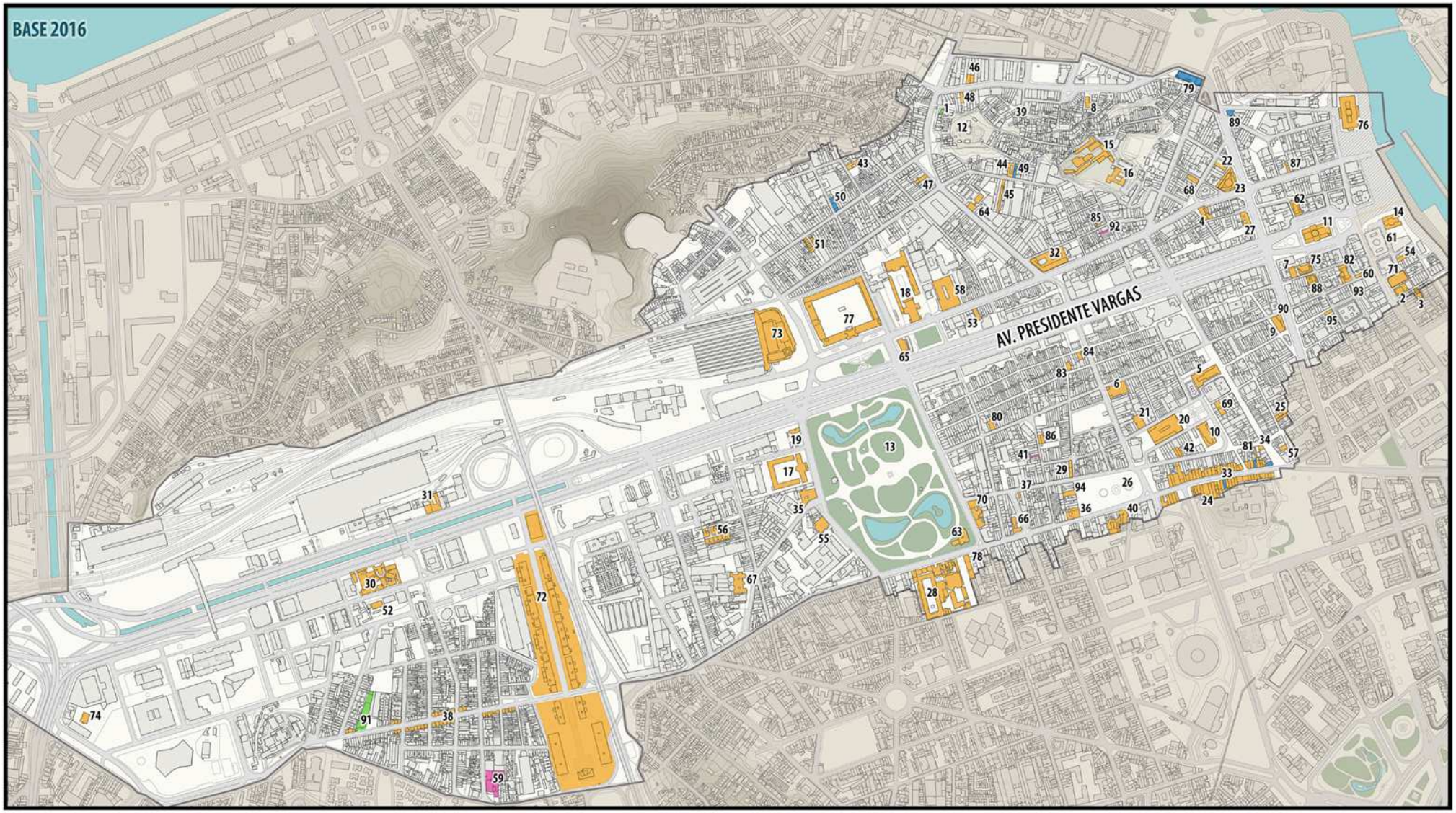


Figura 206: Mapa de Grau de Caracterização Arquitetônica do Bem Tombado [2018]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

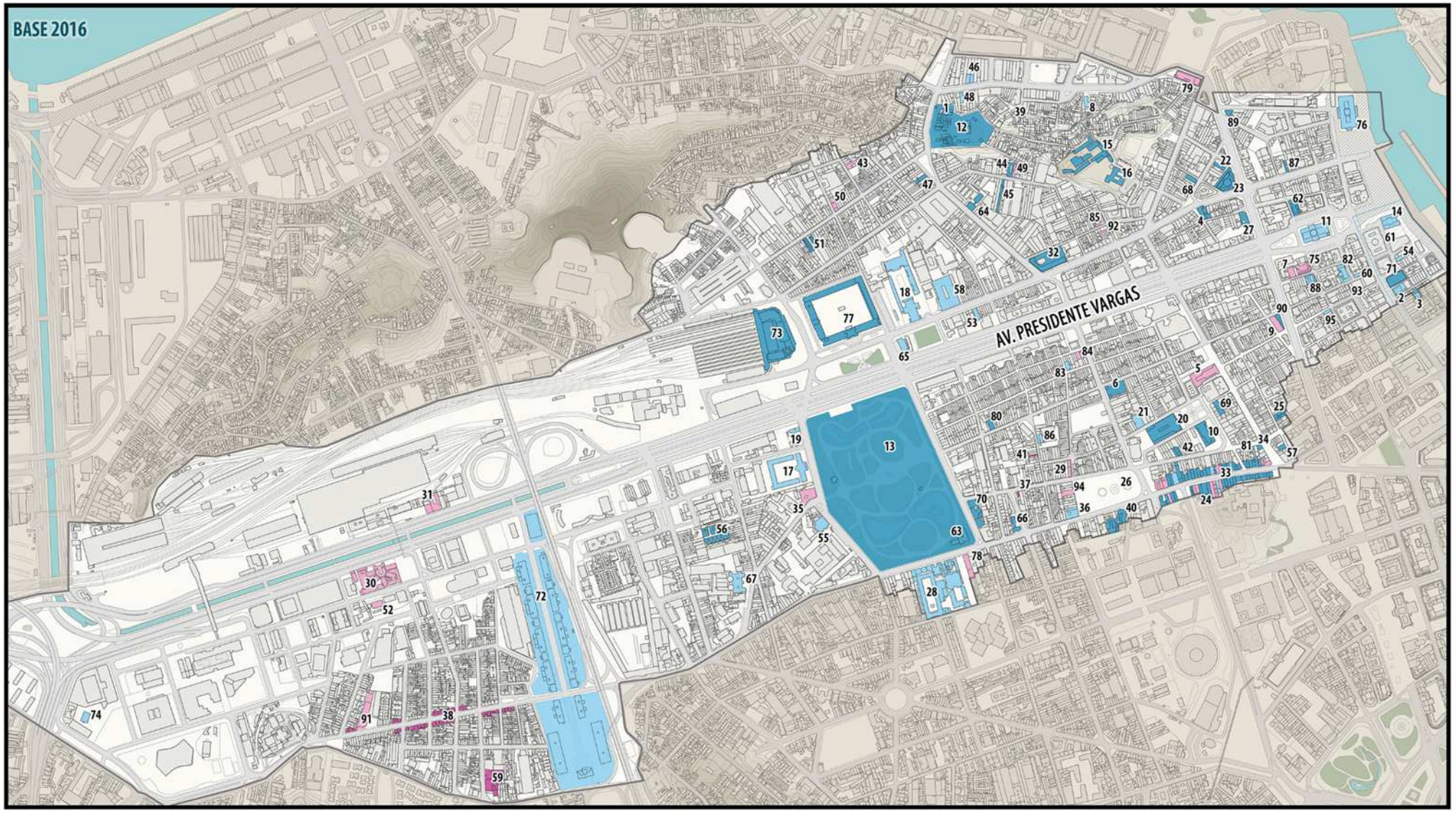


Figura 207: Mapa de Estado de Conservação do Bem Tombado [2000]. Conjunto Projetual da Av. Presidente Vargas e suas franjas patrimoniais.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

CAPÍTULO 4:

O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UMA COMPREENSÃO MORFOLÓGICA

Na realização deste trabalho, partiu-se do argumento que o patrimônio cultural edificado contemporâneo não pode se encerrar no seu processo inicial de reconhecimento e valoração. Enquanto o capítulo anterior, com apoio da abordagem da leitura tipo-morfológica, apresentou as tensões presentes no jogo entre a proteção patrimonial e os anseios de renovação urbanística que construíram a forma urbana da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, as páginas seguintes dedicam-se a destrinchar pormenores da situação atual deste patrimônio, em cinco *áreas de análise* (Figura 208) que seriam representativas do *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas, e suas franjas de preservação.

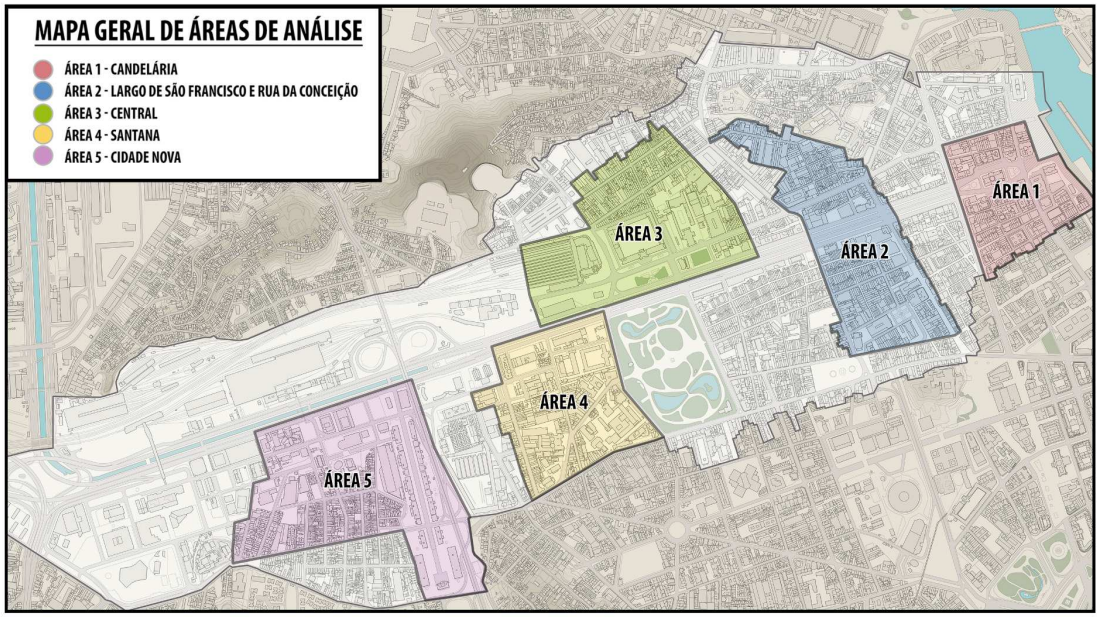


Figura 208: Mapa Geral de Áreas de Análise. Recortes Espaciais Aprofundados da Tese.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

A Área de Análise nº 1 é referente às proximidades da Praça Pio X, no trecho inicial da Av. Presidente Vargas. Com um tecido urbano estreito de matriz colonial rompido pelo eixo da avenida, a área caracteriza-se tanto pelos pequenos sobrados neoclássicos e ecléticos que marcam essa ocupação primitiva, quanto pelos edifícios verticalizados tradicionalmente ocupados por instituições bancárias. Com relação aos bens tombados, destacam-se imóveis de proteção federal como a Igreja de Nossa Senhora da Candelária (BT 11) e a antiga Praça do Comércio, atual Casa França Brasil (BT 14), representativos do início da atuação do SPHAN na

cidade em 1938. Já os bens preservados, encontram-se em três áreas de preservação distintas: ao norte da Avenida Presidente Vargas, os imóveis da antiga APAC Teófilo Otoni, incorporados a atual APAC Mosteiro de São Bento; ao sul da Avenida, edificações preservadas pela Zona Especial do Corredor Cultural nas proximidades da Praça XV; e o quarteirão que compõe a Área de Entorno de Bem Tombado da Rua da Candelária nº 2.

A Área de Análise nº 2, referente ao Largo de São Francisco e a Rua da Conceição, é o trecho do recorte espacial contido entre a rua da Uruguaiana e Av. Passos, composto em sua grande parte por duas áreas de preservação patrimonial: a APA Sagas e a Zona Especial do Corredor Cultural. Ao norte da Avenida Presidente Vargas, na APA Sagas, predominam-se as pequenas edificações preservadas ao longo da Rua da Conceição. Ao sul da Avenida, no entorno do Largo de São Francisco, encontram-se inúmeros bens tombados como: a Igreja de São Francisco de Paula (BT 10), o edifício do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (BT 20), e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (BT 5). No cruzamento da Av. Presidente Vargas com a Rua da Uruguaiana, o vazio urbano consolidado com a curva da linha metroviária dá lugar ao Camelódromo da Uruguaiana.

A Área de Análise nº 3 corresponde ao entorno da Estação D. Pedro II - a Central do Brasil - bem tombado tanto pelo IPHAN, quanto pelo Município, cuja torre do relógio compõe a paisagem do ponto central da Avenida Presidente Vargas. Ao seu redor, concentram-se bens patrimoniais como o Palácio Duque de Caxias (BT 77), o Palácio do Itamaraty (BT 18), e a antiga Sede da Light (BT 58). Entre as grandes arquiteturas e o Morro do Livramento, destaca-se o modesto casario das Ruas Barão de São Félix e Senador Pompeu - antigas Ruas da Princesa e do Príncipe – vias abertas em meados do século XIX, cujo contexto temporal está representado pelo estreito tecido de lotes que estrutura a área tutelada pela APA Sagas.

A Área de Análise nº 4, praticamente incluída na APAC da Cruz Vermelha, corresponde ao tecido urbano adjacente ao Campo de Santana originado com a expansão da cidade em direção ao antigo Mangal de São Diogo, ainda no início do século XIX. De frente para o Campo, no logradouro da Praça da República, situam-se bens tombados como o antiga Casa da Moeda (atual Arquivo Nacional, BT 17), a Casa de Deodoro (BT 19), e o Prédio da Faculdade de Direto da UFRJ (BT 35). Ao longo das Ruas General Caldwell e Rua de Santana – antigas Rua Formosa e Rua das Flores, mesclam-se os sobrados e casas térreas, em estilos neoclássico e eclético, às edificações verticalizadas de meados do século XX.

A Área de Análise nº 5 corresponde ao tecido urbano da Cidade Nova, originado com o aterro do Mangal de São Diogo em meados do século XIX. Reproduzindo a estrutura de lotes urbanos

da cidade colonial, com suas exíguas larguras, o degradado casario remanescente encontra-se tutelado pela APA Vila Operária da Cidade Nova, enquanto o conjunto edificado que lhe dá o nome (BT 38), disposto ao longo da Av. Salvador de Sá, configura-se um bem tombado pelo poder municipal. A partir de meados do século XX, a abertura da Av. Presidente Vargas e as renovações urbanas empreendidas para ligar a Região Portuária ao Catumbi estruturaram um vazio urbano contínuo nesta localidade, que somente em tempos recentes vem sendo ocupado. As novas ocupações, contudo, vem promovendo a "gentrificação" da área, em particular ao longo da Rua Néri Pinheiro, na qual os imóveis outrora residenciais vêm sendo convertidos para um uso comercial.

Adotou-se um percurso, para a análise nestas cinco áreas, que se inicia com uma breve leitura morfológica e patrimonial, que visa relacionar os contextos urbanos específicos de cada trecho às ações de preservação que incidem sobre os seus bens edificados. Todos estes trechos analisados são atravessados pela Av. Presidente Vargas, cujo eixo configura-se um hiato de proteção, e apresentam, pelo menos, uma área de preservação patrimonial, tal como a Zona Especial do Corredor Cultural, e as APAs e APACs municipais.

Nelas encontram-se, também, bens edificados de valor excecional protegidos pelo instrumento de tombamento. No capítulo anterior, identificaram-se as recorrências patrimoniais através da aplicação deste instrumento. Neste momento, contudo, serão explicitados casos para estudo que apresentam particularidades no processo de valoração destes bens. Dentre estes, elencam-se: processos de tombamento em andamento por mais de décadas; bens patrimoniais destombados; e tombamentos sem efetivo valor para proteção.

Buscando uma melhor compreensão da situação atual do patrimônio, em cada área de análise foram selecionadas quadras para estudos detalhados em seus bens edificados, nos quais destacam-se a categoria tipológica da materialidade, com seus questionamentos acerca da linguagem arquitetônica, grau de caracterização da fachada, estado de conservação do bem edificado, e valor de integração do bem para o conjunto preservado[134]. Por fim, estes estudos nesses recortes espaciais detalhados (*quadras-detalhe*), juntamente às leituras aprofundadas em cada área de análise, promovem subsídios para vislumbrar possíveis atualizações neste conjunto de bens edificados, sejam estes patrimônios já reconhecidos, ou aqueles que apresentam interesse, apesar de ainda não teriam sido legalmente protegidos.

[134] Um inventário dos bens edificados nestas quadras-detalhe, com fotografias das fachadas, compõe o **Apêndice C** da tese.

4.1. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 1, Candelária

4.1.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Candelária

A área circundante à Igreja da Candelária é possivelmente a mais heterogênea das analisadas nesta tese. Em termos da sua malha viária, persiste a trama colonial que já se assentava na cidade no início do século XVIII, como evidenciado pela planta da cidade datada de 1713. As vias estreitas como a Rua da Quitanda e Rua da Candelária, cortam transversalmente eixos coetâneos que se expandiram em direção às áreas do atual Campo de Santana, como as Ruas da Alfândega e do Hospício (antiga Buenos Aires). Nesta grelha de vias, a Rua Direita (atual Primeiro de Março) destacava-se no século XIX, tanto pela sua largura, quanto pelas suas atividades, concentrando igrejas e arquiteturas imponentes em comparação ao simples casario de fachada com ritmagem vertical.

A Av. Central, aberta no início do século XX, conquista a notoriedade antes presente na Rua Direita, rompendo com o tecido existente e configurando o limite oeste da área analisada. O processo de verticalização da cidade, a partir de 1920, com a construção dos arranha-céus residenciais no Quarteirão Serrador, tem seu contraponto comercial no entorno da Candelária, abrigando inúmeras instituições bancárias. A demanda imobiliária nesse trecho da Área Central nos anos seguintes é alta, sendo confirmada pelas propostas de Agache em substituir seus antigos sobrados por edifícios de negócios, com até 12 pavimentos[135]. Essa tendência é verificada pelo PAA nº 2585 de 1936 (Figura 209), que propunha um novo alinhamento para a Rua da Alfândega, com 8 metros de largura, acrescidos em cada lado, de 3 metros de passeio em galeria sob os edifícios com altura equivalente a 6 pavimentos.

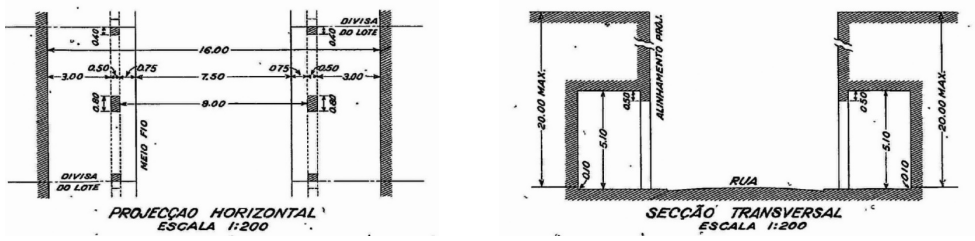


Figura 209: Detalhe do PAA nº 2585 de 1936.
Novo alinhamento proposto para a Rua da Alfândega. Fonte: SMU-PCRJ.

A área seria rapidamente transformada pela abertura da Av. Presidente Vargas, conformando a Praça Pio X no entorno da Igreja da Candelária (Figura 215). A ocupação proposta para esse trecho da avenida, com edifícios de 12 pavimentos e galerias de pedestres, foi sendo realizada

[135] AGACHE, 1930, p. 171.

ao longo das décadas de 1940 e 1950, confrontando-se com os imóveis verticalizados das décadas anteriores, e os sobrados ainda remanescentes.

No trecho compreendido entre a Rua Primeiro de Março e a frente marítima, manteve-se a arquitetura imponente das antigas Associação Comercial (hoje Centro Cultural do Banco do Brasil, Quadra 13, Figura 210), Sede dos Correios e Telégrafos (Quadra 21, Figura 212), e do Supremo Tribunal Federal (BT 71, Quadra 26, Figura 211). Esta mesma parcela foi incorporada a Zona Especial do Corredor Cultural, preservando os seus sobrados comerciais, inclusive os datados de meados do século XIX.

No trecho ao norte da Avenida Presidente Vargas, ao longo da Rua Teófilo Otoni, resistiu um casario de pequenas dimensões, hoje preservados pela APAC Entorno do Mosteiro de São Bento. O trecho ao sul, por sua vez, teve grande impacto do uso comercial bancário, com destaque para o eclético Edifício Galeria (Quadra 24, Figura 213), obra com projeto original de Joseph Gire e ampliada por Robert Prentice, que incorporou o alinhamento previsto pelo PAA nº 3021 de 1938 (Figura 214), propondo um cruzamento em chanfro côncavo entre as Ruas da Quitanda e do Rosário.

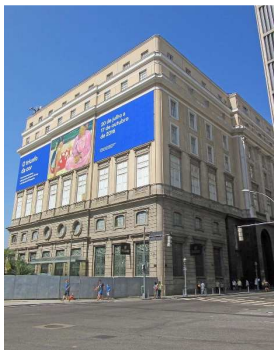


Figura 210: Centro Cultural do Branco do Brasil, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 211: Antiga Sede dos Correios e Telégrafos, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 212: Antiga Sede do Supremo Tribunal Federal, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 213: Edifício Galeria, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

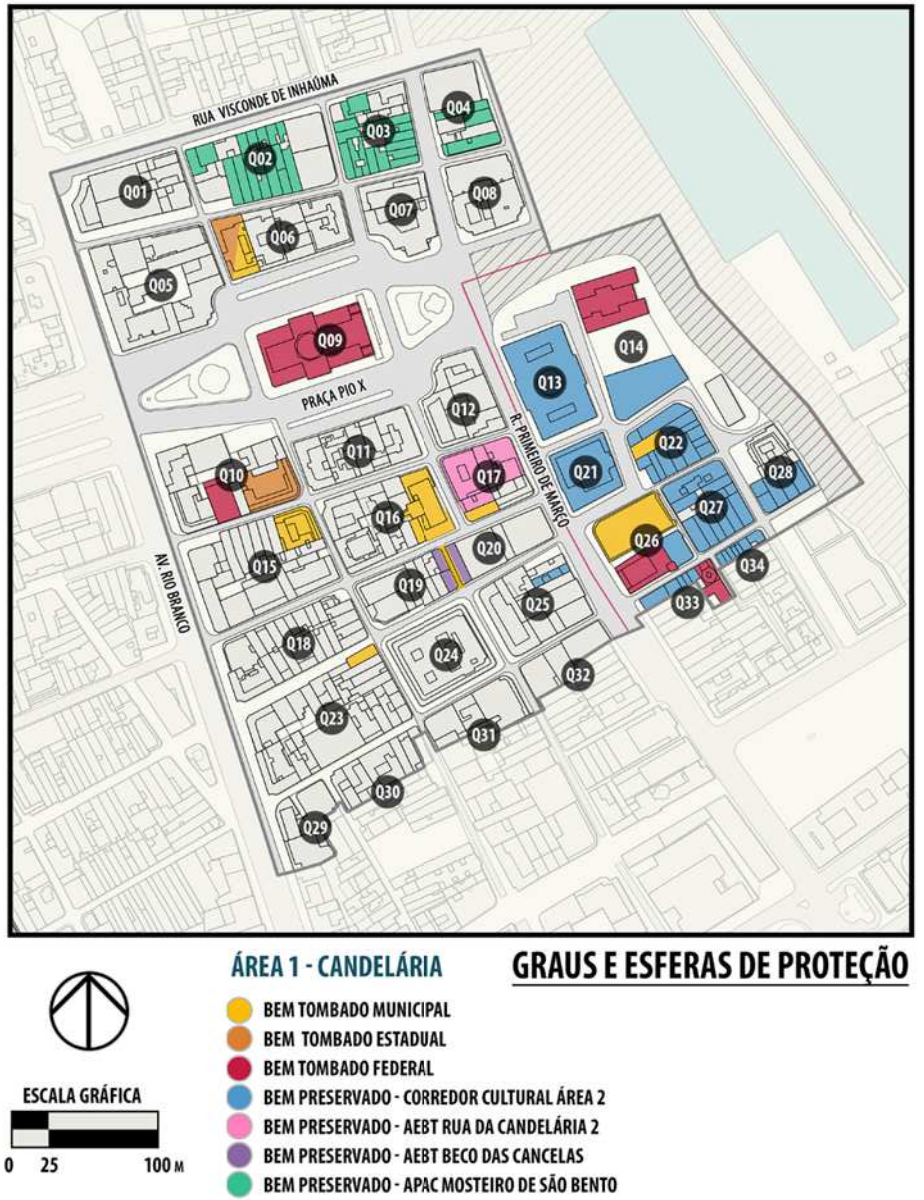


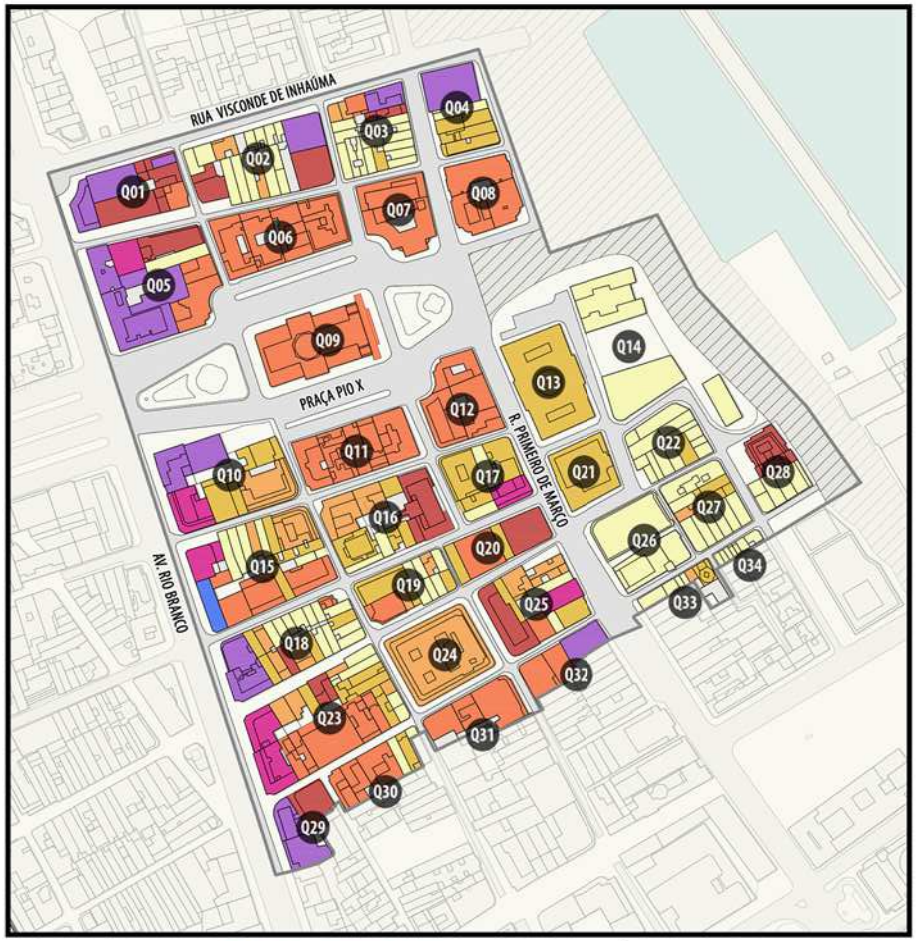
Figura 214: Parte do PAA nº 3021 de 1938.
Novo alinhamento proposto para as Ruas do Rosário e da Quitanda. Fonte: SMU-PCRJ.

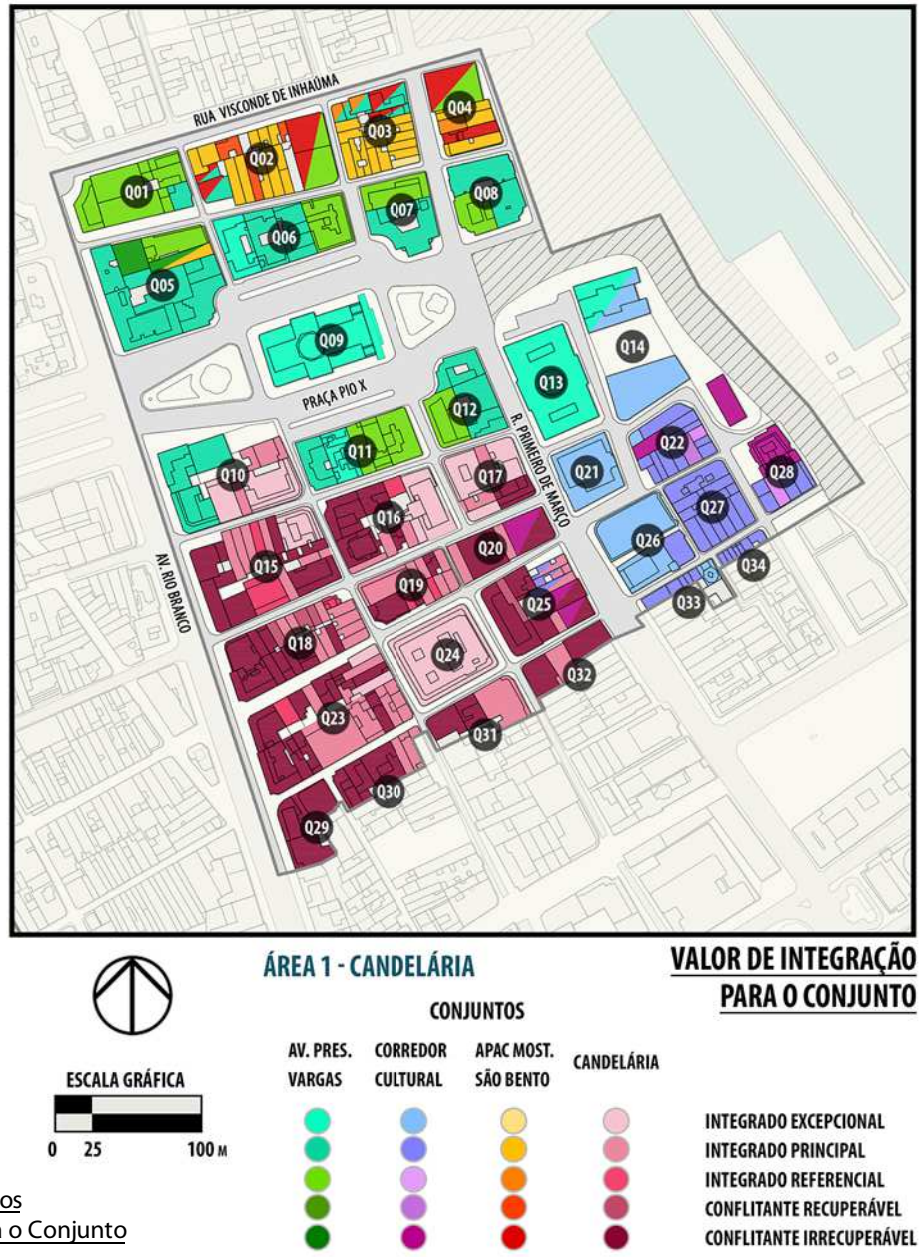


(acima) **Figura 215:** Igreja da Candelária e Av. Presidente Vargas.
Fonte: Agência O Globo. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/edicoes-especiais/caminho-da-modernidade-19467307>

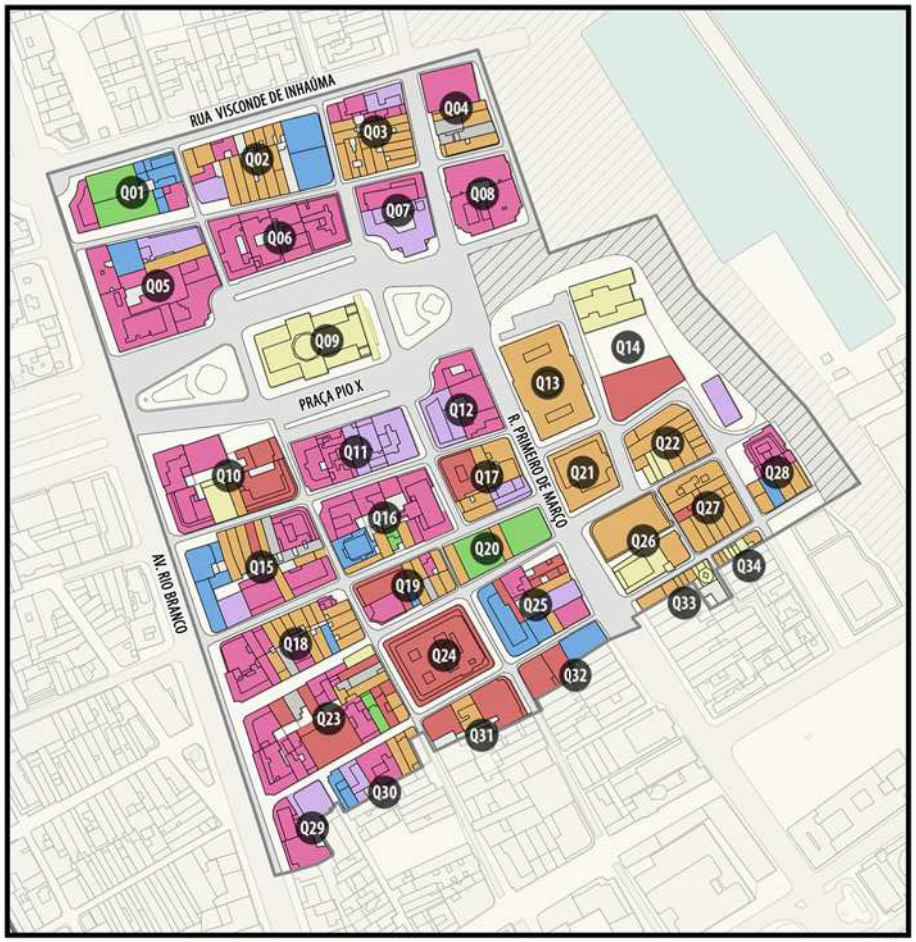
(ao lado) **Figura 216:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

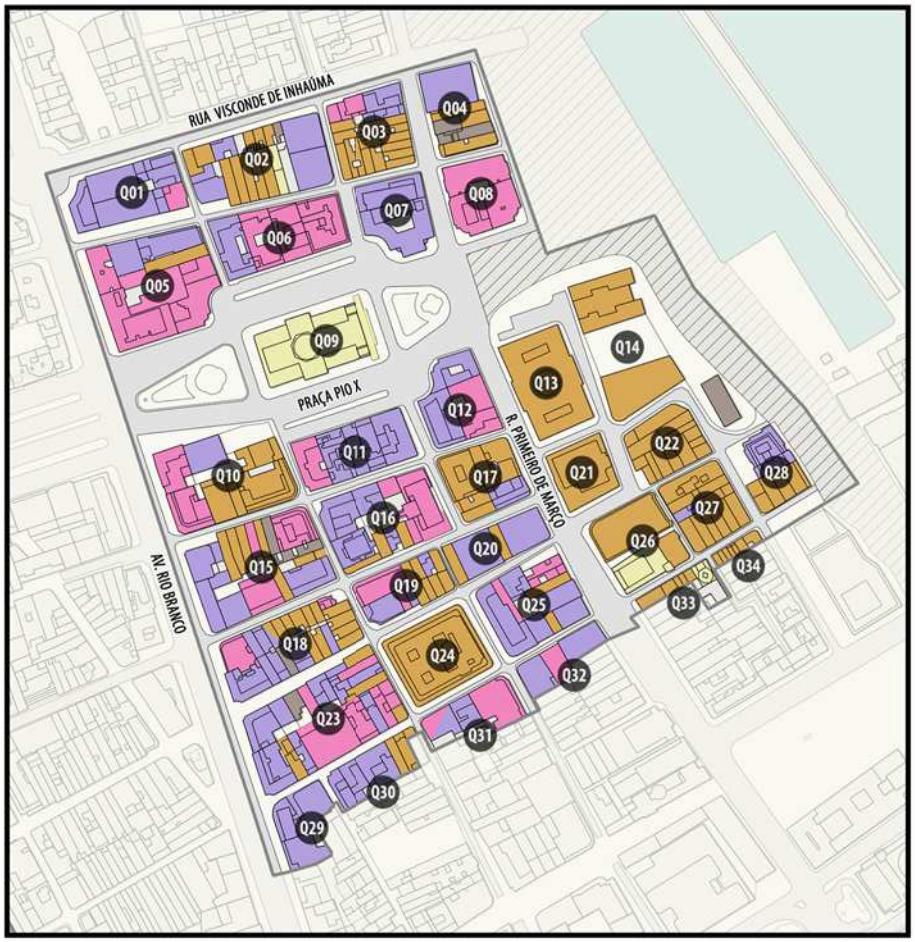




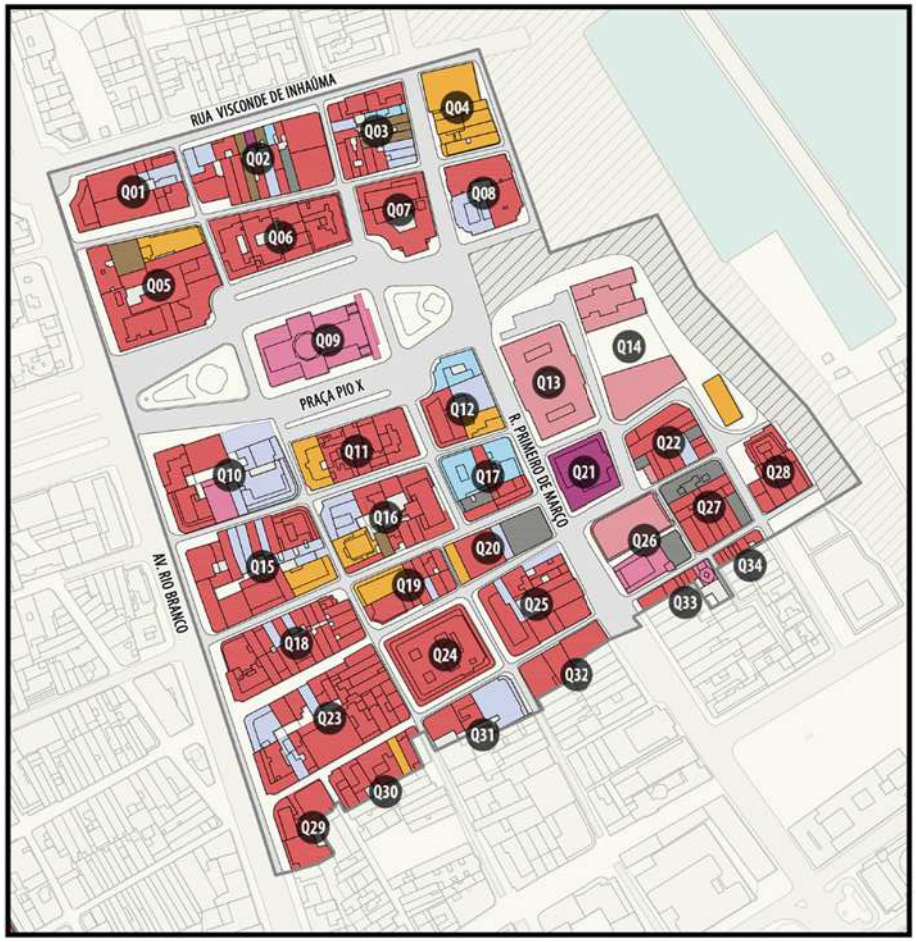


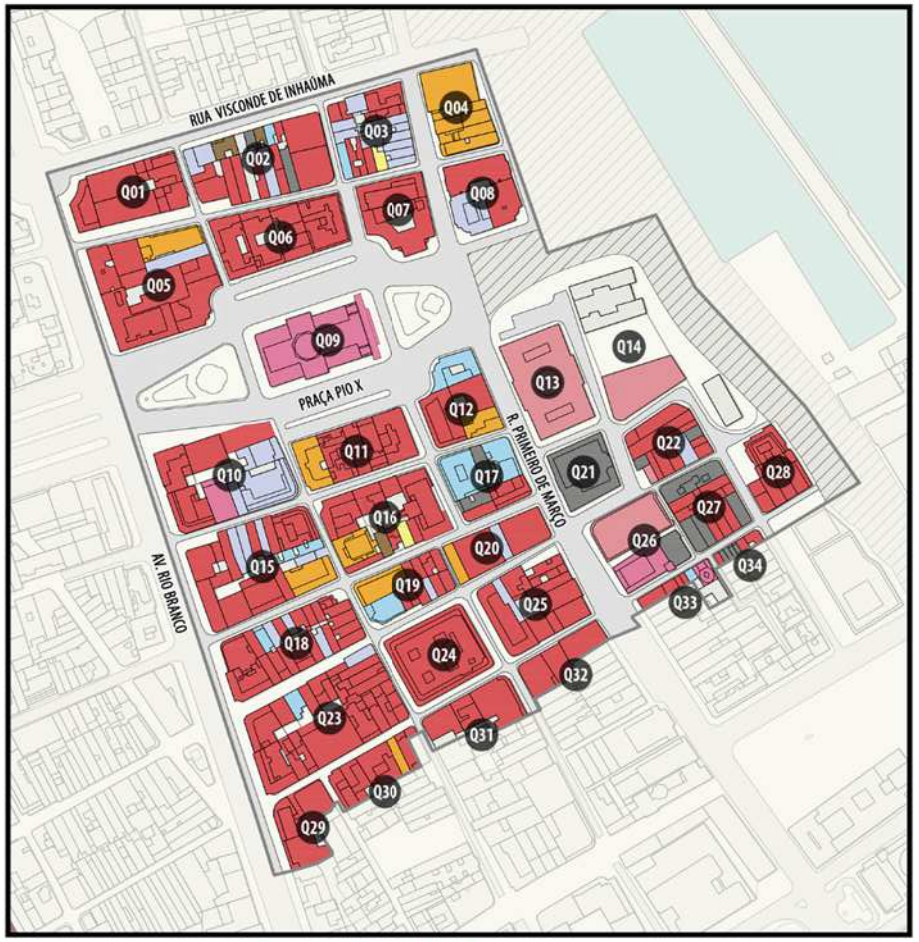
(esquerda) **Figura 217:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Número de Pavimentos
(direita) **Figura 218:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





(esquerda) **Figura 219:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Contexto de Produção.
(direita) **Figura 220:** Análise nº 1 - Candelária. Mapa Linguagem Área de Arquitetônica
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





(esquerda) **Figura 221:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
(direita) **Figura 222:** Área de Análise nº 1 - Candelária. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

Com base na análise dos projetos urbanísticos da área, e do gabarito, contexto de produção, e linguagem arquitetônica dos seus imóveis, associados às proteções já existentes, reconheceram-se os seguintes conjuntos edificados:

- o Conjunto da Av. Presidente Vargas (Figura 223), representado pelos edifícios verticalizados construídos a partir das propostas urbanísticas do PAA nº 4041 de 1945 (Quadras 5 a 8, 11 e 12).
- o Conjunto da APAC Entorno do Mosteiro de São Bento (Figura 224), referente aos pequenos edifícios remanescentes ao longo da Rua Teófilo Otoni e Rua Visconde de Inhaúma (Quadras 2 a 4).
- o Conjunto do Corredor Cultural (Figura 225), constituído pelos sobrados comerciais localizados a leste da Rua Primeiro de Março (Quadras 22, 26 a 28, 33 e 34)
- e o heterogêneo Conjunto da Candelária (Figura 226), no qual destacam-se as edificações de baixo gabarito, como os sobrados na Rua da Quitanda, e os prédios do início da verticalização da cidade (Quadras 15 a 20, 23 e 24).



Figura 223: Conjunto da Av. Presidente Vargas
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 224: Conjunto da APAC Mosteiro de São Bento
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 225: Conjunto do Corredor Cultural
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 226: Conjunto da Candelária
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

No referente aos usos da Área da Candelária, a atividade comercial é predominante, com os usos superiores dos imóveis sendo ocupados por escritórios e salas comerciais, enquanto o térreo é destinado às lojas, restaurantes e serviços. No conjunto do Corredor Cultural, os sobrados constituem um polo gastronômico, enquanto as imponentes arquiteturas da virada do século XIX foram sendo convertidos em centros culturais. Com relação aos imóveis apropriados pela administração pública, estes concentram-se ao longo da estreita Rua da Quitanda.

Os vazios desafetados e subutilizados, como estacionamentos, estão condensados nos quarteirões contidos entre as Ruas Visconde de Inhaúma e Rua Teófilo Otoni, na APAC Entorno do Mosteiro de São Bento. Estes imóveis, por sua vez, coincidem em sua grande maioria, com os sobrados protegidos pela área de preservação. No outro lado da Av. Presidente Vargas, os vazios estão representados por bens de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, como o palacete de nº 129 da Rua da Quitanda, com interesse patrimonial, e o edifício de nº 42-48 da Rua da Alfândega, presentemente tombado pelo INEPAC (BT 88). Estes últimos serão objeto do caso de proteção apresentado a seguir.

4.1.2. Caso para Estudo: Propostas de Tombamento e Preservação do Entorno da Candelária

O conjunto da Candelária embora não possua proteção patrimonial atualmente, não careceu de propostas para empreendê-la. Um processo de tombamento, instaurado em 1995, tinha como objetivo proteger bens notáveis que "atestam a qualidade do patrimônio edificado"[136] da cidade, próximos à Igreja da Candelária e do Corredor Cultural. O conselheiro do CMPC-RJ, Miguel Gastão da Cunha, submeteu para apreciação o tombamento dos seguintes imóveis:

- Rua da Alfândega, nº 45. Um sobrado de três pavimentos com fachada em mármore de Carrara (Figura 227).
- Rua da Alfândega nº 42-48. Prédio de 8 pavimentos, construído como Sede do Banco Alemão Transatlântico e de propriedade da Secretaria Estadual de Fazenda. Representante do início da verticalização na Área da Candelária, na década de 1920 (Figura 228).
- Rua da Quitanda, nº 129. Palacete da década de 1920, com ornamentos clássicos na fachada. Antiga Sede do Banco Ítalo-Belga, e propriedade da Secretaria Estadual da Fazenda (Figura 229).
- Rua da Candelária, nº 6. Palacete eclético do antigo Banco Francês e Italiano, datado de 1924, e propriedade da FGV - Fundação Getúlio Vargas (Figura 230).
- Rua Sete de Setembro, nº 32. Prédio do antigo Banco Andrade Arnaud (Fora da Área de Análise da Candelária).
- E o já citado, o Edifício Galeria, ocupando o quarteirão entre as Rua do Ouvidor, da Quitanda, do Rosário, e Beco das Cancelas. Construído como Sede da Sul América Seguros Terrestres, e inaugurado em 1949.

[136] PCRJ. Processo nº 2/001.959/95, 1995



Figura 227: Rua da Alfândega, nº 45.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 228: Rua da Alfândega, nº 42-48.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

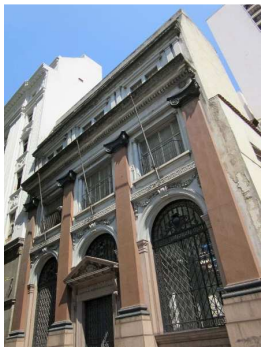


Figura 229: Rua da Quitanda, nº 129.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 230: Rua da Candelária, nº 06.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Concomitante à essa solicitação, a antiga DIP - Divisão de Inventário de Pesquisa do DGPC vinha realizando estudos para a criação de uma APAC do Entorno da Candelária, no qual os cinco dos seis imóveis[137], juntamente com outros nas proximidades[138], eram indicados como de interesse de preservação (Figura 231).



Figura 231: Mapa indicando os imóveis de interesse de preservação pelos estudos realizados na década de 1990 no DGPC para criação de uma APAC do Entorno da Candelária.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

[137] O imóvel de nº 32 da Rua Sete de Setembro, com 10 pavimentos e mais afastado da Igreja da Candelária, não foi incluído na demarcação de bens edificados para preservação nos estudos da APAC do Entorno da Candelária.

[138] A planta com indicação dos imóveis a serem preservados consta no processo de tombamento do imóvel nº 2 da Rua da Candelária. PCRJ. Processo nº 12/2.680/88, 1988.

A proposta acompanha um estudo realizado pelo historiador Mário Aizen, que reforça a qualidade patrimonial da área:

> "Embora este espaço já tenha sido objeto de renovação urbana, verificou-se a permanência de edificações remanescentes da virada do século passado, que mantem as características arquitetônicas originais, ora formando conjuntos contínuos, ora apresentando valor individual, destacando-se na paisagem" (AIZEN in PCRJ. Processo nº 2/001.959/95, 1995)

Mais detalhes sobre os estudos desta APAC, que visava ampliar a abrangência do Corredor Cultural incluindo a Candelária, não foram encontrados em pesquisas no IRPH, exceto numa demarcação realizada em mapa fornecido pelo próprio órgão, que indica a sua extensão para além do entorno da Igreja, incorporando o eixo viário da Av. Presidente Vargas até a Praça da República.

A solicitação de tombamento dos imóveis notáveis, por sua vez, foi bem recebida no CMPC-RJ, com o parecer favorável do relator André Zambelli, em 1996, no qual é feita uma avaliação dos edifícios como sendo de "excelente estado de conservação e caracterização, de construção sólida e rara elegância, de proporções monumentais, que se destacam pela utilização de materiais nobres que lhes conferem excelente acabamento". Os tombamentos foram notificados aos proprietários, em 1997, recebendo pedindo de impugnação da Sul América (referente ao Edifício Galeria), e do proprietário do imóvel de nº 45 da Rua da Alfândega.

Com relação ao último, restava apenas a fachada original, sendo seu interior e cobertura completamente descaracterizados. O proprietário, também dono dos edifícios adjacentes, propunha a construção de um novo prédio, com 30 metros de testada e 10 pavimentos, seguindo o alinhamento previsto no PAA nº 10615 de 1988, que constava como vigente na época em questão. O proprietário questiona o tombamento "global" do imóvel, sugerindo a proteção apenas da sua fachada, que seria preservada como pórtico à nova construção. Em 1998, o CMPC-RJ emitiu novo parecer sobre os processos de impugnação, não acolhendo o pedido da Sul América, porém solicitando maiores detalhes sobre o caso do imóvel da Rua da Alfândega, e emitindo um ofício à SMU para "prestar esclarecimentos acerca do PAA nº 10615".

Nos 10 anos seguintes, o processo não evoluiu para efetivação do tombamento, sendo recuperado pelo Escritório Técnico do Corredor Cultural, visto que os imóveis estariam situados na área que vinha sendo objeto de estudo da equipe para sua possível ampliação de abrangência. Em ofício de 2008, a gerente do escritório, Maria Helena McLaren atualizou a

situação dos bens edificados em questão. Do sobrado de nº 45 da Rua da Alfândega, restou apenas a fachada, e a proposta dos seus proprietários para construção do edifício de 10 pavimentos não se concretizou. O palacete de nº 6 da Rua da Alfândega, propriedade da FGV, já havia sido preservado no ano anterior, como integrante da Área de Entorno do Bem Tombado da Rua da Candelária nº 2 (Quadra 17).

Já o prédio do antigo Banco Alemão Transatlântico (BT 75, Figura 228), posteriormente sede da Secretaria Estadual de Fazenda, havia sido tombado pelo INEPAC, em 1998, dada a sua importância histórica e arquitetônica. O processo de tombamento estadual reforçava a qualidade excepcional desta obra em relação ao seu contexto urbano, uma vez que o prédio de 8 pavimentos, era em sua época uma "construção monumental" quando comparada aos "velhos sobrados, de no máximo dois andares" que se alinhavam ao longo de toda a Rua da Alfândega. Discorria também sobre contexto histórico da sua construção na Área, que concentrava "estabelecimentos bancários estrangeiros" devido a "proximidade com as instalações portuárias do Rio, por onde fluía a exportação de café; a vizinhança com o Banco do Brasil (...),; e os vultuosos empréstimos no exterior"[139].

Removendo do processo municipal, o palacete da FGV e da antiga Secretaria de Fazenda, a solicitação passa por nova apreciação do CMPC-RJ, ainda em 2008, sendo aprovada a proposta de tombamento dos imóveis remanescentes. Em ofício do CMPC-RJ, recomendava-se que fossem apresentados os estudos feitos pela SMU e pelo órgão de tutela patrimonial da época, a SEDREPAHC, para proteção da área como um todo, "devido a fase de renovação vivenciada na região".

Em 2009, no âmbito da Gerência de Proteção, Cadastro e Pesquisa da SUBPC, foi elaborada uma proposta de criação da área do "Centro Histórico Financeiro"[140], referente aos conjuntos edificados da Área da Candelária. O estudo contemplava, além da proteção dos imóveis supracitados, o tombamento de edificações notáveis na Av. Presidente Vargas, resultados da proposta prevista no PAA nº 4041 de 1945, tais como o Edifício do Banco Aliança[141], projeto de Lúcio Costa, e o imóvel de linhas proto-modernas de nº 98 da Praça Pio X.

[139] INEPAC, Processo nº E-18/001.147/98., 1998. fl. 3

[140] SUBPC, 2009.

[141] Em 2003, um processo de tombamento (PCRJ. 12/002.509/2003) foi instaurado pelo DGPC tendo vista uma relação de edifícios projetados por Lúcio Costa, que seriam dignas de preservação, conforme sugestão de sua filha, Maria Elisa Costa. Dentre estes, constava o edifício do Banco Aliança, na Praça Pio X. Em 2006, o CMPC-RJ manifestou-se contra o tombamento das obras. O parecer com justificativa, contudo, não se encontra no referido processo.

Com base no conceito de "Centro Histórico Financeiro", definida pela "concentração de edifícios históricos que abrigaram sedes de instituições financeiras, nacionais e estrangeiras"[142], e recorrendo a uma leitura estilística da eclética arquitetura falante que associava o progresso econômico às referências da mitologia greco-romana, propôs-se: o tombamento de 21 imóveis (13 destes, já protegidos), a preservação de 49 edifícios, e além disso, o registro patrimonial de outros 48 bens. O registro dar-se-ia nos imóveis que, apesar de associados ao uso financeiro, não teriam qualidades arquitetônicas para proteção individual.

Foi justamente nesta associação com a atividade financeira e uma forte preocupação com a leitura estilística das fachadas que a proposta perdeu seu potencial para efetivação. Em parecer do CMPC-RJ de 2010, destacou-se a heterogeneidade da área da Candelária, e o fato do estudo se basear "na semiologia dos ornatos das edificações"[143] para propor a criação da área de proteção. Esta, contudo, foi negada. Porém, recomendou-se o tombamento definitivo dos imóveis já alvo de proteção pelo processo instaurado em 1995, além de outros como do Banco Aliança. Cabe lembrar que as áreas de preservação criadas pelo Município, desde a década de 1980, iam justamente na contramão de uma análise estilística das fachadas, recorrendo à leitura mais generalizada de linguagem arquitetônica para identificar tipologias edificadas recorrentes, que compunham uma ambiência característica a ser preservada.

Em 2012, o tombamento dos quatro imóveis da solicitação de 1995 que ainda continuavam sem proteção é novamente apreciado pelo CMPC-RJ, que deliberou pelo arquivamento do processo do "Centro Histórico Financeiro". Recomendou-se o tombamento definitivo dos imóveis, apesar do provisório nunca ter sido oficialmente decretado, e a criação de uma Área de Entorno (AEBT) para esses bens edificados, tutelando todos os imóveis no quadrilátero formado pela Av. Rio Branco, Av. Presidente Vargas, Rua Primeiro de Março, e Rua Sete de Setembro. No processo, consta a minuta do tombamento que reforçou o valor arquitetônico das edificações protegidas, assim como seu papel como marcos na paisagem urbana da cidade, sendo necessário salvaguardá-los de ações que prejudiquem sua integridade.

O processo mais uma vez não tem andamento, apesar do tombamento autorizado, sendo retomado em 2015. Em 2016, quando se realizou consulta à Secretaria do CPMC-RJ, os tombamentos e a AEBT ainda não haviam sido decretados. Ao fim da realização deste trabalho, em 2018, mais de 20 anos após o processo original, os imóveis ainda persistem sem proteção.

[142] SUBPC, 2009, fl. 99.

[143] PCRJ. Processo nº 12/001.673/2009, fl. 4.

4.1.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Candelária (Quadras-Detalhe 15 a 20)

Para melhor expor a situação patrimonial atual da Área de Análise, foram selecionadas seis das suas quadras (Quadras-Detalhe 15 a 20), compreendidas pelo quadrilátero formado pelas Av. Rio Branco, Rua da Alfândega, Rua Primeiro de Março e Rua do Rosário. Estas seriam representativas do tecido urbano identificado como o Conjunto da Candelária, do qual destacam-se os sobrados da virada do século XIX, e os imóveis da primeira onda de verticalização na Área Central da Cidade.

No referente à proteção destes bens edificados, poucos são contemplados com instrumentos como tombamento e/ou preservação de volumetria e fachada. Dentre os tombados, todos com tutela municipal, encontram-se: o Edifício Sulacap (BT 88, Quadra 15, Figura 241), prédio verticalizado em estilo *art-déco* tombado pelo Município em 2007; o Palácio do Comércio (BT 82, Quadra 16), obra de Sajous; e o sobrado de nº 2 da Rua da Candelária (BT, Quadra 60). Já os preservados, pelos imóveis da AEBT da Rua da Candelária nº 2 (Quadra 17) e os sobrados de frente para o Beco das Cancelas (BT 93, Quadras 18 e 19).

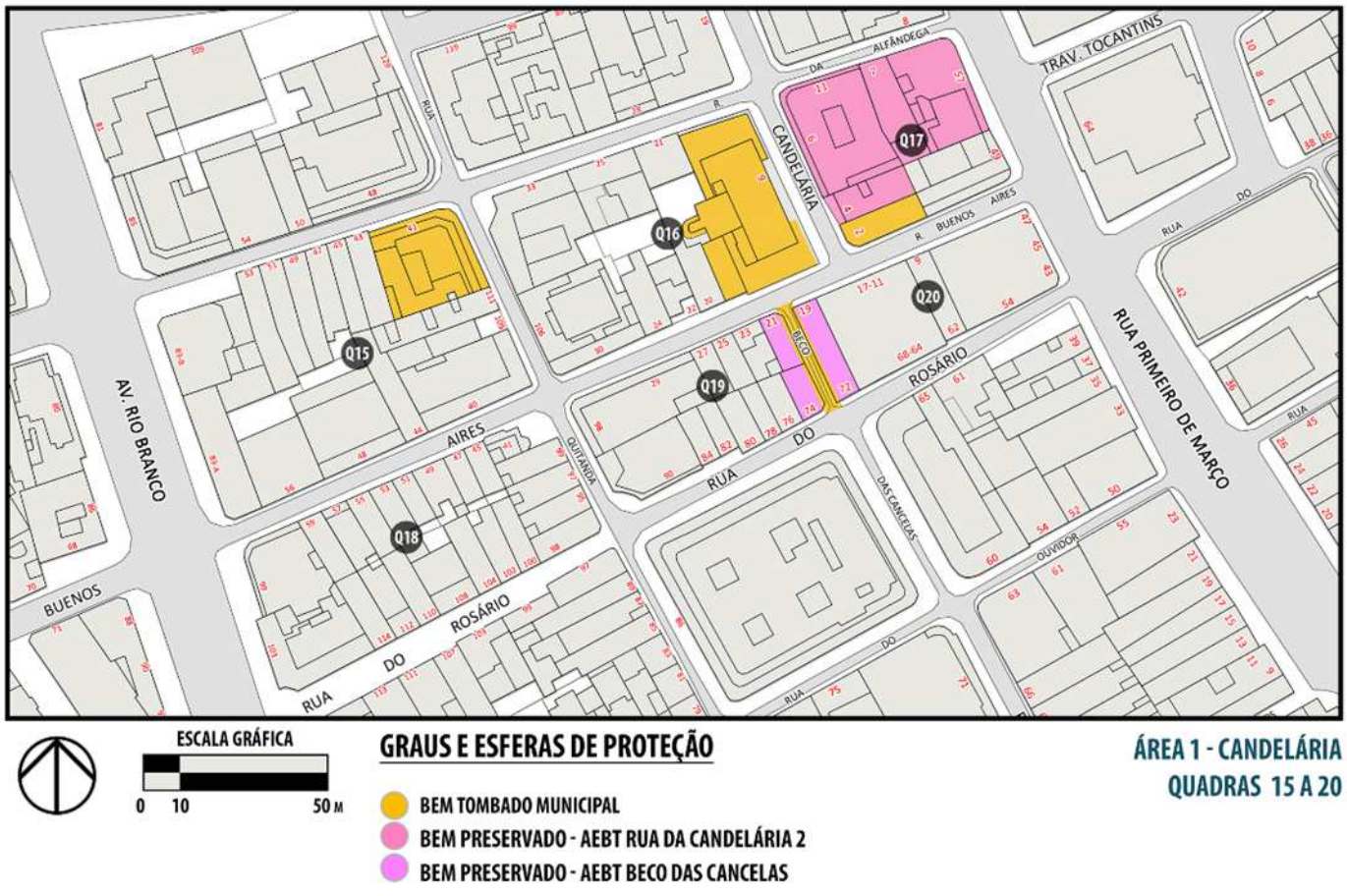


Figura 232: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

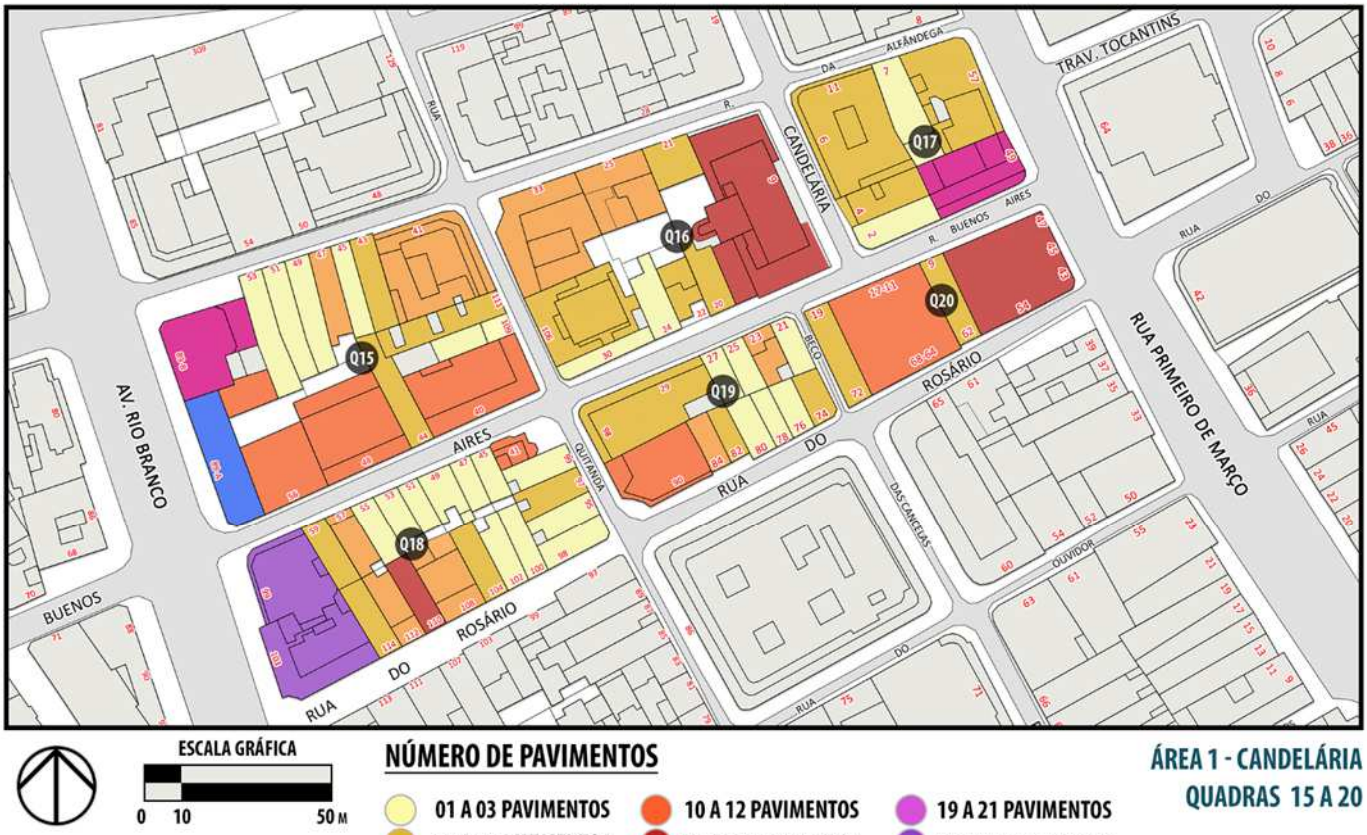


Figura 233: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Número de Pavimentos.

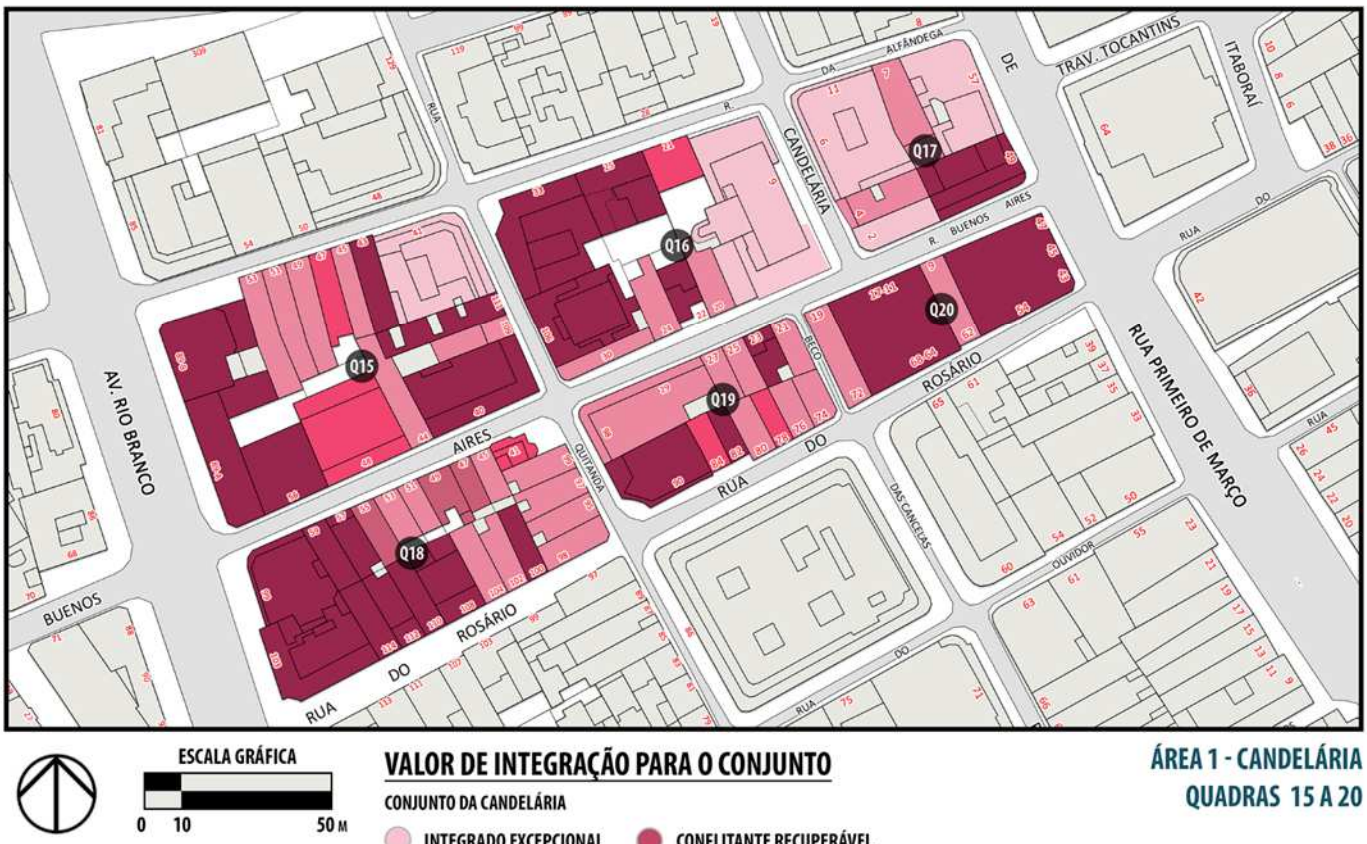


Figura 234: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto

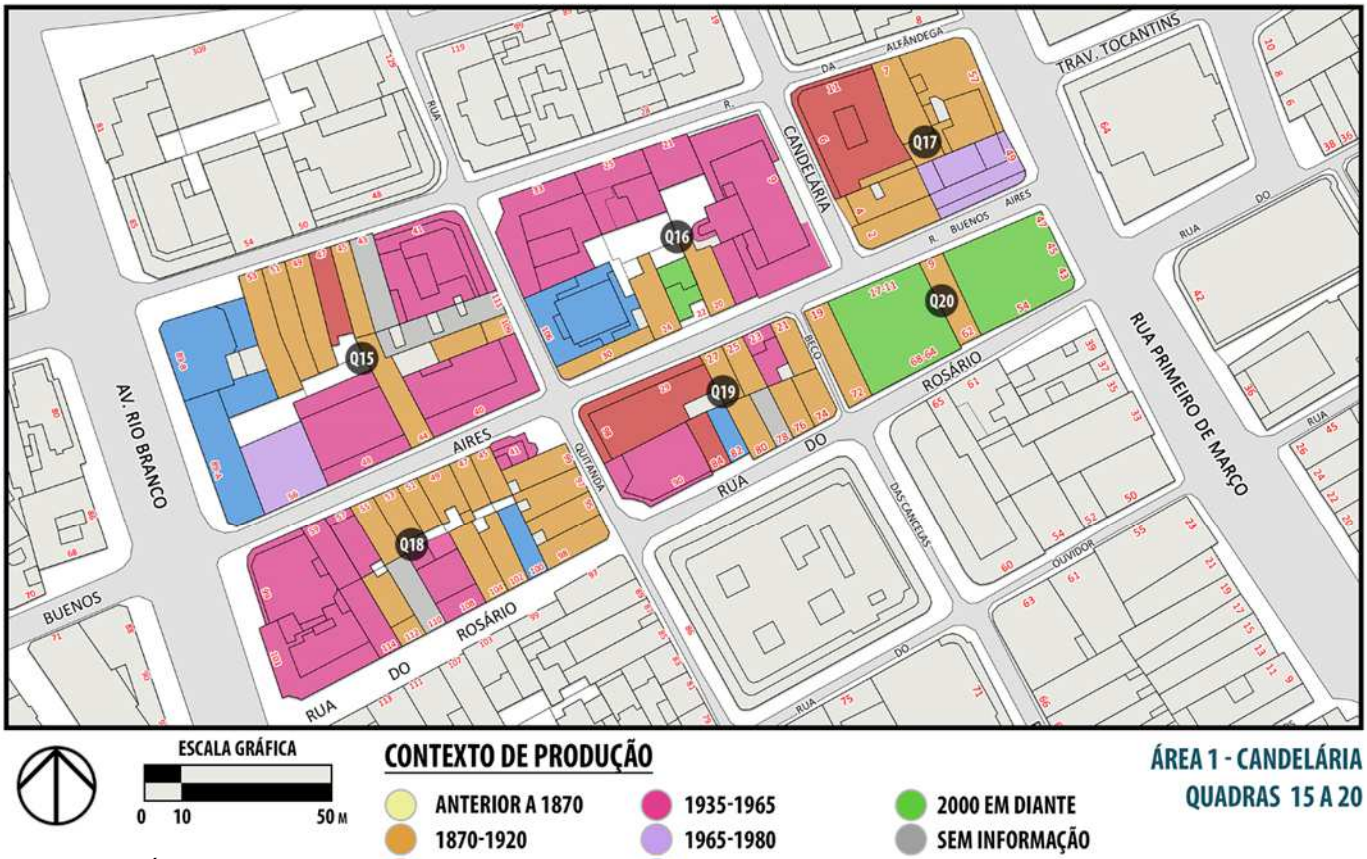


Figura 235: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Contexto de Produção.

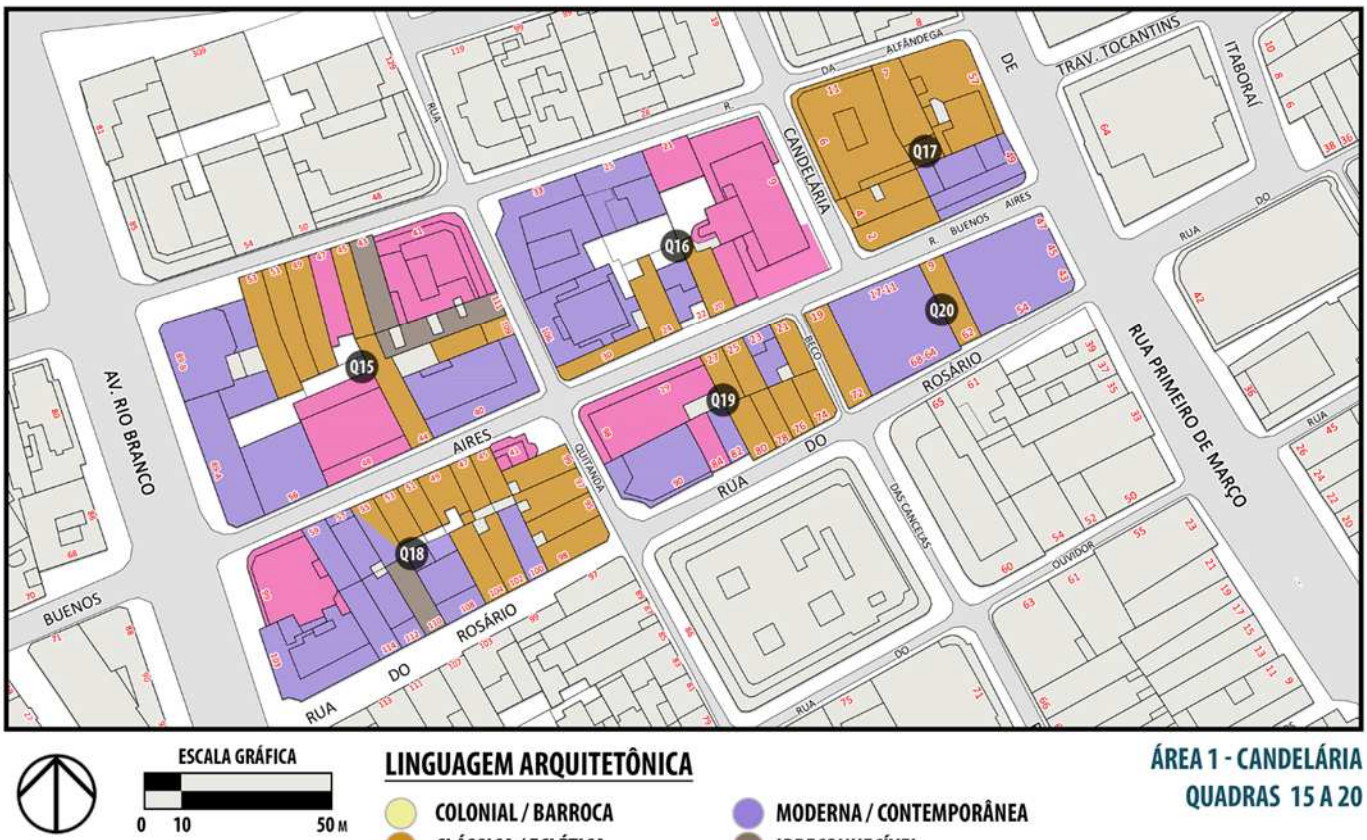


Figura 236: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Linguagem Arquitetônica.



Figura 237: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Usos Contemporâneos. Pav. Térreo.



Figura 238: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Usos Contemporâneos - Pav. Superiores.

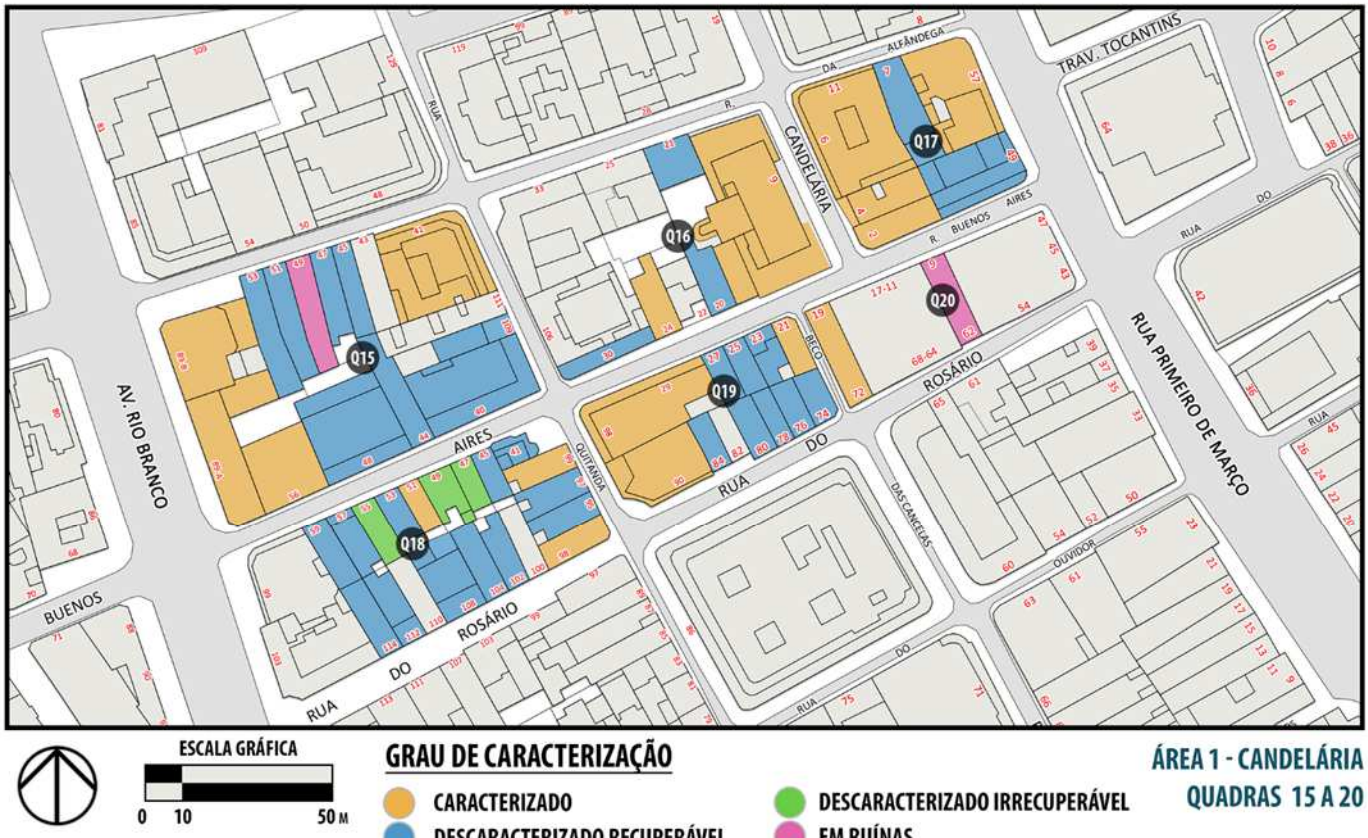


Figura 239: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Grau de Caracterização.

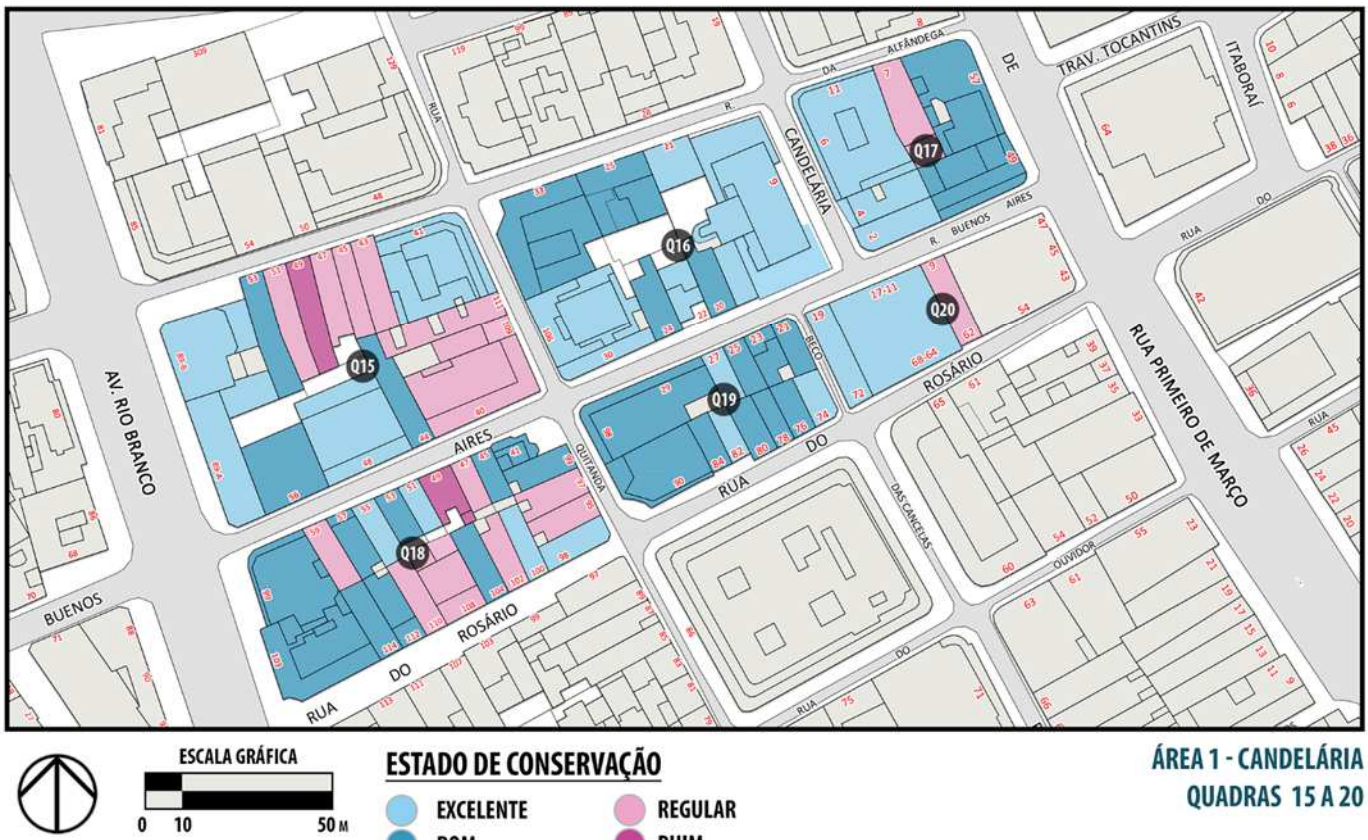


Figura 240: Área de Análise nº 1 - Candelária. Quadras 15 a 20. Mapa de Estado de Conservação.

O potencial patrimonial nessas quadras, contudo, é significativo considerando a tipologia edificada do Conjunto da Candelária como determinantes na formação do tecido urbano da Área Central da Cidade, e, portanto, dignas de valoração tal quanto a das áreas de preservação adjacentes, como o Corredor Cultural e a APAC Entorno do Mosteiro de São Bento. Os estudos empreendidos pela Prefeitura na Área da Candelária, desde 1995, corroboram a qualidade arquitetônica destes imóveis para a ambiência urbana desse setor da Cidade que se consolidou ao longo do século com o uso comercial e bancário.

Empregando a leitura desenvolvida pela Equipe do Corredor Cultural, na década de 1980, na determinação de tipos arquitetônicos e seus valores para a ambiência urbana, destacou-se como imóveis que se integram de forma principal ao conjunto edificado, àqueles que em grande parte representam a estrutura de lotes advinda do período colonial, profundos com lotes estreitos. Estes, por sua vez, seriam ocupados por imóveis de baixo gabarito como os sobrados da linguagem clássica (Figura 242), construídos entre as décadas de 1870 e 1920, concentrando-se nas quadras 15, 18 e 19.

Junto a estes, na classificação de integrado principal, encontram-se alguns edifícios representativos da verticalização inicial da Área Central, que embora sobressaiam-se volumetricamente aos sobrados, possuem gabarito inferior aos prédios da Av. Rio Branco e Av. Presidente Vargas. Com relação ao seu contexto de produção e linguagem arquitetônica, estes contemplam o período entre 1920 e 1935, e linhas proto-modernas. Nestas quadras, tem-se o exemplo do edifício de nº 29 da Rua Buenos Aires (Quadra 19, Figura 243).

Definido o tipo arquitetônico principal, determinaram-se as demais classificações. Considerou-se como integrados excepcionais todos os bens edificados protegidos individualmente pelo instrumento de tombamento, mesmo não constituindo volumetricamente o conjunto edificado em questão. O valor que se atribui nestas classificações, portanto, vão além de uma simples integração volumétrica, contemplando-se também o valor arquitetônico inerente do imóvel para o conjunto. Neste caso, destaca-se o Palácio do Comércio (BT 82, Quadra 16), que embora próximo em volume dos edifícios da Av. Presidente Vargas, contribui com sua qualidade arquitetônica para o entorno edificado.

Foram considerados integrados referenciais, tanto os imóveis que se incluem ao ritmo recorrente do conjunto, embora desprovidos dos elementos arquitetônicos que compõem o tipo predominante, quanto àqueles que se destacam da massa edificada, mas cujas fachadas agregam valor a ambiência urbana. Do primeiro exemplo, destaca-se o imóvel de nº 47 da Rua

da Alfândega (Quadra 15, Figura 244). Do segundo, o edifício de linhas *art-déco* de nº 41 da Rua Buenos Aires (Quadra 18, Figura 245).

No relativo à caracterização arquitetônica das fachadas dos imóveis, naqueles considerados como o tipo edificado recorrente, a situação predominante é de descaracterização recuperável, com instalação indevida de equipamentos de ar condicionado ou substituição de esquadria por fechamento incompatível à fachada. Dentre eles destaca-se o imóvel de nº 44 da Rua Buenos Aires (Quadra 15) e de nº 07 da Rua da Alfândega (Quadra 17).



Figura 241: Integrado Excepcional, Área 1: Edifício Sulacap
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 242: Integrado Principal, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 30.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 243: Integrado Principal, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 29.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 244: Integrado Referencial, Área 1: Rua da Alfândega, nº 47.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 245: Integrado Referencial, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 41.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 246: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 47.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 247: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 49.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 248: Conflitante Recuperável, Área 1: Rua Buenos Aires, nº 55.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Na Quadra 18, foram classificados como descaracterizados irrecuperáveis três imóveis na Rua Buenos Aires (n. º 47, 49 e 55). Nos de nº 47 e 49 (Figuras 246 e 247), os ritmos da fachada original persistem, embora não se tenham mais nenhum elemento remanescente de esquadrias originais, além do térreo ter sido completamente alterado. No de nº 55 (Figura 248), permanece o térreo com revestimento em cantaria, enquanto os pavimentos superiores foram completamente reedificados. Estes casos foram considerados como conflitantes para a

ambiência urbana, porém recuperáveis para o conjunto, mediante reconstituições e reconstruções.

No referente ao estado de conservação, os imóveis das Quadras 15 e 18, que representam em parte os bens edificados identificados como integrados principais, são aqueles que apresentam fachada em situação regular, com danos significativos a seus elementos arquitetônicos. Predomina-se, contudo, um bom estado de conservação nos imóveis, em particular nos tombados, cujas fachadas encontram-se em preservadas de modo excelente. No caminho inverso, reconheceu-se em estado de arruinamento o imóvel de nº 49 da Rua da Alfândega, do qual resta-se apenas a sua fachada de valor integral ao conjunto.

Apesar de tratar-se de um setor que se encontra largamente sem proteção patrimonial, os bens edificados da Área da Candelária apresentam, conforme registrado, um potencial para preservação. Tendo em vista seu uso predominantemente comercial, tal como o do Corredor Cultural, o reconhecimento patrimonial destes bens, com possibilidade de isenção fiscal mediante obras de restauração das fachadas, poderia contribuir na recuperação arquitetônica do conjunto, até hoje desconsiderados em termos de valor oficial para a cidade.

4.2. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 2, Largo de São Francisco e Rua da Conceição

4.2.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área do Largo de São Francisco e Rua da Conceição

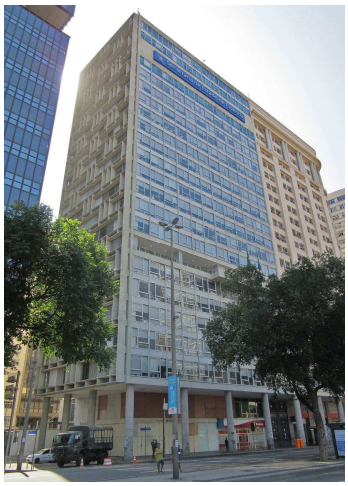
A Área de Análise nº 2, que compreende o entorno do Largo de São Francisco e da Rua da Conceição, constitui o tecido urbano tradicional que seria afetado pela proposta de renovação da Av. Norte-Sul. Este, por sua vez, foi assentado ao longo do século XVIII, com a expansão do velho núcleo urbano para além da atual Rua da Uruguaiana, antiga Rua da Vala.

Caracterizada por um casario formado por sobrados da virada do século XX, a homogeneidade do seu conjunto edificado foi mantida com as renovações empreendidas pela administração de Pereira Passos, entre os anos de 1902 e 1906. Nesta, foi prolongada a Rua do Sacramento, atual Av. Passos, e alargadas a Rua Buenos Aires, e a antiga Rua Estreita de São Joaquim, atual Av. Marechal Floriano. Com as reformas, mesclaram-se as edificações com linhas clássicas com aquelas do novo gosto eclético, mantendo-se, contudo, a mesma estruturação urbana dos lotes estreitos e edifícios de baixo gabarito. Neste período, destacavam-se entre o tecido homogêneo, os imóveis religiosos, tanto pela sua altura, quanto pelas suas qualidades

arquitetônicas excepcionais, como as igrejas de São Francisco de Paula (BT 10) e do Santíssimo Sacramento (BT 06). Com relação às edificações civis, os imóveis Escola de Engenharia (BT 20), atual IFCS, no Largo de São Francisco, e do Colégio Pedro II (BT 32), na Av. Marechal Floriano, tinham porte monumental em relação ao conjunto edificado.

A abertura da Av. Presidente Vargas, na década de 1940, criou uma cisão no tecido urbano outrora contínuo, que seria agravada com as obras da rede metroviária a partir da década de 1970, produzindo o vazio edificado hoje ocupado pelas construções do Camelódromo da Uruguaiana. Já o fantasma da Av. Norte-Sul iria dotar o conjunto homogêneo de pontuais edifícios verticalizados que adotavam a sua proposta ocupacional, destacando-se aqueles destinados ao uso de garagens, conforme registrado ao longo das ruas Senador Pompeu, da Conceição e dos Andradas. A ruptura produzida pela Presidente Vargas contribui no hiato de preservação verificado na área, auxiliando na identificação dos seus distintos conjuntos urbanos, dentre eles:

- o Conjunto do Corredor Cultural, caracterizado pelos sobrados comerciais localizados ao sul da Avenida Presidente Vargas.
- o Conjunto da APA Sagas, correspondente à continuidade morfológica do primeiro conjunto no setor ao norte da Avenida Presidente Vargas. Os sobrados e casas térreas deste tecido tradicional são, por sua vez, protegidos por preservação desde a publicação do Decreto Municipal nº 5047 de 1985.



- e o Conjunto da Av. Presidente Vargas, identificado através de pontuais imóveis verticalizados que seguem a ocupação prevista do PAA nº 4041 de 1945, e suas revisões propostas com o projeto da Av. Norte-Sul, dentre estes o edifício do antigo IPEG (Figura 249), projeto de Affonso Eduardo Reidy, que embora dotado de qualidade arquitetônica continua sem proteção[144].

Figura 249: Edifício do antigo IPEG: Av. Presidente Vargas, nº 670.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[144] Um processo de tombamento (PCRJ. Processo nº 12/002.351/2009) foi instaurado pelo Município, em 2009, por solicitação da prof. ª Dr. ª Andréa Sampaio, tendo como base pesquisas e ficha de inventário realizadas por graduandos da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. O tombamento foi aprovado pelo CMPC-RJ, no mesmo ano, constando inclusive a minuta do seu decreto no processo. A proteção foi contestada pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, que se manifestou a favor de um tombamento apenas parcial da edificação, e de seus elementos construtivos. Na consulta realizada ao processo, em julho de 2016, o ofício mais recente na documentação data de setembro de 2012, sem prosseguimento desde então.

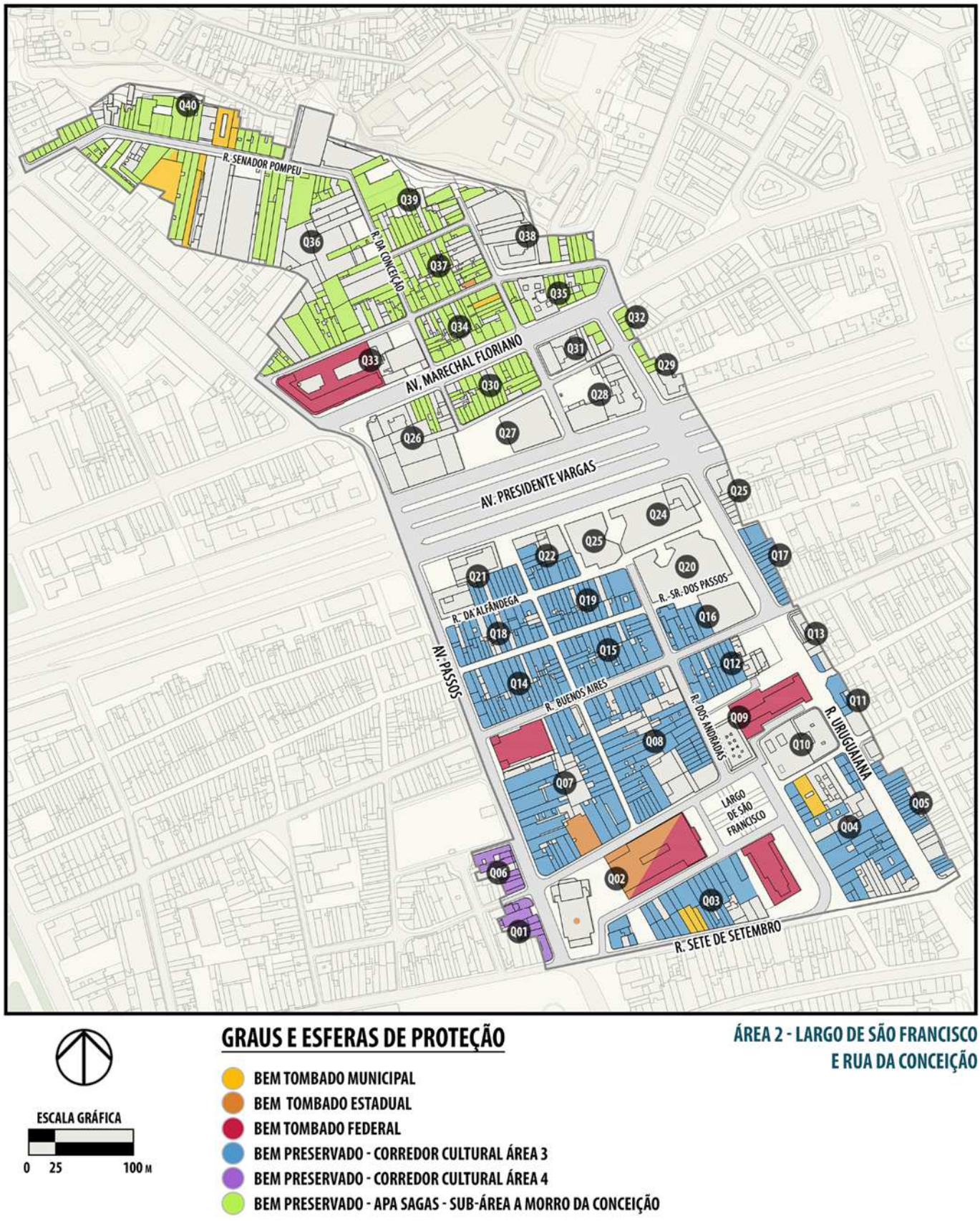


Figura 250: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

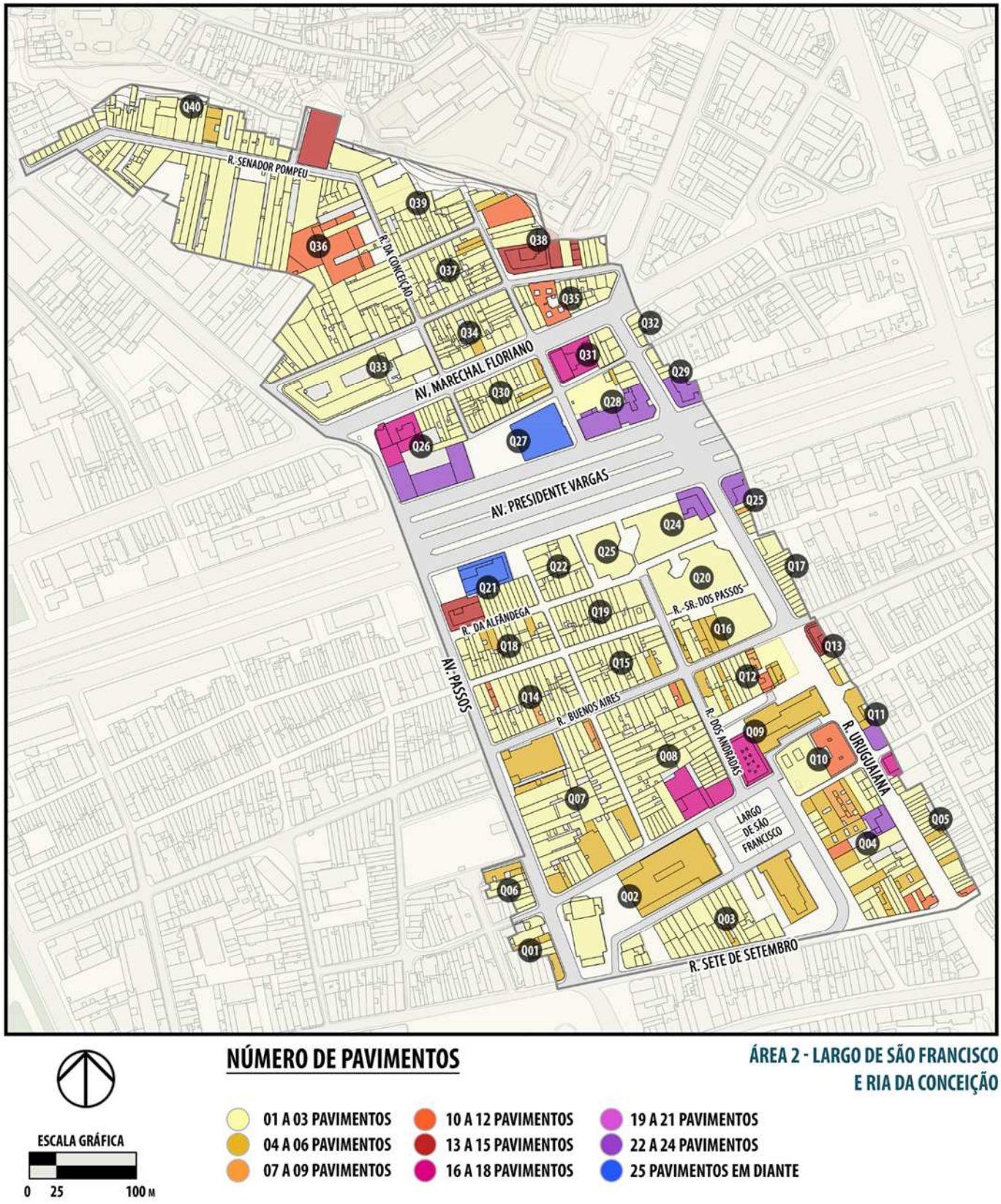


Figura 251: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Número de Pavimentos.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

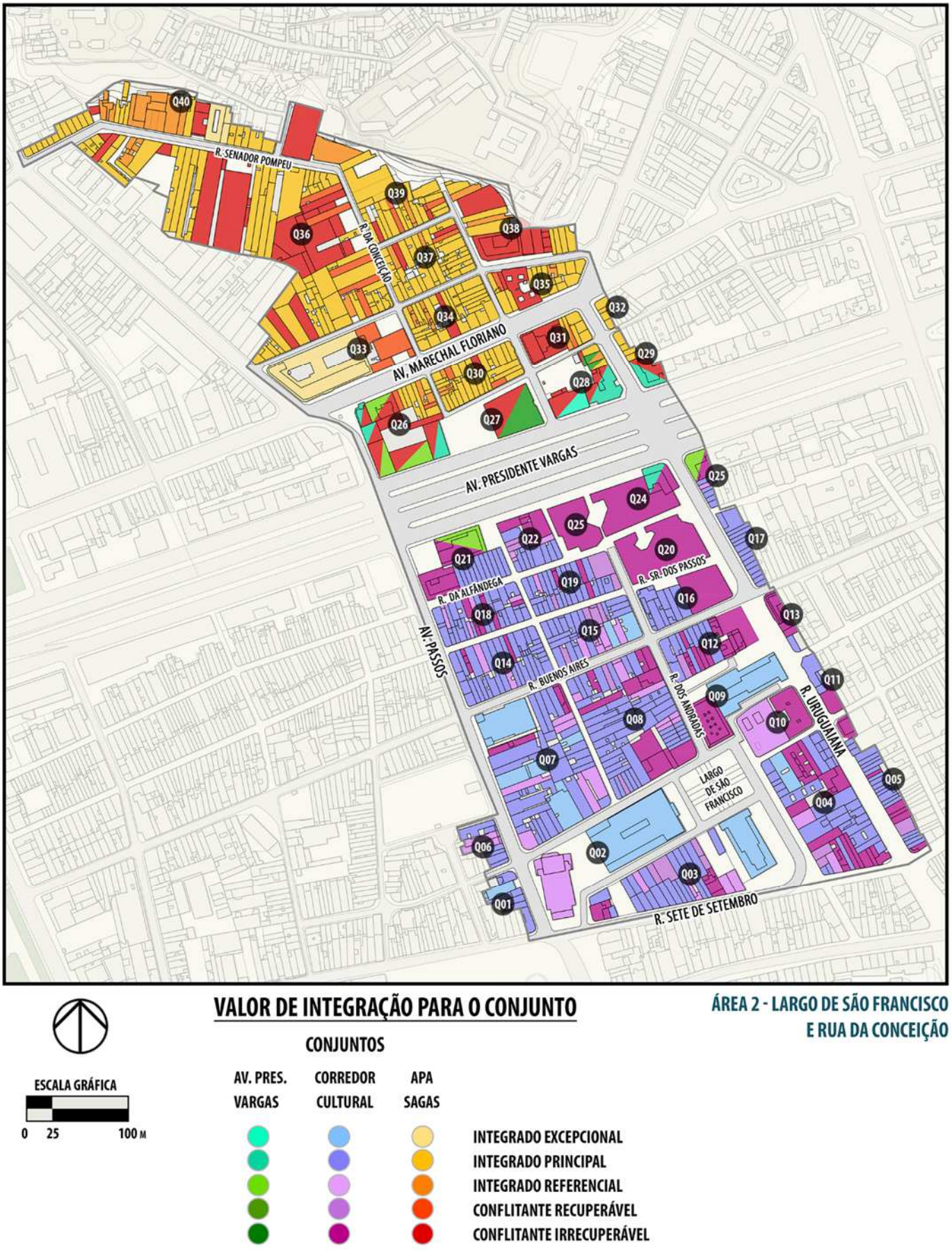


Figura 252: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

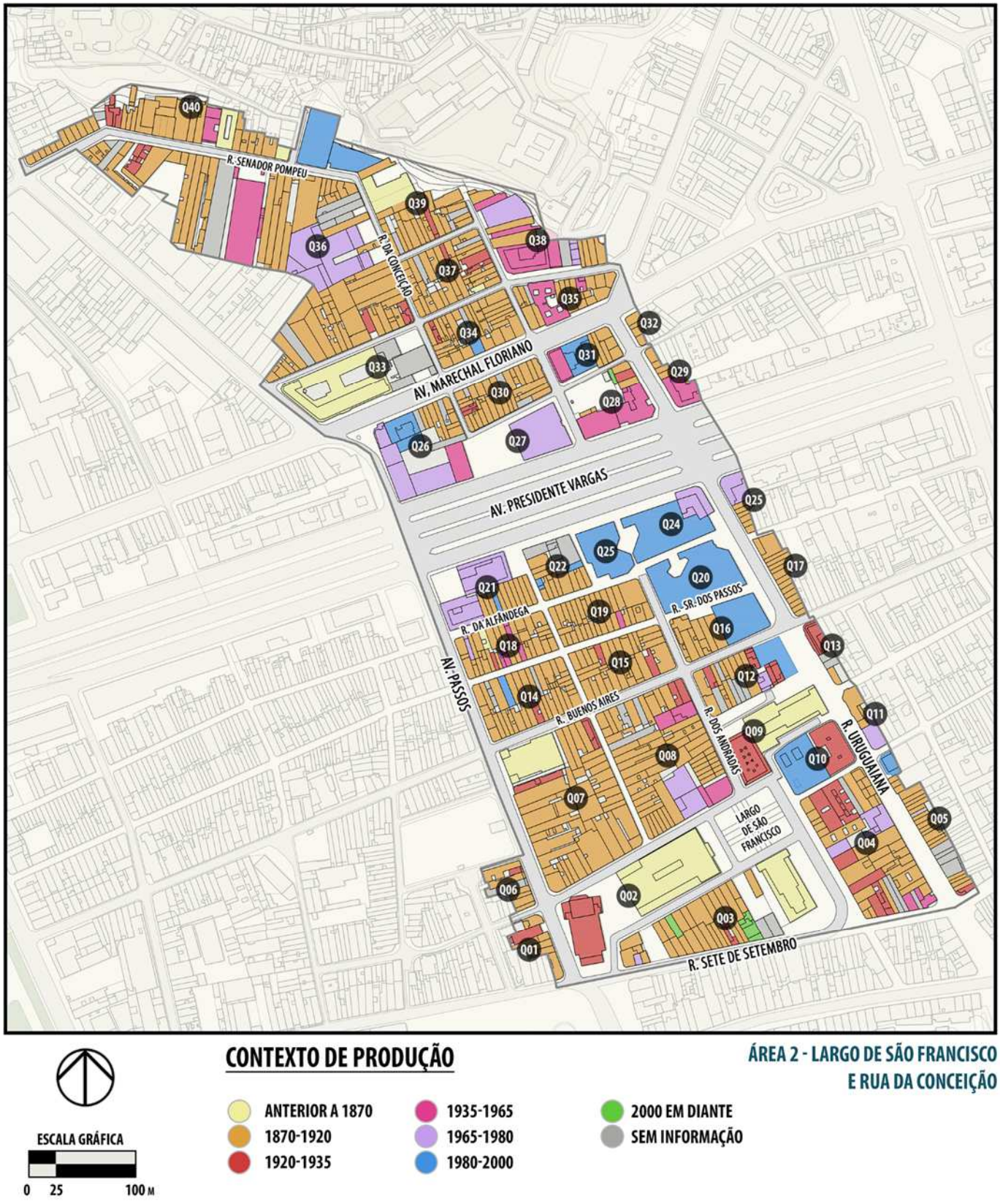


Figura 253: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Contexto de Produção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

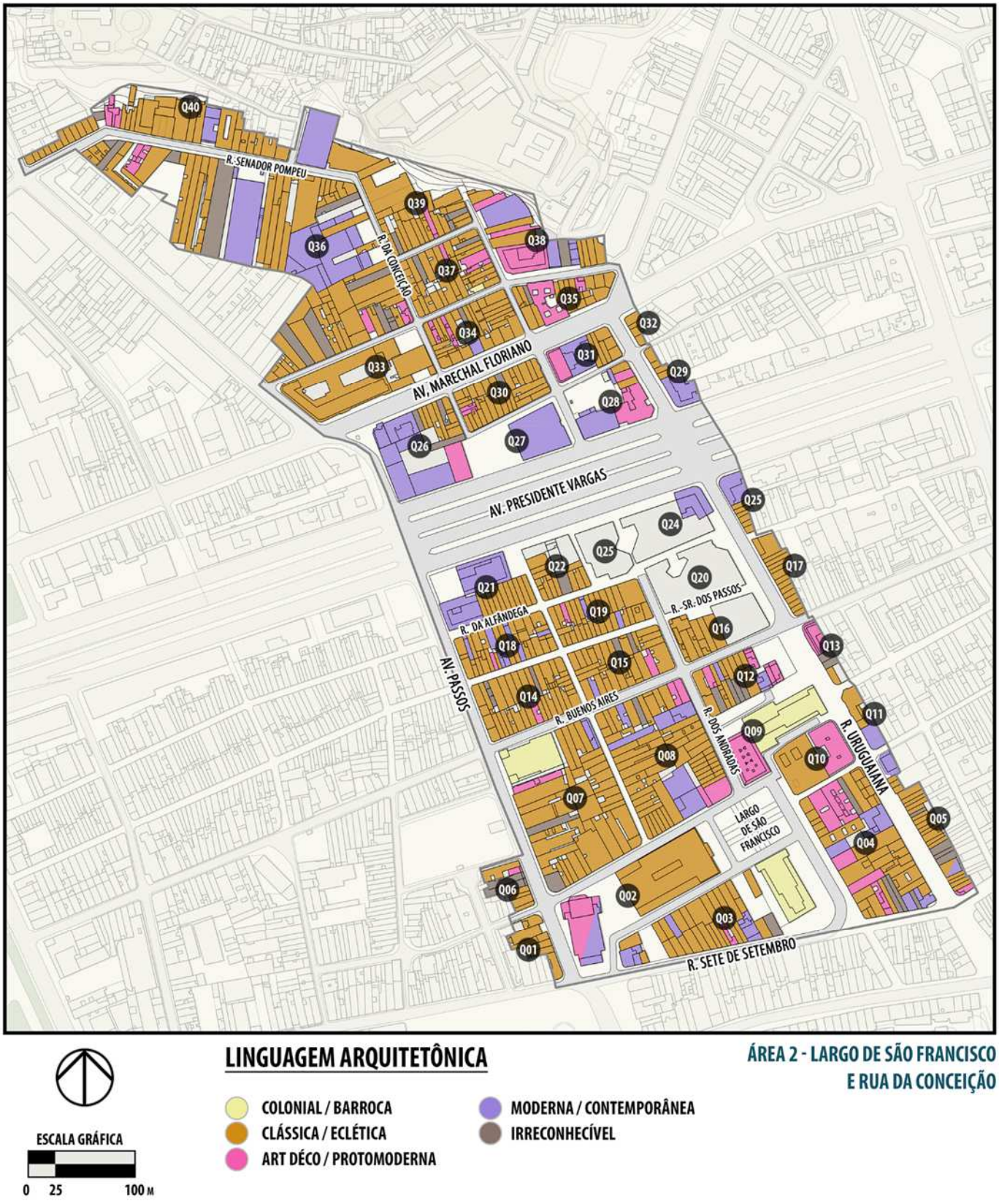


Figura 254: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Linguagem Arquitetônica.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

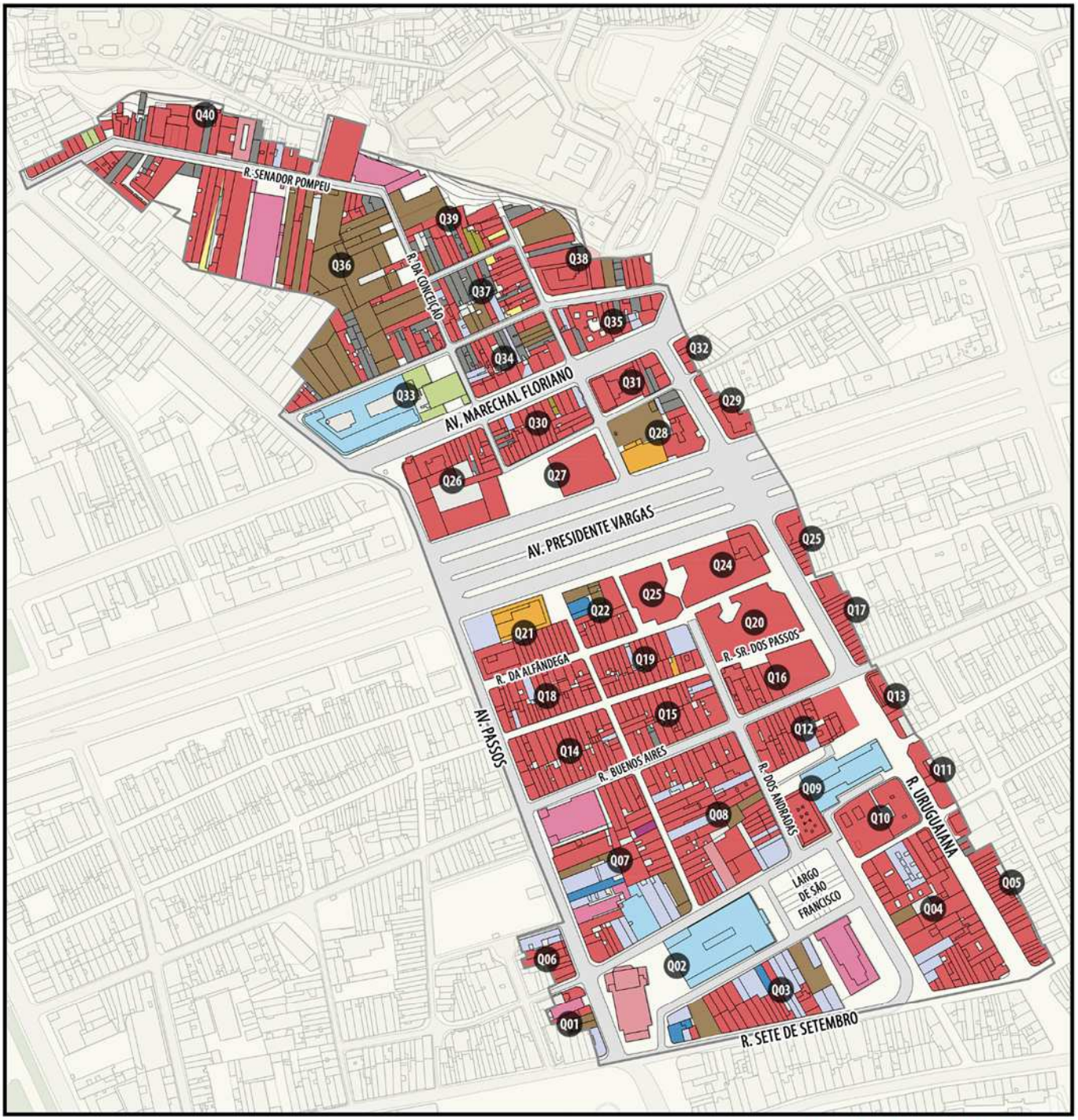




Figura 255: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

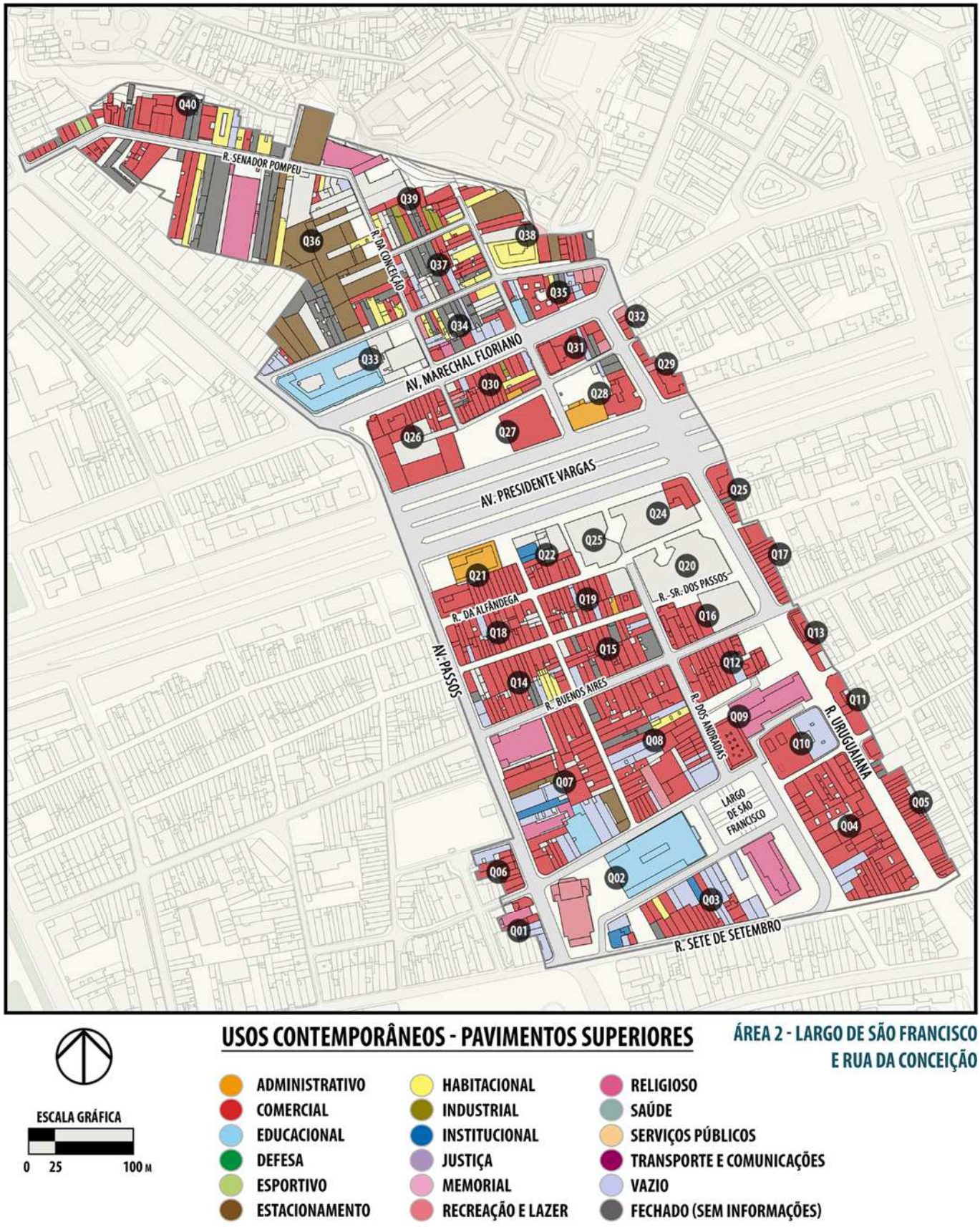


Figura 256: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco e Rua da Conceição. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

4.2.2. Caso para Estudo: Tombamento dos Sobrados da Rua Sete de Setembro

Um caso particular de tombamento no entorno do Largo de São Francisco de Paula foi que protegeu três modestos sobrados na Rua Sete de Setembro, imóveis de nº 182, 184 e 186 (BT 42, Figuras 257 a 259). Nenhum destes possui valor arquitetônico excepcional, muito menos histórico. Compõem, contudo, o conjunto preservado do Corredor Cultural, integrando-se a ambiência característica, como representantes do tipo arquitetônico principal da área. Com fachada, volumetria e cobertura protegida pelo Município através do PAA nº 10290/PAL nº 38871, aprovados pelo Decreto nº 4141 de 14 de julho de 1983.



Figura 257: Rua Sete de Setembro, nº 186.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ



Figura 258: Rua Sete de Setembro, nº 184.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ



Figura 259: Rua Sete de Setembro, nº 182.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ

Contudo, desde 1981, os proprietários dos imóveis, já haviam aprovado o projeto de construção de um edifício de salas comerciais em substituição aos sobrados em questão. A nova edificação seguia a implantação prevista pelo PAA nº 8944/PAL nº 29317, com fachada voltada para a ainda vigente Av. Norte-Sul. A licença para construção seria prorrogada nos anos seguintes, sendo a última realizada no dia 08 de julho de 1983, apenas uma semana antes da oficialização do PAA do Corredor Cultural, que revogou a Norte-Sul em sua área de abrangência.

Segundo ofício, presente no processo de solicitação de demolição dos imóveis, os proprietários acusam não terem recebido "qualquer aviso, intimação ou consulta"[145] sobre a revogação do projeto urbanístico até então vigente e, portanto, contrataram uma empresa

[145] PCRJ. Processo nº 06/331.701/84, 1984.

para proceder com as obras de demolição, cujo seria feito em 1984. Com o PAA do Corredor Cultural já aprovado, criou-se um impasse entre a propostas da Prefeitura Municipal e o projeto licenciado dos proprietários, não sendo concedida a permissão para a demolição dos imóveis já preservados.

No fim do mesmo ano, o processo é encaminhado ao Grupo Executivo do Corredor Cultural, responsável pela análise de projetos de edificação na área abrangida pela Zona Especial de preservação. De acordo com mensagem do Grupo, a segunda prorrogação de licença para construção do edifício teria sido concedida em setembro de 1983, e não anteriormente à aprovação do Corredor Cultural, e solicitam que a SMO - Secretaria Municipal de Obras, examine novamente o processo tendo em vista o "real interesse da municipalidade em preservar os três imóveis". Segundo o grupo, estes sobrados teriam "fundamental importância para a manutenção da ambiência local", e devido à revogação do projeto da Av. Norte-Sul, o novo prédio ficaria "sem condições de abrir vãos de iluminação e ventilação para o logradouro que não será implantado".

Após consulta à Coordenação de Assessoramento Jurídico do Município, foram indicadas três possíveis soluções para o problema: a desapropriação dos imóveis; o seu tombamento; e a concessão de licença para a apresentação de novo projeto "que concilie os interesses do proprietário com os da Administração". Afirmaram, porém, que o tombamento seria melhor opção a ser tomada. Logo, o processo foi ao CMPC-RJ para apreciação em 1985, que propôs o tombamento em caráter emergencial dos imóveis, uma vez que os sobrados estariam sendo "clandestina e criminosamente demolidos". Segundo mensagem de Augusto Ivan Pinheiro, então coordenador do Projeto do Corredor Cultural, os imóveis já se encontravam destelhados, configurando uma demolição parcial.

O tombamento é finalmente oficializado com a publicação do Decreto nº 5302 de 02 de setembro de 1985, que reafirmou a "necessidade de manutenção da ambiência local, evitando uma ruptura nas características arquitetônicas, artísticas e decorativas no conjunto das fachadas e cobertura dos prédios ali existentes"[146]. Constituiu-se, portanto, um tombamento sem identificação de valor individual, sendo o instrumento apropriado de forma excepcional pelo Município a fim de contornar um impasse urbanístico. O tombamento continua vigente na contemporaneidade, apesar do fantasma da Norte-Sul ter se expurgado há mais de três décadas da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.

[146] PCRJ. Decreto nº 5302 de 02 de setembro de 1985.

4.2.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área do Largo de São Francisco (Quadra-Detalhe 03)

Diferentemente das quadras apresentadas na Área de Análise nº 01, constituídas por imóveis que apesar de possuírem valor patrimonial, careciam em sua maioria de uma proteção oficial, a leitura seguinte dedicada à Quadra-Detalhe nº 3 da Área do Largo de São Francisco está imersa na Zona Especial do Corredor Cultural, com seu típico casario incluído em sua subzona de preservação ambiental. Definida pelas ruas Sete de Setembro, Ramalho Ortigão, e do Teatro, esta quadra seria uma das diretamente ameaçadas pelo projeto da Av. Norte-Sul.

Devido a homogeneidade de seu tecido urbano, com seus lotes de estrutura colonial e sua ocupação por modestos sobrados, os imóveis da quadra em questão são predominantemente identificados como integrados principais (Figura 269) para o conjunto do Corredor Cultural. Constitui-se como a tipologia patrimonial recorrente, os pequenos edifícios preservados pela municipalidade na década de 1980 devido ao valor paisagístico-ambiental que suas qualidades arquitetônicas conferem a área tutelada. No referente às essas características, destacam-se suas fachadas de linguagem de linguagem clássica com ritmo vertical em seus vãos, produzidas entre as décadas de 1870 e 1920, em sua maior parte ainda caracterizadas e em bom estado de conservação.

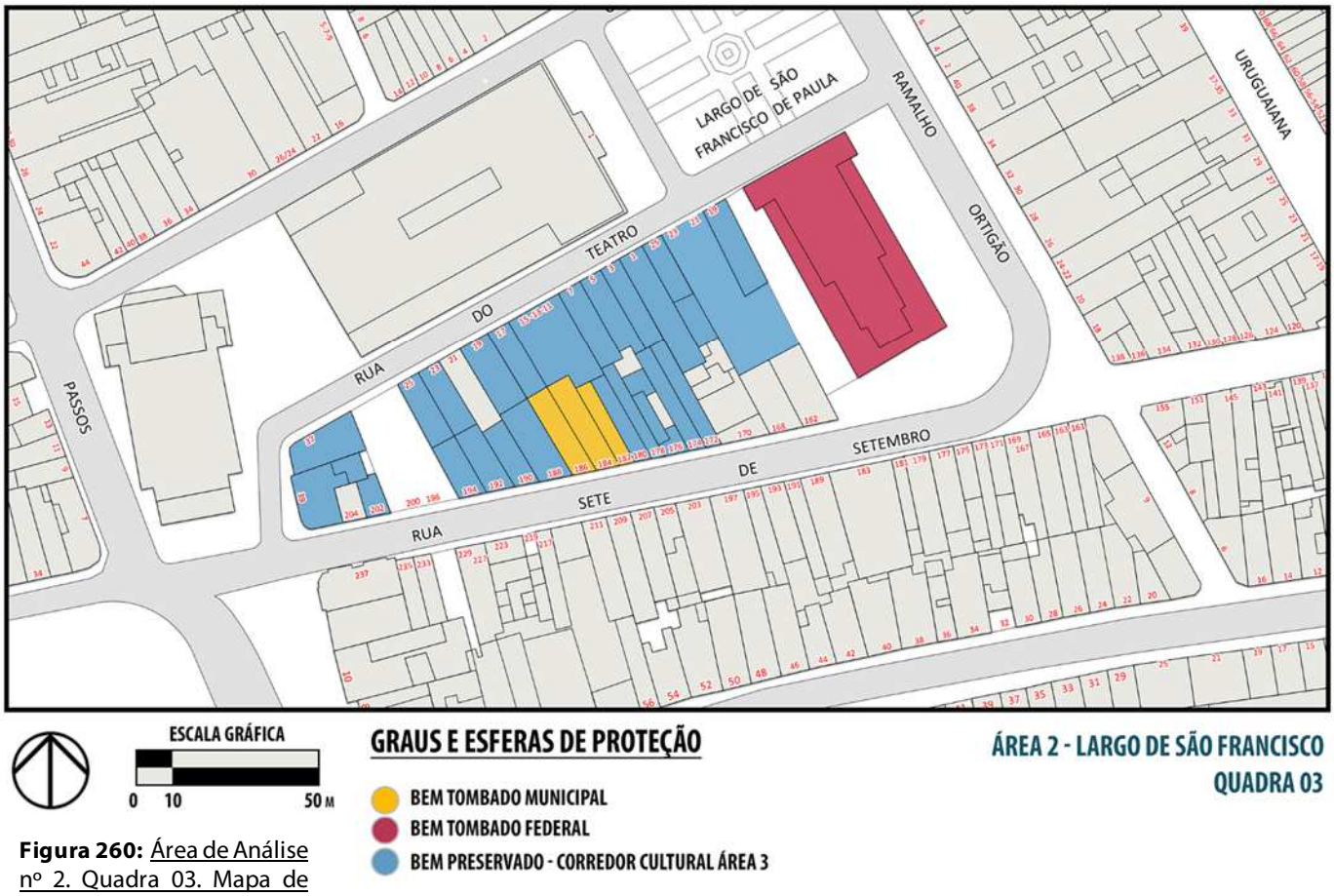


Figura 260: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.

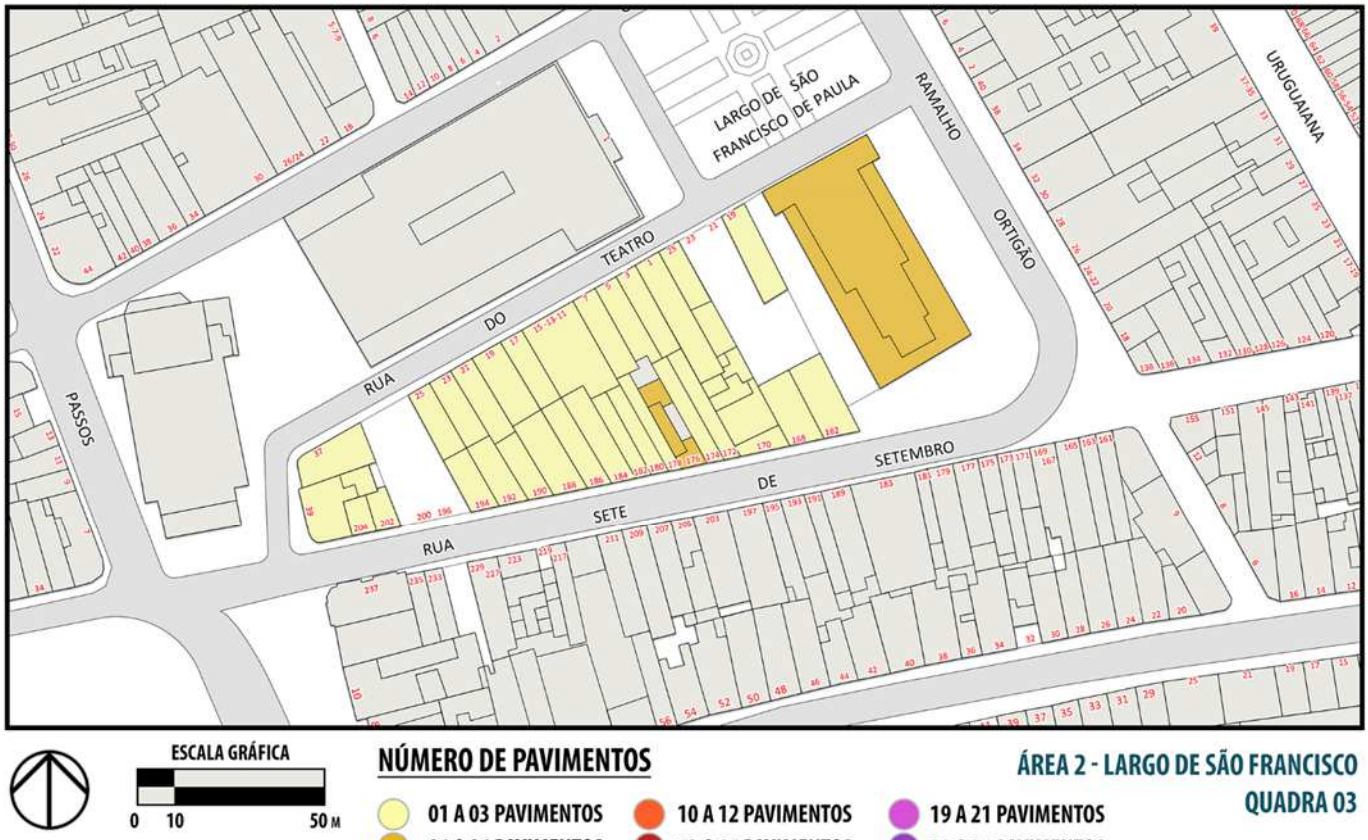


Figura 261: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Número de Pavimentos.

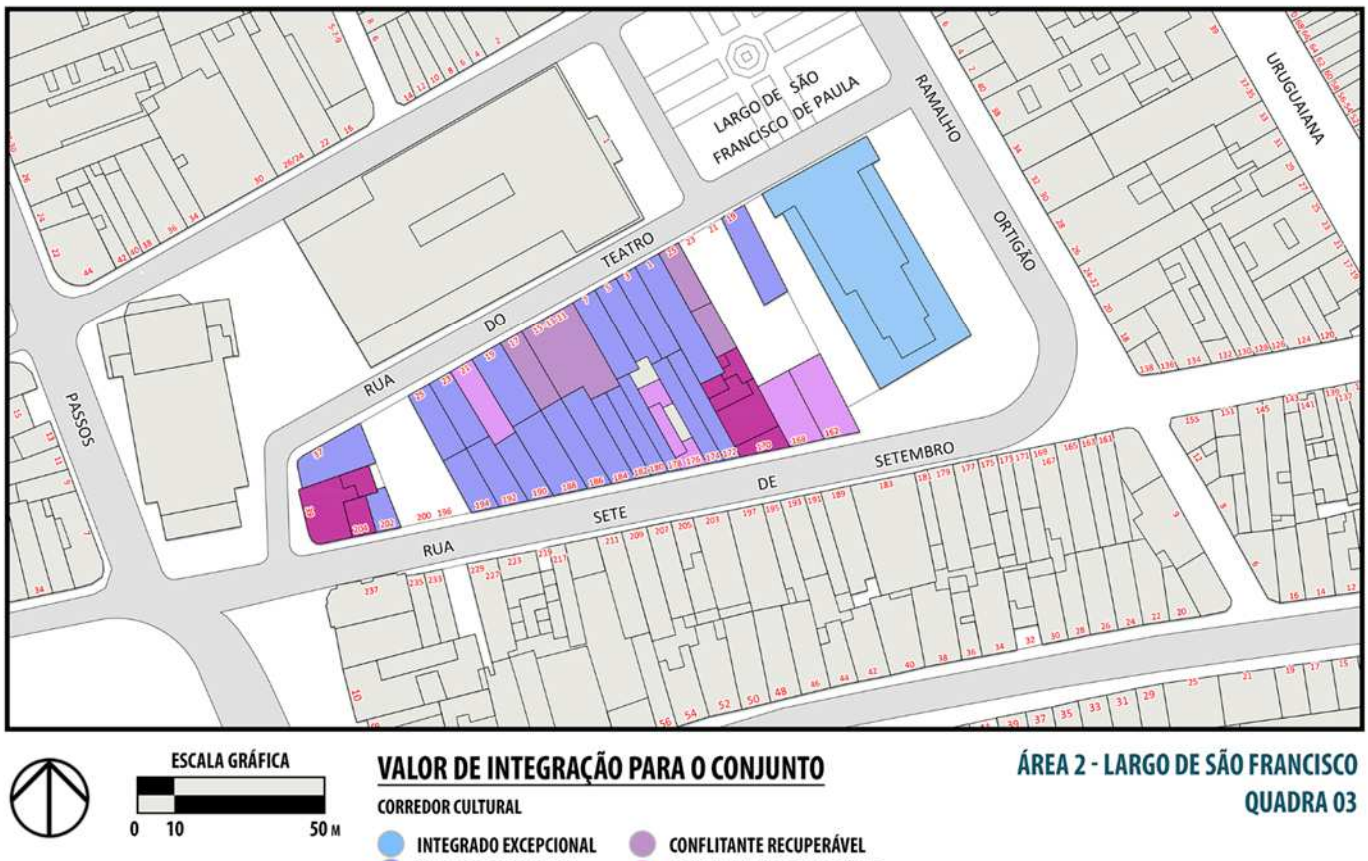


Figura 262: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Linguagem Arquitetônica.



Figura 263: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Contexto de Produção.



Figura 264: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Linguagem Arquitetônica.

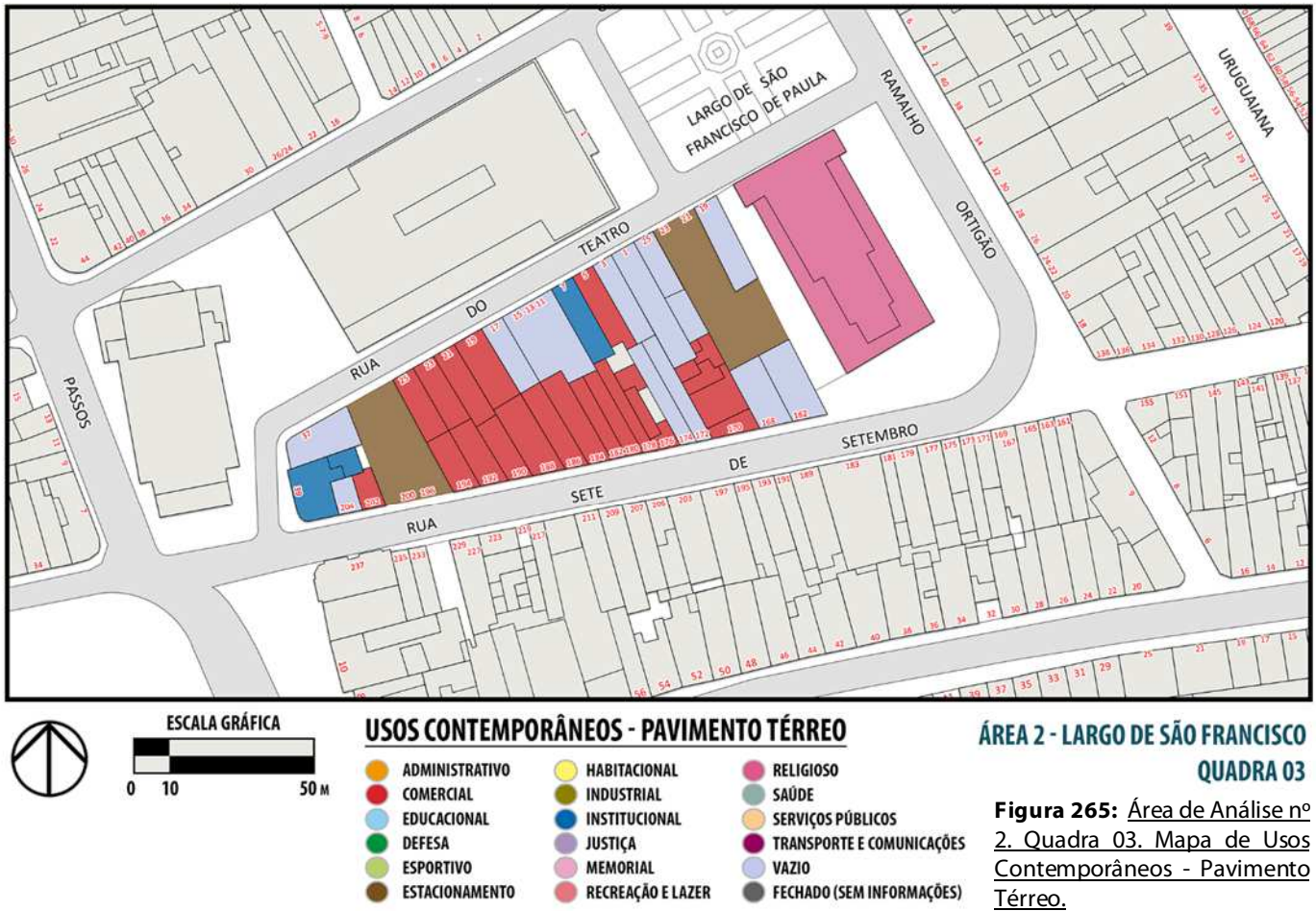


Figura 265: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.

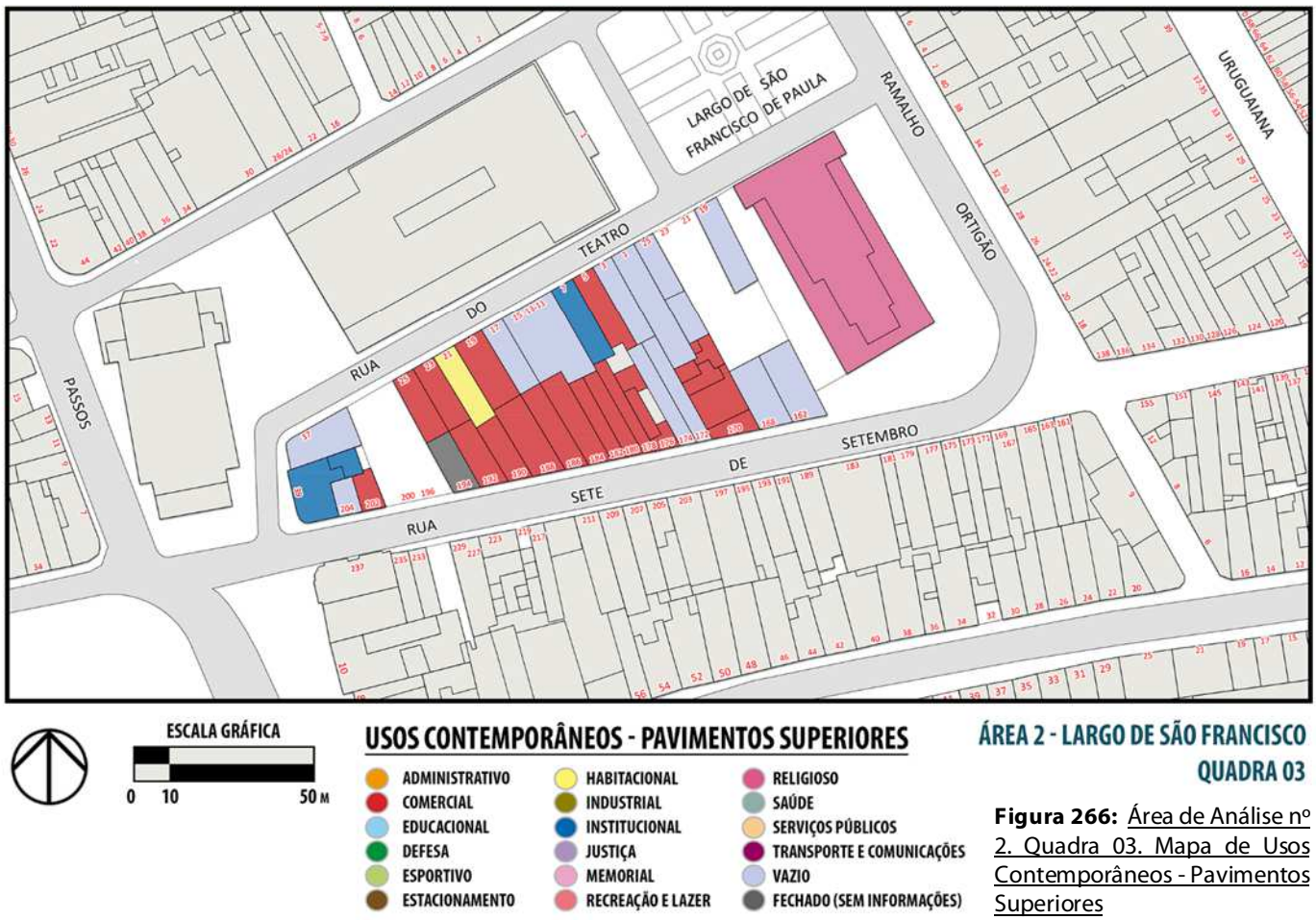


Figura 266: Área de Análise nº 2. Quadra 03. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores

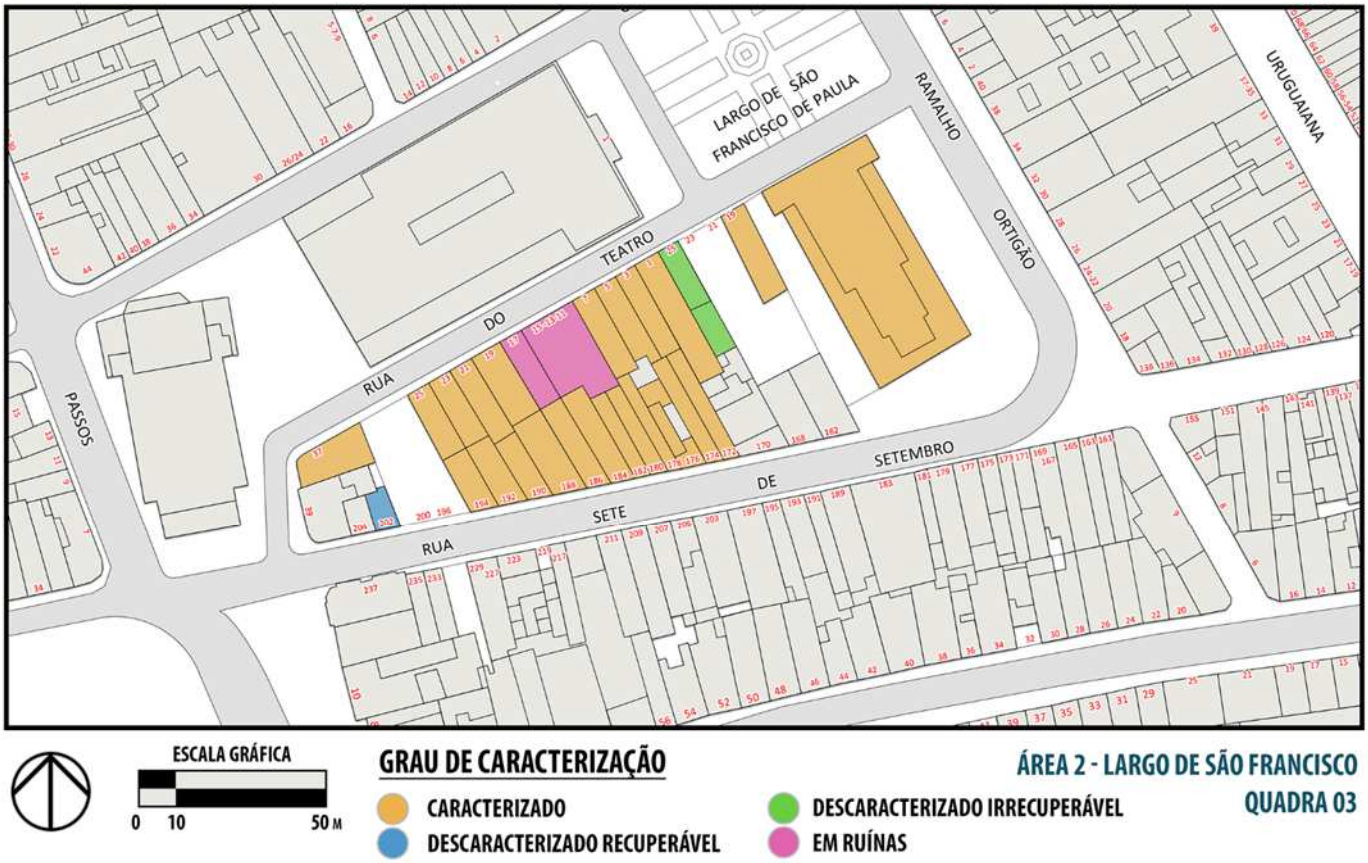


Figura 267: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco. Quadra 03. Mapa de Grau de Caracterização.



Figura 268: Área de Análise nº 2 - Largo de São Francisco. Quadra 03. Mapa de Estado de Conservação.

Considerou-se como integrada excepcional para o conjunto, a Igreja de São Francisco de Paula (Figura 270), tombada pelo SPHAN em 1938, devido a seu valor histórico e arquitetônico. Já na categoria de integração referencial, foram identificados três casos particulares. Os dois primeiros, são pequenos edifícios tutelados na Rua Sete de Setembro (nº 168 e 162, Figuras 271 e 272) cujas fachadas seguem a ritmo vertical predominante do conjunto, embora não apresentem qualidades que justifiquem sua preservação[147]. O terceiro exemplar é o imóvel de nº 21 da Rua do Teatro, projeto realizado pelo programa Novas Alternativas da SMH - Secretaria Municipal de Habitação, que contempla nos pavimentos superiores o uso residencial, em contraponto à dominante apropriação comercial da área do Corredor Cultural. No local das ruínas de um antigo sobrado do qual só restava a fachada térrea, construiu-se, em 2005, um novo edifício morfologicamente compatível à ambiência preservada.

Dentre os exemplos conflitantes para o conjunto, os identificados como recuperáveis são refletem casos de sinistro de imóveis preservados, e urgente necessidade de revisar a valoração desta área que segue desde 1987 sem alterações. Dentre eles, encontram-se os sobrados de nº 11, 13, 15 e 17 da Rua do Teatro (Figuras 273 e 274), consumidos por um incêndio em fevereiro de 1990[148]. Dos edifícios que abrigavam atividades comerciais, restaram apenas as suas fachadas, que haviam sido recém reformadas à época do incêndio. As ruínas mantêm-se preservadas legalmente nos dias atuais, e seu lote configura um dos vazios desocupados e desafetados desta quadra.



Figura 269: Integrado Principal, Área 2: Rua de Setembro, nº 192.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 270: Integrado Excepcional, Área 2: Igreja de São Francisco de Paula.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 271: Integrado Referencial, Área 2: Rua de Setembro, nº 162.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 272: Integrado Referencial, Área 2: Rua de Setembro, nº 168.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

[147] Esta quadra foi integralmente preservada em 1983, conforme indicado no PAA nº 10290/PAL nº 38871 do mesmo ano. A proteção seria revista em 1987, com melhor apuro na seleção a partir dos levantamentos e estudos empreendidos no entorno do Largo de São Francisco no ano de 1984. Nesta revisão, indicada no PAA nº 10600/PAL nº 41.632 de 1987, os imóveis sem valor patrimonial foram realocados para a subzona de renovação urbana.

[148] JORNAL DO BRASIL. Fogo destrói mais uma parte da história do Rio. 15 de fevereiro de 1990. p. 3.



Figura 273: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua do Teatro, nº 11-13-15.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 274: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua do Teatro, nº 17
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 275: Casos Particulares, Área 2: Largo de São Francisco de Paula,, nº 19.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 276: Casos Particulares, Área 2: Largo de São Francisco de Paula, nº 21-23.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Outro caso particular seria o dos imóveis de nº 19, 21, e 23 do Largo de São Francisco de Paula (Figuras 275 e 276), todos igualmente preservados pelo Corredor Cultural. Dos três, apenas o sobrado de nº 19 persiste, mantendo as características originais de sua fachada, porém em péssimo estado de conservação, com esquadrias faltantes e gradil do guarda-corpo danificado. Os demais, contudo, já foram inteiramente demolidos, sendo os seus lotes ocupados por um estacionamento. Que patrimônio cultural edificado seria este? Sem edificação, com uso incompatível e danoso ao conjunto, porém legalmente protegido. Por que se mantém ainda preservado um vazio subutilizado que se encontra nas mesmas condições há pelo menos uma década? São casos como estes que justificam a realização da presente pesquisa, e essa mesma dinâmica se estende para outro lado da Av. Presidente Vargas, nas imediações da Rua da Conceição.

4.2.4. Caso para Estudo: Tombamento da Casa de Machado de Assis na Rua dos Andradas

No trecho da Área de Análise ao norte da Av. Presidente Vargas, um tombamento que merece ser revisto é do sobrado de nº 147 da Rua dos Andradas (BT 92, Figura 277), imóvel cuja volumetria, cobertura e fachada encontravam-se preservadas desde 1985, pelo decreto municipal que protegeu os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, mais tarde transformada na atual APA Sagas. Seu tombamento pelo Município, no ano de 2008, está associada ao fato do imóvel, possivelmente, ter sido uma das moradias do autor Machado de Assis.

Em memorando de 2006, enviado pela Coordenadoria de Projetos Especiais da SEDREPAHC, referente às atividades da Comissão Organizadora do Centenário da Morte de Machado de Assis, sugeriu-se que a Gerência de Cadastro e Pesquisa (GCP) do órgão desenvolvesse pesquisas e levantamentos cadastrais sobre as casas em que viveu Machado de Assis, entre elas a sua residência no ano de 1869, na Rua dos Andradas. Aventou-se, também, a possibilidade de tombamento desses imóveis, e da transformação de algum destes em um museu sobre a vida e obra do autor.

Em 2007, com as pesquisas da GCP/SEDREPAHC realizadas, determinou-se que Machado de Assis teria fixado residência no imóvel de nº 119 da Rua dos Andradas. Essa numeração, contudo, não representava a atual, ficando em aberto a questão se o imóvel teria sido demolido. Deu-se continuidade à proposta de tombamento, ao menos, para um sobrado na Rua da Lapa, no qual o autor supostamente residira a partir de 1874.

Em mensagem ao CMPC-RJ, que apreciaria a proposta de proteção, o prof. Dr. José Pessôa esclarece alguns pontos referentes à identificação dos imóveis expostos anteriormente. Apesar de achar que "Machado de Assis estará sempre associado ao Cosme Velho, onde viveu os últimos 24 anos de sua vida"[149], o arquiteto concorda com o propósito da proposta. Com relação ao sobrado na Rua dos Andradas, o mesmo indicou que o imóvel em questão, de antiga numeração de nº 119, estaria localizado próximo à esquina da referida rua com a antiga Rua da Prainha, atual Rua Leandro Martins. O edifício teria sua fachada reproduzida no "Mappa Architectural" de João Fragoso de 1874, já com a nova numeração da cidade proposta na década de 1870.

O lote de nº 119 (em 1864) e nº 101 (em 1874) equivaleria ao atual nº 147 da Rua dos Andradas, mas o mesmo não pode ser afirmado da edificação em si. Em mensagem da GCP, de setembro de 2008, foi exposto que do sobrado preservado pelo Projeto Sagas no nº 147 desta rua, restava apenas a sua fachada já descaracterizada, sendo utilizado o seu lote como estacionamento, situação recorrente no entorno como visto nas análises precedentes da Área da Rua da Conceição. Segundo o mesmo documento, a edificação atual possuiria "traços clássicos que são evidenciados por seus traços retilíneos e pouco adornados"[150], o que torna possível que a fachada ainda de pé fosse "remanescente do momento no qual Machado habitou a Região". Avaliado pelo CMPC-RJ, no mesmo mês seria aprovado o tombamento provisório dos imóveis de nº 242 da Rua da Lapa e de nº 147 da Rua da Alfândega, devido ao

[149] PCRJ. Processo nº 22/000.275/06, 2006.

[150] Ibid.

valor histórico que apresentariam ao marcar a presença de Machado de Assis na cidade, e sua "importância na construção da memória do seu cotidiano urbano"[151].

De fato, o ritmo da fachada atual, quando comparada ao do desenho apresentado no "Mappa Architectural" (Figura 278) é similar, com seus dois vãos no pavimento superior. Contudo, uma leitura mais aprofundada no documento cartográfico, junto a análise de outras documentações, levanta dúvidas em relação ao imóvel atual ser o mesmo que o exposto por Fragoso em 1874.



Figura 277: Rua dos Andradas, nº 147, em 2016.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

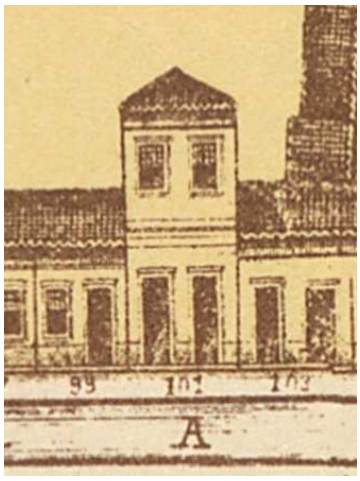


Figura 278: Rua dos Andradas, nº 101 no "Mappa Architectural" de 1874.
Fonte: BN Digital.



Figura 279: Rua dos Andradas, nº 147, na década de 1980.
Fonte: Biblioteca IRPH

Primeiramente, distingue-se, entre o desenho e o sobrado existente, o ritmo dos vãos no térreo. No desenho, apresenta-se dois vãos no pavimento térreo, com verga reta. No edifício atual, contudo, seriam três vãos, com o central de maior dimensão, todos encimados por verga em arco pleno. Um poderia afirmar que o desenho de Fragoso não seria confiável, porém a representação deste é criteriosa a ponto de distinguir em cada imóvel se os vãos das fachadas são em verga reta, arco abatido ou arco pleno.

Em segundo lugar, os vãos do pavimento superior, apesar de seguirem o mesmo ritmo não são idênticos. No desenho de 1874, eles são janelas de peitoril. Já no imóvel atual, são janelas sacadas, com gradil de ferro, inexistentes no sobrado representado no "Mappa Architectural", porém presentes no desenho na representação de outras edificações no entorno.

Um terceiro ponto que corrobora o argumento do sobrado atual não ser o da época de Machado de Assis é um próprio levantamento realizado pelo projeto Sagas na década de 1980.

[151] PCRJ. Decreto nº 29.903 de 26 de setembro de 2008.

No inventário dos imóveis preservados da APA SAGAS, consultado na GCP do atual IRPH, consta a ficha do imóvel de nº 147 da Rua dos Andradas (Figura 279), juntamente com sua fotografia a época da preservação, quando o edifício se encontrava ainda íntegro, com cobertura. Tanto na fotografia da década de 1980, quanto no edifício atualmente, identifica-se um ornato nos frisos do coroamento do sobrado, que possivelmente indicaria sua data de construção. Presentemente, o mesmo encontra-se liso, sem informação. E a fotografia da década de 1980, não permite a sua leitura. Contudo, a ficha indica sua data de construção como 1905, três décadas após Machado ter desocupado o imóvel da Rua dos Andradas.

Não obstante esses fatos, o sobrado segue em 2018, como uma fachada descaracterizada, em péssimo estado de conservação, e subutilizado como estacionamento. E embora seja improvável que o imóvel seja o mesmo que Machado de Assis residiu em 1869, não existe qualquer placa mencionando seu tombamento, ainda vigente.

No âmbito do patrimônio estadual, a prática de tombamento de imóveis devido a residência de ilustre indivíduo, tal como Machado de Assis, foi realizada na proteção do Edifício de nº 145 da Av. Graça Aranha, no Castelo. No Edifício Itaúna residiu no apartamento de nº 504, entre os anos de 1936 a 1959, o compositor Heitor Villa Lobos, o que garantiu o tombamento provisório do imóvel como um todo pelo INEPAC em 2002. Em 2005, contudo, ao rever o processo para encaminhamento do seu tombamento definitivo, a conselheira do CET Dora Alcântara com base em pareceres precedentes afirmou que o conselho havia chegado à conclusão de que "não seria cabível a proteção de um imóvel inteiro pelo fato de ter vivido nele figura notável, a menos que, dependendo do caso, a edificação e/ou seus arredores estivessem muito presentes na obra do autor homenageado"[152]. O procedimento adequado seria a instalação de uma placa que registrasse a presença do notável naquele imóvel, tal como já existia no caso do Itaúna. Logo, foi denegado o seu tombamento definitivo, ficando sua proteção provisória de 2002 sem efeito a partir da resolução da Secretaria de Estado de Cultura nº 125 de 20 de junho de 2006. O edifício em questão, por sua vez, teria valor histórico e arquitetônico como exemplar único remanescente da implantação do Plano Agache no Castelo, antes das revisões empreendidas pelo Comissão do Plano da Cidade, em 1936. O mesmo não pode ser dito do sobrado da Rua dos Andradas, sem nenhum valor excepcional, e cuja preservação como um bem que integra a ambiência da APA Sagas, em si já se encontra ameaçada devido ao seu grau de descaracterização.

[152] INEPAC, Processo nº E-18/001.049/99, 1999, fls. 33-34.

4.2.5. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Rua da Conceição (Quadra-Detalhe 37)

Definida pelas ruas Leandro Martins, dos Andradas, Júlia Lopes de Almeida e da Conceição, a Quadra de nº 37 da Área de Análise nº 2 está inteiramente incluída na APA Sagas, com a maior parte dos seus imóveis preservados desde a publicação do Decreto Municipal nº 5047 de 1985.

A tipologia patrimonial recorrente nesta Quadra 37, assim como na Quadra 3, é a das edificações protegidas por preservação municipal, de fachada com linguagem clássica e contexto de produção da virada do século XX (Figura 280). A repetição deste padrão patrimonial do estabelecido pelo Corredor Cultural na APA Sagas poderia ser explicada a partir do fato que o contexto de valoração para ambas estas áreas de preservação serem o mesmo: a década de 1980. Este tipo foi considerado nesta tese como sendo de integração principal para o conjunto e. Em comparação à quadra analisada anteriormente, verifica-se um maior nível de descaracterização das fachadas dos imóveis, contudo ainda recuperáveis, além de uma maior deterioração no seu estado de conservação.



Figura 280: Rua Júlia Lopes de Almeida, nº 13.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 281: Integrado Principal, Área 2: Rua dos Andradas, nº 161.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 282: Integrado Principal, Área 2: Rua dos Andradas, nº 163.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Completando o conjunto de integração principal, destaca-se o único bem tombado da quadra, o edifício de nº de 38 da Rua Leandro Martins, com traços coloniais de produção anterior a década de 1870, protegido tanto pelo órgão de tutela estadual, quanto pela preservação municipal. Agregou-se a estes também dois casos mais tardios (Figura 281 e 282), dos imóveis de nº 161 e 163 da Rua dos Andradas. Produzidos a partir da década de 1920 e com traços proto-modernos, apesar de sua qualidade arquitetônica eles não foram

incorporados à preservação pela APA Sagas na década de 1890, sendo passíveis de renovação, mediante a aprovação do CMPC-RJ.

Já os casos conflitantes são pontuais, entre eles os dos imóveis de nº 17 da Rua Júlia Lopes de Almeida (Figura 292), e de nº 171 da Rua dos Andradas (Figura 293). Com alto nível de descaracterização, que impede o reconhecimento de uma linguagem arquitetônica predominante na fachada, ou uma datação aproximada, estes compreendem bens edificados passíveis de renovação.

Com relação à apropriação dos imóveis, o levantamento registrou um elevado número de imóveis fechados, sem identificação de uso, porém com sinais de utilização, como presença de equipamentos de ar condicionado na fachada, ou instalação de câmeras de segurança. Destacam-se, também, os vazios desafetados e subutilizados como estacionamentos.

Este seria o caso do conjunto de sobrados de nº 46, 48, 50 e 52 da Rua Leandro Martins (Figura 294). Dos imóveis de nº 48 a 52 restam apenas a sua fachada, embora íntegra e em bom estado de conservação. O sobrado de três pavimentos de nº 46, que ainda preserva sua cobertura, é o que dá acesso aos quatro lotes, inteiramente ocupados como estacionamento de veículos.

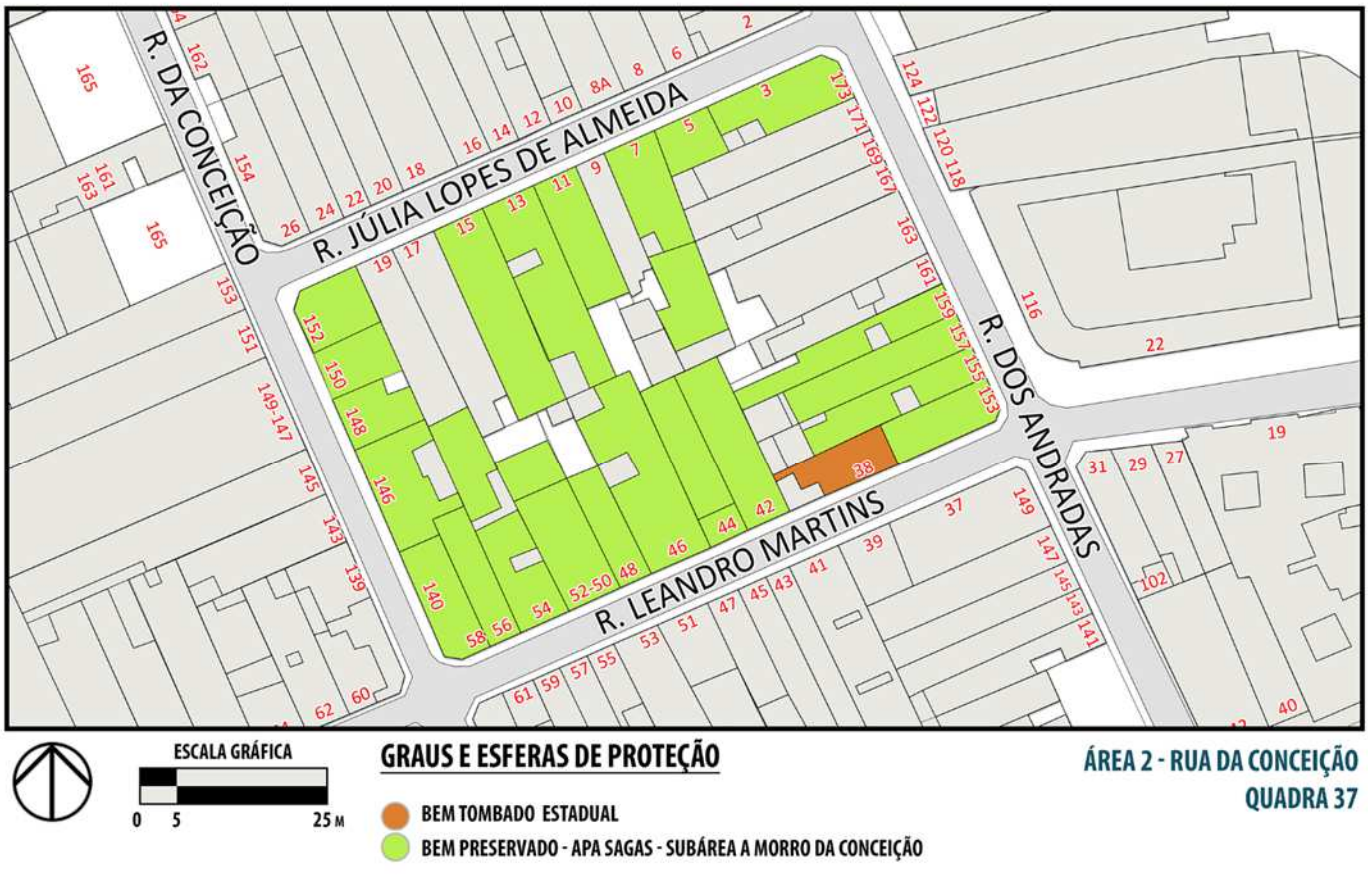


Figura 283: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.

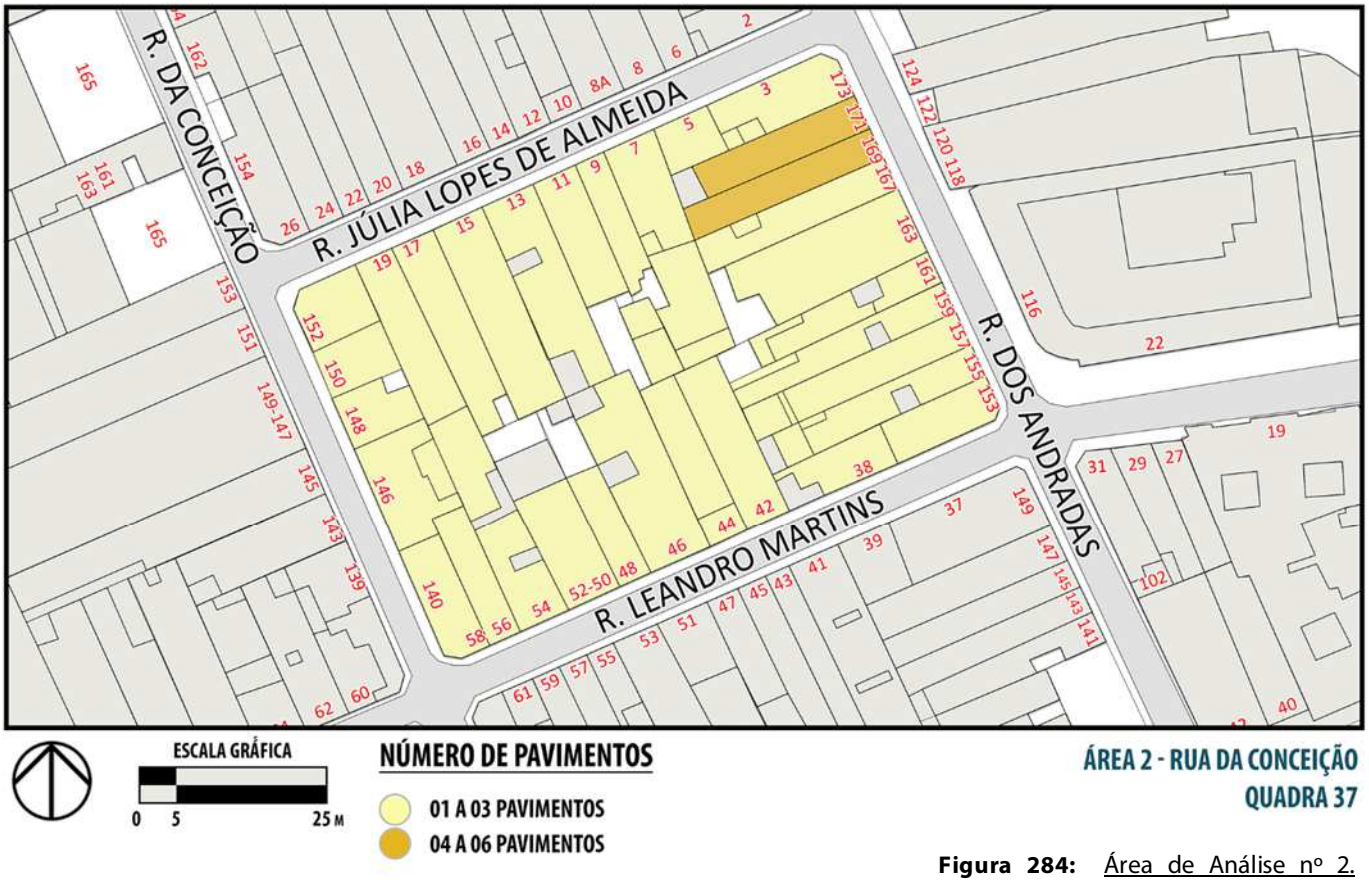


Figura 284: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Número de Pavimentos.

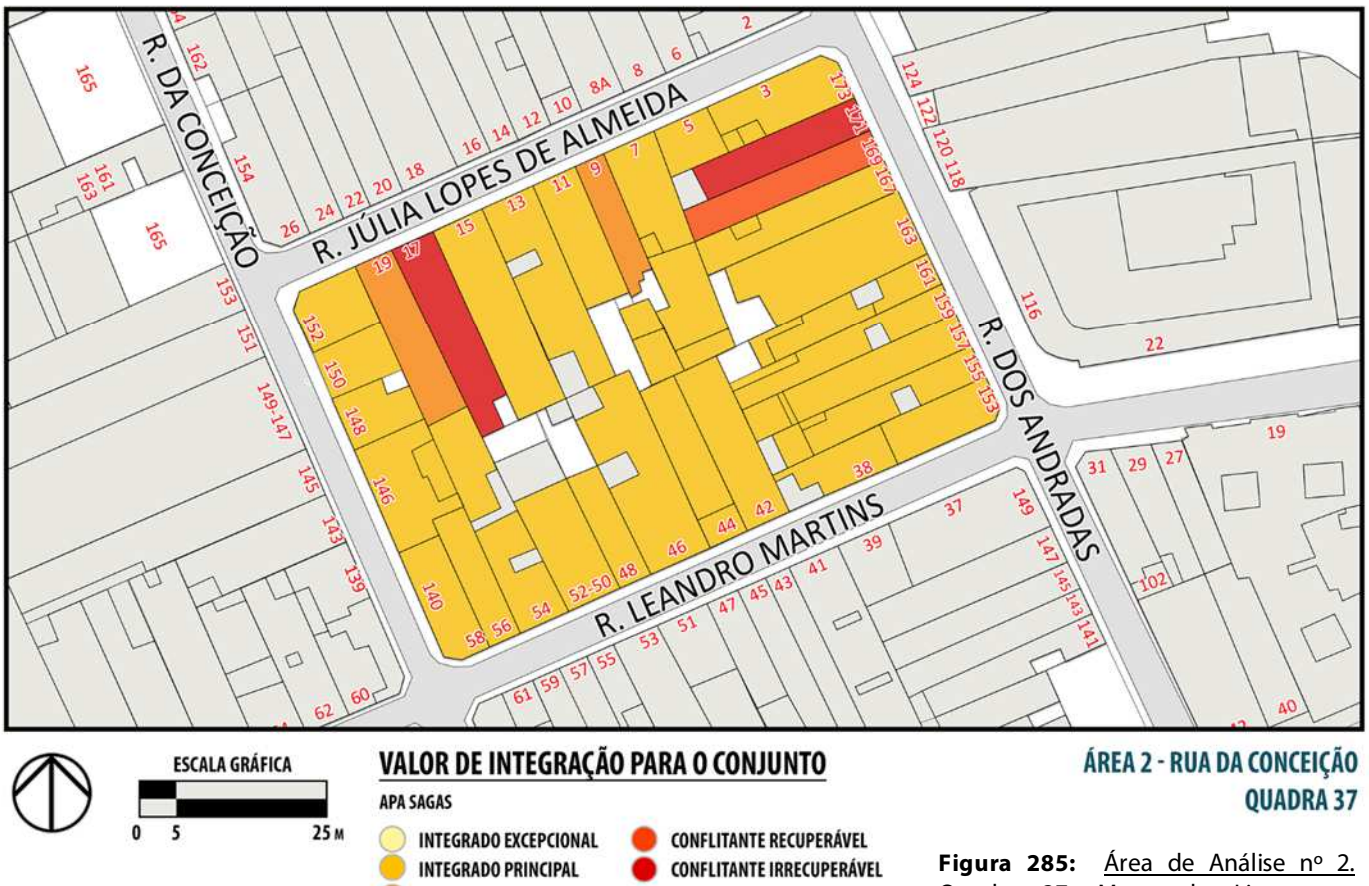


Figura 285: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Linguagem Arquitetônica.

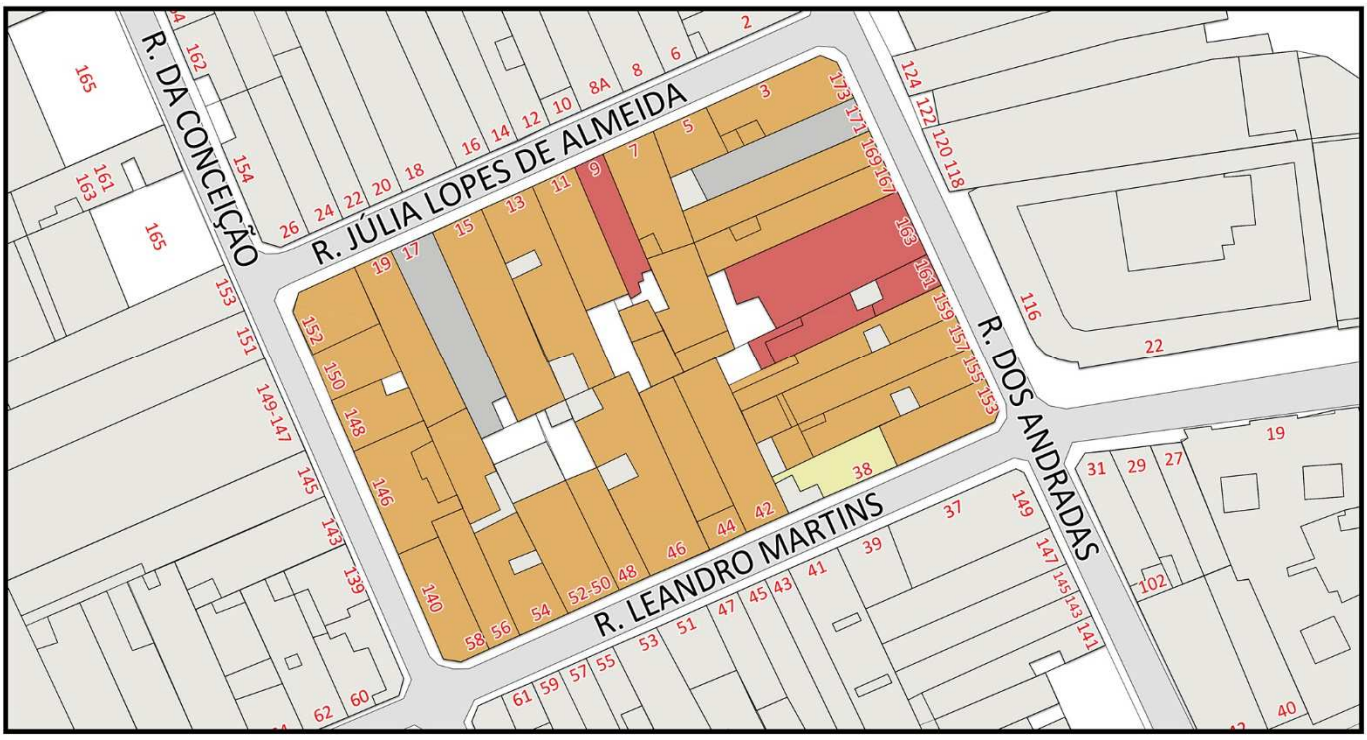


Figura 286: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Contexto de Produção.

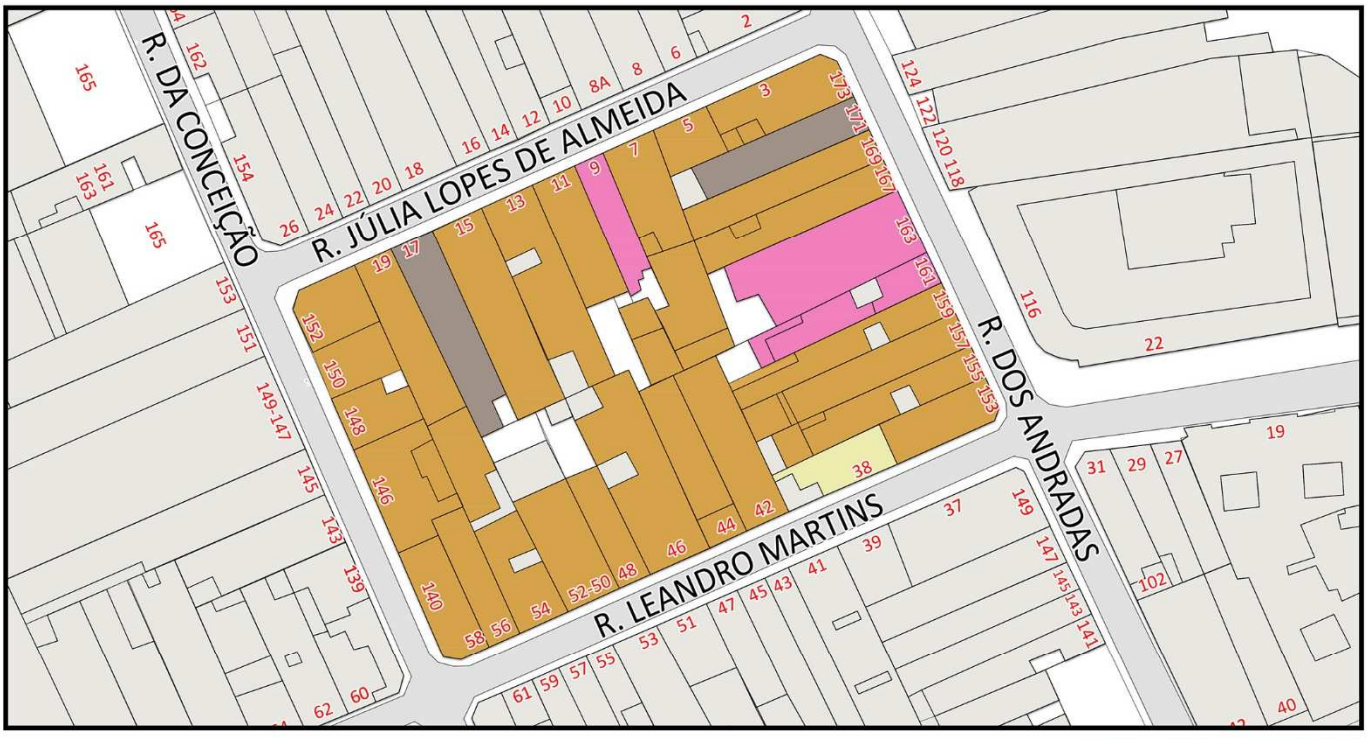


Figura 287: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Linguagem Arquitetônica.

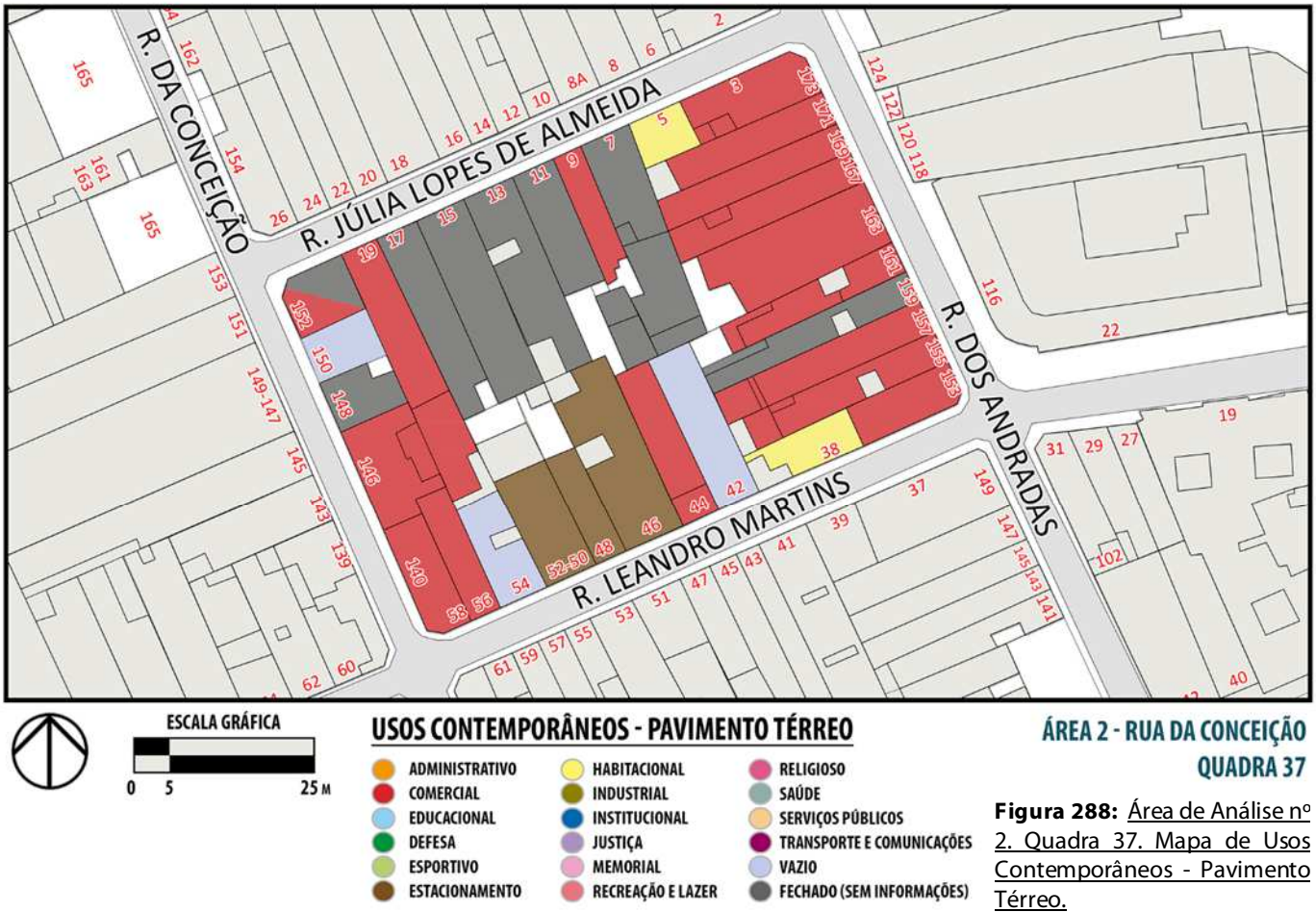


Figura 288: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.

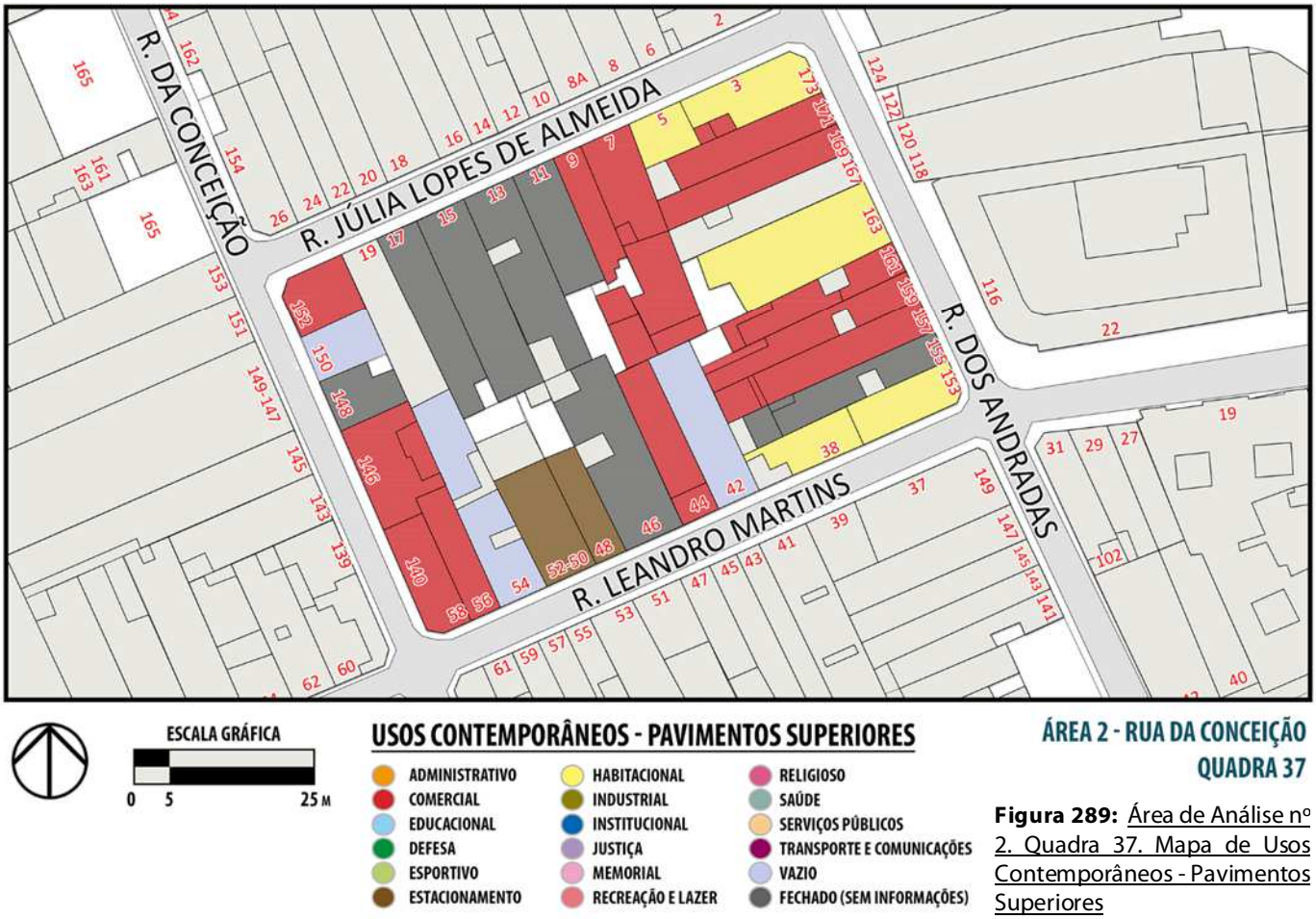


Figura 289: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores

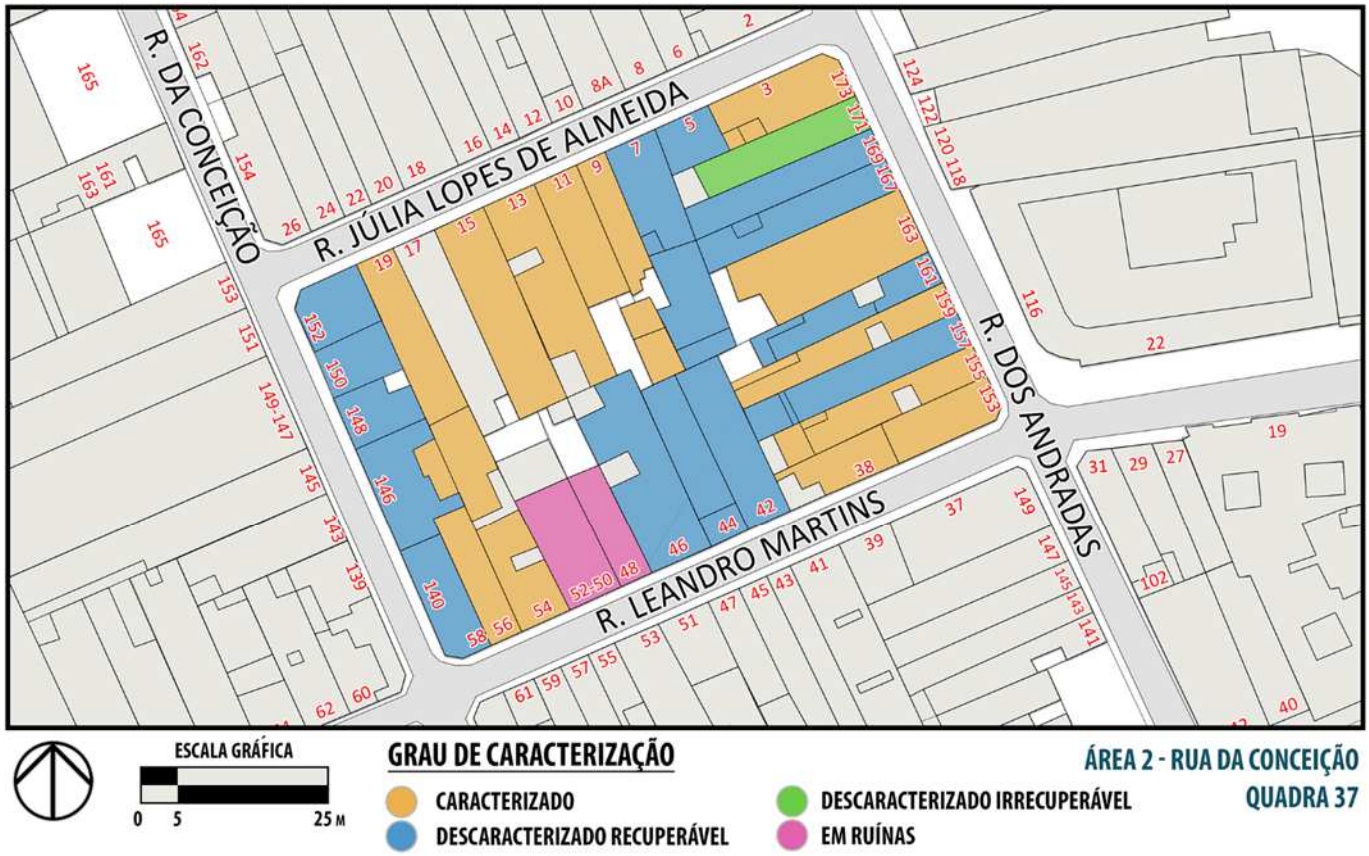


Figura 290: Área de Análise nº 2. Quadra 37. Mapa de Grau de Caracterização.

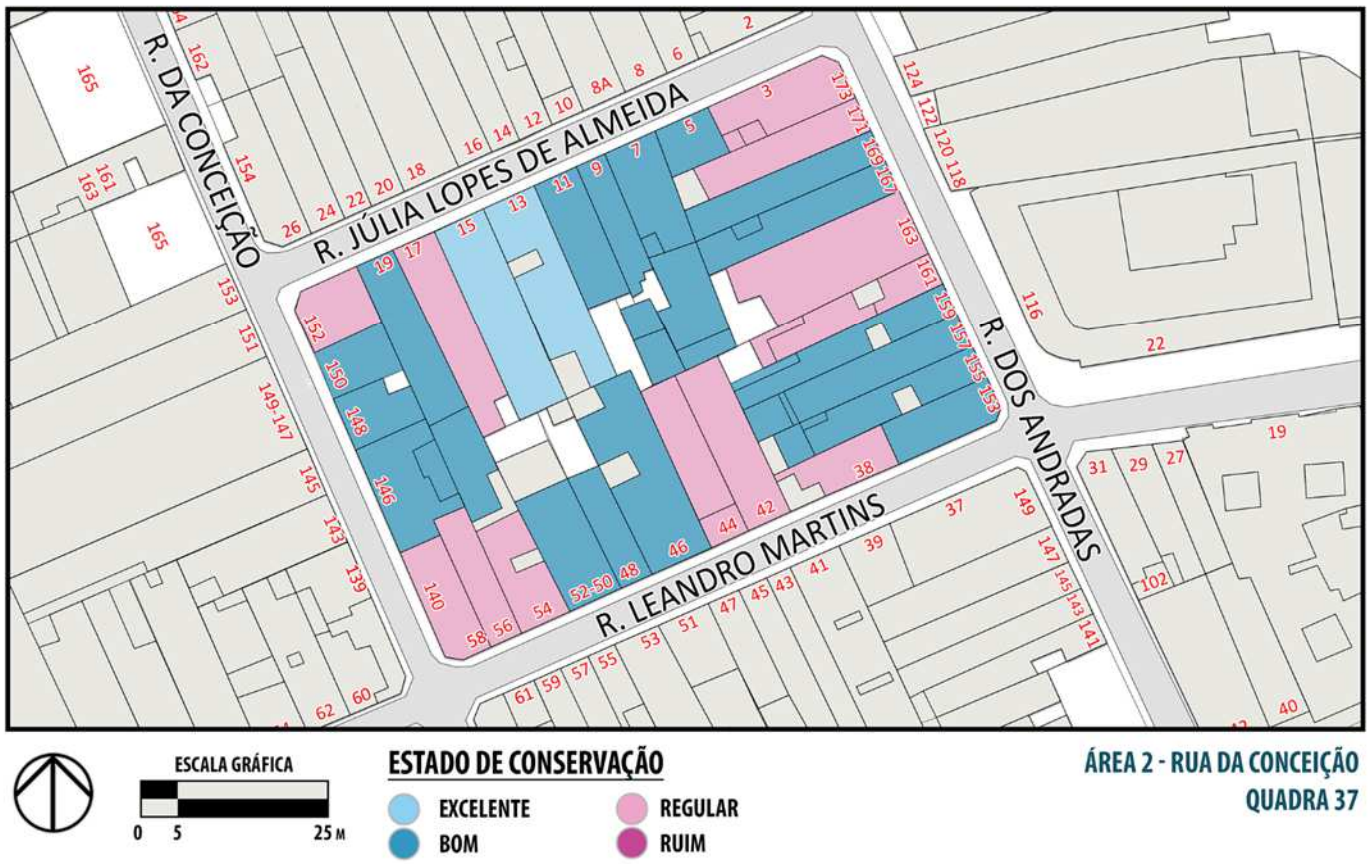


Figura 291: Área de Análise nº 2. Quadra 037. Mapa de Estado de Conservação.



Figura 292: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua Júlia Lopes de Almeida, nº 17
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 293: Conflitante Recuperável, Área 2: Rua dos Andradas, nº 171.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 294: Vazios Subutilizados: Rua Leandro Martins, nº 50-52.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

O caso ilustra uma situação característica no entorno da Rua da Conceição, que durante anos sofreu uma forte degradação do seu casario devido à proposta da abertura da Av. Norte-Sul, consolidando-se como um setor adjacente ao conjunto da Av. Presidente Vargas com seu uso comercial, servindo os seus usuários com espaços a serem ocupados por vagas de automóveis. Essa demanda por estacionamento, reflete-se, também em produções arquitetônicas mais recentes verificadas nesta mesma área de análise, seguindo as normas de ocupação previstas pela Norte-Sul. Estes edifícios-garagens foram erguidos após a publicação do Decreto "E" nº 5996 de 12 de janeiro de 1973, que proibiu a construção de edificação exclusiva para estacionamento na Av. Presidente Vargas, no seu trecho que se estende da Candelária ao Campo de Santana. Esta tipologia, portanto, foi surgindo no seu entorno imediato, como observado pelos edifícios de nº 128 da Rua dos Andradas (Quadra 38, Figura 295), nº 165 da Rua da Conceição (Quadra 36, Figura 296) e nº 14 da Rua Senador Pompeu (Quadra 39, Figura 297), todos conflitantes irrecuperáveis para a APA Sagas, e passíveis de renovação.



Figura 295: Edifícios Garagem, Área 2: Rua dos Andradas, nº 128.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 296: Edifícios Garagem, Área 2: Rua da Conceição, nº 165.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 297: Edifícios Garagem, Área 2: Rua Sem. Pompeu, nº 14.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

4.3. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 3, Central

4.3.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Central

A Área de Análise nº 3 compreende as imediações dos bens tombados da Estação D. Pedro II (BT 73, Quadra 4) - a Central do Brasil, do Palácio Duque de Caxias (BT 77, Quadra 05), do Palácio do Itamaraty (BT 18, Quadra 06) e da Antiga Sede da Light (BT 58, Quadra 06, Figura 298). Essa sequência de notáveis edificações protegidas dispostas ao longo do eixo da Av. Marechal Floriano, encontra-se imersa na preservação municipal da APA Sagas, e na área de abrangência da Portaria nº 135 de 2013 do IPHAN, que fixa gabaritos máximos no entorno dos imóveis tombados sob tutela do órgão federal.

Em meio a essas proteções sobrepostas, destaca-se o casario formado por sobrados e casas térreas no tecido que se estruturou ao longo do século XIX com a abertura das antigas Ruas do Príncipe e da Princesa, atualmente Senador Pompeu e Barão de São Félix, respectivamente. Nessas antigas vias de ligação entre a região portuária e os fins do núcleo urbano nas proximidades do Campo de Santana, reproduziu-se a composição dos lotes urbanos de matriz colonial em uma trama conformada no período imperial.

O conjunto homogêneo que se desenvolve ao longo desses dois eixos viários do século XIX, encontrava-se ameaçado pela renovação entre as décadas de 1940 e 1980. Em um primeiro momento, propunha-se uma nova urbanização coetânea às propostas da Av. Norte-Sul e a ocupação da Av. Presidente Vargas, conforme o PAA nº 4500/PAL nº 12218 de 1947. A verticalização desejada, contudo, não se concretizou, destacando-se da massa edificada casos pontuais, como o do imóvel de nº 110 da Rua Barão de São Félix, hoje conhecido pela ocupação Chiquinha Gonzaga[153] (Figura 299).

No ano de 1970, a retomada do projeto da Av. Norte-Sul na administração do governador Negrão de Lima, previa pôr abaixo a sequência de quadras (08, 09 e 10 da Área de Análise nº 3) contida entre as Rua Senador Pompeu e Barão de São Félix. Na década seguinte, a preservação desses quarteirões seria empreendida a partir do Projeto Sagas, resistindo na paisagem mais um tecido componente da história urbana carioca.

[153] Durante décadas o edifício de propriedade do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária permaneceu desafetado, vindo a ser ocupado em 2004 por famílias sem-teto.





(esquerda) **Figura 298:** Centro Cultural Light.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

(direita) **Figura 299:** Ocupação Chiquinha Gonzaga.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Identificam-se, nesta Área de Análise, dois conjuntos urbanos separados a partir das monumentais dimensões dos bens tombados da Estação D. Pedro II e do Palácio Duque de Caxias. São estes:

- o Conjunto da APA Sagas, formado por imóveis de baixo gabarito da subáreas A - Barão de São Félix 2 e Morro da Conceição, protegidos por preservação desde a publicação do Decreto Municipal nº 5047 de 1985. Este é o conjunto mais representativo da área, no qual mescla-se a atividade predominantemente comercial da Rua Senador Pompeu ao uso habitacional da Rua Barão de São Félix.
- e o Conjunto da Av. Presidente Vargas, identificado através de pontuais imóveis verticalizados que seguem a revisão proposta para a ocupação da Avenida, rebaixando o gabarito original de 22 para 16 pavimentos no trecho compreendido entre a Av. Passos e a Praça Duque de Caxias, conforme apresentado nos PALs nº 24850 de 1964 e nº 26224 de 1968 (Figura 300).

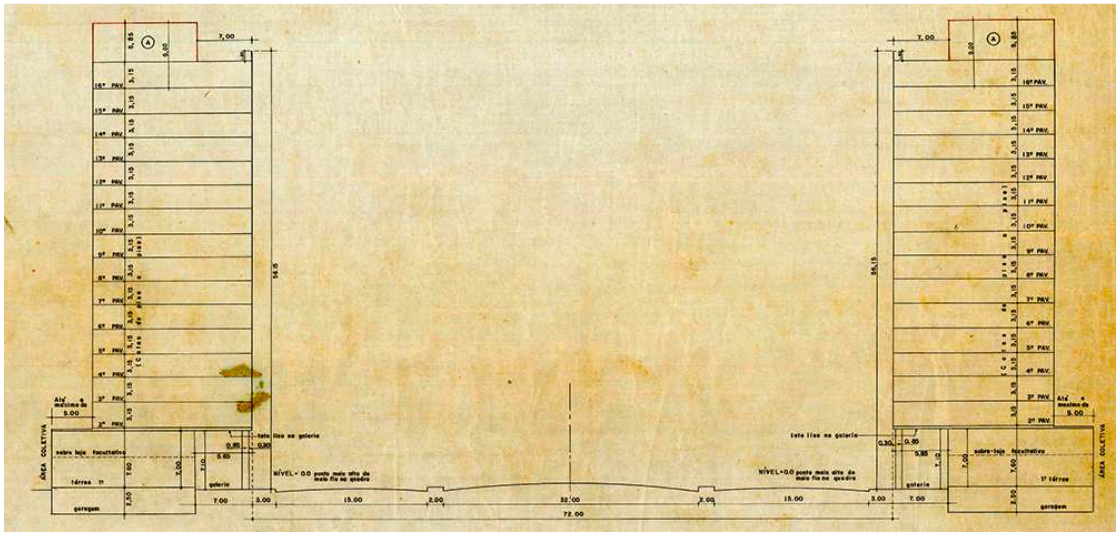


Figura 300: Detalhe do PAL nº 26224 de 1968
Gabarito proposto para Av. Presidente Vargas, entre a Av. Passos e a Praça Duque de Caxias. Fonte: SMU-PCRJ.

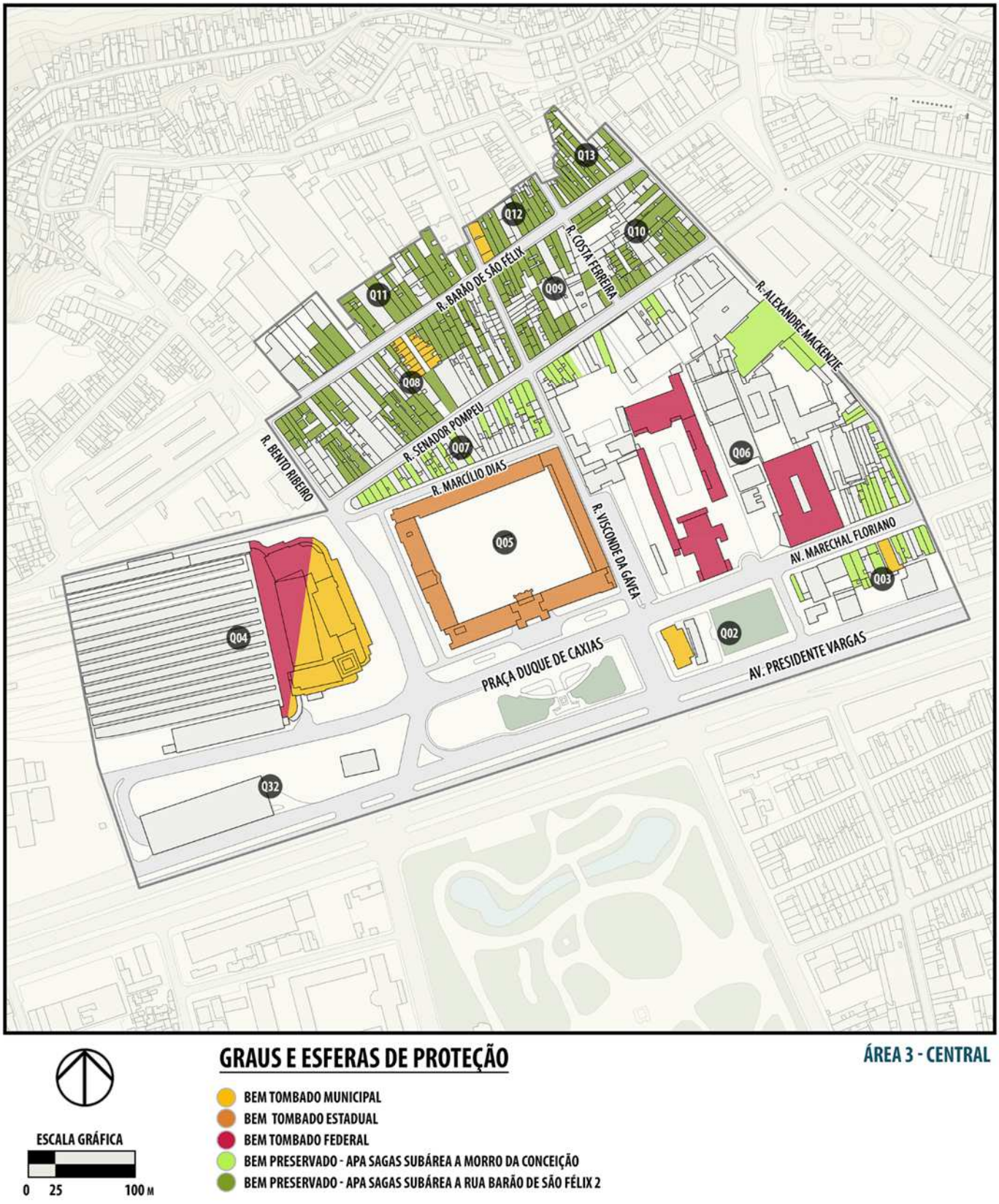


Figura 301: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

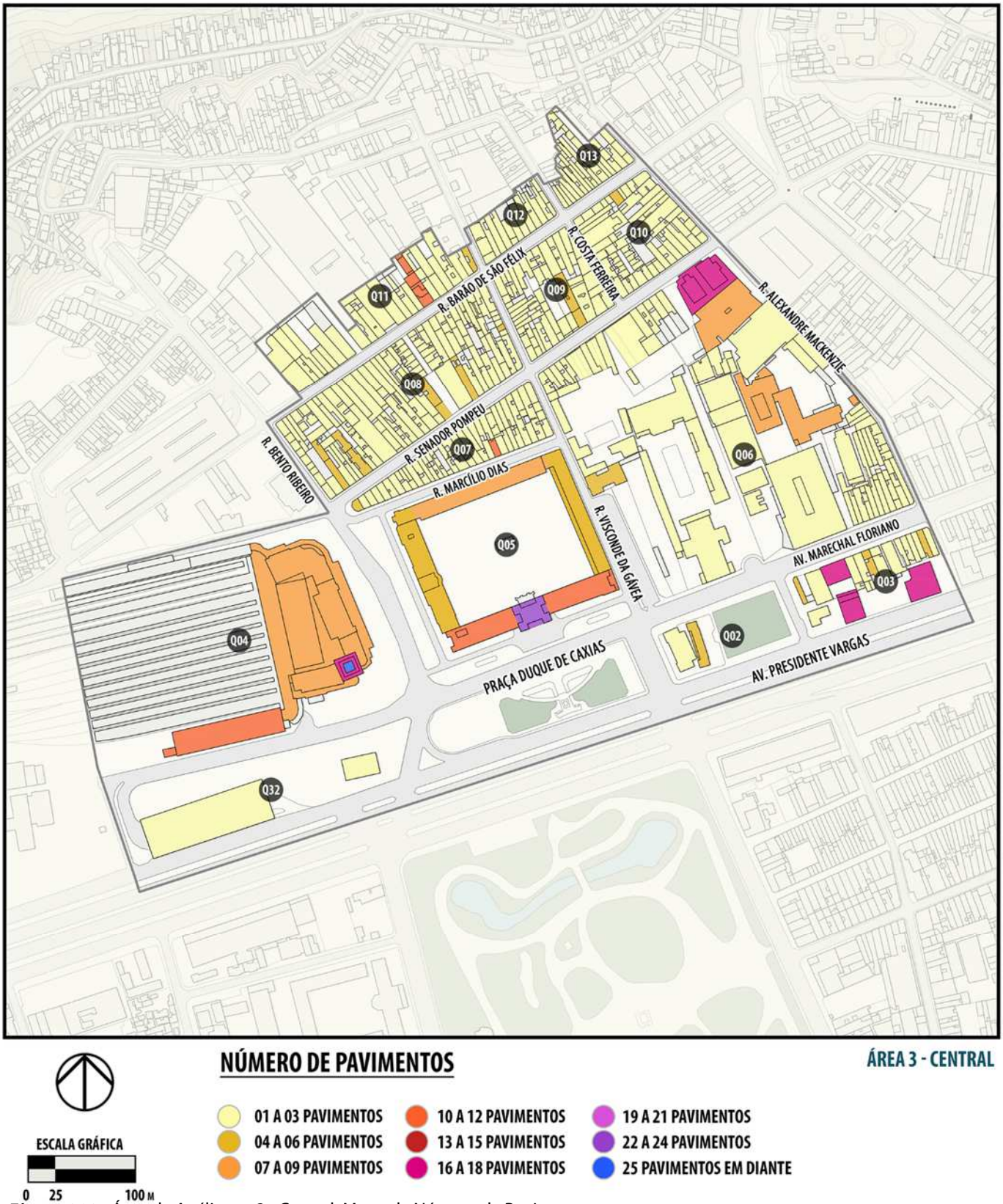


Figura 302: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Número de Pavimentos.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

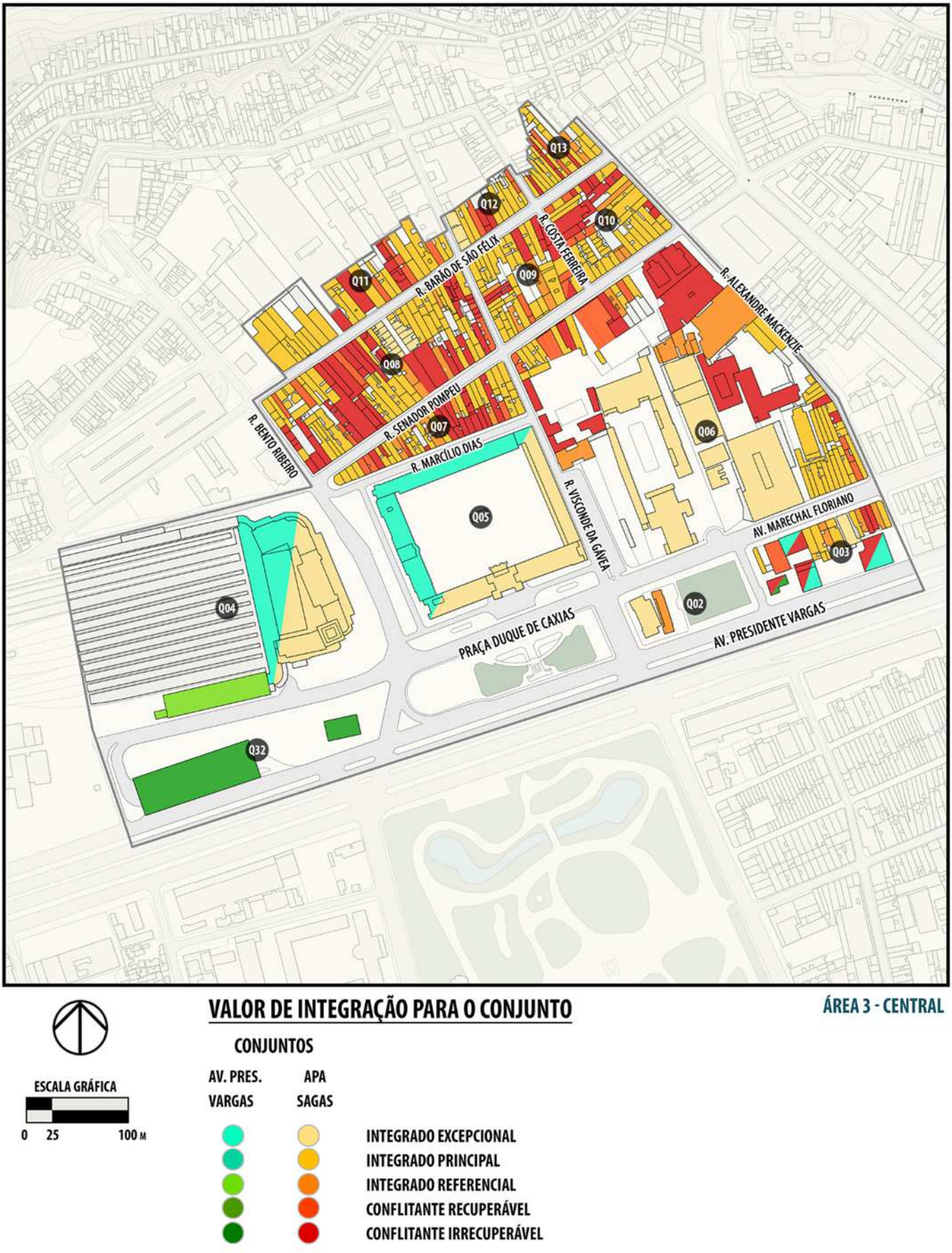


Figura 303: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

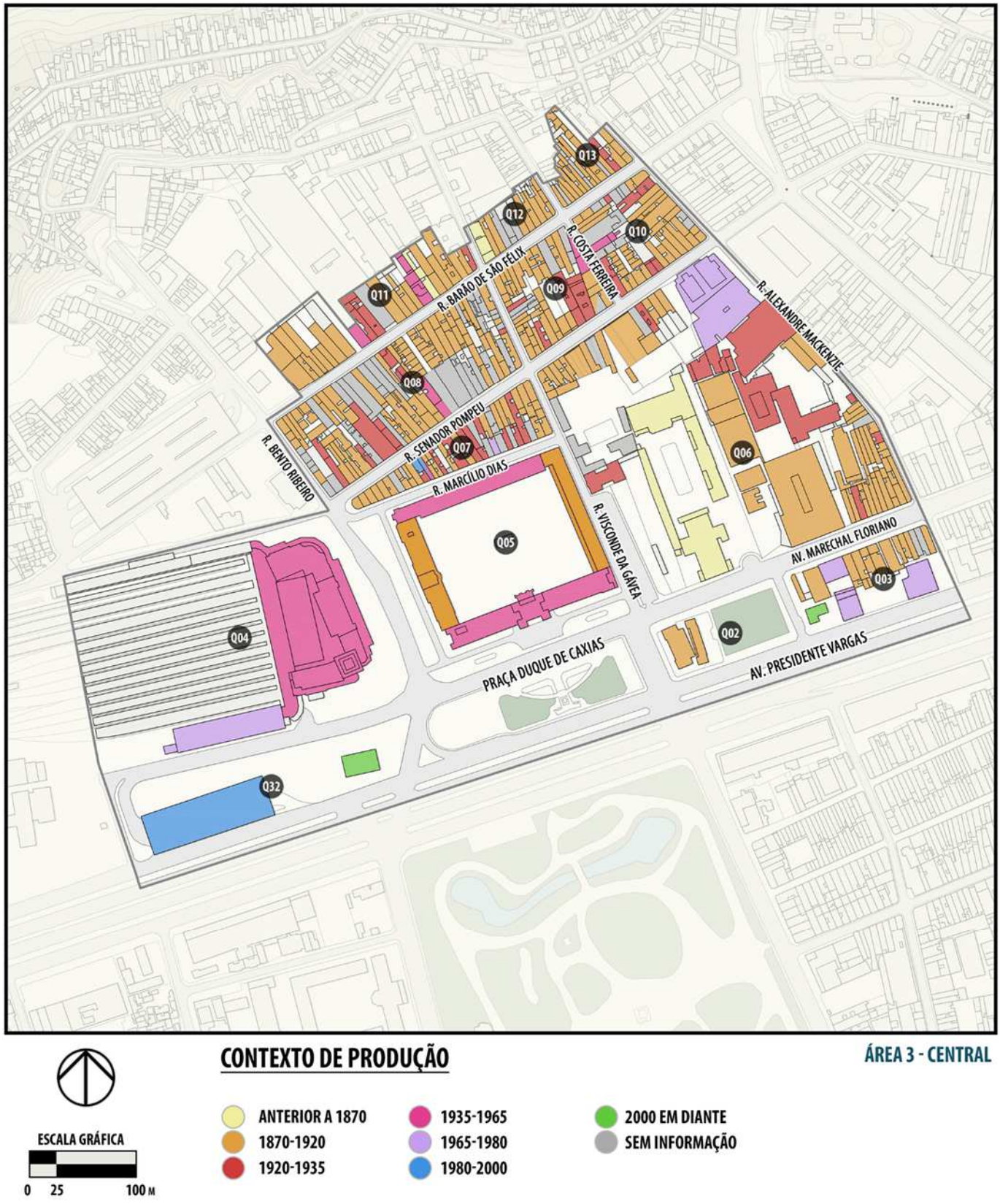


Figura 304: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Contexto de Produção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

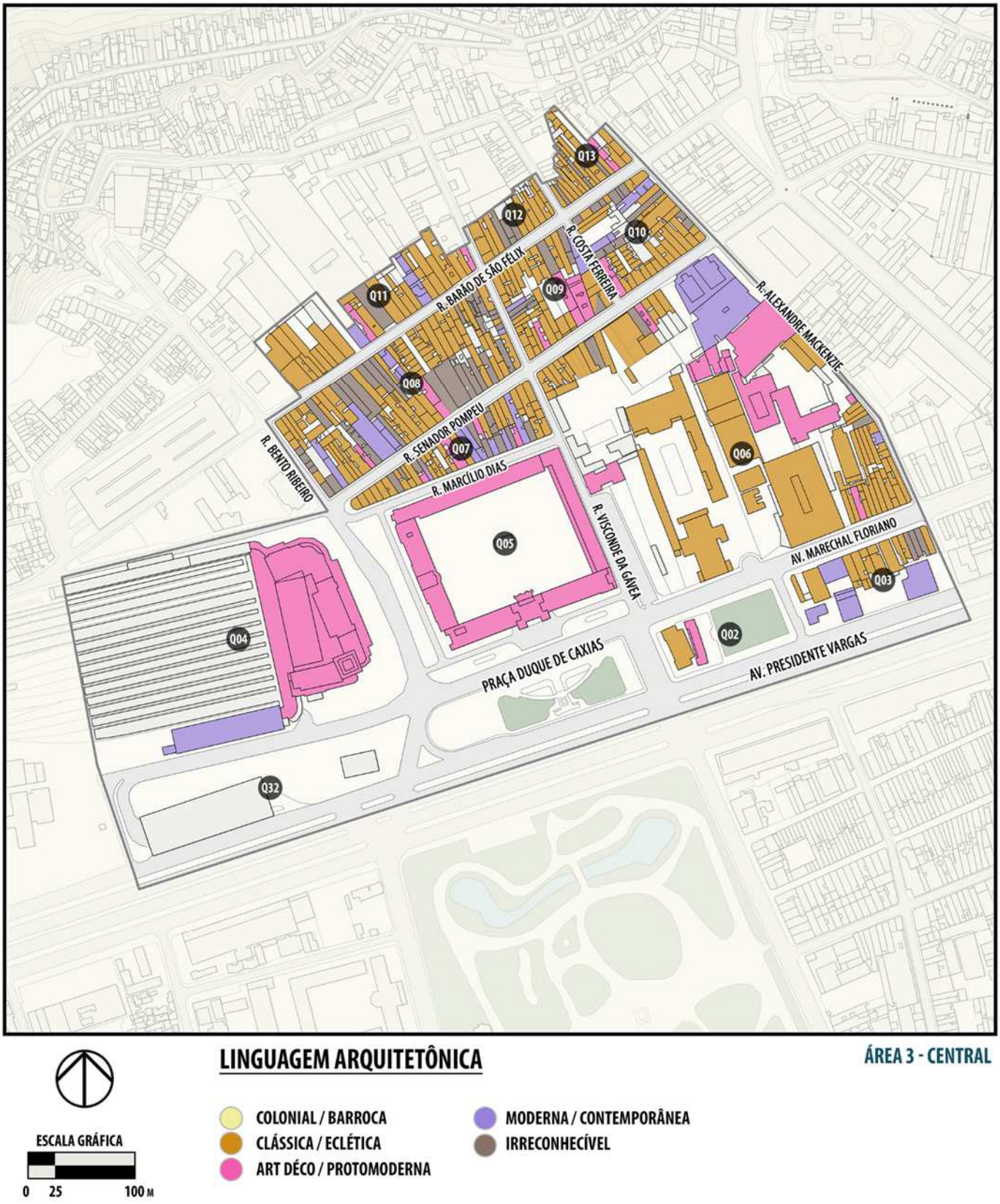


Figura 305: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Linguagem Arquitetônica.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

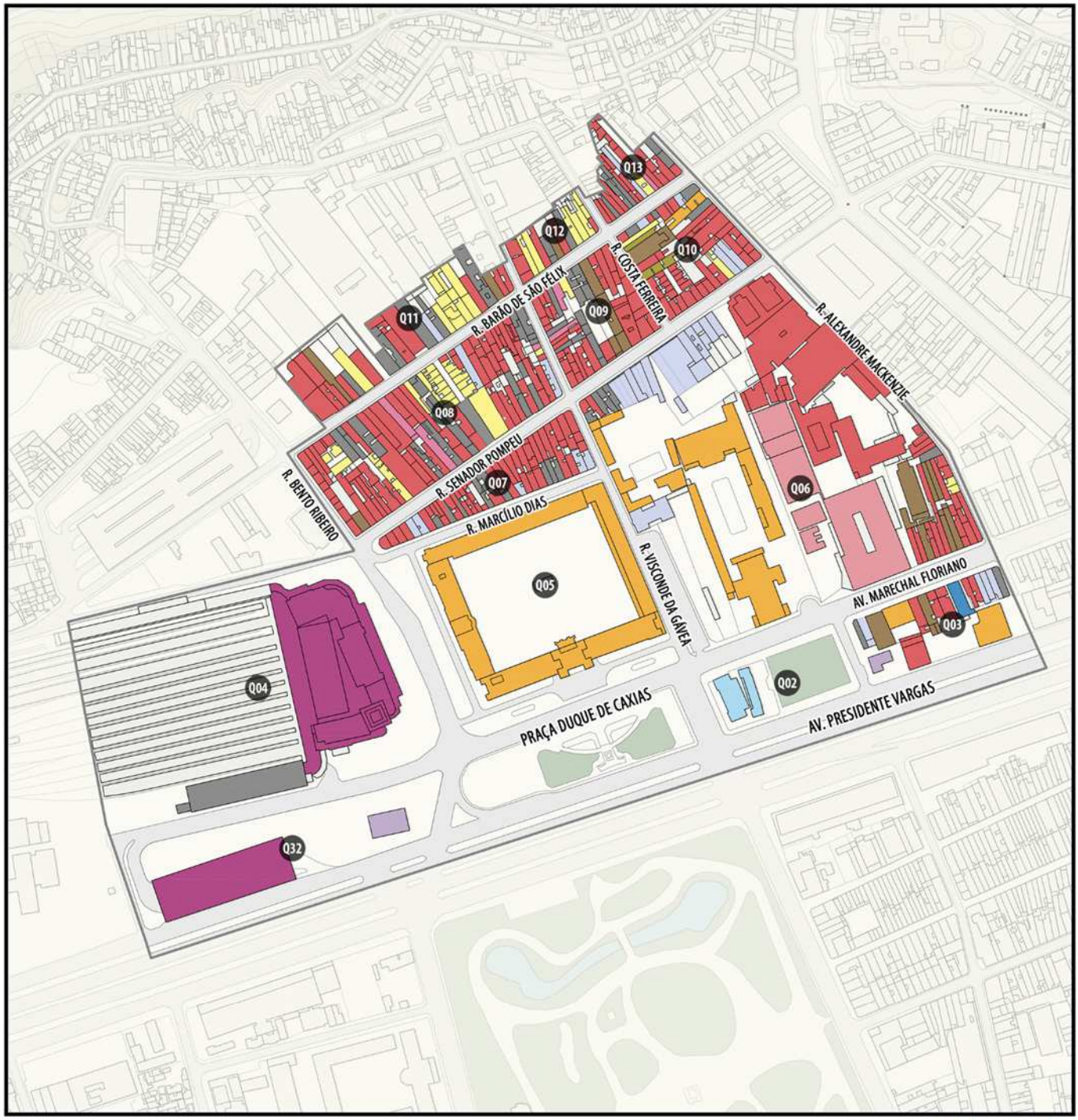


Figura 306: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

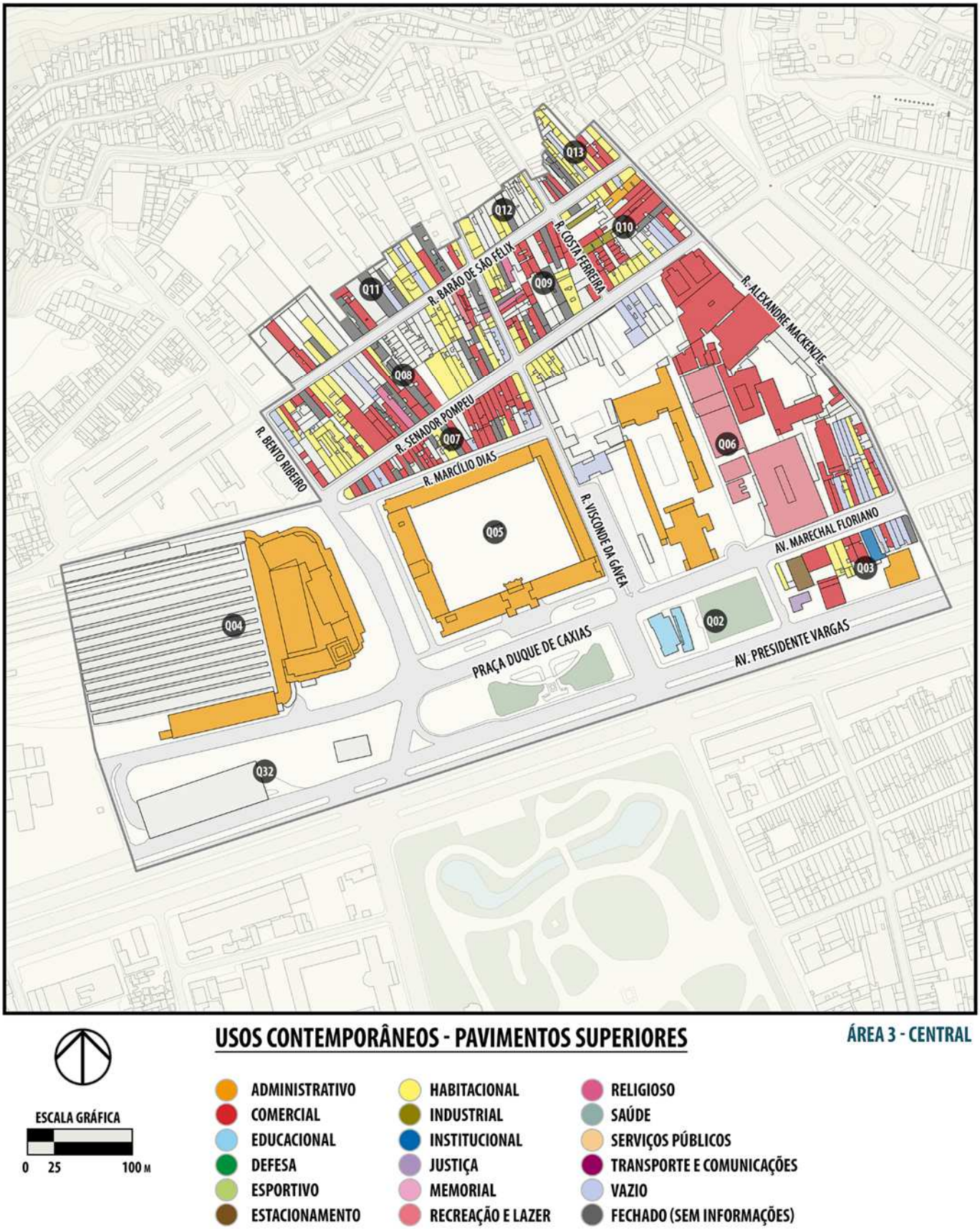


Figura 307: Área de Análise nº 3 - Central. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

4.3.2. Caso para Estudo: O tombamento pelo IPHAN da Estação D. Pedro II

Protegida pelo município em 1996, em conjunto com outras estações ferroviárias na cidade do Rio de Janeiro, a atual Estação D. Pedro II (BT 73), obra contemporânea à abertura da Av. Presidente Vargas, substituindo a antiga edificação de meados do século XIX, seria tombada pelo órgão de tutela federal em 2008. Seu processo de tombamento, contudo, data de 1989, sendo instaurado a partir de uma solicitação enviada à então SPHAN/FNpM, no ano anterior, pela AECB - Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Apesar da instituição dos ferroviários ter fornecido ao SPHAN um rico histórico do edifício e de seu icônico relógio, suas plantas-baixas, além de fotografias históricas e atuais, a coordenadoria de proteção do órgão julgou o material insuficiente "para análise dos méritos do edifício para tombamento"[154]. Um posicionamento duvidoso, se comparado a outras proteções realizadas pela SPHAN/FNpM na década de 1980, com menos documentação.

A situação seria agravada pela reforma administrativa do órgão em 1990, quando se extinguiu o Conselho Consultivo da SPHAN/FNpM, paralisando o andamento dos processos de tombamento, e o mesmo passou a ser designado de IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Os processos só seriam retomados em 1993, após a restauração do Conselho Consultivo ano anterior, mas devido ao acúmulo destes, priorizaram-se os casos de urgência, ficando de lado a proposta de tombamento da Estação D. Pedro II. O edifício ganharia destaque nacional com a realização do filme "Central do Brasil", de 1998, indicado a prêmios de renome internacional, e mesmo assim seu processo continuaria engavetado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, já com sua designação contemporânea.



Figura 308: Interior da Gare da Estação D. Pedro II, em 2002.
Fonte: IPHAN, Processo nº 1285-T-89, 1989.



Figura 309: Interior da Gare da Estação D. Pedro II, em 2002.
Fonte: IPHAN, Processo nº 1285-T-89, 1989.

[154] IPHAN, Processo nº 1285-T-89, 1989, fl. 36.

O fato só se reverteu com uma ameaça concreta à integridade do imóvel. Em 2002, a AENFER - Associação de Engenheiros Ferroviários, enviou carta ao IPHAN informando que a SuperVia, concessionária que administra até hoje o sistema ferroviária na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, havia desmontado "a antiga Agência dos Correios existente na gare (...), toda em mármore de Carrara, para dar lugar a uma loja do McDonald's", além de permitir a sua ocupação por quiosques e instalação de "letreiros dos mais diversos tipos"[155]. Estas ações, por sua vez, estariam infringindo as normativas do tombamento realizado pelo órgão municipal, que incluiu em sua tutela seus elementos arquitetônicos e decorativos interiores (Figuras 308 e 309), entre estes revestimentos, tal como apresentado no capítulo anterior.

As denúncias da AENFER levaram o IPHAN a realizar uma vistoria do imóvel, visando dar prosseguimento no processo de tombamento. No parecer redigido em 2003 pela arquiteta Joyce Pena, da 6ª Superintendência Regional do IPHAN, concluiu-se que apesar das intervenções realizadas, o bem edificado mantinha "em grande parte das características que o tornam um destaque no cenário histórico e sociocultural" da cidade do Rio de Janeiro, "despontando igualmente como um elemento de referência nacional". Foi recomendada a sua inscrição no "Livro do Tombo Histórico", devido a ligação do edifício "com a história do país, em estreitos laços com o Estado Novo" e suas políticas decorrentes, e também sugerida a sua inscrição no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico" considerando o valor do imóvel "enquanto marco na paisagem da cidade, especialmente sua torre e relógio"[156]. O seu valor arquitetônico foi destacado, e inclusive mencionados outros tombamentos de imóveis de linguagem proto-moderna no "Livro do Tombo das Belas-Artes", mas esta inscrição não foi contemplada no caso da Estação D. Pedro II. As questões arquitetônicas, voltadas para "manutenção da volumetria, do design das fachadas, e detalhes construtivos e decorativos"[157] seriam restritas à compreensão do edifício na paisagem carioca.

Em 2005, o processo seria apreciado pelo Conselho Consultivo do IPHAN, tendo como relator o prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho, que acolheu o parecer da arquiteta da 6ª SR, e reforçou a relação do bem edificado, como uma referência visual na paisagem da cidade e na Av. Presidente Vargas:

> "A relação entre as duas iniciativas é evidente. O edifício da estação teve suas obras iniciadas em 1936 e inauguradas em maio de 1943. A construção da

[155] Ibid., fl. 105.

[156] Ibid., fl. 97.

[157] Ibid., fl. 98.

> avenida foi decidida em 1938; as obras foram iniciadas em 1941 e inauguradas a 07 de setembro de 1944. Trata-se, portanto, de um edifício que buscava uma afirmação de poder do Estado, em uma fase de centralização política". (REIS FILHO in IPHAN. Processo nº 1285-T-89, 1989, fl. 196)

O mesmo também refuta a compreensão frequente do imóvel como uma obra do *art-déco*. Suas características arquitetônicas estariam "mais ligadas à modernização dos processos construtivos" do que "preocupações decorativas". A geometrização abstrata, que também faz parte do estilo *art-déco*, estaria associada ao uso do concreto armado e da "modernização técnica da construção civil",[158] com um caráter simbólico que seria incorporado pelo Estado Novo.

Cabe mencionar, o tombamento pelo IPHAN de outro bem edificado, associado à técnica da construção civil com fachada de linhas simples e geometrizadas: o Edifício "A Noite" (BT 79) já abordado no capítulo anterior. Na ata da reunião do Conselho Consultivo do órgão, que deliberou sobre sua proteção, recomendou-se a inscrição do arranha-céu no "Livro do Tombo das Belas Artes", além do seu potencial como obra de valor histórico. Nesta, o conselheiro Synézio Scofano sintetiza as diferenças entre as inscrições:

> "(...) o registro do Livro Histórico diz respeito à contribuição do bem para o desenvolvimento da história política, social e econômica da sociedade e o Livro das Belas Artes registra o bem pelo impacto da beleza, da monumentalidade e pela contribuição à história da arquitetura". (SCOFANO in IPHAN. Processo nº 1648-T-12, 2012, fl. 312, verso)

Com tombamento homologado em 2008, a Estação D. Pedro II segue sem valor artístico reconhecido enquanto obra arquitetônica, apesar deste ser destacado em processo de proteção. Não teria este imóvel a monumentalidade e impacto arquitetônico que garantiria sua inscrição no "Livro das Belas Artes. Embora recaia a tutela do órgão federal na totalidade no bem edificado, a sua inscrição no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico", prioriza a proteção da sua volumetria e fachada, ao invés das qualidades arquitetônicas do seu interior. Serão as ações do corpo técnico do IPHAN, na posteridade, que determinarão quais elementos dessa arquitetura serão mantidas e quais darão lugar ao contínuo processo da Supervia em transformar a gare em um shopping.

[158] Ibid., fl. 197.

4.3.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Central (Quadra-Detalhe 08)

Diferentemente das quadras apresentadas na Área de Análise nº 2, a Quadra-Detalhe de nº 08 da Área da Central está longe de configurar um conjunto homogêneo em termos de linguagem arquitetônica. Definida pelas ruas Senador Pompeu, Visconde da Gávea, Barão de São Félix e Bento Ribeiro, a quadra em questão, incluída na APA Sagas, mantém uma unidade volumétrica à despeito dos inúmeros imóveis que a compõem sem qualquer interesse patrimonial. Aqui, as renovações arquitetônicas não foram sinônimo de verticalização, quando muito, representam intensas descaracterizações em edificações históricas.

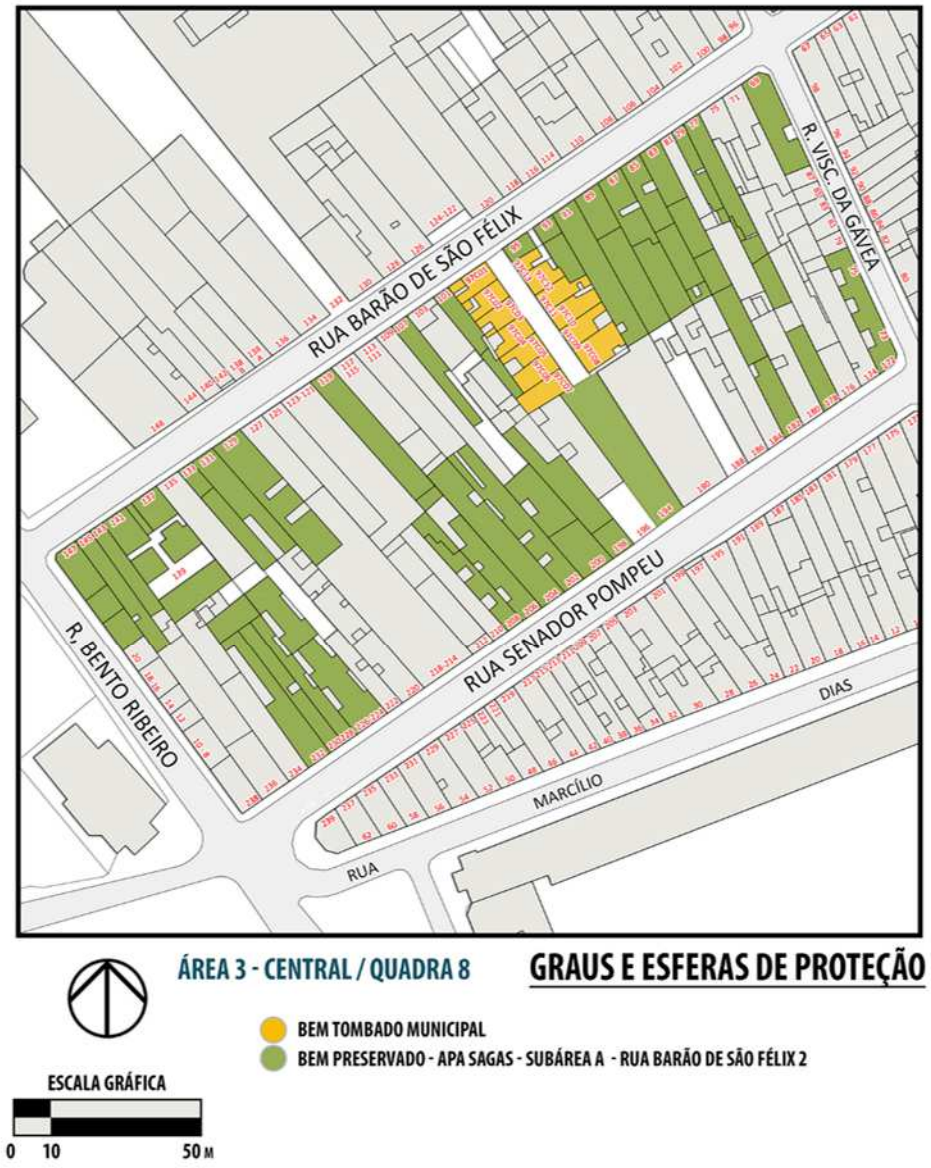
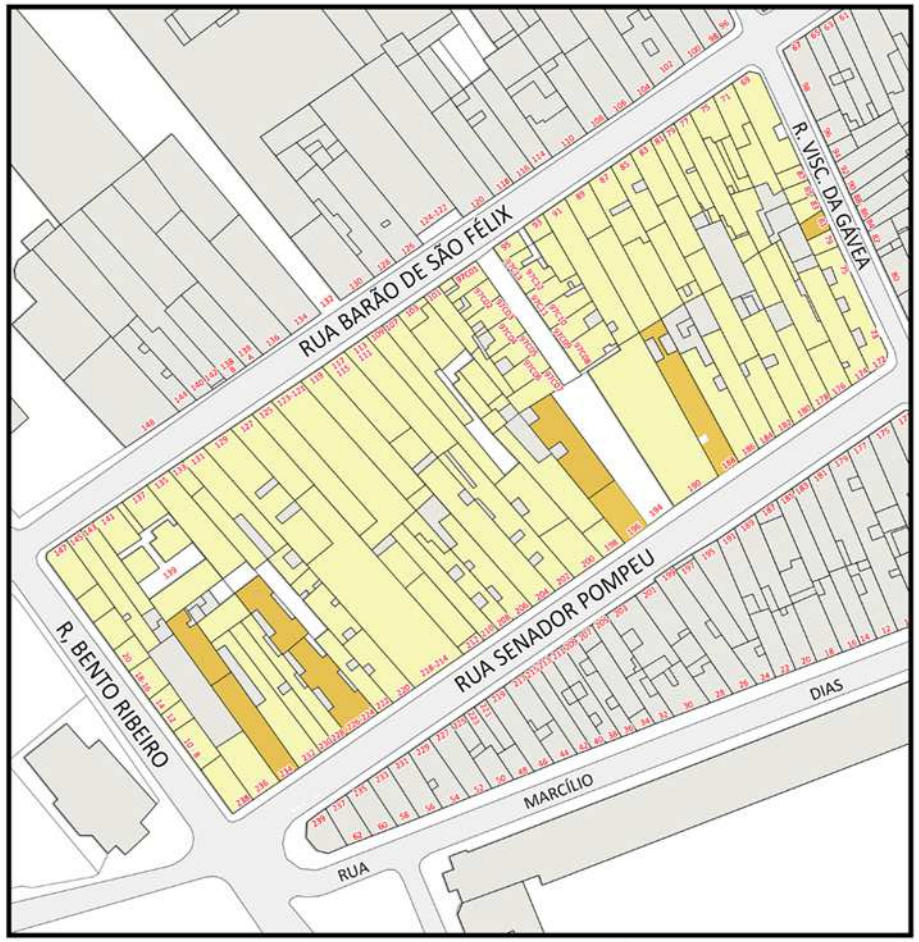
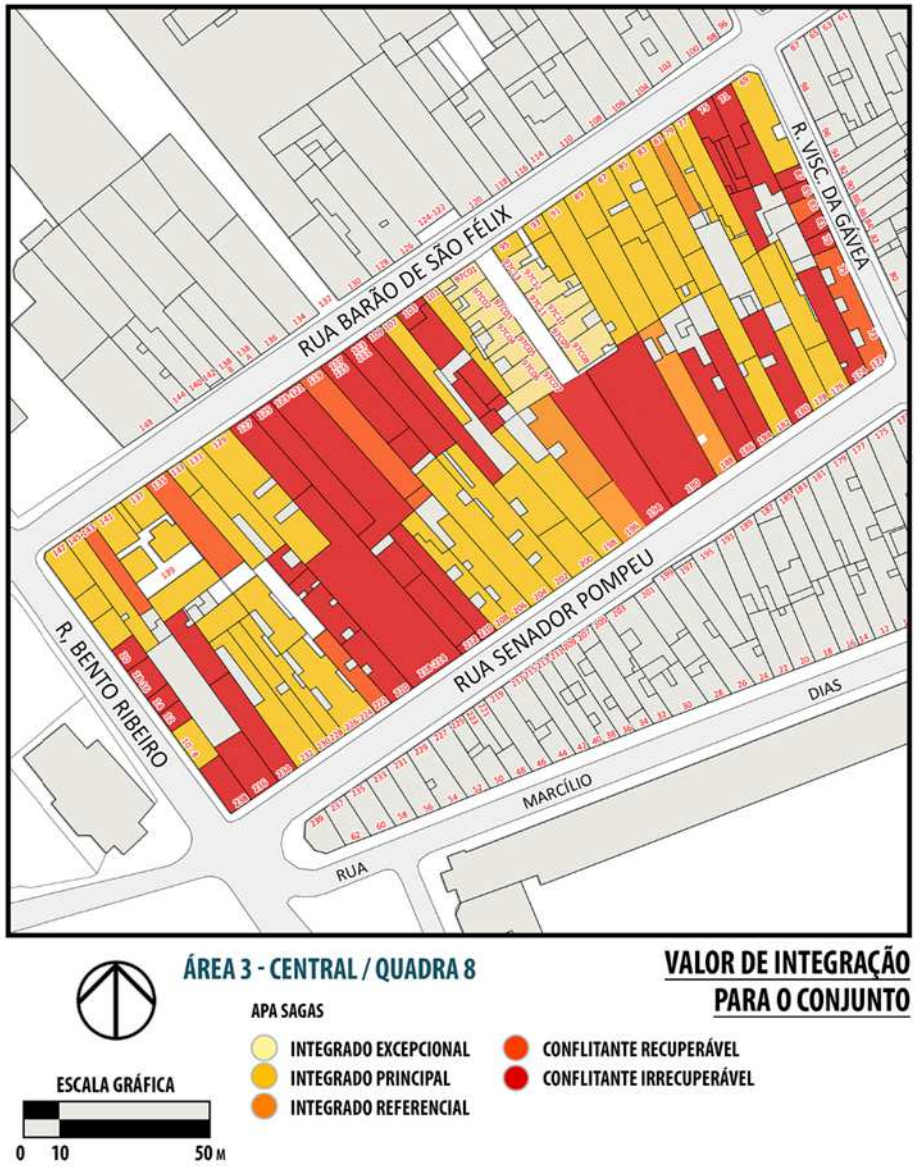
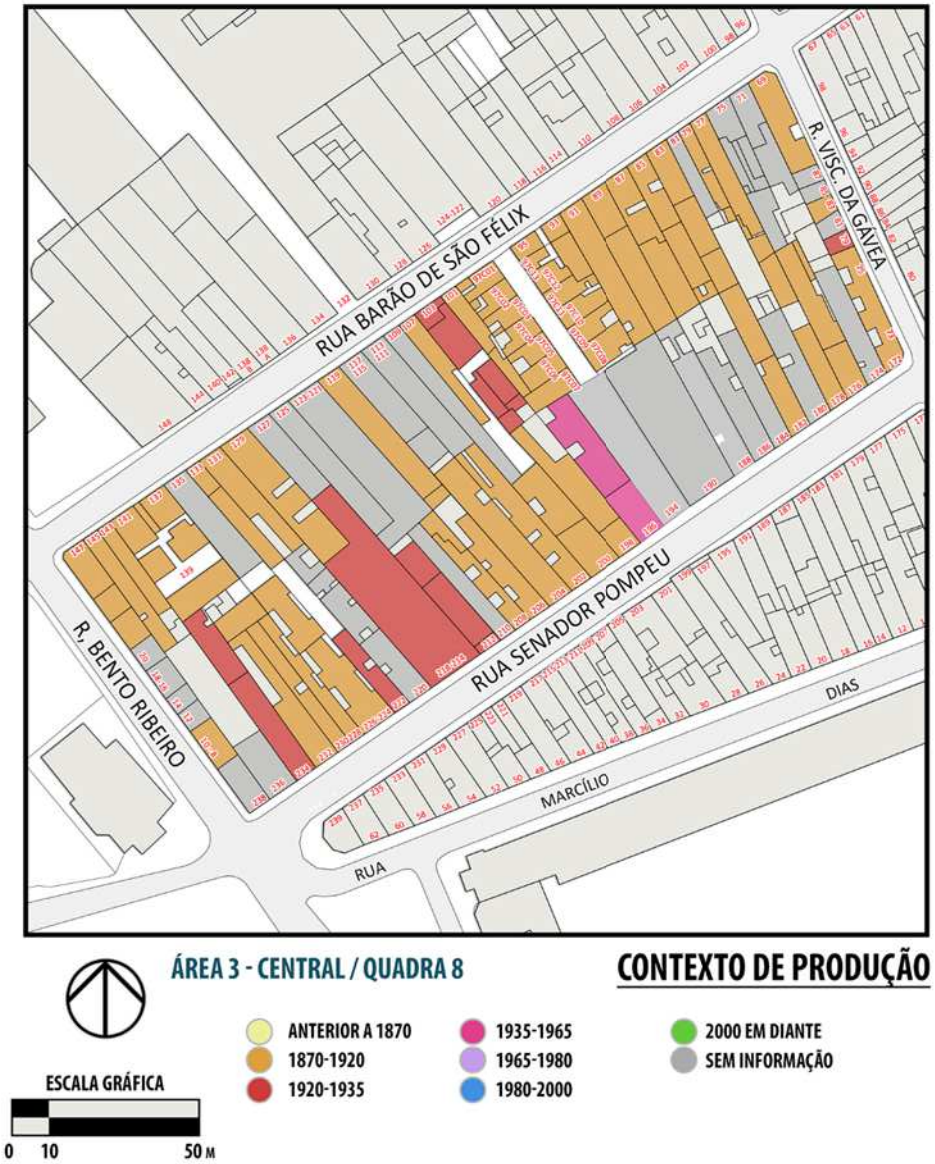


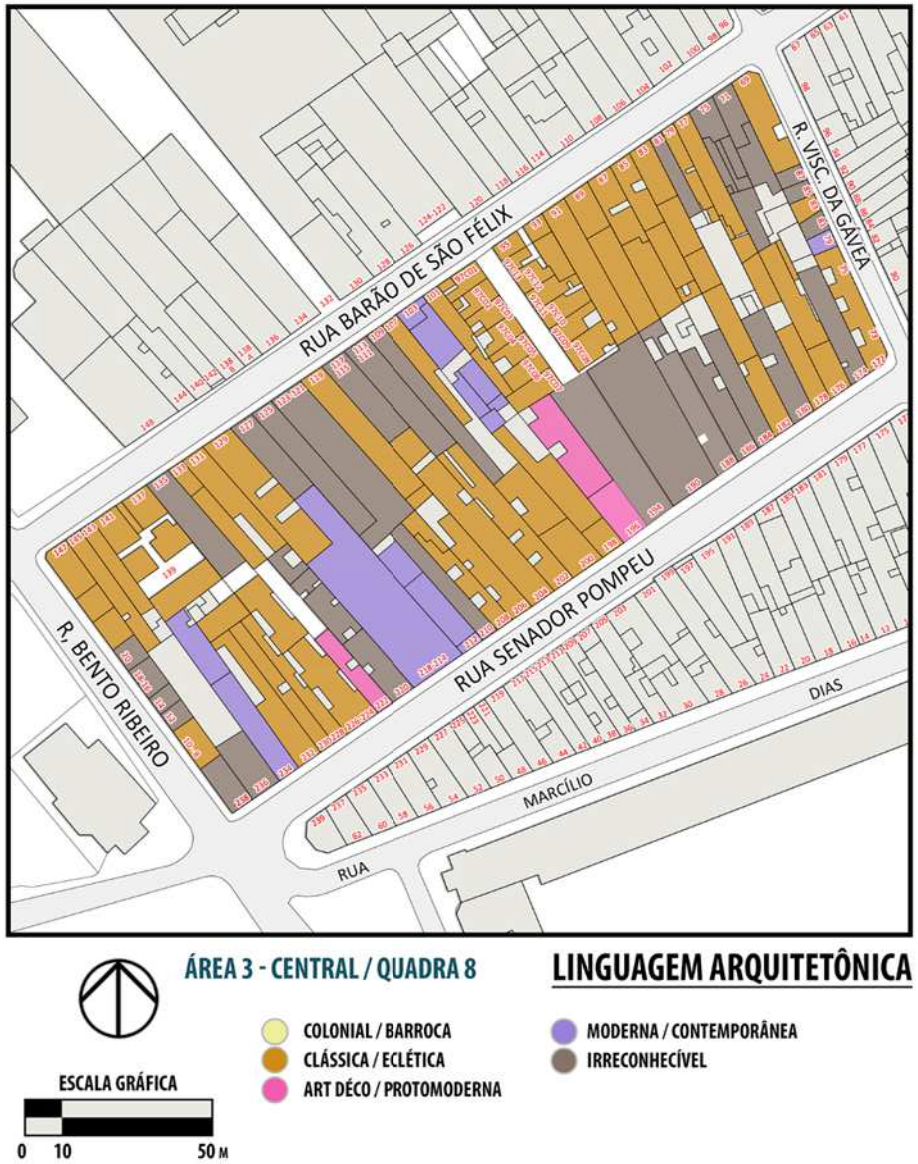
Figura 310: Área de Análise nº 3 - Central. Graus e Esferas de Proteção
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



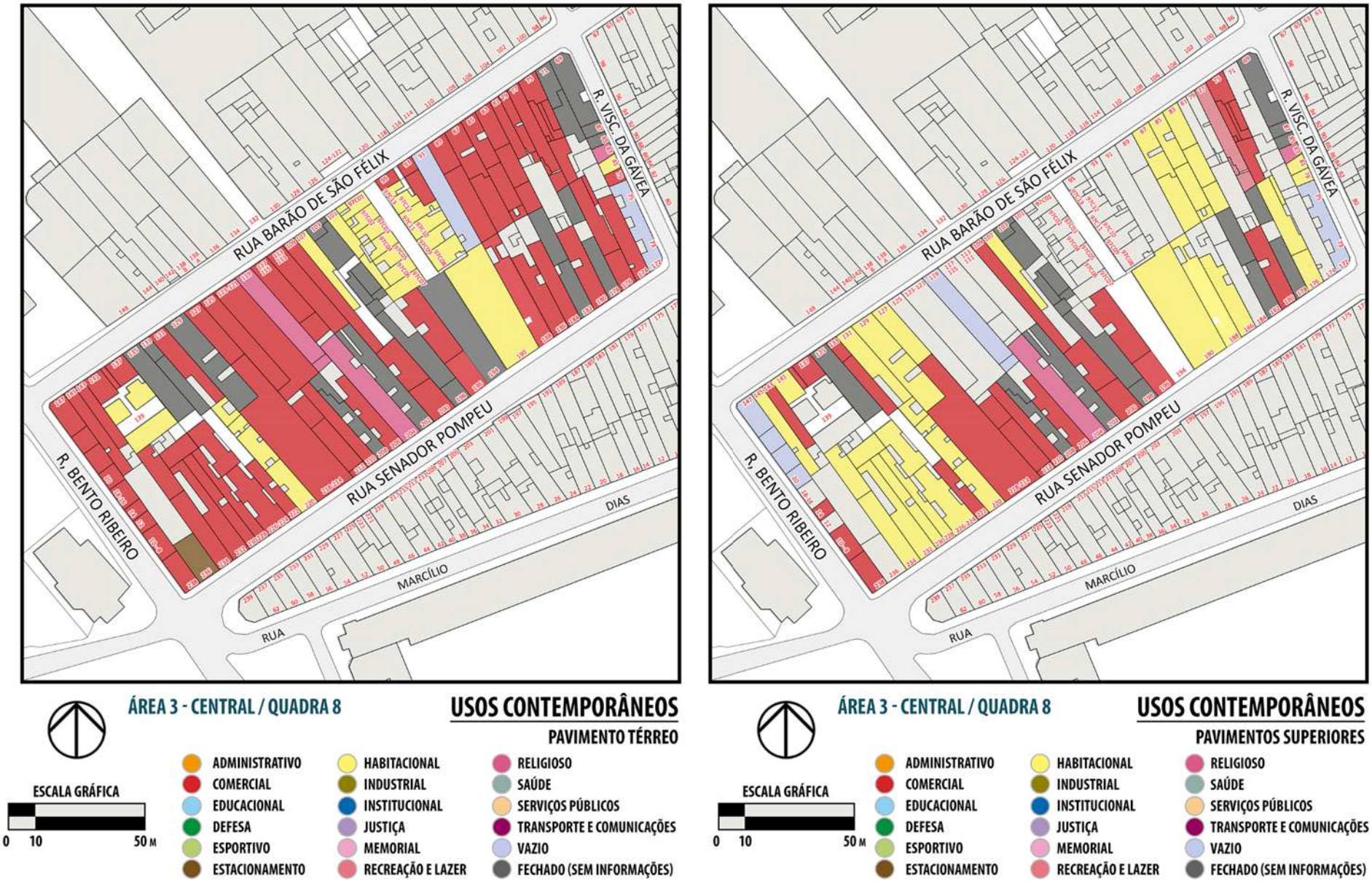


(esquerda) **Figura 311:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 08. Mapa de Número de Pavimentos
(direita) **Figura 312:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 08. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

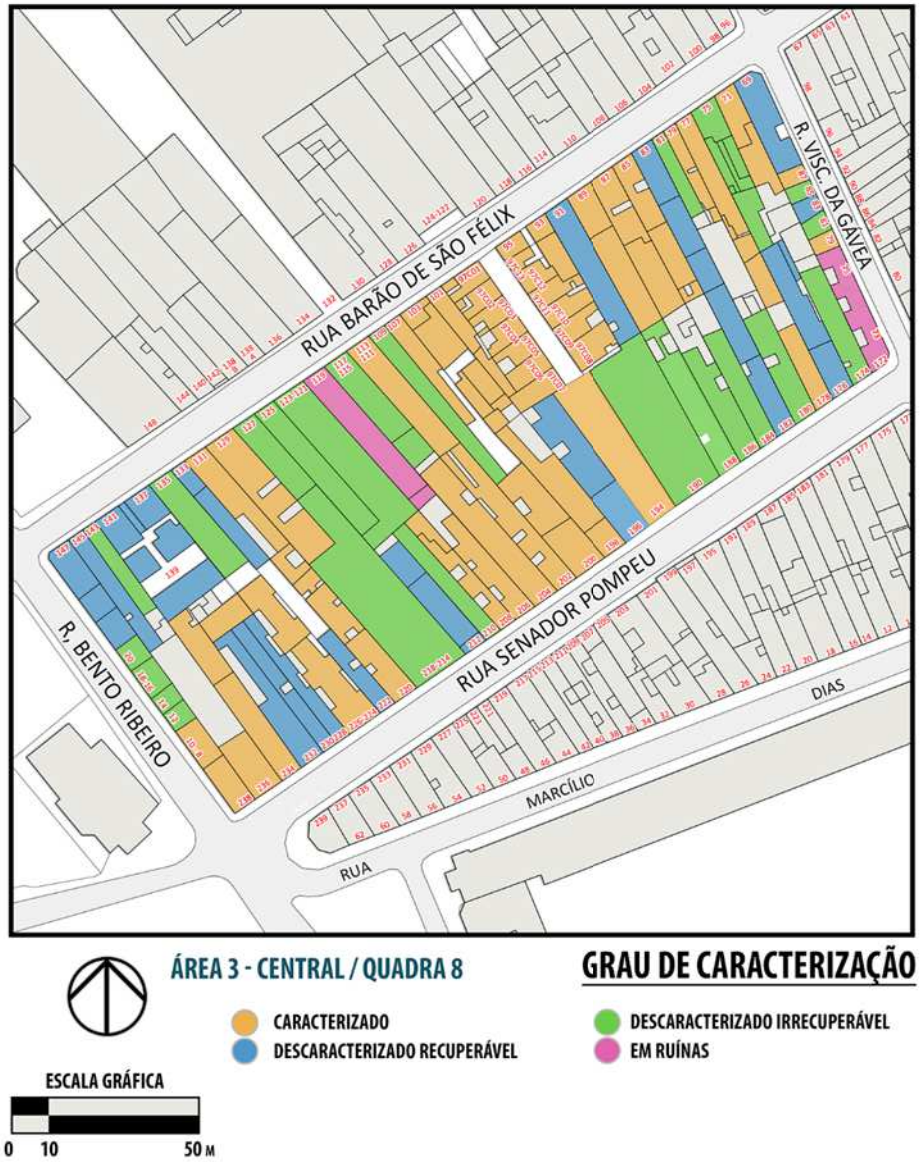




(esquerda) **Figura 313:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Contexto de Produção.
(direita) **Figura 314:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Linguagem Arquitetônica
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



(esquerda) **Figura 315:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
(direita) **Figura 316:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





(esquerda) **Figura 317:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Grau de Caracterização.
(direita) **Figura 318:** Área de Análise nº 3 - Central. Quadra 8. Mapa de Estado de Conservação.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

A tipologia patrimonial recorrente na quadra, representativa da metade dos seus imóveis, é dos sobrados e casas térreas preservadas pela APA Sagas, datadas da virada do século XX, com a tradicional linguagem arquitetônica clássica. Estes constituem o conjunto de integração principal, assim como o caso isolado de integração excepcional do bem tombado da Avenida Caruso (Rua Barão de São Félix, nº 97; BT 51, Figura 319), que se destaca na quadra por sua implantação em vila, em contraponto à ocupação característica de matriz colonial dos edifícios dispostos nas frentes e laterais do lote, sem recuos ou afastamentos.

Na leitura dos tipos patrimoniais de integração principal e excepcional, identificam-se três agregados edificados sequenciais, separados pelos grupos de imóveis conflitantes à ambiência protegida da APA Sagas. Na Rua Barão de Félix, os sobrados de nº 83, 85 e 87 (Figuras 320 a 322) são sucedidos por uma sequência de edificações térreas (Figura 323) que se encerram com a casa de nº 101, adjacente a Avenida Caruso. Em termos da sua apropriação, o uso habitacional é recorrente, no pavimento superior dos sobrados, assim nas casas térreas. O valor de integração para o conjunto é igualmente reforçado pela predominante caracterização das suas fachadas, e do seu bom estado de conservação.

Na Rua Senador Pompeu, sem a presença do uso habitacional residencial, destaca-se o conjunto de sobrados ainda caracterizados e bem conservados, entre os nº 198 e 208 (Figuras 324 e 325). A proximidade com a Estação D. Pedro II, e com o Terminal Rodoviário Américo Fontenelle, contribui para incidência do uso habitacional temporário da atividade hoteleira nos edifícios entre os números 224 a 232 da mesma rua. São estes, os Hotéis Pedro II, Central e Estação (Figura 327), ocupando os pavimentos superiores destes imóveis, com o térreo destinado ao comércio que é predominante na Senador Pompeu.

Dentre estes, o de nº 224-226 (Figura 328), ocupado pelo Hotel Pedro II, possivelmente por apresentar uma fachada eclética com traços que pendem a um decorativismo geométrico, foi desconsiderado para preservação pela APA Sagas, embora integre-se perfeitamente ao conjunto edificado tanto pela sua qualidade arquitetônica, pelos ritmos empregados no posicionamento dos seus vãos, merecendo sua inclusão no rol dos bens protegidos.

Dentre os casos de integração referenciada, destacam-se imóveis que fogem ao tipo arquitetônico recorrente de preservação, devido a sua linguagem arquitetônica de produção mais tardia em relação ao contexto predominante. Seria este o caso do sobrado de nº 222 da Rua Senador Pompeu (Figura 329), cujo ritmo dos vãos no pavimento térreo alinha-se à harmonia do conjunto edificado, porém sua fachada desprovida de ornamentação indica uma transição para a linguagem proto-moderna.

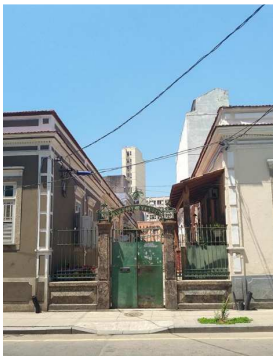


Figura 319: Integrado Excepcional, Área 3: Avenida Caruso
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 320: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 83
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 321: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 85
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 322: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 87
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 323: Integrado Principal, Área 3: Rua Barão de São Félix, nº 95
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 324: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 198.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 325: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 206.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 326: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 208.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 327: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 232.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 328: Integrado Principal, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 224-226.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 329: Integrado Referencial, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 222.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 330: Caso Particular, Área 3: Rua Senador Pompeu, nº 196.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Um caso particular seria o do edifício de seis pavimentos de nº 196 da Rua Senador Pompeu (Figura 330), que apesar de avançar em gabarito a massa edificada, e estar alinhado seguindo a proposta do PAA nº 3059 de 1938 (Figura 331), possui uma fachada com traços do *art-déco* ainda bem caracterizada. Um exemplar conflitante em relação à sua volumetria e implantação, mas cuja qualidade arquitetônica não desmerece o conjunto. Esta mesma edificação seria posteriormente integrada ao PAA nº 4500 de 1947, referente à urbanização das adjacências da Rua Barão de São Félix, seguindo o mesmo alinhamento de 1938, porém elevando o gabarito do conjunto proposto para 12 pavimentos.

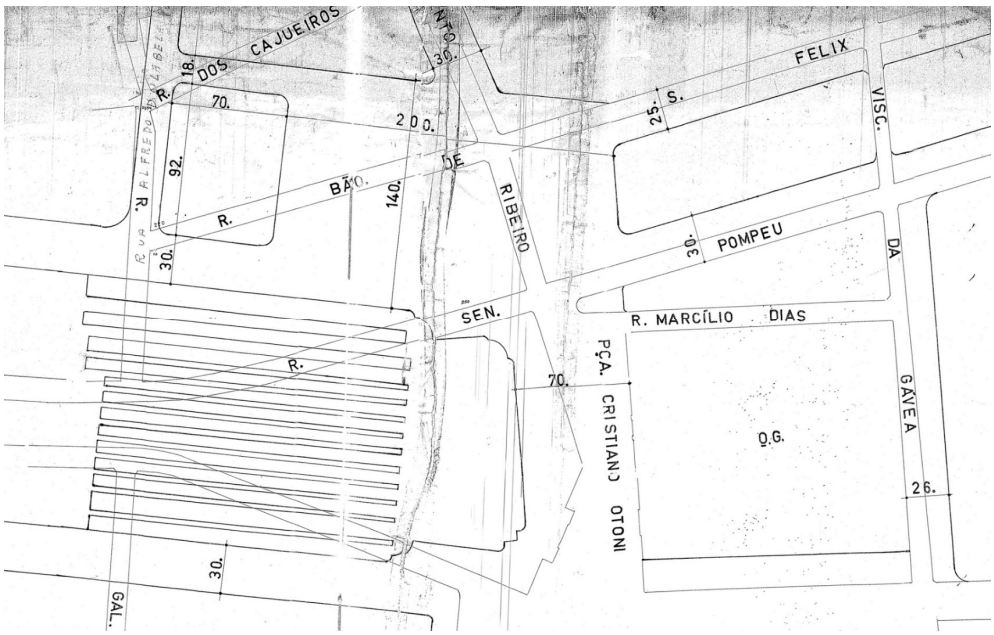


Figura 331: Detalhe do PAA nº 3059 de 1938.
Novo alinhamento proposto para as ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix. Fonte: SMU-PCRJ.

Em contraponto aos vazios e estacionamentos que caracterizaram as leituras das quadras da Área de Análise precedente, registra-se neste trecho uma intensa apropriação dos imóveis, cuja atividade predominantemente comercial de mercados faz uso dos seus pavimentos superiores como depósito de mercadorias. A solução, embora não seja a mais adequada, frente à demanda habitacional que existe na própria Área, ao considerar a existência da ocupação da Chiquinha Gonzaga, é pelo menos, menos danosa ao imóvel que a sua ociosidade, ou seu uso como estacionamento, que por vezes mutila por completa o interior da construção. Contudo, há que se considerar o impacto dessas atividades comerciais de depósito para o tecido urbano tradicional. Durante os levantamentos de campo, registrou-se uma contínua presença de veículos de carga, estacionados em frente dos imóveis, demonstrando uma possível incompatibilidade dos usos contemporâneos a este conjunto preservado.

4.4. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 4, Santana

4.4.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área de Santana

Assim como no entorno da Central, a Área de Análise nº 4, das imediações da Rua de Santana, refere-se a uma parcela da cidade do Rio de Janeiro que se estruturou ao longo do período Imperial, já incluindo em sua trama urbana dimensões que excediam às exíguas proporções do tecido colonial da cidade velha. Nos vazios além do Campo de Santana, esbarrando-se no alagadiço mangal de São Diogo, abriram-se na primeira metade do século XIX dois eixos viários com 50 palmos de largura (11 m): as antigas ruas Formosa e das Flores, atuais e Rua General Caldwell e Rua de Santana, respectivamente. À época da produção das primeiras bases cartográficas cadastrais da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, os quarteirões ladeados por essas vias já se encontravam ocupados, reproduzindo o loteamento da cidade velha, e a implantação dos seus edifícios, sem recuos ou afastamentos.

O casario proveniente dessa estruturação, que ainda resiste na Área, seria no século XX alvo de intervenções urbanísticas que previam ampliar a extensão das propostas ocupacionais da Av. Presidente Vargas. Conforme verificado no PAA nº 4463/PAL nº 12065 de 1946 (Figura 332), os tradicionais sobrados e casas térreas deste tecido seriam substituídos por edifícios verticalizados de uso habitacional, margeados nos térreos por galerias de pedestres, como os que se erguiam na esquina da Rua de Santana com a Av. Presidente Vargas, referente ao conjunto de edifícios conhecidos como "Balança-Mas-Não-Cai". Os monumentais 22 pavimentos da Presidente Vargas, contudo, seriam reduzidos para modestos 12 andares. Ainda assim, uma impactante ruptura com uma área que ainda guardava pequenas vilas, concretizando-se nesta paisagem apenas de forma pontual.

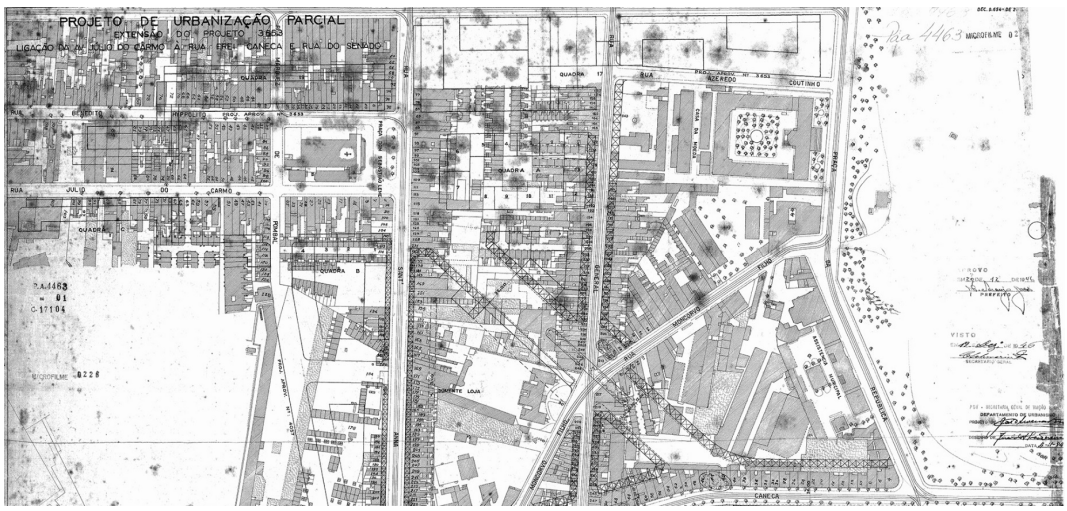


Figura 332: Detalhe do PAA nº 4463/PAL nº 12065 de 1946.
Proposta de urbanização ao longo das Ruas General Caldwell e de Santana. Fonte: SMU-PCRJ.

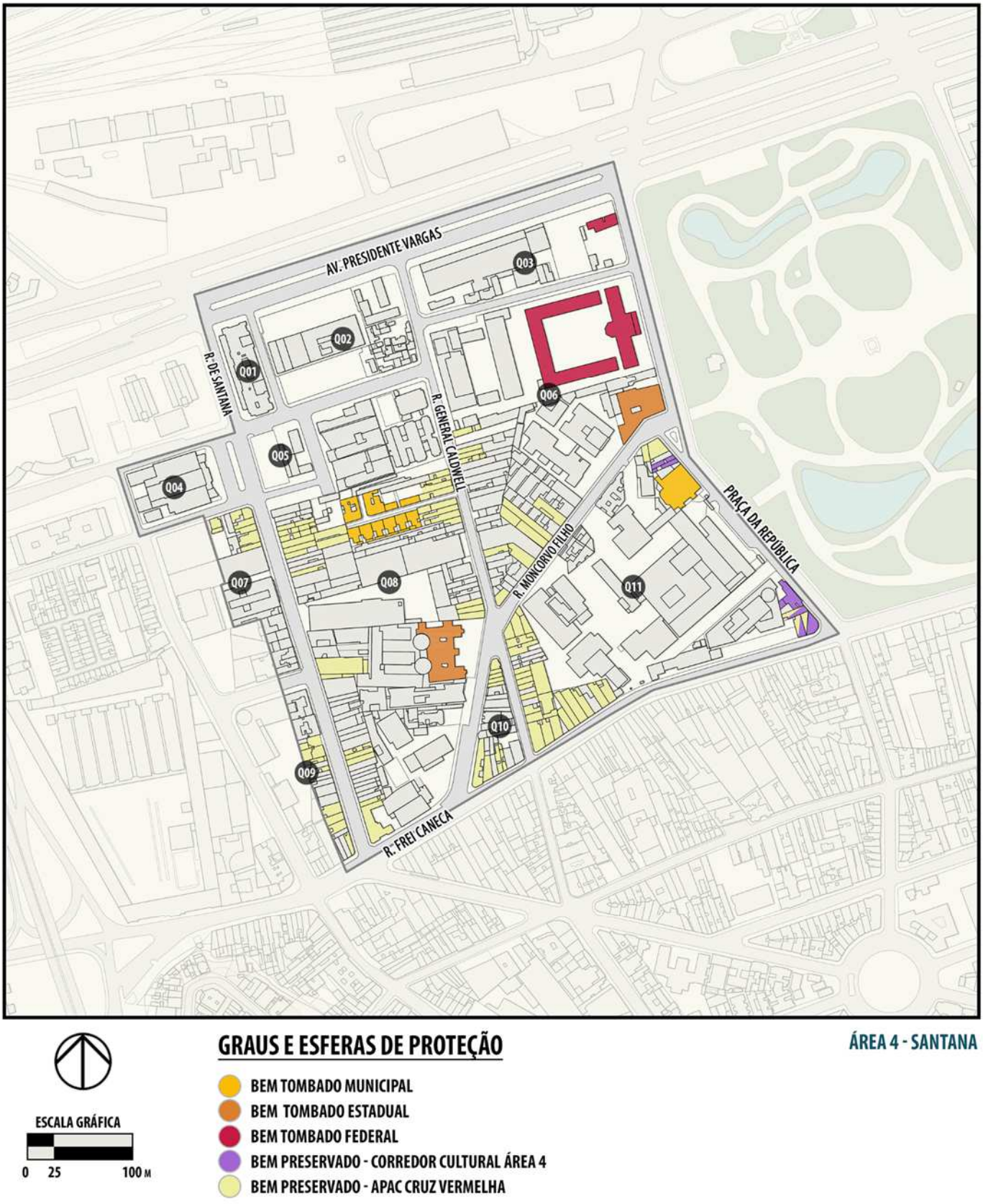


Figura 333: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

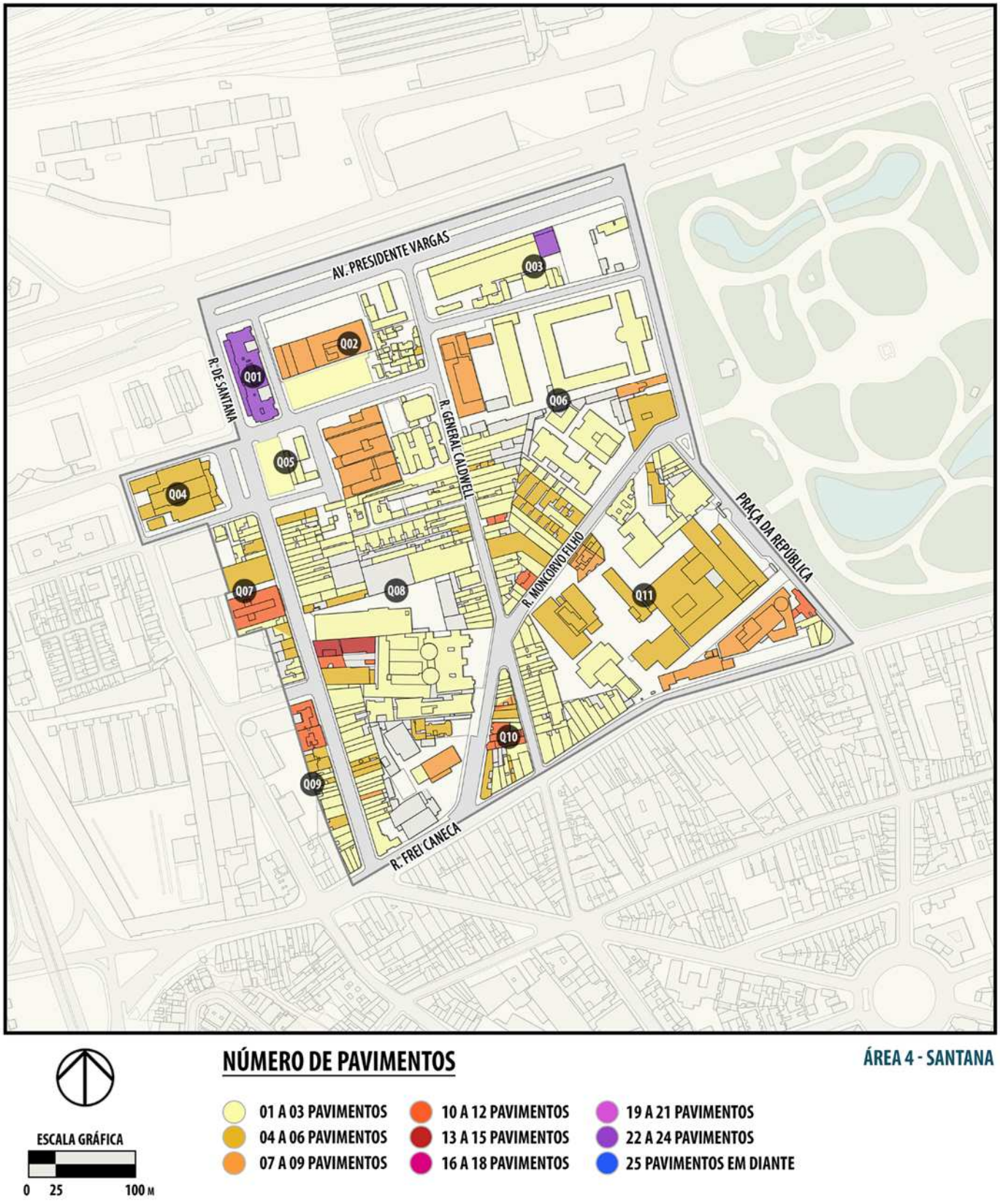


Figura 334: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Número de Pavimentos.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

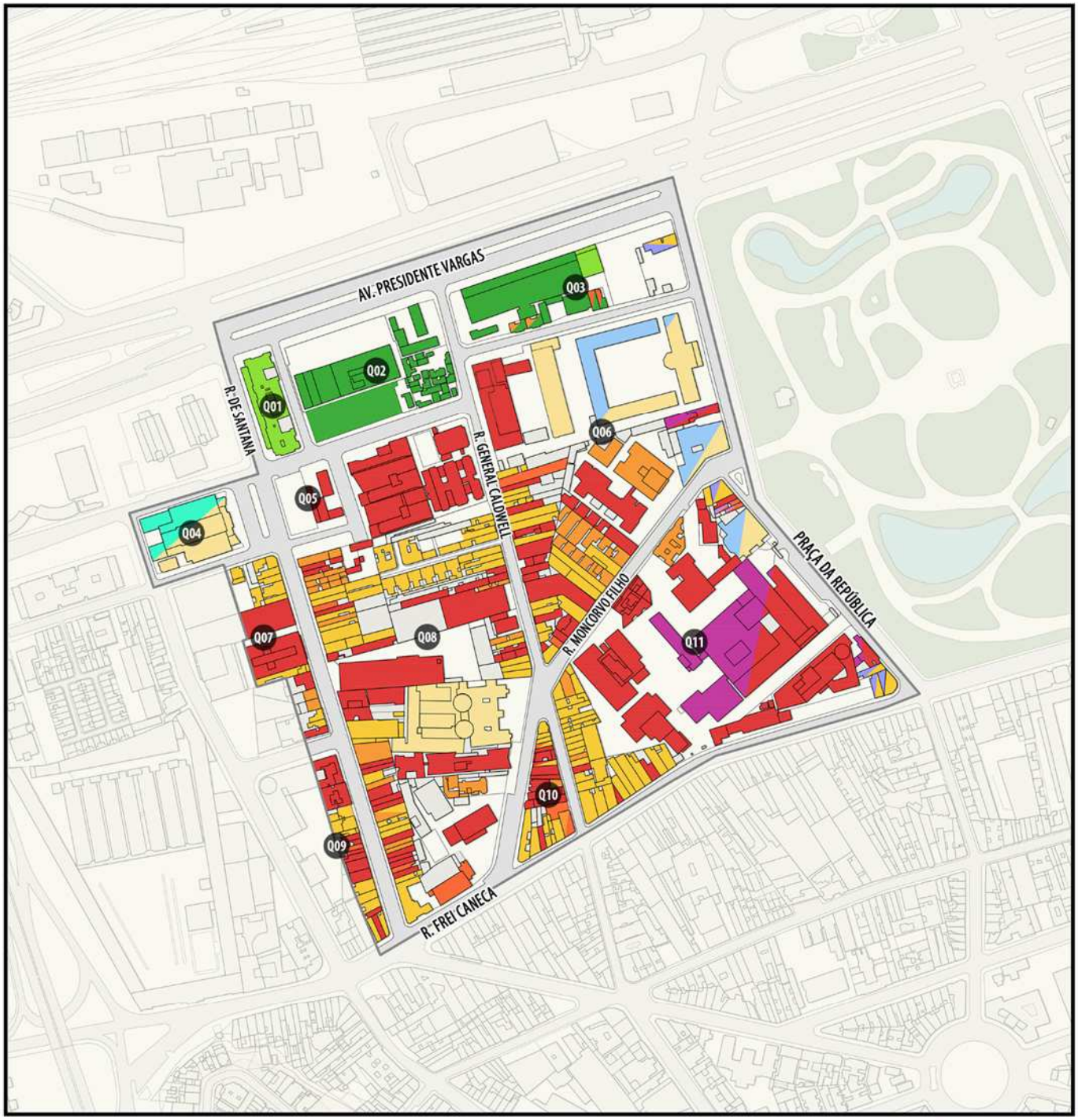


Figura 335: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

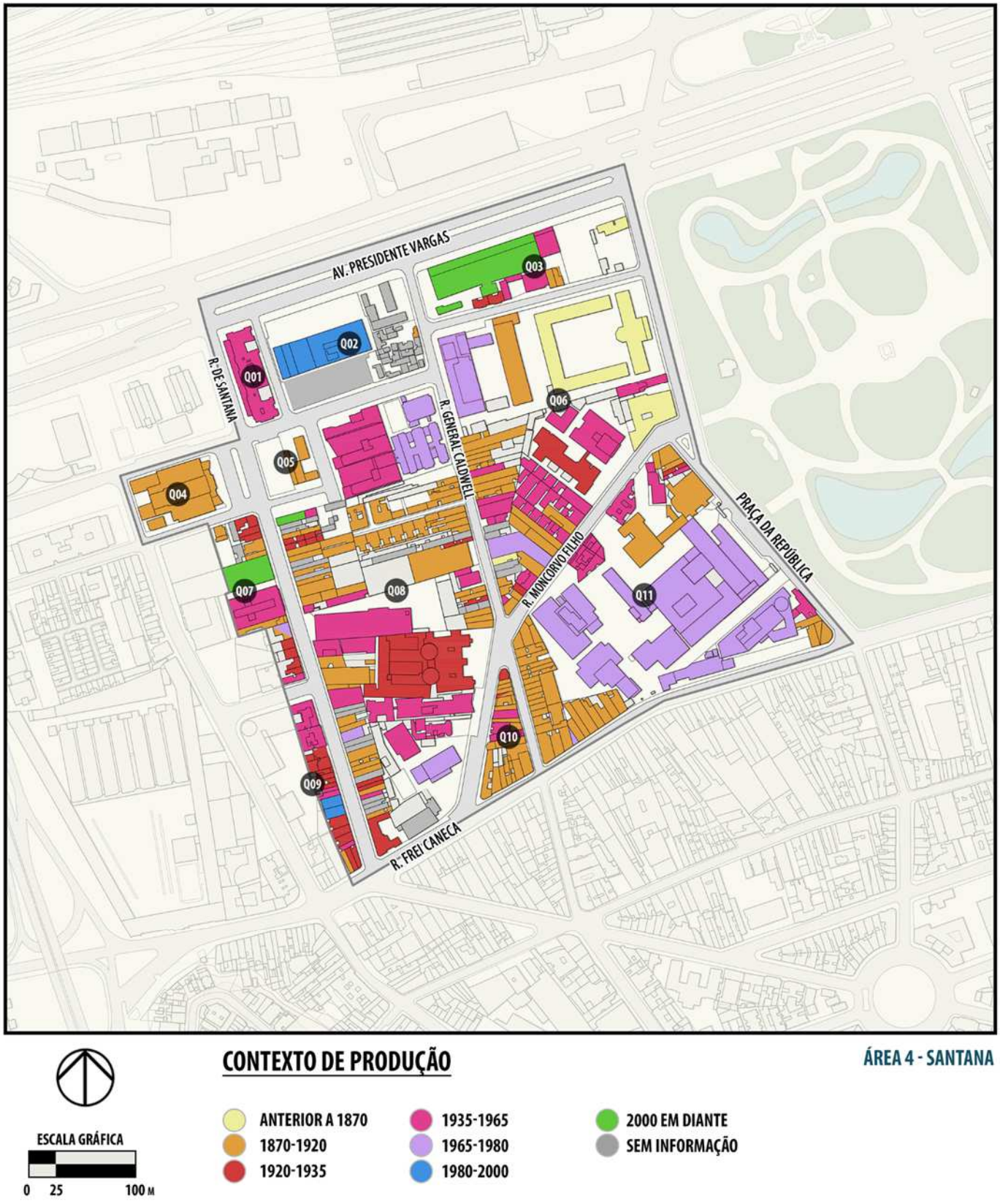


Figura 336: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Contexto de Produção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

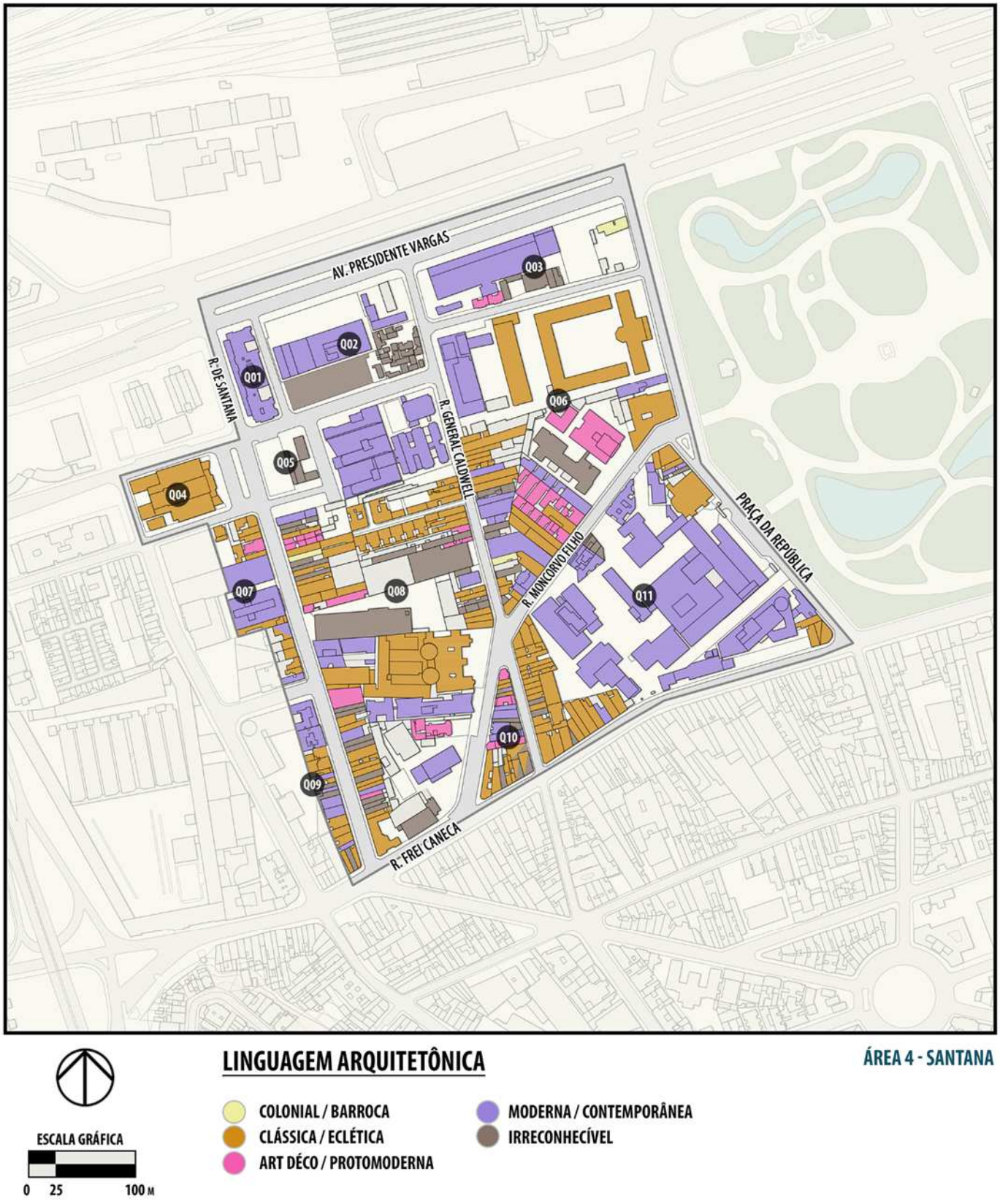


Figura 337: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Linguagem Arquitetônica.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

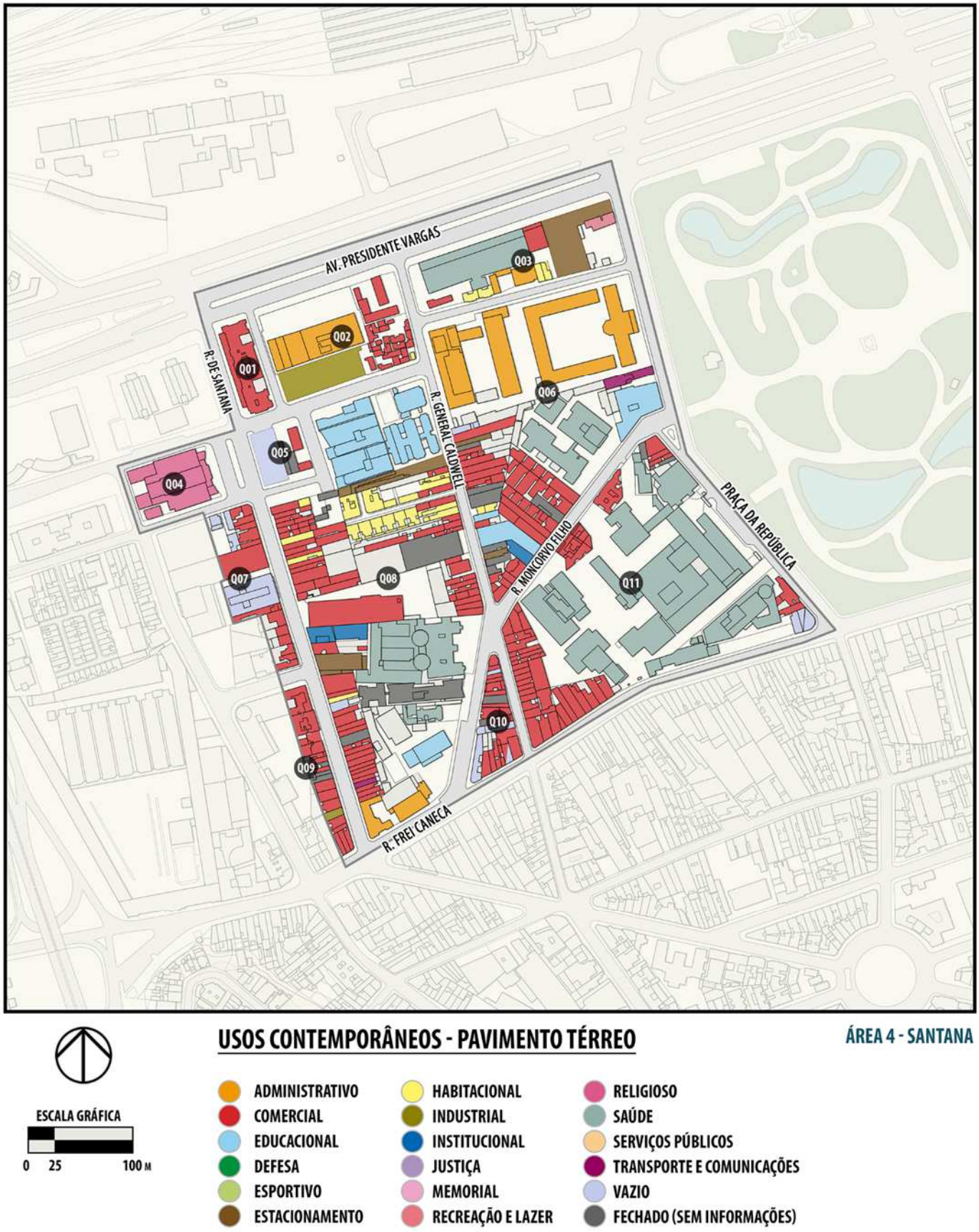


Figura 338: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

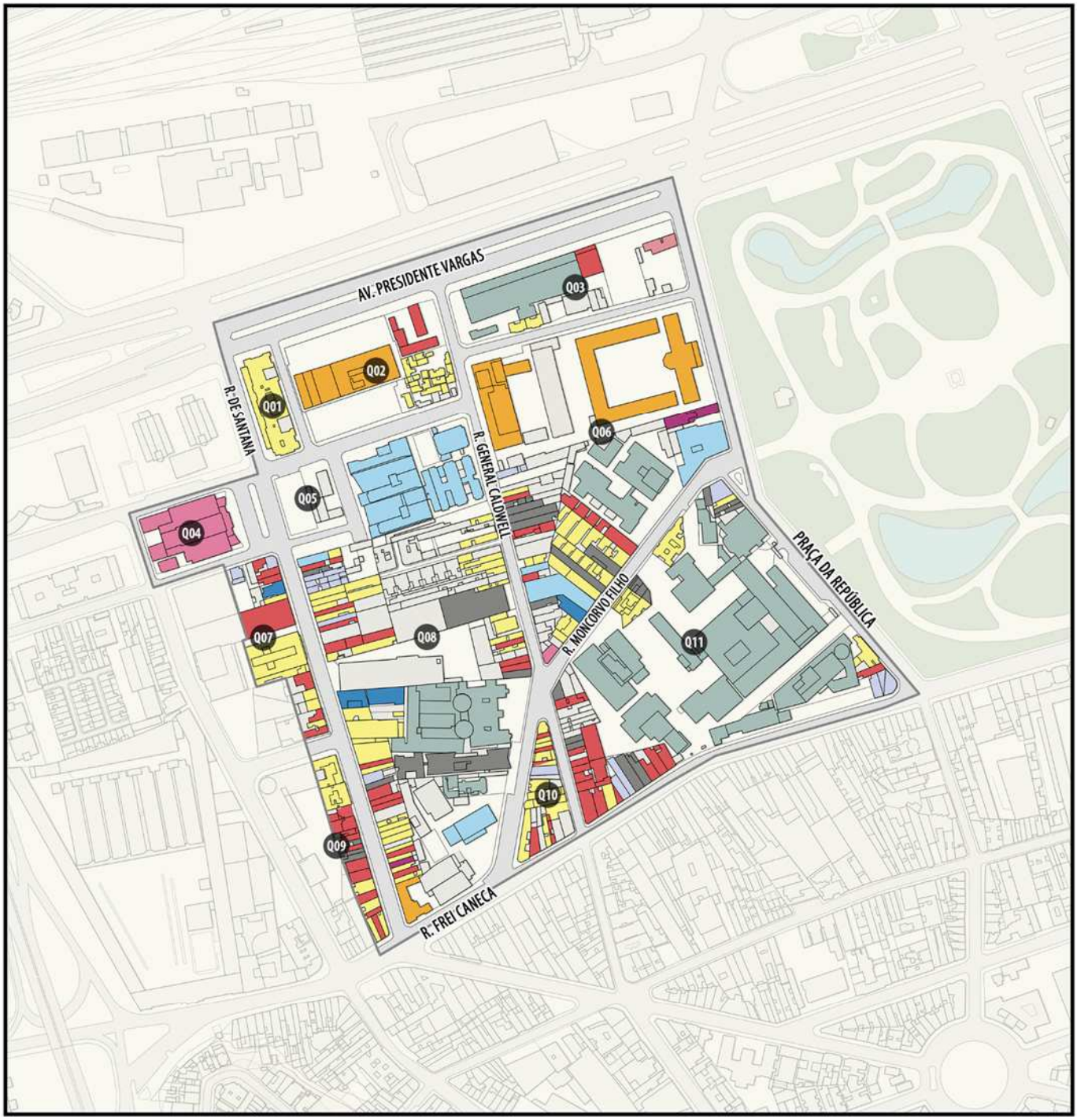


Figura 339: Área de Análise nº 4 - Santana. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

Esse uso habitacional tem significativa representatividade quando comparada às áreas analisadas anteriormente, e seria o mote para a inclusão das imediações da Rua de Santana nos estudos de preservação ambiental do "Espaço de Moradia ao Sul do Corredor Cultural"[159] empreendido pela municipalidade na década de 1980, a partir dos resultados preliminares da proposta precursora. Culminando com criação em 1992 da APAC Cruz Vermelha, a área em questão foi quase que totalmente incluída sob tutela da área de preservação, ficando fora da abrangência os quarteirões ao longo da Av. Presidente Vargas, com o "Balança-Mas-Não-Cai" (Quadra 01, Figura 341), e a Casa de Deodoro (Quadra 03, BT 19, Figura 340).

Nas margens do Campo de Santana (Quadras 06 e 11), esta preservação foi sobreposta aos limites de 1987 do Corredor Cultural, compreendo bens edificados protegidos duplamente por áreas de tutela municipais distintas, portanto merecendo uma revisão por parte do órgão de tutela municipal. Essas mesmas quadras compreenderiam também bens edificados de maior proporção em relação ao conjunto geral, como: o edifício do Arquivo Nacional, antiga sede da Casa da Moeda (Quadra 06, BT 17); a Faculdade de Direito da UFRJ (Quadra 06, BT 35); o Palácio da Saúde (Quadra 11, BT 55); e do Hospital Souza Aguiar (Quadra 11, Figura 342), cujas edificações atuais foram inauguradas em 1965, em substituição às antigas instalações.



Figura 340: Casa de Deodoro
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 341: Balança-Mas-Não-Cai
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 342: Hospital Souza Aguiar
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 343: Policlínica Militar
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

A presença de atividades do campo da saúde, é juntamente com o uso habitacional, uma apropriação recorrente na Área. Além do Hospital Souza Aguiar e do Palácio da Saúde (atual Odontoclínica do Exército), registra-se também a presença do Hospital Moncorvo Filho (Quadra 08, BT 67), do Hemorio (Quadra 11), do Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda (Quadra 11), da Policlínica Militar (Quadra 06, Figura 343), e do recente Centro de Diagnósticos Rio Imagem (Quadra 03).

[159] O processo de criação desta área de preservação será destrinchado neste capítulo, no item a seguir.

Em meio às transformações sofridas nas imediações da Rua de Santana, foram identificados três conjuntos urbanos de potencial patrimonial. São eles:

- o Conjunto do Corredor Cultural, que nesta área limita-se às margens do Campo de Santana, com sua tutela determinada pela subzona de preservação ambiental definida pelo PAA nº 10600 de 1987.
- o Conjunto da APAC Cruz Vermelha, correspondente aos sobrados e casas térreas do tecido urbano do século XIX, em parte protegidos por preservação desde a 1987.
- e o Conjunto da Av. Presidente Vargas, identificado através de pontuais imóveis verticalizados que seguem a ocupação prevista do PAA nº 3653 de 1941, e suas futuras revisões, dentre estes os edifícios Paulo de Frontin, Maipu e Onze de Junho, que compõem o complexo do "Balança-Mas-Não-Cai.

4.4.2. Caso para Estudo: A Preservação da APAC Cruz Vermelha

Propôs-se, neste trecho da tese, a discutir o processo de criação da APAC Cruz Vermelha, primeira aplicação na Área Central do instrumento exclusivo de proteção de ambiências urbanas, previsto pelo Plano Diretor Decenal da Cidade de 1992. Embora o Corredor Cultural seja a mais famosa das áreas de preservação municipal, visto que é projeto inaugural de valoração patrimonial de conjuntos urbanos na cidade, a proteção do entorno da Praça da Cruz Vermelha não está muito atrás em sua precocidade. Sua proposta original, de 1983, foi idealizada como uma extensão do Corredor Cultural para o sul da sua área de abrangência, antes mesmo de ser criada a sua Zona Especial, pela Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984.

Desenvolvida pelo RIOARTE - Instituto Municipal de Arte e Cultural, e publicada em julho de 1984 no documento intitulado "Proposta de Preservação Ambiental da região localizada ao sul do Corredor Cultural", a ideia da equipe que desenvolveu o projeto em questão partiu do sucesso da experiência do Corredor "quanto a legislação de preservação", em "localizar, documentar e preservar os trechos da cidade que ainda guardem, de maneira homogênea, a imagem do Rio antigo"[160]. A área ao sul do Corredor Cultural compreenderia:

- A extensão do tecido urbano característico da SAARA, ao longo das Ruas do Lavradio, do Senado e dos Inválidos, com seus sobrados ecléticos e neoclássicos;
- A esplanada do antigo Morro do Senado, cujo projeto urbano remete à Reforma Passos, com a abertura da Av. Mem de Sá e antiga Praça Vieira Souto (atual da Cruz

[160] RIOARTE. Proposta de Preservação Ambiental do Sul do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1984.

Vermelha), assim como a ocupação das vias adjacentes com uma arquitetura mais verticalizada ao longo a partir da década de 1920;

- E a expansão da cidade velha, para além do Campo de Santana. Este trecho refere-se às imediações das ruas de Santana e General Caldwell, abordada na análise morfológica anterior, equivalendo a Área de Análise 4 da tese.

Diferentemente do Corredor Cultural, com sua vocação comercial, a área demarcada pela equipe apresentava uma transição entre atividades. Nas proximidades da SAARA, nas ruas consideradas "de fronteira", mantinham-se as atividades comerciais. Elas iam progressivamente tornando-se de caráter habitacional ao se afastar do Corredor Cultural, embora o comércio ainda fosse existente, porém "minoritário face ao número de residências"[161].

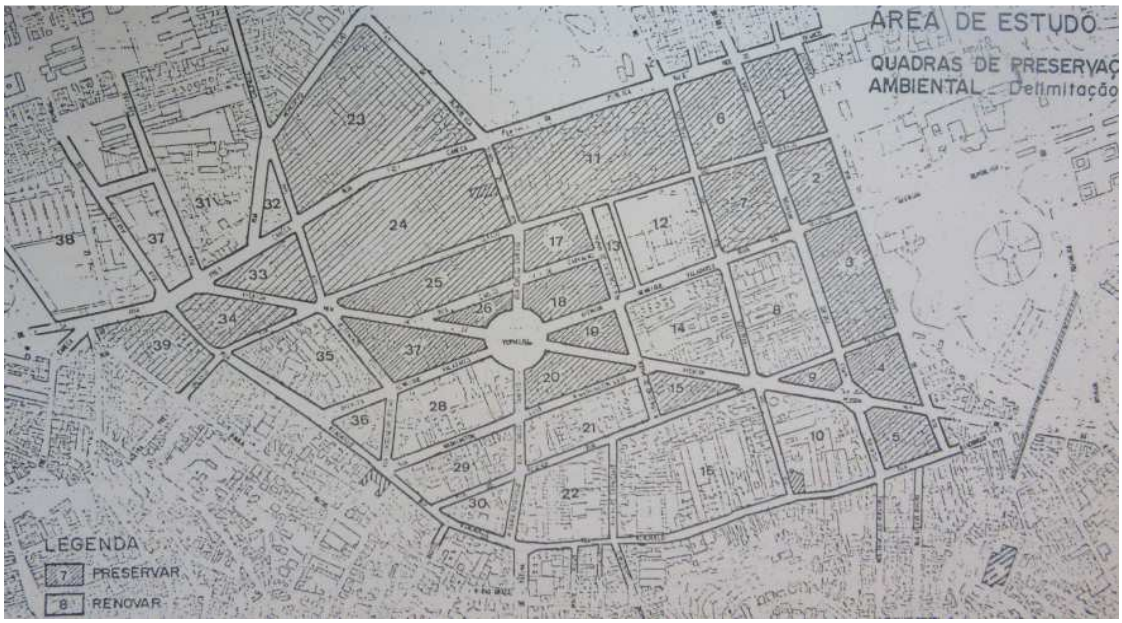


Figura 344: Área de Estudo do Sul do Corredor Cultural: Quadras de Preservação Ambiental.
RIOARTE. Proposta de Preservação Ambiental do Sul do Corredor Cultural.1984.

Os trabalhos desenvolvidos tinham como metodologia "a conjugação entre o binômio preservação/renovação das edificações vistas individualmente e o binômio homogeneidade/continuidade dos conjuntos de edificações de interesse para preservação"[162]. Com base nesta leitura, foram definidas quadras a preservar ou renovar (Figura 344), face à predominância de bens de interesse patrimonial e os seus conjuntos homogêneos. Na Área de Análise nº 04 desta tese, Santana, com exceção da Quadra de nº 11

[161] Ibid.

[162] Ibid.

demarcada pelo quarteirão formado pela Praça da República, Rua Moncorvo Filho, Rua General Caldwell e Rua Frei Caneca, a proposta seria a sua renovação.

O projeto encaminhado ao CMPC-RJ teve parecer favorável, ficando a SMP-RJ encarregada de elaborar a legislação de proteção da área, criando um Grupo de Trabalho que envolveu também o RIOARTE, na figura do arquiteto Augusto Ivan, coordenador do Projeto do Corredor Cultural, assim como membros da SPHAN/FNpM e do INEPAC. Em documento, supostamente de 1985[163], constam as modificações realizadas pelo Grupo de Trabalho na proposta original do RIOARTE. Dentre elas:

- O nome do projeto, que passa a ser o "Espaço de Moradia ao Sul do Corredor Cultural"; reforçando a dimensão habitacional da área, em contraponto ao caráter comercial do Corredor Cultural.
- A associação das propostas ao plano de implementação do Metrô, que previa uma estação na Praça da Cruz Vermelha, e sua ligação com o Estácio. Uma vez que as obras do Metrô eram realizadas por escavação a céu aberto, ao longo do seu eixo necessitariam ser desapropriados imóveis considerados como preserváveis no projeto original. As obras do metrô, por sua vez, não foram adiante na área.
- E extensão da abrangência da proposta, incluindo as Quadras de nº 1 a 3, e 5 a 8, da Área de Análise nº 4 desta tese, estabelecendo como limite norte do estudo a Av. Presidente Vargas. As Quadras de nº 6 e 8 teriam como diretriz a sua preservação.

Juntamente à atualização do estudo original, foram indicados para tombamento os imóveis considerados excepcionais na área, conforme visto no capítulo anterior, cuja proteção foi oficializada pelo Decreto nº 6932 de 8 de setembro de 1987. Em seguida, o estudo realizado serviu para a criação de uma Área de Proteção de Entorno desses bens tombados, através do Decreto nº 7076 de 06 de novembro de 1987.

Segundo Evelyn Furquim Lima, que foi diretora do DGPC entre os anos 1990 e 1992, uma minuta que previa regulamentação dessa Área de Entorno, "definindo usos e condições para novas construções e reformas em imóveis"[164] já existentes foi produzida, embora nunca decretada. Apesar de estabelecida a preservação, continuavam vigentes os projetos de alinhamento e loteamento que propunham a renovação completa da área protegida, sendo necessária a urgente atualização da proposta. Isto levou à criação de um novo Grupo de

[163] RIOARTE et al., 1985.

[164] LIMA, 1992, fl. 5.

Trabalho, avaliando a minuta de decreto já produzida, e "revisando os estudos e levantamentos à luz de novos parâmetros".

Na revisão empreendida pelo novo Grupo, foram identificadas três subáreas (Figura 345), correspondentes aos trechos apresentados anteriormente neste texto. A Subárea C, referente à Área de Análise nº 4 desta tese, foi descrita como a mais heterogênea do estudo, apresentando "graus variados de densidade de bens a preservar", assim como diferenciações no gabarito, com imóveis verticalizados ao longo da Rua de Santana, resultado das proposições do PAA nº 4463/PAL nº 12065 de 1947. Destacou-se também a alta incidência de prédios institucionais, abrigando "hospitais, escolas e repartições militares", o que resultou em um menor número de imóveis habitacionais, embora este uso ainda "fosse bastante significativo"[165].

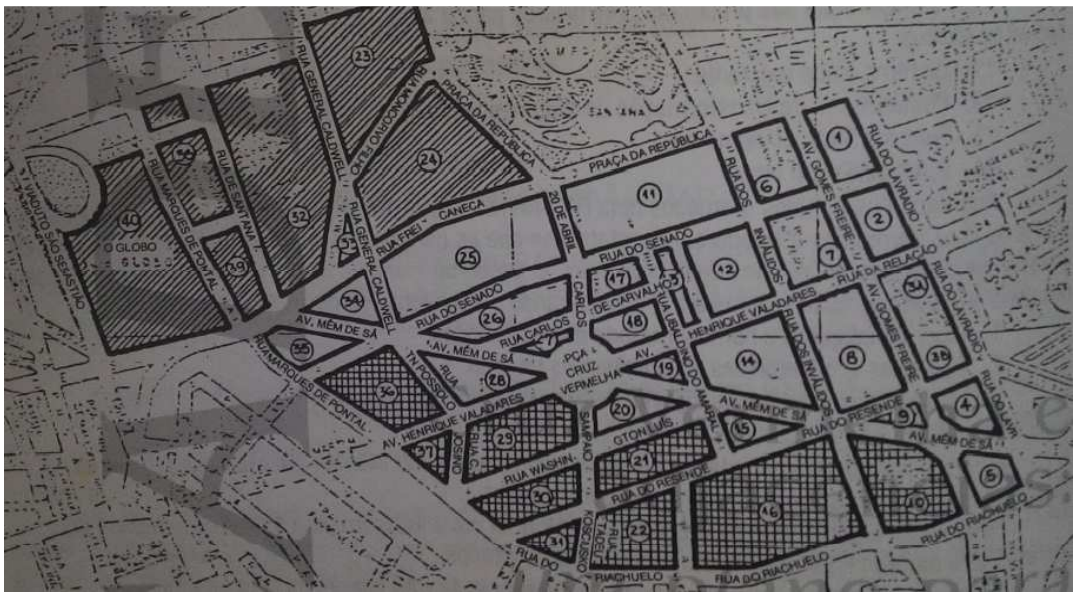


Figura 345: Subáreas dos Estudos da APAC Cruz Vermelha.
A Subárea C, correspondente à Área de Análise nº 4 desta tese, com hachuras lineares. Fonte: LIMA, 1992.

Os novos estudos deram origem a APAC da Cruz Vermelha, oficializada pelo Decreto Municipal nº 11.883 de 1992, substituindo a proteção estabelecida em 1987, além de revogar os PAAs e PALs vigentes que iam contra a preservação da ambiência característica da área. Além da regulamentação dos usos e gabaritos para os imóveis abrangidos na APAC, constava a listagem em anexo dos imóveis a serem preservados. Ao longo das Rua de Santana, antes compreendida como áreas de renovação no decreto de 1987, a legislação de 1992 protegeu mais de 30 imóveis, entre eles sobrados tradicionais e edifícios de baixo gabarito.

[165] Ibid., fl. 18.

Mais de 25 anos se passaram desde que a APAC Cruz Vermelha foi estabelecida. E apesar de estudos terem sido realizados recentemente pela Gerência de Cadastro e Pesquisa do IRPH, visando a inclusão de novos imóveis à capacidade de preservados, nenhuma revisão foi efetivamente empreendida. As leituras a serem desenvolvidas em sequência, visam contribuir com uma possível atualização deste processo.

4.4.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área de Santana (Quadra-Detalhe 08)

A quadra de nº 08 da Área de Análise nº 4, definida pelas ruas Frei Caneca, de Santana, Prof. Sylvio Viana Freire, Frederico Silva, e Moncorvo Filho e General Caldwell, encontra-se totalmente tutelada pela APAC Cruz Vermelha, embora menos da metade dos seus bens edificados encontram-se protegidos, ora por preservação, ora por tombamento. Essa situação reflete as transformações que a área sofreu desde as propostas renovadoras da década de 1940, reduzindo a quantidade de imóveis que representassem o tecido urbano tradicional e as reformas empreendidas por Pereira Passos que a área de preservação visava salvaguardar.

Reconheceu-se como a tipologia arquitetônica recorrente de valor patrimonial: os pequenos imóveis com fachada de traços clássicos e ecléticos, produzidos entre as décadas de 1870 e 1920 (Figuras 346 a 349). Esta materialidade foi valorada como digna de preservação pela municipalidade, devido à qualidade que suas fachadas traziam à paisagem e ambiência do conjunto protegido. Estabelece-se, portanto, com estas características a tipologia patrimonial identificada como de integração principal para a Área, cujos imóveis encontram-se dispersos ao longo das Ruas de Santana e General Caldwell. Entre eles, consta a vila tombada de número 206 da Rua General Caldwell. A maioria desta tipologia patrimonial encontra-se fachada caracterizada, e em bom estado de conservação.



Figura 346: Integrado Principal, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 210.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 347: Integrado Principal, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 204.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 348: Integrado Principal, Área 4: Rua de Santana, nº 209.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 349: Integrado Principal, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 246.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

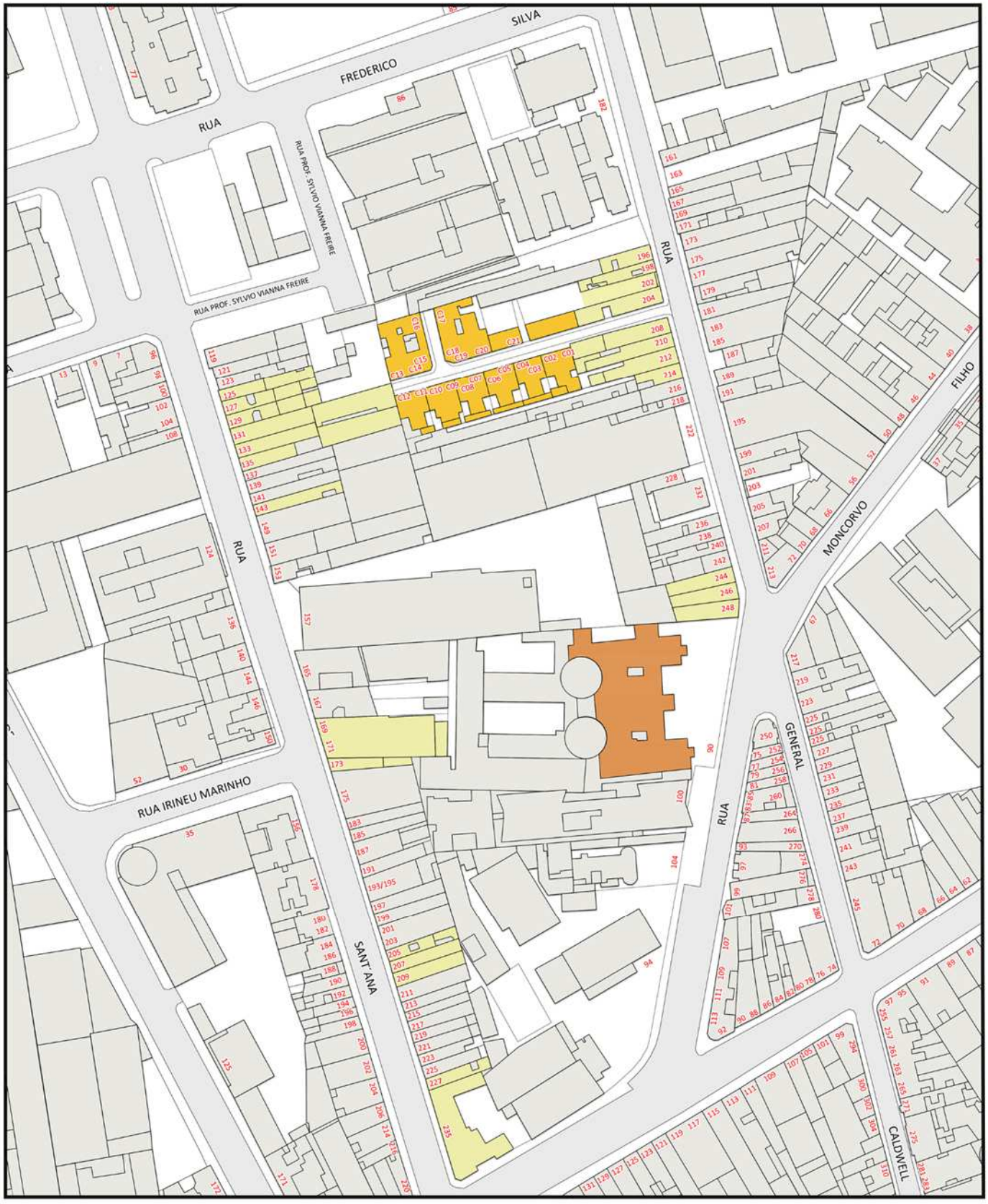


Figura 350: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

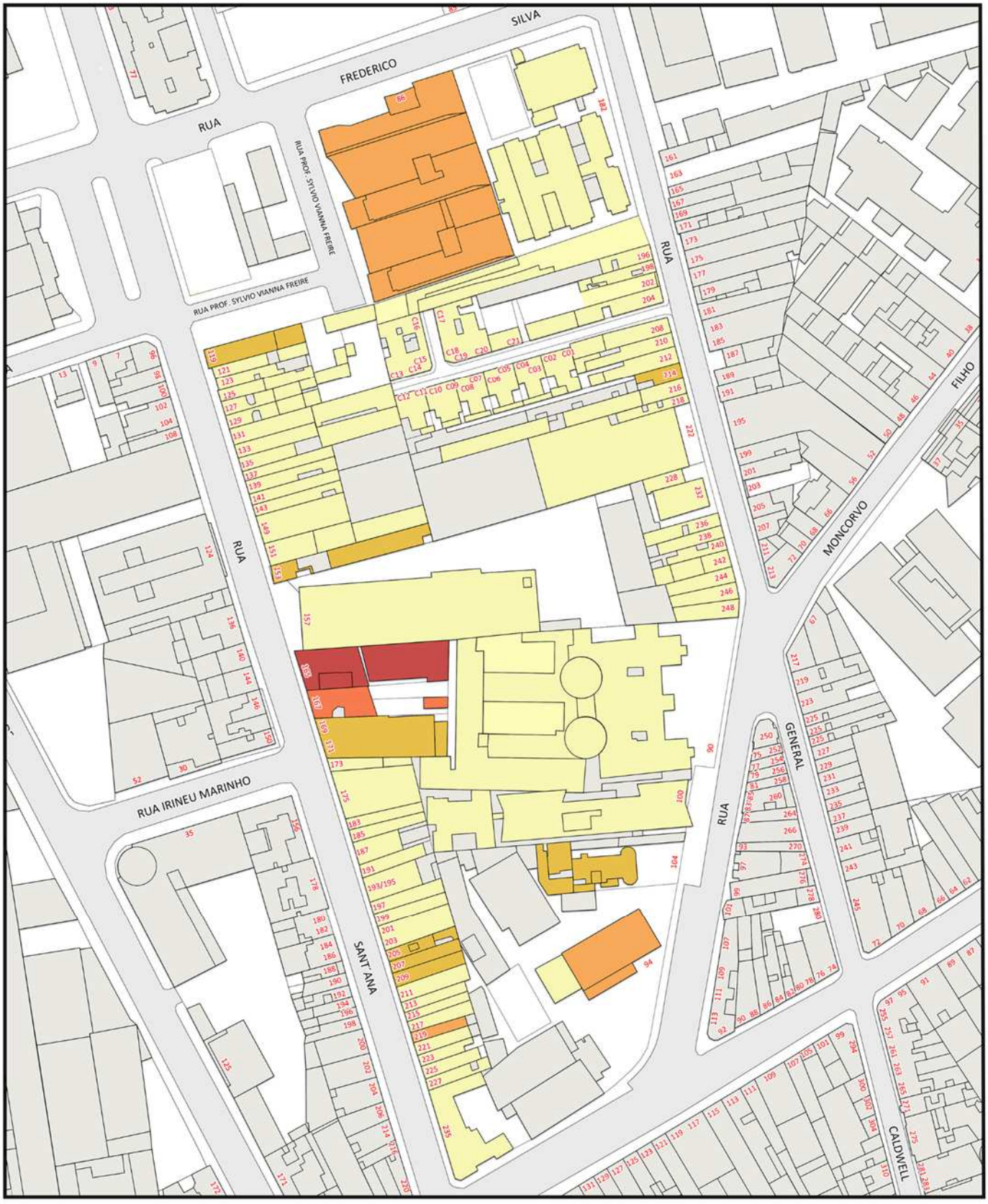


Figura 351: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Número de Pavimentos.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

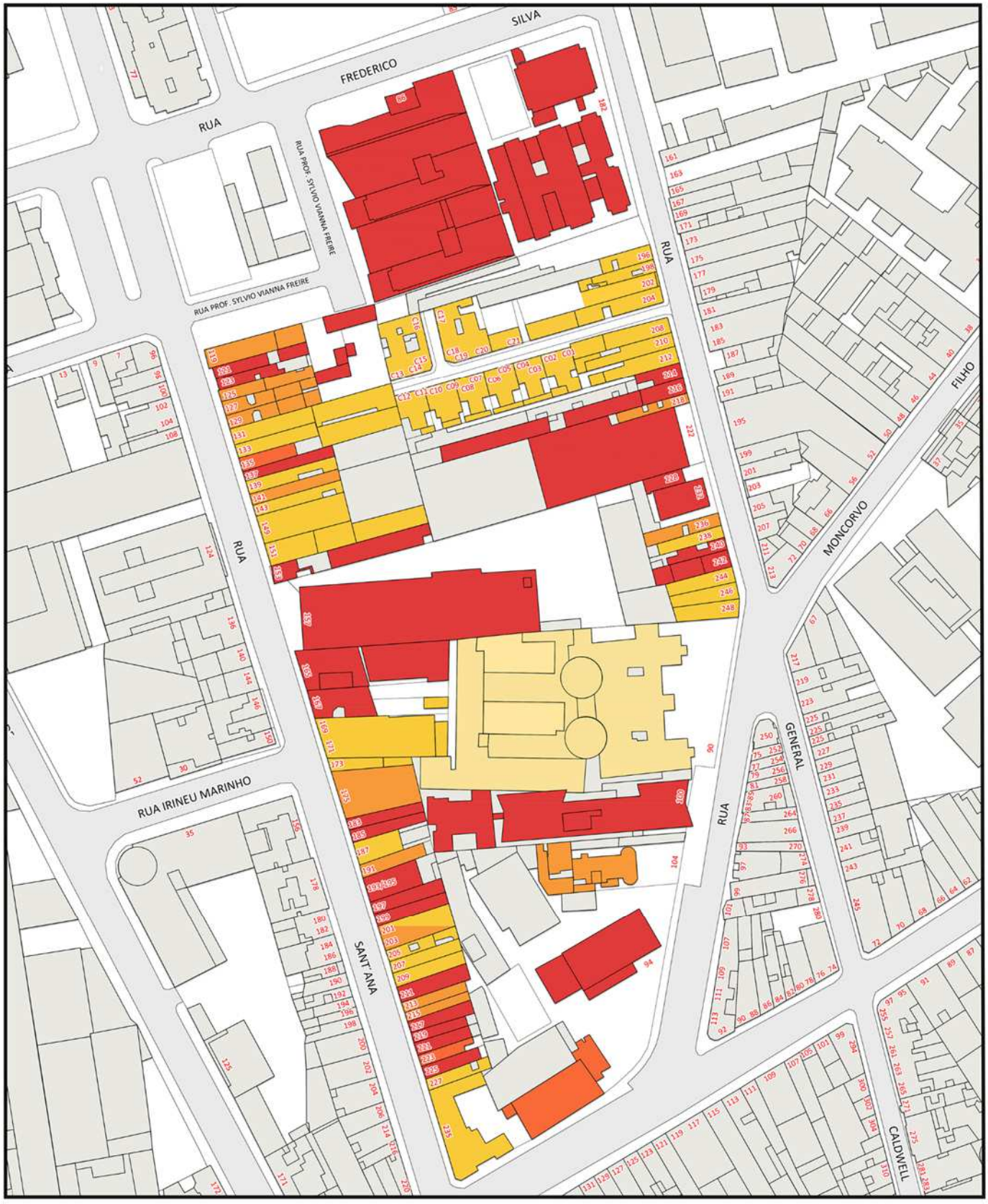


Figura 352: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

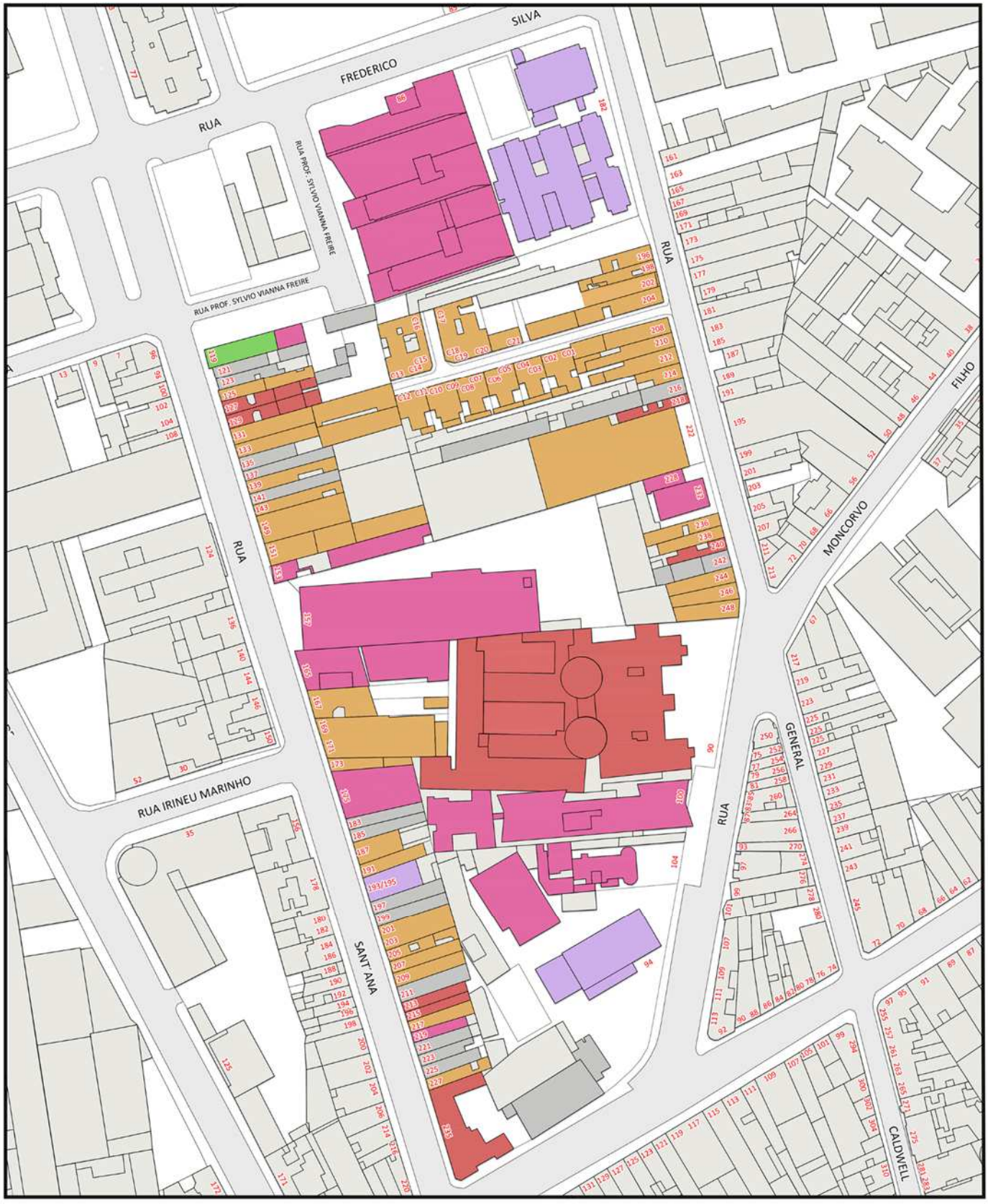


Figura 353: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Contexto de Produção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

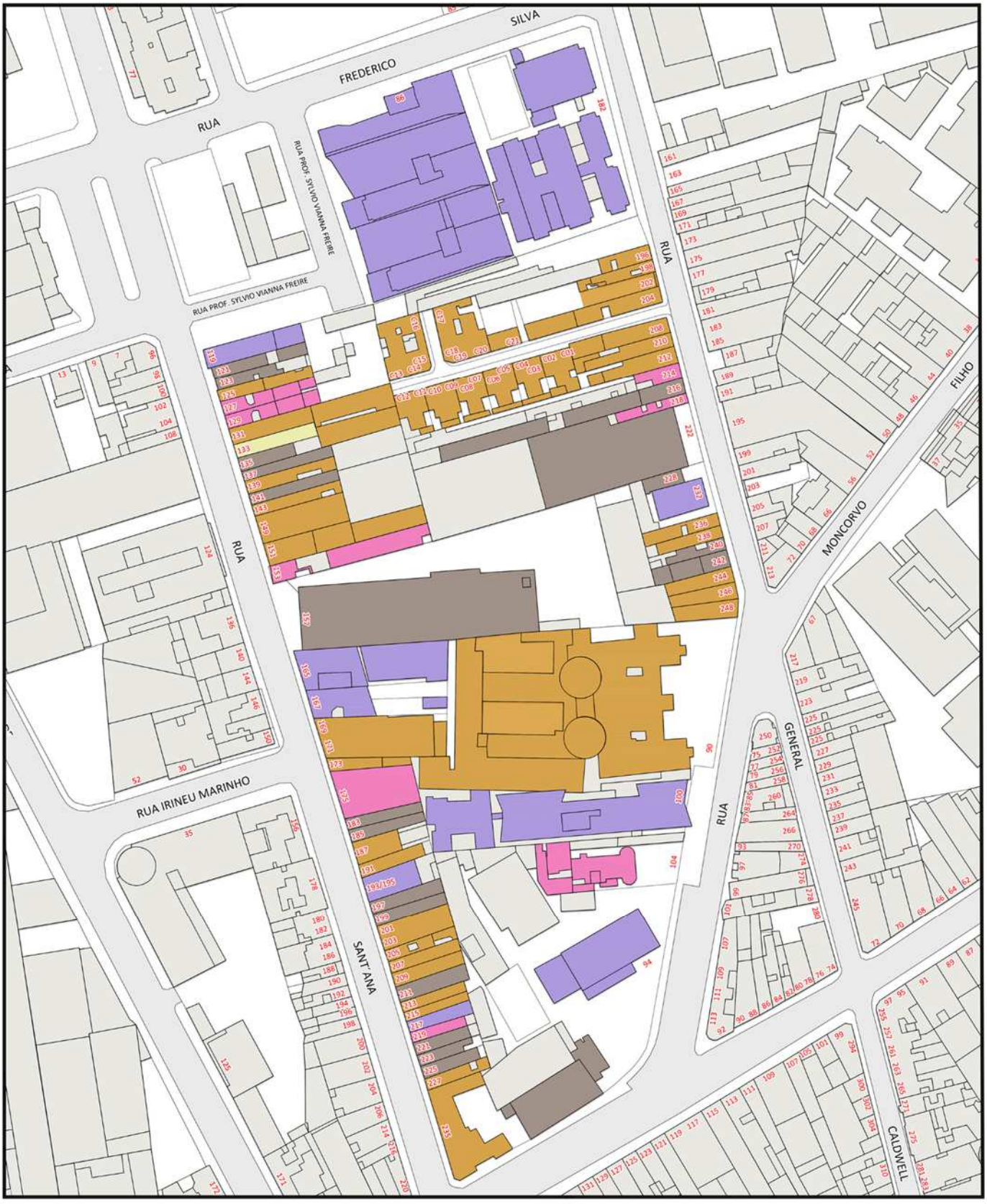


Figura 354: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Linguagem Arquitetônica.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

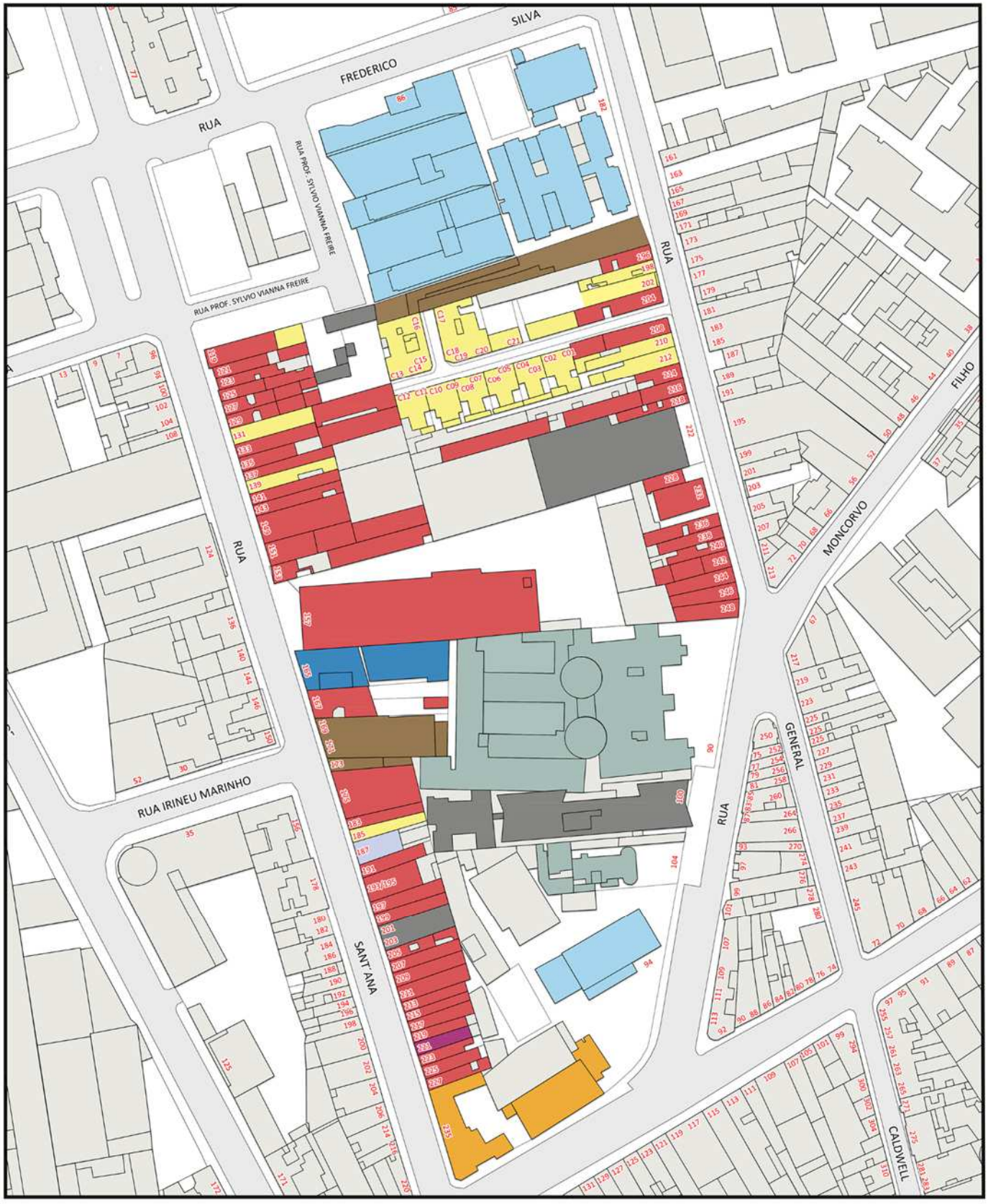


Figura 355: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.

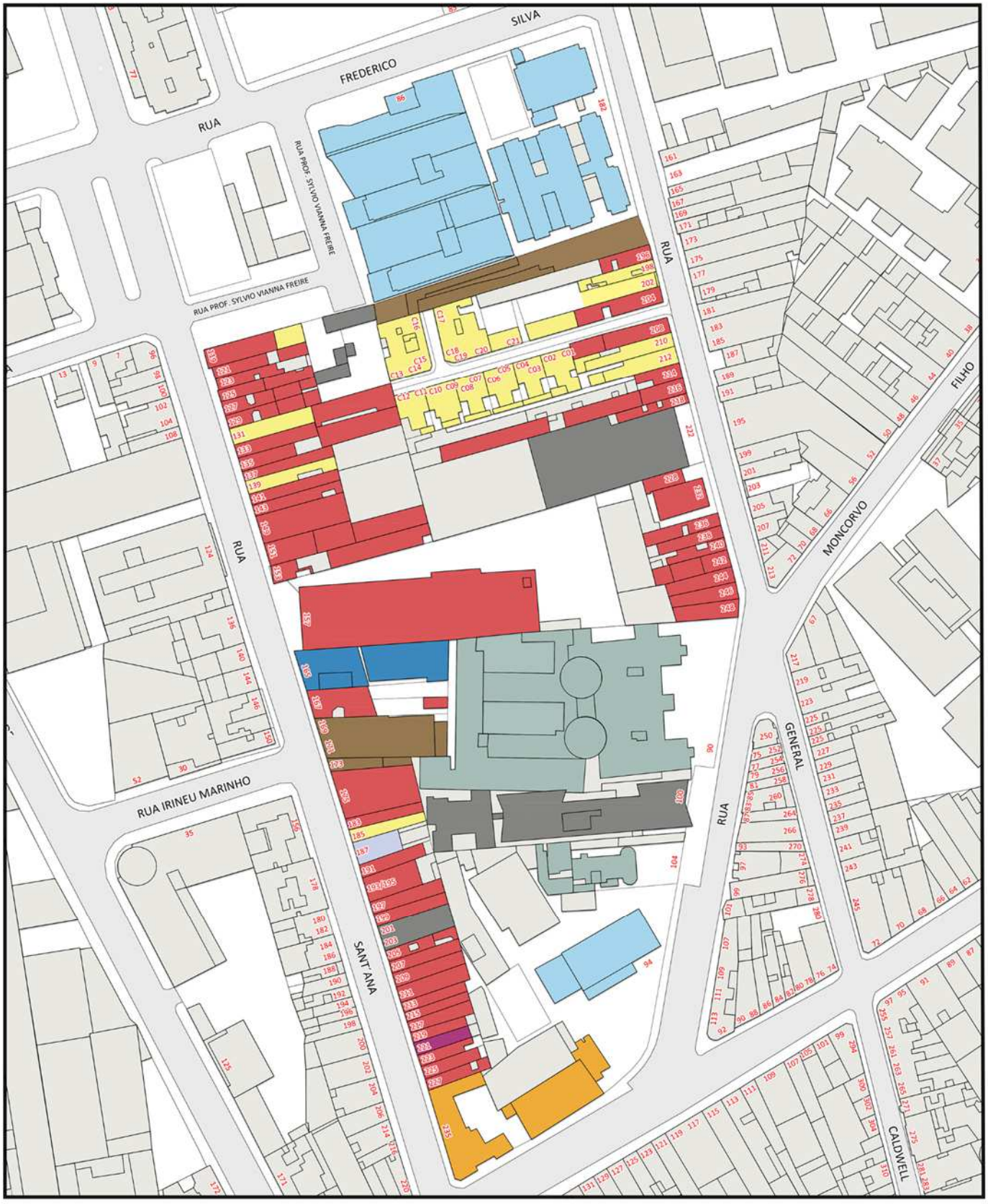


Figura 356: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores.

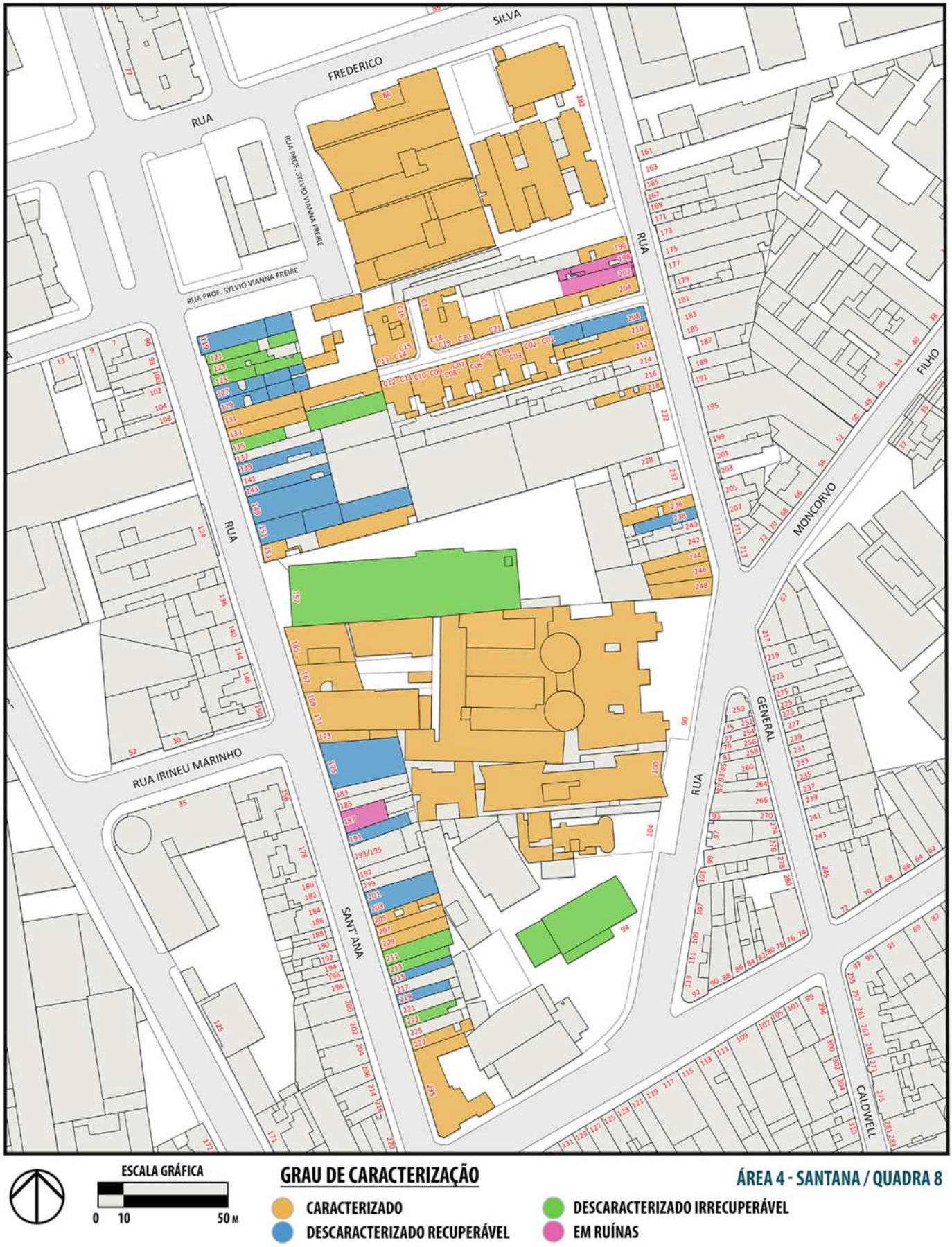


Figura 357: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Grau de Caracterização.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

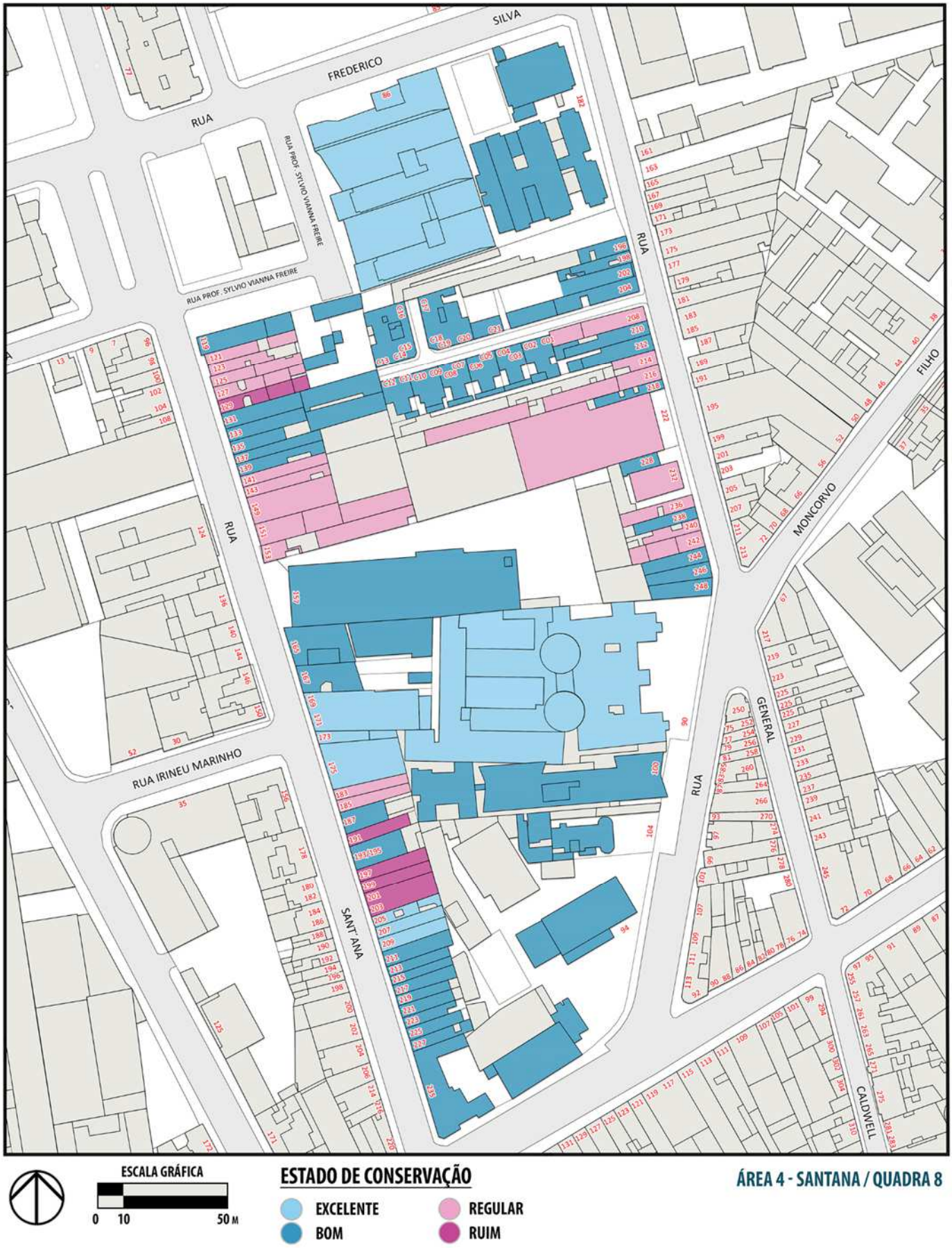


Figura 358: Área de Análise nº 4 - Santana. Quadra 8. Mapa de Estado de Conservação.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

O caso único de integração excepcional seria o do pavilhão eclético do Hospital Moncorvo Filho (BT 55), tombado pelo INEPAC na década de 1990, que se destaca do conjunto não só pela sua ornamentada fachada, quanto pela sua dimensão em relação aos edifícios de modestas proporções que se erguem na quadra.

Compreendendo que a APAC da Cruz Vermelha nasceu de uma proposta que incluiu também a proteção de pequenos edifícios residenciais no tecido que se estruturou na Esplanada do Senado, a equipe contemplou inicialmente a preservação de imóveis mais tardios, como os produzidos ao longo das décadas de 1920, momento em que se assentavam as vias do entorno da antiga Praça Vieira Souto. Estes chegaram a ser preservados pelo Decreto Municipal nº 7076 de 1987, mas foram retirados do rol com revisão empreendida que gerou a APAC instituída pelo Decreto Municipal nº 11883 de 1992.

Foram considerados como integrados referenciais, esses casos de edificações com fachadas de traços mais simplificados e geométricos, como o estilo *art-déco*, e indicativos da transição arquitetônica para a produção de linhas modernas da década de 1930. Na quadra em questão, inclui-se neste grupo o edifício de nº 218 da Rua General Caldwell (Figura 359). Também com produção mais tardia, mas com traços do ecletismo neocolonial encontram-se dois imóveis (nº 213 e 215) na Rua de Santana (Figura 360).



Figura 359: Integrado Referencial, Área 4: Rua Gal. Caldwell, nº 218.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 360: Integrado Referencial, Área 4: Rua de Santana, nº 213.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

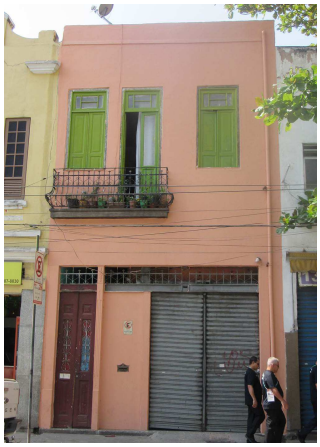


Figura 361: Conflitante Recuperável, Área 4: Rua de Santana, nº 135.

Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Um caso particular de integração referencial é o do imóvel de nº 119 da Rua de Santana. Originalmente um sobrado de linhas clássicas, consta no AGCRJ uma fotografia referente a um estudo de tombamento para a edificação realizada pelo DPHA em 1965 (Figura 362). O sobrado registrado em estado de deterioração seria preservado em 1987, porém removido da

listagem de bens da APAC Cruz Vermelha em 1992. Em seu lugar, edificou-se, em 2003, um prédio do Projeto Novas Alternativas do SMH, que buscou uma linguagem moderna integrar-se ao ritmo predominante no conjunto (Figura 363).

Apesar da sua construção recente, já constam as usuais descaracterizações na fachada do imóvel, como a instalação de equipamentos de ar condicionado e antenas de televisão. Estas demandas, contudo, poderiam ter sido contempladas na elaboração do projeto, considerando que à época de sua construção estas já se tratavam de facilidades correntes da vida contemporânea.





(esquerda) **Figura 362:** Imóvel na Rua de Santana, nº 119 em 1965.
Fonte: AGCRJ.

(direita) **Figura 363:** Integrado Referencial, Área 4: Rua de Santana, nº 119.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Em termos de exemplares conflitantes, considera-se caso recuperável o do imóvel de nº 135 da Rua de Santana (Figura 361). Embora preservado pela APAC da Cruz Vermelha em 1992, o sobrado teve sua fachada intensamente descaracterizada, perdendo todo seu coroamento original, além da inclusão de um fechamento em alvenaria no térreo. Não existem mais elementos que confiram qualidade arquitetônica ao conjunto, e na sua situação atual ele contribui negativamente à ambiência. Este é mais um caso que indica a necessidade por revisar a valoração dos bens preservados na Área Central da Cidade.

4.5. O Patrimônio Cultural Edificado na Área 5, Cidade Nova

4.5.1. Breve Análise Morfológica e Patrimonial da Área da Cidade Nova

Compreendendo os terrenos conquistados com o aterro do Mangal de São Diogo, a Área de nº 05, da Cidade Nova, é a de estruturação mais recente dentre as analisadas na tese. Não contando com o eixo do Canal do Mangue e seu entorno imediato, a área configurava ainda um extenso vazio nas cartografias cadastrais publicadas na década de 1870.

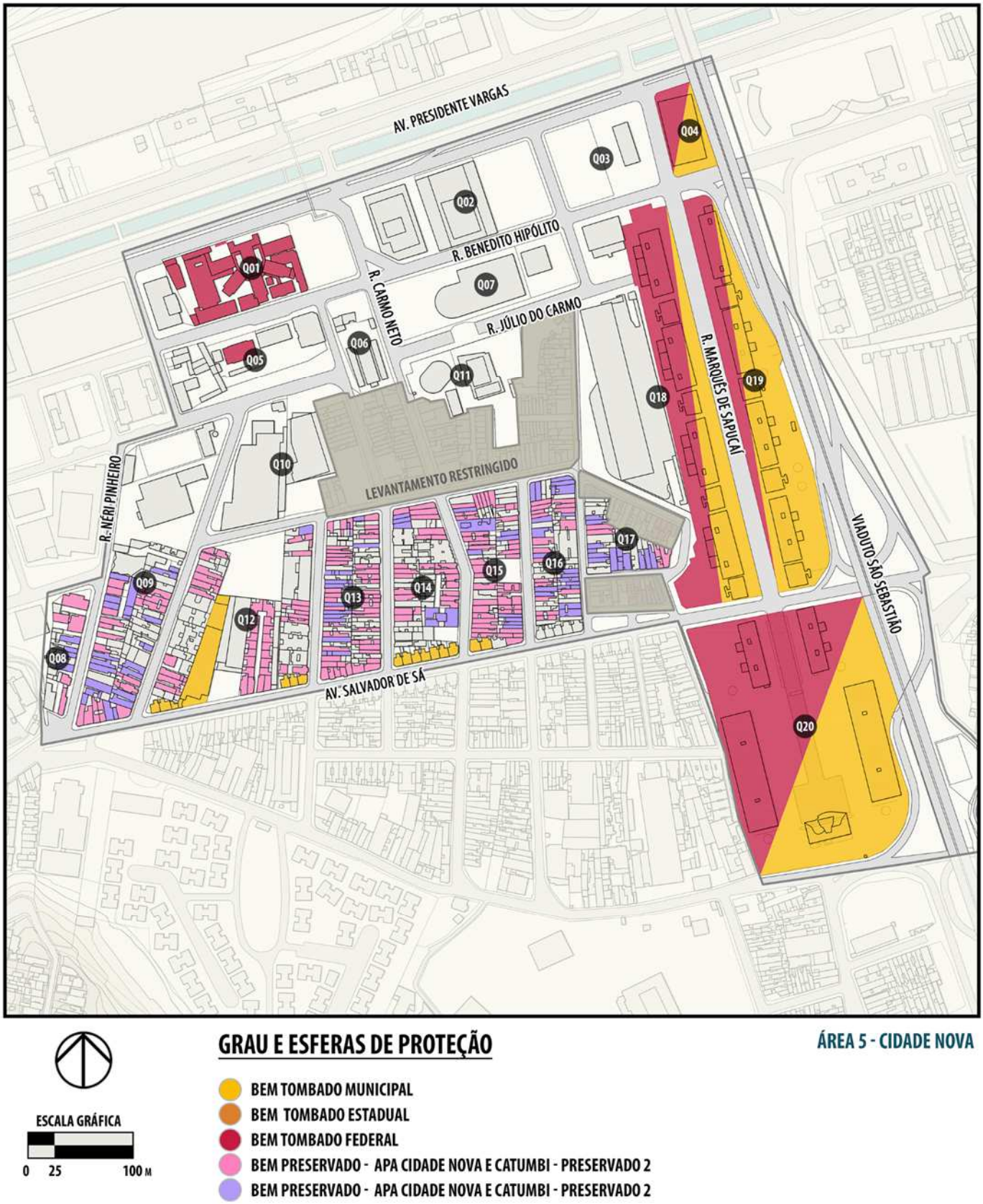


Figura 364: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Graus e Esferas de Proteção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

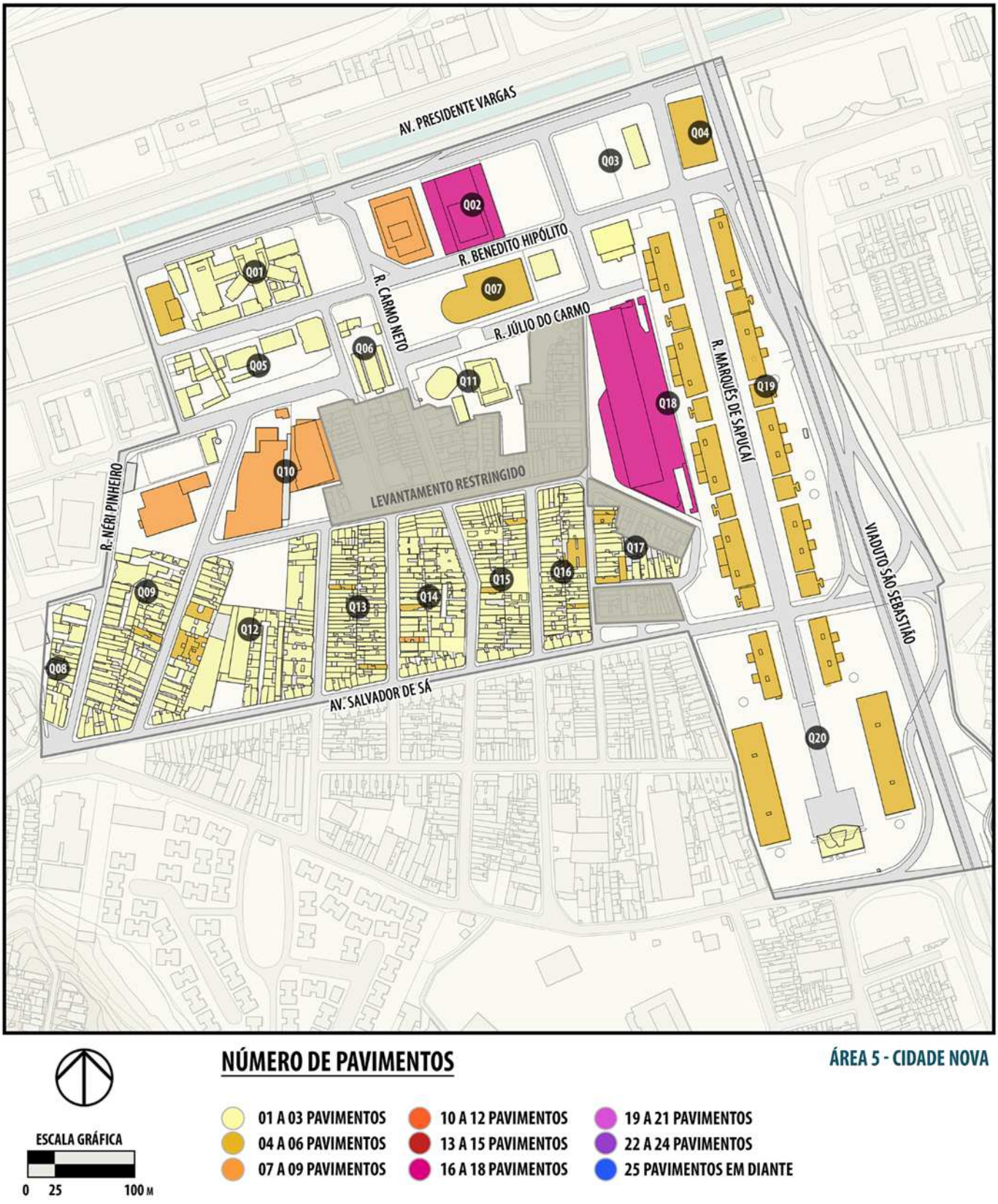


Figura 365: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Número de Pavimentos.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





Figura 366: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

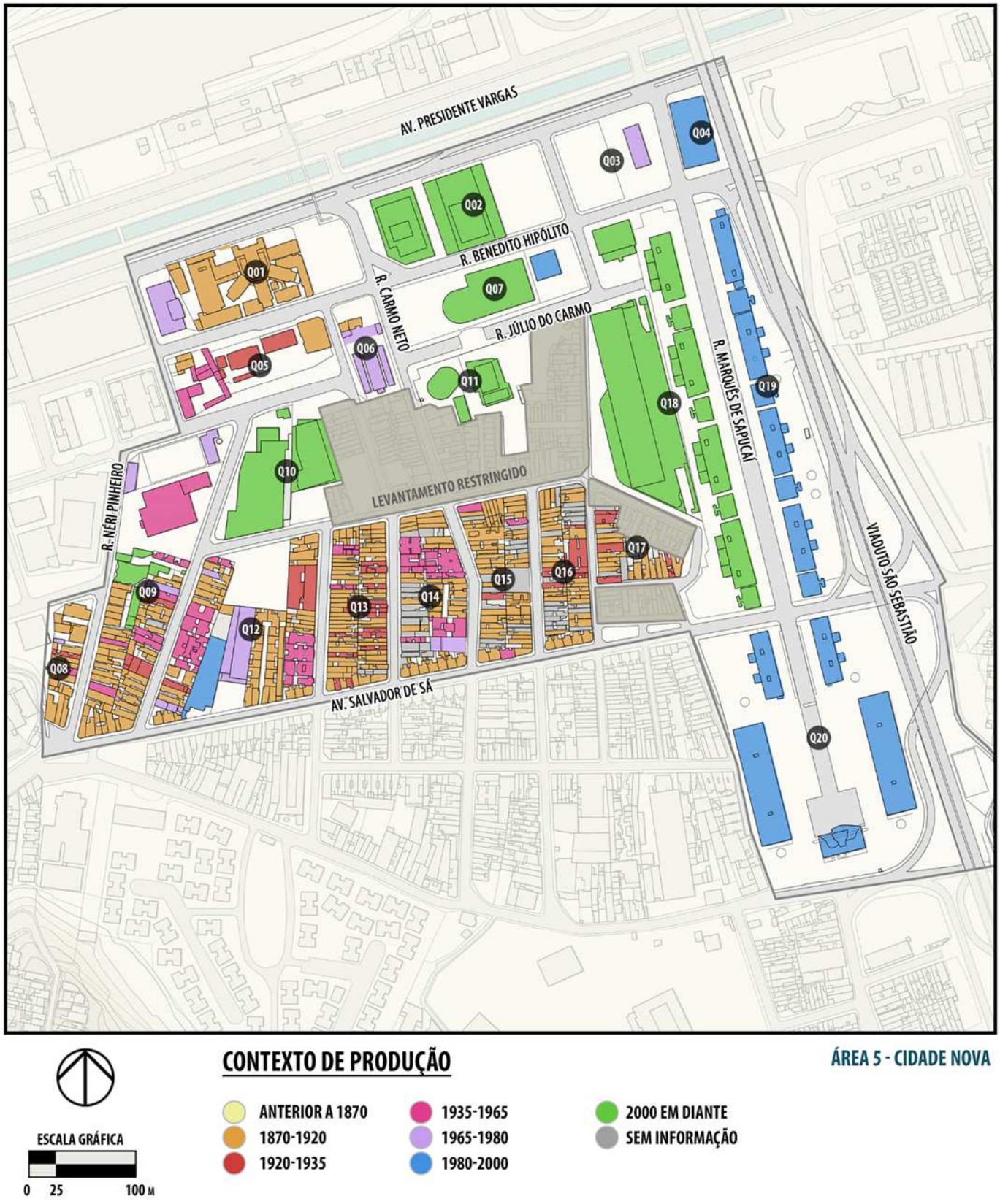


Figura 367: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Contexto de Produção.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

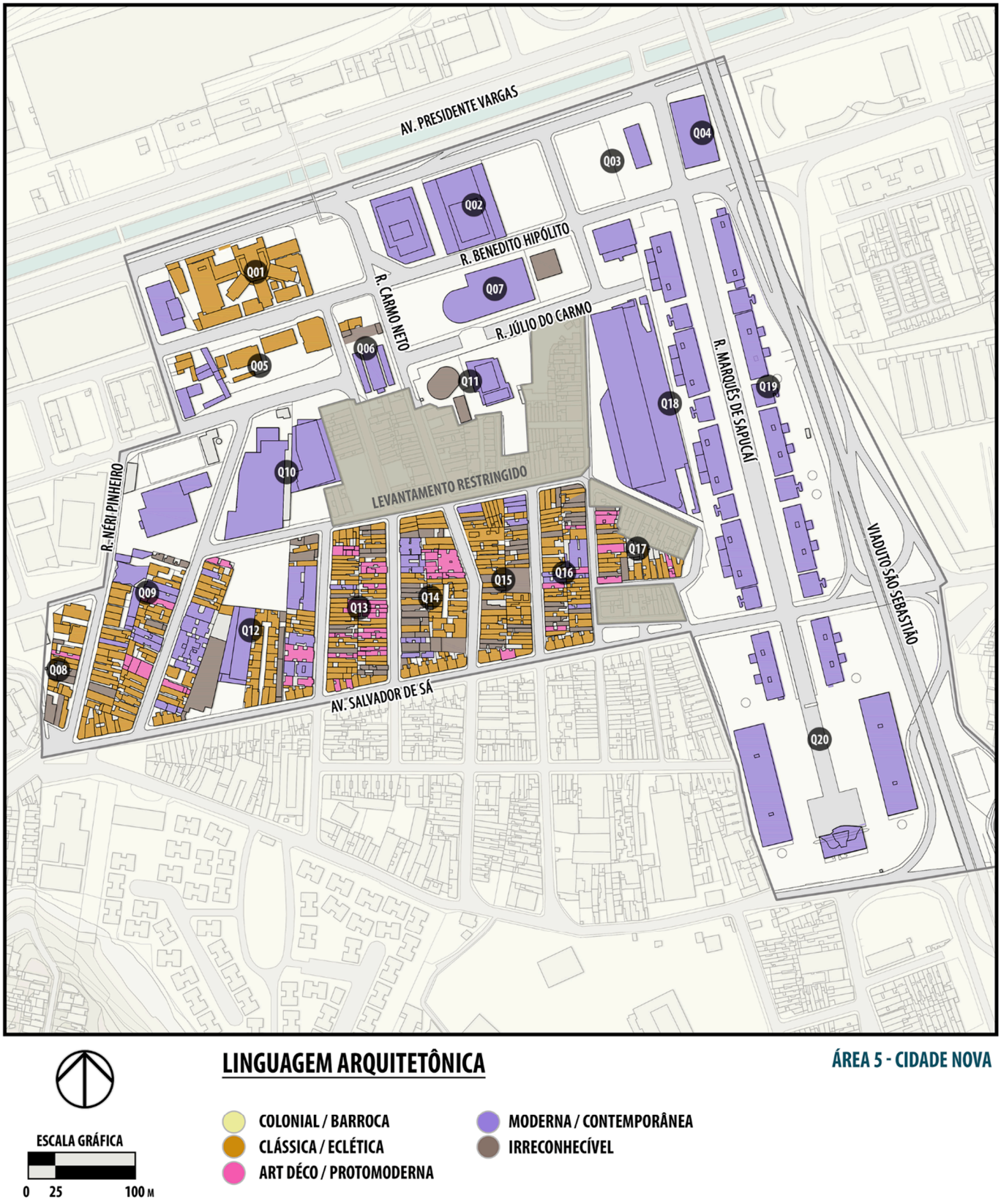


Figura 368: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Linguagem Arquitetônica.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

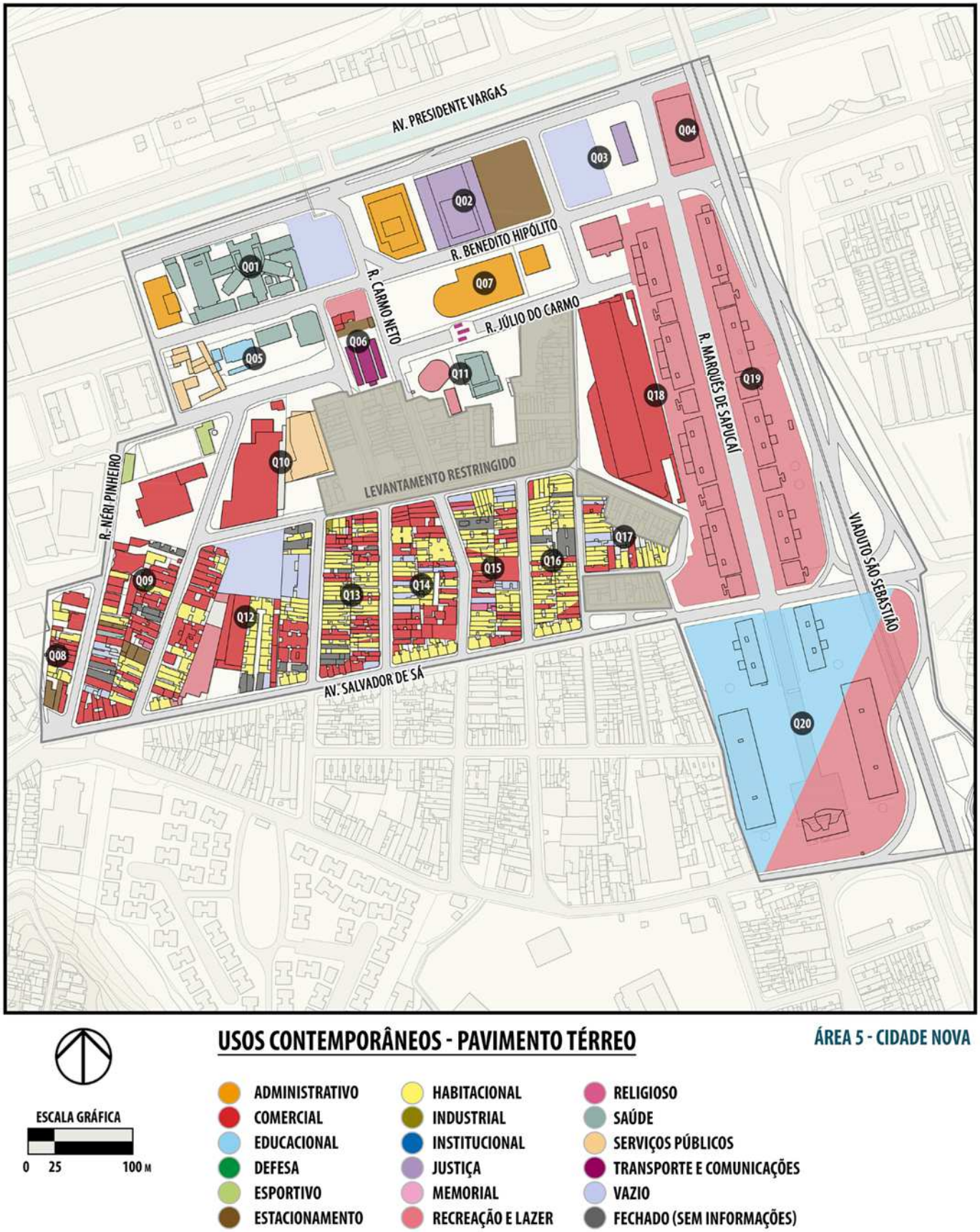


Figura 369: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

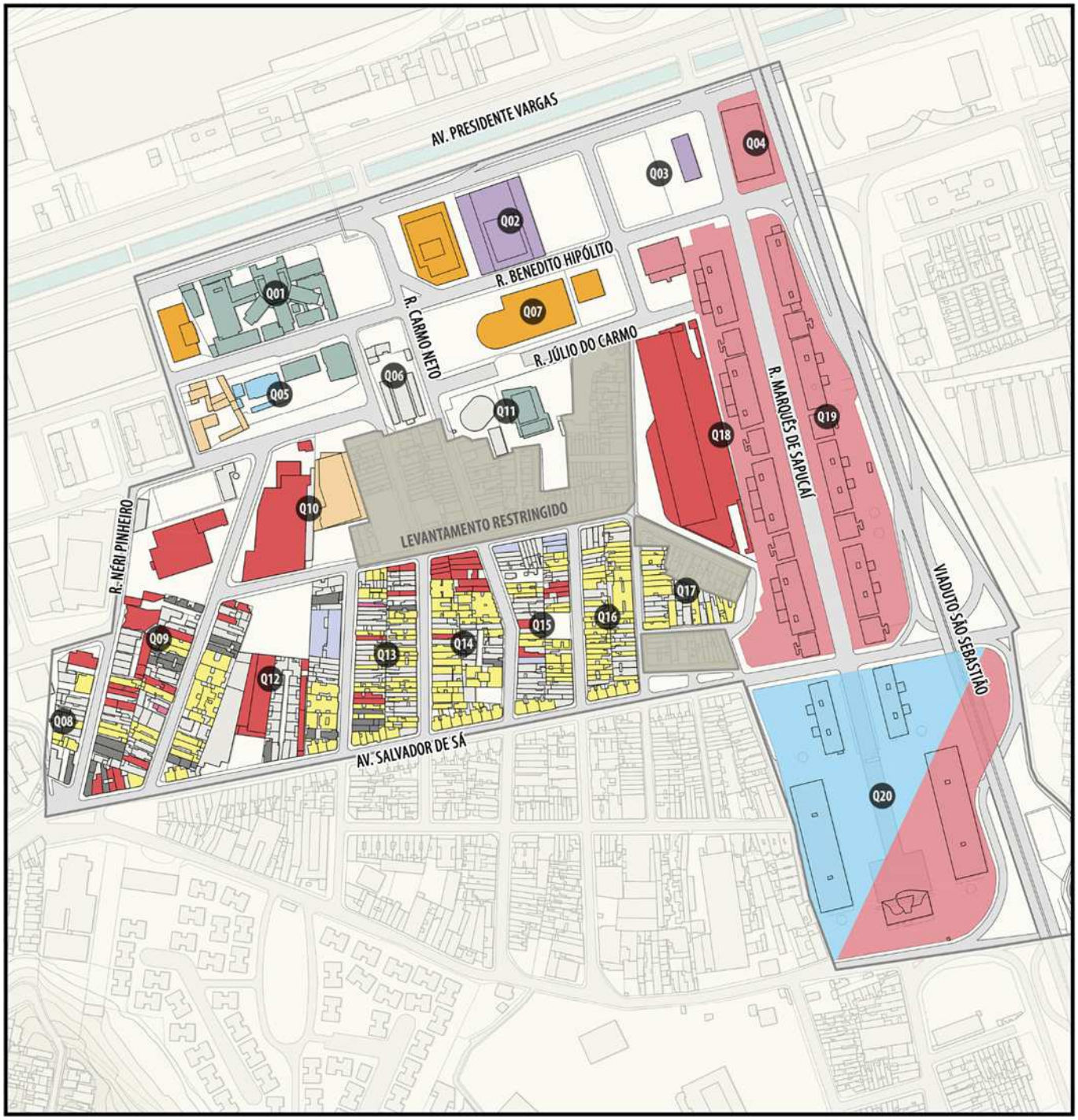




Figura 370: Área de Análise nº 5 - Cidade Nova. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

À época da Reforma Passos, no início do século XX, a sua primitiva trama viária já havia sido traçada e ocupada por um casario predominantemente térreo, destinado ao uso habitacional. A primeira grande intervenção seria a abertura da Av. Salvador de Sá, durante essa mesma administração, com a construção da Vila Operária homônima (BT 38), consolidando a apropriação já característica da Cidade Nova.

Desde então, sucessivos projetos previam a substituição desse tecido da virada do século XX, como o da própria Av. Presidente Vargas. A situação de degradação da área, registrada no Plano de Doxiadis de 1965, culminaria com a produção de uma sequência de planos de renovação que substituía o casario tradicional por torres dispostas em amplas áreas ajardinadas, aos moldes da urbanística moderna. As propostas só agregaram à deterioração, perdurando por décadas sem execução. O tombamento da Vila Operária na década de 1980, e a subsequente criação da APA da Cidade Nova e Catumbi pelo Decreto Municipal nº 10040 de 1991, poriam fim às transformações nas antigas construções remanescentes, mas os danos à área já haviam sido feitos:

- A Rua Marquês de Sapucaí se transformou no Sambódromo projetado por Niemeyer, e ao seu lado erguia-se o viaduto de São Sebastião.
- As propostas da Av. Presidente Vargas ao longo do canal do mangue permaneciam sem execução, embora o casario original já havia sido demolido.
- A partir da década de 1970, produzia-se também o vazio *non aedificandi* gerado com o traçado da linha metroviária que tem na área a Estação Praça Onze.
- E mais recentemente, o estabelecimento da UPP no Morro de São Carlos, fez com que os traficantes que nele residiam fossem se instalar nos antigos imóveis desafetados remanescentes da ocupação original da Cidade Nova, agregando o crime e a insegurança ao cenário de intensa deterioração.[166]

Presentemente, a área passa por um processo de revitalização, embora pontual. Nos vazios produzidos entre a Av. Presidente Vargas e o eixo viário das Ruas São Martinho e Santa Maria, surgem novos edifícios desconexos à área de preservação no entorno imediato. Grandes empresas públicas e privadas como a Petrobrás, a Cedae, e a Oi, que ocupam esses prédios demandam, por sua vez, serviços que atendam aos trabalhadores (Figuras 371 e 372). Com

[166] A insegurança foi notadamente verificada nas pesquisas de campo. Parte da área que viria ser analisada neste trabalho teve seu levantamento restringido devido a ameaças por parte de moradores, informando que os traficantes que controlavam a área já estavam cientes do trabalho sendo realizado. Registros fotográficos dos imóveis apresentam pichações com as siglas da organização criminosa ADA - Amigos dos Amigos, e em determinados trechos, como na Rua Santa Maria e São Martinho, observava-se a presença de policiamento militar com fuzis.

isso, ao longo das Ruas Néri Pinheiro e Correia Vasques, os tradicionais sobrados e casas térreas originalmente residenciais são recuperados, e apropriados com uso comercial como lojas, restaurantes, café e farmácias (Figuras 373 e 374).



Figura 371: Edifício da Petrobrás.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 372: Edifício Nova CEDAE.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 373: Rua Néri Pinheiro, nº 327.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 374: Rua Correia Vasques, nº 33.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Nas vias remanescentes da trama, como as ruas Laura de Araújo, Carmo Neto, Aníbal Benévolo e Presidente Barroso, a situação é intensamente díspar. Predomina-se o uso habitacional e os serviços de oficina mecânica, e com eles a deterioração e descaracterização dos imóveis, que se articulam à bens preservados, e por vezes, desafetados.

Considerando esses seus vazios urbanos e a recém construção de novos empreendimentos comerciais na Área, identificaram-se os seguintes conjuntos edificados de valor patrimonial:

- o Conjunto da Av. Presidente Vargas, identificado neste trecho com tipologias referenciais à sua proposta original, como os edifícios da Nova Cedae e Presidente Business (Quadra 02).
- o Conjunto da Marquês de Sapucaí, que compreende o complexo edificado do Sambódromo, recentemente tombado em nível federal pelo IPHAN.
- e o Conjunto da APA Vila Operária da Cidade Nova, correspondente ao tecido remanescente da ocupação da virada do século XX, com seu casario em grande parte protegido, embora com alto grau de deterioração.

4.5.2. Caso para Estudo: O tombamento pelo INEPAC da Passarela do Samba

O processo de tombamento da Passarela do Samba, obra de Oscar Niemeyer na Cidade Nova, pelo INEPAC na década de 1990, e seu futuro destombamento em 2011, ilustra um caso de proteção controversa. Popularmente conhecida como o Sambódromo do Rio de Janeiro, e oficialmente designada de "Passarela Professor Darcy Ribeiro", o conjunto de construções

permanentes de arquibancadas e camarotes para realização dos desfiles de escola de samba foi inaugurada ao longo da Rua Marquês de Sapucaí em 1984 (Figuras 375 e 376).

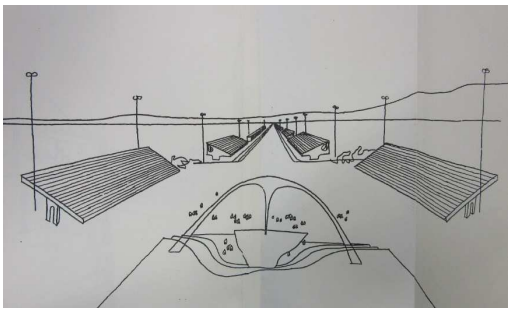


Figura 375: Croquis do Projeto de Niemeyer para o Sambódromo.
Fonte: INEPAC, Processo nº E-18/000.098/94, 1994.



Figura 376: Construção do Sambódromo, 1984.
Ao fundo, a Fábrica da Brahma.
Fonte: Agência O Globo.

Seria o próprio Darcy Ribeiro, antropólogo e educador que foi vice-governador do Estado do Rio de Janeiro na gestão de Brizola, e idealizador da proposta do Sambódromo que abrigaria escolas públicas ao longo do ano, o proponente de seu tombamento pelo órgão estadual de tutela. O pedido tinha em vista as desconfigurações que vinham sendo realizadas na obra, "no afã de lucrar mais com a exploração dos desfiles das Escolas de Samba", montando, entre os camarotes e arquibancadas projetadas por Niemeyer, "armações provisórias de tubos e taboas do tipo que o Sambódromo veio substituir"[167].

O pedido, contudo, esbarrava em um problema jurídico estabelecido pela legislação de tombamento estadual do período da Guanabara, o Decreto-Lei "E" nº 2 de 11 de abril de 1969, que como visto no capítulo anterior, determinou que os bens culturais só poderiam ser inscritos nos livros do tombo estadual após uma existência mínima de 20 anos. Mesmo após a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, mantinha-se vigente a legislação da antiga estrutura, enquanto estas não revogadas, segundo a nova Constituição Estadual promulgada em 1975.

Em ofício enviado à Direção Geral do INEPAC, a Coordenação de Tombamento do órgão argumenta a favor do tombamento, afirmando que "há obras que já nascem perenes", e que a consagração de um monumento pelo seu valor histórico e artístico não constitui uma função decorrente do tempo"[168]. Tal seria o caso do Sambódromo, construído apenas uma década antes da solicitação de tombamento, que seria dotado de "valor histórico, artístico e cultural"

[167] INEPAC, Processo nº E-18/000.098/94, 1994, fl. 04.

[168] Ibid., fl. 29.

no momento de sua concepção como um espaço destinado, não só ao Carnaval, como também outros "espetáculos musicais e artísticos", além de sua proposta educacional. Agregar-se-ia a estes, seu impacto monumental, e sua "incorporação à fisionomia cultural da cidade", e a alteração de "quaisquer das linhas desse monumento" constituiria um "desrespeito à racionalidade e agressão ao efeito daqueles que o construíram"[169].

Seria, contudo, a importação arquitetônica do Sambódromo o valor identificado nos ofícios de tombamento provisório do bem, de janeiro de 1984, que visava "assegurar as qualidades estéticas do projeto, particularmente representativas da expressão plástica e do estilo próprio"[170] de Niemeyer. O Município, contudo, entrou com pedido de impugnação do tombamento, alegando que sua proteção poderia "inviabilizar a utilização"[171] para eventos carnavalescos, o que em si já é uma contradição, pois o mesmo foi construído para tal atividade. O parecer do CET realça a qualidade do instrumento de tombamento com um "sentido dinâmico e funcional, e não sob uma superada compreensão estática". Deve-se disciplinar a utilização do bem, com "eventuais adaptações ou acréscimos" admitidas "desde que adequadas, não-deformantes ou agressivas ao valor preservado"[172].

O tombamento provisório foi, portanto, ratificado, e recomendado o seu tombamento definitivo, com a criação de uma Área de Tutela para o conjunto, limitando a altura das novas edificações no entorno a 3 pavimentos, ou aproximadamente 15 metros. A área de tutela também incluía o histórico imóvel da Cervejaria Brahma, adjacente aos camarotes de Niemeyer, e cuja volumetria existente deveria ser mantida. O tombamento definitivo seria homologado em junho de 1994, apenas seis meses após a solicitação de Darcy Ribeiro, registrando um rápido desfecho quando comparado aos processos analisados anteriormente nesta tese.

Novas controvérsias emergem em 1999, quando a Cervejaria Brahma solicita a demolição de parte do complexo industrial de sua propriedade na Cidade Nova, tendo em vista o encerramento de suas atividades na localidade, e sua transferência para um novo parque fabril no bairro de Campo Grande. No pedido encaminhado ao INEPAC, a Brahma afirma que à época da construção do Sambódromo, acatou as decisões do governo do Estado, embora "tivesse sofrido seríssimos transtornos com a edificação, entre elas a perda da sua entrada social e total

[169] Ibid., fl. 30.

[170] Ibid., fl. 72.

[171] Ibid., fl. 68.

[172] Ibid., fl. 69.

desvalorização da sua fachada arquitetônica"[173]. Além disso, os termos empregados na determinação da Área de Tutela do Sambódromo, acerca da manutenção da volumetria do imóvel da cervejaria, não expressariam a preservação do imóvel.

Coube ao CET mais uma vez dar seu parecer sobre a solicitação da Brahma, após vistorias ao imóvel, estabelecendo que o conjunto edificado (composto pelos prédios 1-A, 1-B e 20 no complexo industrial em questão), deveria ter sua volumetria mantida, além de preservados e restaurados elementos arquitetônicos voltados para as fachadas da Rua Marquês de Sapucaí e Travessa Pedregais. Deveria ser também preservada a chaminé do complexo industrial, em suas características presentes, como um "testemunho das atividades fabris que ali se desenvolveram"[174]. Estaria livre para a demolição mais de 80% do complexo, cujas novas construções deveriam seguir as diretrizes de gabarito estabelecidas pela Área de Tutela. A Brahma, por sua vez, entrou com um recurso ao posicionamento do CET, que novamente se pronunciaria em relato da conselheira Lia Motta, reforçando o papel da construção na historicidade urbana do entorno do Sambódromo, com o corpo mais elevado da antiga fábrica compondo um pano de fundo para os camarotes, ao longo da extensão da Marquês de Sapucaí.

Estes mesmos prédios seriam posteriormente, em 2001, objeto de um projeto de lei na ALERJ, que propunha o tombamento a antiga fábrica da cervejaria. Segundo a justificativa do projeto, publicada no DOERJ, a medida serviria para preservar a história do Rio de Janeiro, destacando a edificação da Brahma como "prédio arquitetônico construído na década passada"[175]. Desconsiderando a redundância do termo "prédio arquitetônico", mais assustadora é a afirmação de que o imóvel seria da década de 1990. Supõe-se, portanto, que o texto estaria se referindo ao "século passado", ao invés da década. O projeto da deputada Aparecida Gama também peca na sua menção ao INEPAC, como sendo o "Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Rio de Janeiro, IPACRRJ".

Em julho de 2002, Alexei Bueno, então diretor do órgão de tutela estadual, tendo conhecimento do projeto, envia ofício esclarecendo o nome correto do Instituto, além de informar que o imóvel em questão já se encontrava tutelado como entorno do Sambódromo. Recomendou, também, o veto do projeto de lei pelo poder executivo, afirmando que o "conteúdo e sobretudo a forma da língua vernácula utilizada na justificativa consiste em

[173] Ibid., fl. 134.

[174] Ibid., fl. 137.

[175] SEC-RJ, Processo nº E-18/000.195/2001, 2001, fls. 07-08.

verdadeiro atentado à dignidade dos poderes constituídos deste Estado"[176]. Apesar das incongruências, o projeto foi aprovado, com a Lei nº 4001 decretada em 20 de outubro de 2002. Sua revogação só seria empreendida em 2009, através de um projeto de lei que além de apontar "a constitucionalidade duvidosa" da legislação proposta pela deputada Aparecida Gama, visto que o tombamento seria um instrumento de competência do Poder Executivo, tem como objetivo liberar para demolição a área da fábrica para a ampliação do Sambódromo, obra que seria "necessária para adequar a cidade ao Projeto Olímpico de 2016 e possibilitar melhorias para o Carnaval fluminense"[177].

Essas novas obras, empreendidas pela Prefeitura Municipal, fariam parte da reconstituição do projeto original do Sambódromo por Niemeyer, que em substituição a fábrica da Brahma e a lâmina dos camarotes adjacentes (Figura 377), seriam replicadas as arquibancadas presentes no lado oposto da Marquês de Sapucaí. Além da duplicação das arquibancadas e camarotes, previa-se também a construção de uma lâmina de 17 pavimentos, que abrigaria no seu térreo uma área cultural e shopping (Figura 378).



Figura 377: Fábrica da Brahma e Sambódromo, antes das reformas de 2011.
Fonte: Agência O Globo.



Figura 378: Projeto da reforma, com a lâmina da Eco Sapucaí.
Fonte: Extra Online

O CET, compreendendo que a proposta seria de relevante interesse público, autorizou a demolição da Fábrica da Brahma, assim como dos camarotes a serem substituídos, desde que o Governo Estadual procedesse com o destombamento do bem protegido. O mesmo foi realizado através do Decreto nº 42798 de 14 de janeiro de 2011, cancelando a proteção do bem e de sua área de tutela.

Cabe lembrar, que o bem edificado permanecia tombado pelo município através da Lei 2.677 de 18 de setembro de 1998, que preservou as edificações de projetos de Niemeyer na cidade. Esta proteção, contudo, não procedeu de estudos realizados do antigo DGPC, nem foi aprovada pelo CMPC-RJ. E apesar das obras de ampliação do Sambódromo terem sido

[176] Ibid., fl. 17.

[177] Ibid., fls. 20-21.

realizadas, o quarteirão do antigo complexo da Brahma permanece como um vazio subutilizado, uma vez que a edificação que substituiu, a Eco Sapucaí, está desde sua inauguração em 2014, sem utilização.

O IPHAN, por sua vez, tem instaurado processo desde 2007, referente a tombamento das obras de Niemeyer. Em 2015, após as reformas empreendidas pela prefeitura, a Passarela do Samba foi contemplada com inscrição no "Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico". O processo, contudo, estava indisponível para consulta no Acevo Geral do IPHAN à época de realização desta pesquisa.

4.5.3. Recorrências e Particularidades do Patrimônio na Área da Cidade Nova (Quadras-Detalhe 14 e 15)

Como a última leitura detalhada a ser empreendida na tese, escolheu-se analisar as Quadras-Detalhe nº 14 e 15 da Área nº 05 da Cidade Nova. Limitadas pelo quadrilátero formado pela Rua São Martinho, Rua Aníbal Benévolo, Av. Salvador de Sá, e Rua Laura da Araújo, as duas quadras são separadas pela Rua Carmo Neto. Integralmente imersas na APA da Cidade Nova, estas quadras evidenciam duas classificações de preservação, em oposição à composição binária (preservado/renovável) predominante nas demais análises.

- Na classificação "Preservado Grau de Proteção 2", segundo o Decreto nº 10040 de 1991, preservam-se "as características originais dos acabamentos, vãos, elementos decorativos e arquitetônicos e a escala volumetria e morfologia das fachadas", portanto similar às proteções realizadas nas demais áreas de preservação.
- Na classificação "Preservado Grau de Proteção 3", preservam-se as "características originais remanescentes", portanto considerando de antemão que embora já descaracterizados, determinados bens edificados continuam agregando valor ao conjunto, e deve-se tentar conservar seus elementos originais ainda existentes.

São os bens protegidos na primeira classificação que conformam, em sua maior parte, a tipologia recorrente patrimonial da área, identificadas como de valor integral principal para o conjunto salvaguardado. Estes são os sobrados e casas térreas da virada do século XX (Figura 388), que apesar de ainda caracterizados, apresentam alto nível de deterioração sendo seu estado de conservação identificado como ruim ou regular. Nessa mesma situação encontra-se o caso de valor de integração excepcional, que corresponde à Vila Operária da Cidade Nova, cuja precário estado é sintoma verificado em outros bens tombados da Cidade Nova, como a Galpão Pagani (BT 59).

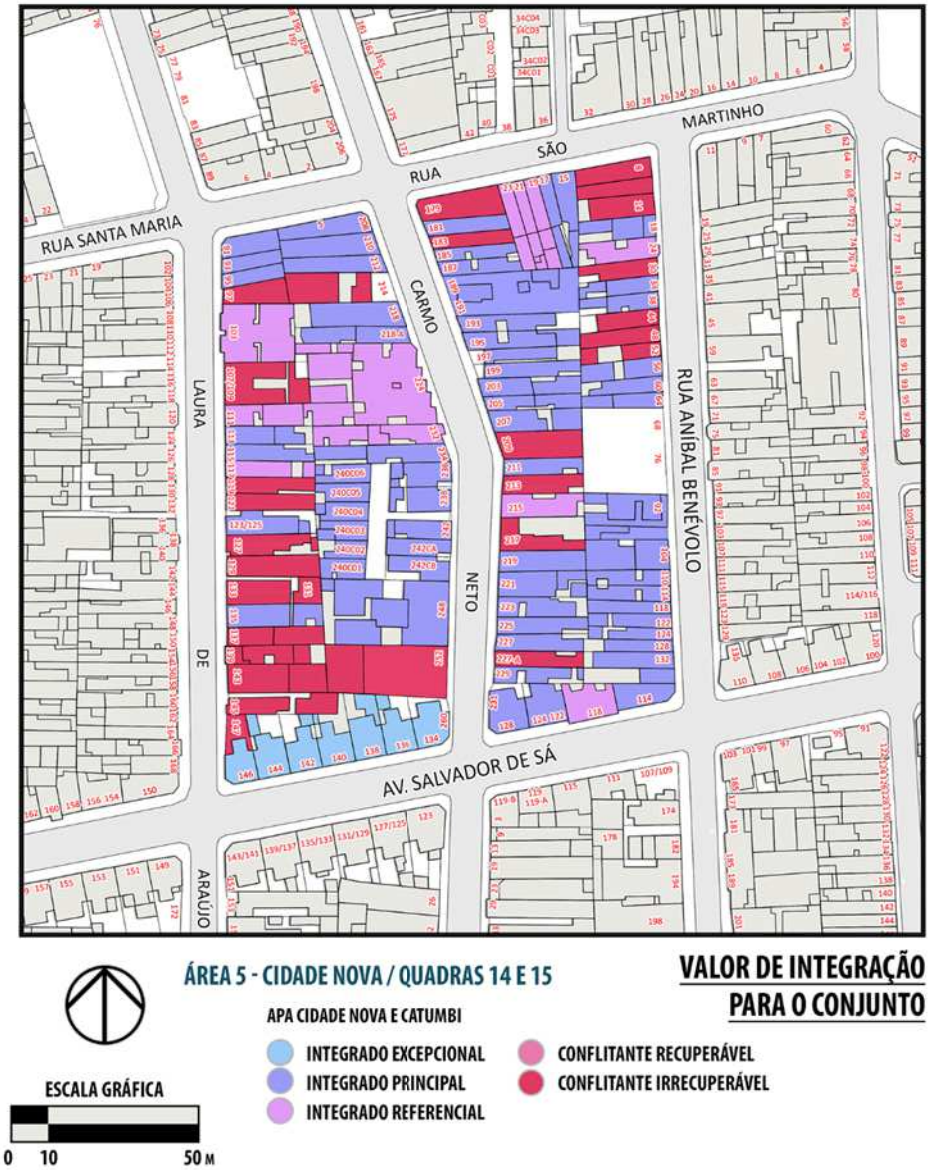
Dentre os bens edificados identificados como integrados referenciais ao conjunto, encontram-se imóveis protegidos, na categoria de "Preservação Grau de Proteção 3", como a sequência de casas térreas de nº 19, 21 e 23 da Rua São Martinho (Quadra 15, Figuras 389 a 391). O grau de descaracterização avançado nas fachadas não justifica a sua proteção, embora ainda se mantenha os ritmos dos vãos originais.

Inclui-se também neste grupo as construções de produção mais tardia, com traços *art-déco* e linguagem proto-moderna, não reconhecidas com preservação na criação da APA. Estes últimos são pequenos prédios residenciais, com perfeita integração volumétrica ao conjunto e que mantêm a apropriação característica da Área de Análise. Dentre os exemplares, estão os edifícios de nº 103 da Rua Laura de Araújo (Figura 392), e nº 124 da Rua Carmo Neto (Figura 393).



Figura 379: Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Graus e Esferas de Proteção
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



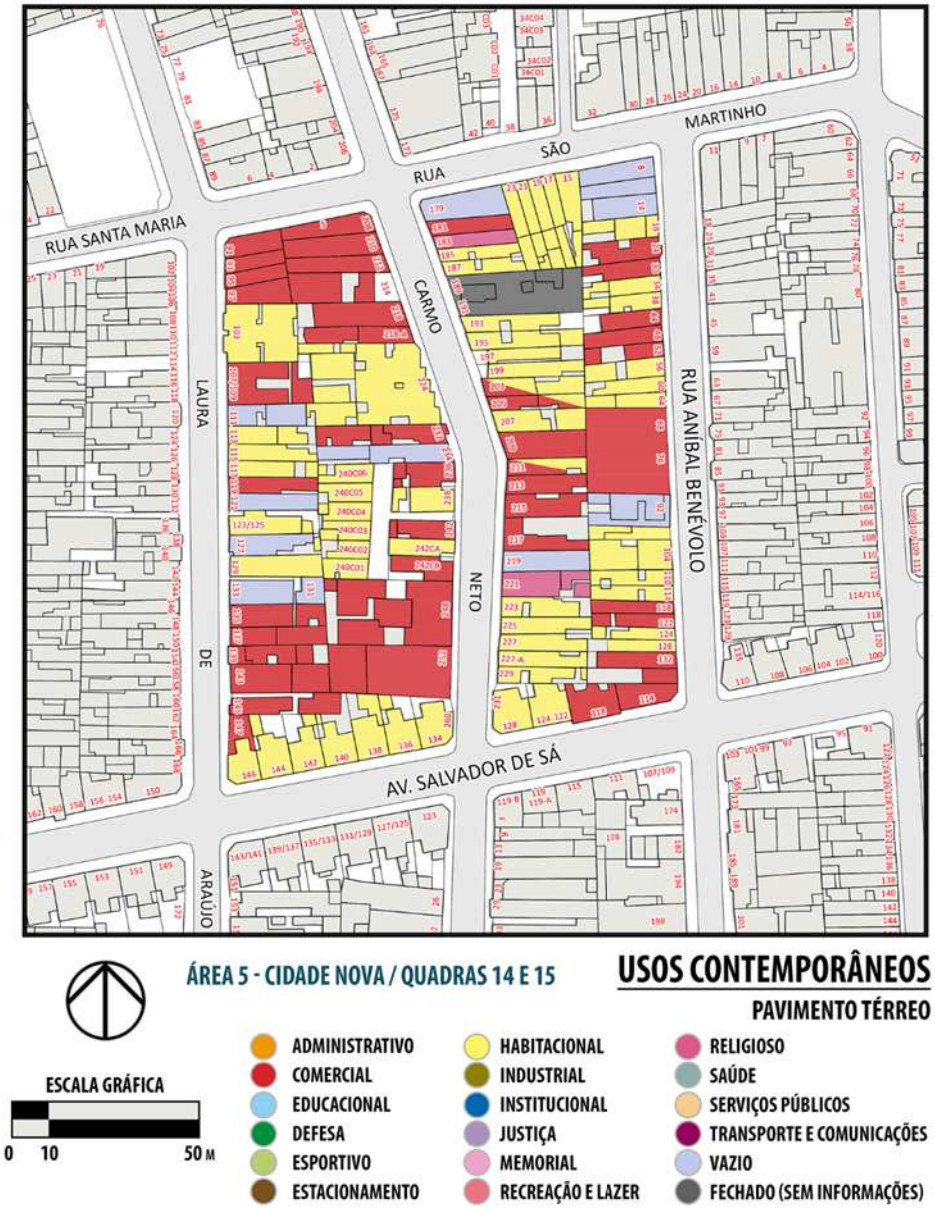


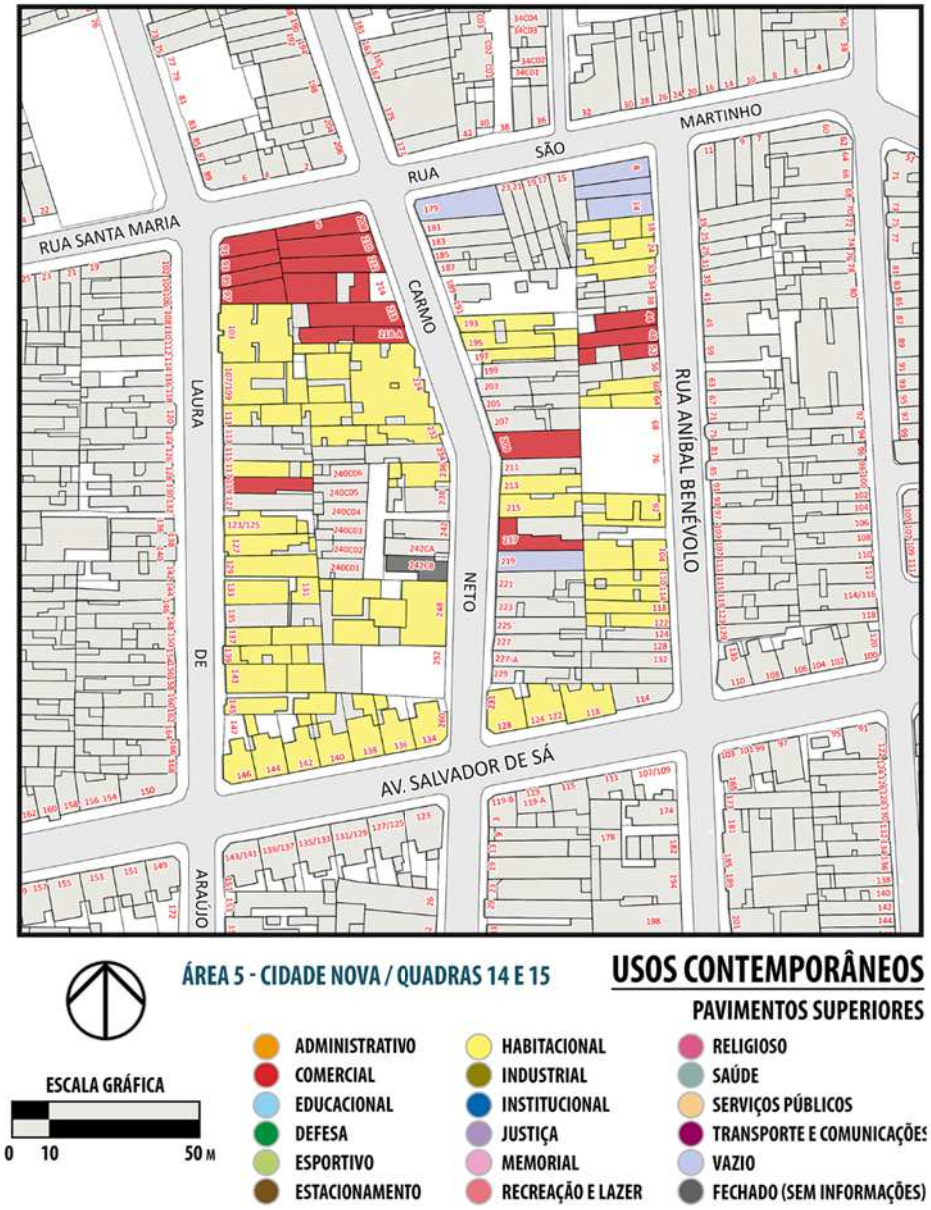
(esquerda) **Figura 380:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Número de Pavimentos
(direita) **Figura 381:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Valor de Integração para o Conjunto
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





(esquerda) **Figura 382:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15Mapa de Contexto de Produção.
(direita) **Figura 383:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15Mapa de Linguagem Arquitetônica
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).





(esquerda) **Figura 384:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimento Térreo.
(direita) **Figura 385:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Usos Contemporâneos - Pavimentos Superiores





(esquerda) **Figura 386:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Grau de Caracterização.
(direita) **Figura 387:** Área de Análise nº 5, Cidade Nova. Quadras 14 e 15. Mapa de Estado de Conservação.
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).



Figura 388: Integrado Principal Área 5: Rua Carmo Neto, 219.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 389: Integrado Referencial, Área 5: Rua São Martinho, nº 19.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 390: Integrado Referencial, Área 5: Rua São Martinho, nº 21.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 391: Integrado Referencial, Área 5: Rua São Martinho, nº 23.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

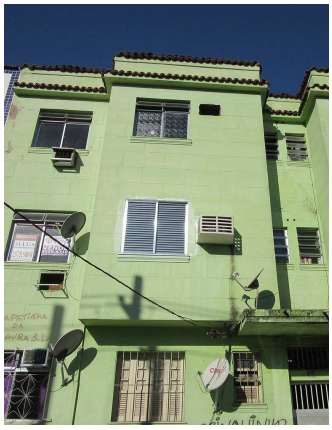


Figura 392: Integrado Referencial, Área 5: Rua Laura de Araújo, nº 103
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 393: Integrado Referencial, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 124.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.



Figura 394: Conflitante Recuperável, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 197.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

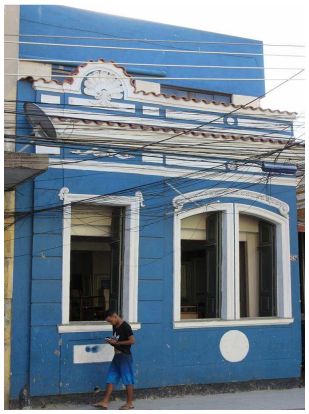


Figura 395: Conflitante Recuperável, Área 5: Rua Carmo Neto, nº 242 B.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

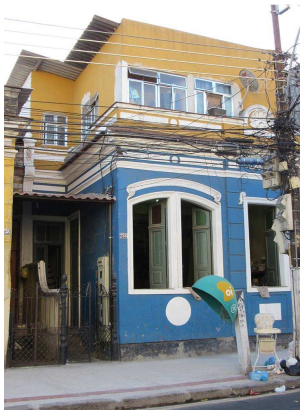


Figura 396: Conflitante Recuperável, Área 5: Rua Carmo Neto, 236
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

No caso dos bens em situação conflitante ao conjunto, porém recuperáveis, destacam-se uma série de casas térreas, preservadas pela APA Cidade Nova com "Grau de Proteção 2" que foram indevidamente acrescidas de pavimento superior, embora mantenham conservadas em seus térreos as fachadas originais caracterizadas. Como exemplos, identificam-se os imóveis na Rua Carmo Neto, de nº 197 (Figura 394), nº 236 (Figura 395), e nº 242B (Figura 396).

Considerando a exiguidade dos lotes, e a demanda por ampliação dos imóveis de uso residencial devido às novas configurações familiares contemporâneas, concessões necessitam ser realizadas por parte dos órgãos de tutela a fim de manter nessas áreas essa população, ao invés de expulsá-las indiretamente frente às limitações impostas nos imóveis. Com esse argumento, estudos foram realizados nos últimos anos no âmbito da antiga SUBPC, e atual IRPH, que visavam alterar os parâmetros de preservação na Cidade Nova.

Conforme documento[178] produzido em reunião do CMPC-RJ, de 2013, uma primeira proposta de modificação na APAC Cidade Nova e Catumbi foi realizada em 2011. Neste já constava em planta, a sugestão de que para os bens preservados, fossem obrigatoriamente conservadas as volumetrias e fachadas e coberturas dos imóveis apenas nos primeiros 12 metros de extensão a partir da testada de seus lotes. Essa ideia seria recuperada pelo CMPC em 2013, definindo que a demolição parcial do bem preservado dos trechos do edifício para além dos 12 metros do alinhamento da rua, ficaria condicionada tanto à aprovação prévia do conselho, quanto à restauração da fachada remanescente do imóvel. Os novos trechos edificados, no fundo dos lotes, poderiam chegar a 4 pavimentos caso mantivessem o uso residencial característico da área. Uma vez que as vias do conjunto são estreitas, esses acréscimos, contanto que recuados a 12 metros, não seriam percebidos pelo transeunte, salvaguardando a ambiência urbana, e evitando um eventual abandono dos imóveis.

Embora essa proposta ainda não tenha sido oficializada, ela indica um interesse do órgão de tutela em propor revisões conceituais aos instrumentos de preservação vigentes que desde a institucionalização das APACs com o Plano Decenal de 1992, mantinham-se sem grandes alterações[179]. Surge nesse panorama de estagnação, uma luz no fim do túnel.

[178] IRPH, 2013.

[179] O "Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município" de 2011 apenas interviria em nomenclaturas, sem propor significativas transformações conceituais no instrumento das APACs.

4.6. Vulnerabilidades e Vislumbres para o Patrimônio Cultural Edificado na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro

4.6.1. Propostas e Revisões para Tombamentos

As leituras empreendidas, tanto no capítulo precedente, quanto nos casos para estudo apresentados anteriormente, ilustraram não só a urgência por revisar a valoração existente nos bens edificados tombados da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, como também a defasagem conceitual desse instrumento em relação às demandas urbanas contemporâneas. Contudo, não se pretende aqui sugerir alterações nas legislações que regulamentam a prática do tombamento nas suas três esferas de abrangência (federal, estadual e municipal). Este é um desafio que demandaria um estudo diferenciado do instrumento, com foco em uma única esfera de tutela, e ao mesmo tempo uma ampla abrangência espacial., em particular no caso da revisão em escala federal ou estadual. Mas isto não impede que sejam identificadas algumas das suas vulnerabilidades a partir dos exemplos registrados nos recortes espaciais da tese.

Destacam-se neste cenário:

- Os bens edificados que ainda persistem sem proteção, apesar de apresentaram interesses patrimoniais[180];
- Os bens edificados que embora tombados, merecem ter proteção ampliada, considerando outros valores até então não reconhecidos pelos órgãos de tutela.
- Os bens edificados tombados cuja proteção não possui efetividade, uma vez que os valores outrora reconhecidos pelos órgãos, e que justificavam a sua preservação, deixaram de existir devido às transformações sofridas nos imóveis ao longo do tempo.
- E por fim, casos equivocados da aplicação do instrumento, que apontam à necessidade da utilização de outros meios de preservação do patrimônio cultural, além dos graus de proteção usuais.

[180] Não se incluem nesta seleção os bens edificados cujo valor patrimonial já foi reconhecido, embora ainda não oficializado devido a burocracias administrativas no andamento do processo de tombamento. Seriam estes os casos: do conjunto de imóveis na Área da Candelária, e do Edifício Sede do antigo IPEG na Av. Presidente Vargas. Estas situações fogem do escopo abrangido nesta tese, uma vez que não se referem a revisão conceitual do que se considera patrimônio cultural, nem aos embates e diálogos entre a preservação e os anseios de transformação e renovação urbana.

Na primeira situação, pode-se considerar dois edifícios produzidos a partir do plano de urbanização da Av. Presidente Vargas, o Edifício do Antigo Banco Aliança (Área de Análise nº 01, Quadra 11), e o Complexo do "Balança-Mas-Não-Cai" (Área de Análise nº 04, Quadra 01).

No Banco Aliança, projetado por Lúcio Costa, e inaugurado em 1957 de frente para a Igreja da Candelária, o valor arquitetônico do edifício é inegável, não só como obra de um dos maiores arquitetos da história nacional, como também pela sua qualidade plástica individual. Adequando-se perfeitamente às normas urbanísticas impostas pelo projeto da Av. Presidente Vargas, com seus 12 pavimentos e galerias de pedestres, o imóvel destaca-se do conjunto pela sua característica linguagem moderna, com planta e fachada livre, revestidos por panos de vidro em guilhotina tanto na sua frente para a grande artéria viária, quanto nos seus fundos para a estreita Rua da Alfândega. A excepcionalidade da obra, contudo, está em seus detalhes. Lúcio Costa desenharia os azulejos de desenho geométrico que revestem os peitoris das janelas (Figura 397). E atentando às questões climáticas, como era recorrente em suas obras, adiciona um treliçado metálico como *brises-soleil* na fachada de maior insolação, voltada para a Av. Presidente Vargas. Seu tombamento municipal junto com outras obras do famoso arquiteto foi arquivado, mas a sua preservação deveria ser empreendida, considerando a proteção existente para o seu vizinho, o Edifício Sede do Banco Boavista (BT 62), de Niemeyer.

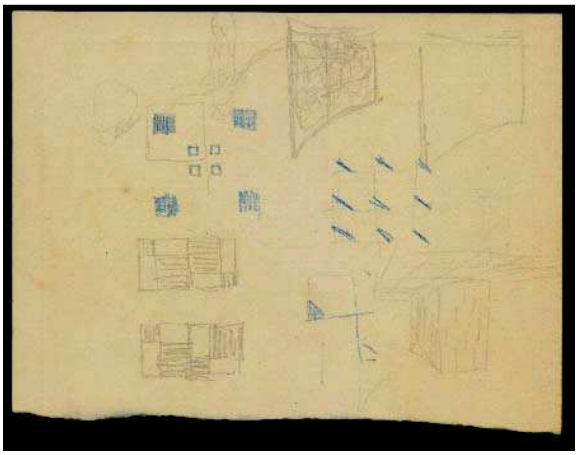


Figura 397: Croquis de Lúcio Costa para o revestimento cerâmico do Banco Aliança
Fonte: Jobim.org.

Já o Complexo do "Balança-Mas-Não-Cai", formado pelos Edifícios Paulo de Frontin, Maipu e Onze de Julho, constitui um registro histórico, urbanístico e social da cidade do Rio de Janeiro. Numa ótica meramente artística, as torres residenciais de 22 pavimentos não possuem nenhuma qualidade arquitetônica excepcional, porém são exemplares únicos da proposta de ocupação da Av. Presidente Vargas para o trecho além do Campo de Santana em direção à Praça da Bandeira, distanciando-se do uso comercial e bancário que a caracteriza no seu setor precedente.

Afora este seu valor urbanístico, o edifício condensou em sua histórica apropriação a continuidade da habitação coletiva das camadas sociais economicamente menos favorecidas. Se antigas habitações sociais como os cortiços e avenidas seriam tombadas pela municipalidade a partir da década de 1980, como registro de um modo de vida na cidade na virada do século XX, o mesmo pode ser aferido ao "Balança-Mas-Não-Cai" a partir da década de 1950. A desordem do passado no qual registravam-se brigas e invasões, hoje foram substituídas por uma crescente revitalização do edifício, que persiste como um ícone isolado na paisagem da Av. Presidente Vargas. Tudo isso sem considerar que o imóvel foi erguido sobre o local onde situava-se a casa da Tia Ciata, que por si só já merece um registro patrimonial[181] em esfera federal, sem necessidade de contemplar a proteção da materialidade do edifício.

A segunda situação, referente à ampliação dos valores de tombamento, tem como exemplo a monumental Estação Pedro II (Área de Análise nº 03, Quadra 04, BT 73), cujo valor arquitetônico foi desconsiderado no seu reconhecimento pelos órgãos de tutela federal e municipal. A qualidade deste edifício vai muito além de um registro da sua torre de relógio na paisagem carioca. Como destacado em seu processo de tombamento federal, a Estação Pedro II faz parte de um processo de modernização da arquitetura na década de 1930, afastando-se das linhas acadêmicas que ainda se erigiam na cidade à época, e adotando técnicas construtivas então de alta tecnologia, como o concreto armado. Contudo, foram as transformações no interior da sua gare que ameaçavam descaracterizar elementos decorativos - logo preocupações de caráter artístico - que impulsionaram o seu processo de tombamento, até então estagnado desde sua instauração em fins da década de 1990. Não seria incongruente, portanto, a decisão por desmerecer as qualidades artísticas da sua arquitetura em relação à sua dimensão histórica ou paisagística?

No sentido inverso, nem todas as seleções patrimoniais do passado persistem com seus valores na contemporaneidade. Este é o caso do imóvel tombado individualmente pelo SPHAN em 1938, o de nº 21 da Ladeira do Valongo (BT 1, Figura 398), integrante do conjunto arquitetônico do Jardim do Valongo (BT 12). Conforme a prática da época, o seu processo de tombamento continha apenas o ofício de notificação aos proprietários, sem nenhuma avaliação ou registro fotográfico que justificasse a seu registro tanto no Livro do Tombo das Belas Artes, quanto no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com relação

[181] O instrumento do registro de bens culturais de natureza imaterial foi instituído nacionalmente pelo Decreto nº 3551 de 4 de agosto de 2000, contemplando saberes, celebrações, formas de expressão e lugares de relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

ao seu registro no primeiro livro, um ofício de 1956 informou que a casa, de esquina, seria "maior valor"[182] para o conjunto, portanto revelando uma possível qualidade arquitetônica excepcional. Já inscrição da casa no último é curiosa ao se considerar que o próprio conjunto arquitetônico do Jardim do Valongo, com seus elementos paisagísticos como jardins e estátuas, não foi realizada no livro que especificamente a contemplaria.

Presentemente, a casa de nº 21 não possui nenhuma qualidade arquitetônica remanescente que mereça um tombamento individual, seja por qualidade paisagística ou arquitetônica. Seu grau de descaracterização acentuado reflete a ineficácia do instrumento de tombamento na efetiva preservação da materialidade do patrimônio cultural frente tanto às transformações resultadas na apropriação do imóvel, quanto à falta de acompanhamento e revisão por conta do órgão de tutela do gerenciamento de seus bens protegidos. A inexistência de registros fotográficos da caracterização da casa no seu momento de tombamento agrava a situação, pois qualquer restauração empreendida não teria o embasamento crítico e documental necessário para recuperar o seu potencial enquanto patrimônio cultural, recaindo nas intervenções puramente estéticas e/ou fantasiosas que caracterizaram a disciplina ainda no século XIX. Logo, cancelar o seu tombamento individual seria a ação mais apropriada, considerando que o imóvel continuaria protegido enquanto integrante do conjunto tombado.



Figura 398: Casa na Ladeira do Valongo, nº 21.
Fonte: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

A última situação refere-se à aplicação indevida do instrumento de tombamento, verificada em dois casos estudados neste capítulo, ambos na Área de Análise nº 02 do Largo de São: os sobrados da Rua Sete de Setembro (Quadra 03, BT 42), e a suposta casa de Machado de Assis na Rua dos Andradas (Quadra 34, BT 92).

[182] IPHAN, Processo nº 0010-T-38, 1938, fl. 11.

No primeiro caso, o instrumento foi a medida cabível na época para resolver o impasse da licença de obras concedida para edificar o prédio comercial verticalizado na área recém preservada pelo Corredor Cultural. Mas os sobrados não possuem nenhum valor excepcional que justifiquem sua proteção por tombamento. Contudo, suas volumetrias e fachadas compõem a ambiência do conjunto, reconhecida tanto nesta tese, quanto pela equipe do Corredor Cultural em seus estudos na década de 1980, como sendo integrados principais em relação ao tipo arquitetônico predominante na área. Logo, os mesmos foram devidamente protegidos com inserção na subzona de preservação ambiental do Corredor Cultural, tanto em 1983, quanto nas revisões realizadas em 1987. Uma vez que já se passaram 30 anos desde ameaça da construção do edifício em substituição aos sobrados, seria pertinente o cancelar o seu tombamento, remanescendo sua proteção enquanto bens preservados pelo Município.

No caso do sobrado na Rua dos Andradas, a situação é mais agravante. Conforme evidenciado anteriormente neste capítulo, múltiplas evidências apontam para a conclusão de que o imóvel em questão não é o mesmo em que residiu, durante poucos anos, o escritor Machado de Assis. Não obstante esse ponto, que seria o motivo que justificaria o seu tombamento, o sobrado preservado pela APA Sagas, configura atualmente uma ruína, da qual permanece apenas a fachada, com seu lote apropriado por estacionamento. Afora o cancelamento da sua proteção como bem tombado, identifica-se também a necessidade de revisar o instrumento das áreas de preservação municipal, como as APAs e APACs, e a sua binária classificação entre os imóveis preservados ou passíveis de renovação, algo que será visto a seguir nesta tese.

4.6.2. Propostas e Revisões para Áreas de Preservação

Não só a prática do tombamento, como também as áreas de preservação municipal carecem de revisão, seja pela necessidade de uma ampliação conceitual, seja pelos efeitos da passagem do tempo desde seu estabelecimento. Nesta ótica, identificam-se dois caminhos de ação:

- O primeiro, refere-se ao periódico e contínuo reconhecimento patrimonial na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, demandando novas leituras dos conjuntos edificados de interesse, e a criação de áreas de preservação em setores ainda não contemplados com proteção.
- O segundo, procura rever o instrumento em si, e sua eficácia na preservação de ambiências urbanas de interesse cultural, considerando possíveis alterações nas legislações que o regem, e naquelas que este regulamenta.

Em termos de proposição de novas áreas de preservação, as leituras empreendidas na tese identificaram dois conjuntos edificados de interesse patrimonial, ainda sem proteção: o Conjunto da Candelária, e o Conjunto da Av. Presidente Vargas (Figura 399).

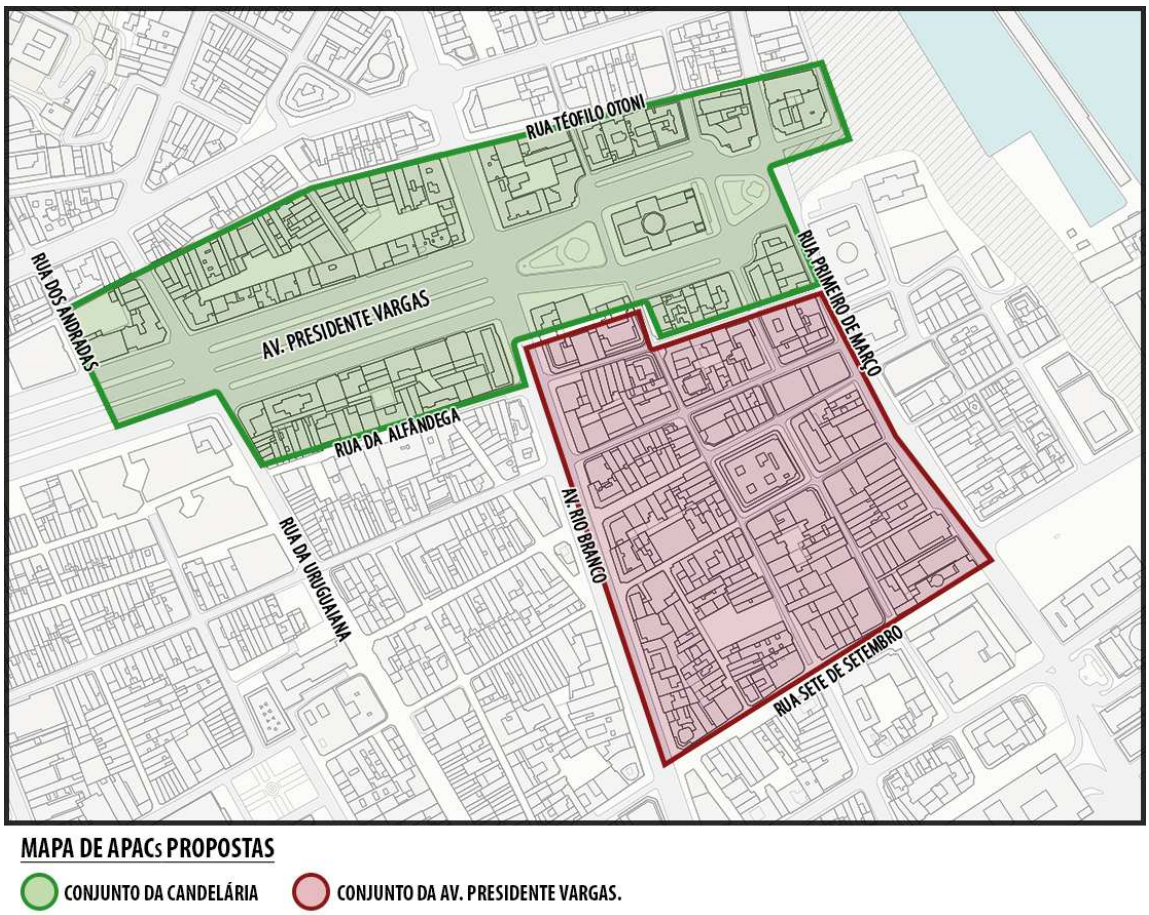


Figura 399: Mapa de novas APACs propostas para a Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro
Base: Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro (2016).

Com relação, à Candelária, a mesma vem sendo alvo de estudos desde a década de 1990, e a minuta de tombamento municipal de seus imóveis notáveis, criada em 2012, mas ainda não decretada, determina o estabelecimento de uma AEBT, que engloba seu tecido urbano característico como um todo.

Reconhecendo o valor intrínseco desta histórica área da Cidade, cujo estrutura urbana já estava assentada no início do século XVIII, a Área da Candelária merece uma proteção independentemente da existência de bens tombados notáveis em sua abrangência. Sem pretensões de identificar uma unidade estilística (como na proposição do Centro Histórico Financeiro de 2009), ou um agregado homogêneo (como identificado nos setores preservados do Corredor Cultural), o quadrilátero formado pelas Av. Rio Branco, Rua Sete de Setembro, Rua

Primeiro de Março, e Av. Presidente Vargas, comporta dois momentos de produção urbana fundamentais na história da cidade:

- O estabelecimento do núcleo urbano na várzea, com sua trama colonial ocupada por sobrados;
- E o início da verticalização da cidade no século XIX, com remembramento dos lotes coloniais, e uma intensa apropriação pelas atividades comerciais e bancárias.

Ambos estes momentos, encontram-se seus reflexos nas arquiteturas ainda remanescentes nesse conjunto, e teriam a preservação de suas volumetrias e fachadas como ações justificáveis na manutenção da ambiência característica da área, afetada em parte pelos anseios transformadores de meados do século XX, como na periodicamente renovada Av. Rio Branco.

Mas esta mesma arquitetura renovadora também se sedimenta no tecido da cidade, e transcorridas décadas desde suas propostas inovadoras, permanecem na paisagem contemporânea como registros dos processos urbanos e idealizações de futuro de um tempo passado, que ainda residem nas memórias de apenas alguns, mas cujas histórias estão expressas na materialidade das edificações. Seria este o caso da Av. Presidente Vargas, em particular, da sua proposta ocupacional realizada entre a década de 1940 e 1950 no seu trecho que vai das proximidades da Candelária até as imediações da Av. Passos.

Segundo documento fornecido pelo IRPH, o eixo da Avenida, neste setor em especial, estaria em estudos juntamente com o Conjunto da Candelária como uma ampliação do Corredor Cultural, conformando ambas uma única área. Com base nas análises morfológicas realizadas neste capítulo, discorda-se dessa união proposta, e reconhece-se a Av. Presidente Vargas como um conjunto edificado de características próprias, com uma volumetria inclusive homogênea em contraponto a heterogeneidade que identificada na Candelária. Em termos da linguagem arquitetônica, mescla-se a simplicidade de linhas dos edifícios com fachada proto-moderna às típicas características da produção modernista com suas janelas em fita, panos de vidro e uso de elementos plásticos como solução para problemas de conforto térmico. Estes, portanto, comportam os tipos arquitetônicos recorrentes que mereceriam ter suas fachadas e elementos decorativos preservados, tendo em vista a sua possível descaracterização com a crescente tendência de obras de *retrofit dos* edifícios comerciais na Área Central da Cidade.

Contudo, a criação de novas áreas de preservação com reconhecimento de novos conjuntos de interesse não contribui para reverter o quadro de deterioração que se alastra em trechos

da Área Central como nas APAs da Vila Operária da Cidade Nova, e Sagas. A extensa quantidade de imóveis preservados, embora descaracterizados, e presentemente desprovidos de valor arquitetônico para a ambiência protegida, reafirma a necessidade pela revisão do patrimônio já reconhecido. Mas esta empreitada continuaria se baseando no aporte conceitual estabelecido nas décadas precedentes, quando tudo estava para ser renovado e a preservação era limitada ao instrumento do tombamento. O binário preservação/renovação adotado pelas APAs e APACs não vislumbrava, ainda, o fracasso das iniciativas, apenas o seu sucesso, tal como o verificado no percursor Corredor Cultural. Com isso, imóveis descaracterizados, em processo de ruínas ou até mesmo completamente demolidos persistem como legalmente protegidos.

A resistência em alterar a classificação de preservado para passível de renovação nesses casos é compreensível. Se este fosse um simples processo, qualquer proprietário de imóvel preservado que tivesse interesse em renovar seu edifício facilitaria o processo de arruinamento do bem edificado, com objetivo de que este fosse reclassificado como passível de renovação. Logo, cairia por terra toda a validade da preservação. Na situação usual, ou a fachada do imóvel em questão seria reconstituída, ou permaneceria ela arruinada, contribuindo negativamente à ambiência do conjunto. De qualquer forma, mantém-se a preservação legal do bem, independentemente da integridade do edifício.

O caso do Corredor Cultural é de especial interesse para romper com essa dualidade que não contempla com a descaracterização do imóvel preservado ao longo do tempo, e sua consequente perda de valor patrimonial. No estabelecimento do PAA nº 10290 de 1983, as subzonas de preservação ambiental e renovação urbana eram acompanhadas de uma terceira classificação, removida nas revisões empreendidas em 1987: a categoria de reconstituição arquitetônica. Cabe lembrar que o Corredor Cultural contava com um Escritório Técnico que orientava as intervenções realizadas em sua área de abrangência, e antes de tudo, ele era um projeto.

Seria justamente esse caráter projetual que as áreas de preservação sucessivas, após a criação do instrumento específico das APACs, que foi perdido ao longo do processo de institucionalização das práticas patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro. Traçando paralelos com a mensagem de Choay (2001 [1992], p. 257) acerca da perda do homem em sua competência do edificar, e a necessidade na discussão patrimonial em conservar "a nossa capacidade de lhe dar continuidade e de substituí-la", ao invés de um restrito interesse pelo congelamento das práticas de preservação, advoga-se, portanto, pela competência de projetar o patrimônio.

Logo, entre a preservação e a renovação nas APACs, deveriam permear categorias que incorporam a dimensão projetual, recuperando a prática abandonada na década de 1980, e compreendendo que estas áreas de interesse demandam um contínuo acompanhamento, e um periódico processo de revisão. Enquanto protegidas, estas reivindicam sempre um projeto de patrimônio para o futuro. Nesse sentido, propõe-se que incluam categorias classificatórias intermediárias (Figura 400) ao instrumento das APACs, como:

- O bem integrado, no qual reconhece-se que o edifício em questão, embora não agregue valor arquitetônico ao conjunto, também não o desmereça. Ele encontra-se integrado à ambiência, seguindo a volumetria e o ritmo predominante no conjunto. É de interesse que este não seja renovado, pois uma nova inserção contemporânea pode ter resultados negativos. Uma vez que o único parâmetro estabelecido para novas construções é a limitação volumétrica e de usos possíveis, não existem instrumentos jurídicos que impeçam que a fachada da nova construção, passível de renovação, fuja ao ritmo predominante do conjunto. A isenção fiscal concedida aos imóveis preservados poderia ser conferida a esse bem integrado, incentivando a sua manutenção. Ele continuaria, contudo, passível de renovação caso requerido pelo proprietário.
- O bem com reconstituição condicionada, que equivaleria a um imóvel antes preservado, mas cujo alto grau de descaracterização da fachada requer uma intervenção projetual. Neste caso, persiste o ônus da reconstituição do imóvel conforme seus traços originais, sem a possibilidade de renovação. A reconstituição, por sua vez, seria condicionada aos elementos remanescentes na fachada, e evidências documentais como documentação em arquivos ou registros fotográficos. Caso o proprietário siga com as reformas, e após avaliação do órgão de tutela, o edifício poderia retornar à categoria de preservado, e ser concedida a isenção de imposto predial.
- O bem com reconstrução orientada, que equivaleria a um imóvel antes preservado, mas completamente demolido. Assim como no caso anterior, persistiria o ônus da reconstituição. Contudo, uma vez que não restam mais elementos originais, e não se deseja recair em falsos históricos, admite-se que uma nova construção deva ser erguida, e orientada pelo ritmo predominante no conjunto. Realizadas as reformas, e após avaliação do órgão de tutela, o edifício poderia ser elevado à categoria de integrado.



Figura 400: Esquema de proposição de categorias classificatórias para APACs
Fonte das Imagens: Acervo LAPA-PROURB-UFRJ.

Compreende-se, todavia, que estas proposições partem de um estudo setorizado nas APACs da Área Central, e não contemplam a totalidade das ambiências preservados no território municipal. Outras categorias possivelmente emergiriam em outras análises aprofundadas da situação patrimonial nas demais áreas espalhadas pela Cidade do Rio de Janeiro. Esta tese pretende apenas contribuir nesse panorama de revisão conceitual das práticas patrimoniais na cidade.

CONCLUSÃO

Em *"La règle et le modèle"*, ou A Regra e o Modelo, obra de Françoise Choay (2010 [1980], p. 307) que apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida para sua tese de doutoramento, a filósofa francesa opta por terminar seus escritos com um capítulo curiosamente intitulado "*Ouverture: Des Mots Aux Choses*", ou "Abertura: Das Coisas às Palavras". De fato, o desenrolar de uma pesquisa sempre suscita questionamentos, e o enceramento de um trabalho é a abertura de um novo percurso de investigação. A conclusão torna-se, portanto, o começo de novos confrontos, e de futuros desafios.

Num primeiro momento, ao iniciar a pesquisa que se destrincha nesta tese, a preocupação que guiava o trabalho tinha como mola propulsora os resultados obtidos na dissertação de mestrado, no qual produziu-se um procedimento metodológico para leitura de tipologias edificadas, tendo como objeto de estudo duas áreas contíguas do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, o Castelo e a Cinelândia. Os tipos edificados, por sua vez, serviriam como um referencial para produção contemporânea contextualizada em áreas de interesse patrimonial.

Ampliando o objeto para abranger a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, e com recorte espacial direcionado ao eixo da Av. Presidente Vargas, a proposta inicial no desenvolvimento desta tese consistiria em um estudo sobre a sua legislação de preservação do patrimônio cultural. Este seria integrado a um mapeamento dos parâmetros urbanísticos vigentes para as novas construções inseridas em áreas de preservação patrimonial. Os objetivos, até então, limitavam-se a propor diretrizes de inserções arquitetônicas contextualizadas para estas áreas de preservação situadas às margens da Av. Presidente Vargas, idealizando possíveis revisões nos parâmetros construtivos a partir de um reconhecimento tipológico do contexto edificado. A questão central nesta ainda incipiente investigação era o enfrentamento de conflitos que há muito modelavam a ambiência urbana: a busca pela conciliação entre o antigo e o novo - o passado e o futuro - na cidade contemporânea.

Nesse momento inicial, os estudos tinham uma motivação muito propositiva, prevendo diretrizes e soluções projetuais como resultados finais para a tese. Contudo, pôs-se em questionamento qual seria o papel de uma tese de doutorado? Seria este, o de propor soluções a um problema? Ou seria o de levantar dados, questionamentos e hipóteses; discuti-los e produzir novos informações, permitindo aos leitores interessados, instigados pela pesquisa a tirarem suas próprias conclusões, contribuindo para ampliação do conhecimento

produção sobre o tema? Progressivamente a pesquisa foi se alinhando a esta segunda vertente, desenvencilhando-se de uma suposta necessidade de apresentar soluções resolutas em um trabalho acadêmico. Seria mais pertinente, na elaboração desta tese, fomentar um debate sobre a preservação patrimonial de bens edificados à luz de experiências realizadas na no Rio de Janeiro.

Contribuindo com essa reorientação da pesquisa, estava o próprio objeto de estudo: o patrimônio edificado da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. Como apresentado ao longo deste trabalho, em conjuntos preservados como os da APA Sagas e da APA Vila Operária da Cidade Nova, registra-se um contexto urbano marcado pela deterioração e descaracterização de edificações legalmente protegidas e reconhecidas como patrimônio cultural. Como propor arquiteturas contextualizadas de qualidade, quando o próprio conjunto de referência se encontra em situação de descaso. A questão das inserções contemporâneas em ambiências preservadas, embora relevantes para a produção da cidade, era um desafio secundário a uma discussão mais relevante sobre a preservação patrimonial no contexto urbano.

Buscou-se colaborar com a ampla discussão da preservação patrimonial, que agregaria questões diversas como a restauração de bens edificados, a gestão de bens patrimoniais e o financiamento de políticas e práticas que contribuem com a conservação dos conjuntos edificados urbanos. Estas seriam alvo de outros trabalhos, inclusive no âmbito do programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ. Optou-se, portanto, em investigar um caminho ainda pouco explorado, mas devedor de obras como as de Fonseca (1997), o processo de identificação e reconhecimento do patrimônio cultural edificado por parte dos órgãos de tutela do Estado, em suas múltiplas esferas de atuação (federal, estadual e municipal). Esse seria, por sua vez, articulada às questões urbanas, evidenciando os embates e diálogos entre as propostas de preservação e os anseios pela transformação da cidade.

O eixo da Av. Presidente Vargas, então escolhido como recorte espacial da tese por configurar um hiato de preservação em meio a um mar de conjuntos protegidos, ganhou nova dimensão. Ele seria exemplar nesse estudo das visões conflitantes entre os dois campos de batalha na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro. Em um mesmo ano, o de 1938, duas idealizações díspares se confrontavam neste recorte: as primeiras ações de tombamento de bens edificados pelo SPHAN, e as propostas de prolongamento da Avenida do Mangue. A abertura desse eixo viário, e sua lenta e progressiva ocupação foi o fio condutor para o estudo da aplicação dos instrumentos do tombamento e das áreas de preservação patrimonial no contexto multi-escalar do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade homônima.

Com base em panorama geral do recorte estudado, tendo como aporte pesquisas prévias já realizadas ao longo da graduação e do mestrado (MATTOS, 2010; 2013), e um levantamento preliminar da legislação patrimonial e dos bens edificados tombados e preservados no entorno da Av. Presidente Vargas, esboçou-se hipóteses de acerca da situação deste patrimônio edificado na Área Central da Cidade. Partiu-se do argumento de que o contexto problemático desse patrimônio, que incluiria uma baixa eficácia na gestão dos bens protegidos e uma pouco frequente revisão do que se configura como um bem patrimonial, tem suas origens em múltiplos fatores. Entre estes, estaria uma defasagem conceitual entre o momento de reconhecimento do bem edificado como patrimônio cultural por parte de aferimento de valor legal por órgão de tutela, e sua efetiva preservação no contexto contemporâneo.

A valoração dos bens ficaria atrelada a uma seleção realizada no passado, embora o patrimônio de caráter edificado sempre sofra incidência das transformações resultantes das dinâmicas urbanas. Logo, para contemplar no presente a sua efetiva valorização para o futuro da cidade, seria necessária uma periódica avaliação do seu processo de valoração, que muitas das vezes, encontra-se em completo estado de estagnação desde o momento de identificação e reconhecimento original. Os instrumentos de proteção - o tombamento (em suas múltiplas esferas) e as APACs - nas suas concepções e aplicações atuais, embasadas em discussões em parte já superadas, não seriam suficientes para garantir a efetiva preservação do patrimônio edificado, embora continuassem legalmente protegidos e reconhecidos como tal. Logo, este seria um fator de primeira ordem na problemática, uma vez que as gestões patrimoniais pelos órgãos de tutela são precedidas por essas seleções e aferições de valor.

Coube a pesquisa confrontar esse argumento com o fato concreto. Esta teve como embasamento a análise dos processos de tombamento de 95 bens tombados nos recortes espaciais da tese, além dos estudos empreendidos para estabelecimento das áreas de preservação patrimonial. Essa premissa se confirmou neste panorama, ao registrar que um significativo número dos bens tombados tem seus processos praticamente abandonados após a oficialização do tombamento, e áreas de preservação municipal como o Corredor Cultural e a APA Sagas estão desde a década de 1980, época da sua criação, sem uma compreensiva revisão dos seus parâmetros, ou levantamento dos seus bens protegidos.

Partiu-se, então, da hipótese que um caminho para contribuir na solução destes impasses entre as dinâmicas urbanas e os instrumentos de preservação, poderia residir na articulação entre os campos da morfologia urbana e do patrimônio cultural. Aventou-se, também, uma questão de ordem metodológica, com base no referencial da morfologia urbana.

Com uma noção ainda difusa, o campo morfológico encontra definições turvas frente a leituras contemporâneas que fogem das bases conceituais lançadas pelos seus pesquisadores precursores, como Muratori e Conzen. Alinhando-se à corrente italiana, continuada por Gianfranco Caniggia, compreendeu-se que o conceito central da abordagem morfológica reside na ideia do processo, realizada em quatro escalas de leitura, indo desde a análise do edifício até a escala da cidade. Este seria associado a figura das tipologias, para configurar os processos tipológicos que orientam a transformação do espaço urbano seguindo regras gerais de articulação e produção de bens edificados, ao invés de reproduções exatas de modelos de ocupação passados. A leitura tipológica permitiria tanto um reconhecimento do conjunto edificado a ser analisado, quanto a identificação das características recorrentes a fim de produzir novas arquiteturas contextualmente referenciadas: processo e produto como parte de uma única leitura

Com esta abordagem em mente, considerou-se que essa mesma cadeia de ideias para leitura de bens edificados poderia ser transpassada para a análise de bens patrimoniais. Assim como as edificações poderiam ser identificadas a partir de tipos, o patrimônio cultural edificado poderia ser reconhecido a partir de tipologias patrimoniais. E essas tipologias patrimoniais, por sua vez, estariam associadas a um processo de continuidades e rupturas de ordem conceitual de alguma forma analogamente comparável às idealizações, ora conflitantes, ora dialogais, que transformam o espaço urbano ao longo do tempo.

Essa hipótese metodológica orientou a produção do primeiro capítulo da tese acerca das distintas noções patrimoniais no percurso temporal dos últimos 500 anos, embora de forma não explicitada. Identificou-se, nesse panorama, três tipologias patrimoniais gerais com base na seleção de três critérios de análise:

- A tipologia edificada que a noção valoriza;
- O campo cronológico que a noção comporta;
- E as ações de proteção patrimonial que elas engendram.

Estes critérios foram em seguida aperfeiçoados para uma leitura do patrimônio cultural edificado na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro. Definiram-se, então, quatro categorias de análise do bem patrimonial, cada uma imbuída de seus próprios critérios:

- A materialidade do bem patrimonial;
- Os valores do bem patrimonial;
- A apropriação do bem patrimonial;
- E a abrangência do bem patrimonial.

Estabeleceu-se, também, que estas categorias e seus critérios de questionamentos, teriam relevâncias variáveis conforme o objetivo da sua leitura, seja a compreensão do processo de preservação patrimonial do bem e seus embates com as proposições urbanas vigentes, ou a necessidade de reconhecer a sua situação atual tendo vistas à revisão dos seus parâmetros e a sua garantia para o futuro.

Por fim, cabe nesse momento realizar uma reflexão acerca desses objetivos, que nesta tese se destrincharam em três etapas, cada uma associada a uma temporalidade da cidade - o passado, o presente e o futuro.

Num primeiro momento, a tese preocupou-se em tecer uma análise dialética entre o processo de preservação na Área Urbana Central da Cidade do Rio de Janeiro e as práticas de transformação urbana, por vezes divergentes das idealizações dos órgãos de tutela patrimonial. Partindo de uma leitura geral desta Área Urbana Central, para uma análise de casos específicos no recorte especial intermediário do *conjunto projetual* da Av. Presidente Vargas e suas franjas de preservação patrimonial, identificaram-se as tipologias patrimoniais recorrentes em quatro momentos passados da história urbana carioca: os anos de 1938, 1964, 1980, e 2000. Essas leituras setoriais permitiram aproximações com as variantes sincrônicas e os desenvolvimentos diacrônicos apresentados por Caniggia (1995 [1979]). Dos tombamentos em esfera federal realizados a partir de 1938, de bens anteriores à 1870, com linguagem colonial e valorados pela sua dupla dimensão histórica e artística, o processo de continuidades e rupturas promoveu a uma pluralidade tipológica que inclui novas esferas e graus de proteção, assim como a valoração de elementos sociais e urbanísticos, antes desconsiderados, atentando uma necessidade cada vez maior da reestruturação das bases conceituais que orientam a proteção patrimonial nacional, conforme sugere Meneses (2012).

Em seguida, com base em leituras nas cinco áreas de análise do recorte espacial aprofundado, representativas da heterogeneidade que configura o patrimônio cultural edificado da Área Central da Cidade, propôs-se compreender com um maior exame a sua configuração no momento presente. Nesta etapa, o processo dá lugar à identificação de produtos. Critérios de questionamento, antes pouco abordados como o grau de caracterização das fachadas dos bens patrimoniais, e seu estado de conservação articulam-se ao reconhecimento de conjuntos edificados de interesse, e seus usos contemporâneos. É com esta leitura que se destacam além das tipologias patrimoniais recorrentes, as particularidades das ações de preservação. São estes os casos excepcionais que fogem à regra, e que sinalizam as problemáticas lançadas na hipótese empírica da tese. Evidenciam-se, portanto, as problemáticas que reorientaram a produção deste trabalho.

Um novo mergulho é realizado nas quadras-detalhe, permitindo uma compreensão mais aproximada da situação patrimonial numa escala próxima da leitura das edificações e dos agregados urbanos. Assim, a tese perpassou, com seus múltiplos recortes espaciais, por análises empreendidas por quatro níveis de interpretação - a área urbana central, o conjunto projetual, as áreas de análise, e as quadras-detalhe - em um processo análogo às escalas determinadas por Moudon (2015 [1997]) em sua revisão acerca das escolas de morfologia urbana.

Essa leitura esmiuçada empreendida na etapa anterior culmina com última etapa dos objetivos da tese, associada às revisões desse patrimônio, e que tem esboça possíveis vislumbres para o futuro da cidade. Partindo do pressuposto de que a seleção de bens edificados como patrimônios nas cidades contemporâneas, orienta e desenha o futuro da sua forma urbana, esta tese põe lança como desafio para a posteridade - uma abertura para próximas empreitadas - a recuperação da dimensão projetual no processo de reconhecimento patrimonial.

Desde as origens da prática da preservação patrimonial na Europa, que surge articulada às intervenções restauradoras, residia essa relação entre projeto e patrimônio, que de alguma forma encontra-se dissociada no contexto carioca da contemporaneidade desde a institucionalização das práticas de preservação nas suas múltiplas esferas de atuação. O que nascia como uma intenção, como uma idealização inovadora, foi gradualmente convertendo-se em dogmas e procedimentos ortodoxos, que pouco contribuíram à preservação e manutenção das componentes históricas, artísticas, culturais e sociais que se visava alcançar. Carece este contínuo processo de preservação na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro da competência de projetar. Reivindica-se, portanto, a capacidade de na contemporaneidade, ler o passado - e os processos que de transformação que se destrincharam na cidade desde então - para desenhar o futuro.

REFERÊNCIAS

A) BIBLIOGRAFIA E ICONOGRAFIA

ADEMI. O futuro Incerto da Cidade Nova. In: *Revista ADEMI*, mai. 1977, pp. 6-12.

AGACHE, A. H. D. Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento. Paris: Editora Foyer Brésilien 1930.

ALBERTI, Leon Battista. *Da Arte de Construir*. Tratado de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Hedra, 2012.

ALCÂNTARA, Dora. Praça XV e Imediações: estudo de uma área histórica no Rio de Janeiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n. 20, pp. 114-122, 1984.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: Minc: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANDREATTA, Verena. Cidades Quadradas, Paraísos Circulares. Os Planos Urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. 232 p.

ARGAN, Giulio Carlo. Tipologia. *Summarios (Tipologia).* Buenos Aires: Ediciones Summa, nº 79, p. 2-14, jul. 1984. Tradução de: *Tipologia*, 1960.

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n. 19, pp. 97-111, 1984.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation*: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em: <http://www.issuelab.org/click/download1/values_and_heritage_conservation_research_report_getty_conservation_institute_los_angeles>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O Rio de Janeiro*. Sua história, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1877.

BANDEIRA, Júlio; WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*: 1817-1818. Petrópolis: Kappa Editorial, 2000.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Te*am 10*: arquitetura como crítica. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

BERGER, Paulo. *As freguesias do Rio Antigo*, vistas por Noronha Santos. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

BOITO, Camillo. Os Restauradores. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BONDUKI, N. Affonso Eduardo Reidy. Lisboa: Editorial Blau/Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. *Vazios Urbanos:* Perspectivas contemporâneas. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006.

_____. Vazios centrais e patrimônio cultural. In: IRPH. Evocando Memórias. Rio de Janeiro: 2012. Pp. 61-96.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa; SAMPAIO, Andréa da Rosa. Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro. In: 54o Congresso Internacional de Americanistas, 2012, Viena. A arquitetura das cidades: centros históricos como artefatos culturais. Niterói: PPGAU/UFF, 2012. v. 01.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRAVO, Luisa. Area conservation as socialist standard-bearer: a plan for the historical centre of Bologna in 1969. In GLENDINNING, Miles (org.). *Mirror of Modernity*. The Post-war Revolution in Urban Conservation. Paris: Docomomo International, 2009. Disponível em: <http://www.fredmussat.fr/e-proceedings2_dec09/ Docomomo%20E-proceedings2.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

BUENO, Eduardo; TAIBTELBAUM, Paula. *Avenida Presidente Vargas*: um desfile pela história do Brasil. Rio de Janeiro: Arco, 2010.

CABRAL, Renata Campello. *A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. São Carlos, 2013. 197 f. Tese. (Doutorado - Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, Carlos Roberto M. de. *O "Velhas Cidades" de Gustavo Giovannoni: Algumas Notas*. In KÜHL, Beatriz Mugayar (Org). Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. pp. 53-61.

CALABI, Donatela. Handbooks of Civic Art from Sitte to Hegemann. In: BOHL, C. C.; LEJEUNE, J-F. (org.). *Sitte, Hegemann and the Metropoli. Modern civic art and international exchanges*. New York: Routledge, 2009. p. 161-172.

CAMPOFIORITO, Ítalo. As Primeiras Árvores. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 26, pp. 10-19, 1997.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. *Architectural Composition and Building Typology:* Interpreting Basic Building. Florença: Alinea Editrice, 2001.

_____. *Tipologia de la Edificación*: estrutura del espacio antrópico. Madri: Celeste Ediciones, 1995.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. *Desígnio*, 2006, n. 6, pp. 35-47.

CARLOS, Cláudio Antônio Santos Lima. Áreas de proteção do Ambiente Cultural (APAC): da idealização a banalização do patrimônio Cultural Carioca. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CATALDI, Giancarlo; From Muratori to Caniggia: the origins and development of the Italian school of design typology. *Urban Morphology*, International Seminar on Urban Form. v. 7, n. 1, pp. 19-34. 2003.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. *Revista de Morfologia Urbana*, Rede Portuguesa de Morfologia Urbana. v. 2, n. 1, pp. 25-36. 2014. Disponível em: < https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/rmu-2-1-cataldi-et-al.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*: a vida da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Interpretações do patrimônio*: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos. 2010.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. *Bolonia*: Politica y Metodologia de La Restauración de Centros Históricos. Barcelona : Gustavo Gili, 1976.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación*: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Ano 1, no. 1, jun. 2008. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. *A Regra e o Modelo:* sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *O Patrimônio em Questão*. Antologia Para Um Combate. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia (org.). *Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional*. Nº 34, Dossiê: História e Patrimônio. Brasília, DF: Iphan, 2012. pp. 147-166.

COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2008.

COLLINS, George R; CRASEMANN COLLINS, Christiane. *Camillo Sitte - The Birth of Modern City Planning*. With a translation of the 1889 Austrian edition of his City Planning According to Artistic Principles. Mineola: Dover, 2006.

COOK, E.T.; WEDDERBURN, Alexander (eds.). *The Works of John Ruskin*. Vol. 36. Londres: George Allen, 1909.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira Costa; TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. The study of urban form in Italy. *Urban Morphology*, International Seminar on Urban Form. v. 18, n. 2, pp. 119-127. 2014. Disponível em: <http://www.urbanform.org/pdf/costa-teixeira2014.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

DOXIADIS ASSOCIATES. *Guanabara*. A Plan for Urban Development. Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Circulação e Cidade:* do Movimento da Forma à Forma do Movimento. 2002. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.

DUFFY, Eamon. *Saints and Sinners*: A History of the Popes. New Haven: Yale University Press, 2015. 4ª ed.

ELIAS, Isis Baldini. *Conservação e restauro de obras com valor de contemporaneidade*: a arte postal da XVI Bienal de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.

ERMAKOFF, George. *Juan Gutierrez*: Imagens do Rio de Janeiro, 1892/1896. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2001.

ERMAKOFF, George. *Rio de Janeiro 1930-1960*. Uma Crônica Fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2008.

FERREZ, Gilberto. *A muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Paris: Marcel Mouillot, 1965.

FERREZ, Gilberto. *O rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez*: paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro. 1865-1918. Rio de Janeiro: Ex-Libris: João Fortes Engenharia, 1984.

FERREZ, Marc. *O Álbum da Avenida Central:* Um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906. São Paulo: Ex Libris/João Fortes Engenharia, 1985. 241 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 1997.

GAUDIN, Jean-Pierre. *Desenho e Futuro das Cidades – Uma antologia*. Rio de Janeiro: Rio Books. 2014.

GIOVANNONI, Gustavo. O desbastamento de construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma. 1913b. In KÜHL, Beatriz Mugayar (Org). *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. pp. 137-178.

_____. Vecchie città ed edilizia nuova. Turim: CittàStudi Edizioni, 1995.

_____. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana. 1913a. In KÜHL, Beatriz Mugayar (Org). *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. pp. 91-136.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2002.

GUIMARAENS, Cêça. Rodrigo Melo Franco de Andrade e a paisagem hiperreal do patrimônio. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 149.06, Vitruvius, out. 2012. Disponivel em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4543> Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

HARVEY, David C. The History of Heritage. In: GRAHAM, Brian; HOWARD, Peter (orgs.). The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity. Aldershot: Ashgate, 2008. pp 19-36.

HEARNE, Thomas. Prefácio. In: A *Collection of Curious Discourses written by Eminent Antiquarie*s. Londres: W. and J. Richardson, 1771.

IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil* - uma trajetória. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

JOKILEHTO, Jukka. *A History of Architectural Conservation:* The Contribution of English, French, German and Italian Thought Towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property. 1986. Tese (Doutorado) – University of York, York. 2005. Disponível em: <http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

KOK, Glória. *Rio de Janeiro na época da Av. Central*. São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

KOSTOF, Spiro. *The City Shaped*: Urban Patterns and Meanings Through History. New York: Bulfinch Press, 1993. 352 p. Ano da edição original: 1991.

KOWALSKI, Alexandra. *From cathedrals to teaspoons*: The Inventaire General and the cultural wealth of the French nation. 2007. Tese (Doutorado) – Department of Sociology, New York University, Nova York. 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar (Org). *Gustavo Giovannoni:* textos escolhidos. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura de Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo*: reflexões sobre a sua preservação. Cotia: Ateliê Editorial/FAPESP/ Secretaria de Cultura, 1998.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. In: *Anais do Museu Paulista.* São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. pp. 287-320. jul.- dez. 2010.

_____. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê/FAPESP, 2009.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LENTINI, Filippo Gargallo di Castel. Evoluzione storica e giuridica della tutela dei beni culturali dall'unità d'Italia al Codice Urbani. Cenni sulla tutela paesistica. In: *Diritto all' ambiente*, art. 119, 12/06/2006. Disponível em: <http://www.dirittoambiente.net/file/territorio_articoli_119.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

_____. Corredor Cultural do Rio De Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do Patrimônio Cultural. In Fórum Patrimônio. Intervenções em Centros Históricos. 2008, Vol.2, Nº1. <http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/45de5243ec916734b18d.pdf>

_____. Cruz Vermelha e adjacências: Um plano para a preservação da área. *Cadernos do Patrimônio Cultural*. n. 3, abril 1992, pp. 2-44.

LOWENTHAL, David. Stewarding the Past in a Perplexing Present. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

LYNCH, Kevin. *¿De qué tiempo es este lugar?.* Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1972. 269 p. Tradução de: *What time is this place?*

_____ . *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p. Tradução de: *The image of the city, 1960.*

MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. Projeto Corredor Cultural: um projeto de preservação da área central do Rio de Janeiro (1979-1993). São Carlos, 2004. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MAFFEI, Gian Luigi (ed.). *Gianfranco Caniggia Architetto (Roma 1933.1987).* Disegni - progetti – opere. Florença: Alinea, 2003.

MARCELO, Hernán Venegas. A noção de patrimônio no Brasil Império. In: *Revista Pasos*: Turismo y Patrimonio Cultural. Universidad de La Laguna, Tenerife, España. Vol. 11, No. 1, 2013, pp. 135-146. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/11113/PS0113_10.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

Cultural. Universidad de La Laguna, Tenerife, España. Vol. 11, No. 1., 2013, pp. 135-146MARZOT, Nicola. The study of urban form in Italy. Urban Morphology, International

Seminar on Urban Form. v. 6, n. 2, p. 59-73. 2002. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_unlimited/pdf2002/200262_59-73.pdf >. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

MATTOS, Guilherme Meirelles Mesquita de. *Decodificando a cidade*: forma, imagem e história na classificação tipológica do centro da cidade do Rio de Janeiro. Niterói, 2013. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense, 2013.

_____ *Desenhando a História Urbana do Rio*: A evolução da forma urbana do Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Niterói, 2010. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense, 2010.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MONEO, Rafael. On Typology. *Oppositions*. Cambridge: MIT Press, nº13, p. 23-45, verão 1978.

MORRIS, William; KELVIN, Norman (org.). *The Collected Letters of William Morris*, Volume I: 1848-1880. Princeton: Princeton University Press, 1984.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. E*ntorno de bens tombados.* Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2010.

MOUDON, Anne Vernez. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 3, n. 1, p. 41-49. 2015. Disponível em: <http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/download_file/view/238/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

MYNORS, Charles. *Listed Buildings, Conservation Areas and Monuments*. Londres: Sweet & Maxwell, 2006. 4ª ed.

NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba do. Nada vem do nada: por uma revisão contemporânea do conceito de tipo edilício. *Pós*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo: FAUUSP, n. 27, jun. 2010. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43683/47305>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

NETTO, Vinicius. O que a sintaxe espacial não é? *Arquitextos*, São Paulo, ano 14, n. 161.04, Vitruvius, out. 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4916>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, Vítor. Morfologia urbana: diferentes abordagens. *Revista de Morfologia Urbana*. v. 4, n. 2, pp. 65-84. 2016. Disponível em: <https://pnum.fe.up.pt/en-gb/assets/pdf/rmu/2-rmu-4-2_artigo-1.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2017.

PANE, Andrea. Atualidade de Gustavo Giovannoni. In KÜHL, Beatriz Mugayar (Org). *Gustavo Giovannoni: textos escolhidos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. pp. 31-52.

PANERAI, Philippe. Análise Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean Charles. *Formas Urbanas*: A Dissolução da Quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o Patrimônio. In OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidad*e: História e Desafios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; COLAGROSSI, Fernando; ARNAUT, Jurema Kopke Eis; FRANCO, Luiz Fernando; BOSSI, Vera. Mesa-redonda: Patrimônio Edificado II: Sítios históricos/núcleos urbanos/entorno. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 123-137, 1987.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. William Morris e a SPAB. In: *Rotunda*, 2004, n. 3, pp. 22-35.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Álbum da cidade do Rio de Janeiro:* Comemorativo do I Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Edição da Prefeitura do Distrito Federal, 1922.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais*: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RAHBA, Nina. *Planos Urbanos*. Rio de Janeiro. O Século XIX. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Secretaria Municipal de Urbanismo, 2008.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos* – evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, Rio de Janeiro, nº especial, PUB-RIO, 1941.

REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, Rio de Janeiro, Vol. V, nº 5, setembro 1938.

REZENDE, Vera L. F. M. *Planejamento e ideologia*: quatro planos para a Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

RIEGL, Alois. *O Culto Moderno dos Monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. *Um patrimônio de palavras*. Rio de Janeiro: Secretaria Estadual de Cultura, 2012.

_____. Prototombos: o conceito de patrimônio cultural no século XIX e início do XX. In: CARVALHO, Claudia S. Rodrigues, et al. (org.). *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. pp. 109-118.

ROMAN, András. The Third General Assembly ICOMOS -1972. In: *Scientific Journal Thirty Years of ICOMOS / Treintième anniversaire de l'ICOMOS.* Paris: ICOMOS, 1995. pp. 17-26.

ROSANELI, Alessandro Filla; SHACH-PINSLY, Dalit. Anne Vernez Moudon. *Entrevista*, São Paulo, ano 10, n. 040.01, Vitruvius, out. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/10.040/3397/pt_BR>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade.* 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p. Tradução de: L'Architettura della città, 1966.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. A Cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v.40 (Patrimônio e Cultura Imaterial), pp. 223-257, 2010.

RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 31, pp. 19-26, 1990.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. *Revista CPC USP*, São Paulo, n. 23, pp. 40-64. Aug. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/128187>

_____. Normas urbanísticas e sua influência no processo de configuração espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro. 2006. 217f. Tese (Doutorado em Urbanismo)

– Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006.

_____. No Rastro dos Antigos Traçados: Normas Urbanísticas e Patrimoniais configurando a Área Urbana Central Carioca. In: MACHADO, Denise P. et al. (org.). I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Anais... Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/ 195-699-2-SP.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. *Revista Projeto 86*, Ensaio e Pesquisa, abril 1986, São Paulo, pp.59-63.

SANTOS, Núbia Melhem; NONATO, José Antonio (Org.) *Era Uma Vez O Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

SCOTT, Sir George Gilbert. *Personal and professional recollections*. Londres: Sampson, Low Marston, Seale & Rivington, 1879.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo.* São Paulo: Perspectiva, 2007.

SEGRE, Roberto. *Ministério da Educação e Saúde.* Ícone urbano da modernidade brasileira 1935-1945. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

SOCIETY OF ANTIQUARIES OF LONDON. *A Copy of the Royal Charter and Statutes of the Society of Antiquaries of London and of Orders and Regulations Establshed by the Council of the Society*. Londres: T. Bentley, 1800.

THOMPSON, Pishey. *The history and antiquities of Boston*. Boston (Inglaterra): John Noble, 1856.

VAZ, Lilian F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: *Anais do VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro, 2004

VAZ, Lilian F.; JACQUES, Paola B. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR,* Rio de Janeiro, 2001.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxfordi: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

_____. *Teoria Contemporanea de la Restauracíon*. Madri: Ed. Síntesis, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

WAISMAN, Marina. *O Interior da História*: Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WHITE, James F. *The Cambridge Movement*. The Ecclesiologists and the gothic revival. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WHITEHAND, J.R. British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, International Seminar on Urban Form. v. 5, n. 2, p. 103-109. 2001. Disponível em: <http://www.urbanform.org/online_unlimited/um200102_103-109.pdf>.

YOUNES, Samir. *Quatremère De Quincy's Historical Dictionary of Architecture*: The True, the Fictive and the Real. London: Andreas Papadakis Publisher, 1999. 271 p.

ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação integrada e novas estratégias de gestão*. IV Encontro SIRCHAL*. Salvador, 2000. Disponível em: <http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ZANCHETI, Silvio Mendes; DOURADO, Catarina; CAVALCANTI, Fábio; LIRA, Flaviana; PICCOLO, Rosane. *Da autenticidade nas Cartas Patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade*. Textos para Discussão – Série 3. Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda, 2008. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/en/informacao/acervo-paradownload/category/2-cursos.html?download =13%3Atexto-discusso-28>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

B) CARTAS PATRIMONAIS E DOCUMENTAÇÔES AFINS

CARTA DE ATENAS DO IV CIAM, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads /ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

CARTA DE ATENAS, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/ arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

CARTA DE WASHINGTON, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/ arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

CARTA SOBRE O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO, 1999. Disponível em: <http:// www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20 de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÂ, 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

DECLARAÇÃO DE XI'AN, 2005. Disponível em: <http://www.icomos.org/ charters/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO DE NARA SOBRE A AUTENTICIDADE, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994 .pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

MANIFESTO DE AMSTERDÂ, 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%20 1975.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

PRINCÍPIOS DE LA VALLETTA PARA A SALVAGUARDA E GESTÃO DE CIDADES E CONJUNTOS URBANOS HISTÓRICOS, 2011. Disponível em: <http://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/ Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1989. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. 2017. Disponível em: <https://whc.unesco.org/document/169402>

C) LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS

CHALLAMEL, Jules. *Loi du 30 mars 1887 sur la conservation des monuments historiques et des objets d'art:* étude de législation compare. Paris: F. Pichon, 1888.

FRANÇA. Loi sur les monuments historiques promulguée le 31 décembre 1913. Paris: Imprimerie Nationale, 1913.

ITÁLIA. Legge n. 1150 del 17 agosto 1942 (Legge Urbanistica). Disponível em: <http://www.provincia.bologna.it/pianificazione/Download//normativa/UrbanisticaPTCP/NormativaNazionale/Legge1150_1942.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ITÁLIA. Legge n. 2359 del 25 giugno 1865 (espropriazioni per causa di utilità pubblica). Disponível em: <http://www.protezionecivile.gov.it/resources/cms/documents/Legge_1865_.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

ITÁLIA. Legge nº 364 del 20 giugno, 1909. Disponível em: <http://archivio.eddyburg.it/article/articleview/11644/0/333/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

JOURNAL OFICIEL DE LA REPUBLIQUE FRANÇAISE. 7 aôut 1962. Disponível em: <http://www.senat.fr/fileadmin/Fichiers/Images/archives/Images/MONUMENTS_HISTORIQUES/loi_1962.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

REINO UNIDO. Civic Amenities Act, 1967. Chapter 69. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/gb/uk_act_chap69_1967_orof.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

D) LEGISLAÇÕES NACIONAIS (BRASIL)

Os documentos a seguir estão listados por data de publicação.

BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional.

BRASIL. Lei, nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

IPHAN. Portaria nº 02 de 14 de março de 1986. Determinar as especificações para construções, inclusive reformas e acrécimos, nas áreas de entorno do Palácio Itamaraty, na AV. Marechal Floriano; o conjunto arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo; o Palácio Episcopal e a Fortaleza da Conceição, no Morro da Conceição; a Igreja de São Francisco da Prainha, no Adro da Prainha; a Igreja de Santa Rita, no Largo de Santa Rita; o Edifício da antiga caixa de amortização, na Avenida Rio Branco; a Casa na Rua Mayrink Veiga Nº 9; o Edifício da Cia. Docas de Santos, na AV. Rio Branco, e o Colégio Pedro II, na AV. Marechal Floriano.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988.

IPHAN. Portaria nº 135 de 13 de março de 2013. Dispõe sobre a delimitação e diretrizes para a área de entorno da Estação D. Pedro II, Palácio Itamaraty, Prédio da Light, Prédio onde funciona o Colégio Pedro II, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Jardim e Morro do Valongo, Casa na Ladeira do Valongo nº 21, Igreja de São Francisco da Prainha, Fortaleza da Conceição, Palácio Episcopal, Igreja de Santa Rita, Casa na Rua Mayrink Veiga nº 9, Prédio da Antiga Caixa de Amortização, Prédio da Cia Docas de Santos, situados no Morro da Conceição e arredores, bens objeto de tombamento federal promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

BRASIL. Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

E) LEGISLAÇÕES ESTADUAIS (ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ANTIGO ESTADO DA GUANABARA)

Os documentos a seguir estão listados por data de publicação.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto "E" nº 40 de 27 de julho de 1963. Revoga o projeto que menciona (Avenida Norte-Sul). Diário Oficial do Estado da Guanabara, 30 de julho de 1963.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto "E" nº 265 de 27 de dezembro de 1963. Revoga os PP.AA. ns. 3612, 4447, 5206 e 7534. Diário Oficial do Estado da Guanabara, 3 de janeiro de 1964.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto "N" nº 346 de 31 de dezembro de 1964. Regula a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969. Define os Bens Integrantes do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado da Guanabara e institui medidas para a sua proteção.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto "E" nº 4.467 de 23 de dezembro de 1970. Aprova o projeto de alinhamento e loteamento números 8.944 e 29.317, respectivamente, relativo à Avenida Norte Sul). Diário Oficial do Estado da Guanabara, 26 de novembro de 1970.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto E nº 3800 de 20 de abril de 1970. Aprova os Regulamentos Complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, e dá outras providências.

ESTADO DA GUANABARA. Decreto E nº 5996 de 12 de janeiro de 1973. Estabelece condições para as edificações a serem construídas em área delimitada da Área Central AC-2, e dá outras providências.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 509, de 3 de dezembro de 1981. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982. Regulamenta a Lei nº 509, de 03/12/1981, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento e dá outras providências.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei nº 4001, de 30 de outubro de 2002. Dispõe sobre o tombamento da antiga fábrica da cervejaria Brahma, estabelecida na Av. Marquês de Sapucaí. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2002.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto nº 42.798 de 14 de janeiro de 2011. Dispõe sobre o destombamento do bem cultural denominado Passarela do Samba Professor Darcy Ribeiro - Sambódromo. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2001.

F) LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS (CIDADE DO RIO DE JANEIRO E ANTIGO DISTRITO FEDERAL)

Os documentos a seguir estão listados por data de publicação.

PDF. Decreto nº 7.064 de 31 de julho de 1941. Aprova o Plano de Urbanização da Esplanada resultante do desmonte do Morro de Santo Antônio e áreas adjacentes, e do prolongamento da Avenida Diagonal.

PDF. Decreto nº 8.830 de 6 de maio de 1947. Aprova o projeto de Urbanização das Ruas Senador Pompeu, Barão de São Félix e áreas adjacentes.

PDF. Decreto nº 8.937 de 4 de setembro de 1947. Desapropria os imóveis da Praça Tiradentes ns. 3 e 5, necessários à constituição do lote nº 1 do bloco XXX do projeto de urbanização da Esplanada de Santo Antônio.

PDF. Decreto nº 9.629 de 14 de março de 1949. Aprova o projeto de Urbanização da área resultante do desmonto do Morro de Santo Antônio.

PDF. Decreto nº 9.632 de 14 de março de 1949. Aprova o projeto do trecho compreendido entre a Esplanada do Santo Antônio e o morro da Conceição.

PDF. Decreto nº 9.636 de 14 de março de 1949. Aprova o projeto do trecho final da Avenida Norte-Sul, compreendendo o Túnel da Conceição e acesso à Rua Sacadura Cabral.

PDF. Decreto nº 9.657 de 26 de março de 1949. Aprova o projeto prolongamento da Avenida Brasil, estabelecendo ligação com a Avenida Norte-Sul e a Praça Mauá.

PCRJ. Decreto nº 322 de 3 de março de 1976. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 05 de março de 1976.

PCRJ. Decreto nº 1.707 de 17 de agosto de 1978. Estabelece condições de preservação ambiental e paisagística nas quadras compreendidas pela Rua da Carioca, Avenida República do Paraguai, Rua Sete de Setembro e Rua Uruguaiana, de acordo com a recomendação do

Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PUB-Rio) para a área de planejamento AP-1. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1978.

PCRJ. Decreto nº 2.534 de 14 de março 1980. Aprova o PAA nº 10.025 e o PALº 36.840, que delimitam a Zona Especial ZE- 8 (Cidade Nova), estabelece as respectivas condições de zoneamento, de parcelamento e de edificação, e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 17 de março de 1980.

PCRJ. Lei nº 166 de 27 de maio de 1980. Dispõe sobre o processo de tombamento e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 29 de maio de 1980.

PCRJ. Decreto nº 4141 de 14 de julho de 1983. Aprova o PA 10.290 e o PAL 38.871 e fixa os limites da área abrangida pelo Corredor Cultural. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 15 de julho de 1983.

PCRJ. Lei nº 495 de 9 de janeiro de 1984. Transforma o bairro de Santa Teresa em área de proteção ambiental (APA), e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1984.

PCRJ. Lei nº 506 de 17 de janeiro de 1984. Cria a Zona Especial do Corredor Cultural, de proteção paisagística e ambiental do Centro da Cidade, dispõe sobre o tombamento de bens imóveis na área de entorno e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 09 de maio de 1984.

PCRJ. Decreto nº 4.539 de 07 de maio de 1984. Tombamento da Pharmácia Cordeiro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 09 de maio de 1984.

PCRJ. Lei nº 568 de 20 de julho de 1984. Tomba, por interesse histórico e cultural, o imóvel onde está localizado o Teatro Carlos Gomes, situado na Praça Tiradentes, nº 19. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1984.

PCRJ. Decreto nº 5.047 de 17 de abril de 1985. Tombamento provisório dos bens culturais na área do Projeto Sagas. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 18 de abril de 1985.

PCRJ. Decreto nº 5.050 de 23 de abril de 1985. Regulamenta a Lei n° 495, de 9 de Janeiro de 1984, que transformou o Bairro de Santa Teresa em Área de Proteção Ambiental (APA), altera o Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto nº 322, de 3 de março de 1976, e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 23 e 24 de abril de 1985.

PCRJ. Decreto nº 5.302 de 02 de setembro de 1985. Tombamento dos edifícios situados na Rua Sete de Setembro, nº 182, 184 e 186. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1985.

PCRJ. Decreto nº 5.304 de 02 de setembro de 1985. Tombamento da Vila Operária Salvador de Sá. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1985.

PCRJ. Decreto nº 5.459 de 8 de novembro de 1985. Considera para fins de proteção arnbiental, parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro, localizados nas I e II Regiões Administrativas (Centro e Portuária) e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1985.

PCRJ. Decreto nº 5.709 de 7 de março de 1986. Tombamento do Imóvel da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Pedro V. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 11 de março de 1986.

PCRJ. Lei nº 900 de 22 de setembro de 1986. Dispõe sobre o tombamento do prédio nº 8 da Rua Visconde de Itaboraí. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1986.

PCRJ. Decreto nº 6.151 de 23 de setembro de 1986. Dispõe sobre as quadras de terreno do PA 10.025 e do PAL 36.840, aprovados pelo Decreto n9 2534, de 14 de março de 1980, e dã outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1986.

PCRJ. Lei nº 971 de 4 de maio de 1987. Institui a Área de Proteção Ambiental (APA) composta pelos logradouros que menciona, e dá outras providências.

PCRJ. Decreto nº 6.932 de 8 de setembro de 1987. Tombamento de bens culturais no Espaço de Moradia ao Sul do Corredor Cultural. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1987.

PCRJ. Decreto nº 7.076 de 06 de novembro de 1987. Delimita a área de proteção do entorno dos bens culturais tombados pelo Decreto nº 6932, de 8 de setembro de 1987, situados no bairro do Centro, na II Região Administrativa, e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1987.

PCRJ. Decreto nº 7.171 de 24 de novembro de 1987. Tombamento da Casa Daniel. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1987.

PCRJ. Lei nº 1.139 de 16 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a preservação de bens imóveis da Zona Especial do Corredor Cultural e de sua área de entorno e dá outras providências.

PCRJ. Decreto nº 7.351 de 14 de janeiro de 1988. Regulamenta a Lei nº 971, de 4 de maio de 1987, que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) em parte dos bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1988.

PCRJ. Decreto nº 7.353 de 15 de janeiro de 1988. Aprova o PA 10.605 e o PAL 41.699, define novos limites para a Zona Especial & (ZE-8) - Cidade Nova, estabelece condições de aproveitamento e uso do solo para essa Zona e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1988.

PCRJ. Decreto nº 7.612 de 5 de maio de 1988. Dispõe sobre a decretação de áreas de proteção ambiental. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1988.

PCRJ. Decreto nº 8.754 de 19 de setembro de 1989. Tombamento do prédio à Rua da Candelária, 2. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1989.

PCRJ. Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 5 de abril de 1990.

PCRJ. Decreto nº 9.414 de 21 de junho de 1990 Tombamento provisório dos exemplares mais significativos das escolas públicas existentes no Rio de Janeiro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 22 de junho de 1990.

PCRJ. Lei nº 1.578 de 10 de julho de 1990. Tomba o imóvel da Rua Mayrink Veiga, 28, de propriedade da Distribuidora de filmes S.A –Embrafilme. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 25 de julho de 1990.

PCRJ. Decreto nº 10.040 de 11 de março de 1991. Estabelece as condições relativas ao Regulamento de Zoneamento para a Zona Especial 8 (ZE-8) – Cidade Nova, na III Região Administrativa, cria as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova e do Catumbi e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 12 de março de 1991.

PCRJ. Lei Complementar nº 16 de 4 de junho de 1992. Dispõe sobre a política urbana do município, institui o plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

PCRJ. Decreto nº 11.883 de 30 de novembro de 1992. Cria e delimita a Área de Proteção do Ambiente Cultural da área conhecida como Cruz Vermelha e adjacências, situada no bairro do Centro, II R.A, autoriza a transformação de uso, estimula o aproveitamento e a conservação de edificações tombadas ou preservadas, e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 31 de novembro de 1992.

PCRJ. Decreto nº 11.969 de 17 de março de 1993. Tombamento Provisório do imóvel do antigo Museu Real. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 18 de março de 1993.

PCRJ. Decreto nº 11.971 de 17 de março de 1993. Tombamento da Confeitaria Manon. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1993.

PCRJ. Decreto nº 12.181 de 30 de julho de 1993. Altera o Anexo IX do Decreto n. 10.040, de 11 de março de 1991. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1993.

PCRJ. Decreto nº 12.245 de 30 de agosto de 1993. Tombamento do imóvel situado na Rua Primeiro de Março, 47. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1993.

PCRJ. Decreto nº 12.666 de 01 de fevereiro de 1994. Tombamento do imóvel situado na Rua Aníbal Benévolo, 315-A, Cidade Nova. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1994.

PCRJ. Lei nº 2.236 de 14 de outubro de 1994. Define as condições de uso e ocupação do solo na Área de Especial Interesse Urbanístico da II Região Administrativa-Centro, criada pelo Decreto nº 12.409, de 9 de novembro de 1993, estabelece medidas para a revitalização do Centro da Cidade e seu entorno, e dá outras providências.

PCRJ. Decreto nº 14.741 de 22 de abril de 1996. Tombamento Definitivo das Estações Ferroviárias. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 23 de abril de 1996.

PCRJ. Decreto nº 15.502 de 31 de janeiro de 1997. Tombamento do imóvel situado à Rua Miguel de Frias, 57. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1997.

PCRJ. Decreto nº 15.510 de 06 de fevereiro de 1997. Tomba definitivamente o prédio sede do Ministério da Fazenda e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1997.

PCRJ. Decreto nº 16.419 de 23 de dezembro de 1997. Cria Área de Proteção do Ambiente Cultural na Rua Teófilo Otoni e arredores, no Centro, I R.A.., e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1997.

PCRJ. Lei nº 2.677 de 18 de setembro de 1998. Tomba, por seu interesse arquitetônico, histórico e cultural, as edificações de projetos do arquiteto Oscar Niemeyer construídos no município. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1998.

PCRJ. Lei nº 2.788 de 27 de abril de 1999. Tomba o imóvel situado à Praça da República nº 17, no Centro do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 29 de abril de 1999.

PCRJ. Decreto nº 18.837 de 3 de agosto de 2000. Tombamento do Conjunto Arquitetônico do de obras do Arquiteto Henri Sajous. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2000.

PCRJ. Decreto nº 18.995 de 5 de outubro de 2000. Tombamento provisório de bens, como o Edifício "A Noite". Diário Oficial do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2000.

PCRJ. Decreto nº 19.000 de 5 de outubro de 2000. Determina o tombamento do bem que menciona, localizado no bairro do Estácio – III RA, cria sua área de entorno e estabelece critérios para a sua proteção. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2000.

PCRJ. Decreto nº 19.001 de 5 de outubro de 2000. Tombamento provisório da Chapelaria "A Radiante" situada à Rua Sete de Setembro nº 137. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2000.

PCRJ. Decreto nº 19.007 de 5 de outubro de 2000. Tombamento municipal do imóvel situado à Rua Buenos Aires 312 e 314. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2000.

PCRJ. Lei nº 3.188 de 19 de março de 2001. Institui a Área de Proteção do Ambiente Cultural dos Arcos da Lapa. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 23 de março de 2001.

PCRJ. Decreto nº 20.048 de 11 de junho de 2001. Altera os §§ 5º e 6º e cria os §§ 7º e 8º do artigo 81 do regulamento de licenciamento e fiscalização aprovado pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 1970. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 12 de junho de 2001.

PCRJ. Decreto nº 20.200 de 9 de julho de 2001. Tombamento municipal do imóvel situado na Rua Visconde de Inhaúma, 64. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 10 de julho de 2001.

PCRJ. Decreto nº 23.686 de 19 de novembro de 2003. Determina o tombamento provisório do bem cultural situado na Rua da Alfândega n° 41, Centro. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2003.

PCRJ. Decreto nº 24. 420 de 21 de julho de 2004. Cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural do entorno do Mosteiro de São Bento, no Centro, I R.A. e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 22 de julho de 2004.

PCRJ. Lei nº 4.663 de 2 de outubro de 2007. Dispõe sobre o tombamento da nova quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá, por seu valor cultural e social. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2007.

PCRJ. Decreto nº 28.911 de 18 de dezembro de 2007. Cria área de entorno do bem tombado municipal, situado na Rua da Candelária 2 e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2007.

PCRJ. Decreto nº 28.952 de 16 de janeiro de 2008. Tombamento do Beco das Cancelas. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2008.

PCRJ. Decreto nº 29.903 de 26 de setembro de 2008. Tomba provisoriamente os imóveis situados na Rua dos Andradas nº 147 e Rua da Lapa nº 242 - Centro, habitações onde residiu o escritor Joaquim Maria Machado de Assis. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2008.

PCRJ. Decreto nº 33.358 de 12 de janeiro de 2011. Altera o Anexo IX do Decreto n. 10.040, de 11 de março de 1991.

PCRJ. Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.

PCRJ. Decreto nº 35.879 de 05 de julho de 2012. Dispõe sobre o Rio como patrimônio da humanidade e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 06 de julho de 2012.

PCRJ. Decreto nº 36.116 de 21 de agosto de 2012. Determina o tombamento provisório do imóvel sito à Praça Tiradentes nº 79/81 - Centro, atualmente ocupado pela Associação Centro Cultural Estudantina. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2012.

PCRJ. Decreto nº 37.086 de 03 de maio de 2013. Cria o Sítio Cultural da Rua da Carioca, tombados imóveis que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 13 de junho de 2013.

PCRJ. Decreto nº 37.797 de 14 de outubro de 2013. Determina o tombamento provisório do imóvel sito à Rua do Rosário, nº 91/97. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2013.

PCRJ. Decreto nº 39.234 de 24 de setembro de 2014. Tomba definitivamente a Capela de Nossa Senhora das Dores localizada no Quartel General da Polícia Militar do Rio de Janeiro à Rua Evaristo da Veiga, Nº 78 – Centro – II RA, e cria a Área de Entorno do Bem Tombado Municipal. Diário Oficial do Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2014.

G) PROCESSOS CONSULTADOS NO IPHAN

Os documentos a seguir estão listados por data de abertura do processo.

IPHAN. *Processo nº 0010-T-38*. 1) Igreja: Bom Sucesso; 2) Casa: Santa Luzia (Rua), 206 (Santa Casa de Misericórdia); 3) Casa: Catete (rua), 6 (Asilo São Cornélio - atual Faculdade Medicina Souza Marques); 4) Casa: Valongo (ladeira), 21. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0014-T-38*. Tombamento da Igreja Cruz dos Militares. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0015-T-38*. Tombamento da Igreja da Lapa dos Mercadores. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0016-T-38*. Igreja de Santa Rita. Seminário de São José (Rua Paulo de Frontin). Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0017-T-38*. Tombamento da Igreja de São Pedro. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0018-T-38*. Igreja do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0019-T-38*. Tombamento da Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0020-T-38*. Tombamento da Igreja Mãe dos Homens. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0022-T-38*. Igreja: São Francisco da Penitência. Igreja: São Francisco da Prainha. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0025-T-38*. Igreja: Conceição e Boa Morte. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0033-T-38*. Igreja: São Francisco de Paula. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0037-T-38*. Tombamento da Igreja Bom Jesus do Calvário. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0051-T-38*. Igreja: Candelária Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0099-T-38*. 1) Chafariz das Saracuras; 2) Prédio a Rua 20 de Abril, nº 14; 3) conjuntos urbanísticos e arquitetônicos do Jardim e Morro do Valongo e Arco do Teles; 4) Quinta da Boa Vista; 5) Campo de Sant'Ana; 6) Passeio Público (especialmente o Chafariz dos

Jacarés; os Obeliscos e o Portão o Mestre Valentim); 7) as Praias de Paquetá; 8) os morros da Cidade. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0101-T-38.* 1) Rua Visconde de Itaboraí, nº 78, Edifício da antiga Alfândega, atual Tribunal do 11º Júri. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0155-T-38.* Palácio Episcopal do Morro da Conceição, Fortaleza da Conceição. *Rio de Janeiro, RJ*. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0156-T-38.* 1) Praça da República nº 173, Casa da Moeda. 2) Rua Visconde de Itaboraí, nº 78, Edifício da antiga Alfândega, atual Tribunal do 11º Júri. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0158-T-38.* Casa: Marechal Floriano (Av.) 196. Palácio Itamarati. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0158-T-38.* Casa: Marechal Floriano (Av.) 196. Palácio Itamarati. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0375-T-48*. Casa: Imprensa (Rua), 16 - Palácio da Cultura. Rio de Janeiro, RJ. 1948.

IPHAN. *Processo nº 0572-T-58.* Casa: República (Praça), 197. Onde residiu o Marechal Deodoro da Fonseca. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0615-T-60.* Edifício Sede da Escola Nacional de Engenharia (Largo de São Francisco). Rio de Janeiro, RJ. 1960.

IPHAN. *Processo nº 0853-T-72*. Casa: Mayrink Veiga (Rua), 9. Rio de Janeiro, RJ. 1972.

IPHAN. *Processo nº 0860-T-72*. Conjunto Arquitetônico: Rio Branco (Avenida). Palácio Monroe, Tribunal de Justiça, Biblioteca Nacional, Escola (Museu Nacional) de Belas Artes, Derbi Clube, Jóquei Clube, Clube Naval, Teatro Municipal, Assembleia Legislativa (Câmara de Vereadores Edifício da Antiga Caixa de Amortização. Rio de Janeiro, RJ. 1972.

IPHAN. *Processo nº 0871-T-73*. Casa: Moncorvo Filho (R.) Antiga Sede do Senado do Império. Atual Sede da Faculdade de Direito da UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 1973.

IPHAN. *Processo nº 0946-T-76*. Casa: Visconde do Rio Branco (Rua), 48. Rio de Janeiro, RJ. 1976.

IPHAN. *Processo nº 0953-T-77.* Casa: Afonso Cavalcanti (rua), 275. Pavilhão de Aulas da Escola de Enfermagem Ana Neri. Rio de Janeiro, RJ. 1977.

IPHAN. *Processo nº 0976-T-78.* Casa: Rio Branco (Av.), 46. Prédio das Docas da Santos. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

IPHAN. *Processo nº 0977-T-78.* Casa: Carioca (Rua da), Cinema Íris. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

IPHAN. *Processo nº 0978-T-78.* Casa: Presidente Vargas (Av.), 2863. Hospital São Francisco de Assis. Pavilhões Originais. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

IPHAN. *Processo nº 0986-T-78.* Casa: Gonçalves Lêdo (Rua), nºs 5, 5-A, 5-B, 7 e 11. Quadra existente entre as Ruas da Constituição e Luis de Camões. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

IPHAN. *Processo nº 1006-T-79*. Conjunto Arquitetônico: Rua da Carioca. Rio de Janeiro, RJ. 1979.

IPHAN. *Processo nº 1031-T-80.* Casa: Marechal Floriano (Av.) 68, a 80. Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, RJ. 1980.

IPHAN. *Processo nº 1085-T-83.* Casa: Regente Feijó (rua), 55 (Conjunto de habitação coletiva "Avenida Modelo". Rio de Janeiro, RJ. 1983.

IPHAN. *Processo nº 1090-T-83.* Casa: Marechal Floriano (Av.) 185. Caixa de Socorros D. Pedro V. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

IPHAN. *Processo nº 1146-T-85.* Casa: Marechal Floriano (Av.) 168. Prédio da Light, inclusive o seu acervo documental. Rio de Janeiro, RJ. 1985.

IPHAN. *Processo nº 1213-T-86.* Área Central da Praça Quinze de Novembro e Imediações. Rio de Janeiro, RJ. 1986.

IPHAN. *Processo nº 1285-T-89.* Edifício Dom Pedro II e Estação Dom Pedro II (Central do Brasil). Rio de Janeiro, RJ. 1989.

IPHAN. *Processo nº 1388-T-97. Campo de Santana.* Rio de Janeiro, RJ. 1997.

IPHAN. *Processo nº 1406-T-97*. Prédio da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, no Império, onde fora o Solar do Visconde do Rio Seco e o Clube Fluminense. Rio de Janeiro, RJ. 1997.

IPHAN. *Processo nº 1648-T-12.* Edifício "A Noite", Praça Mauá, nº 7. Rio de Janeiro, RJ. 2012.

H) PROCESSOS CONSULTADOS NO INEPAC

Os documentos a seguir estão listados por data de abertura do processo.

INEPAC. *Processo nº E-03/300.166/66*. Encaminha proposta de tombamento. Campo de Santana. Rio de Janeiro, RJ. 1966.

INEPAC. *Processo nº E-03/300.339/70.* Propõe tombamento do edifício-sede e acervo do Real gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro, RJ. 1970.

INEPAC. *Processo nº E-03/01634/78*. Confeitaria Colombo. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

INEPAC. *Processo nº E-03/01635/78*. Cinema Íris. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

INEPAC. *Processo nº E-03/38232/78*. Tombamento do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, situado à Praça da República. Rio de Janeiro, RJ. 1978.

INEPAC. *Processo nº E-03/5115/79*. Processo de Tombamento de Imóvel pertencente à CIA. Est. de Gás. Rio de Janeiro, RJ. 1979.

INEPAC. *Processo nº E-03/11357/83. Escola Politécnica e Casa do Estudante Universitário.* Rio de Janeiro, RJ. 1983.

INEPAC. *Processo nº E-03/31267/83.* Solicita tombamento da antiga Faculdade Nacional de Direito. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

INEPAC. *Processo nº E-03/37709/82.* Tombamento da Rua da Carioca. Rio de Janeiro, RJ. 1982.

INEPAC. *Processo nº E-03/31270/83.* Solicita tombamento estadual da Casa Cavé, situada à rua Sete de Setembro 133. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

INEPAC. *Processo nº E-03/31274/83.* Antigo Solar Barão do Rio Seco. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

INEPAC. *Processo nº E-18/300.048/84.* Solicita tombamento da Pedra de Sal, situado no Bairro da Saúde. Rio de Janeiro, RJ. 1984.

INEPAC. *Processo nº E-18/300.839/80.* Tombamento. Galpão à Rua Aníbal Benévolo, 315, e outros. Rio de Janeiro, RJ. 1984.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.172/90.* Tombamento Provisório / Obras Oscar Niemeyer: Banco Boa Vista, Casa das Canoas, Hospital da Lagoa. Rio de Janeiro, RJ. 1990.

INEPAC. *Processo nº E-18/000.112/90.* Hospital Moncorvo Filho. Rio de Janeiro, RJ. 1990.

INEPAC. *Processo nº E-18/000.098/94.* Tombamento da Passarela do Samba - Sambódromo. Rua Marquês de Sapucaí - III RA. Rio de Janeiro, RJ. 1994.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.147/98.* Solicita tombamento do prédio da Secretaria de Estado de Fazenda, situado na Rua da Alfândega, números 42, 44. Rio de Janeiro, RJ. 1998.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.539/98.* Solicita tombamento de conjunto de prédios públicos - Tribunal Regional do Trabalho, Palácio Duque de Caxias, e outros. Rio de Janeiro, RJ. 1998.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.043/99.* Tombamento da Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia, na Rua da Alfândega, 219. Rio de Janeiro, RJ. 1999.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.044/99.* Tombamento da Igreja N. Sra. Do Terço na Rua Senhor dos Passos, 140. Rio de Janeiro, RJ. 1999.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.051/99.* Tombamento de casas na Rua Leandro Martins, 38 e Rua Regente Feijó, 74. Rio de Janeiro, RJ. 1999.

SEC-RJ. *Processo nº E-18/000.195/01.* Antiga Fábrica da Brahma. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

INEPAC. *Processo nº E-18/001.919/05.* Tombamento de um conjunto de sete edifícios e obelisco construídos na Av. Rio Branco no Período Pereira Passos. Rio de Janeiro, RJ. 2005.

I) PROCESSOS CONSULTADOS NO CMPC-RJ

Os documentos a seguir estão listados por data de abertura do processo.

PCRJ. *Processo nº 07/024.385/83.* Vila Operária Salvador de Sá. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

PCRJ. *Processo nº 07/032.085/83.* Tombamento da Pharmacia Cordeiro. Rio de Janeiro, RJ. 1983.

PCRJ. *Processo nº 07/020.519/84.* Tombamento de bens culturais na área do Projeto Sagas. Rio de Janeiro, RJ. 1984.

PCRJ. *Processo nº 12/331.701/84.* Pedido de demolição dos prédios nos 182 184 e 186 da Rua Sete de Setembro. Rio de Janeiro, RJ. 1984.

PCRJ. *Processo nº 12/019.457/85.* Tombamento de bens culturais no Espaço de Moradia ao Sul do Corredor Cultural. Rio de Janeiro, RJ. 1985.

PCRJ. *Processo nº 12/001.259/86.* Tombamento da Casa Daniel. Rio de Janeiro, RJ. 1986.

PCRJ. *Processo nº 12/002.523/87.* Tombamento definitivo pelo município do imóvel situada na Rua Aníbal Benévolo, n 315-A, na Cidade Nova. Rio de Janeiro, RJ. 1987.

PCRJ. *Processo nº 12/002.680/88.* Tombamento do prédio à Rua da Candelária, 2. Rio de Janeiro, RJ. 1988.

PCRJ. *Processo nº 12/000.058/90*. Tombamento da Confeitaria Manon. Rio de Janeiro, RJ. 1990.

PCRJ. *Processo nº 12/1.200/90.* Tombamento provisório dos exemplares mais significativos das escolas públicas existentes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 1990.

PCRJ. *Processo nº 12/000.442/91.* Tombamento do imóvel situado na Rua Primeiro de Março, 47. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

PCRJ. *Processo nº 12/001.463/92*. Estações - Tombamento. Rio de Janeiro, RJ. 1992.

PCRJ. *Processo nº 12/002.492/94.* Tombamento do imóvel situado à Rua Miguel de Frias, 57. Rio de Janeiro, RJ. 1994.

PCRJ. *Processo nº 12/001.959/95*. Tombamento de seis imóveis notáveis próximos á Igreja da Candelária e do Corredor Cultural. Rio de Janeiro, RJ. 1995.

PCRJ. *Processo nº 12/002.280/97.* Tombamento do o imóvel situado à Praça da República nº 17. Rio de Janeiro, RJ. 1997.

PCRJ. *Processo nº 12/002.281/97.* Tombamento do Edifício "A Noite". Rio de Janeiro, RJ. 1997.

PCRJ. *Processo nº 12/002.861/97.* Tombamento municipal do imóvel situado à Rua Buenos Aires 312 e 314. Rio de Janeiro, RJ. 1997.

PCRJ. *Processo nº 12/20001.125/98.* Tombamento provisório da Chapelaria "A Radiante" situada à Rua Sete de Setembro nº 137. Rio de Janeiro, RJ. 1998.

PCRJ. *Processo nº 12/001.271/99.* Tombamento do prédio à Rua Visconde de Inhaúma, nº 64. Rio de Janeiro, RJ. 1999.

PCRJ. *Processo nº 12/002.044/2003.* Tombamento do imóvel situado à Rua da Alfândega, 41. Rio de Janeiro, RJ. 2003.

PCRJ. *Processo nº 12/002.509/2003*. Conjunto de obras do arquiteto e urbanista Lúcio Costa. Rio de Janeiro, RJ. 2003.

PCRJ. *Processo nº 22/000.275/06.* Antigas residências de Machado de Assis. Rio de Janeiro, RJ. 2006.

PCRJ. *Processo nº 22/000573/2007.* Tombamento do Beco das Cancelas. Rio de Janeiro, RJ. 2007.

PCRJ. *Processo nº 12/001.673/2009*. Estudo de Área de Proteção para o Centro Histórico Financeiro da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2009.

PCRJ. *Processo nº 12/002.351/2009*. Edifício sede do IPERJ. Rio de Janeiro, RJ. 2009.

PCRJ. *Processo nº 01/000.724/2013*. Tombamento do imóvel localizado à Rua do Rosário, nº 91 e 97. Rio de Janeiro, RJ. 2013.

J) DOCUMENTOS CONSULTADOS NO IRPH

GRUPO DE TRABALHO SAGAS. Projeto SAGAS. Rio de Janeiro: s. ed., 1986.

IRPH. Relatório: Análise de proposta de modificação nas APAC Cidade Nova e Catumbi que trata de modificação de traçado viário, revisão de legislação e criação de parâmetros para as APAC da Cidade Nova e APAC Catumbi. Outubro de 2013.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1984: A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1984.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1985: Os seis anos do Corredor Cultural em debate. A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1986: A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1987: A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1988: A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988.

RIOARTE. Caderno de Recortes 1988: A história jornalística do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988.

RIOARTE. Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

RIOARTE. Estudo Arquitetônico do Largo de São Francisco. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

RIOARTE. Proposta de Preservação Ambiental do Sul do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1984.

RIOARTE et al. Espaço de Moradia ao Sul do Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985 (aproximadamente).

RIOARTE et al. Estudo Arquitetônico Saara. Volumes I a V. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1984.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1979.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Levantamento Físico-Cultural. Área da Saara-Praça Tiradentes. Corredor Cultural. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1981.

SPHAN/FNpM. Rio de Janeiro. Praça XV, Imediações. Volumes I e II. Rio de Janeiro: MEC - Secretaria da Cultura, s.d.

SUBPC. Proposta de Criação da Área do Centro Histórico Financeiro. Centro da Cidade do Rio de Janeiro. 2009.

K) BASES CARTOGRÁFICAS

As bases cartográficas listadas abaixo estão ordenadas por ano de publicação:

MASSÉ, João. Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Com súas Fortifficaçoins. 1713. Fonte: Acervo Ultramarino de Lisboa.

Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua alteza real. 1812. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart233504/cart233504.html>.

GOTTO, Edward. Plan of the city of Rio de Janeiro. 1871. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart326448/gallery/index.htm>.

FRAGOSO, João da Rocha. Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro: parte commercial. 1874. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart175745/cart175745.html>.

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO. Planta da Cidade do Rio de Janeiro. 1915. Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Planta da Cidade do Rio de Janeiro. 1935. Escala: 1:2000. Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Planta Cadastral do Distrito Federal. 1953. Escala: 1:1000. Fonte: Acervo do Setor de Cartografia da SMU-RJ.

INSTITUTO DE ECONOMIA E PESQUISA (SE). Setor de Geografia e Cartografia. Planta-perspectiva do centro da cidade do Rio de Janeiro. IBGE, 1965. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart391568_1/cart391568_1.html>.

Levantamento Aerofotogramétrico. 1975. Escala 1:2000. Fonte: Acervo do IPP-RJ, Instituto Pereira Passos.

CASTRO, Victor A. de. Rio: pôster do centro da cidade: urban center. 1989. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart753849/cart753849.html>.

Levantamento Fotoaerogramétrico. 1997. Fonte: Acervo do IPP-RJ, Instituto Pereira Passos.

Planta da Cidade do Rio de Janeiro. Aerofotolevantamento. Escala 1:10000. Fonte: Acervo do IPP-RJ, Instituto Pereira Passos.

Planta Cadastral da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. 2016. Fonte: Acervo do LAPA-PROURB-UFRJ, versão modificada do "Levantamento Fotoaerogramétrico, 1997".

L) PROJETOS APROVADOS DE ALINHAMENTO E LOTEAMENTO CONSULTADOS NA SMU-PCRJ

Os projetos de alinhamento e loteamento aprovados, em sua maior parte, podem ser consultados online pelo website da SMU-PCRJ, através do link: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>. A listagem abaixo está ordenada por ano de publicação:

SMU-PCRJ. PAA nº 2585 e PAL nº 3453. 2 folhas. 1936.

SMU-PCRJ. PAA nº 2612. 1936.

SMU-PCRJ. PAA nº 2947. Urbanização da Zona Comercial e Projeto da Avenida Perimetral. 1938.

SMU-PCRJ. PAA nº 2949 e PAL nº 3453. 1938.

SMU-PCRJ. PAA nº 3021. Urbanização do Centro Bancário e do Palácio do Comércio. 1938.

SMU-PCRJ. PAA nº 3022. Projeto de Urbanização e Prolongamento da Avenida do Mangue. 1938.

SMU-PCRJ. PAA nº 3059. Projeto de urbanização da Zona da Estação D. Pedro II da EFCB. 1938.

SMU-PCRJ. PAA nº 3340 e PAL nº 5263. 1940.

SMU-PCRJ. PAA nº 3456 e PAL nº 5947. Loteamento da Quadra 14b. Projeto de Urbanização 3022. 1940.

SMU-PCRJ. PAA nº 3480 e PAL nº 5971. Loteamento das Quadras 17 (a-b). Projeto de Urbanização 3022. 1940.

SMU-PCRJ. PAA nº 3481 e PAL nº 5972. Avenida Presidente Vargas. 1940.

SMU-PCRJ. PAA nº 3612. Urbanização da Esplanada de Santo Antônio (Av. Diagonal). 25 folhas. 1941.

SMU-PCRJ. PAA nº 3653 e PAL nº 6980. Avenida Presidente Vargas. 10 folhas. 1941.

SMU-PCRJ. PAA nº 3872 e PAL nº 9435. Avenida Presidente Vargas. Localização da Igreja de São Pedro. 1943.

SMU-PCRJ. PAA nº 3923 e PAL nº 8837. Loteamento da Quadra 5. Projeto de Urbanização 3022. 1944.

SMU-PCRJ. PAA nº 3924 e PAL nº 8838. Loteamento da Quadra 6. Projeto de Urbanização 3022. 1944.

SMU-PCRJ. PAA nº 4041 e PAL nº 9813 a 9821. Projeto de Urbanização 3481. 9 folhas. 1945.

SMU-PCRJ. PAA nº 4239 e PAL nº 10860. Projeto de Alinhamento para a Rua Teófilo Otoni. 2 folhas. 1945.

SMU-PCRJ. PAA nº 4284 e PAL nº 11054. Projeto de Reloteamento das Quadras IV, 16, 17 e 18, Entre as Ruas do Rosário e Alfândega. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4336 e PAL nº 11431. Projeto de Alinhamento para a Rua Teófilo Otoni. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4337 e PAL nº 11432. Projeto de Alinhamento para a Rua Teófilo Otoni. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4338 e PAL nº 11433. Projeto de Alinhamento para a Rua Teófilo Otoni. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4368 e PAL nº 11615. Projeto de Urbanização das quadras compreendidas entre a Avenida Presidente Vargas, Ruas Uruguaiana, Sete de Setembro e Avenida Passos. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4369 e PAL nº 11616. Projeto de Alinhamento para a Rua da Alfândega. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4375 e PAL nº 11623. Projeto da Avenida Perimetral e Adjacências. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4463 e PAL nº 12065. Projeto de Urbanização Parcial. Extensão do Projeto 3653. 1946.

SMU-PCRJ. PAA nº 4477 e PAL nº 12109. Projeto de Urbanização das Quadras compreendidas entre as Avenidas Diagonal, Presidente Vargas, Passos, Praça Tiradentes e Rua da Constituição. Extensão do Projeto 3653. 1947.

SMU-PCRJ. PAA nº 4500 e PAL nº 12218. Projeto de Urbanização da Rua Barão de São Félix. 1947.

SMU-PCRJ. PAA nº 4515 e PAL nº 12286. Projeto de Urbanização 3481. 1947.

SMU-PCRJ. PAA nº 4518 e PAL nº 12297. Avenida Presidente Vargas. Planta da Quadra 5. 1947.

SMU-PCRJ. PAA nº 4734 e PAL nº 13021. Projeto de Modificação Parcial das Quadras 13A e 13B da Avenida Presidente Vargas. 1947.

SMU-PCRJ. PAA nº 4808 e PAL nº 13213. Projeto de Urbanização 3481. 1948.

SMU-PCRJ. PAA nº 5029 e PAL nº 13989. Avenida Norte-Sul. 1949.

SMU-PCRJ. PAA nº 5035. Avenida Norte-Sul. Túnel da Conceição e Acesso a Rua Sacadura Cabral. 1949.

SMU-PCRJ. PAA nº 5042. Ligação das Avenidas Norte-Sul e Brasil através da Zona Portuária. 1949.

SMU-PCRJ. PAA nº 5206 e PAL nº 14485. Urbanização das quadras compreendidas entre as Avenidas Presidente Vargas, Passos, Praça da República e R. Visconde do Rio Branco. 1949.

SMU-PCRJ. PAA nº 5294 e PAL nº 14767. Urbanização das quadras compreendidas entre as Ruas do Lavradio, Visconde do Rio Branco, etc.. 2 folhas. 1949.

SMU-PCRJ. PAA nº 5383. Ligação Copacabana Cais do Porto. Trecho: Túnel Catumbi-Laranjeiras. 1950.

SMU-PCRJ. PAA nº 5407 e PAL nº 15312. Avenida Norte-Sul. 1950.

SMU-PCRJ. PAL nº 15487. Modificação Parcial do Reloteamento da Quadra E do PA 4384. 1950.

SMU-PCRJ. PAA nº 5573 e PAL nº 15791. Projeto de Urbanização das Quadras Compreendidas entre a Avenida Rio Branco e Ruas do Acre Visconde de Inhaúma e Miguel Couto. 1950.

SMU-PCRJ. PAA nº 6060. Projeto de Alargamento da Rua da Quitanda. 1953.

SMU-PCRJ. PAA nº 6489. Avenida Perimetral. 1955.

SMU-PCRJ. PAA nº 6924. 1956.

SMU-PCRJ. PAA nº 7214 e PAL nº 21907. Esplanada de Santo Antônio. 1957.

SMU-PCRJ. PAA nº 7215 e PAL nº 21892. 2 folhas. Avenida Perimetral. 1957.

SMU-PCRJ. PAA nº 7354 e PAL nº 22350. Avenida Diagonal. 1959.

SMU-PCRJ. PAA nº 7469 e PAL nº 22600. Avenida Presidente Vargas. Trecho entre as Ruas: Santana e Marquês de Sapucaí. 1959.

SMU-PCRJ. PAA nº 7494 e PAL nº 22632. Quadras 12, 13, 14 e 15 da Avenida Presidente Vargas. 1959.

SMU-PCRJ. PAA nº 7773. Modificação Parcial do P.A. 5530. 1961.

SMU-PCRJ. PAA nº 7934 e PAL nº 23965. Modificação Parcial do P.A. 6968. 1962

SMU-PCRJ. PAA nº 7963. Modificação Parcial do P.A. 5530. 1962.

SMU-PCRJ. PAA nº 8021. Modificação do PA 4284. 1963.

SMU-PCRJ. PAA nº 8052 e PAL nº 24410. Projeto de Urbanização da Quadra 17-A da Av. Presidente Vargas. 1963.

SMU-PCRJ. PAL nº 24509. Detalhe do Projeto de Urbanização da Quadra 17-A da Av. Presidente Vargas. Bloco B. 1963.

SMU-PCRJ. PAL nº 24616. Projeto de Urbanização da Quadra 13 da Av. Presidente Vargas. 1963.

SMU-PCRJ. PAA nº 8115 e PAL nº 24849. Projeto de Urbanização da Quadra 17-B da Av. Presidente Vargas. 1963.

SMU-PCRJ. PAA nº 8172. Projeto de alinhamento para os logradouros compreendidos entre a Rua da Alfândega, Av. Passos, Visconde do Rio Branco e Campo de Santana. 1964.

SMU-PCRJ. PAA nº 8238 e PAL nº 25620. Projeto de Urbanização - Quadra situada entre a Av. Presidente Vargas, Rua Joaquim Palhares e Av. Paulo de Frontin. 1965.

SMU-PCRJ. PAA nº 8247 e PAL nº 25608. Projeto das Quadra 15 e 15-A da Av. Presidente Vargas. 1965.

SMU-PCRJ. PAA nº 8373. Trevo da Praça 11 de Junho e Viaduto de Marquês de Sapucaí. 1966.

SMU-PCRJ. PAA nº 8419. Plano de Reurbanização da Cidade Nova. 1967.

SMU-PCRJ. PAL nº 26624. Avenida Presidente Vargas. 1968.

SMU-PCRJ. PAA nº 8691 e PAL nº 28028. Projeto de Loteamento das Quadras 15 a 15-A do PA nº 8247. 1969.

SMU-PCRJ. PAA nº 8861. Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova. 3 folhas. 1970.

SMU-PCRJ. PAL nº 29051. Projeto de Urbanização da Quadra 17-B da Av. Presidente Vargas. 1970.

SMU-PCRJ. PAL nº 29132. Projeto determinando a profundidade e a altura das construções no lado ímpar da Rua da Carioca. 1970.

SMU-PCRJ. PAA nº 8944 e PAL nº 29137. Avenida Norte-Sul. 3 folhas. 1970.

SMU-PCRJ. PAA nº 9101. Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova. 1971.

SMU-PCRJ. PAA nº 9256. Projeto de urbanização da quadra existente entre as ruas D. Gerardo, Cons. Saraiva, Cortines Laxe e Primeiro de Março. 1973.

SMU-PCRJ. PAA nº 9328 e PAL nº 31368. Plano de Reurbanização da Cidade Nova. Quadra QUD 2. 1973.

SMU-PCRJ. PAA nº 9362 e PAL nº 31591. Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova. Reformulação. 3 folhas. 1974.

SMU-PCRJ. PAA nº 9685 e PAL nº 34235. Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova. Reformulação. 1977.

SMU-PCRJ. PAA nº 9710. Projeto de Alinhamento para o Prolongamento da Rua Clementino Fraga. 1977.

SMU-PCRJ. PAA nº 9731. Projeto de Alinhamento para uma via de ligação entre as ruas Santana e General Caldwell. 1977.

SMU-PCRJ. PAL nº 35770. Projeto para Desmembramento do Terreno Situado à Av. Presidente Vargas, nº 2610. 1978.

SMU-PCRJ. PAA nº 10025 e PAL nº 36840. Cidade Nova - Projeto de Urbanização e Alinhamento. 1980.

SMU-PCRJ. PAA nº 10290 e PAL nº 38871. Corredor Cultural. 4 folhas. 1983.

SMU-PCRJ. PAA nº 10600 e PAL nº 41.632. Corredor Cultural. 4 folhas. 1987.

SMU-PCRJ. PAA nº 10605 e PAL nº 41699. Cidade Nova - Projeto de Alinhamento e Urbanização. 3 folhas. 1988.

SMU-PCRJ. PAA nº 10615 e PAL nº 41818. Projeto de Alinhamento para Trecho da Rua da Alfândega. 1988.

SMU-PCRJ. PAA nº 10704 e PAL nº 42341. Projeto de Alinhamento e Urbanização para a Zona Especial 8 - Cidade Nova. 4 folhas. 1991.

SMU-PCRJ. PAA nº 10930 e PAL nº 43930. Projeto de Alinhamento e Urbanização para a Zona Especial 8 - Cidade Nova. 1994.

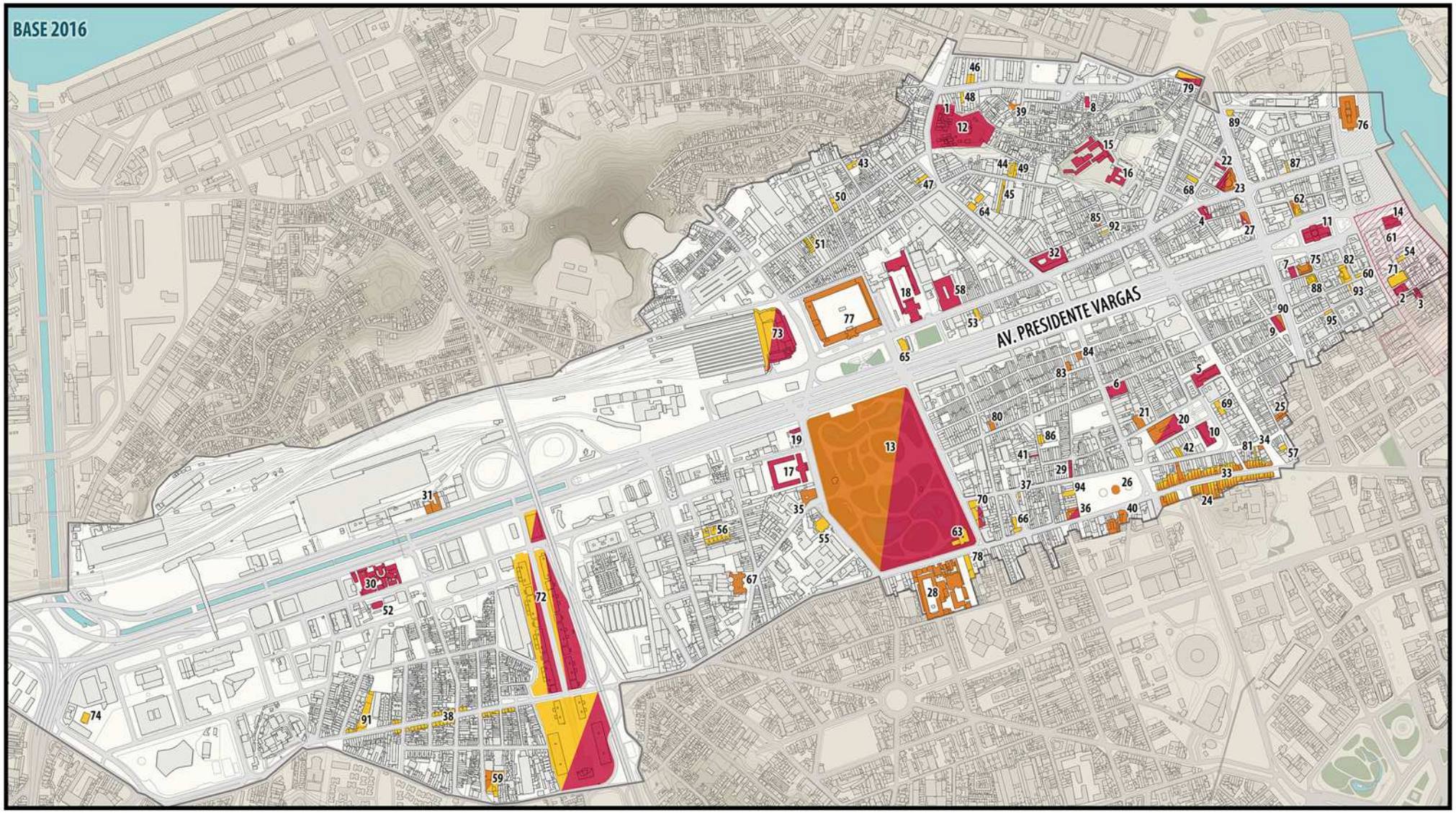
SMU-PCRJ. PAA nº 12125 e PAL nº 47090. Projeto de Alinhamento e Urbanização para a Zona Especial 8 - Cidade Nova. 2008.



APÊNDICE A:

INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS TOMBADOS

NO RECORTE ESPACIAL INTERMEDIÁRIO DA TESE



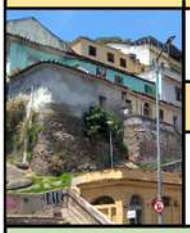
ESCALA GRÁFICA

0 100 250 M

BENS TOMBADOS

- BEM TOMBADO MUNICIPAL
- BEM TOMBADO ESTADUAL
- BEM TOMBADO FEDERAL

CONJUNTO PROJETUAL DA AV. PRESIDENTE VARGAS E SUAS FRANJAS PATRIMONIAIS

1	Casa da Ladeira Morro do Valongo				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	X	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	
	Endereço				
	Ladeira Morro do Valongo, 21				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Arquitetônico. Valor Paisagístico-Ambiental.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 176. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição 4.	IPHAN. Processo nº 10-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Irreconhecível (originalmente, colonial)	Anterior a 1870.	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.

2	Igreja da Santa Cruz dos Militares				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja da Santa Cruz dos Militares	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
	Endereço				
	Rua Primeiro de Março, 36				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal.	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 89 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 192	IPHAN. Processo nº 14-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja.	X	Colonial. Barroca.	circa 1770-1810.	Caracterizado.	Excelente

3	Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores ***Endereço*** Rua do Ouvidor, 35		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 14 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 31	IPHAN. Processo nº 15-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Colonial. Barroca. Clássica.	circa 1730-1760; 1870 (reforma)	Caracterizado.	Excelente

4	Igreja de Santa Rita				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja de Santa Rita ***Endereço*** Largo de Santa Rita, s/nº		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 79 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 165.	IPHAN. Processo nº 16-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Colonial. Barroca. Clássica.	1721 (Construção); Final do século XIX (Reformas).	Caracterizado.	Bom.

5	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
	Endereço				
	Rua Uruguaiana, 77				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 10 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 24	IPHAN. Processo nº 18-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Colonial. Barroca.	1708-1737.	Caracterizado.	Excelente.

6	Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
	Endereço				
	Avenida Passos, 50				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 88 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 191	IPHAN. Processo nº 19-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Clássica.	1859.	Caracterizado.	Bom.

7	Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
	Endereço				
	Rua da Alfândega, 54				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Não.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 82 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 172	IPHAN. Processo nº 20-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Barroca. Colonial. Clássica.	Século XVIII (original), Século XIX (Fachada atual)	Caracterizado.	Regular.

8	Igreja de São Francisco da Prainha				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja de São Francisco da Prainha		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
	Endereço				
	Largo de São Francisco da Prainha				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 74 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 162.	IPHAN. Processo nº 22-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Barroca. Colonial.	1738-1748.	Caracterizado.	Excelente.

9	Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte ***Endereço*** Rua do Rosário, s/n.		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 19 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 46.	IPHAN. Processo nº 25-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Barroca. Colonial.	1735 (Construção). 1835-1853 (Reformas).	Caracterizado.	Regular.

10	Igreja de São Francisco de Paula				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Igreja de São Francisco de Paula ***Endereço*** Largo São Francisco de Paula, s/n		Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 2 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 15.	IPHAN. Processo nº 33-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Barroca. Colonial.	1759-1801 (Construção)	Caracterizado.	Bom.

11	Igreja de Nossa Senhora da Candelária				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja de Nossa Senhora da Candelária	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
	Endereço				
	Praça Pio X, s/n.				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Área de Entorno do Bem Tombado Federal (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 12 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 26	IPHAN. Processo nº 51-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	X	Barroca. Colonial. Clássica.	1775 (Início da Construção da Igreja Atual)	Caracterizado.	Excelente.

12	Jardim e Morro do Valongo: conjunto arquitetônico e paisagístico				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Bem***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Jardim e Morro do Valongo	Habitacional: Residencial. Lazer e Recreação: Jardim.	Habitacional: Residencial; Recreação: Centro Cultural e Jardim.	Habitacional: Residencial; Recreação: Centro Cultural e Jardim.	
	Endereço				
	Rua Camerino				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 65 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 157.	IPHAN. Processo nº 99-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Conjunto Edificado / Obra Paisagística.	X	Clássica. Eclética.	X	X	X

13	Campo de Santana				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Campo de Santana ***Endereço*** Praça da República		Recreação: Jardim.	Recreação: Jardim.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal e Estadual	1938 (Federal, Cancelado) ; 1968 (Estadual); 2016 (Federal)	Valor Paisagístico-Ambiental (Estadual e Federal); Valor Histórico (Federal). Valor Artístico (Federal)	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	INEPAC: Decreto E 2072 de 1968. IPHAN: Livro Histórico, Vol 3, Nº 706; Livro das Belas Artes, Vol. 2, Nº 709. Livro de Tombo Paisagístico, Vol. 3, nº 203.	IPHAN: Processo nº 99-T-38. (Cancelado), e nº 1388-T-97 (Vigente). INEPAC: E-03/300.166/66.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Obra Paisagística	X	X	1880 (Inauguração do Jardim de Glaziou)	X	Bom

14	Antiga Alfândega e Praça do Comércio, Atual Casa França Brasil				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Antiga Alfândega e Praça do Comércio, Atual Casa França Brasil ***Endereço*** Rua Visconde de Itaboraí, 78		Comercial: Praça do Comércio.	Recreação: Centro Cultural (Casa França Brasil)	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 36 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 75.	IPHAN. Processo nº 101-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Galpão	1	Clássica.	1820.	Caracterizado.	Excelente.

15	Fortaleza da Conceição				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Fortaleza da Conceição ***Endereço*** Praça Major Valô, s/n		Defesa: Fortificação	Defesa: Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.	Defesa: Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 38 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 99	IPHAN. Processo nº 155-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Fortaleza	2	Colonial.	1718.	Caracterizado.	Bom

16	Palácio Episcopal				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Palácio Episcopal ***Endereço*** Rua Major Daemon, 31		Habitacional: Residencial.	Defesa: Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.	Defesa: Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 60 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 104	IPHAN. Processo nº 155-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palácio.	2	Colonial.	1702.	Caracterizado.	Bom

17	Casa da Moeda, Atual Arquivo Nacional				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Casa da Moeda, Atual Arquivo Nacional ***Endereço*** Praça da República, 173		Administrativo: Edifício Público.	Administrativo: Edifício Público.	Administrativo: Edifício Público.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha; e 1983, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 4)	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 35 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 74	IPHAN. Processo nº 156-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palácio.	3	Clássica.	1858.	Caracterizado.	Excelente.

18	Palácio do Itamaraty				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Palácio do Itamaraty ***Endereço*** Av. Marechal Floriano, 196		Habitacional: Residencial (Residência do Conde do Itamaraty)	Administrativo: Edifício Público (Ministério de Relações Exteriores) e Recreação: Museu (Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty)	Administrativo: Edifício Público (Ministério de Relações Exteriores) e Recreação: Museu (Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1938	Valor Histórico. Valor Arquitetônico	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 8 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 22.	IPHAN. Processo nº 158-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete.	2	Clássica	circa 1850.	Caracterizado.	Bom

19	Museu Casa de Deodoro				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Museu Casa de Deodoro ***Endereço*** Praça da República, 197		Habitacional: Residencial.	Recreação: Museu.	Recreação: Museu.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1958	Valor Histórico.	Sim (1983, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 4)	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 323	IPHAN. Processo nº 576-T-38.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Colonial.	circa 1800-1866.	Caracterizado.	Excelente.

20	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ ***Endereço*** Largo de São Francisco de Paula		Educacional: Faculdade	Educacional: Faculdade	Educacional: Faculdade
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal e Estadual	1962 (Federal) ; 1983 (Estadual);	Valor Histórico (Federal e Estadual). Valor Arquitetônico (Estadual)	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	IPHAN. Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 342. INEPAC. Resolução SEC 1.503 de 1989.	IPHAN: Processo nº 615-T-60. INEPAC: E-03/011.357/83
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	4	Clássica. Eclética.	1834 (Construção do Corpo Central)	Caracterizado.	Bom.

21	Real Gabinete Português de Leitura				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Real Gabinete Português de Leitura	Educacional: Biblioteca	Educacional: Biblioteca	Educacional: Biblioteca	
	Endereço				
	Rua Luís de Camoes, 30				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1970	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Portaria "E" nº 20 de 05 de outubro de 1970.	Processo nº 03/300.339/70. Tombamento Definitivo em 4/10/1970.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	4 (equivalente)	Eclética.	1881 - 1888	Caracterizado.	Excelente.

22	Casa na Rua Mayrink Veiga, 9				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Casa na Rua Mayrink Veiga, 9	Possivelmente habitacional e comercial.	Comercial: Escritorios.	Comercial: Escritorios.	
	Endereço				
	Rua Mayrink Veiga, 9				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1972	Valor Histórico.	Sim. Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor V (2013)	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 437.	IPHAN. Processo nº 853-T-72.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	3	Clássica.	Meados do Século XIX.	Caracterizado.	Bom.

23	Banco Central (Caixa de Amortização)				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Banco Central (Caixa de Amortização)		Comercial: Caixa de Amortização.	Comercial: Banco Central.	Comercial: Banco Central.
	Endereço				
	Av. Rio Branco, 30				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal e Estadual	1972 (Federal); 2006 (Estadual)	Valor Histórico. (Federal e Estadual). Valor Arquitetônico (Federal).	Sim. Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 437. Estado: DOE 25/5/2006.	IPHAN. Processo nº 853-T-72. INEPAC: Processo nº E-18/001919/05.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	3	Clássica. Eclética.	1900-1910	Caracterizado.	Bom.

24	Cinema Íris				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Cinema Íris		Recreação: Cinema.	Recreação: Cinema e Centro de Lazer.	Recreação: Cinema e Centro de Lazer.
	Endereço				
	Rua da Carioca, 49 a 51				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1978	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Homologado pela SEC em 09/06/1978.	Processo E-03/001.635/78.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	1914-1919 (Fachada atual).	Caracterizado.	Bom.

25	Confeitaria Colombo				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Confeitaria Colombo ***Endereço*** Rua Gonçalves Dias, 32 a 36		Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1978	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Homologado pela SEC em 09/02/1983.	Processo E-03/001.634/78.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	4	Eclética.	1918 (Fachada atual).	Caracterizado.	Bom.

26	Estátua Eqüestre de D. Pedro I				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Estátua Eqüestre de D. Pedro I ***Endereço*** Praça Tiradentes		Memorial: Estátua.	Memorial: Estátua.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual e Federal	1978 (Estadual); Federal (1999).	Valor Histórico. Valor Artístico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Estado: Homologado pela SEC 26/09/1978. IPHAN: Livro Histórico, Nº 552; Livro das Belas Artes, Nº 615.	INEPAC: Processo E-03/016.509/78. IPHAN: nº 1173-T-85.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Monumento.	X	X	1862.	X	X

27	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Antiga Cia Docas de Santos				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Antiga Cia Docas de Santos ***Endereço*** Av. Rio Branco, 44/46		Comercial: Companhia Docas de Santos.	Administrativo: Edifício Público (IPHAN).	Administrativo: Edifício Público (IPHAN).
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal e Estadual	1978 (Federal); 2006 (Estadual)	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 462 e Livro das Belas Artes, Vol. 1, Inscrição 528. Estado: DOE 25/5/2006.	IPHAN. Processo nº 976-T-78. INEPAC: Processo nº E-18/001919/05.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	5	Clássica. Eclética.	1904-1908	Caracterizado.	Bom.

28	Quartel Central do Corpo de Bombeiros				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Quartel Central do Corpo de Bombeiros ***Endereço*** Praça da República, 45		Serviços Publicos: Corpo de Bombeiros.	Serviços Publicos: Corpo de Bombeiros.	Serviços Publicos: Corpo de Bombeiros.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1978	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha; e 1983, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 4)	Homologado pela SEC em 13.02.1979.	Processo E-03/038.232/78.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	6	Eclética.	circa 1900-1910.	Caracterizado.	Excelente.

29	Conjunto Arquitetônico na Rua Gonçalves Ledo				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Conjunto Arquitetônico na Rua Gonçalves Ledo ***Endereço*** Rua Gonçalves Ledo, 5/5A/5B/7/9/11		Habitacional: Residencial.	Comércio: Lanchonete.	Habitacional: Hotel.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1980	Valor Paisagístico-Ambiental.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	IPHAN: Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição 79	IPHAN: Processo nº 986-T-78.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Conjunto Arquitetônico.	3	Colonial.	1918 (Fachada atual).	Caracterizado.	Regular.

30	Hospital São Francisco de Assis				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Hospital São Francisco de Assis ***Endereço*** Av. Presidente Vargas, 2863		Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1983	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Não.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 490 e Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 554.	IPHAN: Processo nº 978-T-78.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete.	2	Clássica.	1876-1879.	Caracterizado.	Regular.

31	Fábrica de Gás				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Fábrica de Gás ***Endereço*** Av. Presidente Vargas, 2610		Serviços Publicos: Equipamento de Abastecimento de Gás.	Fechado (em obras)	Fechado (em obras)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1983	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Não.	Homologado pela SEC em 06/09/1990	Processo E-03/005.115/79.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	2	Clássica.	1853	Caracterizado.	Regular.

32	Colégio Pedro II				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Colégio Pedro II ***Endereço*** Av. Marechal Floriano, 68 a 80.		Educacional: Escola (Seminário de São Joaquim)	Educacional: Escola (Colégio Pedro II)	Educacional: Escola (Colégio Pedro II)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1983	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 489 e Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 559	IPHAN: Processo nº T-1031-80
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	2	Clássica.	século XVIII (edificação original); circa 1870-1875 (Reforma de Bethencourt da Silva)	Caracterizado.	Bom.

33	Conjunto Arquitetônico da Rua da Carioca (E) / Sítio Cultural da Rua da Carioca (M)				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Conjunto Arquitetônico da Rua da Carioca ***Endereço*** Rua da Carioca, 2 a 87.		Comercial, Habitacional e Recreação.	Comercial (Predominante)	Comercial (Predominante)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual e Municipal	1983 (Estadual) e 2013 (Municipal)	Valor Histórico. Valor Arquitetônico. Valor Urbanístico. Valor Paisaígistico-Ambiental.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Estado: Homologado pela SEC, Resolução 12 de 31/7/1985. Município: Decreto 37.273 de 2013.	INEPAC: Processo nº E-03/037.709/82. IRPH: Processo nº 01/002410/2013
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Conjunto Arquitetônico	1 a 3 (Predominante)	Clássica e Eclética (Predominante)	circa 1870-1920 (Predominante)	Caracterizado (Predominante)	Bom (Predominante)

34	Casa Cavé				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Casa Cavé ***Endereço*** Rua Sete de Setembro, 133		Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1983	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Homologado pela Resolução SEC 32 de 21/10/1987	Processo nº E 03/031.270/83.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Eclética.	circa 1903-1920.	Caracterizado.	Bom.

35	Faculdade de Direito da UFRJ				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Faculdade de Direito da UFRJ ***Endereço*** Rua Moncorvo Filho, 8		Habitacional: Residencial (Palácio Original); Administrativo: Edifício Público (Senado Federal, no Edifício Atual)	Educacional: Estabelecimento de Ensino Superior (Faculdade de Direito - UFRJ)	Educacional: Estabelecimento de Ensino Superior (Faculdade de Direito - UFRJ)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1983	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha; e 1983, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 4)	Homologado pela Resolução SEC de 19/1/1988.	Processo nº E-03/031.267/83.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	4 (Atual); 2 (Original)	Clássica	circa 1800-1820 (Palácio Original); circa 1820-1870 (Edifício Atual);	Caracterizado.	Regular.

36	Solar do Visconde do Rio Seco				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Solar do Visconde do Rio Seco ***Endereço*** Praça Tiradentes, 67		Habitacional: Residencial (Original); Administrativo: Edifício Público (Secretaria de Justiça) (Reforma)	Recreação: Centro Cultural (CRAB -Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro)	Recreação: Centro Cultural (CRAB -Centro Sebrae de Referência do Artesanato Brasileiro)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual e Federal	1983 (Estadual) e 1998 (Federal)	Valor arquitetônico. (Federal) Valor histórico. (Federal e Estadual)	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Estado: Homologado pela Resolução SEC 18 de 30/8/1990. IPHAN: Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 611	INEPAC: Processo nº E-03/031.274/83. IPHAN: Processo nº 1406-T-97
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	3	Colonial (Original) ; Clássica (Reforma).	Anterior a 1817 (Edifício Original); circa 1870 (Edifício Atual);	Caracterizado.	Excelente.

37	Pharmacia Cordeiro				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Pharmacia Cordeiro ***Endereço*** Rua da Constituição, 45	Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1984	Valor arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 4.539 de 1984.	PCRJ: Processo nº 07/32085/83
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1865.	Caracterizado.	Ruim

38	Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá)				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Vila Operária (Conjunto Salvador de Sá) ***Endereço*** Rua Salvador de Sá	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1984 (Lei) / 1985 (Decreto)	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor Urbanístico	Sim.APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Lei Municipal nº 627 de 1984 e Decreto Municipal nº 5.304 de 1985	PCRJ: Processo nº 07/24385/83.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Conjunto Arquitetônico	2	Eclética.	1906	Caracterizado	Ruim

39	Pedra do Sal				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Bem***		***Uso Original***	***Uso Original e Atual:***	
	Pedra do Sal ***Endereço*** Rua Argemiro Bulcão		Recreação: Atividades Culturais ao ar livre.		
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1984	Valor histórico.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	Homologado pela Resolução SEC 23 de 17/4/1987.	Processo nº E-18/300.048/84.
CARACTERÍSTICAS					
Tipo de Bem					
Bem Natural (pedra), acrescido de pavimentação e escadaria (produto de edificação humana)					

40	Teatro Carlos Gomes				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Teatro Carlos Gomes ***Endereço*** Praça Tiradentes, 19-21-23		Recreação: Teatro.	Recreação: Teatro; Comércio: Lojas.	Recreação: Teatro.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1984	Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Lei Municipal nº 568 de 1984.	Não Existe Processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	6	Art-Déco	1932 (Imóvel Atual)	Caracterizado.	Bom.

41	Vila Avenida Modelo				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Vila Avenida Modelo ***Endereço*** Rua Regente Feijó, 55		Habitacional: Habitação Coletiva.	Fechado (em obras)	Fechado (em obras)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1985	Valor Arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	IPHAN: Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 571.	IPHAN: Processo nº 1085-T-83.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edificação.	2	Clássica.	1918 (Fachada atual).	Em Ruínas.	Ruim.

42	Sobrado na Rua Sete de Setembro, 182, 184 e 186				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sobrado na Rua Sete de Setembro, 182, 184 e 186 ***Endereço*** Rua Sete de Setembro, 182, 184 e 186		Habitacional e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósitos e Salas Comericias.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor Paisagístico-Ambiental	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Decreto Municipal nº 5.302 de 1985	PCRJ: Processo nº 06/331.701/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Conjunto Arquitetônico	2	Clássica. Eclética	circa 1900-1920.	Caracterizado.	Bom.

43	Cortiço na Rua Costa Ferreira				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Cortiço na Rua Costa Ferreira ***Endereço*** Rua Costa Ferreira, 70		Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva. Comercial: Loja.	Habitacional: Habitação Coletiva.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1875.	Caracterizado.	Regular.

44	Cortiço na Rua Senador Pompeu, 34				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Cortiço na Rua Senador Pompeu, 34 ***Endereço*** Rua Senador Pompeu, 34		Habitacional: Habitação Coletiva.	Recreação: Centro Cultural.	Habitacional: Habitação Coletiva.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1870.	Caracterizado.	Bom.

45	Cortiço na Rua Senador Pompeu, 43				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Cortiço na Rua Senador Pompeu, 43		Habitacional e Comercial.	Comercial: Bar (Frente); Habitacional: Habitação coletiva (Fundos).	X
	Endereço				
	Rua Senador Pompeu, 43				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edificação térrea e cortiço com 2 pavimentos.	1 (Frente) ; 2 (Fundos - Cortiço)	Clássica.	1870-1920.	Caracterizado.	Bom.

46	Fundição Manoel Lino Costa				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Fundição Manoel Lino Costa		Industrial: Fundição.	Recreação: Casa Noturna.	Recreação: Casa Noturna.
	Endereço				
	Rua Sacadura Cabral, 152 e 154				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrados Geminados.	2	Clássica. Eclética.	1870-1920.	Caracterizado.	Excelente.

47	Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Prédio do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários ***Endereço*** Rua Camerino, 66		Habitacional e Comercial	Recreação: Centro Cultural.	Recreação: Centro Cultural.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	3	Clássica. Eclética.	1906.	Caracterizado.	Bom.

48	Prédio na Rua Sacadura Cabral				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Prédio na Rua Sacadura Cabral ***Endereço*** Rua Sacadura Cabral, 145		Comercial: Estrebaria.	Recreação: Casa Noturna.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Casa Térrea.	1	Clássica.	1856.	Caracterizado.	Bom.

49	Sobrado na Rua Senador Pompeu				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sobrado na Rua Senador Pompeu ***Endereço*** Rua Senador Pompeu, 32		Habitacional e Comercial.	Fechado.	Vazio Desafetado
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1878	Descaracterizado Recuperável	Regular.

50	Solar na Rua Barão de São Félix				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Solar na Rua Barão de São Félix ***Endereço*** Rua Barão de São Félix, 94		Habitacional e Comercial.	Comercial: Restaurante (Pizzaria) e Loja.	Habitacional: Residencial.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	3	Colonial.	1837 (Fachada).	Descaracterizado Recuperável	Regular.

51	Avenida Caruso				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Avenida Caruso ***Endereço*** Rua Barão de São Félix, 97		Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1985	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5047 de 17 de abril de 1985	PCRJ: Processo nº 07/20.519/84
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Vila (Edificações térreas).	1	Clássica. Eclética.	1908.	Descaracterizado Recuperável	Bom.

52	Escola de Enfermagem Anna Nery				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Escola de Enfermagem Anna Nery ***Endereço*** Rua Afonso Cavalcanti, 275		Educacional: Faculdade (Escola de Enfermagem Anna Nery)	Educacional: Faculdade (Escola de Enfermagem Anna Nery)	Educacional: Faculdade (Escola de Enfermagem Anna Nery)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1986	Valor Histórico. .	Não.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 1, Inscrição 507.	IPHAN: Processo nº 953-T-77.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete.	3	Eclética. Neolcolonial.	Circa 1926-1927	Caracterizado.	Regular.

53	Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Pedro V				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros Pedro V ***Endereço*** Av. Marechal Floriano, 185		Religioso: Igreja (Igreja Evangélica Fluminense)	Institucional: Associação Filantrópica (Caixa de Socorros D. Pedro V)	Institucional: Associação Filantrópica (Caixa de Socorros D. Pedro V)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1986	Valor arquitetônico. Valor Histórico.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 5.709 de 1986.	PCRJ: Processo nº 01/856/85
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1886.	Caracterizado	Excelente

54	Sobrado na Rua Visconde de Itaboraí				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sobrado na Rua Visconde de Itaboraí ***Endereço*** Rua Visconde de Itaboraí, 8		Habitacional e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1986	Valor Histórico. Valor Paisaígistico-Ambiental.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	Lei Municipal nº 900 de 1986.	Não existe processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Clássica.	1878.	Caracterizado	Excelente

55	Primeira Circunscrição do Serviço Militar				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Palácio da Saúde ***Endereço*** Praça da República, 123		Administrativo: Diretoria Geral de Saúde Pública	Saúde: Odontoclínica Central do Exército	Saúde: Odontoclínica Central do Exército
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1987	Valor arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987) e APAC Cruz Vermelha (1992).	Decreto Municipal nº 6.932 de 1987	PCRJ: Processo nº 07/19.457/85
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	2	Clássica. Eclética.	circa 1905	Caracterizado	Excelente

56	Vila na Rua General Caldwell				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Vila na Rua General Caldwell ***Endereço*** Rua General Caldwell, 206		Habitacional: Vila Residencial.	Habitacional: Vila Residencial.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1987	Valor arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. APAC Cruz Vermelha (1992) .	Decreto Municipal nº 6.932 de 1987	PCRJ: Processo nº 07/19.457/85
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Vila de Edificações térreas.	1	Clássica. Eclética.	1910.	Caracterizado	Bom.

57	Casa Daniel				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Casa Daniel ***Endereço*** Rua Gonçalves Dias, 13		Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1987	Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Decreto Municipal nº 7.171 de 24/11/87.	PCRJ: Processo nº 12/1.259/86
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1920.	Caracterizado	Bom.

58	Centro Cultural da Light				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Centro Cultural da Light ***Endereço*** Av. Marechal Floriano, 168		Comercial: Sede de Empresa (Light) ; Transportes e comunicações: Terminal de Bondes Elétricos.	Recreação: Centro Cultural (Centro Cultural Light)	Recreação: Centro Cultural (Centro Cultural Light)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1988	Valor histórico; Valor arquitetônico.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN: Livro Histórico, Vol 2, Inscrição 525 e Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 595.	IPHAN: Processo nº 1146-T-85.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete.	3	Clássica. Eclética.	1911 (Projeto)	Caracterizado	Excelente.

59	Galpão Pagani, projeto de Antônio Virzi				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Galpão Pagani ***Endereço*** Rua Aníbal Benévolo, 315-A		Industrial: Galpão da Empresa Metalúrgica Pagani e Castier.	Estacionamentos e Garagens: Depósito de Veículos.	Estacionamentos e Garagens: Depósito de Veículos.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual e Municipal.	1989 (Estadual). 1994 (Municipal).	Valor arquitetônico (Estadual e Municipal) Valor histórico (Estadual).	Não.	Estado: Homologado pela Resolução SEC de 06/09/1990. Município: Decreto nº 12.666 de 1994.	INEPAC: Processo nº E-nº 03/300.839/88. PCRJ: Processo nº 12/002.5 23/87.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Galpão	1	Art-Déco.	1921	Ruínas	Ruim.

60	Sobrado na Rua da Candelária				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sobrado na Rua da Candelária ***Endereço*** Rua da Candelária, 02		Habitacional e Comercial.	Saúde: Clínica Médica.	Saúde: Clínica Médica.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1989	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Decreto Municipal nº nº 8.754 de 1989.	PCRJ: Processo nº 12/2.680/88
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	3	Clássica.	1904 (Projeto), 1911 (Fachada)	Caracterizado.	Excelente

61	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Endereço***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Quadrilátero formado pela rua Primeiro de Março, Rua da Assembléia, Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, e Av. Presidente Vargas.		Comercial (Predominante)	Entre os principais: Comercial (Predominante), Recreação e Administrativo.	Entre os principais: Comercial (Predominante), Recreação e Administrativo.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Federal	1990	Valor Arquitetônico. Valor Histórico. Valor Paisaígisico-Ambiental.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	IPHAN; Livro Histórico, Vol 2, Inscrição 531. Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 598. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Inscrição 106.	IPHAN: Processo nº 1213-T-86.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Datação do Conjunto***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifícios, Igrejas e Sobrados.	Predominam os imóveis com 2 a 3 pavimentos.	Destacam-se exemplares coloniais, clássicos e ecléticos.	Destacam-se alguns imóveis excepionais do século XVIII, e sobrados de 1850 a 1920.	Caracterizado (Predominante)	Bom (Predominante)

62	Edifício Sede do Antigo Banco Boavista				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Edifício Banco Boavista		Comercial: Banco e Escritórios.	Comercial: Banco Bradesco.	Comercial: Banco Bradesco.
	Endereço				
	Praça Pio X, 118				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual e Municipal.	1990 (Estadual). 1998 (Municipal).	Valor arquitetônico (Estadual). Valor do conjunto da obra do arquiteto (Estadual e Municipal).	Não.	Estado: Homologado pela Resolução SEC 059 de 20/03/1992. Município: Lei nº 2.677 de 1998.	INEPAC: Processo nº E-18/001.172/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	12	Moderna.	1946 (Projeto); 1948 (Inauguração)	Caracterizado.	Bom.

63	Escola Municipal Campos Sales				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Escola Municipal Campos Sales ***Endereço*** Praça da República, no Campo de Santana		Educacional: Escola.	Educacional: Escola.	Educacional: Escola.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1990.	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 9.414 de 1990.	PCRJ: Processo nº 12/1.200/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	1	Eclética.	1944	Caracterizado.	Bom.

64	Escola Municipal República da Colômbia				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Escola Municipal República da Colômbia ***Endereço*** Rua Camerino, 51		Educacional: Escola.	Administrativo: Edifício Público (CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher)	Administrativo: Edifício Público (CEDIM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1990.	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Decreto Municipal nº 9.414 de 1990.	PCRJ: Processo nº 12/1.200/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Eclética.	1907.	Caracterizado.	Bom.

65	Escola Municipal Rivadávia Correa				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Escola Municipal Rivadávia Correia ***Endereço*** Av. Presidente Vargas, 1314	Educacional: Escola.	Educacional: Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire	Educacional: Escola de Formação do Professor Carioca Paulo Freire	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1990.	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 9.414 de 1990.	PCRJ: Processo nº 12/1.200/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete.	2	Clássica. Eclética.	1877.	Caracterizado.	Excelente.

66	Escola Municipal Tiradentes				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Escola Municipal Tiradentes ***Endereço*** Rua Visconde do Rio Branco, 48	Educacional: Escola.	Educacional: Escola.	Educacional: Escola.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1990.	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 9.414 de 1990.	PCRJ: Processo nº 12/1.200/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	2	Clássica. Eclética.	1905.	Caracterizado.	Bom.

67	Hospital Moncorvo Filho				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Hospital Moncorvo Filho ***Endereço*** Rua Moncorvo Filho, 90	Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1990	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	Tombamento Provisório determinado pela SEC-INEPAC no DOERJ, 31/01/1990.	Processo nº E-18/000.112/90
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	2	Eclética.	circa 1908-1920.	Caracterizado.	Excelente.

68	Prédio da Antiga Embrafilme				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Prédio da Antiga Embrafilme ***Endereço*** Rua Mayrink Veiga, 28	Comercial: Salas Comerciais.	Educacional: Biblioteca da Marinha.	Educacional: Biblioteca da Marinha.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1990	Valor arquitetônico.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Lei Municipal nº 1.578 de 10/07/1990.	Não existe processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	7	Clássica. Eclética.	circa 1920-1935	Caracterizado	Bom.

69	Confeitaria Manon				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Confeitaria Manon ***Endereço*** Rua do Ouvidor, 187-189		Comercial.	Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria e Salas Comerciais.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1993	Valor Histórico. Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Decreto Municipal nº 11.969 de 1993	PCRJ: Processo nº 12/000.058/90.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	5	Art-Déco	1927 (Projeto)	Caracterizado	Bom.

70	Antigo Museu Real e Arquivo Nacional				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	X ***Endereço*** Praça da República, 26		Habitacional (Século XIX, imóvel original)	Recreação: Museu Casa da Moeda do Brasil	Recreação: Museu Casa da Moeda do Brasil
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal e Federal	1993 (Municipal) e 2015 (Federal)	Valor arquitetônico (Municipal) Valor histórico (Federal e Municipal).	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	IPHAN: Tombamento aprovado, em 2015, no Livro do Tombo Histórico. Município: Decreto nº 11.971 de 1993.	IPHAN: 1600-T-10. PCRJ: Processo nº 01/01.402/92. (Processos Indisponíveis).
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palácio.	3	Clássica.	Início do Século XIX (Original); 1906 (Fachada Atual).	Caracterizado.	Bom.

71	Tribunal Regional Eleitoral - Centro Cultural da Justiça Eleitoral				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Centro Cultural da Justiça Eleitoral ***Endereço*** Rua Primeiro de Março, 42		Administrativo: Edifício Público.	Recreação: Centro Cultural.	Recreação: Centro Cultural.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1993	Valor Histórico. Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 2 (1987).	Decreto Municipal nº 12.245 de 1993.	PCRJ: Processo nº 12/000.442/91.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	2	Eclética.	1892 (Projeto)	Caracterizado	Bom.

72	Passarela do Samba Darcy Ribeiro (Sambódromo)				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Passarela do Samba Darcy Ribeiro (Sambódromo) ***Endereço*** Rua Marquês de Sapucaí		Recreação: Sambódromo do Rio de Janeiro; Educacional: Escola Primária (CIEP Avenida dos Desfiles)	Recreação: Sambódromo do Rio de Janeiro; Educacional: Escola Primária (CIEP Avenida dos Desfiles)	Recreação: Sambódromo do Rio de Janeiro; Educacional: Escola Primária (CIEP Avenida dos Desfiles)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal e Federal	1994 (Estadual, destombado em 2010). 1998 (Municipal) e 2015 (Federal)	Valor arquitetônico (Municipal e Estadual). Valor Paisagístico-Ambiental (Federal)	Não.	IPHAN:Tombamento aprovado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Município: Lei nº 2.788 de 1999.	INEPAC: E-18/000098/94. IPHAN: 1550-T-2017 (Indisponível para Consulta). PCRJ: Não existe processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Arquibancada.	6 (eq.)	Moderna.	1984 (Original). 2011 (Reformas).	Caracterizado	Excelente.

73	Estação Ferroviária D. Pedro II				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Estação Ferroviária D. Pedro II ***Endereço*** Praça Cristiano Ottoni		Transporte e Comunicações: Estação Ferroviária (Estação Pedro II) ; Administrativo: Edifício Pùblico.	Transporte e Comunicações: Estação Ferroviária (Estação Pedro II) ; Comercial: Lanchontes, Lojas e Serviços.	Administrativo: Edifício Público (CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos)
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal e Federal	1996 (Municipal) e 2008 (Federal)	Valor Histórico. (Municipal e Federal). Valor Paisaígistico-Ambiental (Federal).	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013.	IPHAN: Livro Histórico, Vol. 2, Ins. 579. Livro Arqueol., Etnog. e Paisagístico, Vol. 2, Ins. 137. Município: Decreto nº 114.741 de 1996.	IPHAN: 1285-T-1989. PCRJ: Processo nº 12/001.4 63/92.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	7 (Bloco); 19 (Torre); 29 (Relógio)	Art Déco. Protomoderna.	1937 (Projeto); 1943 (Inauguração).	Caracterizado	Bom.

74	Prédio na Rua Miguel de Frias				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Prédio na Rua Miguel de Frias ***Endereço*** Rua Miguel de Frias, 57		Saúde:Hospital de Crianças da Santa Casa de Misericórdia	Comercial: Salão de Eventos da Sul América.	Comercial: Salão de Eventos da Sul América.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1997	Valor arquitetônico.	Não.	Decreto Municipal nº 15.502 de 1997.	PCRJ: Processo nº 12/002 492/94.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Palacete	3	Eclética.	1905	Caracterizado	Excelente.

75	Antiga Sede da Secretaria Estadual da Fazenda				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Antiga Sede da Secretaria Estadual da Fazenda ***Endereço*** Rua da Alfândega, 42 e 44		Comercial: Banco (Alemão Transatlântico), e posteriormente Adminsitrativo: Edifício Público (Secretaria Estadual de Fazenda)	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1998	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Não.	Homologado pela Resolução SEC 049 de 17/10/2001.	Processo nº E-18/001.147/98
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	8	Clássica. Eclética.	1926	Caracterizado	Regular

76	Edifício Almirante Tamandaré				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Edifício Almirante Tamandaré ***Endereço*** Praça Barão de Ladário, s/n		Administrativo: Edifício Público (Ministério da Marinha).	Administrativo: Edifício Público (Diretoria de Ensino da Marinha).	Administrativo: Edifício Público (Diretoria de Ensino da Marinha).
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1998	Valor arquitetônico.	Sim. APAC Entorno do Mosteiro de São Bento (2004).	Tombamento provisório determinado pelo INEPAC-SEC no DOERJ de 9/12/1998.	Processo nº E-18/001.539/98
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	6	Art Déco. Protomoderna.	1935	Caracterizado	Excelente.

77	Palácio Duque de Caxias				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Palácio Duque de Caxias ***Endereço*** Praça Duque de Caxias, 25		Adminsitrativo: Edifício Pùblico (Ministério da Guerra).	Adminsitrativo: Edifício Púiblico (Comando Militar do Leste).	Adminsitrativo: Edifício Púiblico (Comando Militar do Leste).
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	1998	Valor arquitetônico.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013).	Tombamento provisório determinado pelo INEPAC-SEC no DOERJ de 9/12/1998.	Processo nº E-18/001.539/98
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	10 (bloco) ; 22 (torre); , 7 (ala posterior) 4 (alas laterais)	Art Déco (ala frontal e posterior) e Eclética (alas laterais)	1905-1910 (alas laterais) 1937-1941 (Ala frontal e posterior)	Caracterizado	Bom.

78	Sede Social da Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sede Social da Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro ***Endereço*** Praça da República, 17		Comercial.	Comercial.	Comercial.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	1999	Valor Histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Lei Municipal nº 2.788 de 1999.	PCRJ: Processo nº 12/001.280/97
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Eclética.	1905.	Caracterizado.	Regular.

79	Edifício Joseph Gire, ou "A Noite"				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Edifício Joseph Gire ***Endereço*** Praça Mauá, 7		Comercial: Escritórios (Jornal A Noite)	Vazio desativado.	Vazio desativado.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal e Federal	2000 (Municipal) e 2013 (Federal)	Valor arquitetônico Valor histórico.	Sim. APAC Entorno do Mosteiro de São Bento (2004). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 (2013).	IPHAN; Livro Histórico, Vol 3, Inscrição 705. Livro das Belas Artes, Vol. 2, Inscrição 708. Município: Decreto nº 18.995 de 2000.	IPHAN: 1648-T-12. PCRJ: Processo nº 12/002.281/97
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	24	Art Déco.	1929.	Descaracterizado recuperável.	Regular.

80	Real Associação Beneficente Condes de Mattosinhos e São Cosme do Valle				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Real Associação Beneficente Condes de Mattosinhos e São Cosme do Valle ***Endereço*** Rua Buenos Aires, 312 e 314		Institucional: Sociedade Beneficente.	Comércio: Loja e Restaurante.	Comércio: Loja e Restaurante.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2000	Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 19.007 de 2000.	PCRJ: Processo nº 12/002.281/97
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1907.	Caracterizado.	Excelente.

81	Chapelaria "A Radiante"				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Chapelaria "A Radiante"		Comercial	Comercial: Confeitaria.	Comercial: Confeitaria.
	Endereço				
	Rua Sete de Setembro, 137				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2000	Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 3 (1987).	Decreto Municipal nº 19.001 de 2000.	PCRJ: Processo nº 12/20001.125/98
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1920.	Caracterizado.	Excelente.

82	Associação Comercial do Rio de Janeiro				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Palácio do Comércio		Comercial	Comercial: Escritórios (Associação Comercial do RJ) e Restaurantes.	Comercial: Escritórios (Associação Comercial do RJ)
	Endereço				
	Rua da Candelária, 9				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2000	Valor arquitetônico.	Sim. Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Decreto Municipal nº 18.837 de 2000.	PCRJ: Processo nº 12/004.117/94. (Indisponível para Consulta)
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício.	14	Art Déco	1937	Caracterizado.	Excelente.

83	Igreja de Nossa Senhora do Terço				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja de Nossa Senhora do Terço ***Endereço*** Rua Senhor dos Passos, 140	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	2001	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Tombamento Provisório determinado pela SEC-INEPAC no DOERJ, 14/08/2001.	Processo nº E-18/001.044/99.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	3 (equivalente)	Clássica.	1737 (Construção) / 1843 (Reforma)	Caracterizado.	Excelente.

84	Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia ***Endereço*** Rua da Alfândega, 219	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	2001	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Tombamento Provisório determinado pela SEC-INEPAC no DOERJ, 14/08/2001.	Processo nº E-18/001.043/99.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Igreja	3 (equivalente)	Barroca. Colonial.	1754	Caracterizado.	Regular.

85	Imóvel na Rua Leandro Martins				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Imóvel na Rua Leandro Martins	Habitacional e Comercial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	
	Endereço				
	Rua Leandro Martins, 38				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	2001	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Tombamento Provisório determinado pela SEC-INEPAC no DOERJ, 14/08/2001.	Processo nº E-18/001.051/99
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Colonial.	Anterior a 1870.	Caracterizado.	Regular.

86	Imóvel na Rua Regente Feijó				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Imóvel na Rua Regente Feijó	Habitacional e Comercial.	Comercial: Loja e Bares.	Habitacional: Residencial.	
	Endereço				
	Rua Regente Feijó, 72 a 76				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	2001	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Tombamento Provisório determinado pela SEC-INEPAC no DOERJ, 14/08/2001.	Processo nº E-18/001.051/99
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	2	Colonial.	Anterior a 1870.	Caracterizado.	Bom.

87	Imóvel na Rua Visconde de Inhaúma				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Imóvel na Rua Visconde de Inhaúma	Comercial.	Vazio desafetado.	Comercial: Salas Comerciais.	
	Endereço				
	Rua Visconde de Inhaúma, 64				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2001	Valor arquitetônico.	Sim. APAC Entorno do Mosteiro de São Bento (2004).	Decreto nº 20.200 de 2001.	PCRJ: Processo nº 12/001.271/99
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	6	Clássica. Eclética.	1905 (Original); 1929 (Reforma)	Caracterizado.	Bom.

88	Edifício Sulacap				
IDENTIFICAÇÃO		**USOS**			
Fotografia	***Nome do Edifício***	***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***	
	Edifício Sulacap	Comercial.	Comercial: Escritórios (Petrobrás).	Comercial: Escritórios (Petrobrás)	
	Endereço				
	Rua da Alfândega, 41				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2003	Valor arquitetônico.	Não.	Decreto nº 23.686 de 2003	PCRJ: Processo nº 12/002.044/2003
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	7	Art Déco	1936 (projeto)	Caracterizado.	Excelente.

89	Imóvel na Av. Rio Branco, esq. com São Bento				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Imóvel na Av. Rio Branco, esq. com São Bento ***Endereço*** Av. Rio Branco, 19		Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2004	Valor Paisagístico-Ambiental.	Não.	Decreto nº 24.420 de 2004 (APAC Mosteiro de São Bento).	PCRJ: Processo nº 12/002.044/2003
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado	3	Eclética.	1906	Descaracterizado Recuperável.	Bom.

90	Prédio na Av. Rio Branco, esq. com Rua do Rosário				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Prédio na Av. Rio Branco, esq. com Rua do Rosário ***Endereço*** Av. Rio Branco, 88, 90, 92 e 94		Comercial.	Comercial: Lojas e Restaurante.	Comercial: Salas Comerciais.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Estadual	2006	Valor Histórico. Valor Arquitetônico.	Não.	Tombamento determinado pelo INEPAC-SEC no DOERJ de 25/5/2006.	INEPAC: Processo nº E-18/001919/05.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Edifício	3	Eclética.	1904-1906	Caracterizado.	Bom.

91	Nova Quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Nova Quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá ***Endereço*** Rua Salvador de Sá, 206 e 208		X	Recreação: Equipamento de Cultura.	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2006	Valor Social.	Sim. APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Lei Municipal nº 4.663 de 2007.	Não existe processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Galpão.	1	Irreconhecível.	circa 1980-2000.	Descaracterizado Irrecuperável.	Bom.

92	Habitação onde residiu Machado de Assis				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Habitação onde residiu Machado de Assis ***Endereço*** Rua dos Andradas, 147 (antigo 119)		X	Estacionamento	X
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2008	Valor Histórico.	Sim. APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Decreto Municipal nº 29.903 de 2008	PCRJ: Processo nº 22/000.275/06
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	2	Clássica.	1905.	Ruína (Apenas fachada).	Regular (Fachada)

93	Beco das Cancelas				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Endereço***				
	Beco das Cancelas		Via de circulação de pedestres		
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2008	Valor Histórico. Valor Urbanístico.	Sim. AEBT Beco das Cancelas (2008)	Decreto Municipal nº 28.952 de 2008.	PCRJ: Processo nº 22/000573/07
CARACTERÍSTICAS					
O Beco das Cancelas é um a vida de circulação de pedestres originada no período colonial da cidade. O trecho tombado fica localizado entre as ruas do Rosário e Buenos Aires. O tombamento incide em seu traçado e pavimentação, e estabelece uma área de entorno de bem tombado, preservando a volumetria e fachada dos imóveis nº 19 e 21 da Rua Buenos Aires, e nº 72 e 74 da Rua do Rosário.					

94	Associação Centro Cultural Estudantina				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Associação Centro Cultural Estudantina		X	Recreação: Centro Cultural Estudantina.	Recreação: Centro Cultural Estudantina.
	Endereço				
	Praça Tiradentes, 79/81				
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2012	Valor social.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 36.116 de 2012.	Não há processo.
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	3	Clássica.	circa 1870-1920.	Caracterizado.	Regular.

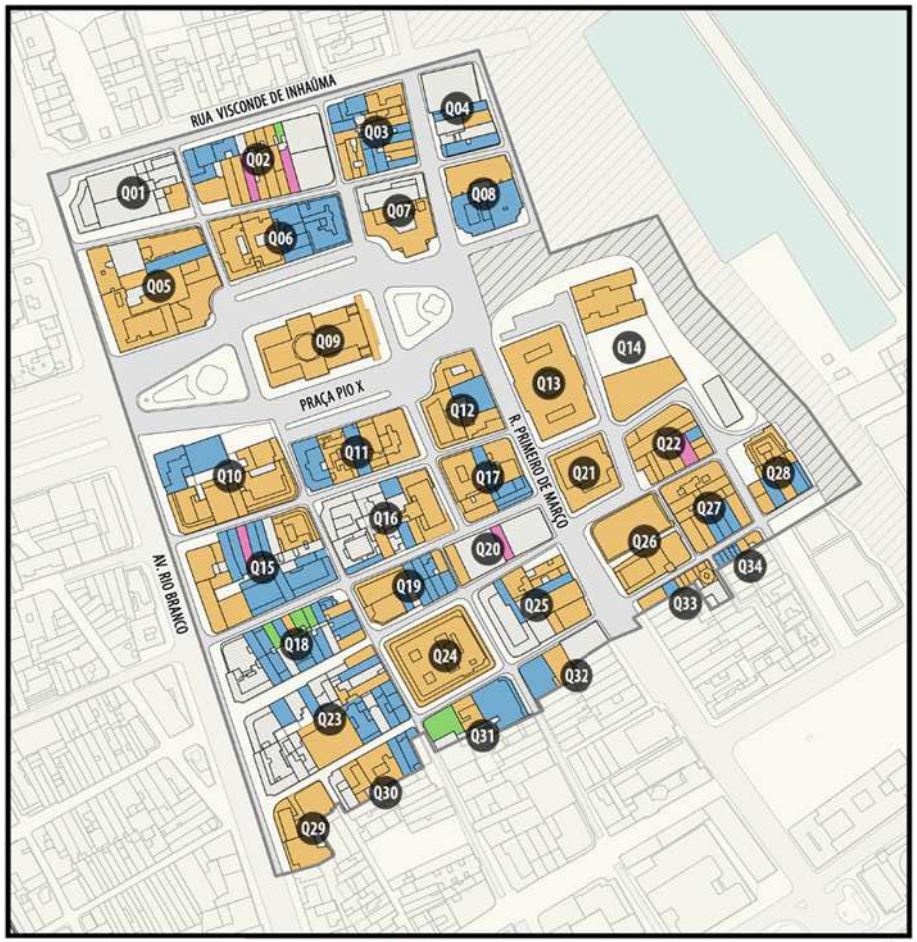
95	Sobrado na Rua do Rosário				
IDENTIFICAÇÃO			**USOS**		
Fotografia	***Nome do Edifício***		***Uso Original***	***Uso Atual: Térreo***	***Uso Atual: Pav. Superior***
	Sobrado na Rua do Rosário ***Endereço*** Rua do Rosário, 91/97		Habitacional e Comercial	Comercial: Lanchonete	Vazio desafetado.
PROTEÇÃO					
Esfera de Tombamento	***Data de Tombamento***	***Valores de Tombamento***	***Inserido em APA, ZE, APAC ou AEBT***	***Legislação e/ou Livro de Tombamento***	***Processo de Tombamento***
Municipal	2013	Valor arquitetônico.	Sim. Zona Especial do Corredor Cultural - Área 4 (1987).	Decreto Municipal nº 37.797 de 2013.	PCRJ: Processo nº 01/000.724/2013
CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS					
Tipo Edificado	***Nº de Pavimentos***	***Linguagem Arquitetônica***	***Data Aproximada do Imóvel***	***Grau de Caracterização Atual***	***Estado de Conservação Atual***
Sobrado.	3	Clássica.	circa 1870.	Caracterizado.	Excelente.



APÊNDICE B:

MAPAS COMPLEMENTARES:

GRAU DE CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA E ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS BENS EDIFICADOS NAS ÁREAS DE ANÁLISE



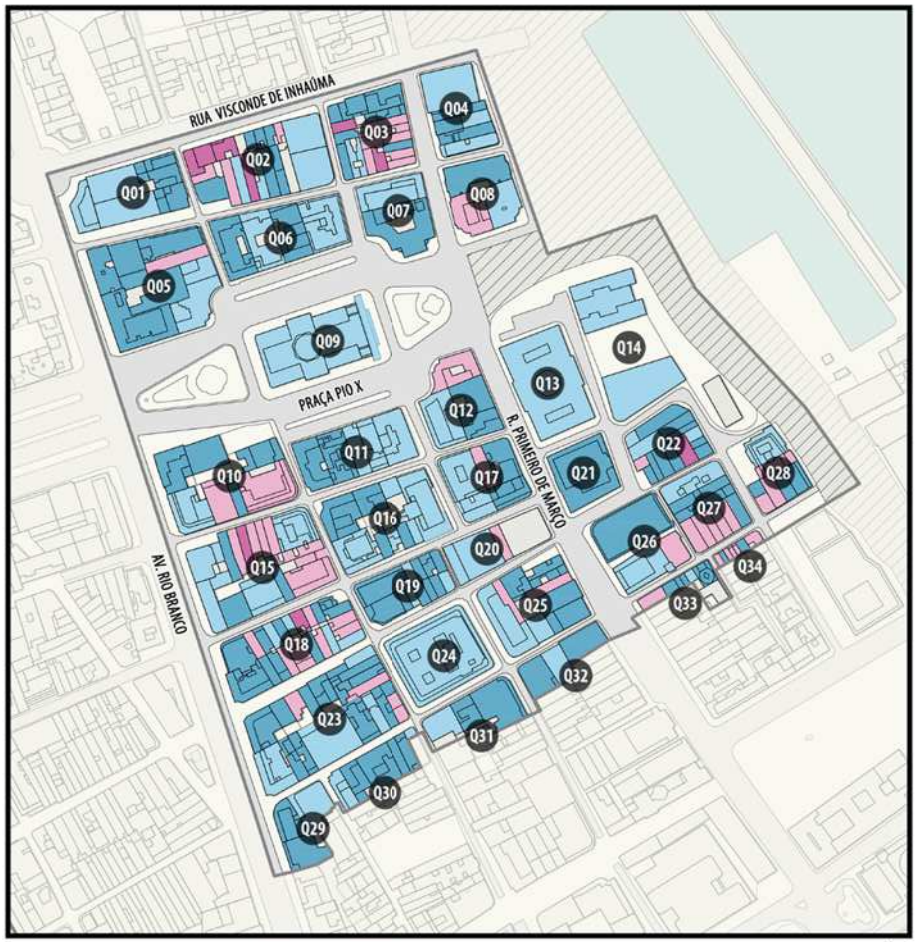
ÁREA 1 - CANDELÁRIA

GRAU DE CARACTERIZAÇÃO

- CARACTERIZADO
- DESCARACTERIZADO RECUPERÁVEL
- DESCARACTERIZADO IRRECUPERÁVEL
- EM RUÍNAS

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M



ÁREA 1 - CANDELÁRIA

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- EXCELENTE
- BOM
- REGULAR
- RUIM

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M



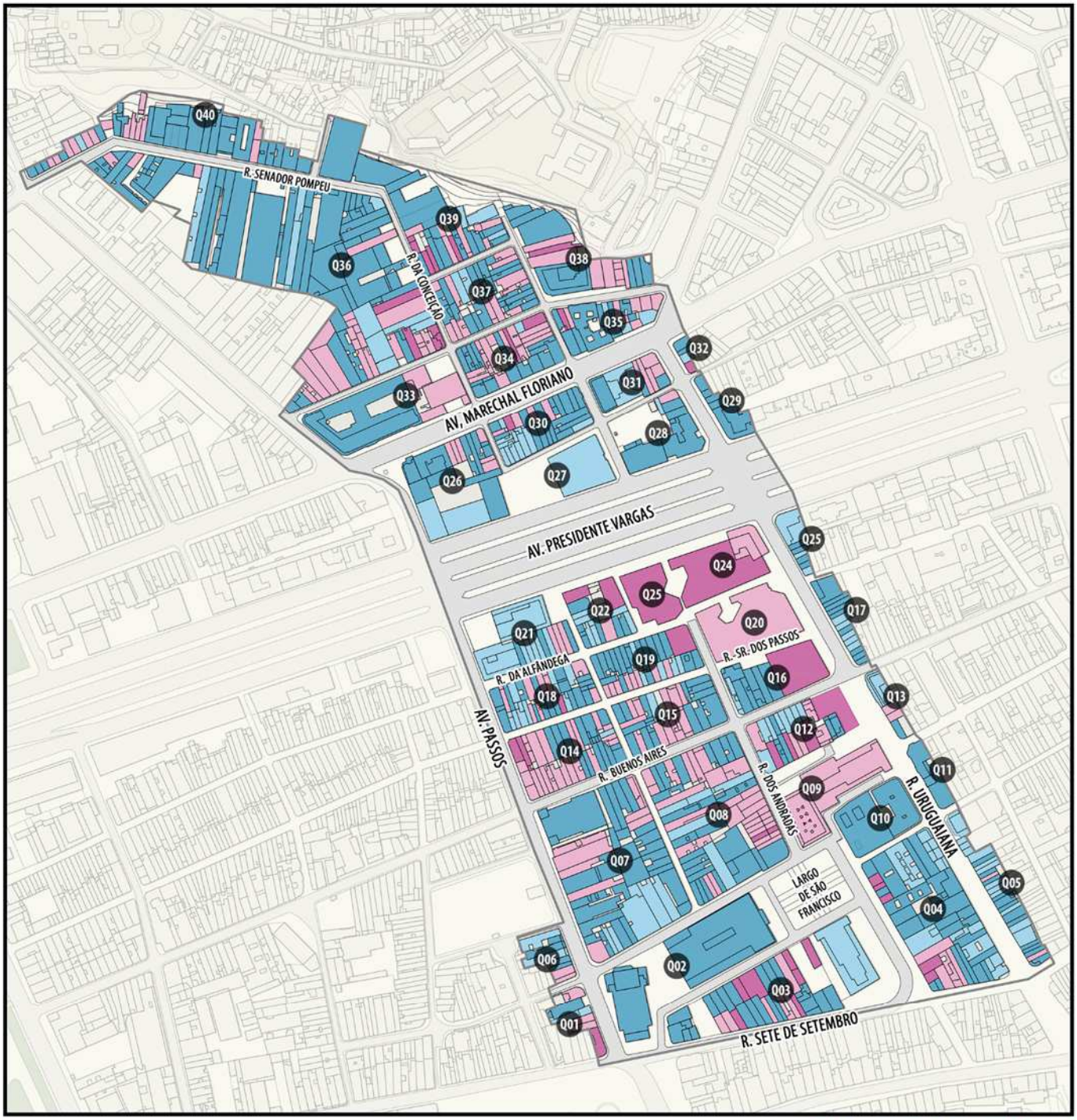
GRAU DA CARACTERIZAÇÃO

- CARACTERIZADO
- DESCARACTERIZADO RECUPERÁVEL
- DESCARACTERIZADO IRRECUPERÁVEL
- EM RUÍNAS

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 2 - LARGO DE SÃO FRANCISCO E RUA DA CONCEIÇÃO



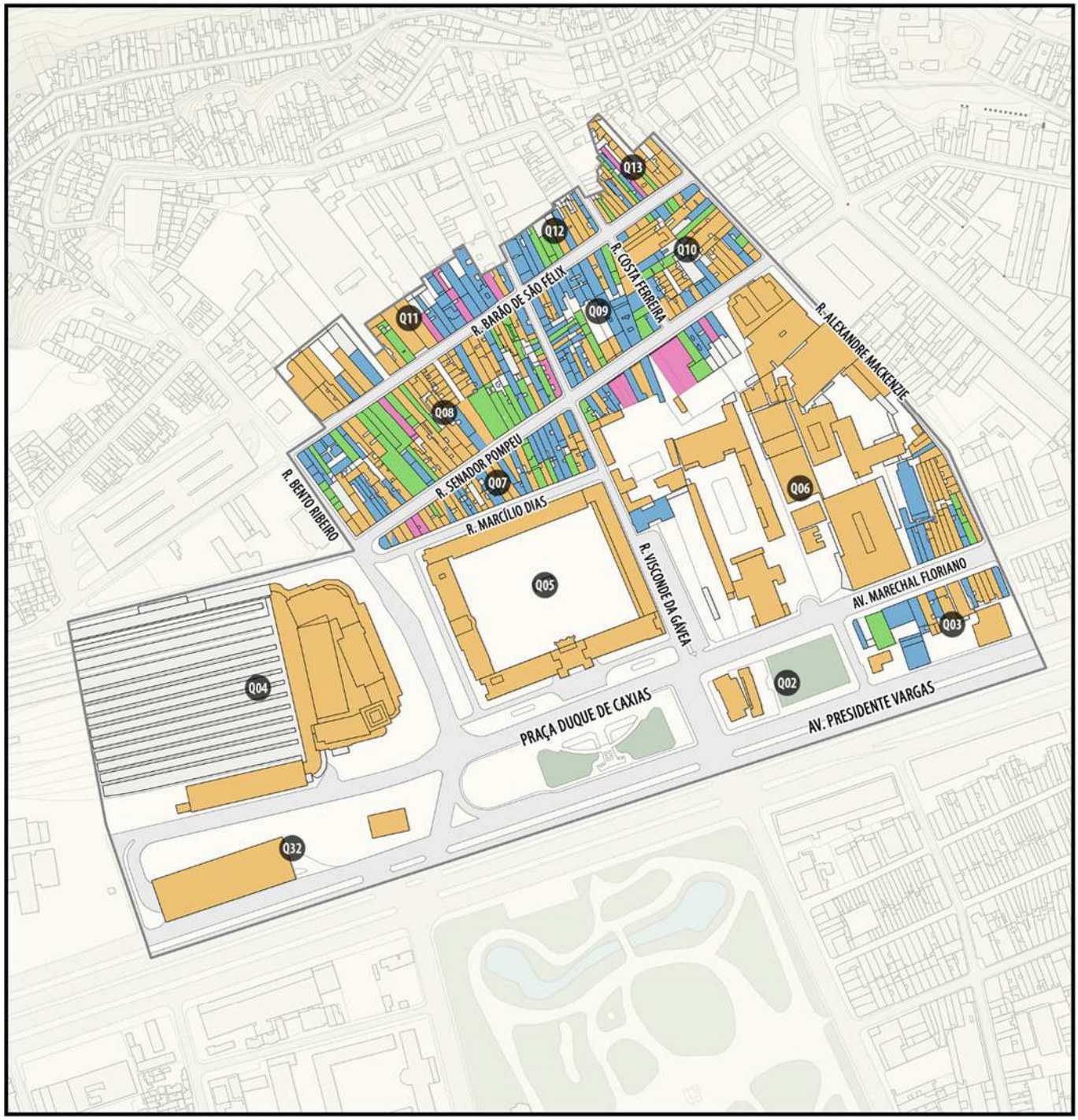
ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- EXCELENTE
- BOM
- REGULAR
- RUIM

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 2 - LARGO DE SÃO FRANCISCO E RUA DA CONCEIÇÃO



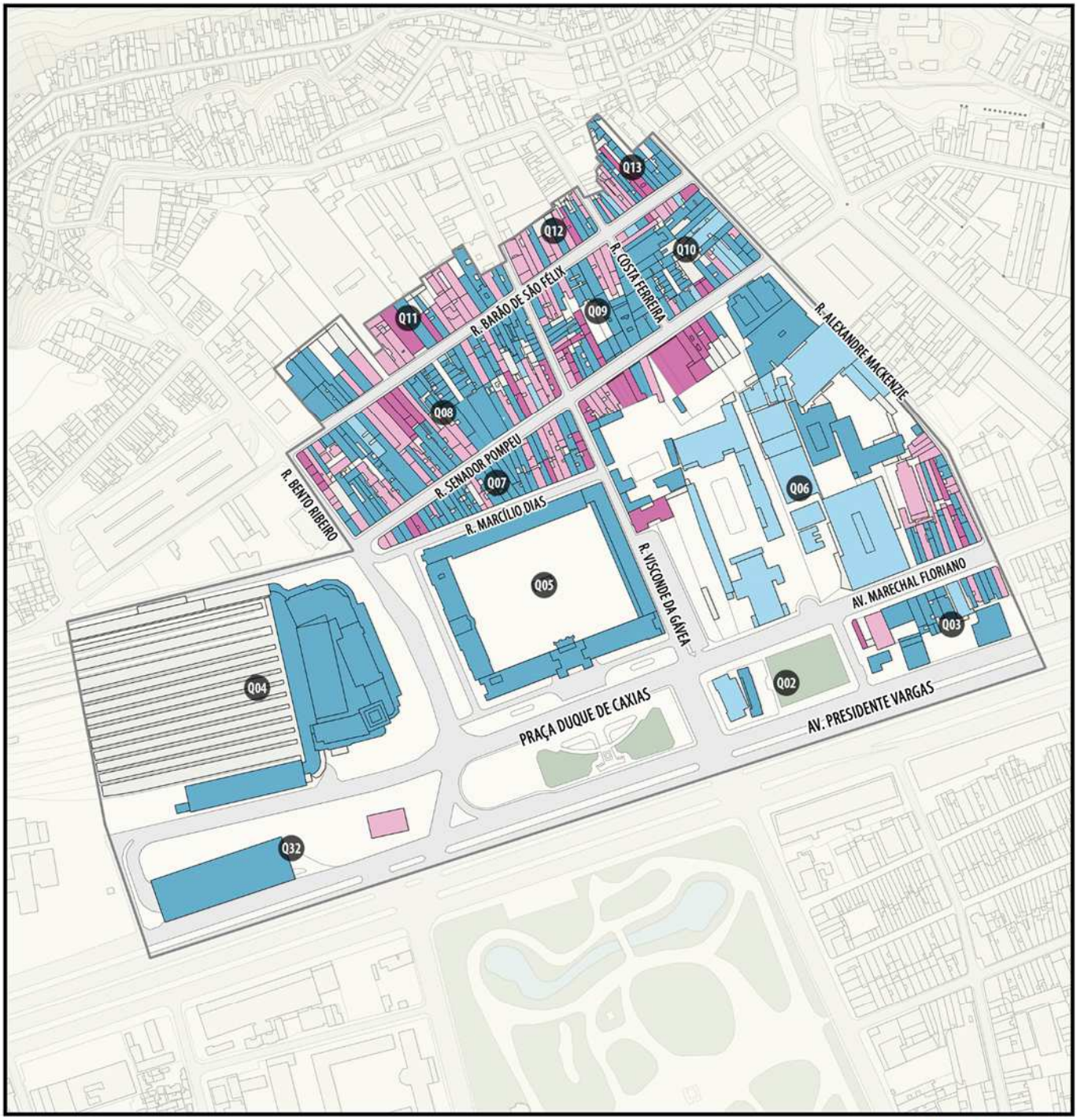
GRAU DE CARACTERIZAÇÃO

- CARACTERIZADO
- DESCARACTERIZADO RECUPERÁVEL
- DESCARACTERIZADO IRRECUPERÁVEL
- EM RUÍNAS

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 3 - CENTRAL



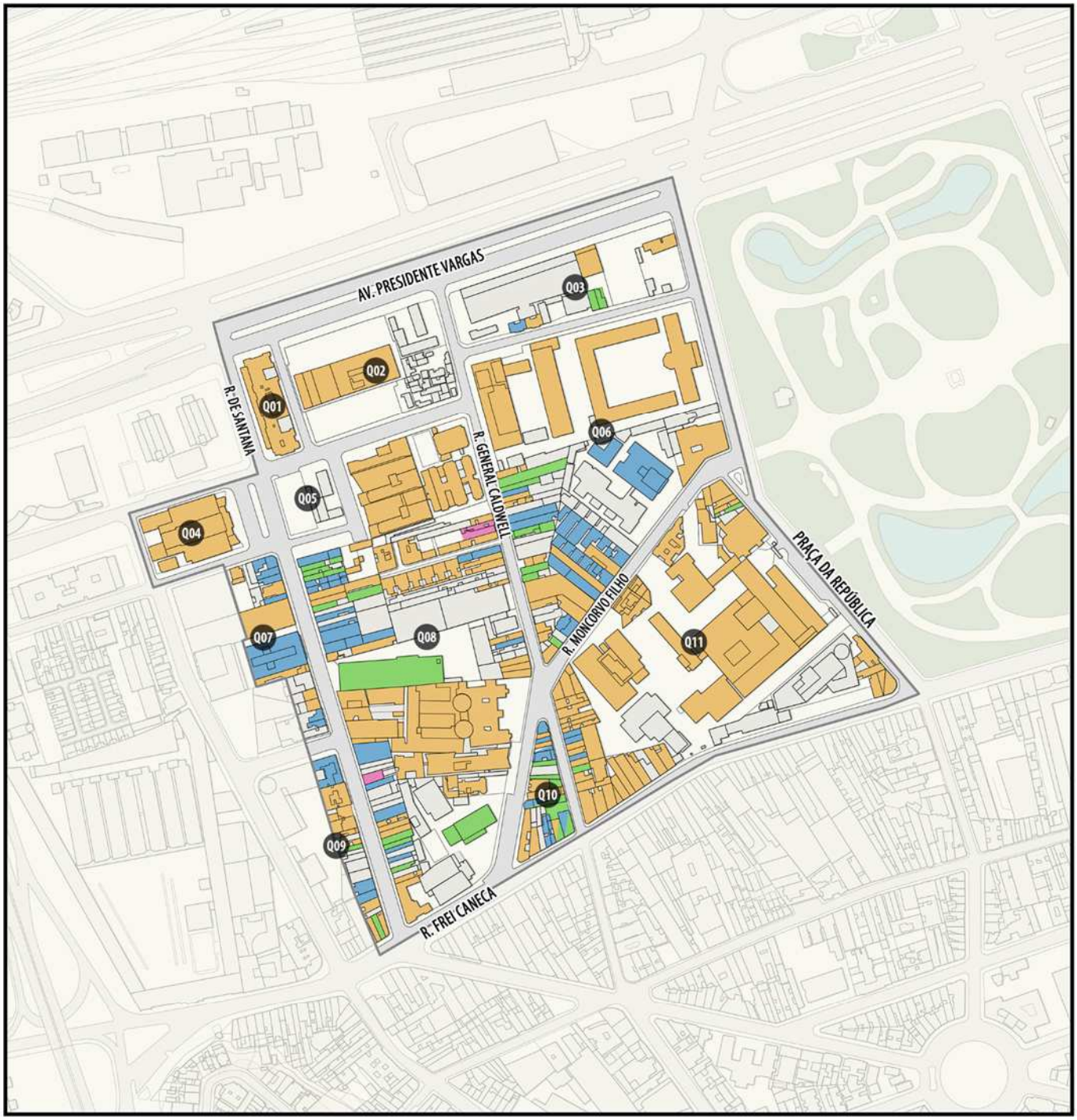
ESTADO DE CONSERVAÇÃO

EXCELENTE
BOM
REGULAR
RUIM

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 3 - CENTRAL



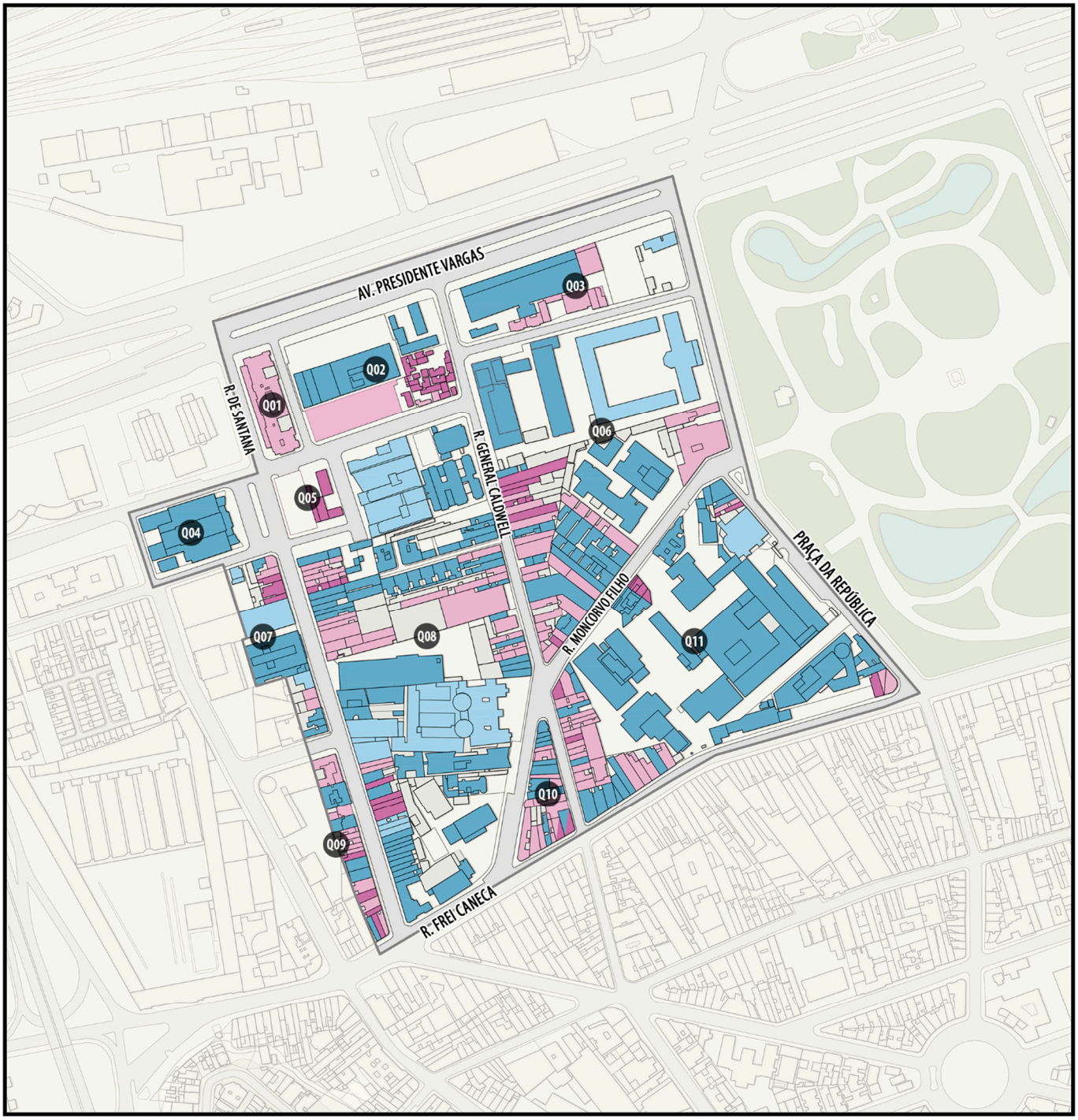
GRAU DE CARACTERIZAÇÃO

ÁREA 4 - SANTANA

- CARACTERIZADO
- DESCARACTERIZADO RECUPERÁVEL
- DESCARACTERIZADO IRRECUPERÁVEL
- EM RUÍNAS

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M



ESTADO DE CONSERVAÇÃO

EXCELENTE
BOM
REGULAR
RUIM

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 4 - SANTANA



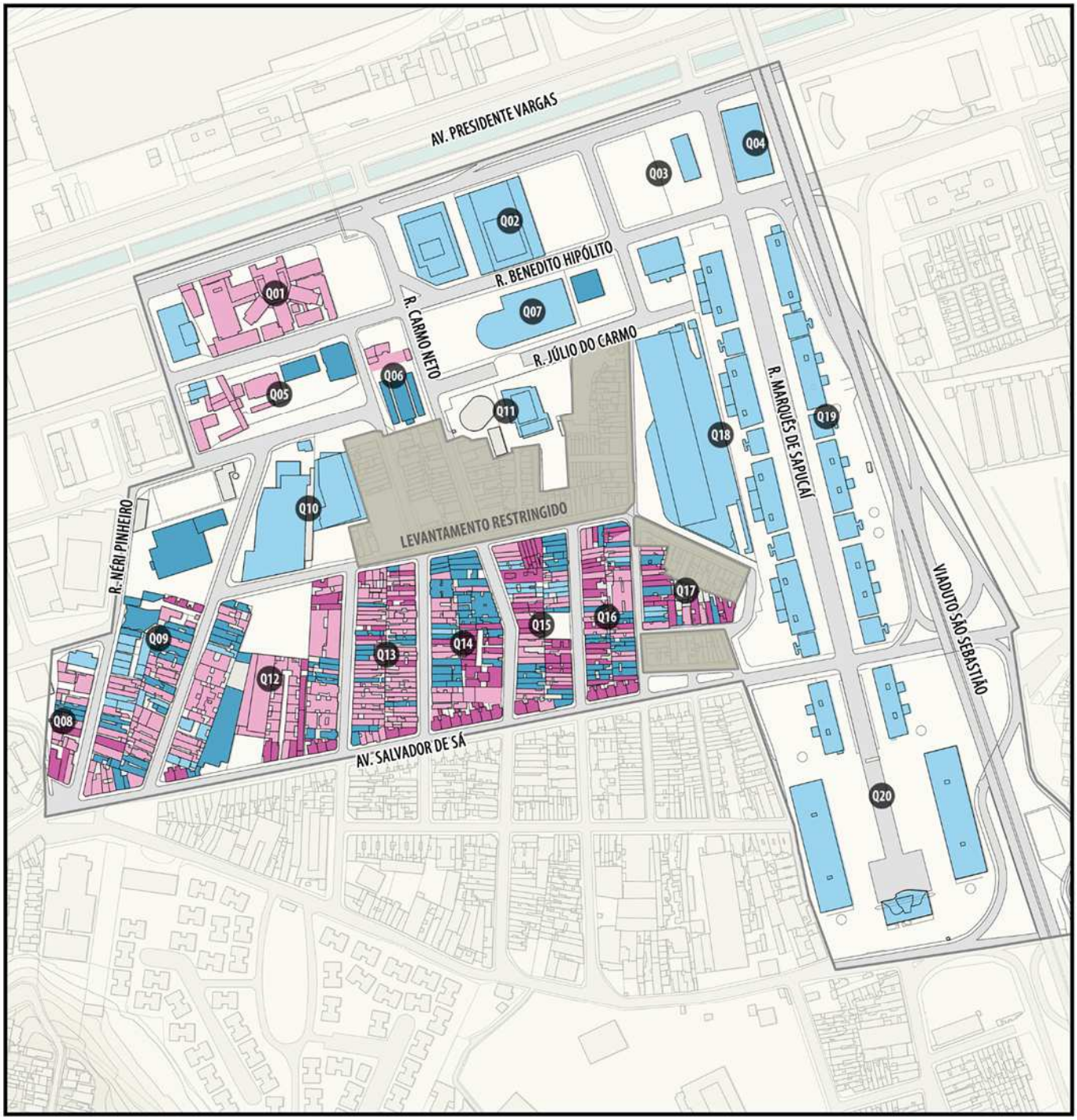
GRAU DA CARACTERIZAÇÃO

- CARACTERIZADO
- DESCARACTERIZADO RECUPERÁVEL
- DESCARACTERIZADO IRRECUPERÁVEL
- EM RUÍNAS

ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ÁREA 5 - CIDADE NOVA



ESCALA GRÁFICA

0 25 100 M

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- EXCELENTE
- BOM
- REGULAR
- RUIM

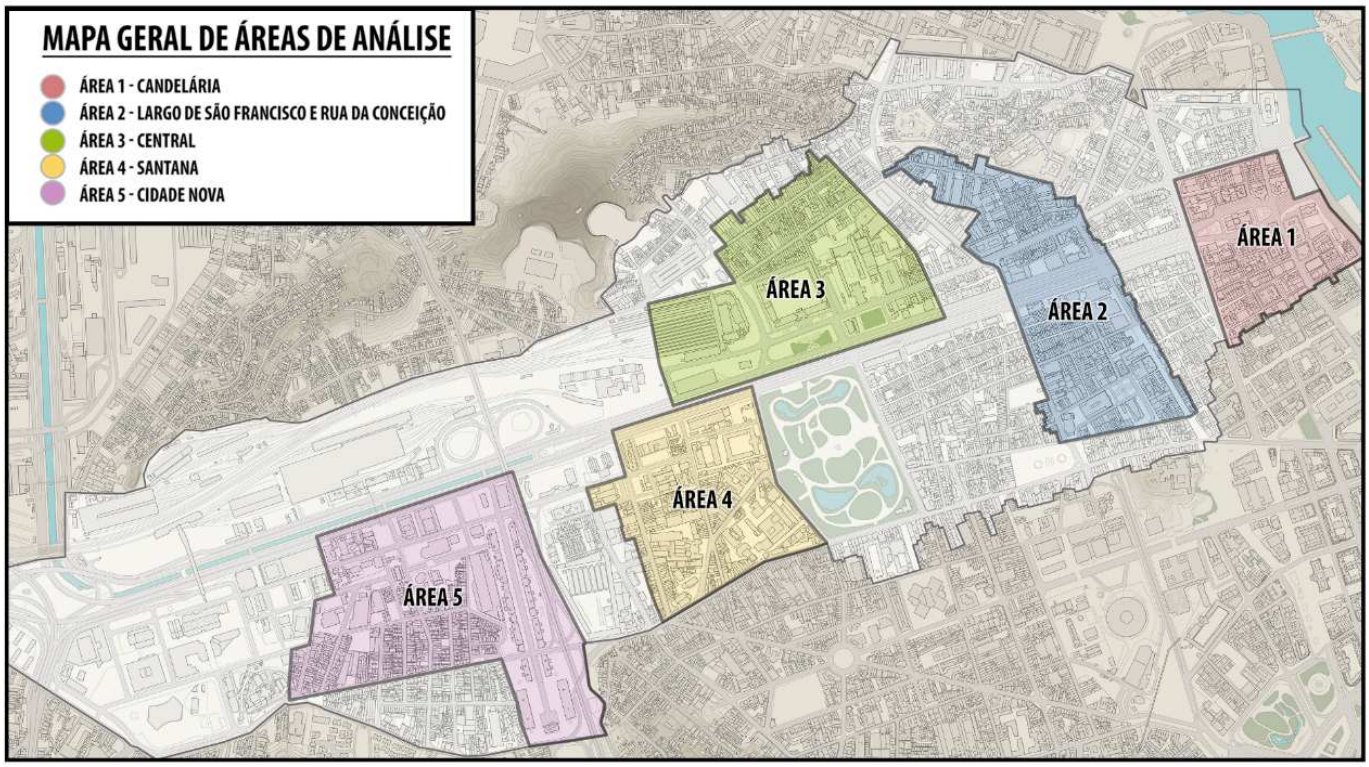
ÁREA 5 - CIDADE NOVA



APÊNDICE C:

INVENTÁRIO DOS BENS EDIFICADOS ANALISADOS

NAS QUADRAS-DETALHE DO RECORTE ESPACIAL DA TESE


MAPA GERAL DE ÁREAS DE ANÁLISE
ÁREA 1 - CANDELÁRIA
ÁREA 2 - LARGO DE SÃO FRANCISCO E RUA DA CONCEIÇÃO
ÁREA 3 - CENTRAL
ÁREA 4 - SANTANA
ÁREA 5 - CIDADE NOVA
ÁREA 1
ÁREA 2
ÁREA 3
ÁREA 4
ÁREA 5


Q15
Q16
Q17
Q18
Q19
Q20
AV. RIO BRANCO
RUA DO ROSÁRIO
RUA DO OUVIDOR
RUA PRIMEIRO DE MARÇO
TRAV. TOCANTINS
CANDELÁRIA
BECO
QUITANDA
DAS CANCELAS
BUENOS AIRES
ESCALA GRÁFICA
0 10 50 M
BEM TOMBADO MUNICIPAL
BEM PRESERVADO - AEBT RUA DA CANDELÁRIA 2
BEM PRESERVADO - AEBT BECO DAS CANCELAS
ÁREA 1 - CANDELÁRIA
QUADRAS 15 A 20



ESCALA GRÁFICA
0 10 50 M

BEM TOMBADO MUNICIPAL
BEM TOMBADO FEDERAL
BEM PRESERVADO - CORREDOR CULTURAL ÁREA 3

ÁREA 2 - LARGO DE SÃO FRANCISCO
QUADRA 03



ESCALA GRÁFICA
0 5 25 M

BEM TOMBADO ESTADUAL
BEM PRESERVADO - APA SAGAS - SUBÁREA A MORRO DA CONCEIÇÃO

ÁREA 2 - RUA DA CONCEIÇÃO
QUADRA 37



ÁREA 3 - CENTRAL / QUADRA 8

- BEM TOMBADO MUNICIPAL
- BEM PRESERVADO - APA SAGAS - SUBÁREA A - RUA BARÃO DE SÃO FÉLIX 2

ESCALA GRÁFICA

0 10 50 M

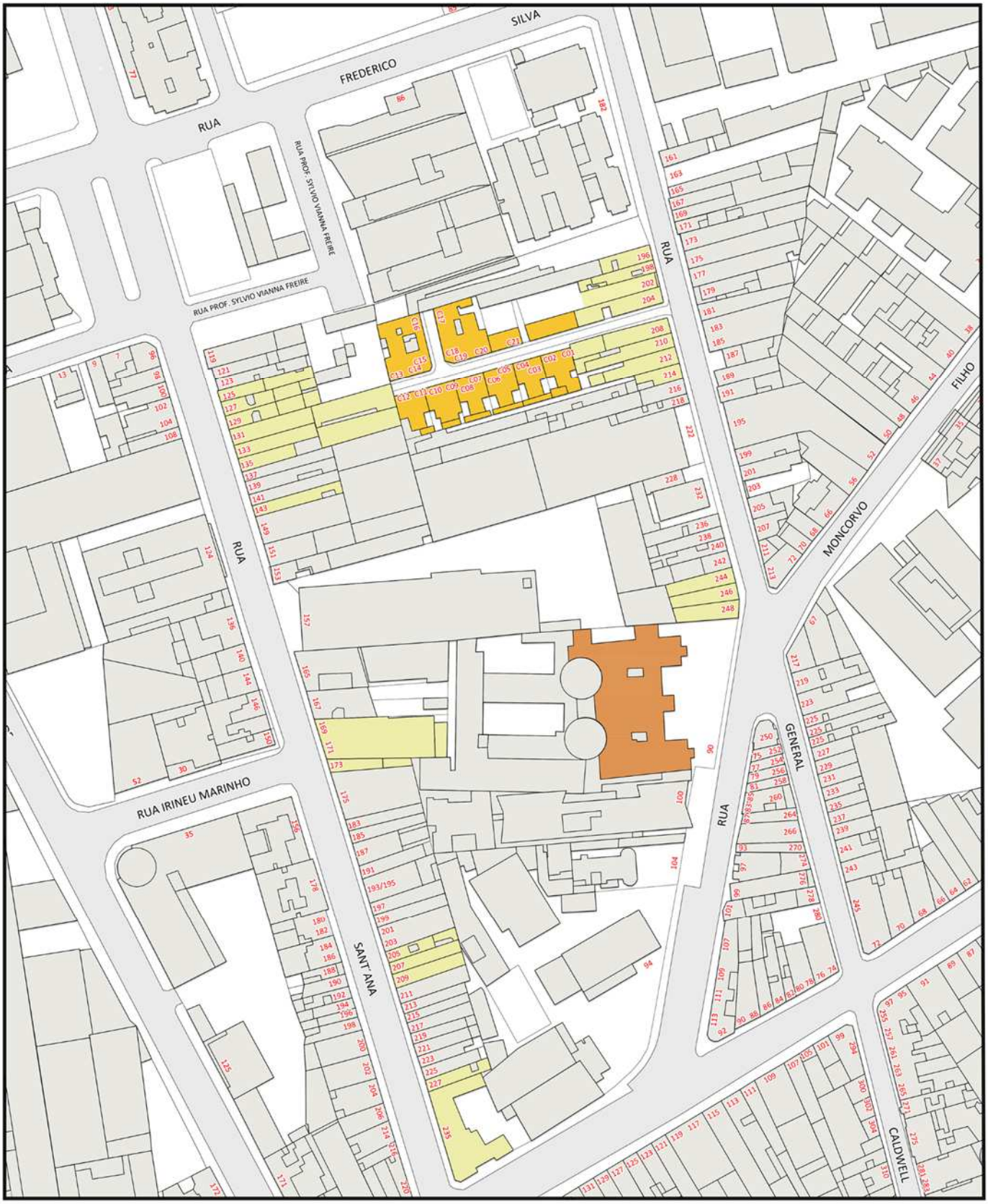


ÁREA 5 - CIDADE NOVA / QUADRAS 14 E 15

- BEM TOMBADO MUNICIPAL
- BEM PRESERVADO - APA CIDADE NOVA E CATUMBI - PRESERVADO 2
- BEM PRESERVADO - APA CIDADE NOVA E CATUMBI - PRESERVADO 3

ESCALA GRÁFICA

0 10 50 M



ESCALA GRÁFICA

0 10 50 M

- BEM TOMBADO MUNICIPAL
- BEM TOMBADO ESTADUAL
- BEM PRESERVADO - APAC CRUZ VERMELHA

ÁREA 4 - SANTANA / QUADRA 8

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q15		Av. Rio Branco, 89 B	Comercial.	Comercial: Acesso ao Edifício.	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	16	Contemporânea	circa 1990-2000	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q15		Av. Rio Branco, 89 A	Comercial.	Comercial: Banco.	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	29	Contemporânea	circa 1990-2000	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q15		Rua Buenos Aires, 56	Comercial.	Comercial: Banco (Bradesco)	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	9	Moderna.	circa 1965-1980	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.
A01	Q15		Rua Buenos Aires, 48	Comercial.	Comercial: Banco (Bradesco)	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Edifício.	9 (6 no alinhamento da rua)	Protomoderna	circa 1940-1965 (Fachada Original); circa 2010 (Retrofit)	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A01	Q15		Rua Buenos Aires, 44	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Casa Noturna / Centro de Lazer	Comercial: Casa Noturna / Centro de Lazer	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q15		Rua Buenos Aires, 40	Desconhecido, possivelmente comercial ou Administrativo	Administrativo: Instituições Profissionais (CREA)	Administrativo: Instituições Profissionais (CREA)	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	11	Moderna.	circa 1940-1965	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular
A01	Q15		Rua da Quitanda, 109	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular
A01	Q15		Rua da Quitanda, 111	Desconhecido.	Vazio desafetado.	Educacional: Estabelecimento de ensino (auto-escola)	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	5	Irreconhecível	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Regular
A01	Q15		Rua da Alfândega, 41	Comercial.	Comercial: Escritórios (Petrobrás)	Comercial: Escritórios (Petrobrás)	Sim. Tombado Municipal (2003)	Valor arquitetônico.	Tombado. Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Não.	Edifício.	7	Art Déco	1936 (projeto)	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Excepcional (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q15		Rua da Alfândega, 43	Desconhecido.	Comercial: Casa Noturna / Centro de Lazer	Comercial: Casa Noturna / Centro de Lazer	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	4	Irreconhecível	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Regular
A01	Q15		Rua da Alfândega, 45	Desconhecido, possivelmente comercial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não. Interesse de tombamento pelo Município (1995), pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	X	Não.	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular
A01	Q15		Rua da Alfândega, 47	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Escritórios	Comercial: Escritórios	Não.	X	Não. Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Não.	Edifício.	7	Protomoderna	circa 1920-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular
A01	Q15		Rua da Alfândega, 49	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Não.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Ruína. Fachada recuperável.	Ruim
A01	Q15		Rua da Alfândega, 51	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Não.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular
A01	Q15		Rua da Alfândega, 53	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Não.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q16		Rua Buenos Aires, 30	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Lanchonete.	Comercial: Lanchonete.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A01	Q16		Rua Buenos Aires, 24	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.
A01	Q16		Rua Buenos Aires, 22	Desconhecido.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	4	Contemporânea	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q16		Rua Buenos Aires, 20	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	Residencial: Hotel (Bueno Hotel)	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	6	Clássica. Eclética.	circa 1910-1930	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q16		Rua da Candelária, 09	Comercial.	Comercial: Escritórios (Associação Comercial do RJ) e Restaurantes.	Comercial: Escritórios (Associação Comercial do RJ)	Sim. Tombado Municipal (2000). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Valor arquitetônico.	Tombado.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	14	Art Déco	1937	Não (Conjunto da Candelária)	Integrado Excepcional (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q16		Rua da Alfândega, 21	Comercial.	Comercial: Escritórios (Porto Seguro)	Comercial: Escritórios (Porto Seguro)	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Sobrado.	5	Protomoderna (original)	circa 1930-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A01	Q16		Rua da Alfândega, 25	Comercial.	Comercial: Serviços (Atendimento LIESA)	Comercial: Escritórios	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	9	Moderna	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Bom.
A01	Q16		Rua da Alfândega, 33	Comercial.	Vazio desafetado (Comercial, em obras).	Comercial: Escritórios	Não.	X	Não. Suposto Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	9	Moderna	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Bom.
A01	Q16		Rua da Quitanda, 106	Desconhecido.	Administrativo: Edifício Público (RioPrevidência)	Administrativo: Edifício Público (RioPrevidência)	Não.	X	Não. Suposto Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Quinze de Novembro e Imediações.	Edifício.	5	Contemporânea	circa 1980-2000	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.
A01	Q17		Rua da Candelária, 02	Residencial e Comercial.	Saúde: Clínica Médica.	Saúde: Clínica Médica.	Sim. Tombamento em esfera municipal (1989)	Valor Arquitetônico. Valor Histórico.	Tombado.	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado	3	Eclética. Clássica.	1904 (Projeto), 1911 (Fachada)	Sim	Integrado Excepcional	Caracterizado.	Excelente
A01	Q17		Rua Primeiro de Março, 49 / Rua Buenos Aires, 02	Comercial: Salas Comerciais e Lojas	Comercial: Lojas e Lanchonetes.	Comercial: Salas Comerciais.	Não	X	Não	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq.o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	17	Moderno.	circa 1970-1980	Não	Conflitante Irrecuperável	Descaracterizado Recuperável.	Bom

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q17		Rua Primeiro de Março, 57	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Educacional: Escola de Cinema Darcy Ribeiro/Instituto Brasileiro de Audio Visual	Educacional: Escola de Cinema Darcy Ribeiro / Instituto Brasileiro de Audio Visual	Não. Interesse de tombamento pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	X	Sim (2007, AEBT Rua da Candelária 2). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq.o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado	5	Eclética. Clássica.	1914	Sim	Integrado Excepcional	Caracterizado.	Bom
A01	Q17		Rua da Alfândega, 07	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Lanchonete.	Fechado.	Não	X	Sim (2007, AEBT Rua da Candelária 2). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq.o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado	3	Eclética. Clássica.	circa 1890-1910	Sim	Integrado Principal	Descaracterizado Recuperável.	Regular
A01	Q17		Rua da Candelária, 06	Comercial: Banco Francês e Italiano.	Educacional: Fundação Getúlio Vargas.	Educacional: Fundação Getúlio Vargas.	Não. Interesse de tombamento municipal (1995-2008). Interesse de tombamento pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	X	Sim (2007, AEBT Rua da Candelária 2). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq.o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Palacete	4	Eclética. Clássica.	1924 (Projeto)	Sim	Integrado Excepcional	Caracterizado.	Excelente
A01	Q17		Rua da Candelária, 04	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não	X	Sim (2007, AEBT Rua da Candelária 2). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Sim. AEBT Rua da Candelária 2 (2007). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq.o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado	4	Clássica.	circa 1890-1910	Sim	Integrado Principal	Caracterizado.	Excelente
A01	Q18		Av. Rio Branco, 99	Comercial.	Comercial: Banco (Alfa)	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	22	Protomoderna.	circa 1940-1965	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Bom.
A01	Q18		Av. Rio Branco, 103	Comercial.	Comercial: Banco (Santander) e Loja (South)	Comercial: Escritórios.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	22	Moderna.	X	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 114	Comercial.	Comercial: Mercado	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	4	Moderna.	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 112	Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	8	Moderna.	circa 1910-1930	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q18		Rua do Rosário, 110	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	14	Irreeonhecível	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Regular.
A01	Q18		Rua do Rosário, 108	Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	8	Moderna.	circa 1940-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A01	Q18		Rua do Rosário, 104	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	5	Clássica. Eclética.	circa 1910-1930	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 102	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Vazio Desafetado.	Não.	X	Não.	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A01	Q18		Rua do Rosário, 100	Desconhecido.	Comercial: Banco (Bradesco)	Comercial: Banco (Bradesco)	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	3	Contemporânea	circa 1980-2000	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.
A01	Q18		Rua do Rosário, 98	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Lanchonete	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q18		Rua da Quitanda, 95	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A01	Q18		Rua da Quitanda, 97	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Loja (Papelaria)	Comercial: Loja (Papelaria)	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q18		Rua da Quitanda, 99	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Loja (Livraria)	Comercial: Loja (Livraria)	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 41	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Serviços (Copiadora)	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	10	Art Déco	circa 1930-1965	Não (Conjunto da Candelária)	Integrado Referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 45	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 47	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante recuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 49	Desconhecido.	Comercial: Loja (Papelaria)	Comercial: Loja (Papelaria)	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	1882 (Fachada)	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante recuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado irrecuperável.	Ruim.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 51	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado	Vazio desafetado	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	1908 (Fachada)	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 53	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009).	Não.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1907 (Fachada)	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 55	Desconhecido.	Vazio desafetado	Vazio desafetado	Não.	X	Não.	Não.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética (térreo); Contemporânea (pav. Superior)	circa 1980-1920 (original, térreo)	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante recuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado irrecuperável.	Excelente.
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 57	Comercial.	Comercial: Restaurante.	Educacional: Estabelecimento de Ensino (Curso de Idiomas)	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	8	Moderna.	circa 1940-1980	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q18		Rua Buenos Aires, 59	Comercial.	Comercial: Banco (SICOOB)	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Não.	Edifício.	4	Moderna.	circa 1940-1980	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A01	Q19		Rua do Rosário, 90	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	Educacional: Estabelecimento de Ensino (ESPM)	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	12	Moderna.	circa 1940-1965	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 84	Comercial.	Comercial: Lanchonete	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	8	Protomoderna.	circa 1930-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 82	Comercial.	Comercial: Acesso ao Edifício	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	4	Contemporânea	circa 1990-2000	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.
A01	Q18		Rua do Rosário, 80	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 78	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	3	Clássica.	X	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Referencial (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q18		Rua do Rosário, 76	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Serviços	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	3	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q19		Rua do Rosário, 74	Desconhecido, possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Sim (2008, AEBT Beco das Candelas). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Preservado pela AEBT Beco das Cancelas (2008). Integra a Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	5	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A01	Q19		Rua Buenos Aires, 21	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Bar e Restaurante.	Comercial: Bar e Restaurante.	Não.	X	Sim (2008, AEBT Beco das Candelas). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Preservado pela AEBT Beco das Cancelas (2008). Integra a Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	Qd.	Fotografia (2016)	Endereço	Uso Original	Uso Atual: Térreo	Uso Atual: Pav. Sup.	Tombado	Valores de Tombamento	Preservado	Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT	Tipo Ed.	Nº de Pav.	Linguagem Arquitet.	Data Aprox. do Imóvel	Integraçao Volumétrica ao Conjunto	Valor Arq. para o Conjunto	Grau de Carac. Atual	Estado de Cons. Atual
A01	Q19		Rua Buenos Aires, 23	Comercial.	Comercial: Lanchonete	Comercial: Salas Comerciais	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	9	Moderna.	circa 1940-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Conflitante irrecuperável (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q19		Rua Buenos Aires, 25	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Serviços	Comercial: Serviços	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A01	Q19		Rua Buenos Aires, 27	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1899 (Fachada)	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A01	Q19		Rua Buenos Aires, 29 / Rua da Quitanda, 98	Desconhecido, possivelmente comercial ou administrativo.	Administrativo: Edifício Público (Secretaria de Estado da Fazendo)	Administrativo: Edifício Público (Secretaria de Estado da Fazendo)	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	5	Protomoderna.	circa 1930-1965	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Bom.
A01	Q20		Rua do Rosário, 72 (Fundos Buenos Aires, 19)	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Administrativo: Edifício Público (IBAM)	Administrativo: Edifício Público (IBAM)	Não.	X	Sim (2008, AEBT Beco das Candelas). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural, em seus estudos para ampliação da sua área de abrangência (Década de 1990)	Preservado pela AEBT Beco das Cancelas (2008). Integra a Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A01	Q20		Rua do Rosário, 68 a 64 (Fundos Buenos Aires, 15 e 17)	Comercial.	Comerciak: Acesso de Veículos e de Serviço do Edifício.	Comercial: Escritórios	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	11	Contemporânea	circa 2010	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.
A01	Q20		Rua do Rosário, 62 (Incorporado ao Primeiro de Março, 45)	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado	Vazio desafetado	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Ruína. Apenas Fachada.	Regular
A01	Q20		Rua do Rosário, 54 e e Rua Primeiro de Março, 43, 45 e 47	Comercial, em construção.	Comercial.	Comercial.	Não.	X	Não.	Zona Especial do Corredor Cultural - Àrea 2 (1987). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. o e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	13	Contemporânea	Em construção (2016)	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária e Corredor Cultural - Área 2)	X	X
A01	Q20		Rua Buenos Aires, 09 (Fundos Rua do Rosário, 62, Incorporado ao Primeiro de Março, 45)	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio desafetado	Vazio desafetado	Não.	X	Não. Interesse de preservação pela proposta do "Centro Histórico Financeiro" (2009), e de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Ruína. Apenas Fachada.	Regular

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A01	Q20		Rua Buenos Aires, 15 e 17	Comercial.	Comerciak: Acesso do Edifício, e acesso de veículos.	Comercial: Escritórios	Não.	X	Não.	Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Edifício.	11	Contemporânea	circa 2010	Não (Conjunto da Candelária)	Conflitante Irrecuperável (Conjunto da Candelária)	X	Excelente.
A01	Q20		Rua Buenos Aires, 19	Desconhecido, possivelmente misto, comercial e residencial.	Administrativo: Edifício Público (IBAM)	Administrativo: Edifício Público (IBAM)	Não.	X	Sim (2008, AEBT Beco das Cancelas). Interesse de proteção pelo ET do Corredor Cultural (Década de 1990)	Preservado pela AEBT Beco das Cancelas (2008). Área de Entorno do Bem Tombado Federal I (1990): Conjunto Arq. e Urb. da Praça Quinze de Novembro.	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920	Sim (Conjunto da Candelária)	Integrado Principal (Conjunto da Candelária)	Caracterizado.	Excelente.
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 204	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Não (Preservado entre 1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Edifício.	3	Moderno.	circa 1965-1985.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante Irrecuperável (Corredor Cultural - Área 3)	X	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 202	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Eclética.	1913 (Fachada).	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Àrea 3)	Descaracterizado Recuperável.	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 200-196	X	Estacionamento.	X	Não	X	Não.	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Lote Vazio	1	X	X	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	X	X	X
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 194	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Desconhecido.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Àrea 3)	Caracterizado.	Regular
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 192	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Lojas.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Àrea 3)	Caracterizado.	Regular
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 190	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Àrea 3)	Caracterizado.	Ruim
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 188	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica. Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Àrea 3)	Caracterizado.	Bom

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 186	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Sim. Tombamento em esfera municipal (1980).	Valor Paisagístico-Ambiental.	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 184	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Sim. Tombamento em esfera municipal (1980).	Valor Paisagístico-Ambiental.	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 182	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Salas Comerciais.	Sim. Tombamento em esfera municipal (1980).	Valor Paisagístico-Ambiental.	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Regular
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 180	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 178	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 176	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Salas Comerciais.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Edifício.	5	Protomoderna.	circa 1920-1940.	Não (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Referencial (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Regular
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 174	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	1914 (Fachada).	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Regular
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 172	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Ruim.
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 170	Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Salas Comerciais.	Não	X	Não (Preservado entre 1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Edifício.	3	Contemporânea (Fachada atual).	circa 2010 (Fachada atual).	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante irrecuperável (Corredor Cultural - Área 3)	X	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 168	Desconhecido.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Não (Preservado entre 1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica.	X	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Referencial (Corredor Cultural - Área 3)	X	Bom.
A02A	Q03		Rua Sete de Setembro, 162	Desconhecido.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Não (Preservado entre 1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Irreconhecível.	X	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Referencial (Corredor Cultural - Área 3)	X	Bom.
A02A	Q03		Largo São Francisco de Paula, s/n	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Sim. Tombamento em esfera federal (1938).	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Igreja	Eq. 6	Colonial.	circa 1750-1800.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Excepcional (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Excelente.
A02A	Q03		Largo São Francisco de Paula, 19	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1890-1920.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal	Caracterizado.	Ruim
A02A	Q03		Largo São Francisco de Paula, 21-23	X	Estacionamento.	X	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Lote Vazio	1	X	X	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante irrecuperável (Corredor Cultural - Área 3)	X	X
A02A	Q03		Largo São Francisco de Paula, 25	Desconhecido.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante recuperável (Corredor Cultural - Área 3)	Descaracterizado irrecuperável.	Ruim.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 1	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica. Eclética.	1913 (Fachada).	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Regular.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 3	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica. Eclética.	1908 (Fachada).	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 5	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02A	Q03		Rua do Teatro, 7	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Institucional: Instituto Profissional (Instituto dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfic a e	Institucional: Instituto Profissional (Instituto dos Trabalhadores da Indústria Cinematográfica e Audiovisual).	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua do Teatro, 9	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desocupado e desafetado.	Vazio desocupado e desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante recuperável (Corredor Cultural - Área 3)	Ruína.	Ruim.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 15-13-11	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desocupado e desafetado.	Vazio desocupado e desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante recuperável (Corredor Cultural - Área 3)	Ruína.	Ruim.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 17	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desocupado e desafetado.	Vazio desocupado e desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante recuperável (Corredor Cultural - Área 3)	Ruína.	Ruim.
A02A	Q03		Rua do Teatro, 19	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	3	Clássica.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua do Teatro, 21	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Lanchonete.	Habitacional: Residencial.	Não	X	Não.	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Edifício.	3	Contemporânea	circa 2000.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Referencial (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua do Teatro, 25-23	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua do Teatro, 37	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio Desafetado.	Vazio Desafetado.	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Sobrado	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Integrado Principal (Corredor Cultural - Área 3)	Caracterizado.	Bom
A02A	Q03		Rua do Teatro, 39	Desconhecido.	Institucional: Instituição Partidária	Institucional: Instituição Partidária	Não	X	Sim (1983 e 1987, Sub-zona Preservação Ambiental, ZE Corredor Cultural - Área 3)	Sim. ZE CORREDOR CULTURAL. ÁREA 3 (1983)	Edifício.	3	Moderna.	circa 1870-1910.	Sim (Corredor Cultural - Área 3)	Conflitante Irrecuperável (Corredor Cultural - Área 3)	X	Bom

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02B	Q37		Rua da Conceição, 152	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja (Fechado), Mercado.	Comercial: Serviços.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A02B	Q37		Rua da Conceição, 150	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua da Conceição, 148	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua da Conceição, 146	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja e Serviços.	Comercial: Serviços.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua da Conceição, 140 / Rua Leandro Martins, 58	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços.	Comercial: Serviços.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor III (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 56	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Gráfica).	Comercial: Serviços (Gráfica).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado	Regular.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 54	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1909	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 50-52	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2 (Fachada)	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Ruína (Apenas Fachada)	Bom (Fachada).
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 48	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2 (Fachada)	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Ruína (Apenas Fachada)	Bom (Fachada).

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 46	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Estacionamento.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 44	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja	Comercial: Serviços	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 42	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A02B	Q37		Rua Leandro Martins, 38	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Sim. Tombamento em esfera estadual (2001).	Valor arquitetônico. Valor histórico.	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Colonial.	Anterior a 1870.	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 153	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Bar.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 155	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Depósito.	Comercial: Depósito.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 157	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Gráfica).	Comercial: Serviços (Gráfica).	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 159	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 161	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços.	Comercial: Salas Comerciais.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Art Déco	circa 1920-1930	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 163	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Art Déco	circa 1920-1930	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 167	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	1900 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 169	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Depósito.	Comercial: Depósito.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	4	Clássica. Eclética. (Térreo)	1900 (Fachada, térreo).	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 171	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços.	Comercial: Serviços.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	4	Ireconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A02B	Q37		Rua dos Andradas, 173 / Rua Julia Lopes de Almeida, 01	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 05	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1910.	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 07	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Comercial: Loja (PEX ID)	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 09	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Gráfica).	Comercial: Serviços	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Art Déco	circa 1920-1930	Sim (APA Sagas)	Integrado Referencial (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 11	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1910 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 13	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1909 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Excelente.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 15	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Morro da Conceição)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1909 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Excelente.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 17	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	2	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Regular.
A02B	Q37		Rua Júlia Lopes de Almeida, 19	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Depósito.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Referencial (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 238	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja (Farmácia).	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 236	Desconhecido.	Estacionamento.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Galpão.	1	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 234	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Habitacional: Hotel (Hotel Rio Santigado).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	4	Moderna.	circa 1930	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 232	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Habitacional: Hotel (Hotel Estação).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 228-230	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Hotel (Hotel Central).	Não.	X	Sim (1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 224-226	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Gráfica)	Habitacional: Hotel (Hotel Pedro II).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	4	Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 222	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Cabeleireiro).	Comercial: Loja (Depósito de Gelo).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Art Déco.	circa 1920-1930	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 220	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Habitacional: Hotel (Hotel Rio Grande)	Habitacional: Hotel (Hotel Rio Grande)	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 218	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Mercado.	Comercial: Mercado. (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Moderna.	circa 1930.	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 214	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Mercado.	Comercial: Mercado. (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Moderna.	circa 1930.	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 212	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Mercado.	Comercial: Sala Comercial (Dentista)	Não.	X	Não. Verificado interesse de preservação por parte dos proprietários (2012). Negado pelo órgão de tutela.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Moderna.	circa 1930.	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 210	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 208	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 206	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Comercial; Sala Comercial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 204	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Religioso: Igreja.	Religioso: Igreja.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Colonial.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 202	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 200	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1911 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 198	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1915 (Ficha).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 196	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Depósito.	Comercial: Salas Comerciais.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	6	Art Déco.	circa 1930-1940	Sim (APA Sagas)	Integrado Referencial (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 194	X	Fechado.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Lote vazio, murado.	X	X	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	X
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 190	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Habitacional: Hotel (Hotel San Diego)	Habitacional: Hotel (Hotel San Diego)	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 188	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Habitacional: Hospedaria (Quartos só para Cavalheiros)	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	4	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Integrado Referencial (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 186	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Bar e Serviços.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 184	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 182	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 180	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Mercado.	Comercial: Mercado. (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 178	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Excelente.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 176	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 174	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja (Depósito de Bebidas).	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Senador Pompeu, 172 / Rua Visconde da Gávea, 73-75	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Vazio desafetado.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Ruína.	Ruim.
A03	Q08		Rua Visconde da Gávea, 79	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Bar.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Moderna.	circa 1930-1940	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Visconde da Gávea, 81	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	4	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Visconde da Gávea, 83	Desconhecido. Possivelmente Residencial.	Religioso: Igreja Evangélica.	Religioso: Igreja Evangélica.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Visconde da Gávea, 85	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não (Preservado entre 1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Visconde da Gávea, 87	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não (Preservado entre 1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 69	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 71	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Fechado.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Galpão.	1	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 75	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Restaurante.	Comercial: Restaurante.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreeconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 77	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Recreação: Casa Noturna/Centro de Lazer.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 79	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 81	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Integrado Referencial (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 83	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 85	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 87	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 89	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Depósito.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Apenas fachada. Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado (Fachada).	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 91	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Vazio desafetado.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Apenas fachada. Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	1902 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável (Fachada).	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 93	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	1908 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 95	Habitacional: Residencial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	1908 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Excelente.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 97	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	X	Sim. Tombamento em esfera municipal (1985).	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor urbanístico. Valor de ancienidade.	Tombado.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Vila (Edificações térreas).	1	Clássica. Eclética.	1908 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Excepcional (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 101	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 103	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Moderna.	circa 1920-1930	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 107	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1906 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 109	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Depósito.	Comercial: Depósito.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 111-113	X	Comercial: Depósito (Reciclagem)	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Lote vazio, coberto.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	X	Ruim.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 115-117	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Depósito (Reciclagem)	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Galpão.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Ruim.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 119	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Religioso: Igreja Evangélica.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Ruína. Apenas Fachada no segundo pavimento.	Ruim.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 121-123	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Lojas e Bar.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 125	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Lojas	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 127	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Lanchonete.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 129	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Habitacional: Hotel (Hotel Brilhante).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	3	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Excelente.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 131	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Serviços (Cabeleireiro).	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 133	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Fechado.	Comercial: Loja (Depósito de Bebidas).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Clássica. Eclética.	1913 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 135	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	3	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 137	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1904 (Ficha).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 139	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	X	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Vila (Acesso).	1	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 141	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Bar.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1918 (Ficha).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 143	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Conflitante recuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 145	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Colonial.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A03	Q08		Rua Barão de São Félix, 147	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Lanchonete.	Vazio desafetado.	Não.	X	Sim (1985 e 1988, APA Sagas - Sub-Área A - Barão de São Félix 2)	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2 e 3	Clássica.	1873 (Fachada).	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A03	Q08		Rua Bento Ribeiro, 20	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Vazio desafetado.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Ruim.
A03	Q08		Rua Bento Ribeiro, 16-18	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Lojas.	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Bento Ribeiro, 14	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Lanchonete.	Comercial: Lanchonete.	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edifício.	2	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Bento Ribeiro, 12	Desconhecido. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja	X	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (APA Sagas)	Conflitante irrecuperável (APA Sagas)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A03	Q08		Rua Bento Ribeiro, 08-10	Desconhecido. Possivelmente Misto, Residencial e Comercial.	Comercial: Mercado e Loja.	Comercial: Loja (Depósito).	Não.	X	Não.	APA Sagas - Sub-Área A (1988). Portaria do IPHAN nº 135 de 2013 - Setor IV (2013)	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1910	Sim (APA Sagas)	Integrado Principal (APA Sagas)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 235	Não existe informação. Possivelmente Administrativo.	Administrativo: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).	Administrativo: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Eclética.	1923.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua Frei Caneca, 112	Não existe informação. Possivelmente Administrativo.	Administrativo: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).	Administrativo: Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Galpão e Vazio Murado.	1	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante recuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua Frei Caneca, 94	Não existe informação. Possivelmente Educacional.	Educacional: Instituto Biomédico UNIRIO.	Educacional: Instituto Biomédico UNIRIO.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	6	Moderna.	circa 1975-1980.	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua Moncorvo Filho, 104	Saúde.	Saúde: Clínica Médica.	Saúde: Clínica Médica.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	4	Protomoderna.	circa 1935-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua Moncorvo Filho, 100	Não existe informação.	Fechado.	Fechado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	2	Moderna.	circa 1935-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua Moncorvo Filho, 90	Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.	Saúde: Hospital.	Sim. Tombamento em esfera estadual (1990).	Valor histórico. Valor arquitetônico.	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Palacete.	2	Eclética.	circa 1908-1935.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Excepcional (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 248	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Estacionamento.	Fechado.	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	1898 (Fachada).	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 246	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	1898 (Fachada).	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 244	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	1898 (Fachada).	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 242	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 240	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	3	Protomoderna. Art Déco.	circa 1920-1935	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descarcterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 238	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Eclética.	circa 1870-1920	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua General Caldwell, 236	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 232	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	2	Moderna.	circa 1946-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 228	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	2	Irreconhecível.	circa 1946-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 222	Não existe informação.	Fechado (Em Obras).	Fechado (Em Obras).	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Galpão.	3	Irreconhecível.	circa 1935-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 218	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Alugando).	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	3	Art Déco. Protomoderna.	circa 1920-1935	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 216	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Depósito.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Galpão.	1	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 214	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	4	Protomoderna.	circa 1920-1946	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 212	Não existe informação. Possivelmente Residencial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 210	Não existe informação. Possivelmente Residencial.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua General Caldwell, 208	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 206	Habitacional: Vila Residencial.	Habitacional: Vila Residencial.	X	Sim. Tombamento em esfera municipal (1987).	Valor arquitetônico. Valor Histórico.	Tombado.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Vila de Edificações térreas.	X	Eclética.	1910 (Ficha DPC)	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 204	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, 202-200-198	Não existe informação. Possivelmente Residencial.	Habitacional: Habitação Coletiva	X	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Térreo.	1	Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Ruína (Apenas Fachada, Caracterizada);	Bom (Fachada).
A04	Q08		Rua General Caldwell, 196	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Sim (1987, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural; e 1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua General Caldwell, SN	X	Estacionamento.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Lote vazio, murado.	1	X	X	X	X	X	X
A04	Q08		Rua General Caldwell, 182	Educacional.	Educacional: Escola.	Educacional: Escola.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	2	Moderna.	1979 (Artigo)	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua Frederico Silva, 86	Educacional.	Educacional: Estabelecimento de Ensino.	Educacional: Estabelecimento de Ensino.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	8	Moderna.	circa 1955-1975	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua Prof. Sylvio Viana Freire, SN	Educacional. (Fundos)	Educacional: Instituto Educacional. (Fundos)	Educacional: Instituto Educacional. (Fundos)	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício. (Fundos)	8	Moderna.	circa 1955-1975	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado. (Fundos)	Excelente. (Fundos)

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua Prof. Sylvio Viana Freire, 100	Não existe informação.	Não existe informação.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Lote vazio, murado.	1	X	X	X	X	X	X
A04	Q08		Rua Prof. Sylvio Viana Freire, SN	Residencial.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não (Imóvel original preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	4	Moderna.	2003.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 119	Comercial e Residencial.	Comercial: Loja e Recreação (Equipamento Cultural/Cia de TeatrO)	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não (Imóvel original preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	4	Moderna.	2003.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 121	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 123	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Não existe informação.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 125	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Vazio Desafetado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 127	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Vazio Desafetado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Art Déco.	circa 1920-1930.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 129	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Vazio Desafetado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Art Déco.	circa 1920-1930.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 131	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Habitacional: Hotel.	Habitacional: Hotel.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado (Fachada).	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua de Santana, 133	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Colonial.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 135	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante Recuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 137	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 139	Não existe informação. Possivelmente Residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	1	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 141	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Vazio Desafetado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	3	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	x	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 143	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 149	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Estacionamento.	X	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Clássica	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 151	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja (Depósito)	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 153	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	5	Protomoderna.	circa 1946-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua de Santana, 157	Comercial.	Comercial: Supermercado.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	circa 1935-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 165	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Futura Sede do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola)	Futura Sede do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola)	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	13	Moderna.	circa 1946-1975.	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 167	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	12	Moderna.	circa 1946-1975.	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 169	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	4	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 171	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	4	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 173	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Estacionamento.	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	3	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 175	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Serviços (Oficina Mecânica).	Estacionamento.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	3	Art Déco.	circa 1935-1975.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 183	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Bar.	Comercial: Depósito (Bar).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.
A04	Q08		Rua de Santana, 185	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua de Santana, 187-189	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Vazio desocupado e desafetado.	Vazio desocupado e desafetado.	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica. Eclética.	1911 (Fachada).	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Ruína (Apenas Fachada, Descaracterizada recuperável.	Bom (Fachada); Em Ruínas (Interior).
A04	Q08		Rua de Santana, 191	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Fechado.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 193-195	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	3	Moderna.	circa 1975-1992.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 197	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 199	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 201	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Fechado.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 203	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Clássica.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Ruim.
A04	Q08		Rua de Santana, 205	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 207	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	4	Clássica. Eclética.	circa 1870-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua de Santana, 209	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	4	Eclética.	circa 1900-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Excelente.
A04	Q08		Rua de Santana, 211	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 213	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	X	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edificação térrea.	1	Neoolonial.	circa 1910-1940.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 215	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não (Preservado entre 1987 e 1992, Área de Proteção de Entorno dos Bens Tombados Adjacentes ao Corredor Cultural)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	1	Neoolonial.	circa 1910-1940.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Referencial (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado Recuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 217	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Moderna.	circa 1920-1946	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 219	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja e Sobreloja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Edifício.	8	Protomoderna.	circa 1946-1975.	Não (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado recuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 221	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comunicações: Correios.	Comunicações: Correios.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 223	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado).	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante Recuperável (APAC Cruz Vermelha)	Descaracterizado irrecuperável.	Bom.
A04	Q08		Rua de Santana, 225	Não existe informação. Possivelmente Comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Depósito (Loja).	Não.	X	Não.	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	2	Irreconhecível.	X	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Conflitante irrecuperável (APAC Cruz Vermelha)	X	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A04	Q08		Rua de Santana, 227	Não existe informação. Possivelmente Misto, Comercial e Residencial.	Comercial: Loja (Fechado - Venda).	Habitacional: Residencial Unifamiliar (Fechado - Venda).	Não.	X	Sim (1992, APAC Cruz Vermelha)	APAC Cruz Vermelha (1992).	Sobrado.	3	Eclética. Art Déco.	circa 1900-1920.	Sim (Conjunto da APAC Cruz Vermelha).	Integrado Principal (APAC Cruz Vermelha)	Caracterizado.	Bom.
A05	Q14		Av. Salvador de Sá, 134-146	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Tombamento em Esfera Municipal (1985)	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor Urbanístico	Tombado	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	2	Eclética	1906	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Excepcional (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Ruim.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 252	Não existe informação.	Comercial: Galpão.	X	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Galpão	1	Irreconhecível	circa 1976-2000	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 248	Não existe informação.	Comercial: Serviços.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Clássica.	circa 1936-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 242B	Não existe informação.	Comercial	Não existe informação.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea (originalmente).	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 242A	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Regular.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 242	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Ruim.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 240	Não existe informação.	Habitacional: Residencial (Vila)	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado (Acesso à Vila)	Ruim. (Acesso à Vila)
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 238	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Ruim.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 236	Não existe informação.	Comercial	Habitacional: Residencial.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea (originalmente).	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 234	Não existe informação.	Vazio Desafetado	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 232	Não existe informação.	Comercial: Bar.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Art Déco.	circa 1936-1953	Não (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado.	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 224	Não existe informação.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Art Déco.	circa 1936-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 218A	Não existe informação.	Comercial: Depósito Marcenaria.	Comercial: Depósito Marcenaria.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Clássica.	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 218	Não existe informação.	Comercial: Marcenaria.	Comercial: Marcenaria.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Clássica.	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado.	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 214	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 212	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 210	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q14		Rua Carmo Neto, 208 (Rua São Martinho, 5)	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 91	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 93-95	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 97	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado irrecuperável.	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 103	Não existe informação.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Moderna.	circa 1936-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 107-109	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Moderna.	circa 1936-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 111	Não existe informação.	Vazio Desafetado (à Venda)	Habitacional: Residencial Multifamiliar. (Integrado ao 109)	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Moderna.	circa 1936-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 113	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 115	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 117	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado irrecuperável.	Excelente.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 119	Não existe informação.	Comercial: Loja	Comercial: Depósito (Loja).	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 121	Não existe informação.	Vazio Desafetado	X	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Ruim.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 123-125	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado.	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 127	Não existe informação.	Vazio Desafetado	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	4	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 129	Não existe informação.	Habitacional: Residencial.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 133-131	Não existe informação.	Vazio Desafetado	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 135	Não existe informação.	Comercial: Loja. (conectado a 137)	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 137	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	3	Irreconhecível	X	Não (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 139	Não existe informação.	Comercial: Loja. (conectado a 137)	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	7	Moderna.	circa 1936-1953	Não (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 143	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 145	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial.	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	3	Moderna.	X	Não (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q14		Rua Laura de Araújo, 147	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	X	X	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q15		Av. Salvador de Sá, 122-128 (Rua Carmo Neto, 231)	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Habitacional: Habitação Coletiva.	Tombamento em Esfera Municipal (1985)	Valor arquitetônico. Valor Histórico. Valor Urbanístico	Tombado	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	2	Eclética	1906	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Excepcional (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Ruim.
A05	Q15		Av. Salvador de Sá, 118	Não existe informação.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Protomoderna. Art Déco.	circa 1935-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q15		Av. Salvador de Sá, 114	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Loja.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	1907 (Fachada)	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 132A-132	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Restaurante.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 128	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo,124	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 122-118	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea seccionada em 2 pavimentos.	2	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 110-114	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 104	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea.	1	Eclética	1907 (Fachada)	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Ruim.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 92	Não existe informação. Possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio Desafetado	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 68-76	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Lote vazio, murado.	1	X	X	X	X	X	X
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 64	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea seccionada em 2 pavimentos.	2	Eclética	1912 (Fachada)	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 60	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea, acrescida de um pavimento.	2	Irreconhecível	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 56	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 44-48-52	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Loja.	Comercial: Loja.	X	X	44-48 - Sim (1991, Preservado - Grau 3 -APA Cidade Nova e Catumbi) 52- Sim (1991, Preservado - Grau 2 -APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Excelente.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 30-30A	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 24	Não existe informação. Possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Loja.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	4	Moderna.	circa 1935-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 18	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea, com pavimento adicional recuado.	2	Clássica.	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua Aníbal Benévolo, 8-14	Não existe informação.	Vazio Desafetado	Vazio Desafetado	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Contemporânea	2014-2016	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua São Martinho, 15	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua São Martinho, 17	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua São Martinho, 19	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua São Martinho, 21	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q15		Rua São Martinho, 23	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 179	Não existe informação.	Vazio Desafetado	Vazio Desafetado	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	2	Moderna.	circa 1935-1953	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 181	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Comercial: Hortifruti.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 183	Não existe informação. Possivelmente comercial.	Religioso: Instituto Religioso.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 185-187	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Neocolonial	circa 1890-1930.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Excelente.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 189-191	Não existe informação.	Não existe informação.	Não existe informação.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 3 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Ruína, apenas fachada.	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Ruína (Apenas fachada, descaracterizada irrecuperável).	Ruim.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 193-195	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Excelente.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 197	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea (original).	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 199	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 203-205	Não existe informação.	Comercial: Oficina e Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	203- Sim (1991, Preservado - Grau 3 -APA Cidade Nova e Catumbi) 205- Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 207	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 209	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Marcenaria.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação térrea (original).	2	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 211	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Comercial: Loja e Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Clássica	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Ruim.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 213	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	4	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 215	Não existe informação. Possivelmente misto, comercial e residencial.	Comercial: Oficina Automotiva.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Eclética	circa 1920-1930.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Referencial (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 217	Não existe informação.	Comercial: Oficina Automotiva.	Comercial: Oficina Automotiva.	X	X	Não.	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edifício	3	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	X	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 219	Não existe informação. Possivelmente misto, comercial e residencial.	Vazio Desafetado	Vazio Desafetado	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Sobrado	2	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 221	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Religioso: Instituto Religioso.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	1913 (Fachada)	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.

IDENTIFICAÇÃO				USOS			PROTEÇÃO				CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS							
Área	*Qd.*	*Fotografia (2016)*	*Endereço*	*Uso Original*	*Uso Atual: Térreo*	*Uso Atual: Pav. Sup.*	*Tombado*	*Valores de Tombamento*	*Preservado*	*Tutelado por APA, ZE, APAC ou AEBT*	*Tipo Ed.*	*Nº de Pav.*	*Linguagem Arquitet.*	*Data Aprox. do Imóvel*	*Integraçao Volumétrica ao Conjunto*	*Valor Arq. para o Conjunto*	*Grau de Carac. Atual*	*Estado de Cons. Atual*
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 223	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	circa 1890-1920.	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Caracterizado	Bom.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 225-227	Não existe informação. Possivelmente residencial.	Habitacional: Residencial Multifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Eclética	1909 (Fachada).	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Integrado Principal (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Recuperável	Bom.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 227A	Não existe informação.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Irrecuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.
A05	Q15		Rua Carmo Neto, 229	Não existe informação.	Habitacional: Residencial Unifamiliar.	X	X	X	Sim (1991, Preservado - Grau 2 - APA Cidade Nova e Catumbi)	APA Vila Operária da Cidade Nova e Catumbi (1991).	Edificação Térrea	1	Irreconhecível	X	Sim (APA Cidade Nova e Catumbi)	Conflitante Recuperável (APA Cidade Nova e Catumbi)	Descaracterizado Irrecuperável	Regular.

A TESE INVESTIGA OS EMBATES E DIÁLOGOS NO PROCESSO DE RECONHECIMENTO OFICIAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. ESTES REFEREM-SE A VISÕES CONFLITANTES E CONVERGENTES NA CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO DE CARÁTER EDIFICADO NO CONTEXTO URBANO E CONTEMPORÂNEO.

A ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DESTACA-SE PELA SOBREPOSIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL EM MÚLTIPLAS ESFERAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO (MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL), COM TOMBAMENTOS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO. O ENTORNO DA AV. PRESIDENTE VARGAS É EXEMPLAR NO ESTUDO DESSES CONFLITOS, TANTO PELA INCIDÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO, QUANTO PELO SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO, PARALELO À CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NA CIDADE. ESSE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO COMPREENDE OS BENS IMÓVEIS QUE ADQUIRIRAM UMA SIGNIFICAÇÃO CULTURAL AO LONGO DO TEMPO, CUJOS VALORES SÃO RECONHECIDOS PELO ESTADO, ATRAVÉS DE UMA PROTEÇÃO LEGAL. RECONHECENDO QUE ESTES VALORES SE MODIFICAM COM OS PROCESSOS QUE INCIDEM NA DINÂMICA URBANA, CABEM QUESTIONAMENTOS NO CONFRONTO ENTRE ESTE PATRIMÔNIO EDIFICADO E A CIDADE CONTEMPORÂNEA.



HOSPITAL ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 2016. BEM TOMBADO FEDERAL (1978).

CASOS ESPECÍFICOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO EVIDENCIAM PROBLEMAS QUE EMERGEM DESSE CONFRONTO ENTRE A PRESERVAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS. ENTRE ELES: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DEFASADOS; EDIFICAÇÕES SEM RECONHECIMENTO PATRIMONIAL QUE POSSUIRIAM VALOR CULTURAL; BENS PATRIMONIAIS QUE SE ENCONTRAM EM DETERIORAÇÃO; E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE NÃO CONTRIBUIRIAM PARA UMA EFETIVA PRESERVAÇÃO.

ESSAS SÃO SITUAÇÕES QUE JUSTIFICAM UM MAIOR ESTUDO ACERCA DO TEMA, QUE PODERIA SUBSIDIAR REVISÕES NA PRÁTICA DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE. NESTA TESE, ESSE PROCESSO DE RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO SEGUE UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA CENTRADA NA MORFOLOGIA URBANA, QUE COMPREENDE QUE AS DECISÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO MOLDAM A FORMA URBANA, IMPRIMINDO SUAS MARCAS ATRAVÉS DOS VESTÍGIOS DE TEMPOS PASSADOS QUE SE PRESERVAM PARA O FUTURO. REALIZA-SE, PORTANTO, UMA ANÁLISE DO PROCESSO PATRIMONIAL – UMA LEITURA DO PASSADO – PARA COMPREENDER SUA CONFIGURAÇÃO ATUAL NA CIDADE, COM OBJETIVO DE ESTABELECER UM APORTE REFERENCIAL PARA INTERVENÇÕES – UM DESENHO DE UM FUTURO.